

# INDICE

DOS

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1895

	Pags.
N. 1932 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves.....	1
N. 1933 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1895 — Dá execução ao § 3º e n. 5 do § 4º art. 6º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.....	3
N. 1934 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1895 — Approva a planta e orça- mento para a construção de um barracão perto do almo- xarifado da Estrada de Ferro Central da Bahia.....	4
N. 1935 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Concede autorisação á companhia ingleza <i>The Royal Insurance Company</i> para estabelecer uma agencia no Estado do Paraná.....	4
N. 1935 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Concede autorisação á sociedade anonyma <i>The Royal Insurance Company</i> para estabelecer uma agencia no Estado de Santa Catharina...	5
N. 1936 — GUERRA — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Esta- belece alterações no plano de uniformes do Exercito.....	5
N. 1937 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Crea uma commissão especial para encarregar-se das obras das linhas ferreas de Sant'Anna do Livramento ao Saycan e daquelle ponto de partida a entroncar na linha de Bagé a Cacequy.....	6

N. 1928 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1895 — Extingue o lugar de director do <i>Diário Official</i> , passando as suas attribuições a ser exercidas pelo administrador da Imprensa Nacional.....	7
N. 1939 — GUERRA — Decreto de 15 de janeiro de 1895 — Revoga o decreto n. 1697 A, de 25 de abril de 1894, que transferia para a jurisdição do Ministerio da Guerra as fortalezas das ilhas das Cobras e de Willegaignon, do porto do Rio de Janeiro.....	8
N. 1940 — EXTERIOR — Decreto de 17 de janeiro de 1895 — Approva as instrucções que devem reger os concursos para o provimento dos lugares de amanuenses e segundos officinos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.....	9
N. 1941 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1895 — Modifica o regulamento sobre a venda de bilhetes das loterias estaduais no Districto Federal, mandando observar pelo decreto n. 1287, de 17 de fevereiro de 1893, e providencia sobre as loterias federaes de accordo com o art. 99 da lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894.....	11
N. 1942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1895 — Crea mais tres batalhões de infantaria do serviço activo, um do da reserva, e um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca da Serpenteira, no Estado da Bahia.....	17
N. 1943 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1895 — Rectifica o decreto n. 1772 de 18 de agosto de 1894.....	18
N. 1944 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1895 — Approva a tabella de preços elemental para base de calculo na construcção das obras de toda a linha da Estrada de Ferro de Pecanha e Araxá.....	18
N. 1945 — EXTERIOR — Decreto de 21 de janeiro de 1895 — Publica a adhesão da Colonia Britannica do Cabo da Boa Esperança á União Postal Universal.....	19
N. 1946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1895 — Modifica a disposição do art. 14 do regulamento do serviço sanitario dos portos.....	20
N. 1947 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1895 — Approva a variante da Formiga, da Estrada de Ferro da Barra Mansa a Catalão.....	21
N. 1948 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1895 — Approva os estudos da variante do Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro da Barra Mansa a Catalão, e da outra providencia.....	21
N. 1949 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de janeiro de 1895 — Approva as plantas e projecto da variante do Laranjeiro, do ribeirão e do m. 2.º do Ribeirão Vermelho, na linha de ferro da Barra Mansa a Catalão.....	22

	Pag.
N. 1449 A — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1895 — Altera o decreto n. 1885 de 14 de novembro de 1894.....	22
N. 1450 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1895 — Rescindir o contracto celebrado com o engenheiro Miran Letif para obras de preparação do leito no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	23
N. 1451 — EXTERIOR — Decreto de 26 de janeiro de 1895 — Altera para o exercício de 1895 o regimen das ajudas de custo dos empregados do Corpo Diplomático e do Consular.....	24
N. 1452 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1895 — Altera a segunda parte da clausula 7ª das que baixaram com o decreto n. 9244 de 6 de junho de 1888.....	24
N. 1453 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 28 de janeiro de 1895 — Approva as plantas para construção do alerrio entre os kilometros 138 e 400 139 e 860 da Estrada de Ferro de Queralim a Itaquí, com um viaducto adicional de sete vãos de 15 metros cada um.....	25
N. 1454 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1895 — Crea mais um regimen de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Joinville, no Estado de Santa Catharina.....	27
N. 1455 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionais da comarca de Curitibaanos, no Estado de Santa Catharina.....	28
N. 1456 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:396\$450 à verba — Justiça Federal, dos exercicios de 1894 e 1895, para pagamento dos vencimentos de um escrevente junto ao Procurador da Republica, no Districto Federal.....	28
N. 1457 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, da Industria, Viação e Obras Publicas, das Relações Exteriores, da Marinha, da Guerra e da Fazenda o credito especial de 72:000\$, sendo doze contos de reis a cada um delles, para pagamento da gratificação mensal de 1:000\$ aos respectivos Ministros de Estado, para representação.....	29
N. 1458 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1895 — Approva com modificações os estudos definitivos do ramal da Estrada de Ferro de S. Jeronymo.....	29
N. 1459 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1895 — Approva novas tarifas para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro do Bananal.....	30
N. 1460 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial Catharinense.....	31

	Pags.
N. 1961 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Distillação Central.....	36
N. 1962 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Valença, no Estado do Rio de Janeiro.....	42
N. 1963 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1895 — Approva os estudos definitivos dos trechos da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta, do Rio Uruguay ao porto da União e deste ultimo ponto ao Itararé.....	43
N. 1964 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1895 — Approva os estudos definitivos do ramal de Itujub, da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta.....	44
N. 1965 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1895 — Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro de Paganha ao Araxá, comprehendido entre os ramos de S. Sebastião do Rio Preto e do Faria, e dá outras providencias.....	44
N. 1966 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1895 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e tabella de preços da 1.ª secção da Estrada de Ferro de Caxinas ao Avaguarya, e dá outras providencias.....	45
N. 1967 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1895 — Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1895.....	45
N. 1968 — MARINHA — Decreto de 15 de fevereiro de 1895 — Crea o Corpo de Infantaria de Marinha em substituição do Batalhão Naval.....	47
N. 1969 — EXTERIOR — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Supprime o Consulado em Argel.....	47
N. 1970 — EXTERIOR — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Publica a adhesão da <i>Hatigue and Bernauds Cable Company</i> á Convenção Internacional Telegraphica.....	48
N. 1971 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:193\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o 1.º semestre do corrente anno.....	49
N. 1972 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito supplementar á verba — Socorros publicos — do exercicio de 1894, na importancia de 250,000\$000.....	51
N. 1973 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de fevereiro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.....	53



	Pags.
N. 1974 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.....	55
N. 1975 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1895 — Crea os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional de S. Paulo na circumscripção de Santos.....	56
N. 1976 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1895 — Autorisa o Ministro da Fazenda a contrahir um emprestimo na importancia liquida de 100.000:000\$, emitindo para esse fim apolices do valor nominal de 1:000\$ e juros de 5 % ao anno.....	58
N. 1977 — EXTERIOR — Decreto de 25 de fevereiro de 1895 — Supprime o Consulado em Nova Orleans.....	60
N. 1978 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de fevereiro de 1895 — Regula a execução do art. 4º do decreto n. 225 de 30 de novembro de 1891....	60
N. 1979 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1895 — Concede autorisação á Companhia Magdeburgo, sucessora da Hamburgo Magdeburgo, para funcionar.....	62
N. 1980 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1895 — Declara caducas as concessões de engenhos centraes feitas pelos decretos ns. 1164 de 13 de dezembro de 1890, 117 de 4 de abril de 1891, 160 de 21 de abril de 1891 e 175 de 25 de abril de 1891.....	80
N. 1980 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1895 — Crea novos corpos de Guardas Nacionais na Capital do Estado de Goyaz.....	81
N. 1981 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de março de 1895 — Proroga até 31 de maio de 1895 o prazo marcado á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para o inicio das obras do porto da Laguna.....	81
N. 1982 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de março de 1895 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.157 de 5 de janeiro de 1889 para as obras de melhoramento do porto de Pernambuco.....	82
N. 1983 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de março de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Recifense de Panificação.....	82
N. 1983 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1895 — Autorisa a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo - Rio Grande, cessionaria da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta e ramaes, para transferir á <i>Compagnie Chêmins de Fer Sud Ouest Brésiliens</i> a parte de sua concessão relativa ao trecho de Cruz Alta ao Rio Uruguay e o ramal de Ijuhy Grande, de Cruz Alta ao Povo Novo.....	83

	Paga.
N. 1983 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1895 — Approva a planta e orçamento para augmento de um armazem na estação de Campos, da Estrada de Ferro Carangola.....	98
N. 1984 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de março de 1895 — Approva os estudos definitivos do ramal de Guarapuava, da Estrada de Ferro Itararé á Cruz Alta, com 150 <sup>h</sup> 300 de extensão.....	98
N. 1985 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de março de 1895 — Fixa prazo aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, privados do emprego por sentença ou demittidos a arbitrio do Governo, para manterem os direitos relativos ao respectivo montepio.....	99
N. 1985 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de março de 1895 — Approva a revisão dos estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemirim.....	100
N. 1985 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de março de 1895 — Approva a modificação da clausula 28 <sup>a</sup> do contracto approved pelo decreto n. 857 de 13 de outubro de 1890 e declara sem effeito o decreto n. 1815 A, de 27 de setembro de 1894.....	101
N. 1986 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1895 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais na Capital do Estado do Maranhão.....	102
N. 1987 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1895 — Providencia sobre o resgate do papel-moeda.....	105
N. 1988 — MARINHA — Decreto de 14 de março de 1895 — Adopla as modificações propostas pelo Governo de S. M. Britannica ás regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamentos no mar.....	106
N. 1990 (*) — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de março de 1895 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 1.500:000\$, destinado ao pagamento de reclamações tratadas por via diplomatica.....	118
N. 1991 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1895 — Approva as novas instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro do Paraná.....	118
N. 1992 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1895 — Eleva á categoria de regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, o 2 <sup>o</sup> esquadrão avuls da Guarda Nacional do municipio de Bezerros, no Estado de Pernambuco.....	137

(\*) Com o n. 1989 não houve acto.

	Pags.
N. 1993 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de março de 1895 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca do Rio das Velhas, no Estado de Minas Geraes.....	137
N. 1994 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1895 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca da Capital do Estado de Minas Geraes.....	138
N. 1995 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Pirajú, no Estado de S. Paulo.....	138
N. 1996 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1895 — Approva a planta e orçamento para as obras de augmento da estação do Entroncamento da Estrada de Ferro da Parahyba a Cabedello, da Companhia Estrada de Ferro Conde d'Eu.....	139
N. 1997 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1895 — Equipara aos extinctos os empregados da Alfândega de Juiz de Fora, cujas nomeações são nesta data annulladas, e que anteriormente pertenciam ao quadro de Fazenda..	140
N. 1998 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1895 — Transfere á Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul a concessão constante do decreto n. 9244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia.....	141
N. 1999 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1895 — Autorisa a novação dos contractos da <i>S. Paulo Railway Company, limited</i> .....	141
N. 2000 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1895 — Concede a Richard J. Reidy autorisação para estabelecer communicação telegraphica, por meio de um cabo sub-fluvial, entre as Capitães dos Estados do Pará e Amazonas.....	145
N. 2001 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de abril de 1895 — Approva a revisão dos estudos da Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, desde a estação de D. America até á do Mimoso.....	150
N. 2002 — FAZENDA — Decreto de 8 de abril de 1895 — Concede ao <i>British Bank of South America, limited</i> autorisação para subestabelecer uma caixa filial na cidade de S. Salvador, no Estado da Bahia.....	151
N. 2003 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1895 — Extingue o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Antimary, no Estado do Amazonas.....	151
N. 2004 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1895 — Crea mais batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.....	152

	Pags.
N. 2005 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1895 — Determina que os vapores da linha costeira subvencionada de Santa Catharina façam mensalmente tres viagens aos portos do norte e sul daquelle Estado.....	152
N. 2006 — EXTERIOR — Decreto de 18 de abril de 1895 — Publica a adhesão da Republica de Nicaragua á Convenção Postal Universal concluida em Vienna.....	153
N. 2007 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1895 — Concede autorisação á sociedade anonyma <i>Compagnie des Produits Cíbils</i> para funcioneer no Brazil.....	154
N. 2008 — FAZENDA — Decreto de 18 de abril de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:825\$840 para effectuar o pagamento dos vencimentos do inspector geral de saude dos portos, aposentado, Dr. Antonio Martins Pinheiro.....	168
N. 2009 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1895 — Concede ao Instituto Henrique Kopke as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional..	169
N. 2010 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1895 — Declara caduca a concessão feita a Francisco Rebello de Carvalho para o estabelecimento de um engenho central com garantia de juros no municipio de Magé.....	170
N. 2011 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1895 — Crea os logares de supplentes do substituto do Juiz Seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio de Janeiro.....	171
N. 2012 — EXTERIOR — Decreto de 25 de abril de 1895 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 100:000\$, ao cambio do dia, para pagamento ao Governo da Republica Oriental do Uruguay, como indemnisação ás familias de dous cidadãos orientaes, mortos por forças brasileiras na fronteira oriental.....	172
N. 2013 — EXTERIOR — Decreto de 25 de abril de 1895 — Transfere o Consulado em Odessa para S. Petersburgo.....	172
N. 2014 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1895 — Approva o projecto e orçamento de casas para residencia dos agentes da Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim....	173
N. 2015 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1895 — Autorisa a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em additamento ao de que trata o decreto n. 1835 de 10 de outubro de 1894 e nos termos do art. 6º, § 4º, n. 2 da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.....	173
N. 2015 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.....	174

	Pags.
N. 2016 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de abril de 1895 — Altera a clausula 2ª das que acompanharam o decreto n. 1790 de 3 de setembro de 1894.....	174
N. 2017 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1895 — Concede ao Banco dos Funcionarios Publicos autorização para transferir á Sociedade de Credito Popular, estabelecida na Capital do Estado do Pará, os direitos que lhe forem autorisados pelo decreto n. 771 de 20 de setembro de 1890.....	175
N. 2018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionaes no município de Quipapá, no Estado de Pernambuco.....	175
N. 2018 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.....	176
N. 2019 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1895 — Approva os estudos definitivos do ramal de Palmares, da Estrada de Ferro de Tamandaré á Barra .....	176
N. 2020 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1895 — Approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas ferreas de Tatuhy a Itararé e de Botucatú a Tibagy, da Companhia União Sorocabana e Iturana; bem assim as bases para applicação de tarifas moveis.....	177
N. 2021 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1895 — Approva os estatutos do Banco de Credito Commercial.....	259
N. 2022 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia....	259
N. 2023 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Brejo Grande, no Estado da Bahia.....	260
N. 2024 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Caetetê, no Estado da Bahia.....	260
N. 2026 (*) — EXTERIOR — Decreto de 27 de maio de 1895 — Supprime o Consulado em Malaga.....	261
N. 2027 — EXTERIOR — Decreto de 27 de maio de 1895 — Supprime o Consulado em Macão.....	261
N. 2028 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1895 — Approva o programma do	

---

(\*) O decreto n. 2025 não foi publicado.

	Pags.
Curso Superior de Agronomia, annexo á actual Escola Pratica de Agricultura e Viticultura de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.....	261
N. 2029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1895 — Crea os logares de supplentes do Substituto do Juiz Seccional nas circumscripções federaes do Estado de Pernambuco.....	266
N. 2029 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria na 2ª brigada de Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo.....	266
N. 2029 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo na comarca de Jabu, no Estado de S. Paulo.....	267
N. 2029 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1895 — Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes no Estado do Espirito Santo.....	267
N. 2029 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1895 — Crea mais dous batalhões de infantaria de Guardas Nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.....	268
N. 2030 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de junho de 1895 — Fixa provisoriamente o capital correspondente á 4ª secção dos prolongamentos da Estrada de Ferro do Paraná-Lapa ao Rio Negro.....	268
N. 2031 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1895 — Approva as plantas e orçamento para modificações no edificio da Estação de Curitiba e dependencias da Estrada de Ferro do Paraná.....	269
N. 2031 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.....	269
N. 2031 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Januaria, antiga de Itapirassaba, no Estado de Minas Geraes.....	270
N. 2031 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca da Franca, no Estado de S. Paulo.....	270
N. 2031 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo na comarca da Capital do Estado de S. Paulo.....	271
N. 2031 E — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Contendas, no Estado de Minas Geraes.....	271

Pags.

N. 2031 F — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1895 — Crea um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.....	272
N. 2032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1895 — Autorisa a organização de mesas de exames geraes de preparatorios nos Estados, de accordo com as instruções annexas ao decreto n. 1041 de 11 de setembro de 1892.....	272
N. 2033 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1895 — Crea dous batalhões de Guardas Nacionaes, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.....	273
N. 2034 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1895 — Determina que os funeraes do Marechal Floriano Peixoto sejam feitos á custa da Republica.....	274
N. 2035 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1895 — Approva os estudos e orçamento das obras do ramal de Tapera á Gloria do Goitá, na Estrada de Ferro Central de Pernambuco..	274
N. 2036 — MARINHA — Decreto de 4 de julho de 1895 — Manda adoptar novo plano de uniformes para o Corpo da Armada e classes annexas.....	275
N. 2037 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1895 — Concede autorisação a Manoel Vicente Ribeiro Junior e outros para organisarem uma companhia sob a denominação — Agave Americano.....	290
N. 2038 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo, um do da reserva e um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.....	292
N. 2038 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro.	294
N. 2038 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de julho de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Alcobaça, no Estado da Bahia.....	294
N. 2038 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.....	295
N. 2038 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Araguary, no Estado de Minas Geraes.....	295

	Pags.
N. 2038 E — JUSTIÇA E NECOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de Guardas Nacionaes na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes..	296
N. 2038 F — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.....	296
N. 2038 G — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1895 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão do serviço activo da Guarda Nacional das comarcas do Alto Paraguay Diamantino e Livramento, no Estado de Matto Grosso.....	297
N. 2039 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Revalida a concessão da Estrada de Ferro da Tijuca.....	297
N. 2040 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Concede novo prazo para a celebração do contracto da <i>S. Paulo Railway Company, limited</i> .....	299
N. 2041 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Approva a planta e orçamento da ponte a construir no kilometro 69.800 da linha principal da Estrada de Ferro Central da Bahia.	299
N. 2042 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Approva novas bases de tarifas para vigorarem na Ferro-Carril de Santa Cruz a Itaguahy.....	300
N. 2043 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Approva o regulamento para as partes em trafego e em construcção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.....	301
N. 2044 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1895 — Approva provisoriamente as alterações ás tarifas approvadas pelo decreto n. 10.321 de 22 de dezembro de 1889 e com ellas as bases para a applicação de tarifas moveis na Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco.....	333
N. 2044 A — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1895 — Autorisa o Ministro dos Negocios da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. de Rothschild and Sons, de Londres, um emprestimo de seis milhões esterlinos (£ 6.000.000).....	336
N. 2044 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Apiahy, no Estado de S. Paulo.....	336
N. 2044 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Santo Antonio da Cachoeira, no Estado de S. Paulo.....	337



	Pags.
N. 2045 — GUERRA — Decreto de 18 de julho de 1895 — Altera o art. 57 do regulamento que baixou com o decreto n. 5118 de 19 de outubro de 1872.....	337
N. 2046 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1895 — Rescindir os contractos celebrados entre o Ministro da Fazenda e o Presidente do Estado de Minas Geraes para a cobrança, pelas Alfandegas da União, dos impostos de exportação dos generos de produção, manufactura e criação do mesmo Estado.....	338
N. 2046 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.....	338
N. 2046 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIOES — Decreto de 18 de julho de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional do Serro, no Estado de Minas Geraes.....	339
N. 2046 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Caeté, no Estado da Bahia.....	339
N. 2047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no corrente exercicio, um credito extraordinario de 6:000\$ para o custeio de tres officinas do Instituto Benjamin Constant.....	340
N. 2049 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1895 — Transfere para a Secretaria da Presidencia da Republica o serviço de classificação e numeração dos decretos dos Poderes Legislativo e Executivo.....	340
N. 2050 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1895 — Approva os estudos e orçamento para as obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Taquary a Porto Alegre.....	341
N. 2051 — MARINHA — Decreto de 22 de julho de 1895 — Manda observar o plano de uniformes para os inferiores e praças do corpo de infantaria de marinha.....	342
N. 2052 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1895 — Transfere ao cidadão Felisberto Ignacio da Cunha a concessão constante do decreto n. 9244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia.....	347
N. 2053 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1895 — Approva os estudos da linha entre Mulungú e Campina Grande, da Estrada de Ferro Central da Parahyba.....	348

(\*) Com o n. 2048 não houve acto.

	Pags.
N. 2054 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1895 — Autorisa a celebração de contracto com a <i>Amazon Steam Navigation Company, limited</i> , para a navegação dos rios Amazonas e outros, dos Estados do Amazonas e Pará.....	348
N. 2055 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1895 — Fixa definitivamente em 4.817:805\$ o capital correspondente a 160 <sup>0</sup> 5.593 <sup>m</sup> .50 da linha de Santa Maria á Cruz Alta.....	356
N. 2056 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1895 — Aposenta, nos termos do art. 6 <sup>o</sup> das Disposições Transitórias da Constituição Federal, os magistrados não aproveitados.....	356
N. 2057 — GUERRA — Decreto de 27 de julho de 1895 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 5.074:417\$100 no corrente exercicio.....	357
N. 2058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Santa Luzia do Carangola, no Estado de Minas Geraes.	359
N. 2059 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1895 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 7:000\$, ao cambio de 27, para occorrer ás despesas necessarias com o Consulado em Cayenna, creado pelo decreto legislativo n. 278 de 29 de julho de 1895....	359
N. 2060 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1895 — Approva a planta e orçamento das obras para supprimento de agua potavel á estação e officinas do Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão.....	360
N. 2061 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1895 — Estabelece o distinctivo para o Curso Odontologico.....	360
N. 2062 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1895 — Abre o credito supplementar de 600:000\$ para occorrer ás despesas a fazer até o mez de setembro do presente exercicio, pela verba de n. 38 do art. 2 <sup>o</sup> da Lei do Orçamento vigente.....	361
N. 2063 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1895 — Approva o projecto de transformação de uma casa de turma da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí em escriptorio de desenho.....	361
N. 2064 — MARINHA — Decreto de 2 de agosto de 1895 — Abre um credito supplementar ao Ministerio da Marinha, na importancia de 4.516:323\$080, para pagar as despesas já reconhecidas e excedentes ás consignações votadas na Lei do Orçamento n. 191 B, de 30 de setembro de 1893....	362
N. 2065 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. Francisco, no Estado da Bahia.....	363

Pags.

N. 2066 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.....	363
N. 2067 — GUERRA — Decreto de 8 de agosto de 1895 — Supprime o logar de astrônomo instructor do Observatorio do Rio de Janeiro.....	364
N. 2068 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de cento e trinta e oito contos de réis (138:000\$) para concluir as obras do edificio destinado á Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.....	364
N. 2069 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1895 — Abre no corrente exercicio os creditos extraordinarios de 54:000\$ á verba n. 5, e de 60:000\$ á verba n. 7 do art. 2º da lei n. 266, de 21 de dezembro de 1894.....	365
N. 2070 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1895 — Crea os tres logares de supplentes do Substituto do Juiz Seccional de Matto Grosso em cada uma das circumscripções federaes em que fica dividido aquelle Estado.....	366
N. 2071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Coratá, no Estado do Maranhão.....	366
N. 2072 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1895 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.....	367
N. 2073 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1895 — Crea um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes no municipio de Petrolina, no Estado de Pernambuco.....	367
N. 2074 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1895 — Publica a adhesão da Republica de Honduras á Convenção Postal Universal.....	368
N. 2075 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de agosto de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves...	368
N. 2076 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1895 — Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Grajaú, no Estado do Maranhão.....	371
N. 2077 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1895 — Approva as plantas para modificação da estação do Mimoso e da ponte sobre o rio S. Pedro, da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemirim.....	371
N. 2078 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1895 — Concede autorização á <i>The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, limited</i> , para continuar a funcionar.....	372

	Pags.
N. 2079 — FAZENDA — Decreto de 23 de agosto de 1895 — Equipara aos extinctos os empregados da Alfandega de S. Paulo, cujas nomeações são nesta data annulladas e que anteriormente pertenciam ao quadro de Fazenda, excepto os que faziam parte do pessoal da Delegacia Fiscal do referido Estado.....	374
N. 2080 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Areia, Estado da Bahia.....	375
N. 2081 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Remanso, Estado da Bahia.....	375
N. 2082 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1895 — Crea um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cannavieiras, Estado da Bahia.....	376
N. 2083 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo na comarca do Serro, Estado de Minas Geraes.....	376
N. 2084 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 119:349\$656 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha, durante o segundo semestre do corrente anno.	377
N. 2085 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itú, Estado de S. Paulo.....	378
N. 2086 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 3.341:816\$713 para pagar despezas da verba— Garantia de juros ás estradas de ferro—, art. 6º da Lei de Orçamento de 1894.....	378
N. 2087 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1895 — Approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas de Ribeirão Preto a Catalão e ramal de Poços de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana.	379
N. 2088 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1895 — Approva as modificações nas condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria á Cruz Alta.....	459
N. 2089 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1895 — Approva com modificações os estudos definitivos da 2ª secção da Estrada de Ferro da Victoria a Pecanha.....	501
N. 2090 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de setembro de 1895—Extingue diversas brigadas mixtas de Guardas Nacionaes do Estado do Rio Grande do Norte.	502

Page.

N. 2091 — MARINHA — Decreto de 13 de setembro de 1895 — Dá regulamento á lei n. 127 de 29 de novembro de 1892 que instituiu o montepio para os operarios dos Arsenaes de Marinha da Republica.....	502
N. 2092 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infan- taria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado do Pará.....	514
N. 2093 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infan- taria de Guardas Nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.....	514
N. 2094 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1895 — Eleva á categoria de regimento o 3º esquadraão avulso da Guarda Nacional da comarca da União, no Estado do Piahy.....	515
N. 2095 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1895 — Transfere para o commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, a 11ª secção de batalhão da reserva da mesma guarda, da comarca de Santa Vi- ctoria do Palmar, no referido Estado.....	515
N. 2096 — GUERRA — Decreto de 17 de setembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar da quantia de 7.905:410\$565 para occorrer ás despesas com diversas rubricas no exercicio de 1895.....	516
N. 2097 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infan- taria de Guardas Nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.....	517
N. 2098 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infan- taria de Guardas Nacionaes na comarca de Chaves, no Estado do Pará.....	517
N. 2099 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1895 — Proroga o prazo estatuído para a construcção de um aterro e augmento de um viaducto da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui.....	518
N. 2100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1895 — Crea tres logares de sup- plentes de substituto do Juiz Seccional de Santa Catha- rina em cada uma das circumscripções federaes em que fica dividido aquelle Estado.....	518
N. 2101 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1895 — Crea um regimento de ca- vallaria de Guardas Nacionaes na comarca de S. José do Paraizo, no Estado de Minas Geraes.....	519
N. 2102 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de se- tembro de 1895 — Publica a adhesão da Republica do Salvador ao accordo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas.....	519

	Página.
N. 2103 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1895 — Approva os estudos definitivos da variante entre os kilometros 167+345 e 232+410 da Estrada de Ferro da Barra Mansa a Caltão.....	520
N. 2104 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1895 — Proroga, por mais cinco mezes, o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para medir e demarcar datas mineiras nos Estados do Pará e Maranhão.....	521
N. 2105 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1895 — Proroga por tres annos o prazo fixado no decreto n. 1079, de 28 de novembro de 1890, para a Companhia Melhoramentos da Lagôa e Botafogo terminar as obras de saneamento da Lagôa Rodrigo de Freitas.....	521
N. 2106 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1895 — Publica a adhesão do Governo do Reino da Servia ao accordo de Vienna relativo ao serviço de vales postaes.....	522
N. 2107 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1895 — Approva com modificações os estudos definitivos do prolongamento até ao ramal do Rio das Contas e do ramal em direcção ás terras de Orohó, do Sítio Novo ao Mundo Novo, da Estrada de Ferro Central da Bahia; bem assim as tabellas de preços, e dá outras providencias.....	523
N. 2108 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1895 — Concede ao cidadão Orozimbo Muniz Barreto autorização para ligar os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes por meio de uma linha telephonica.....	523
N. 2109 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Bom Conselho, no Estado da Bahia.....	526
M. 2110 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Dá nova organização á Guarda Nacional da Capital do Estado da Bahia.....	526
N. 2111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.....	527
N. 2112 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Crea um batalhão de artilharia de posição de Guardas Nacionaes na comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas.....	528
N. 2113 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 1.700:000\$ á verba — Reposições e restituções — do exercicio vigente, art. 7º n. 79 da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.....	528

	Pags.
N. 2114 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Rectifica a extensão da linha de Santa Maria a Cruz Alta, indicada no decreto n. 2055 de 25 de julho do corrente anno, e bem assim altera o respectivo capital definitivo.....	529
N. 2115 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Concede autorisação à sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma George Maschke & C., para funcionar.....	529
N. 2116 — MARINHA — Decreto de 30 de setembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Marinha, no exercicio vigente, os creditos extraordinarios de 381:000\$ para dar execução ao § 10 do art. 2º da lei n. 242 de 13 de dezembro de 1894, e de 1.883:575\$080 para pagamento de fretes e reparos dos vapores Santos, S. Salvador e Itaipu, armados em cruzadores para attender às necessidades do serviço publico durante a revolta de 6 de setembro de 1893.....	533
N. 2117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 117:000\$, sendo 52:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 65:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	534
N. 2118 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 1.301:595\$, sendo 297:045\$ á verba — Subsídio aos senadores — e 1.004:550\$ á verba — Subsídio aos deputados.....	534
N. 2119 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu.....	535
N. 2120 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1895 — Autorisa a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor das lagoas Norte e Manguaba para o serviço dessa navegação no Estado das Alagoas.....	537
N. 2121 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Bomfim, Estado da Bahia.....	543
N. 2122 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca do Rio Grande, Estado de Minas Geraes.....	543
N. 2123 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1895 — Publica a adhesão do Governo do Paraguay á Convenção Postal Universal.....	544
N. 2124 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1895 — Altera a classificação das tarifas da Estrada de Ferro Conde d'Eu.....	544

- N. 2125 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de \$ 8:186\$810 para pagamento de excesso das despesas com o serviço de e locomotivas no Estado do Rio Grande do Sul, no exercício de 1894..... 545
- N. 2126 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 53:341\$00, para pagamento das despesas realizadas com o funeral do Marechal e barão D. Luiz de Almeida..... 545
- N. 2127 — MARINHA — Decreto de 10 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Marinha o credito de 830:300\$, para complementar a verba—Obras—, do orçamento em vigor, para occorrer a construção de um quartel para o batalhão de infantaria de marinha, aos reparos indispensaveis a diversos proprios navios na ilha das Cobras e a fabricação de uma porta-cálix para o dique Guanabara..... 546
- N. 2128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1895 — Cria mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo..... 547
- N. 2129 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Abre o credito suplementar de 44:205\$23 ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores no exercício de 1894 para occorrer ao pagamento das despesas autorisadas pela lei n. 198 de 18 de julho de 1894..... 547
- N. 2130 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 17 de outubro de 1895 — Approva a mudança do Botucatu por ponto inicial da linha de Botucatu a Tilagy para a estação do Capão Bonito..... 547
- N. 2131 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo..... 548
- N. 2132 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Suspende a garantia de juros concedida á Companhia *The North Brazilian Sugar Factories, limited*, para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Pernambuco..... 550
- N. 2133 — INDUSTRIA, VIAÇÃO, E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1895 — Approva definitivamente algumas alterações nos tarifas da Estrada de Fierro do Paraná, approvadas por decreto n. 1991 de 11 de março do corrente anno..... 550
- N. 2134 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1895—Reorganiza a Guarda Nacional da comarca do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Geraes..... 551
- N. 2135 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de outubro de 1895 — Cria mais um batalhão da



	Pags.
Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Jannuaria, no Estado de Minas Geraes.....	551
N. 2136 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito supplementar de 23:000\$, para occorrer á despesa da rubrica n. 11 do art. 7º da lei n. 205, de 21 de dezembro de 1894 — Caixa de Amortisação.....	552
N. 2137 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para occorrer ás despezas com o prolongamento da linha telegraphica pelo interior do Estado do Maranhão até a cidade de Palma, no de Goyaz.....	552
N. 2 38 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Fazenda, no corrente exercício, o credito extraordinario de 300:000\$ para auxiliar o Estado de Goyaz.....	553
N. 2139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.....	553
N. 2140 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1895 — Approva, com restricções, os estudos definitivos dos primeiros 120,200 da Estrada de Ferro de Nazareth ao Crato.....	554
N. 2142 (*) — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1895 — Concede authorisação ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado, incorporador da sociedade anonyma denominada «Cooperativa 14 de Julho», para reformar os respectivos estatutos.....	554
N. 2143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Obidos, no Estado do Pará.....	556
N. 2144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1895 — Crea um batalhão da reserva de Guardas Nacionais na comarca de Obidos, no Estado do Pará.....	556
N. 2145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionais na comarca de Valença, no Estado da Bahia.....	557
N. 2146 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1895 — Determina que os vencimentos do Corpo Diplomatico e Consular sejam pagos por mezas vencidos: que os dos empregados licenciados que vierem ao Brazil ou os que ahí ficam em commissão sejam pagos em moeda corrente do paiz e dispõe sobre os empregados nomeados ou removidos.....	557

(\*) O decreto n. 2144 não foi publicado.

	Paga.
N. 2147 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1895 — Abre no corrente exercício, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de 566:226\$610, destinado a diversas verbas do art. 2º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.	553
N. 2148 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1895 — Crea um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca do Rosario, no Estado de Sergipe.....	559
N. 2149 — MARINHA — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Marinha, no exercício corrente, o crédito suplementar de 3.221:549\$525, de conformidade com o art. 3º n. 4 da lei n. 247 de 15 de dezembro de 1894.	559
N. 2150 — GUERRA — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Guerra, com applicação no exercício corrente e no proximo futuro, o crédito de 3.000:000\$ para restauração e melhoramento das fortalezas da Republica.	560
N. 2151 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o crédito extraordinario de 2.096:135\$872 para occorrer aos pagamentos das despezas realizadas e a realizar por conta da verba — Terras Publicas e Colonisação.....	560
N. 2152 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1895 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de quatro mil e setecentos contos de réis (4.700:000\$) á verba — Exercícios findos — da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.....	561
N. 2153 — FAZENDA — Decreto de 1 de novembro de 1895 — Dá regulamento para boa execução da lei n. 294, de 5 de setembro do corrente anno, que dispõe sobre as companhias estrangeiras de seguros de vida que funcionam no territorio do Brazil.....	561
N. 2154 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1895 — Eleva á categoria de regimento o 1º esquadrão avulso de cavallaria de Guardas Nacionaes do municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco..	566
N. 2155 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia.....	567
N. 2156 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1895 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Carolina, no Estado do Maranhão.....	567
N. 2157 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de novembro de 1895 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Lacteinios.....	568
N. 2158 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.....	574

Pags.

N. 2159 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 76:036\$ á verba n. 13 do art. 2º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894 — Policia do Districto Federal (Brigada Policial).....	574
N. 2160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Abre Campo, no Estado de Minas Geraes.....	575
N. 2161 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1895 — Crea um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Lavras Diamantinas, Estado da Bahia.....	575
N. 2162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1895 — Approva o Regimento das Custas Judiciarias da Justiça local do Districto Federal..	576
N. 2163 — JUSTIÇA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1895 — Promulga o regulamento da taxa judiciaria do Districto Federal....	600
N. 2164 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 19:500\$ á verba n. 1 do art. 3º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.....	603
N. 2165 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 577:125\$, sendo 127:575\$ á verba —Subsidio aos senadores— e 449:550\$ á verba —Subsidio aos deputados.....	603
N. 2166 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 58:500\$, sendo 26:000\$ á verba —Secretaria do Senado— e 32:500\$ á verba —Secretaria da Camara dos Deputados....	604
N. 2167 — MARINHA — Decreto de 18 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 25:152\$518 para diversas despesas relativas á reorganização do Hospital de Marinha.....	604
N. 2168 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1895 — Altera as tarifas e classificação de mercadorias da Estrada de Ferro Central das Alagoas, approvadas pelo decreto n. 1880, de 5 de novembro de 1894....	605
N. 2169 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Applica ás successões de cidadãos suissos as disposições do decreto n. 845 de 8 de novembro de 1851, a que se refere o seu art. 24.....	627
N. 2170 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Confirma no posto de major da Brigada Policial desta Capital o auxiliar tecnico do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	627

	Pags.
N. 2171 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de 4 571\$428 á verba — Exercicios findos — para effectuar o pagamento do ordenado do juiz de direito, bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia.....	628
N. 2172 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Approva as instrucções para os exames geraes de preparatorios na Capital Federal.....	628
N. 2173 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1895 — Dá instrucções para os exames geraes de preparatorios nos Estados.....	632
N. 2174 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 819:000\$ á verba n. 4 do art. 6º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.....	636
N. 2175 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Approva as bases para a applicação de tarifa movel na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.....	636
N. 2176 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, no actual exercicio, o credito extraordinario de 9:873\$760, destinado ao regate dos compromissos da commissão examinadora da escripturação da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, ao proprio nacional Fazenda do Ariró e ao Laboratorio de Biologia.....	637
N. 2177 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 7.616:993\$250 ao art. 4º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.....	638
N. 2178 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 76:000\$, para pagamento, até o fim do actual exercicio, do pessoal e material da Colonia Correccional dos « Dous Rios ».....	639
N. 2179 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Approva a planta e orçamento para construcção de uma casa de residencia do mestre da linha, em Pombal, da Estrada de Ferro Central da Bahia.....	639
N. 2180 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Concede autorisação á « Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens » para continuar a funcionar.....	640
N. 2181 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Approva a planta e orçamento para construcção de um pontilhão nas proxi-	

	Pags.
midades do kilometro 40 + 400 da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.....	652
N. 2182 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1895 — Altera o art. 340 do regulamento dos Arsenaes de Guerra.....	653
N. 2184 * — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 108:713\$995 á verba n. 15, art. 6º da lei de orçamento n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, para ser applicado ás obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.....	654
N. 2185 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1895 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Hypothecario do Brazil.....	654
N. 2186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço da reserva de Guardas Nacionais na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.....	656
N. 2187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1895 — Crea um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Villa Bella, no Estado de S. Paulo.....	657
N. 2188 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1895 — Supprime o Consulado em Helsingfors.....	657
N. 2189 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Santa Luzia do Carangola, no Estado de Minas Geraes.....	658
N. 2190 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Eleva á categoria de batalhão e á de regimento a 31ª secção de batalhão do serviço da reserva e o 13º esquadrão avulso da Guarda Nacional da comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.....	658
N. 2191 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Approva as bases de tarifas moveis para o transporte de mercadorias na Estrada de Ferro Central de Macahé.....	659
N. 2192 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Concede autorisação á Companhia The Amazon Telegraph Company limited, para funcionar.....	660
N. 2193 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Autorisa o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas a revalidar o termo de transferencia de 31 de março de 1891.....	684

(\*) O decreto n. 2183 não foi publicado.

	Pag.
N. 2194 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1895 — Estabelece regras para a execução do art. 3º da lei n. 322 de 8 de novembro de 1895.....	685
N. 2195 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1895 — Desliga o 26º batalhão de infantaria do commando superior da Guarda Nacional da comarca de Cachoeira, e annexa-o ao da de S. Felix, ambas no Estado da Bahia.....	686
N. 2196 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.....	687
N. 2197 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1895 — Crea mais um batalhão de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Pirassununga, no Estado de S. Paulo.....	688
N. 2198 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1895 — Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.....	688
N. 2199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio aos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio aos deputados.....	689
N. 2200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 58:500\$, sendo 26:000\$ á verba — Secretaria do Senado e 32:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.....	689
N. 2201 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Guerra creditos parciaes até 14.000:000\$ para occorrer ás despesas extraordinarias com o Exercito e corpos patrioticos no Estado do Rio Grande do Sul.....	690
N. 2202 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1895 — Fixa a sede da Legação na Colombia e Equador.....	690
N. 2203 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Batataes, no Estado de S. Paulo...	691
N. 2204 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Publica a adhesão dos protectorados britannicos de Zanzibar e da Africa Oriental á Convenção Postal Universal.....	691
N. 2205 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Concede ao Instituto Benjamin Constant do Estado de Pernambuco as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.....	692
N. 2206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Extingue o hospital de	

	Pags.
isolamento da ilha de Santa Barbara e dá outras providencias.....	692
N. 2207 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Dá nova organização á Brigada de Artifices Militares..	693
N. 2208 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1895 — Reorganisa as Escolas de Machinistas Navaes da Republica dos Estados Unidos do Brazil.....	699
N. 2209 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 30 de dezembro de 1895 — Autorisa a Com- panhia Estrada de Ferro Central Alagoana a construir a estação de Atalaya em local differente do que se acha designado nos estudos approvados.....	725
N. 2210 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1895 — Abre ao Ministerio da Justi- ça e Negocios Interiores um credito suplementar á verba — Soccorros Publicos — do exercicio de 1895, na importancia de 420:000\$000.....	725

---

# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## 1895



DECRETO N. 1932 — DE 5 DE JANEIRO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia — Banha Rio-Grandense Alves, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas realizada no dia 15 de outubro do anno proximo passado ; ficando, porém, a companhia obrigada a cumprir o disposto no art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 5 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

### Reforma de estatutos da Companhia Banha Rio-Grandense « Alves »

Art. 2.º A sua sede será no Rio de Janeiro, onde terá o seu foro juridico.

Art. 7.º A companhia será administrada por dois directores, um residente no Rio de Janeiro, outro em Porto Alegre. O director residente no Rio de Janeiro poderá vender productos da

Poder Executivo 1895



companhia, percebendo a respectiva comissão e garantia como si fosse agente e perceberá mais mensalmente o ordenado de 1:000\$ e o director em Porto Alegre 500\$, também mensalmente, enquanto estes cargos forem exercidos pelos Srs. Rodolpho A. França, no Rio de Janeiro, e José Pedro Alves, em Porto Alegre.

Art. 9.º Ca'lla membro da directoria depositará na caixa da companhia, como caução e responsabilidade de sua gestão, 100 acções da companhia, que serão inalienaveis enquanto exercer o cargo e não forem tomadas as respectivas contas.

Art. 10. Os directores se communicarão por correspondencia sobre os serviços da companhia, ficando as cartas archivadas.

Art. 11. Nenhum director poderá deixar o serviço da companhia sem combinar com o outro sobre a sua substituição, ficando entretanto responsavel pelos actos do seu substituto.

Art. 12. Vagando algum logar de membro da directoria, esta o preencherá, nomeando para este fim accionista que tenha a necessaria qualidade. Essa, assim nomeado, exercerá o dito cargo até a primeira reunião de assembléa geral, que será convocada pelo outro director ou pelo conselho fiscal, para o fim de eleger accionista para o cargo vago. O director assim eleito exercerá o cargo por todo o tempo que exercia aquelle a quem substitue.

Art. 13. Além das attribuições geraes e inherentes ao cargo, incumbem especialmente : ao director residente no Rio de Janeiro, todo o serviço de escriptorio, inclusive escripturação dos livros e gerencia geral dos negocios da companhia, e represental-a em juizo ou fóra delle, por si ou por prepostos. Ao director residente em Porto Alegre, a fiscalisação da fabrica da companhia, de todos os seus negocios e promoções de interesse em geral da associação.

Art. 16. Ao conselho fiscal competem todas as obrigações legais.

Art. 19. Os membros do conselho fiscal servirão gratuitamente.

Art. 26. As deliberações ou resoluções das assembléas geraes serão tomadas como determina o art. 30.

Art. 27. Substituam-se os seus dizeres pelo seguinte : O presidente da assembléa geral será escolhido pelos accionistas e terá o voto de qualidade sempre que se dê empate na votação.

Art. 29. Só poderão votar nas assembléas geraes os accionistas que tiverem os seus nomes inscriptos no livro de registro pelo menos 30 dias antes da reunião, e só estes poderão figurar como procuradores.

Paragrapho unico. As procurações devem ser entregues no escriptorio da companhia oito dias antes da reunião da assembléa, sob pena de não produzirem effeito.

Art. 30. Cada grupo de 10 acções dá direito a um voto. Os accionistas que possuirem de uma a nove acções poderão discutir, fazer propostas, mas não terão voto.

Art. 36. O director residente no Rio de Janeiro fica autorisado a fazer as viagens necessarias aos interesses e desenvolvimento da companhia, correndo as despesas por conta desta e sendo as viagens feitas de accordo com o outro director.

Art. 38. A companhia estabelecerá agencias onde lhe convier, para a venda de seus productos, sendo os agentes nomeados por deliberação de ambos os directores.

Art. 39. Dos lucros liquidos retirar-se-hão annualmente 5 % para o fundo de reserva, 5 % para renovação e depreciação do material e 5 % para amortisação da conta de installação. Do restante se distribuirá um dividendo até 18 % ao anno sobre o capital realizado e havendo excesso dividir-se-ha em duas partes iguaes, sendo uma para o director em Porto Alegre, como bonificação de sua administração, enquanto o referido cargo for exercido pelo Sr. José Pedro Alves, e a outra parte será levada a lucros suspensos.

Art. 40. Pela reforma que soffreram os estatutos ficam nomeados, durante os seis annos seguintes, director no Rio de Janeiro o Sr. Rodolpho A. França e em Porto Alegre o Sr. José Pedro Alves, e supplentes: no Rio de Janeiro o Sr. Gaspar Antonio Ribeiro e em Porto Alegre o Sr. Edmund Dreher. Ficam nomeados fiscaes para servirem de conformidade com a lei os Srs. Queiroz Moreira & C<sup>a</sup>, Siqueira & C<sup>a</sup>, e Gabriel Marques Carregal e supplentes os Srs. Cardoso Fernandes & C<sup>a</sup>, Emilio de Barros & C<sup>a</sup>, e Manoel Jorge de Oliveira Rocha.

S. Paulo, 15 de outubro de 1894. — *Gaspar Ribeiro & C<sup>a</sup>.*



## DECRETO N. 1933 — DE 9 DE JANEIRO DE 1895

Dá execução ao § 3º e n. 5 do § 4º art. 6º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em vista do art. 6º § 3º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, e usando da autorisação que lhe concede o § 4º n. 5 do art. 6º da mesma lei, resolve:

Art. 1.º Ficam reunidos sob uma só administração, com séde na Parahyba, os prolongamentos da Estrada de Ferro Conde d'Eu, de Mulungu a Campina Grande e de Guarabira a Nova Cruz, sob a denominação de — Estrada de Ferro Central da Parahyba.

Art. 2.º E' provisoriamente applicado á estrada de ferro creada por este decreto o de n. 713 de 2 de setembro de 1890 relativo ao prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Capital Federal, 9 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1934 — DE 9 DE JANEIRO DE 1895

Approva a planta e orçamento para construção de um barracão perto do almoxarifado da Estrada de Ferro Central da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *The Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company Limited*, resolve approvar a planta e o orçamento quem com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Vição, para construção de um barracão perto do almoxarifado da Estrada de Ferro Central da Bahia, para deposito de materiaes.

Capital Federal, 9 de janeiro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

~~~~~

## DECRETO N. 1935 — DE 14 DE JANEIRO DE 1895

Concede autorisação á Companhia ingleza *The Royal Insurance Company* para estabelecer uma agencia no Estado do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia ingleza *The Royal Insurance Company*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorisação para estabelecer uma agencia no Estado do Paraná, com o fim exclusivo de realizar seguros contra os riscos de fogo, mediante as clausulas que acompanharam o decreto n. 9813 de 8 de dezembro de 1887; ficando outrossim obrigada á execução das formalidades prescriptas no decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

~~~~~

## DECRETO N. 1935 A — DE 14 DE JANEIRO DE 1895

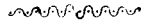
Concedo autorização á sociedade anonyma *The Royal Insurance Company* para estabelecer uma agencia no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu *The Royal Insurance Company*, devidamente representada, resolveu conceder-lhe autorisação para estabelecer uma agencia no Estado de Santa Catharina, com o fim exclusivo de realizar seguros contra os riscos de fogo, mediante as clausulas que acompanharam o decreto n. 9813 de 8 de dezembro de 1887, ficando outrossim a companhia obrigada á execução das formalidades prescriptas no decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1936 — DE 14 DE JANEIRO DE 1895

Estabelece alterações no plano de uniformes do Exército.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve que no plano de uniformes para o Exército, approvado pelo decreto n. 1729 A, de 11 de junho de 1894, e modificado pelos decretos ns. 1844 e 1903, de 4 de outubro e 3 de dezembro do dito anno, se observe o seguinte:

No 1º uniforme os officiaes de artilharia de posição e os de infantaria usarão, em formatura, de polainas de panno da cor da sobrecasaca.

Os officiaes e praças de artilharia de campanha e os de cavalaria usarão *schabraques*.

No 2º uniforme é supprimido o pennacho de kepis dos generaes.

Os officiaes de corpos arregimentados no 4º uniforme usarão tunica de brim branco e pardo, sendo esta exclusivamente para o serviço interno e aquella tanto para o externo como para o interno; essas tunicas não terão platinas nem vivos, e as divisas serão, para as de brim branco de galão de ouro e para as de brim pardo de cadarço preto, devendo os botões de ambas ser dourados.

No pequeno uniforme, as praças de pret, em vez de bombachas de panno e flanelle garance, usarão de calças direitas, do mesmo

panno, e, além da tunica de flanella, terão tunicas de brim pardo em vez de camisolas, para o serviço interno e externo.

Dos uniformes das praças de pret os cothurnos são substituidos por botinas para todos os corpos, exceptuados os de engenharia.

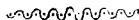
A espada deve ser sómente usada pelos officiaes, quando em serviço, ou em actos de solemnidade.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



#### DECRETO N. 1937 — DE 14 DE JANEIRO DE 1895

Crea uma commissão especial para encarregar-se das obras das linhas ferreas de Sant'Anna do Livramento ao Saycan e daquelle ponto de partida a entroncar na linha de Bagé á Cacequy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de dar todo o desenvolvimento á construcção das linhas ferreas de Sant'Anna do Livramento ao Saycan, passando pelo Rosario, e daquelle ponto de partida passando por D. Pedrito e S. Sebastião á entroncar na linha de Bagé a Cacequy no ponto que for fixado no Estado do Rio Grande do Sul, resolve:

Art. 1.<sup>o</sup> Fica creada, para os serviços de que se trata, uma commissão especial que se regerá não só pelas disposições da portaria de 21 de agosto de 1888, approvando as instrucções para a organização do pessoal e direcção technica dos trabalhos da Estrada de Bagé a Uruguayana, como também pelas do regulamento do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre á Uruguayana, approved pelo decreto n. 691 de 28 de agosto de 1890.

Art. 2.<sup>o</sup> O pessoal da mesma commissão será o da tabella annexa, sendo os respectivos vencimentos os da tabella que baixou com o decreto n. 943 de 1 de novembro de 1890.

Art. 3.<sup>o</sup> Para as despesas da commissão, no actual exercicio será destinado o credito de 830:000\$ retirado da verba n. 16,

art. 6º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, credito que se destinava aos trabalhos da 5ª divisão da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

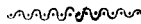
PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Tabella a que se refere o art. 2º do decreto n. 1937 de 14 de janeiro de 1895

Categorias	Quantidade
Engenheiro chefe.....	1
Primeiro engenheiro.....	1
Chefes de secção.....	
Engenheiros de 1ª classe.....	
» » 2ª » .....	
Conductores » 1ª » .....	
» » 2ª » .....	
Auxiliares » 1ª » .....	
» » 2ª » .....	
Desenhistas » 1ª » .....	
» » 2ª » .....	
Pagador.....	1
Secretario.....	1
Almoxarife.....	1
Agente em Montevidéo.....	
Amanuenses.....	
Continuos.....	

Capital Federal, 14 de janeiro de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 1938 — DE 14 DE JANEIRO DE 1895

Extingue o logar de director do *Diario Official*, passando as suas attribuições a ser exercidas pelo administrador da Imprensa Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de restringir a despesa publica, e considerando que o administrador da Imprensa Nacional pôde accumular com vantagem para o serviço publico as attribuições que competem, na conformidade do art. 24 do regulamento a

que se refere o decreto n. 1541 C, de 31 de agosto de 1893, ao director do *Diario Official*, nos termos do n. 1 do art. 3.º da lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894, decreta :

Art. 1.º Fica extinto o lugar de director do *Diario Official*, cujas attribuições serão exercidas pelo administrador da Imprensa Nacional.

Art. 2.º O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda expedirá as instrucções que forem necessarias para a regularidade do serviço.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de janeiro de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

~~~~~

#### DECRETO N. 1939 — DE 15 DE JANEIRO DE 1895

Revoga o decreto n. 1697 A, de 25 de abril de 1894, que transferiu para a jurisdição do Ministerio da Guerra as fortalezas das ilhas das Cobras e de Willegaignon, do porto do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em attenção ao que representou o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, e

Considerando que cessaram as condições de anormalidade que determinaram a transferencia das fortalezas das ilhas das Cobras e de Willegaignon para a jurisdição do Ministerio da Guerra ;

Considerando que as referidas ilhas, como pontos militares no systema de defesa do porto do Rio de Janeiro, são relativamente de pouca importancia, podendo o Ministerio da Marinha dar-lhes applicação mais proveitosa ao serviço publico que o da Guerra ;

Considerando ainda que é necessario reorganisar todos os serviços do Ministerio da Marinha e que nessas ilhas existem já estabelecimentos importantes do mesmo Ministerio, que não podem de prompto ser transferidos para outros logares ;

Resolve :

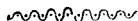
Artigo unico. E' revogado o decreto n. 1697 A, de 25 de abril de 1894, que transferiu para a jurisdição do Ministerio da Guerra as fortalezas das ilhas das Cobras e de Willegaignon, do porto do Rio de Janeiro.

O General de Divisão Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, faça executar a presente resolução, expedindo os necessarios despachos.

Capital Federal, 15 de janeiro de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



DECRETO N. 1940 — DE 17 DE JANEIRO DE 1895

Approva as instruções que devem reger os concursos para o provimento dos logares de amanuenses e segundos officiaes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, afim de que possam ter fiel cumprimento os arts. 14 e 15 do regulamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, annexo ao decreto n. 1205 de 10 de janeiro de 1893 resolve approvar as instruções que devem reger os concursos para o provimento dos logares de amanuenses e segundos officiaes da dita Secretaria de Estado, as quaes são publicadas com este decreto, assignadas pelo Ministro de Estado respectivo Carlos Augusto de Carvalho.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

Instruções que devem reger os concursos para o provimento dos logares de amanuenses e segundos officiaes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 1.º O concurso para os logares de amanuenses da Secretaria de Estado das Relações Exteriores será feito entre os pretendentes que se apresentarem, precedendo annuncios com a antecedencia de 15 dias.

Os pretendentes instruirão os seus requerimentos com documentos que provem a idade de 18 annos, pelo menos, e bom



procedimento, podendo juntar quaesquer outros relativos ás suas habilitações e serviços.

Art. 2.º O concurso para os logares de segundos officiaes será feito entre os amanuenses da secretaria.

No caso de não serem preenchidas todas as vagas por não haver numero sufficiente de amanuenses habilitados, serão os restantes sujeitos a concurso publico para o qual se farão annuncios com a mesma antecedencia acima determinada.

Art. 3.º Presidirá aos concursos o director geral da secretaria ou o director de secção que o Ministro designar, sendo os examinadores e o secretario nomeados dentre os empregados da mesma secretaria e os diplomatas ou consules em disponibilidade activa.

Art. 4.º As provas dos concurrentes aos logares de amanuenses versarão sobre as seguintes materias :

Calligraphia ;

Linguas portugueza, franceza e ingleza, devendo o candidato traduzir as duas ultimas e fallar pelo menos a segunda ;

Noções de historia do Brazil e de geographia geral ;

Arithmetica até proporções inclusivamente.

Art. 5.º As provas de calligraphia e da lingua portugueza serão prestadas conjunctamente sobre trechos dictados pelo examinador ; a de arithmetica constará de resolução de problemas e suas operações por escripto ; as de historia do Brazil e de geographia geral poderão ser oraes. Nos exames das linguas franceza e ingleza se exigirá, além da traducção, a versão para as mesmas linguas de trechos dictados.

Art. 6.º As provas dos concurrentes aos logares de 2.ºs officiaes versarão sobre as seguintes materias :

Lingua allemã ;

Principios geraes do direito internacional e do direito publico nacional ;

Redacção.

A prova da primeira materia consistirá na traducção de trechos dictados, que serão escriptos pelos candidatos em caracteres allemães ; as da segunda e terceira serão prestadas por escripto ou oralmente ; e a de redacção constará de uma peça official, cujas forças serão dadas pelo examinador.

Art. 7.º Todos os concurrentes serão examinados sobre os mesmos pontos e conjunctamente, e o presidente da mesa examinadora poderá fazer-lhes as perguntas que julgar convenientes.

Art. 8.º No concurso a que se refere o art. 4.º poderão os concurrentes ser examinados na lingua allemã, si a isso quizerem prestar-se, o que lhes dará preferencia para a nomeação.

Art. 9.º Todas as provas escriptas serão datadas e assignadas pelos concurrentes e rubricadas pelo presidente e examinadores.

Art. 10. Os exames serão publicamente feitos em uma das salas da secretaria e começarão ás 10 horas da manhã.

Art. 11. O concorrente que não comparecer á hora marcada ou que por qualquer motivo se retirar antes de fazer as provas, ficará excluído do concurso.

Art. 12. A prova escripta durará no maximo uma hora para cada materia.

Art. 13. Em acto successivo aos exames o presidente e os examinadores votarão por escrutinio secreto sobre cada uma das provas, lançando em uma urna espheras brancas ou pretas, conforme approvarem ou reprovarem.

No caso de empate considerar-se-ha inhabilitado o concorrente.

Art. 14. Em seguida se procederá á segunda votação sobre o merecimento relativo dos concorrentes. No caso de igualdade serão collocados em gráo superior os que, de accordo com o art. 8º, se tiverem prestado a exame da lingua allemã.

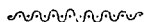
A lista que nesta conformidade se organizar será assignada pelo presidente e pelos examinadores.

Art. 15. No livro competente serão lavradas pelo secretario da mesa as actas dos concursos, nas quaes se mencionarão os dias em que forem feitos, os nomes dos examinadores e dos concorrentes, o resultado das suas votações, as notas obtidas pelos concorrentes e as circumstancias que occorrerem. Serão assignadas pelo presidente e pelos examinadores.

Art. 16. Findo o concurso, serão remettidas ao Ministro as provas escriptas e as notas obtidas pelos concorrentes com officio do presidente, acompanhado de uma cópia da respectiva acta.

Art. 17. Não havendo concorrentes habilitados nos concursos para os logares tanto de amanuenses como de segundos officiaes, serão as vagas preenchidas por livre escolha do Governo.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1895.—*Carlos Augusto de Carvalho.*



#### DECRETO N. 1941 — DE 17 DE JANEIRO DE 1895

Modifica o regulamento sobre a venda de bilhetes das loterias estaduais no Districto Federal, mandado observar pelo decreto n. 1287, de 17 de fevereiro de 1893 e providencia sobre as loterias federaes de accordo com o art. 9º da lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do art. 9º da lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894, decreta :

Art. 1.º E' permittida a venda no Districto Federal dos bilhetes das loterias dos Estados autorisadas pelos respectivos Governos, ou sejam extrahidas na Capital Federal ou nos mesmos Estados, comtanto que se satisfaçam as condições estatuidas neste regula-

mento, emanadas do art. 3.º da lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892, do decreto n. 277 B, de 22 de março de 1890, na parte não alterada, e da lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894.

Art. 2.º Não podem ser expostos à venda no Districto Federal os bilhetes das loterias dos Estados, enquanto os thesoureiros, contractadores ou agentes não tiverem preenchido as seguintes formalidades :

1.º, registrar na repartição fiscal das loterias: *a)* cópia authenticada da lei estadual que houver concedido ou autorizado a loteria ; *b)* cópia authenticada do plano approved, si não estiver incorporado na lei ; *c)* o contracto ou cópia authenticada delle, quando o houver celebrado para a extração ; *d)* documento de responsabilidade do Estado para o effectivo pagamento dos premios sorteados e dos bilhetes vendidos quando não se levar a effecto o sorteio ;

2.º, prestar fiança, que será de 20:000\$ para as loterias cujo capital for inferior a 300:000\$, e de 30:000\$ quando for superior ;

3.º, recolher ao Thesouro Nacional a importancia do imposto de 3 % creado pela lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894, art. 9.º.

Este recolhimento será feito mediante guia do fiscal das loterias e relativamente ao capital de cada loteria a extrahir ;

4.º, entrar para o Thesouro, por semestres adiantados, com a quota que pelo Ministerio da Fazenda lhe for marcada, para as despesas de fiscalisação, de accordo com o art. 9.º da lei n. 265, citada.

§ 1.º A caução a que se refere o n. 2 deste artigo consistirá em moeda corrente, bonus ou apolices da divida publica.

§ 2.º Os bilhetes de cada loteria, além da indicação exacta do capital da mesma, deverão conter a declaração impressa de que a loteria é estadual, a que Estado pertence, a lei que a autorizou e o nome da instituição beneficiada.

Art. 3.º O registro, de que trata o art. 2.º n. 1.º, será precedido de rigoroso exame dos documentos exigidos por lei.

Não poderá ser registrada para a venda de bilhetes no Districto Federal a loteria em cuja concessão ou contracto tenha havido preterição das disposições das leis referentes ao assumpto, ou em que houver estipulação da qual resulte redução, por minima que seja, do beneficio consagrado naquellas leis.

Neste caso, o fiscal das loterias deve communicar o facto ao Ministerio da Fazenda, para que este o apresente ao Governo do Estado que houver feito a concessão.

Art. 4.º Para o registro da loteria será computado o capital na totalidade de cada concessão, declarando-se o numero das loterias e das series, quando houver.

A caução a que se refere o art. 2.º é relativa ao capital total de cada concessão.

A quem requerer o registro dar-se-ha gratuitamente certidão, logo que estejam preenchidas as condições do art. 2.º, fazendo-se menção de tudo.

Art. 5.º Não se permittirá que sejam expostos á venda os bilhetes sem que estejam arrecadados os impostos; estes não serão acceitos sem prova de ter sido effectuada a caução, a qual sómente poderá ser prestada mediante guia passada pelo fiscal das loterias, art. 2.º, ns. 2 e 3.

Art. 6.º As loterias cujos bilhetes tiverem de ser vendidos no Districto Federal, ficam sujeitas á ordem em que se acharem inscriptas ou registradas, assignando-lhes o fiscal a data e hora em que se deva proceder a sorteio, de accordo com os respectivos thesoureiros, contractadores ou agentes; tendo em vista a condição essencial de não as collocar em dia em que tenham de ser extrahidas as loterias annuaes desta capital, não as preterindo, nem prejudicando as da Santa Casa de Misericórdia e estabelecimentos annexos, do Montepio dos servidores do Estado e dos Institutos dos meninos cegos e dos surdos-mudos, garantidos pelo art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887. Só em relação ás loterias dos Estados poderá haver sorteio de mais de uma em um dia.

Art. 7.º E' prohibido annunciar a serie com os algarismos da totalidade da loteria. Cada serie deve ser annunciada por sua justa importancia.

O annuncio, como o bilhete, deve indicar o dia e a hora do sorteio, e, chegada esta, não poderá continuar exposto á venda bilhete algum da loteria ou serie a extrahir-se.

Art. 8.º Além das listas affixadas logo após a extracção ou publicadas pela imprensa por communicacão telegraphica, sera feita a publicação pelos jornaes, com a assignatura do thesoureiro, contractador ou agente, logo que receba a confirmacão da lista por via postal.

Art. 9.º Por consideracão alguma será recusado ou adiado pagamento do premio quando apresentado o bilhete premiado, ainda que por erro ou engano da communicacão telegraphica tenha sido o mesmo premio indevidamente pago a outro.

Art. 10. Quando, tendo deixado de ser pagos os premios ou de ser effectuado o sorteio annuciado, o Governo do Estado a que pertence a loteria houver providenciado, fazendo effectivo o pagamento dos premios, o Ministro da Fazenda, mediante requisicão justificada do mesmo Governo, lhe mandara entregar toda a caução ou a parte della correspondente aos pagamentos feitos e na especie e pelo valor em que tiver sido realizada.

Restando alguma parte, esta continuará em deposito para ser levantada por quem de direito.

Nesses casos não será mais permittida a venda de bilhetes de tal loteria, nem o respectivo sorteio nesta Capital.

Art. 11. E' prohibido aos contractadores ou thesoureiros de loterias estadoaes, que não se tiverem habilitado, nos termos do art. 2.º, para vender bilhetes no Districto Federal, ter aqui escriptorio ou agencia para venda, distribuicão, recebimento de encomendas ou pagamento de premios de taes bilhetes.

O fiscal das loterias requisitará do chefe de policia o fechamento desses escriptorios ou agencias.

Art. 12. Ao fiscal das loterias incumbe:

1º, inscrever em livro especial a data em que lhe forem apresentados os documentos de que trata o n. 1º do art. 2º, com o extracto do que nelles se contiver;

2º, guardar os ditos documentos no archivo a seu cargo;

3º, anotar em protocollo especial as guias de que trata o art. 5º, mencionando as respectivas importancias e a data em que tiverem sido recolhidas ao Thesouro;

4º, fazer no mesmo protocollo todas as declarações relativas ás occurrencias de cada loteria, começando pela effectividade da caução e pagamento dos impostos;

5º, fornecer a certidão do registro nos termos do art. 4º;

6º, fazer apprehensão dos bilhetes de loterias estadoaes expostos em contravenção ás disposições deste regulamento;

7º, impedir, pelos meios legais ao seu alcance, ou mediante requisição ás autoridades competentes, a entrada e venda no Districto Federal de bilhetes de loterias estrangeiras, e apprehendel-os onde os encontrar;

8º, impor as multas indicadas neste regulamento;

9º, fazer lavrar os autos ou termos de apprehensão e multas;

10, assistir a todos os sorteios de loterias que se operarem nesta Capital, fixando e publicando previamente o lugar onde se procederá á extracção, de conformidade com o art. 6º;

11, dirigir e regular o processo dos sorteios, tendo sempre em consideração a brevidade da operação e a garantia do direito das partes;

12, communicar ao Ministerio da Fazenda e ao chefe de policia, quando deste dependerem as providencias, todas as infracções deste regulamento;

13, suggerir ao Ministerio da Fazenda todos os alvitres e solicitar as providencias que parecerem convenientes para correctivo de abusos e plena garantia da execução da lei;

14, relatar nos dous primeiros mezes de cada anno as occurrencias do anterior, com as observações que a pratica aconselhar;

15, delegar ao seu ajudante qualquer de suas attribuições.

Art. 13. O fiscal e seu ajudante serão nomeados dentre os empregados do Thesouro Nacional.

O fiscal perceberá a gratificação de 3:600\$ e o gerente a de 2:400\$ por anno.

Art. 14. Si as exigencias do serviço impuzerem a necessidade de mais empregados, o Ministerio da Fazenda proverá por acto especial utilizando para esse fim as sobras dos depositos que forem feitos em cumprimento do art. 9º da lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894.

Art. 15. Consideram-se infractores das disposições legais:

1º, os thesoureiros, contractadores ou agentes de loterias estadoaes que venderem ou annunciarem a venda, pagarem os premios ou fizerem qualquer outra operação relativa a bilhetes de loteria, sem terem observado os requisitos do art. 2º e o que está prescripto nos arts. 7º a 11 e 17;

2º, as pessoas que passarem taes bilhetes, offerecendo-os á venda, ou de qualquer modo fizerem delles objecto de negocio, em contravenção aos mesmos artigos ;

3º, os que os venderem de loterias não annunciadas na forma da lei ;

4º, os que receberem bilhetes de loterias estrangeiras ; os que os venderem por conta propria ou alheia, e os que os comprarem.

Art. 16. Nos casos de contravenção, o fiscal das loterias imporá as multas pelo modo seguinte :

§ 1.º Aos thesoureiros, contractadores ou agentes de loterias estadoaes que incorrerem na falta de observancia das disposições do art. 2º, multa de 1:000\$000.

Aos mesmos, quando infringirem os arts. 6º e 7º, multa de 500\$000.

Quando infringirem o art. 9º, multa de 300\$000.

Si a infracção for do art. 8º, multa de 100\$000.

§ 2.º As pessoas que infringirem a disposição do n. 2º, art. 15, perda dos bilhetes e multa de 200\$000 Na reincidencia, multa de 400\$, e assim por deante, até 1:000\$000.

§ 3.º Aos infractores do n. 4º do art. 15, perda dos bilhetes e multa correspondente ao valor dos mesmos.

Art. 17. Quando não se effectuar o pagamento das multas dentro de tres dias, contados da imposição ou decisão do recurso, si a parte o tiver interposto nesse prazo, a importancia da multa sahirá da caução, e ficará por esse facto interrompida a licença para extracção da loteria ou sorteio da serie, até que seja reforçada a caução com quantia igual á que tiver sahido della.

Si o multado não tiver caução no Thesouro e não pagar em tres dias, contados da imposição da multa, o fiscal das loterias extrahirá conta, que será remettida á Directoria do Contencioso, afim de que esta providencie com urgencia sobre a sua arrecadação, no juizo competente, salva a decisão do Ministro da Fazenda sobre o recurso, a qual, si for possivel, será comunicada para suspender-se a execução.

Art. 18. Aos contraventores do art. 9º não será permitido continuarem no exercicio das funcções até que seja pago o premio devido ao portador do bilhete.

Art. 19. Os bilhetes apprehendidos serão recolhidos, sob a guarda da fiscalisação das loterias, em involucros lacrados, com todas as declarações necessarias e conservados até final julgamento da contravenção, sendo então incinerados os não premiados.

Art. 20. Pertencerá ao apprehensor metade dos premios porventura obtidos pelos bilhetes apprehendidos, e metade das multas em que incorrerem os infractores, sendo o resto recolhido ao Thesouro e escripturado como receita eventual da União.

Art. 21. Além do que está determinado nos ns. 6º e 7º do art. 12, incumbe a apprehensão aos fiscaes do imposto de consumo de fumo, ao thesoureiro das loterias da Capital Federal e

aos seus agentes, e ás autoridades policiaes de qualquer categoria, que logo communicarão ao fiscal, para os fins convenientes.

Art. 22. Os termos de apprehensão e multa serão firmados pelas testemunhas presenciaes, quando as houver e se prestarem, consignando os valores e numeração dos bilhetes, a loteria ou serie a que pertencerem, os nomes do infractor e do apprehensor, e tudo mais quanto convenha a um documento de contravenção.

§ 1.º Quando não houver testemunhas ou estas não se prestarem a assignar o auto, não se admittirá contestação sobre o que elle contiver.

§ 2.º Não poderão figurar como testemunhas os guardas ou quaesquer pessoas do serviço que estiver incumbido aos funcionarios investidos da faculdade de apprehensão.

Art. 23. Não será admittida no Districto Federal a venda de loteria que tenha deixado de fazer sorteio annunciado, que não tenha pago os premios opportunamente, que tenha incorrido em multa em cada extracção ou em mais de uma multa em um sorteio.

Art. 24. Para o processo da contravenção, nos casos em que elle se torne necessario, é competente o prefey do districto em que se der a apprehensão.

A contravenção do art. 2º, o recebimento e venda de bilhetes de loterias estrangeiras, a venda de bilhetes depois da hora annunciada para a extracção ou de bilhetes de loterias ou series já extrahidas ou ainda não annunciadas, serão actos equiparados aos de contrabando e processados como este.

Art. 25. Das decisões do fiscal das loterias haverá recurso para o Ministro da Fazenda, dentro em tres dias, contados da data da decisão, ouvido o fiscal, que responderá em 48 horas.

Art. 26. Não poderão ser expostas á venda as loterias federaes, antes de approvados pelo Governo os respectivos planos, e sem que estejam pagos o imposto de 2 % e a quota de fiscalisação creados pela lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894, art. 9º.

§ 1.º Os planos dessas loterias serão apresentados com a necessaria antecedença ao Ministro da Fazenda, que, ouvido o fiscal, os approvará ou não. No caso de não serem approvados, deverão ser apresentados outros, de conformidade com o que for ordenado.

O Ministro da Fazenda poderá, a requerimento dos thesoureiros ou contractadores, modificar os planos já approvados, todas as vezes que o julgar conveniente.

§ 2.º O imposto de 2 % será recolhido ao Thesouro pela forma indicada no n. 3º do art. 2º, e a quota de fiscalisação que for marcada pelo Ministro da Fazenda, por semestres adelantados.

§ 3.º Os bilhetes de cada loteria deverão conter, além da indicação exacta do capital da mesma, a declaração impressa de que a loteria é federal, a lei que a autorisou e o nome da instituição beneficiada.

§ 4.º Satisfeitas as exigencias deste artigo, o fiscal das loterias marcará, de accordo com os thesoureiros ou contractadores, o dia e hora em que se deve proceder ao sorteio de cada loteria.

Art. 27. No fim de quatro mezes, contados do dia da extracção de cada loteria, os thesoureiros ou contractadores recolherão ao Thesouro Federal a importancia dos premios não reclamados, os bilhetes não pagos, as listas, notas e cadernos relativos a cada extracção (decreto n. 1232 A, de 30 de dezembro de 1890).

Art. 28. As loterias federaes ficam sujeitas, além das leis em vigor, que peculiarmente as regem, às disposições deste regulamento sobre fiscalisação e às demais que lhe forem applicaveis.

Art. 29. Fica marcado a todos os thesoureiros, contractadores ou agentes de loterias o prazo de 15 dias para se habilitarem de accordo com as disposições desse regulamento.

Art. 30. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 1942 — DE 17 DE JANEIRO DE 1895

Crea mais tres batalhões de infantaria do serviço activo, um do da reserva, e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, na comarca da Serrinha, no Estado da Bahia.

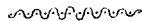
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar;

Artigo unico. Ficam creados na comarca da Serrinha, no Estado da Bahia, mais tres batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 196.º, 197.º e 198.º, um do da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 69.º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 52.º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nas freguezias de Oriçangas e Cuorção de Maria, pertencentes à referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*





## DECRETO N. 1943 — DE 21 DE JANEIRO DE 1895.

Rectifica o decreto n. 1772 de 18 de agosto de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que as disposições do art. 1º § 2º n. III e art. 33 parographo unico do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890 tiveram por fim especial estabelecer condições convenientes para evitar fraude nas incorporações de sociedades anonymas e assegurar a sinceridade do seu capital e considerando não existir condição, expressa em lei, onde se baseie a exigencia do deposito da decima parte do capital das sociedades anonymas estrangeiras, que, já autorisadas a funcionar no Brazil, requeriam a approvação de alteração em seus estatutos, resolve, attendendo ao que requereu a Companhia *The Ouro Preto Gold Mines of Brazil, Limited*, declarar que não lhe é applicavel o disposto no art. 3 § 4º n. III do citado decreto, visto tratar-se de simples alteração em estatutos dessa companhia que tem na Republica seus estabelecimentos em actividade, ficando assim rectificado, na parte final, o decreto n. 1772 de 18 de agosto de 1894.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1944 — DE 21 DE JANEIRO DE 1895

Approva a tabella de preços elemental para base de calculo na construção das obras de toda a linha da Estrada de Ferro de Peçanha a Araxá.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Peçanha ao Araxá, resolve approvar a tabella de preços elementares, que com este baixa rubricada pelo director geral da Directoria de Viação, para base de calculo na construção das obras de toda a linha da Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá, de que é cessionaria.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1945 — DE 21 DE JANEIRO DE 1895

Publica a adesão da Colonia Britannica do Cabo da Boa-Esperança à União Postal Universal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão da Colonia Britannica do Cabo da Boa-Esperança à União Postal Universal na parte referente à convenção principal, excluidos os outros actos concluidos pelo Congresso de Vienna, o que consta da nota do Governo Federal da Suissa de 21 de dezembro de 1894 ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

### Traducção official

Berna, 21 de dezembro de 1894 — Sr. Ministro. — Tenho a honra de informar a V. Ex. que, por nota de 17 do corrente, a Legação britannica em Berna nos communicou, de conformidade com o art. 24 da Convenção Postal Universal, que a Colonia Britannica do Cabo da Boa-Esperança declarou adherir à União Postal Universal a partir de 1 de janeiro de 1895.

Consequentemente, temos a honra de notificar essa adesão a V. Ex., segundo o artigo acima citado, e de acrescentar:

a) que essa adesão limita-se à Convenção Postal Universal (convenção principal) e não abrange os outros actos concluidos pelo Congresso de Vienna;

b) que a administração dos Correios do Cabo da Boa-Esperança perceberá como equivalentes previstos pelo art. IV do regulamento para a execução da convenção principal:

|                        |             |
|------------------------|-------------|
| por 25 centesimos..... | 2 1/2 pence |
| » 10 » .....           | 1 penny     |
| » 5 » .....            | 1/2 »       |

c) que relativamente à participação nas despesas da secretaria internacional, a Colonia do Cabo da Boa-Esperança acha-se comprehendida no numero das outras colonias e protectorados britannicos menos o Canadá, de conformidade com o § 5,

do art. XXXII do regulamento mencionado na lettra *b* supracitada.

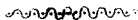
Aproveitamos esta occasião para vos renovar, Sr. Ministro, as seguranças de nossa alta consideração.

Em nome do Conselho Federal Suíço.

O Presidente da Confederação,  
(Assignado) *E. Fénf.*

O Chanceller da Confederação,  
(Assignado) *Ríngier.*

A' S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil no Rio de Janeiro.



DECRETO N. 1946 — DE 21 DE JANEIRO DE 1895

Modifica a disposição do art. 44 do regulamento do serviço sanitario dos portos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista das conclusões do parecer que a respeito da vehiculação do vibrião cholérigeno pelo xarque procedente do Rio da Prata emittiu o chefe do laboratorio de bacteriologia do Instituto Sanitario Federal, após as investigações de que dá conta em relatório datado de 14 deste mez, resolve o seguinte :

O art. 44 do regulamento annexo ao decreto n. 1558 de 7 de outubro de 1893, na parte em que prohibe, em absoluto, o recebimento, nos portos brasileiros, da carne de xarque quando procede de logar infeccionado ou suspeito, deve ser executado de modo que possa ser autorisada a importação daquelle producto, e entregue ao mercado depois de 10 dias de permanencia em local conveniente, de conformidade com as instrucções que serão expedidas, ouvida a autoridade sanitaria.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

DR. *Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1947 — DE 25 DE JANEIRO DE 1895

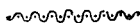
Approva a variante da Formiga, da Estrada do Ferro de Barra Mansa a Catalão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, concessionaria da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão, resolve approvar as plantas e orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, relativos á variante da Formiga, da referida linha ferrea ; vigorando, porém, para esta a tabella dos preços já approvada para os outros trechos e o material importado pelos preços das respectivas facturas.

Capital Federal, 25 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1948 — DE 25 DE JANEIRO DE 1895

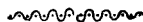
Approva os estudos da variante do Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, concessionaria da Estrada de Ferro Barra Mansa a Catalão, resolve approvar os estudos da variante do Ribeirão Vermelho e bem assim os projectos, orçamentos e tabella de preços das officinas da Rotunda, que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, com excepção do material importado, cujos preços serão os das respectivas facturas ; ficando, porém, bem entendido que o capital despendido com a construcção da variante será deduzido do capital garantido.

Capital Federal, 25 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1949 — DE 25 DE JANEIRO DE 1895

Approva as plantas e projectos da variante do Livramento, da estação e armazem do Ribeirão Vermelho, na linha ferrea de Barra Mansa a Catalão

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, resolve approvar as plantas e projectos de variante do Livramento ; da estação e armazem do Ribeirão Vermelho, na linha ferrea de Barra Mansa a Catalão ; os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação ; vigorando, porém, os preços das tabellas já approvadas para os primeiros trechos e para o material importado os das respectivas facturas.

Capital Federal, 25 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1949 A — DE 26 DE JANEIRO DE 1895

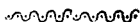
Altera o decreto n. 1885 de 14 de novembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco Norte do Brazil, cessionario da concessão feita pelo decreto n. 8344, de 17 de dezembro de 1881, para assentamento de linhas telephonicas no Estado do Pará, resolve alterar o decreto n. 1885, de 14 de novembro ultimo, reduzindo de 4:000\$ a 1:200\$ a contribuição annual a que o mesmo cessionario é obrigado para as despesas da fiscalisação que o Governo tem o direito de exercer em face do art. 15 do regulamento approved pelo decreto n. 8935, de 21 de abril de 1883.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1950 — DE 26 DE JANEIRO DE 1895

Rescinde o contracto celebrado com o engenheiro Miran Latif para obras de preparação do leito no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve rescindir o contracto celebrado a 27 de outubro de 1892 com o engenheiro Miran Latif para construcção de obras de preparação do leito no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, visto achar-se o empreiteiro incurso nos casos previstos nos arts. 10 e 31 das condições geraes approvadas por portaria de 9 de dezembro de 1890, parte integrante do dito contracto; lançando-se mão das quantias devidas áquelle empreiteiro, bem como das que por elle foram deixadas como caução, para o pagamento dos respectivos trabalhadores, na forma do art. 14 das indicadas condições geraes e restituindo-se ao empreiteiro, attentas as condições especiaes que motivaram o abandono dos trabalhos, segundo a ultima parte do citado art. 31, o saldo que se verificar depois de effectuados os pagamentos dos trabalhadores, das multas e do mais a que por ventura seja responsavel o empreiteiro na forma do seu contracto.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



Sr. Presidente — E' de observação commum que o administrador vê-se obrigado, apesar de todas as suas resistencias, a despreocupar-se das cousas, dos altos interesses do Estado, para tratar das pessoas, dos interesses privados muitas das vezes em antagonismo com o bem publico.

O numero extraordinario de candidatos aos poucos logares de agentes diplomaticos e consulares, as insistentes solicitações para remoção e promoção, que não se revelam nunca por meio de requerimento, pretenções de toda a ordem que confiam na frouxidão ou menos apurada consciencia do dever, conspiram permanentemente contra algumas verbas do orçamento do Ministerio a meu cargo, creando difficuldades insuperaveis quando realmente o serviço da União reclama algum movimento no functionalismo. As remoções constituem meio de avolumar os vencimentos.

O regimen das ajudas de custo estabelecido pelos decretos ns. 997 A e 997 B, de 11 de novembro de 1890, estou convencido, conduz fatalmente, a esse constrangimento, que é intoleravel e irritante. Bastará reflectir que a nomeação de um Ministro Plenipotenciario de 1.<sup>a</sup> classe, que apenas exerceu o cargo durante cinco mezes e dezenove dias, importou em uma despesa de 49:120\$879 em ouro, que ao cambio de 10 % representa 126:310\$831.

A remoção de dous consules com promoção à 1.<sup>a</sup> classe obriga a uma despesa que pôde variar de 12:000\$ a 18:000\$ ouro, o que equivale, ao cambio actual, a 30:857\$142 ou a 46:285\$713.

Tendo sido o Governo autorizado a despendar pela verba — Ajudas de custo —, 130:000\$, ao cambio de 27 d., sem que possa abrir creditos supplementares, novo regimen impõe-se como meio de moderar ambições e de resguardar o Governo de embaraços futuros.

Dominado por estas considerações e porque a lei n. 265, de 21 de dezembro de 1894, no art. 3.<sup>o</sup> n. 1, deu autorização ao Governo para reduzir, como julgasse conveniente, as despesas dos diversos Ministerios, tenho a honra de submeter ao vosso alto criterio a minuta do decreto que altera o actual regimen das — ajudas de custo.

Saude e fraternidade. — Capital Federal, 26 de janeiro de 1895.  
— *Carlos Augusto de Carvalho*.

#### DECRETO N. 1951 — DE 26 DE JANEIRO DE 1895

Altera para o exercicio de 1895 o regimen das ajudas de custo dos empregados do Corpo Diplomatico e do Consular.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe confere o art. 3.<sup>o</sup> n. 1 da lei n. 265, de 21 de dezembro de 1894, para reduzir, como julgar conveniente, as despozas com os diversos Ministerios, decreta que no exercicio corrente as ajudas de custo dos empregados do Corpo Diplomatico e do Consular se regulem pelas seguintes disposições:

Art. 1.<sup>o</sup> As ajudas de custo constarão de despesas de transporte e de estabelecimento.

§ 1.<sup>o</sup> As despesas de transporte serão calculadas pela Secretaria de Estado á vista da demonstração que o interessado offerrecer com a indicação do numero de pessoas de familia que não tiverem economia separada. Para os effeitos deste decreto a familia comprehenderá a mãe viuva ou divorciada, a esposa, as filhas solteiras, viuvvas ou divorciadas, os filhos e enteados menores de 21 annos, os netos, orphãos de pae ou de mãe e as irmãs solteiras. Esse calculo será submettido á approvação do Ministro.

§ 2.º Nos casos de remoção, demissão ou disponibilidade a pedido, deixará de ser abonada a indemnização de despesas de transporte, quer o pedido conste de requerimento quer não.

§ 3.º A família do que fallecer no exercício do emprego ou no gozo de licença fóra da Republica serão abonadas no dobro as despesas de transporte, segundo o § 1.º.

§ 4.º A demissão ou disponibilidade a bem do serviço publico ou por sentença somente obrigará o Governo a repatriar o empregado e sua familia.

§ 5.º Nos demais casos será sempre abonada a indemnização de despesas de transporte.

§ 6.º Terão direito ás despesas de estabelecimento:

- a) os agentes diplomaticos e consulares, inclusive os chancelles effectivos, que tiverem primeira nomeação ;
- b) os primeiros secretarios promovidos a ministros ;
- c) os segundos secretarios promovidos a primeiros para outras Legações ;
- d) os chancelles provisionarios, quando o Ministro julgar de equidade ;
- e) os agentes diplomaticos e consulares que estiverem em disponibilidade sem pedido e passarem á effectividade.

§ 7.º Para despesas de estabelecimento terão:

- a) no caso de primeira nomeação, os agentes diplomaticos um terço e os agentes consulares, inclusive os chancelles, um quarto dos vencimentos de um anno ;
- b) os primeiros secretarios promovidos a ministros e os segundos secretarios promovidos a primeiros de outra Legação, um terço dos vencimentos de um anno do cargo que forem exercer ;
- c) no caso de remoção, os agentes diplomaticos e consulares, depois de dous annos de exercicio no cargo e na Legação ou Consulado de onde forem removidos, um quarto dos vencimentos de um anno e no de voltarem á effectividade, de um quinto a um terço ;
- d) no caso de suppressão ou annexação de Legação e no de suppressão de Consulado, a remoção sempre dará direito ás despesas de estabelecimento.

§ 8.º Quer o empregado tenha, quer não, direito ás despesas de estabelecimento, poderá o Ministro, si julgar conveniente, mandar abonar-lhe, como adeantamento, para descontar-se dentro do anno financeiro, quantia igual aos vencimentos de um trimestre.

§ 9.º Quando, por motivo de ordem publica, o empregado for designado para temporariamente servir em diversa Legação ou Consulado, além das despesas de transporte, poderá o Governo abonar-lhe uma outra indemnização até um quarto dos vencimentos.

§ 10.º Fóra dos casos estabelecidos não serão abonadas despesas de estabelecimento.



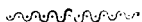
Art. 2.º O disposto no artigo antecedente não é applicavel ás commissões de limites, nem aos casos do art. 17, do decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890.

Art. 3.º No corrente exercicio financeiro o art. 9º do decreto n. 997 A e art. 11 do decreto n. 997 B, ambos de 11 de novembro de 1890, não serão applicados.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



#### DECRETO N. 1952 — DE 26 DE JANEIRO DE 1895

Altera a segunda parte da clausula 7ª das que baixaram com o decreto n. 9964 de 6 de junho de 1888.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendo ao que requereu a Empreza Viação do Brazil, resolve alterar a segunda parte da clausula 7º das que baixaram com o decreto n. 9964 de 6 de junho de 1888, elevando de quarenta réis a cem réis o preço de cada tonelada-kilometro de cargas que tiverem de ser transportadas pelos vapores da referida empreza.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 1953 — DE 28 DE JANEIRO DE 1895

Approva as plantas para construcção do aterro entre os kilometros 438+900 439+860 da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí, com um viaducto adicional de sete vãos de 15 metros cada um.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendo ao que requereu a *Brazil Great Southern Railway Company Limited*, resolve approvar os planos que com este

baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Vição, para construcção do aterro entre os kilometros 138+900 e 139+860 da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaqui, com um viaducto adicional de sete vãos de 15 metros cada um ; sob condição, porém, das despesas não excederem ao maximo de 188:114\$300, as obras serem executadas no prazo de seis mezes contados da data em que a companhia teve conhecimento deste acto e o custo do viaducto comprovado pelos factores originaes, que deverão ser apresentados á respectiva fiscalisação.

Capital Federal, 28 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 1954 — DE 28 DE JANEIRO DE 1895

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Joinville, no Estado de Santa Catharina.

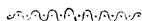
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Joinville, no Estado de Santa Catharina, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 10º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de Janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1955 — DE 28 DE JANEIRO DE 1895

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Curytibanos no Estado de Santa Catharina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Curytibanos, no Estado de Santa Catharina, um commando superior de guardas nacionaes, o qual se compora de dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 24º e 25º, com um dito da reserva com igual numero de companhias e a designação de 10º e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 9º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1956 — DE 28 DE JANEIRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:306\$450 á verba — Justiça Federal, dos exercicios de 1894 e 1895, para pagamento dos vencimentos de um escrevente junto ao Procurador da Republica no Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolva, usando da authorisação contida no art. 87 § 3º da lei n. 221 de 20 de novembro do anno findo, abrir o credito de um conto trescentos e seis mil quatrocentos e cincoenta réis (1:306\$450), á verba — Justiça Federal, dos exercicios de 1894 e 1895, para occorrer ao pagamento dos vencimentos de um escrevente junto ao Procurador da Republica no Districto Federal, nomeado em virtude do art. 6º da referida lei ; sendo 106\$450, quanto ao exercicio passado e 1:200\$, quanto ao actual.

Capital Federal, 28 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1957 — DE 31 DE JANEIRO DE 1895

Abre aos Ministerios da Justiça e Negocios Interiores, da Industria, Viação e Obras Publicas, das Relações Exteriores, da Marinha, da Guerra e da Fazenda o credito especial de 72:000\$, sendo doze contos de réis a cada um delles, para pagamento da gratificação mensal de 1:000\$ aos respectivos ministros de Estado, para representação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorização concedida no art. 2º do decreto legislativo n. 260 de 20 de dezembro de 1894, resolve abrir aos Ministerios da Justiça e Negocios Interiores, da Industria, Viação e Obras Publicas, das Relações Exteriores, da Marinha, da Guerra e da Fazenda o credito especial de 72:000\$, sendo doze contos de réis a cada um delles, para, de accordo com o disposto no art. 1º do referido decreto, effectuar o pagamento no corrente exercicio da gratificação mensal de 1:000\$ aos respectivos Ministros de Estado, para representação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 1958 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1895

Approva com modificações os estudos definitivos do ramal da Estrada de Ferro de S. Jeronymo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo, resolve approvar os estudos definitivos, orçamento e tabella de preços do ramal da Estrada de Ferro de S. Jeronymo, com as modificações assignaladas a tinta azul nas plantas que com este baixam rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas ; com excepção, porém, do

material importado, que regularão os preços da respectiva factura original.

Capital Federal, 4 de fevereiro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



# DECRETO N. 1959 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1895

Approva novas tarifas para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro do Bananal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o cidadão Domingos Moitinho, cessionario da Estrada de Ferro do Bananal, resolve approvar novas tarifas para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias na referida estrada, em substituição das que se acham em vigor approvadas pelo decreto n. 9062 de 17 de novembro de 1883, constante das bases que com este baixam assignadas pelo director geral da Directoria de Viação do Ministerio da Industria.

Capital Federal, 4 de fevereiro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Bases para applicação das novas tarifas que devem vigorar na Estrada de Ferro do Bananal, e a que se refere o decreto desta data

Viajantes de 1<sup>a</sup> classe... 100 réis por kilometro  
Viajantes de 2<sup>a</sup> classe... 70 réis por kilometro

Baagagens, encomendas e mercadorias em geral, mais 20% por tonelada e kilometro, além do indicado nas actuaes tarifas.

Valores, por 1:000\$, ou fracção, mais 25%.

Creação de uma tarifa especial para os despachos de café e aguardente, quando exportados, cuja base será de 780 réis para o café e 840 réis para a aguardente, por tonelada e kilometro.

Os generos da tarifa especial gosarão em seus fretes do abatimento de 10 % quando forem despachados de distancia superior a 20 kilometros.

A tarifa especial gosará, além do citado abatimento, de mais 30 % para o café que provier de distancia superior a 12 kilometros da estação de procedencia.

Para o calculo das passagens, a distancia de Saudade à Rialto é considerada de 10 kilometros.

Directoria Geral de Viacão, 4 de fevereiro de 1895.— *Joaquim M. Machado de Assis*, director geral.



## DECRETO N. 1960 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial Catharinense.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial Catharinense, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas, realizada no dia 15 de dezembro do anno proximo findo e que a este acompanham, ficando, porém, a companhia obrigada a cumprir o disposto no art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 4 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Reforma dos estatutos da Companhia Industrial Catharinense autorizada por decreto n. 1041 de 20 de novembro de 1890, com sua séde em Joinville, no Estado de Santa Catharina.

## CAPITULO I

### DA COMPANHIA, SUA SEDE, PRAZO, DURAÇÃO

Art. 1.º A Companhia Industrial Catharinense, sociedade anonyma, com sua actual séde e fóro juridico em Joinville, Estado de Santa Catharina, á vista da expansão de suas transacções em outros Estados, de ora em diante denominar-se-ha — Companhia Industrial.

§ 1.º Nos outros logares, fóra da séde, ou no estrangeiro, a companhia poderá ter gerencias, ou escriptorios filiaes.

§ 2.º Os gerentes e outros delegados da companhia terão poderes para represental-a.

Art. 2.º Como está, accrescentando-se : navegação fluvial, marítima, por conta própria ou contracto.

Art. 3.º Como está, accrescentando-se: cujo prazo será contado do dia 1 de janeiro de 1895.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL SOCIAL E ACCIONISTAS

Art. 4.º O capital social fica elevado a mil contos, dividido em 5.000 acções de duzentos mil réis cada uma, podendo ser augmentado, si preciso for, de accordo com a lei e com os presentes estatutos; tendo os actuaes accionistas preferencia para subscreverem as acções a emittir para a elevação do capital áquella cifra, até ao duplo dos por elles possuidos actualmente.

§ 1.º Si não for subscripto o duplo das acções a emittir, as que sobraem serão de preferencia emittidas entre os actuaes accionistas.

Art. 5.º O capital compõe-se:

a) de 150:000\$, valor das fabricas de beneficiar herva-matte que pertenceram a Ernesto Canac & C., Augusto Ribeiro & Procopio, Oliveira & Genro, Mira & Ribeiro, Bueno Franco & C., Oliveira Ribeiro & C. e F. Kamiensky & C., as quaes foram entregues a esta companhia conforme os primitivos estatutos de 20 de novembro de 1890, decreto n. 1041, da mesma data, e acta da installação de 2 de dezembro do mesmo anno, e cujos proprietarios receberam sete contos e 50 acções integradas de duzentos mil réis, hypothecando suas fabricas á companhia pelo valor das mesmas acções;

b) de 150:000\$, valor integral de 750 acções da primeira emissão;

c) de 200:000\$, valor integral de 1.000 acções da segunda emissão;

d) de 500:000\$, valor de 2.500 acções a emittir na forma do art. 4º e seu paragrapho.

§ 1.º As entradas das novas acções serão feitas em prestações de 10%, pelos dividendos das acções que o accionista possuir, podendo, porém, ser integralisadas, ou augmentadas, na occasião da distribuição dos dividendos.

§ 2.º A subscripção das novas acções será aberta no dia 1 de janeiro vindouro; sendo effectuada a primeira entrada de 10% pelos accionistas subscriptores com o dividendo que lhes couber no segundo semestre do anno corrente; e pelos tomadores não accionistas logo no acto da subscripção.

Art. 6.º Como está.

Art. 7.º Como está.

Art. 8.º A nenhum accionista é permittido, dentro do Estado de Santa Catharina, beneficiar herva-matte, ou exportar-a em bruto; nem comprar-a para vender a outrem que não seja a propria companhia.

Paraphrasis unico. O que infringir a determinação deste artigo perderá, a favor do fundo de reserva, os seus dividendos durante os semestres em que tiver tido a fabrica, ou negociado em herva-matte, embora em nome de terceiro.

Art. 9.º No caso de transferencia de acções, o cessionario fica tacitamente obrigado ás disposições e prohibições destes estatutos.

### CAPITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. Como está.

§ 1.º Como está.

§ 2.º No impedimento ou ausencia motivada de qualquer membro da directoria, esta convidará um accionista para exercer as funções de director até ao regresso ou desimpedimento daquelle.

Nos casos de ausencia, ou abandono do cargo, não motivados, por mais de 60 dias, renuncia ou fallencia de qualquer membro da directoria, será, por esse facto, considerado vago o logar e a directoria convidará um accionista para exercer as funções de director até a reunião da primeira assembléa na qual o cargo será definitivamente provido.

O substituto durante o tempo que exercer o cargo de director receberá a gratificação do substituido.

§ 3.º Como está.

§ 4.º Si acontecer que na sêde da companhia não esteja director algum, o conselho fiscal nomeará um director provisorio, communicando immediatamente o facto aos directores ausentes.

Art. 11. Como está.

Art. 12. A directoria se reunirá no escriptorio da companhia, pelo menos, uma vez por semana, lavrando-se actas e tomando-se as deliberações por maioria de votos dos directores presentes.

Em caso de empate será convocado o conselho fiscal que optará por uma ou outra deliberação dos directores.

Art. 13. O presidente da directoria representa a companhia em juizo e fóru d'elle, podendo constituir mandatarios judiciaes.



## CAPITULO IV

## DO CONSELHO FISCAL

Art. 14. Como está, accrescentando :

§ 1.º Os fiscaes nomeiam dentre si o seu relator.

§ 2.º Os membros do conselho fiscal servirão gratuitamente, tendo, porém, uma indemnisação para despezas de viagem aquelles que morarem fóra da sêde.

## CAPITULO V

## DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 15. Como está.

Art. 16. Como está.

Art. 17. Haverá annualmente duas assembléas geraes, uma no mez de abril e outra no mez de outubro.

Art. 18. As assembléas geraes só poderão validamente deliberar quando representarem, pelo menos, um terço do capital social subscripto nos casos geraes e dous terços do mesmo capital nos casos especiaes.

§ 1.º São casos especiaes:

- a) Transferencia da sêde da companhia ;
- b) Augmento do capital social ;
- c) Dissolução ou fusão da companhia ;
- d) Reforma dos estatutos.

§ 2.º Si no dia designado para a assembléa não reunir-se numero de accionistas que representem o capital exigido para os casos geraes e especiaes, a directoria convocará uma nova assembléa para da data da reunião a 15 dias. Si nesta segunda assembléa não se reunir numero sufficiente, será pelo mesmo modo e tempo convocada uma terceira que deliberará com qualquer numero de accionistas e com qualquer capital que estes representem.

§ 3.º Como está.

§ 4.º Como está.

§ 5.º Como está, mudando-se a palavra — requerida — para — exigida.

§ 6.º As assembléas serão presididas por um accionista acclamado na occasião, o qual convidará dous outros para secretarios. Occorrendo duvidas ou reclamações, far-se-ha a eleição do presidente da assembléa por votação.

Art. 19. Compete ás assembléas nos casos geraes:

- a) Eleger a directoria e conselho fiscal ;
- b) Marcar ordenados aos directores para o anno futuro ;

c) Discutir e deliberar sobre as contas da directoria, relatorios, pareceres do conselho fiscal e sobre quaesquer outros assumptos de interesse da companhia, na fórma destes estatutos e das leis.

§ 1.º Nos casos especiaes a assembléa só tratará da materia de sua convocação.

## CAPITULO VI

### DOS LUCROS LIQUIDOS, FUNDOS DE RESERVA E DIVIDENDO

Art. 20. Como está.

Art. 21. Do lucro liquido serão deduzidos semestralmente, de 5 a 20 %, conforme o lucro havido, a juizo da directoria, para o fundo de reserva e o excedente será destinado ao dividendo entre os accionistas.

Art. 22. Como está, accrescentando-se:

§ 1.º Não se fará distribuição do dividendo quando, havendo prejuizos, não for integralmente restabelecido o capital, si para tanto não bastar o fundo de reserva.

§ 2.º A companhia abrirá uma conta de seguros para seus navios, fabricas, propriedades e mercadorias, exceptuando, porém, as de importação directa e exportação de herva-matte.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 23. Como está.

Art. 24. Convocada a assembléa geral, pelo modo estatuido no art. 18, na terceira reunião serão tidas e havidas por approvadas as contas da directoria e os pareceres do conselho fiscal.

Art. 25. Logo que a companhia tenha integrado seu capital de 1.000:000\$, serão substituidas as actuaes acções emitidas por outras, com a numeração natural, incinerando-se as existentes.

Art. 26. Para que sempre dous directores com pratica dos negocios estejam dirigindo a companhia, a actual directoria, eleita em 30 de junho de 1894, está autorisada a regular a eleição de um novo director de maneira a renovar-se a directoria por uma eleição annual de um director.

(Seguem-se as assignaturas.)



## DECRETO N. 1961 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Distillação Central.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Distillação Central, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas, realizada no dia 15 de dezembro do anno proximo passado e que a este acompanham, ficando, porém, a companhia obrigada a cumprir o disposto no art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 4 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Reforma dos Estatutos da Companhia Distillação Central

### CAPITULO I

#### SÉDE, ORGANISAÇÃO, FINS E DURAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação de *Companhia Distillação Central* fica organizada, com séde e fóro juridico nesta Capital, uma sociedade anonyma que se regerá pelos presentes estatutos e pelo decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Art. 2.º A companhia é destinada a explorar a industria do fabrico de bebidas alcoolicas, fermentadas e gazosas, podendo nos seus intuitos:

a) Adquirir o privilegio n. 7075, já prorogado pelo decreto n. 10.089 de 24 de novembro de 1888, para o fabrico de vinho de canna de assucar ;

b) Promover a annexação de fabricas da mesma especie ;

c) Montar em predios ou terrenos, comprados ou arrendados, um grande estabelecimento, com machinismos dos mais aperfeiçoados e de melhores resultados praticos e com as dependencias precisas, como sejam: depositos, trapiches, casas para operarios, etc. ;

d) Fazer acquisição de um ou mais engenhos contraos ou distillações de alcool ;

e) Comprar e vender, além de seus productos, assucar, aguardento, alcool e quaesquer outros artigos de producção agricola,

recebel-os á consignação e vendel-os mediante commissão por conta dos committentes ;

f) Fazer todas as operações permittidas em commercio ;

g) Estabelecer fabricas, agencias e correspondencias, como e quando a directoria o entender conveniente, em qualquer localidade dos Estados da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Art. 3.º O prazo marcado para a duração da companhia é de 30 annos, contados da data do registro destes estatutos, com faculdade de prorogação si a assembléa geral assim o resolver.

## CAPITULO II

### CAPITAL. ACÇÕES E ACCIONISTAS

Art. 4.º O capital social fica reduzido a mil e seiscentos contos de réis ( 1.600:000\$ ), representado por 8.000 acções do valor nominal de duzentos mil réis ( 200\$ ) cada uma, na conformidade da deliberação da assembléa geral que approvar a presente reforma.

Art. 5.º O capital da companhia poderá ser elevado a 5.000:000\$ si assim o exigir o desenvolvimento de suas operações e for, sob proposta da directoria, deliberado pela assembléa geral dos accionistas.

Art. 6.º As entradas, além de 10 % no acto da subscripção, serão effectuadas em prestações successivas, nunca maiores de 20 % e intervallo nunca menor de 30 dias.

Art. 7.º Quando por successão ou herança as acções pertencerem a um ou mais de um individuo, só se effectuarão as transferencias á vista de alvará do juiz competente ou de formal de partilhas.

Art. 8.º Os accionistas que não fizerem suas entradas de capital nas épocas annunciadas, ou no prazo de mais de 30 dias, concedidos mediante o pagamento de 1 % sobre o valor das mesmas entradas, incorrem na pena irrevogavel de commisso, salvo os casos de força maior a juizo da directoria, que poderá conceder maior prazo, cobrando juro na proporção acima indicada.

Paragrapho unico. A pena de commisso não isenta o accionista da responsabilidade legal.

Art. 9.º As acções cahidas em commisso serão de novo emitidas, entrando o valor realizado para fundo de reserva.

Art. 10. As acções, quando integradas, podem ser convertidas em titulos ao portador.

Art. 11. Cada acção é indivisivel com relação á companhia, a qual não reconhece mais de um proprietario por acção.

Art. 12. A transferencia das acções será feita nos registros da companhia, por termo assignado pelos contractantes ou seus legitimos procuradores, munidos de poderes especiaes para esse fim.

§ 1.º Enquanto as acções não estiverem integradas, a transfe-rencia dependerá da approvação da directoria.

§ 2.º No caso de morte ou fallencia de algum accionista, antes de integradas as acções, poderá a directoria vender, por inter-medio de corretor, na Bolsa, as acções respectivas, ficando o producto depositado na companhia (sem vencer juros), á disposição de quem de direito.

Art. 13. A companhia poderá contrahir empréstimos por obri-gações ao portador ou *debentures*, destinados as suas operações ou menceio das fabricas.

### CAPITULO III

#### FUNDO DE RESERVA, SUA APPLICAÇÃO E DIVIDENDOS

Art. 14. Dos lucros líquidos em cada semestre serão tirados 10 % para fundo de reserva até attingir 25 % do capital, o qual é destinado a amparal-o.

Art. 15. Além da porcentagem a que se refere o artigo pre-cedente, tirar-se-ha outra de 20 % para um fundo especial des-tinado a fazer face á deterioração do material e a occorrer aos prejuizos resultantes de liquidação de dividas.

§ 1.º Cessará a accumulção quando esta attingir á metade do capital social, mas o dito fundo será recomposto pela mesma porcentagem sempre que for desfalcado.

§ 2.º Os lucros restantes serão divididos semestralmente da fórma seguinte: 50 % para dividendos aos accionistas e 50 % para o resgate anticipado da divida que for contrahida por meio de títulos preferenciaes (*debentures*).

§ 3.º Os 50 % destinados ao resgate de que trata o paragrapho anterior reverterão a dividendos, logo que a divida por *debentures* estiver reduzida de 50 %.

Art. 16. Os dividendos serão annunciados e distribuidos logo após o fecho dos balanços semestraes, sendo o anno social contado de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 17. Nenhum dividendo se fará quando se veriffiquem perdas que desfalquem o capital social, até que este flique re-staurado.

### CAPITULO IV

#### ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. A administração compor-se-ha de tres membros, eleitos em assembléa geral, os quaes dentre si designarão o pre-sidente, o secretario e o thesoureiro.

As suas funções durarão por tres annos, sendo permittida a reeleição.

Art. 19. Além das prerogativas e encargos que lhe cabem por lei, incumbe à directoria:

§ 1.º Transigir, renunciar direitos e acções relativas a bens sociaes, celebrar accorlos e acceitar quaesquer contractos com o Governo Federal, com os dos Estados ou Intendencias e bem assim com particulares; arrendar, comprar ou construir os edificios necessarios ao serviço da companhia.

§ 2.º Fazer depositos dos dinheiros da companhia em um ou mais bancos de credito reconhecido desta Capital, estabelecendo nelles conta corrente ou o que melhor convenha.

§ 3.º Representar a companhia pela pessoa do seu presidente, ou quem suas vezes fizer, em todos os actos publicos ou particulares, para o que se lhe conferem por estes estatutos todos os poderes, inclusive os de procurador em causa propria.

§ 4.º Solicitar e acceitar dos poderes publicos quaesquer auxilios, favores, privilegios e concessões que possam ser utilizados ou explorados pela companhia.

§ 5.º Fiscalisar a estricta observancia dos estatutos e do regimento interno.

§ 6.º Apresentar o relatorio annual á assembléa geral dos accionistas; convocar as assembléas geraes e deliberar sobre todos os contractos e operações, inclusive os de que trata o n. G *in fine* do art. 2º, e determinar os dividendos.

§ 7.º Admittir os empregados necessarios, sob proposta dos gerentes, marcar-lhes os vencimentos e demittil-os quando julgar conveniente.

Art. 20. A directoria poderá fazer assistir os gerentes ás suas reuniões, sempre que precisar de seus esclarecimentos para qualquer medida que pretenda adoptar.

Art. 21. Para as compras de materiaes e materia prima que tenham de ser effectuadas pelos gerentes, será ouvida a directoria.

Art. 22. A distribuição do serviço será regida por um regulamento interno elaborado pelos gerentes e approvedo pela directoria.

Art. 23. Cumpre aos directores deliberar diariamente sobre materias de expediente e de outros assumptos administrativos, reunindo-se em sessão sempre que os interesses sociaes o exigirem, fazendo lavrar em livro especial as respectivas actas.

Art. 24. Os *cheques*, os endossos e em geral todos os indicativos de transferencias ou responsabilidades pecuniarias, serão firmados por um director e rubricados pelo director presidente ou quem suas vezes fizer.

Art. 25. Cada um dos directores caucionará 50 acções como garantia de sua gestão administrativa, não podendo nenhum delles ser empossado no cargo antes de ter preenchido essa formalidade.

Art. 26. Os honorarios dos directores serão de 8:000\$ annuaes, a cada um, pagos em prestações mensaes, e mais 6 % sobre os dividendos a distribuir, divididos igualmente pelos tres.

Art. 27. Independentemente das attribuições e deveres em commun, compete ao presidente :

§ 1.º Representar a companhia e ser órgão d'ella em todos os actos judiciaes e extra-judiciaes.

§ 2.º Presidir ás reuniões da directoria e do conselho fiscal quando funcionarem conjuntamente, bem como os trabalhos preparatorios das assembléas geraes, até á eleição do presidente.

§ 3.º Assignar com outro director todos os documentos de valor e pôr o *pague-se* nas contas, recibos ou letras, depois da respectiva conferencia pelo secretario.

§ 4.º Rubricar, abrir e encerrar todos os livros da companhia que não forem sujeitos a essa formalidade pela Junta Commercial.

§ 5.º Assignar com os demais directores os titulos representativos do capital da companhia, nomear e demittir, ouvidos os demais directores, um ou mais gerentes para os estabelecimentos da companhia e fixar-lhes os vencimentos de accordo com a directoria.

§ 6.º Convocar as assembléas geraes ordinarias e extraordinarias de accordo com estes estatutos e com a legislação em vigor.

§ 7.º Cumprir e fazer cumprir os estatutos presentes e as determinações das assembléas geraes.

Art. 28. São attribuições do secretario, além das que são inherentes ao cargo de director :

§ 1.º Substituir o presidente e o thesoureiro em seus impedimentos temporarios e auxiliar-os em seus encargos.

§ 2.º Redigir as actas das sessões da directoria, consignando nellas as deliberações tomadas, assignando-as com os outros membros da directoria.

§ 3.º Authentificar as transferencias de acções, quando nominativas.

§ 4.º Assignar os annuncios e a correspondencia, velar pela boa ordem do archivo, ter sob sua immediata fiscalisação todo o movimento do escriptorio, dando as instrucções precisas para a boa ordem da escripturação.

Art. 29. Além das attribuições inherentes ao cargo de director, compete ao thesoureiro :

§ 1.º Substituir o secretario em seus impedimentos accidentaes e prestar-lhe sua coadjuvação.

§ 2.º Ter sob sua guarda e responsabilidade os dinheiros, titulos e obrigações da companhia, e receber todas as quantias e valores a ella pertencentes.

§ 3.º Effectuar os pagamentos de contas ou recibos que se acharem legalmente conferidos e tenham o — *pague-se* — do presidente, podendo nomear, com accordo dos outros directores, um empregado caixa, com fiança idonea, para auxiliar-o nos seus encargos.

§ 4.º Depositar os saldos em dinheiro em um ou mais bancos que forem designados pela directoria.

§ 5.º Incumbir-se, quando deliberado pela directoria, de empréstimos, descontos ou qualquer outra operação financeira.

## CAPITULO V

### CONSELHO FISCAL

Art. 30. Será eleito annualmente em assembléa geral ordinaria um conselho fiscal, composto de tres membros effectivos e tres supplentes, aos quaes competem os direitos e deveres exarados na lei das sociedades anonymas.

O cargo será remunerado com 100\$, mensalmente, para cada um dos membros em exercicio.

Art. 31. Além dos deveres e attribuições consignados em lei, o conselho fiscal se reunirá, quando convidado pela directoria, para tomar conhecimento de assumptos que submeta à sua consulta.

## CAPITULO VI

### ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 32. A assembléa geral é a reunião de todos os accionistas que tenham suas acções inscriptas no registro da companhia, pelo menos 15 dias antes, e cuja soberania assim concretada é o unico poder competente para resolver todos os negocios, de conformidade com as disposições legais.

Art. 33. Em geral, na reunião e convocação das assembléas geraes se observará todo o disposto na lei das sociedades anonymas.

§ 1.º As assembléas geraes ordinarias terão lugar uma vez por anno até ao mez de março, salvo impedimento justificado, e as extraordinarias sempre que forem necessarias a juizo da administração e conselho fiscal, ou nas hypotheses consignadas em lei.

§ 2.º As assembléas geraes ordinarias ou extraordinarias serão presididas por um accionista, aclamado ou eleito pela assembléa, o qual convidará dous accionistas que servirão de 1º e 2º secretarios.

§ 3.º Cada grupo de 10 acções, averbadas com 15 dias de antecedencia, dá direito a um voto. Igual direito cabe ao possuidor de acções ao portador que as depositar no escriptorio da companhia com a mesma antecedencia. Salvo quando se tratar de assembléa geral extraordinaria que poderá ser convocada com o prazo que a directoria julgar conveniente, sendo então os titulos depositados com a antecipação que for marcada,



§ 4.º As deliberações da assembléa geral, tomadas por maioria de votos, obrigam ausentes e dissidentes.

§ 5.º Todo accionista poderá fazer-se representar por procurador, podendo este exercer o mandato com o direito de voto, si igualmente for accionista.

§ 6.º As convocações serão feitas com o prazo da lei.

§ 7.º Nas reuniões extraordinarias não se tratará de assumptos alheios ao que determinou sua convocação.

§ 8.º Os portadores de *debentures*, de que trata o art. 13, podem assistir ás assembléas geraes e discutir, mas não votar, desde que depositem os seus titulos de accordo com o § 3.º.

§ 9.º Em assembléa geral serão eleitos os membros da directoria. Findo o mandato estatuido no art. 18, far-se-ha eleição de novos directores ou reeleição dos mesmos.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

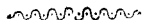
Art. 34. A directoria procurará sempre ultimar — por meios amigaveis, ou por arbitramento particular — as contestações que venham a originar-se no meneio dos negocios da companhia: ficando, porém, a mesma directoria autorisada a demandar e a ser demandada sem reserva de poderes, que tollos lles são conferidos e por estes estatutos outorgados.

Art. 35. Os dividendos não reclamados nunca vencerão juros em favor dos accionistas, prescrevendo em beneficio do fundo de reserva no fim de cinco annos.

Art. 36. Fica entendido que nos casos omissos, não expressos nestes estatutos, regem as disposições consignadas na lei vigente, na parte que lles é relativa.

Art. 37. Fica a directoria autorisada a requerer ao Governo Federal a approvação da presente reforma de estatutos nos termos da lei.

(Seguem-se as assignaturas.)



### DECRETO N. 1962 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Valença, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, se comporá dos actuaes 24.º batalhão

de infantaria reduzido a quatro companhias, do 11º corpo de cavallaria com quatro esquadrões e a designação de regimento, do 11º batalhão da reserva reduzido tambem a quatro companhias, e de mais tres batalhões de infantaria do serviço activo, ora creados, com quatro companhias cada um e as designações de 45º, 46º e 47º, os quaes se organisarão com os guardas desse serviço qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 1963 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1895

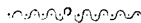
Approva os estudos definitivos dos trechos da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta, do Rio Uruguay ao Porto da União e deste ultimo ponto ao Itararé.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia S. Paulo—Rio Grande, cessionaria da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta, resolve approvar os estudos definitivos, que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, dos trechos da referida estrada, do Rio Uruguay ao Porto da União, com 347<sup>k</sup>,580 de extensão e deste ultimo ponto ao Itararé, com 594<sup>k</sup>,300, vigorando, porém, para estes a tabella de preços já approvada para os primeiros trechos e o material importado pelos preços das respectivas facturas.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1964 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1895

Approva os estudos definitivos do ramal de Ijuhy, da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia S. Paulo — Rio Grande, cessionaria da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta, resolve approvar os estudos definitivos, que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, relativos ao ramal de Ijuhy, da referida estrada, na extensão de 292 kilometros e 250 metros; vigorando, porém, para este a tabella de preços já approvada para os primeiros trechos e o material importado pelos preços das respectivas facturas.

Capital Federal, 13 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1965 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1895

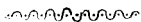
Approva os estudos definitivos do trecho da Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá, comprehendido entre os arraiaes de S. Sebastião do Rio Preto e do Faria, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Estrada de Ferro de Peçanha ao Araxá, resolve approvar os estudos definitivos do trecho de sua linha ferrea entre os arraiaes de S. Sebastião do Rio Preto e do Faria, na extensão de 122,987 metros; os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, menos, porém, os preços das unidades, que devem vigorar os mesmos da tabella já approvada pelo decreto n. 1944 de 21 de janeiro findo, para toda a linha e o custo do material importado os preços das respectivas facturas originaes.

Capital Federal, 14 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1966 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1895

Approva, com modificações, os estudos definitivos e tabella de preços da 1ª secção da Estrada de Ferro de Caxias ao Araguaya e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, resolve approvar os estudos definitivos da 1ª secção da Estrada de Ferro de Caxias ao Araguaya, sujeitos a modificações por occasião da revisão; os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, e bem assim a tabella de preços, salvo as relações do material fixo e rodante, cujos preços serão os das respectivas facturas originaes.

Capital Federal, 14 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1967 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1895

Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 8º, da lei n. 1099 de 18 de setembro de 1860:

Determina que se observe na extracção das loterias federaes, no corrente anno de 1895, a ordem em que vão mencionadas na relação que a este acompanha assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, a quem incumbe a execução.

Capital Federal, 14 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

**Relação das loterias concedidas por leis geraes e a que se refere o decreto n. 1967 desta data, e que devem ser extra-hidas no corrente anno.**

1 — 1ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

2 — 1ª loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos (decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877).

3 — 2ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

4 — 1ª loteria ordinaria a favor da Santa Casa da Misericordia e annexos (decreto de 23 de maio de 1821 e portaria de 12 de maio de 1826).

5 — 3ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

6 — 2ª loteria ordinaria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos (decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877).

7 — 4ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

8 — 3ª loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos (decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877).

9 — 5ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

10 — 1ª loteria ordinaria para as obras do Hospital da Santa Casa da Misericordia (decreto n. 92 de 25 de outubro de 1839).

11 — 6ª loteria ordinaria para o Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

12 — 4ª loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos (decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877).

13 — 7ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

14 — 8ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

15 — 2ª loteria ordinaria a favor da Santa Casa da Misericordia e annexos (decreto de 23 de maio de 1821 e portaria de 12 de maio de 1826).

16 — 9ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

17 — 10ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

18 — 5ª loteria ordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos (decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877).

19 — 11ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

20 — 12ª loteria ordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864 e lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869).

21 — 1ª loteria extraordinaria em favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos (decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887).

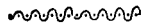
22 — 1ª loteria extraordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864, lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887).

23 — 1ª loteria extraordinaria a favor da Santa Casa da Misericórdia e annexos (decreto de 23 de maio de 1821, portaria de 12 de maio de 1826 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887).

24 — 2ª loteria extraordinaria a favor dos Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos (decreto n. 2771 de 29 de setembro de 1877 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887).

25 — 2ª loteria extraordinaria a favor do Montepio dos Servidores do Estado (decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864, lei n. 1681 de 18 de agosto de 1869 e art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887).

Capital Federal, 14 de fevereiro de 1895.—*F. de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 1968 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1895

Crea o Corpo de Infantaria de Marinha, em substituição do Batalhão Naval.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve, de conformidade com o § 5º do art. 1º do decreto n. 242 de 15 de dezembro de 1894, crear o Corpo de Infantaria de Marinha, em substituição do Batalhão Naval, tendo a mesma organização deste e o effectivo de 400 praças.

O Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 15 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisiario José Barbosa.*



## DECRETO N. 1969 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1895

Supprime o Consulado em Argel.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que o Consulado em Argel, presentemente vago pelo fallecimento do respectivo funcionario, não faz parte dos Consulados remunerados por lei, resolve supprimir o dito Consulado.

Capital Federal. 18 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 1970 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1895

Publica a adhesão da *Halifax and Bermudas Cable Company* á Convenção Internacional Telegraphica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publicar a adhesão da *Halifax and Bermudas Cable Company* á Convenção Internacional Telegraphica, segundo consta da nota de 11 do corrente mez, que a Legação Franceza dirigiu ao Ministerio das Relações Exteriores, e cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 18 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

TRADUCÇÃO OFFICIAL — Legação da Republica Franceza — Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1895.

Sr. Ministro — Em execução do paragrapho 2º do artigo LXXXVI do regulamento de serviço, annexo á Convenção Telegraphica de S. Petersburgo de 22 de julho de 1875, e revisto em Pariz em 1890, o Governo Britannico communicou ao da Republica Franceza que a *Halifax and Bermudas Cable Company* desejava acceder a essa convenção.

Estipulando o art. 18 que as adhesões serão notificadas ás Potencias contractantes pelo Estado em cujo territorio for effectuada a ultima conferencia telegraphica, para cumprir as in-

strucções do meu Governo, tenho a honra de informar a V. Ex. da adhesão da *Halifax and Bermudas Cable Company* à citada Convenção Internacional.

Queira acceitar, Sr. Ministro, as seguranças de minha alta consideração.—*A. Imbert.*—A S. Ex. o Sr. Carlos de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores.



Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil —Não tendo a lei de orçamento do actual exercicio incluído, a exemplo das leis n. 26 de 30 de dezembro de 1891, art. 4º § 4º e n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, art. 2º § 1º, disposição alguma a respeito das despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha, e não podendo, até que seja dada inteira execução à lei n. 226 de 3 de dezembro de 1894, deixar de ser mantidos pela União os sentenciados alli recolhidos, faz-se preciso, conforme se procedeu no exercicio passado, a abertura do credito extraordinario de cento e vinte e dous contos quatrocentos noventa e tres mil setecentos e cincoenta réis ( 122:493\$750 ) para as despesas do referido Presidio durante o primeiro semestre do corrente anno.

A' vista do exposto submetto à vossa apreciação e assignatura o decreto junto.

Capital Federal, 18 de fevereiro de 1895.—*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

#### DECRETO N. 1971 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negozios Interiores o credito extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o 1º semestre do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a lei n. 226 de 3 de dezembro de 1894, no art. 3º, apenas autorisou a abertura do credito de 150:000\$, para o transporte dos sentenciados recolhidos ao Presidio de Fernando de Noronha aos Estados a que pertencerem ;

Considerando que a lei n. 266, de 24 daquelle mez, não incluiu credito para o custeio do mesmo Presidio ;

Considerando finalmente, que, até ser dada inteira execução à primeira das citadas leis, não podem deixar de ser mantidos pela União os sentenciados alli recolhidos:

Resolve, tendo-se ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 35 do regulamento annexo ao decreto

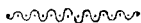


n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, abrir o credito extraordinario de cento e vinte e dous contos quatrocentos noventa e tres mil setecentos e cincoenta réis (122:493\$750) para o custeio do referido Presidio durante o primeiro semestre do corrente anno, sendo o presente acto submettido opportunamente á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 18 de fevreiro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira.*



Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil — A presente exposição, que tenho a honra de dirigir-vos, refere-se á expedição de acto urgente e necessario que habilite o Ministerio a meu cargo a solver compromissos provenientes de despezas realizadas com um dos mais importantes ramos da administração publica, sujeitos ao mesmo Ministerio.

Acha-se exgoftado o credito extraordinario de 500:000\$, que o ex-Vice-Presidente da Republica abriu, sob sua responsabilidade, por decreto n. 1792 de 10 de setembro do anno passado, atim de occorrer ao pagamento de despezas de varias especies, concernentes á rubrica soccorros publicas, do exercicio de 1894.

Entretanto, como vereis da demonstração annexa, os serviços attinentes á saúde publica especificados naquelle decreto; e, além disso, as providencias extraordinarias que, nigrdo pelas circumstancias, foi o Governo obrigado a adoptar ultimamente, em face da epidemia que desde novembro ultimo tem grassado em algumas localidades á margem do rio Parahyba em territorio dos Estados do Rio de Janeiro e S. Paulo, ameaçando a cada momento invadir esta Capital, determinaram os gastos, na importância de 250:000\$, mencionados na dita demonstração, os quaes, posto que pertençam ao sobredito exercicio de 1894, ainda não foram pagos, por deficiencia do credito da citada verba.

A' vista do exposto, e porque a este Ministerio compete providenciar sobre o pagamento de taes despezas antes de 31 de março proximo vindouro, em que tem de ser encerrado o exercicio financeiro, venho solicitar vos digneis de usar da faculdade conferida pelo art. 11 da lei n. 1913, de 30 de setembro de 1893, combinado com o disposto no § 1<sup>o</sup> do art. 20 da de n. 3140 de 30 de outubro de 1882, abrindo á verba—soccorros publicos, do exercicio de 1894, o credito supplementar de 250:000\$, que se torna imprescindivel para liquidação das sobrelitas despezas.

Submetto, portanto, á vossa apreciação e assignatura o decreto junto.

Saule e fraternidade.— Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira.*

## DECRETO N. 1972 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito supplementar, á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1894, na importancia de 250:000\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores sobre a necessidade de habilitar o mesmo Ministerio a solver compromissos provenientes de despezas realizadas com os diversos serviços attinentes á saude publica, inclusive as providencias extraordinarias que, urgido pelas circumstancias, foi o Governo obrigado a adoptar, em face da epidemia que desde novembro ultimo tem grassado em algumas localidades á margem do rio Parahyba, visto acharem-se exgottados o credito ordinario da verba — Soccorros Publicos, do exercicio de 1894, e o extraordinario aberto pelo decreto n. 1792 de 10 de setembro do anno passado; e tendo sido ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, resolve, usando da autorisação conferida pelo art. 11 da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, combinado com o disposto no § 1º do art. 20 da de n. 3140 de 30 de outubro de 1882, abrir á referida verba, por conta do exercicio de 1894, o credito supplementar de 250:000\$, que se torna imprescindivel para pagamento das despezas constantes da demonstração junta.

Capital Federal, 18 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

**Demonstração das despezas realizadas por conta da verba**  
— Soccorros publicos, do exercicio de 1894. que ainda não foram pagas, por deficiencia do credito da mesma verba

## LAZARETO DA ILHA GRANDE

|                                                                                         |             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Pessoal extraordinario em dezembro (calculado).....                                     | 6:093\$714  |
| Aluguel de lanchas e saveiros para o serviço quarentenario, em novembro e dezembro..... | 18:566\$298 |
| Fornecimentos diversos em novembro e dezembro.....                                      | 23:732\$700 |
| Idem para as lanchas (autorisado)...                                                    | 3:200\$000  |
| Aluguel de um saveiro (idem.)....                                                       | 720\$900    |

|                                                                                       |            |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| Concerto do rebocador <i>Pereira Rego</i><br>e da lancha Dr. <i>Velles</i> .....      | 422\$000   |             |
| Despeza com a installação completa<br>do serviço quarentenario (autori-<br>sado)..... | 6:581\$500 |             |
| Aluguel do rebocador <i>Darwinless</i> , em<br>dezembro.....                          | 800\$000   | 60:116\$212 |
|                                                                                       | <hr/>      |             |

## HOSPITAL DE S. SEBASTIÃO

|                                |            |            |
|--------------------------------|------------|------------|
| Fornecimentos em novembro..... | 2:677\$505 |            |
| Idem dezembro (calculado)..... | 3:000\$000 | 5:677\$505 |
|                                | <hr/>      |            |

## HOSPITAL DE SANTA BARBARA

|                                                                                                               |             |             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Fornecimentos de setembro e outubro                                                                           | 1:525\$110  |             |
| Idem de novembro e dezembro.....                                                                              | 2:000\$000  |             |
| Aluguel da lancha <i>Federal</i> , em no-<br>vembro e dezembro.....                                           | 4:320\$000  |             |
| Despeza feita pela Santa Casa da Mi-<br>sericórdia com o hospital, no tri-<br>mestre de outubro a dezembro... | 13:174\$161 |             |
| Concertos feitos na lancha <i>Treze de</i><br><i>Março</i> .....                                              | 997\$000    | 22:016\$571 |
|                                                                                                               | <hr/>       |             |

## HOSPITAL DE SANTA ISABEL

|                                |             |
|--------------------------------|-------------|
| Fornecimentos em dezembro..... | 31:858\$500 |
|--------------------------------|-------------|

## INSPECTORIA GERAL DE SAUDE DOS PORTOS

|                                                                                                                   |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Aluguel da lancha <i>Sadi Carnot</i> , empre-<br>gada no serviço da visita sanitaria<br>interna, em dezembro..... | 3:360\$000 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

## COMISSÃO SANITARIA FEDERAL

|                                                                                                                                                                        |             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Vencimentos, em novembro e de-<br>zembro, do pessoal incumbido de<br>debellar a epidemia que tem gras-<br>sado em algumas localidades á<br>margem do rio Parahyba..... | 43:476\$436 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|

|                                                                                                                                                       |              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Despezas autorizadas com o material da Commissão Sanitaria, telegraphmas e outras cujas contas ainda não foram apresentadas e que se calculam em..... | 83:494\$776  |
| Credito preciso.....                                                                                                                                  | 250:000\$000 |

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 18 de fevereiro de 1895.— *José Carlos de Souza Bordini*, director geral.



### DECRETO N. 1973 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercio Nacional, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas de 3 de janeiro ultimo; ficando, porém, a companhia obrigada a cumprir as formalidades exigidas pelo art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 18 de fevereiro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

### Reforma de Estatutos da Companhia Commercio Nacional, approvada em assembléa geral extraordinaria de 3 de janeiro de 1895.

Art. 1.º Accrescente-se depois da palavra — especie, as seguintes: exploração de trapiches e navegação a vapor ou a vella de cabotagem.

Art. 2.º Como está.

Art. 3.º O capital é de 1.300:000\$ dividido em 6.500 acções do valor nominal de 200\$ cada uma, integradas.

Art. 4.º Substitua-se pelo seguinte : O capital da companhia poderá ser augmentado quando assim convier ao seu desenvolvimento, de accordo com o decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890 e regulamento approved por decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

§ 1.º Aos possuidores das acções que constituem o actual fundo social é garantida, na proporção das acções que possuirem, a preferencia nas novas emissões.

§ 2.º O capital accrescido será realizado de conformidade com o que resolver a assembléa geral que o decretar.

Art. 5.º Intercala-se em seguida a palavra — nominativa, as seguintes : si o portador. No 1.º caso.

Art. 6.º Supprima-se.

Art. 7.º Passa a ser 6.º.

Art. 8.º Passa a ser 7.º, accrescentando-se o seguinte :

A administração da companhia será feita em commum pelos tres directores, dedicando-se cada um ao ramo de serviço que melhor aproveite de suas aptidões, além das attribuições especiaes consignadas em artigos destes estatutos.

Art. 9.º Passa a ser 8.º, intercalando-se em seguida a palavra — transferencia, as seguintes : ou entrega em deposito, si forem ao portador.

Arts. 10 e 11. Passam a ser 9 e 10.

Art. 12. Passa a ser 11, accrescentando-se : assumindo na administração a parte compativel com suas habilitações, attentas ás exigencias dos interesses sociaes.

No periodo referente ás attribuições do secretario, accrescente-se : *assumindo na administração, etc.* (como em relação ao presidente) e mais : substituindo o presidente ou o thesoureiro em quaesquer impedimentos e em todas as attribuições especialmente consignadas a qualquer dos dous nos presentes estatutos.

O periodo referente ao thesoureiro substitua-se pelo seguinte : Dirigir e inspecionar o movimento financeiro da companhia, assumindo na administração, etc. (como em relação aos outros directores) e mais : substituindo o secretario ou o presidente em quaesquer impedimentos, etc. (como em relação ao secretario).

Art. 13. Passa a ser 12.

Art. 14. Passa a ser 13, e em seguida a palavra—honorario, diga-se — annual de (24:000\$) vinte e quatro contos de réis a cada um, pago em prestações mensaes, além de uma percentagem de 10 % para cada um, dos lucros demonstrados em balanço.

Art. 15. Passa a ser 14.

Art. 16. Passa a ser 15.

Paragrapho unico. Substitua-se pelo seguinte : Os membros do conselho fiscal perceberão a gratificação de quatro contos e oitocentos mil réis (4:800\$), da qual 2:400\$ para o relator e 1:200\$ para cada um dos outros dous, pago no acto da apresentação do parecer.

Art. 17. Passa a ser 16 ; em seguida ás palavras — abaixo do par, diga-se : podendo cessar essa amortisação logo que o fundo tenha attingido a tresentos contos de réis (300:000\$000).

No n. 3 *in fine*, onde diz, 14 diga-se, 13 e acrescente-se: n. 4 uma quota a arbitrio da directoria, nos annos em que ella o julgar conveniente, e que a seu juizo distribuirá pelos empregados da companhia, a titulo de gratificação.

Paragrapho unico. Supprima-se.

Art. 18. Passa a ser 17.

Art. 19. Passa a ser 18; em lugar de 60, diga-se 30 dias, e acrescente-se: e os portadores de acções que as depositarem na caixa da companhia 15 dias, pelo menos, antes da reunião ordinaria ou quatro dias antes das extraordinarias.

Paragrapho unico. Em seguida à palavra— mas diga-se: não poderão votar; e supprima-se o resto.

Arts. 20, 21, 22. Passam a ser 19, 20, 21.

Art. 23. Onde diz 20, diga-se 19.

Art. 24. Passa a ser 23.

Art. 25. Passa a ser 24, acabando o 2º periodo na palavra— accionista supprimindo-se o resto.

Arts. 26, 27, 28. Passam a ser 25, 26, 27.

Art. 29. Passa a ser 28; onde diz 1896, diga-se 1899.

Art. 30. Passa a ser 29.



#### DECRETO N. 1974 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caratinga, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e sob a designação de 236º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 1975 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1895

Crea os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional de S. Paulo na circumscripção de Santos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

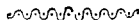
Art. 1.º Ficam creados no Estado de S. Paulo, nos termos do art. 3.º § 1.º da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional na circumscripção federal de Santos, cujos limites são os da comarca do mesmo nome.

Art. 2.º Na referida circumscripção, conforme os arts. 4.º e 5.º da mesma lei, terá o procurador da Republica um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 21 de fevereiro de 1894, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

DR. Antonio Gonçalves Ferreira.



Sr. Presidente da Republica — O Congresso Nacional em sua ultima reunião, estudando as condições financeiras do paiz e procurando extinguir os pesadissimos encargos creados pela revolta de uma parte da armada, autorizou o Governo no art. 3.º da lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894 a praticar operações de credito, dentro e fóra do paiz, « para o fim de fazer face ao *deficit* que se possa verificar no corrente exercicio, por insufficiencia de receita, e ás despesas oriundas da revolta de 6 de setembro de 1893, constantes dos creditos extraordinarios e supplementares por elle approvados, assim como para proceder ao resgate do papel-moeda emitido depois daquella data ».

Em obediencia ao vosso programma annunciado á Nação a 15 de novembro do anno proximo findo e ás constantes recommendações que nos tendes feito, a arrecadação da renda publica vae sendo effectuada com o maximo cuidado, denunciando em quasi todas as estações lisonjeiro crescimento e a despesa realizada em todos os departamentos da administração com o espirito da mais accentuada economia e respeito ás determinações orçamentarias.

Os encargos do Thesouro, devo dizer-vos com perfeita segurança, continuam a ser satisfeitos com a mais rigorosa pontualidade. Os recursos ordinarios, como em sua sabedoria entendeu o Congresso, não bastam, entretanto, para annullar as responsabilidades creadas naquello periodo de grandes perturbações.

Os calculos do Thesouro attestam que o exercicio de 1894 vaee legar-nos *deficit* não pequeno, previsto opportunamente pelo Poder Legislativo. Dos elementos já recebidos pôde-se concluir que até 31 de dezembro a receita elevou-se a 254.000:000\$ e a despesa a 295 000:000\$000.

Estou certo de que, com a renda presumivel dos balanços que faltam e mais a do periodo addicional e o liquido dos depositos a receita se elevará a 279.000:000\$, verificando-se assim um excesso de 46.000:000\$ sobre a receita orçada de 233.521:890\$743. A despesa, porém, foi fixada em 250.457:908\$352 e tendo o Thesouro conhecimento de despesas effectuadas naquella data na somma de 235.000:000\$, verifica-se desde já um augmento de 45.000:000\$, que não teria importancia, em vista do grande movimento da receita: si não houvessemos de addicionar á despesa fixada a somma de 112.890:567\$921 de creditos extraordinarios e supplementares abertos sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica e pelo Poder Legislativo, muito embora alguns desses creditos na importancia do 28.200:000\$ tenham de ser despendidos no corrente exercicio e no immediato.

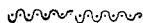
A maior parte das despesas feitas foi coberta, como sabeis, por uma emissão de papel-moeda de 83.000:000\$, autorisada pelo decreto n. 1616 A, de 23 de dezembro de 1893, aprovado pelo Congresso.

Para acudir aos encargos creados pela revolta e, sobretudo, para operar francamente o resgate do papel-moeda emitido naquello periodo, pareceu-me opportuno appellar para o credito do paiz, pedindo-lhe o concurso dos seus capitaes, nos termos do decreto que tenho a honra de submeter á vossa approvação.

Estou convencido de que, alliando ao programma de franca economia adoptado pelo Governo e de severo respeito ás prescrições legais o proposito firme e decidido de diminuir o volume do papel-moeda em circulação, as condições do paiz hão de melhorar progressivamente.

Foram essas as promessas que fizestes á Nação no manifesto que lhe dirigistes, como são esses tambem os desejos o determinações do Poder Legislativo. Espero, com intima confiança, que os capitaes nacionaes chamados assim ao trabalho da consolidação do credito publico, hão de acudir ao nosso appello, revelando-se ainda uma vez os poderosos recursos de que dispõe este grande paiz.

Capital Federal, 25 de fevereiro de 1895.—*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*





## DECRETO N. 1976 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1895

Autorisa o Ministro da Fazenda a contrahir um empréstimo na importância líquida de 100.000:000\$, emitindo para esse fim apólices do valor nominal de 1:000\$ e juros de 5 % ao anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pela lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894, art. 3º n. 2, decreta:

Art. 1.º O Ministro da Fazenda é autorisado a contrahir um empréstimo na importância líquida de 100.000:000\$, emitindo para esse fim apólices do valor nominal de 1:000\$000.

Art. 2.º O preço da emissão será de 95 %/o, no mínimo.

Art. 3.º As entradas do empréstimo serão realizadas pela fôrma seguinte :

- 10 % no acto da assignatura.
- 15 % em 30 de abril.
- 20 % em 15 de julho.
- 25 % em 31 de agosto.
- 25 % em 15 de outubro.

É lícito ao subscriptor antecipar o pagamento de qualquer ou de todas as prestações, sendo-lhe abonado pelo tempo que faltar o juro correspondente a 5% ao anno.

Art. 4.º Os títulos poderão ser nominativos ou ao portador.

Art. 5.º Os juros das apólices serão de 5 % ao anno, pagos por semestres a partir de 1 de janeiro do corrente anno.

Art. 6.º Os títulos deste empréstimo gosarão dos privilegios e isenções concedidos às apólices ora em circulação pela lei de 15 de novembro de 1827 e pelas demais em vigor.

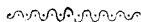
Art. 7.º Metade do producto do empréstimo será destinado ao resgate do papel-moeda emitido em virtude do decreto n. 1616 A, de 23 de dezembro de 1893.

Art. 8.º O Governo obriga-se a não fazer outra emissão de apólices internas no prazo de 18 mezes contados desta data.

Capital Federal, 25 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



Ministerio dos Negocios da Fazenda — Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1895.

O Ministro da Fazenda, em cumprimento do decreto n. 1976 de 25 do corrente, determina :

Art. 1.º No dia 28 do corrente será aberta nos Bancos da Republica do Brazil, Nacional Brasileiro, Rural e Hypothecario, Lavoura e Commercio, Commercial e Commercio, a subscrição para um emprestimo na importancia liquida de 100.000:000\$, em apolices do valor nominal de 1:000\$ e juro de 5 % ao anno, pago por semestres.

Art. 2.º A subscrição deve ser encerrada no dia 9 de março.

Art. 3.º O preço da emissão será de 95 %. As assignaturas, porém, podem ser feitas por preços mais elevados, sendo os subscriptores classificados segundo as offertas, tendo preferencia na distribuição os que offerecerem maior preço e entrando em rateio os demais, si a totalidade do emprestimo não for tomada a typo superior a 95 %.

Art. 4.º As entradas serão realizadas pela forma seguinte:

10 % no acto da assignatura, sendo nella comprehendida a quantia que for offerecida acima de 95 %.

15 % em 30 de abril.

20 % em 15 de julho.

25 % em 31 de agosto.

25 % em 15 de outubro.

E' facultado ao subscriptor antecipar o pagamento de qualquer um de todas as prestações, sendo-lhe neste caso abonado o juro de 5 % ao anno pelo tempo que faltar.

Art. 5.º No acto da subscrição dar-se-ha ao subscriptor um recibo provisorio, que será substituido por um conhecimento em forma depois de terminada a distribuição do emprestimo.

Art. 6.º Os subscriptores que não fizerem effectiva qualquer entrada nas épocas determinadas ficam sujeitos ao pagamento do juro de 10 % pela mora, não excedente de 30 dias, perdendo o direito à entrada ou entradas realizadas, si esse prazo for excedido.

Art. 7.º Os recibos ou conhecimentos serão transferiveis por simples endosso, pago o sello proporcional ás entradas realizadas.

Art. 8.º Os titulos definitivos poderão ser nominativos ou ao portador. Por occasião da entrega desses titulos far-se-ha a respectiva inscrição na Caixa de Amortisação.

Art. 9.º As apolices da presente emissão perceberão juros a contar de 1 de janeiro proximo passado e os titulos definitivos serão entregues até ao dia 31 de dezembro do corrente anno.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 1977 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1895

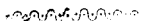
Supprime o Consulado em Nova Orleans.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando dispensavel o estabelecimento de um Consulado privativo em Nova Orleans, Luiziana, e usando da authorisação que lhe confere a lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894, art. 3º § 1º, resolve supprimir o dito Consulado, e restabelecer alli o antigo Vice-Consulado, sujeito á jurisdicção do Consulado em Baltimore.

Capital Federal, 25 de fevereiro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto da Carvalho.*



## DECRETO N. 1978 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1895

Regula a execução do art. 4º do decreto n. 225 de 30 de novembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Para dar execução á lei n. 225 de 30 de novembro de 1894, na parte que dispõe que, em caso de vaga de quaesquer Pretorias, sejam annexadas: a de Paqueta á da Candelaria, a da ilha do Governador á de Santa Rita, a da Gaven á da Lagôa, as de Guaratiba e Santa Cruz á de Campo Grande, a de Jacarépague á de Irajá, indo o juiz da Pretoria annexada exercer o seu cargo naquella em que se houver dado vaga e :

Considerando que a 10 de março proximo futuro ficam vagas 13 Pretorias, por terminação do quadriennio para que foram nomeados os respectivos juizes ;

Considerando, por outro lado, que dos actuaes escrivães de Pretorias extintas por annexação, os que não tem titulo vitalicio deverão ser conservados, enquanto bem servirem, (arts. 27 e 29 do decreto n. 1030 de 1890) ;

Considerando, ainda, que o poder publico deverá precurar facilitar o mais possivel os actos do registro civil de nascimentos e obitos, e, finalmente :

Considerando que, diminuindo o numero das Pretorias, convem não só classificar-as nos termos da nova lei, como distribuil-as para o exercicio do Ministerio Publico local ;

Decreta :

Art. 1.º A contar de 10 de março do corrente anno em deante se tornará effectiva a annexação das seguintes Pretorias :

I. Da 17ª (Paquetá) á 1ª (Candelaria), constituindo uma só circumscripção judicial, com a denominação de 1ª Pretoria e com séde na freguezia da Candelaria ;

II. Da 18ª (ilha do Governador) á 2ª (Santa Rita), constituindo uma só circumscripção judicial, com a denominação de 2ª Pretoria e com séde na freguezia de Santa Rita ;

III. Da 8ª (Gavea) a 7ª (Lagôa), constituindo uma só circumscripção judicial, com a denominação de 7ª Pretoria e com séde na freguezia da Lagôa ;

IV. Da 19ª (Guaratiba) e 20ª (Santa Cruz) á 21ª (Campo Grande) constituindo uma só circumscripção judicial, com a denominação de 15ª Pretoria e com séde na freguezia de Santa Cruz ;

V. Da 18ª (Jacarépaguá) á 15ª (Irajá), constituindo uma só circumscripção judicial, com a denominação de 14ª Pretoria e com séde na freguezia de Irajá.

Paragrapho unico. O juiz de cada uma das Pretorias extintas por annexação e que não terminar a 10 de março o prazo do seu quadriennio, será removido para alguma das Pretorias vagas (art. 4º § 1º da lei n. 225 de 1894).

Art. 2.º Os escrivães das Pretorias que se annexarem continuarão a exercer os seus officios, porém cumulativamente, por distribuição junto do respectivo pretor, sendo conservados, enquanto bem servirem, os que não tiverem titulo vitalicio.

§ 1.º A distribuição será feita pelo pretor, que para isso terá os necessarios livros, devidamente abertos, encerrados e rubricados por elle.

§ 2.º Para os actos do registro civil de nascimentos e obitos é mantido na séde de cada freguezia, onde não funcionar o Juizo, um escrevente nomeado nos termos do art. 6º da lei n. 225 de 1894 e subordinado respectivamente ao escrivão da Pretoria que se annexar.

§ 3.º A disposição do paragrapho anterior será observada, ainda quando a Pretoria fique com um só escrivão por aproveitamento do escrivão companheiro, nos termos do art. 4º § 2º da lei n. 225 de 1894.

§ 4.º Os escrivães das Pretorias extintas continuarão a exercer na circumscripção respectiva as funcções de official privativo do registro civil para os effeitos da lei n. 181 de 24 de janeiro de 1890.

Art. 3.º Para preenchimento das vagas que occorrerem serão preferidos os escrivães das Pretorias extintas, mediante proposta do respectivo pretor.

Art. 4.º As Pretorias, com a nova constituição estabelecida no art. 4º da lei n. 225 de 1894, serão 15 e assim classificadas:

1.ª Candelaria e Paquetá.

2.ª Santa Rita e ilha do Governador.

3.ª Sacramento.

- 4.<sup>a</sup> S. José.
- 5.<sup>a</sup> Santo Antonio.
- 6.<sup>a</sup> Gloria.
- 7.<sup>a</sup> Lagôa e Gavea.
- 8.<sup>a</sup> Sant'Anna.
- 9.<sup>a</sup> Espirito Santo.
- 10.<sup>a</sup> S. Christovão.
- 11.<sup>a</sup> Engenho Velho.
- 12.<sup>a</sup> Engenho Novo.
- 13.<sup>a</sup> Inhamma.
- 14.<sup>a</sup> Irajá e Jacarépaguá.
- 15.<sup>a</sup> Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz.

Art. 5.<sup>o</sup> Os adjuntos dos promotores publicos exercerão suas funções do seguinte modo :

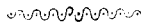
- O 1.<sup>o</sup> adjunto perante a 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Pretorias.
- O 2.<sup>o</sup> adjunto perante a 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Pretorias.
- O 3.<sup>o</sup> adjunto perante a 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Pretorias.
- O 4.<sup>o</sup> adjunto perante a 8.<sup>a</sup> Pretoria.
- O 5.<sup>o</sup> adjunto perante a 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Pretorias.
- O 6.<sup>o</sup> adjunto perante a 12.<sup>a</sup>, 13.<sup>a</sup> e 14.<sup>a</sup> Pretorias.
- O 7.<sup>o</sup> adjunto perante a 15.<sup>a</sup> Pretoria.

Paragrapho unico. Sob a immediata inspecção do 1.<sup>o</sup> promotor funcionario os 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> adjuntos ; sob a do 2.<sup>o</sup> promotor funcionario os 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> adjuntos, e sob a do 3.<sup>o</sup> promotor funcionario os 6.<sup>o</sup> e 7.<sup>o</sup> adjuntos.

Capital Federal, 25 de fevoreiro de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



#### DECRETO N. 1979 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1895

Concede autorisação á Companhia Magdeburgo, successora da Hamburgo Magdeburgo, para funcionar.

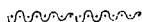
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de seguros contra fogo Magdeburgo, successora da Hamburgo Magdeburgo, devidamente representada resolve conceder-lhe autorisação para funcionar na Republica com os estatutos e contracto que apresentou, podendo estabelecer agencias na Capital Federal e nos Estados da Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Parana e Rio Grande do Sul, sob as clausulas a que se referem

os decretos ns. 6547 de 13 de abril de 1877, 7292 de 17 de maio de 1879 e 986 de 12 de agosto de 1892 ; e ficando, outrossim, a companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação das sociedades anonymas em vigor.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES E BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da Praça do Rio de Janeiro:

Certifico que me foram apresentados os estatutos da Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo (Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft), impressos no idioma allemão, os quaes a pedido da parte traduzi litteralmente para o idioma nacional e dizem o seguinte, a saber :

*Tradução* — Estatutos da Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo (Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft), coordenados segundo os estatutos revistos de 1870 e as disposições addicionaes de 1885 approvadas pelo Estado em 11 de novembro de 1885 e registradas na Junta Commercial em 23 de novembro de 1885.

## CAPITULO I

### OBJECTO, SÉDE E DURAÇÃO DA COMPANHIA

§ 1.º Sob a firma Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo (Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft) é formada uma sociedade anonyma, cujo objecto é segurar contra os prejuizos occasionados pelo incendio, raio ou explosão.

Preencherá este seu fim quer pela acceitação directa de seguros, quer por intermedio de agentes ou pela co-participação de outras sociedades de seguros.

§ 2.º A companhia elege o seu domicilio em Magdeburgo.

Os agentes geraes e principaes, assim como os administradores das agencias geraes e principaes, só terão os poderes de que trata o art. 235 doCodigo do Commercio.

§ 3.º Supprimido.

## CAPITULO II

### CAPITAL SOCIAL, ACÇÕES E ACCIONISTAS

§ 4.º O capital social da companhia é de 5.000.000 de thalers em moeda corrente do Reino da Prussia, dividido em 5.000 acções de 1.000 thalers cada uma.

§ 5.º As acções, que são indivisíveis e nominativas, serão redigidas segundo a formula A annexa, devendo, para serem validas, ser assignadas por tres membros pelo menos do conselho de administração e pelo director geral ou seu substituto.

As acções passadas antes da ratificação de estatutos revistos, de mil oitocentos e cincoenta e sete, de conformidade com os estatutos anteriores, continuam a ser válidas.

Juntar-se-ha a cada acção uma formula para recibos de dividendos durante dez annos redigida segundo o modelo B e que será substituida por uma nova no fim do ultimo anno.

§ 6.º Pagar-se-ha immediatamente por cada acção vinte por cento ou duzentos thalers.

Os accionistas ficam responsaveis —pelos oitenta por cento restantes e devendo para esse fim assignar uma letra conforme a formula C (vide § 9º).

§ 7.º As entradas de acções, assim como o fundo de reserva (vide § 50), serão empregadas em titulos publicos do Imperio da Allemanha ou de um dos Estados allemães. Letras de penhor, hypothecca ou venda no interior do paiz, obrigações de cidades allemãs, acções privilegiadas ou de prelação ou acções garantidas de estradas de ferro nacionaes ou serão emprestadas contra garantia hypotheccaria perfeita ou outro penhor sufficiente, com exclusão de mercadorias.

O conselho da administração sómente poderá derogar esta prescripção no caso de cauções tomadas por causa de cauções das transacções da companhia em algum Estado que não pertencer ao Imperio da Allemanha ou em consequença de co-participação de outras sociedades de seguros.

O valor dos premios recebidos deverá, quanto for possivel, sem prejuizo do fim principal da companhia, ser o pagamento em tempo conveniente da importancia dos seguros ser empregado igualmente em desconto de boas letras.

As prescripções relativas ao emprego dos dinheiros da companhia não se applicam a dividas activas provenientes de suas transacções em casas bancarias ou de agentes.

A companhia poderá sómente empregar capitais na acquisição de immoveis quando for necessario para o andamento de seus negocios ou para salvaguardar ou assegurar as suas reivindicacões.

§ 8.º Nenhum accionista, com excepção dos membros da Casa Real, poderá possuir mais de cincoenta acções.

No caso de serem necessarias chamadas, repartir-se-hão igualmente por todas as acções, realizando-se as entradas segundo a lei pela directoria da companhia depois de deliberação do conselho de administração.

A directoria tem obrigação de convocar ao mesmo tempo uma assembléa geral, a qual apresentará uma exposição do estado financeiro da companhia (vide § 42).

A divida dos accionistas, representada pelas letras dos mesmos, diminuirá na proporção das entradas realizadas.

§ 10. Em tudo quanto disser respeito a suas obrigações para a companhia cada accionista deverá sujeitar-se ao fôro da mesma.

Qualquer notificação a um accionista será válida uma vez que for endereçada a uma pessoa domiciliada em Magdeburgo ou em uma casa da mesma cidade designada por elle, segundo determina o código civil allemão, ou na falta de designação de uma pessoa ou casa de Magdeburgo, á Praça do Commercio desta cidade.

§ 11. A propriedade de uma acção pôde ser transferida, ouvida a outra pessoa.

Seu primeiro possuidor, porém, só será considerado isento de suas obrigações para com a companhia, e o novo possuidor só terá os direitos de accionista effectivo depois de ser a acção transferida para o seu nome.

Ainda assim o accionista será responsavel subsidiariamente pelas obrigações tomadas até ahí pela companhia durante dous annos a contar de sua saída.

O traspasso será feito no livro de transferencia da companhia e na propria acção para certificar a transferencia feita pelo possuidor da acção ou seu herdeiro ou administrador de sua massa fallida ao comprador.

O conselho de administração pôde negar a transferencia sem ser obrigado a dar as razões da recusa.

§ 12. O traspasso de uma acção para o nome de um comprador aceito deve ser precedido da acceitação por elle da letra pela parte da acção que fica para ser paga.

§ 13. O traspasso ou transcripção é igualmente necessario no caso de herança. O fallecimento de um accionista deverá ser immediatamente notificado á companhia, sendo-lhe apresentado, dentro de seis mezes a contar do obito, um comprador aceito por ella, da acção pertencente ao fallecido (seja aquelle comprador herdeiro legatario ou terceira pessoa), produzindo as justificações necessarias.

No caso contrario o conselho de administração terá em quaesquer circumstancias de vender immediatamente acções por conta e risco do espolio por intermedio de um corretor juramentado.

§ 14. No caso de um accionista deixar o Estado até então por elle habitado, deverá dar aviso á companhia, e si assim o exigir o conselho de administração, vender as suas acções dentro de tres mezes, a um comprador qualificado ou deixar vender as mesmas por intermedio de um corretor juramentado.

Esta disposição não terá applicação no caso de mudança de um dos Estados de Alemanha para outro.

§ 15. No caso de fallencia de um accionista, o conselho de administração é igualmente autorizado a mandar vender por conta da massa da fallencia, por intermedio de um corretor juramentado, as acções do mesmo accionista, si ellas não forem, no prazo de dous mezes depois da abertura da fallencia, transferidas por parte dos credores a uma pessoa aceita pelo mencionado conselho de administração.



Proceder-se-ha do mesmo modo no caso de liquidação da herança, assim como no caso de insolvabilidade que não chegar a ser objecto de um processo judicial, sendo considerado tal caso como existente quando o accionista procurar concordar secretamente com seus credores ou for executado por causa de dividas.

§ 16. A venda por intermedio de um corretor juramentado é obrigatoria para os interessados em todas as circumstancias, em todos os casos previstos nos §§ 9º, 13, 11, 15 e 18.

Depois de se inscrever uma acção em nome de um comprador accedido pelo conselho de administração, entregar-se-ha ao ex-accionista ou á massa de sua successão ou fallencia, a letra que lhe pertence e no caso de se realizar a venda por parte do conselho de administração, restituir-se-lhe-ha o excedente que houver ou depositar-se-ha no Thesouro do Estado em Magdeburgo; si porém neste ultimo caso, o valor da acção vendida não chegar para cobrir as obrigações não satisfeitas pelo ex-accionista, o conselho de administração terá o direito de reter a mesma letra para ter recurso contra o signatario.

§ 17. Tendo a companhia demanda de qualquer natureza com um interessado, pertencer-lhe-ha o direito de retenção e compensação não sómente sobre os dividendos, como tambem sobre o valor das acções do mesmo interessado.

§ 18. Quando a penhora de uma acção for notificada á companhia ou for promovida execução ou sequestro judiciario sobre as acções de um dos seus membros, o conselho de administração poderá vender as mesmas immediatamente conforme a disposição do § 16, depositando o producto da venda no Thesouro do Estado em Magdeburgo.

§ 19. Quando num dos casos previstos pelos artigos precedentes o conselho de administração tiver encontrado por intermedio de um corretor um comprador qualificado para as acções, si o ex-possuidor das mesmas não as entregar á companhia para fazer a transferencia em nome do comprador, aquellas acções serão declaradas cancelladas com indicação de seus numeros por avisos publicados tres vezes nos jornaes designados no § 5º, entregando-se ao comprador duplicatas das mesmas.

Nos casos dos §§ 9, 13, 14, 17 e 18, relativos á venda de acções, a letra não será restituída ao seu signatario sem elle fazer entrega das acções que lhe pertenciam anteriormente ou produzir um certificado de annullação das mesmas e elle ficará responsavel por meio desta letra perante a companhia por todos os prejuizos que puderem resultar daquella falta de restituição.

§ 20. As acções perdidas darão lugar á amortisação que será requerida perante o fóro da companhia.

Pronunciada a amortisação ou resgate por sentença, passar-se-hão novas acções com numeros novos por conta do requerente.

§ 21. Os recibos de dividendos que se extraviarem não darão lugar a resgate (vide § 52).

## CAPITULO TERCEIRO

## DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

§ 22. A companhia é fiscalizada por um conselho de administração composto de nove membros.

§ 23. Cada membro do conselho de administração deverá possuir, pelo menos, 10 acções que durante o prazo do seu mandato serão depositadas na companhia como caução.

Sómente poderá ser dispensada dessa obrigação por uma resolução da assembléa geral.

§ 24. Só poderão ser membros do conselho de administração os accionistas em condições de fiscalisar pessoalmente os negocios da mesma.

Sete dentre elles, pelo menos, deverão habitar Magdeburgo, Neustadt Magdeburgo ou Buckau.

Os representantes de outras sociedades de seguros não poderão ser eleitos membros do mencionado conselho.

Quem tiver fallido ou obtido concordata com os seus credores tornar-se-ha inhabilitado para ser membro do conselho de administração antes de ter completamente satisfeito os seus credores.

§ 25. Os membros do conselho de administração são eleitos pela assembléa geral por maioria absoluta de votos.

No caso de empate proceder-se-ha a nova votação entre os que tiverem obtido maioria de votos em numero duplo do dos membros a eleger.

No caso de igualdade de votos o presidente recorrerá á sorte para decidir.

§ 26. O mandato dos membros do conselho de administração durará até á assembléa geral ordinaria do terceiro anno seguinte.

Todos os annos sairão tres membros, sendo a ordem da sahida regulada pela sua entrada.

Os membros que sahirem são reelegiveis.

§ 27. Cada membro do conselho de administração poderá resignar o seu mandato dando aviso desta decisão com tres mezes de antecedencia.

Fóra do caso previsto pelo § 26 os logares vagos no conselho de administração, poderão deixar de ser preenchidos até á primeira assembléa geral (ordinaria ou extraordinaria), podendo todavia se preencher por votação de uma assembléa geral extraordinaria convocada expressamente para esse fim.

No caso, porém, de descer assim a seis o numero dos membros do conselho de administração, deverá a directoria, no prazo de tres mezes depois de receber aviso da demissão do terceiro membro do conselho, começar uma assembléa geral extraordinaria que completará o numero de nove membros do conselho de administração fixados pelos estatutos.

Os membros assim nomeados sairão na data em qua deviu expirar a duração do mandato de seus predecessores.

§ 28. — Supprimido.

§ 29. O conselho de administração elege de seu seio um presidente e um vice-presidente, suas funções nesta qualidade durarão até ao fim da assembléa geral ordinaria proxima; são reelegiveis.

§ 30. O conselho de administração se reunirá todas as vezes que elle julgar conveniente em datas que determinar por convocação do seu presidente em Magdeburgo para tomar conhecimento da marcha dos negocios da companhia e decidir o que for necessario.

A convocação deverà ter logar quando for pedido por tres membros do conselho, o membro fiscal do mesmo ou o director geral.

Para que o conselho delibere validamente, devem achar-se presentes o presidente ou o seu substituto e pelo menos quatro outros membros, sendo além disso necessaria a presença do director geral ou do seu substituto, quando não se tratar de negocios a elles referentes.

As deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros precedentes; no caso de igualdade o voto do presidente é preponderante.

O director geral ou seu substituto tem sómente voz deliberativa.

Em cada reunião será lavrada uma acta dos debates e das deliberações do conselho de administração, a qual deverà ser assignada pelos membros presentes.

§ 31. Para fiscalisar especial e constantemente a gerencia do director geral o conselho de administração delegará um dos seus membros, o qual exercerà suas funções segundo instrucções formuladas pelo mesmo conselho.

A remuneração daquelle membro será fixada por uma convenção particular concluida entre elle e o conselho, devendo uma parte della consistir numa percentagem nos seus lucros da companhia.

No caso de impedimento do delegado fiscal, as suas funções serão exercidas por um dos outros membros do conselho de administração.

A ordem dessas substituições será determinada por accordo entre os mesmos membros ou pelo presidente, por meio da sorte.

§ 32. Os outros membros do conselho de administração perceberão, além do reembolso das despesas occasionadas pelo exercicio de suas funções, uma percentagem de 4 % dos lucros liquidos.

A distribuição desta percentagem será feita pelo proprio conselho.

No caso de a mesma percentagem não chegar num anno à quantia de quatro mil e oitocentos marcos ou de não haver lucros, esta ultima quantia lhes será abonada como minimum.

Independentemente de sua parte na remuneração mencionada, o presidente e o vice-presidente perceberão uma indemnidade annual fixa, sendo a do primeiro de seiscentos marcos e a do segundo de trezentos marcos.

#### CAPITULO IV

##### DO DIRECTOR GERAL E DA DIRECTORIA DA COMPANHIA

§ 33. Será nomeado pelo conselho de administração um director geral, e um ou mais substitutos do mesmo para os casos de ausencia, doença ou outro impedimento.

O director geral representa a directoria da companhia e gere os negocios desta conforme as disposições dos estatutos, as deliberações da assemblea geral e as instrucções que lhe der o conselho de administração.

Nas conferencias do mesmo conselho exporá todos os negocios relativos á sua gerencia.

Quando fizerem as vezes do director geral seus substitutos terão todos os direitos e obrigações concedidas e impostas ao proprio director geral pelos estatutos, pelas deliberações da assemblea geral e pelas instrucções do conselho de administração.

Este conselho decidirá si a substituição mencionada requer a acção em commun dos substitutos e a assignatura collectiva dos mesmos.

§ 34. — Supprimido.

§ 35. A nomeação do director geral e de seus substitutos será constatada por acto judicial ou notariado.

§ 36. As attribuições dos substitutos do director geral serão determinadas pelo conselho de administração.

§ 37. O director geral deverá possuir pelo menos dez acções da companhia, que serão depositadas na mesma como caução durante o prazo de suas funcções.

Os substitutos do director geral deverão igualmente ser accionistas da companhia.

O conselho de administração poderá fixar em até dez acções da companhia a importancia da caução que hão de depositar.

Sómente uma decisão da assemblea geral poderá dispensar do deposito.

§ 38. Os vencimentos, a duração das funcções, as condições de despedida e outras relativas ao serviço do director geral e de seus substitutos, serão fixados por um contracto passado com o conselho de administração.

Além do seu ordenado, o director geral assim como seus substitutos terão uma percentagem sobre os lucros determinada pelo mesmo contracto.

§ 39. — Supprimido.

§ 40. A directoria dará conhecimento dos seus actos e assignará pela companhia na forma seguinte :

Magdeburger Feuerversicherungsgesellschaft.

(Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo.)

O director geral ( assignado ).....

Os substitutos do director geral (assignados).....

Pelo director geral:

O substituto ( assignado ).....

Pelo director geral:

Os substitutos ( assignados ).....

## CAPITULO V

### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

§ 41. Cada anno nos primeiros seis mezes depois da expiração do anno financeiro terá lugar uma assembléa geral ordinaria.

§ 42. Além dos casos determinados pela lei e por estes estatutos haverá assembléas geraes extraordinarias quando o exigirem os interesses da companhia.

A convocação será feita pela directoria quando não tiver logar em virtude da lei ou por outras pessoas para isso autorisadas.

Tanto as assembléas geraes ordinarias como as extraordinarias se reunirão na séde da companhia.

Os convites para as mesmas far-se-hão por meio de publicações insertas uma vez nos jornaes indicados no § 55.

§ 43. A assembléa geral representa a totalidade dos accionistas.

O presidente do conselho de administração preside a assembléa geral e nomeia os escrutadores.

Para escrutadores não podem ser nomeados membros do conselho de administração, nem membros da directoria os empregados da companhia.

A ordem dos trabalhos das assembléas geraes terá logar como segue:

1.º Apresentação do balanço, da conta de lucros e perdas, do relatório da directoria sobre o estado de prosperidade e a situação da companhia, e a proposta de divisão dos lucros com as observações do conselho de administração.

Relatório do conselho de administração relativo ao exame do balanço e das contas do anno.

Decisão da assembléa geral relativamente á approvação do balanço, á proposta de divisão dos lucros e á resalva a dar ao conselho de administração e á directoria ;

2.º Eleição dos membros do conselho de administração.

3.º Deliberação e decisão sobre as propostas do conselho de administração e da directoria, assim como sobre as moções dos accionistas.

§ 44. Os accionistas ausentes podem se fazer representar na assembléa geral por procuração escripta, devendo, porém, seus procuradores ser accionistas com direito a voto.

As procurações deverão ser apresentadas á directoria até ao dia anterior á data da assembléa geral.

Os menores e outros tutelados serão representados por seus tutores e as mulheres casadas por seus maridos, ainda que esses representantes não sejam accionistas.

§ 45. Na assembléa geral cada acção dá direito a um voto.

§ 46. Salvo nos casos determinados expressamente pela lei e pelos presentes estatutos, as decisões e as eleições são tomadas e feitas por maioria absoluta de votos.

No caso de igualdade de votos o do presidente é preponderante e sómente no que diz respeito ás eleições recorrer-se-ha á sorte pelo intermedio do presidente.

A acta da assembléa geral será redigida por um delegado do tribunal ou um tabellião e assignada pelos membros presentes do conselho de administração, pelo director geral ou seu substituto, pelos escrutadores nomeados e pelos accionistas presentes que o quizerem.

## CAPITULO VI

### CONTAS ANNUAES, BALANÇOS, FUNDO DE RESERVA E DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS

§ 47. O anno financeiro da companhia é o mesmo que o anno civil.

§ 48. No estabelecimento das contas annuaes juntar-se-hão as receitas do anno financeiro, os premios provenientes dos annos anteriores reservados para os riscos correntes, assim como as reservas conservadas para os prejuizos ainda não regularizados.

Além das despesas geraes do anno por-se-ha em linha de conta:

- a) A reserva de premios a achar segundo as circumstancias.
- b) A reserva calculada segundo as probabilidades em cada caso separado para os prejuizos causados por incendios notificados e ainda não pagos.
- c) As deducções de valor sobre os bens immoveis ou outras propriedades pertoncentes á companhia.
- d) As quantias consignadas ao fundo de ratificações e de disposições.

O excedente representará os lucros e o *deficit*, si o houver, as perdas do anno financeiro.

No estabelecimento do balanço o valor nominal das acções emitidas (capital social), assim como a reserva e o fundo de economia serão levados à conta do passivo.

O excedente do activo sobre o passivo representará os lucros líquidos da companhia.

As contas annuaes e o balanço, depois de sua aprovação pela assembléa geral, serão communicados ao presidente do governo real em Magdeburgo.

§ 49. Os lucros do anno financeiro applicar-se-hão primeiramente à recomposição do fundo constituido pela primeira entrada realizada (vide § 6°), si aquelle fundo tiver sido desfaleado pelas perdas dos annos anteriores e no caso de se terem chamado novas entradas ao re-embolso dessas entradas.

§ 50. O fundo de reserva exigido pelos estatutos eleva-se a marcos 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil marcos).

Dando-se perdas num anno financeiro serão logo cobertas pelo fundo de reserva.

Si o mesmo fundo por essa causa baixar de um milhão e quinhentos mil marcos, será administrado separadamente e os juros resultantes lhe serão affectados até attingir novamente o total de um milhão e quinhentos mil marcos.

Não bastando os juros para completal-o, tirar-se-ha dos lucros até 20% e pelo menos 5 % destinados ao fundo de reserva até chegar á mesma quantia de um milhão e quinhentos mil marcos.

§ 57. Sobre os lucros líquidos restantes depois da reconstituição do fundo de reserva, si houver necessidade de conformidade com o § 50, até 10% serão destinados á distribuição de porcentagens dos lucros.

Destes, 4% pertencerão aos membros do conselho de administração, com excepção do membro fiscal.

O resto até 6% pertencerá ao director geral e aos seus substitutos, assim como ao membro fiscal do conselho de administração.

A distribuição entre estes far-se-ha conforme contractos passados com elles pelo conselho de administração.

Os lucros líquidos depois de tiradas, as quantias destinadas ao fundo de reserva e as porcentagens de lucro determinadas, terão a applicação seguinte:

a) Distribuir-se-ha immediatamente aos accionistas até 120 marcos por acção como primeiro dividendo.

b) Dos lucros líquidos restantes a metade será applicada á composição de um fundo de economia e a outra metade será distribuida aos accionistas como segundo dividendo.

Si em um anno financeiro não houver lucros líquidos que cheguem para distribuição de um dividendo de 120 marcos por acção, o que faltar tomar-se-ha do fundo de economia; não se podendo todavia applicar a este fim mais de um terço do seu total existente em 31 de dezembro do anno financeiro respectivo.

No caso de no fim de um anno financeiro o fundo de economia ser de um milhão e quinhentos mil marcos pelo menos, o

primeiro dividendo será elevado no anno financeiro seguinte a cento e cinquenta marcos por acção, e applicar-se-ha para completar este dividendo até um terço do seu valor existente em 31 de dezembro do anno correspondente si os lucros liquidos do anno financeiro não chegarem para pagamento dos mesmos.

Os juros do fundo de economia, o qual será administrado separadamente, reverterão para o mesmo fundo.

Quando chegar a quantia de tres milhões de marcos a assembléa geral poderá decidir, sobre proposta do conselho de administração, que o fundo de economia não será mais augmentado.

Havendo em um anno financeiro perdas que o fundo de reserva não chegue para cobrir, tirar-se-ha o excedente do fundo de economia.

Naquelle caso applicar-se-ha para pagamento de dividendo sómente um terço do total do fundo de economia restante, depois de cobertas as perdas.

§ 52. O dono da acção indicará a importancia do dividendo a distribuir para o anno respectivo na formula de quitação (vide § 5º), e assignará esta quitação.

Para o recebimento do dividendo assim como o recebimento das entradas de conformidade com o § 49 a companhia considerará sómente como autorizadas as pessoas que forem inscriptas no livro das acções da companhia em 31 de dezembro do anno financeiro como possuidora das acções respectivas.

Contra a entrega da quitação do dividendo a companhia far-se-ha o pagamento ao portador sem que a companhia seja obrigada a verificar a legitimidade do seu direito nem a authenticidade da sua assignatura.

Os dividendos não reclamados dentro de cinco annos depois do convite feito para recebê-los reverterão em beneficio do fundo de reserva.

No caso de um accionista avisar a tempo a companhia da perda da sua quitação de dividendo, a companhia tomará as providencias possiveis sem contudo assumir responsabilidade alguma a este respeito, para que o pagamento não se faça a quem não tiver direito ao mesmo.

Naquelle caso, si o pagamento relativo á quitação de dividendo annunciada como perdida não se tiver effectuado dentro de cinco annos, a quantia respectiva conservada na caixa da companhia será entregue ao accionista que tiver perdido a mesma quitação.

§§ 53 e 54.— Supprimidos.

## CAPITULO VII

### PUBLICAÇÕES

§ 55. Os convites para as assembléas geraes, assim como todas as publicações e convocações, terão o mesmo valor de cotações pessoais, sendo isentas uma vez nos jornaes seguintes: *Bricks Anzeiger*, *Gazeta de Magdeburg* e *Gazeta da Bolsa de Berlin*.



No caso de deixar de existir um daquelles jornaes, as publicações da companhia serão feitas nas folhas restantes até designação de outro jornal em lugar do jornal desaparecido.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES FINAES

§ 56. Os estatutos revistos de 1870 entraram em vigor em 1 de janeiro de 1871, havendo um acrescimo aos mesmos de 16 de novembro de 1883.

Este segundo acrescimo de 9 de março de 1885 entrará em vigor logo que receber a approvação do Estado da qual precisarão igualmente todas as notificações futuras dos estatutos e se achar registrada no livro da Junta Commercial.

§ 57. — Supprimido.

§ 58. O Governo Real em Magdeburgo é autorisado a nomear um commissario para fiscalisar a companhia quer constantemente, quer em casos especiaes, podendo o mesmo commissario fiscal não sómente convocar validamente o conselho de administração ou assembléa geral e assistir ás suas deliberações, como também tomar conhecimento e economisar em qualquer tempo todos os lucros, contas, registros e outros documentos e papeis.

**A** — *Formula para acção n...*

A acção da Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo (Magdeburger Feuerversicherungsgesellschaft), de mil thalers em moeda corrente da Prussia.

O possuidor desta acção, o Sr... tem em virtude da mesma uma parte correspondente no fundo e nos lucros da companhia, de conformidade com os estatutos.

Uma cessão da mesma acção sómente será válida com o consentimento expresso mencionado abaixo do conselho de administração e do director geral ou do seu substituto.

Tendo a companhia questão de qualquer natureza com um interessado, assistir-lhe-ha o direito de retenção e compensação não sómente sobre os dividendos, mas também sobre o valor da sua acção (vide § 17 dos estatutos).

Quando o sequestro de uma acção for modificado á companhia ou for promovida acção ou sequestro judiciario sobre a acção de um de seus membros, a companhia terá o direito de vendel-a immediatamente conforme o § 16, depositando o producto da venda á disposição do juizo processual do penhorado, e á do tribunal que pronunciar a execução ou sequestro (vide § 18 dos estatutos).

Magdeburgo aos...

Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo.

Pelo conselho de administração:

(Assignados)...

O director geral (assignado)...

**B — Formula para quitação de dividendos.**

N. Quitação de dividendos pela acção n... da Companhia seguros contra o fogo Magdeburgo para o anno de...

Pelo presente reconheço ter recebido o dividendo de.. marcos distribuidos pela Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo para o anno de... e dou quitação do mesmo à caixa da companhia em... aos... de... de...

N. B. — Os dividendos que não forem pagos no prazo de cinco annos depois do convite feito para recebê-los reverterão em benefício da companhia.

**C — Formula para a letra que fornecer.**

São 2.400 marcos em moeda do Imperio Allemão.

A quatorze dias de vista pagarei por esta minha letra á «Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo», ou á sua ordem em sua caixa principal em Magdeburgo, a quantia de dous mil e quatrocentos marcos em moeda do Imperio Allemão, realizando o prompto pagamento na época do vencimento segundo as leis, sendo-me esta letra apresentada dentro de trinta annos no domicilio que elegi.

Feito em... aos...

Terceiro accrescimo aos estatutos revistos de mil oitocentos e setenta da «Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo» (Magdeburger Feuerversichereings Gesellschaft).

Em substituição das duas ultimas partes do § 51 dos estatutos, foram adoptadas as disposições seguintes.

Acima da quantia de tres milhões de marcos não terá lugar augmento do fundo de economia; até completar essa quantia o mesmo fundo será administrado separadamente, revertendo para elle seus proprios fundos.

Havendo num anno financeiro perdas para cobrir as quaes não chegar o fundo de reserva, servirá o fundo de economia para cobrir o excedente.

Naquelle caso só poderá ser empregada para pagamento de dividendos uma terça parte do total restante do fundo de economia depois de cobertas as perdas.

Quando em um anno financeiro os lucros, depois de cumpridas as disposições relativas á sua approvação, se elevarem acima da quantia sufficiente para a distribuição de um dividendo de duzentos marcos por acção, uma parte do excedente poderá ser applicada á formação de um fundo de reserva extraordinario.

O fundo de reserva extraordinario servirá para, sobre proposta do conselho de administração, elevar o dividendo nos annos em que com o auxilio do fundo, de economia ou sem elle não chegar o dividendo a duzentos marcos pelo menos por acção.

No caso de haver em um anno financeiro perdas que o fundo de reserva e fundo de economia não cheguem para cobrir, empregar-se-ha o fundo de reserva extraordinario para cobrir o excedente.

Sómente depois de exgotado esse fundo se tocará no capital social.

Dada a approvação do Estado á terceira addição ou accrescimo aos estatutos revistos de 1870 da Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo, resolvido em assembléa geral da mesma companhia, de 8 de março do corrente anno.

Berlim, 24 de julho de 1892.

(L. S.)

O Ministro do Interior.— Por delegação, *Haase*.

Certifico que os precedentes estatutos estão litteralmente conformes com os estatutos revistos de 1870, que se acham transcriptos nos actos de registro commercial (*Jornal Official* do Governo Real de Magdeburgo, de 23 de março de 1872), e com os accrescimos de 15 de outubro de 1885, 8 de março de 1892 e 10 de outubro de 1892 que se acham igualmente transcriptos no mesmo registro, e que representam por conseguinte as disposições validas do contracto social da Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo.

Em fê do que assigno o presente que vae sellado com o sello do tribunal.

Magdeburgo, 17 de agosto de 1894, Tribunal Real.— *Graessner*. Sello do tribunal.

Reconheço a assignatura supra do juiz *Graessner*, do Real Tribunal em Hamburgo.

Certifico mais que o attestado do mesmo juiz está conforme com as leis em vigor.

Magdeburgo, 28 de agosto de 1894.— O presidente do Real Tribunal Territorial Prussiano — Por delegação, *Grundler*.— Sello do tribunal.

Reconheço a assignatura do director do Tribunal Territorial.

Berlim, 31 de agosto de 1894.— O ministro da justiça — Por delegação, o conselheiro de justiça delegado, *Lucas*.— Sello do Ministerio legalisado.

Berlim, 31 de agosto de 1894.— Ministerio dos Estrangeiros do Imperio Allemão.— Por delegação, *Krantruis*.— Sello do Ministerio.

Reconheço ser authentica a legalisação supra feita no Ministerio dos Estrangeiros do Imperio Allemão.

Vice-Consulado dos Estados Unidos do Brazil em Berlin, 1 de setembro de 1894. — *M. Hermann*, vice-consul. — Sello e estampilhas consulares.

Estavam tres estampilhas no valor de 3\$300, inutilizadas na Recebedoria em 6 de outubro proximo passado.

A firma do vice-consul do Brazil em Berlin estava legalisada no Ministerio do Exterior, em 6 de outubro do corrente anno, inutilisando-se duas estampilhas no valor de 700 réis.

Nada mais continham ou declaravam os ditos estatutos, que bem e fielmente traduzi do proprio original escripto em allemão ao qual me reporto.

Em fê do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 13 dias do mez de novembro de 1894.—*Carlos Alberto Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da Praça do Rio de Janeiro, das linguas ingleza, franceza, hespanhola e allemã, etc., etc.

Certifico que me foi apresentado um contracto escripto em allemão o qual, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte a saber :

TRADUÇÃO—Direitos do sello, n. 10.571, dous mil e quinhentos marcos.— 4 de maio de 1894.— *Knoblauch*.

CONTRACTO — Tendo a directoria da Companhia de seguros contra o fogo Hamburgo Magdeburgo (Hamburg-Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft) resollvido propôr á assembléa geral da mesma companhia a sua dissolução, ficou accordado entre a Companhia Hamburgo Magdeburgo e a Companhia de seguros contra o fogo (Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft) o contracto seguinte para mais facil liquidação daquella, devendo esse contracto, para entrar logo em vigor, ser approved em assembléa geral dos accionistas da Companhia Hamburgo Magdeburgo, por tres quartos, pelo menos, dos votos presentes e depois de ter a mesma assembléa geral decidido a liquidação da companhia.

§ 1.º A Companhia Hamburgo Magdeburgo cede á Companhia Magdeburgo o seu acervo inteiro com todo o activo e passivo com excepção das obrigações de acções, obriga-se por conseguinte a entregar á mesma companhia os seus predios em Hamburgo, Markedamm 1 e 2, e sua mobilia inteira, assim como todos os seus direitos e negocios, recorrendo immediatamente aos meios legais para este fim. A Companhia *Magdeburgo*, por seu lado aceita o acervo inteiro da Companhia Hamburgo Magdeburgo com todo o activo e passivo, excepção feita de acções e toma á sua conta todos os compromissos e encargos da mesma, menos as mencionadas obrigações de acções.

§ 2.º Os dous contractantes se obrigam a empregar toda a diligencia para que a Companhia de Seguros Magdeburgo possa entrar em posse, o mais cedo possivel, de todos os contractos da Companhia Hamburgo Magdeburgo como substituidora desta.

No caso de se achar a Companhia Hamburgo Magdeburgo sujeita a reivindicações ácerca dos contractos existentes, a Companhia Magdeburgo obriga-se a indemnisa-la. Esta ultima companhia fica particularmente responsavel por todos os contractos de seguros enquanto esses não passarem com o consentimento dos segurados, directamente a mesma Companhia Magdeburgo, como re-seguradora.

Por outro lado, todas as sommas que, sob qualquer fundamento de direito, forem pagas á Companhia Hamburgo Magdeburgo, em liquidação, ou recebidas por ella, reverterão á Companhia Magdeburgo.

§ 3.º A avaliação do activo e passivo se calculará pelo balanço de 31 de dezembro de 1893 da Companhia Hamburgo Magdeburgo.

A Companhia Magdeburgo será considerada como tendo á sua conta e risco todos os negocios daquella companhia desde o dia 1 de janeiro de 1894, tocando-lhe por conseguinte qualquer lucro ou perda no anno corrente.

§ 4.º O preço de compra da empresa inteira da Companhia Hamburgo Magdeburgo com todo o seu activo e passivo é fixado na quantia de dous milhões e quinhentos mil marcos (M. 2.500.000) pagavel logo que, á expiração do anno de mora, a liquidação se ache bastante adelantada para se poder distribuir a massa da mesma entre os accionistas.

§ 5.º Para permittir aos accionistas da Companhia Hamburgo Magdeburgo o resgate de suas acções antes da expiração do anno de mora, a Companhia Magdeburgo se obriga a resgatar do dia 1 de julho de 1894 em deante cada acção pelo preço de 489 marcos.

A mesma companhia não poderá alienar as acções da Companhia Hamburgo Magdeburgo assim adquiridas.

§ 6.º Para garantia do pagamento do preço de compra estipulado no § 4.º, a Companhia Magdeburgo declara ter depositado na caixa filial do Banco de Dresden em Hamburgo, a quantia de dous milhões e quinhentos mil marcos em titulos, taes como se acha autorizada a possuir pelos seus estatutos. Os juros destes titulos pertencerão á mesma Companhia Magdeburgo e ella poderá substituir em qualquer tempo os mesmos titulos por outros de igual valor.

A Companhia Magdeburgo será igualmente permittido diminuir em qualquer tempo a sobredita garantia, proporcionalmente ao valor nominal das acções da Companhia Hamburgo Magdeburgo que forem adquiridas e depositadas por ella na caixa filial do Banco de Dresden em Hamburgo.

As duas partes contractantes concordam em que a mesma caixa filial do Banco de Dresden em Hamburgo seja autorizada e obrigada a restituir á Companhia Magdeburgo as parcelas de sua garantia sómente contra deposito de um numero correspondente de acções da Companhia Hamburgo Magdeburgo e sem ser necessario autorisação especial desta ultima.

Realizado o pagamento de que trata o § 4.º a garantia depositada pela Companhia Magdeburgo ser-lhe-ha restituida por parcelas.

§ 7.º Os direitos de sello e as custas da cessão, assim como as da liquidação da Companhia Hamburgo Magdeburgo, correrão por conta da Companhia Magdeburgo.

Hamburgo, 28 de abril de 1894.

Pela Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo (Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft). — O director geral *Rob. T. Schmarke*.

Pela Companhia de seguros contra o fogo Hamburgo Magdeburgo (Hamburg Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft). — *W. Fiedler*.

Direito de sello, 30 pfennigs, 10.572 — 4 de maio de 1894.

Perante mim, tabellião publico e juramentado da cidade de Hamburgo, Paul Gustav Ludwig Bartels, doutor em direito, compareceram os seguintes senhores, conhecidos de mim tabellião, pessoalmente e como pessoas idoneas :

1.º O Sr. director geral Robert T. Schmarke, domiciliado em Magdeburgo e morando temporariamente nesta cidade, director da sociedade por acções domiciliada em Magdeburgo, sob o nome de — Companhia de seguros contra o fogo Magdeburgo (Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft) e como tal autorizado a assignar pela mesma companhia o a represental-a, conforme attestado que me apresentou e eu li, do Tribunal Real de Magdeburgo, classe n. 6, datado de Magdeburgo, em vinte e cinco de abril de mil oitocentos noventa e quatro.

2.º O Sr. Washington Martin Paul Walter Fiedler, domiciliado nesta cidade, unico director da sociedade por acções do miciliada em Hamburgo sob o nome de — Companhia de seguros contra o fogo Hamburgo Magdeburgo (Hamburg-Magdeburger Feuerversicherungs Gesellschaft) e como tal segundo o registro commercial do tribunal de primeira instancia desta cidade e os estatutos da companhia autorizado a usar só a firma da companhia e a tratar em nome da mesma e os ditos comparecentes, assignaram presente mim a escriptura original contendo o seu accordo e que fica em meu poder, para approvar o seu conteúdo.

Em fê do que eu tabellião escrevi o presente certificado de legalisação, assignado por mim e revestido do sello do meu officio.

Feito em Hamburgo aos 28 de abril de 1894.

(L. S.) Dr. G. Bartels.

Segundo traslado, conforme o original. — Dr. G. Bartels. (Sello notarial).

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Dr. Paul Gustav Ludwig Bartels, tabellião publico desta cidade e para constar onde convier passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil.

Hamburgo, 17 de agosto de 1894. — *Wm. Primp*, vice-consul encarregado do Consulado Geral.

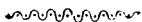
Sello e estampilhas consulares.

A firma do Sr. consul do Brazil em Hamburgo estava legalizada no Ministerio do Exterior nesta Capital em 13 de setembro proximo passado.

Estavam cinco estampillas inutilizadas no valor de mil e trezentos reis.

Nada mais continha ou declarava o dito contracto que bem e fielmente traduzi do proprio original escripto em allemão ao qual me reporto.

Em fé do que passei o presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos 6 de outubro de 1894. — *Carlos Alberto Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado.



DECRETO N. 1980 — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1895

Declara caducas as concessões de engenhos centraes feitas pelos decretos n. 1164 de 13 de dezembro de 1890, n. 117 de 4 de abril de 1891, n. 160 de 24 de abril de 1891 e n. 175 de 25 de abril de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que foram excedidos os prazos fixados para a realização das respectivas obras, resolve, em observancia do art. 25 do regulamento approved por decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889, declarar caducas as concessões feitas pelos decretos seguintes:

N. 1164 de 13 de dezembro de 1890 ao Conde de Moreira Lima para estabelecer dous engenhos centraes nos municipios de Cruzeiro e Guaratinguetá, no Estado de S. Paulo;

N. 117 de 4 de abril de 1891 ao Visconde de Paravicini e aos cidadãos Chermont Tavares de Assis Coimbra e José Marcenos para o estabelecimento de um engenho central, em Sant'Anna do Morro do Chapéo, municipio de Queluz, no Estado de Minas Geraes;

N. 160 de 24 de abril de 1891 aos cidadãos João Carlos da Silva Carneiro, José Boussós e Diogo Rodrigues de Moraes para o estabelecimento de um engenho central no Estado de S. Paulo, na barra do Jequiá, divisas do Iguaçu e Xiririca;

N. 175, de 25 de abril de 1891 a Antonio Ferreira da Silva Carneiro para o estabelecimento de um engenho central em S. Paulo, na barra do Jacupiranga, municipio de Iguaçu.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1980 A — DE 28 DE FEVEREIRO DE 1895

Crea novos corpos de Guardas Nacionais na capital do Estado de Goyaz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

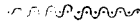
Artigo unico. Ficam creados na capital do Estado de Goyaz mais tres batalhões de infantaria de Guardas Nacionais, com quatro companhias cada um e as designações de 40º e 41º do serviço activo e 14º da reserva, que se organisarão nos districtos da mesma capital.

Revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de fevereiro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1981 — DE 1 DE MARÇO DE 1895

Proroga até 31 de maio de 1896 o prazo marcado á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para o inicio das obras do porto da Laguna.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo art. 2º do decreto legislativo n. 271, de 31 de dezembro de 1894, resolve prorogar até 31 de maio de 1896 o prazo marcado á Companhia Industrial e de Construcções Hydraulicas para o inicio das obras do porto da Laguna, de que é cessionaria a mesma companhia.

Capital Federal, 1 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*





## DECRETO N. 1982 — DE 1 DE MARÇO DE 1895

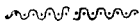
Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 10.157 de 5 de janeiro de 1889 para as obras de melhoramento do porto de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que os concessionarios das obras de melhoramento do porto de Pernambuco, a que se refere o decreto n. 10.157 de 5 de janeiro de 1889, deixaram de executar as ditas obras dentro do prazo de seis annos, estipulado na clausula 6ª das que acompanharam aquelle decreto, resolve declarar caduca essa concessão na fôrma do disposto, clara e terminantemente, na 2ª parte da clausula 20ª do mesmo citado decreto.

Capital Federal, 1 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1983 — DE 2 DE MARÇO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Recifense de Panificação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Recifense de Panificação, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas realizada no dia 12 de dezembro do anno proximo findo; ficando, porém, a companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 2 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Reforma dos estatutos da Companhia Recifense de  
Panificação, approvada de accordo com as alte-  
rações votadas em assembléa geral de accionis-  
tas de 12 de dezembro de 1894.

O art. 6.<sup>o</sup> substitua-se pelo seguinte :

O capital da companhia fica reduzido a mil e duzentos contos de réis ( 1.200:000\$ ), divididos em vinte mil acções de sessenta mil réis ( 60\$ ) cada uma, integralisadas.

Ao art. 16 supprimam-se as palavras — seis mizes antes da eleição.

O art. 25 substitua-se pelo seguinte :

Cada um dos directores terá o honorario de dous contos e quatrocentos mil réis (2:400\$) annualmente.

O art. 29 substitua-se pelo seguinte :

Cada um dos membros do conselho fiscal perceberá seiscentos mil réis ( 600\$ ) de uma só vez.



DECRETO N. 1983 A — DE 7 DE MARÇO DE 1895

Autorisa a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande, cessionaria da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta e ramaes, para transferir á *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens* a parte de sua concessão relativa ao trecho de Cruz Alta ao Rio Uruguay e o ramal de Ijuhy Grande, de Cruz Alta ao Povo Novo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram as Companhias Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande e *Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, resolve autorisar a mesma Companhia S. Paulo-Rio Grande, na qualidade de cessionaria pelo decreto n. 1386 de 6 de maio de 1893, da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta e ramaes, para transferir á mencionada *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, a parte de sua concessão relativa ao trecho de Cruz Alta ao Rio Uruguay, com os estudos definitivos já approvados pelo decreto n. 1088 de 20 de outubro de 1892, na extensão de 381<sup>k</sup>,520 e o ramal de Ijuhy Grande, de Cruz Alta ao Povo Novo, na extensão de 292<sup>k</sup>,250, tambem com os estudos definitivos já approvados pelo decreto n. 1964 de 13 de fevereiro do

corrente anno, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 7 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 1983 A desta data**

I

E' permittida a transferencia pela Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, na qualidade de cessionaria pelo decreto n. 1386 de 6 de maio de 1893, da Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta e ramaes, pelos decretos ns. 10.432 de 9 de novembro de 1889, 305, 462, 920 e 1061, de 7 de abril, 7 de junho, 24 de outubro e 22 de novembro, tolos de 1890, á *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, da parte da concessão do privilegio por 90 annos, garantias de juros de 6 % ao anno e terras devolutas, que comprehende o trecho de Cruz Alta ao Rio Uruguay, na extensão total de 292<sup>1</sup>/<sub>2</sub>, 250, também constantes dos estudos definitivos já approvados pelo decreto n. 1964 de 13 de fevereiro do corrente anno.

II

O capital garantido com os juros de 6 % ao anno e durante 30 annos, na forma da concessão feita pelo decreto n. 10.432 de 9 de novembro de 1889, será o que for necessario á construcção do trecho e ramala que se refere a clausula antecedente, até ao maximo, que em caso algum poderá ser excedido, correspondente a 30:000\$ por kilometro da extensão total da mesma linha e a cessão gratuita das tres devolutas será em uma zona maxima de 15 kilometros para cada lado do eixo da estrada, nos termos da clausula 3ª do decreto n. 305 de 7 de abril de 1890, combinada com a I do de n. 10.432 de 9 de novembro de 1889; comtanto que a área total dos tres terrenos não exceda da que corresponder á média de 9 kilometros para cada lado da extensão total das referidas linhas.

A companhia deverá utilisar esses terrenos dentro do prazo de 50 annos contados da data do decreto n. 305 de 7 de abril de 1890, sob pena de perder o direito aos que não tiverem sido utilizados ao findar aquelle prazo.

Além do privilegio e favores acima mencionados, o Governo mantem o direito de desapropriar na fôrma do decreto n. 816 de 10 de julho de 1855 os terrenos de dominio particular, predios e bemfeitorias, que forem precisos para o leito da estrada, estações, armazens e outras dependencias especificadas nos estudos definitivos, nos termos do mencionado decreto n. 10.432 de 9 de novembro de 1889.

### III

O representante da companhia com domicilio legal na Republica dos Estados Unidos do Brazil, da parte de sua linha ja em trafego, será o mesmo para a parte da linha ora cedida.

### IV

Os trabalhos de construcção dos trechos ora cedidos proseguirão sem interrupção, devendo ficar concluidos dentro do prazo de seis annos contados da assignatura do respectivo contracto.

### V

Procurar-se-ha dar ás curvas o maior raio possivel. O raio minimo será de 100 metros.

As curvas dirigidas em sentidos contrarios deverão ser separadas por uma tangente de 10 metros pelo menos.

A declividade maxima será de 3 %.

A estrada será dividida em secções de serviço de locomotivas, procurando-se, em cada uma destas, uniformisar as condições technicas de modo a effectuar o melhor aproveitamento da força dos motores.

As rampas, contra-rampas e patamares serão ligados por curvas verticaes de raios e de desenvolvimento convenientes. Toda a rampa seguida de uma contra-rampa será separada desta por um patamar de 30 metros, pelo menos ; nos tunneis e nas curvas de pequenos raios se evitará o mais possivel o emprego de fortes declives.

Sobre as grandes pontes e viaductos metallicos, bem como á entrada dessas obras, se procurará não empregar curvas de pequeno raio ou as fortes declividades, afim de evitar a produção de vibrações nocivas ás juntas e articulações das diversas peças.

As paradas e estações serão de preferencia situadas sobre porção da linha em recta e de nivel.

### VI

A estrada será de via singela ; mas terá os desvios e linhas auxiliares que forem necessarios para o movimento dos trens.

A distancia entre as faces internas dos trilhos será de 1<sup>m</sup>,00.

As dimensões do perfil transversal serão sujeitas à approvação do Governo.

As valletas longitudinaes terão as dimensões e declive necessários para dar prompto escoamento às aguas.

A inclinação dos taludes dos côrtes e aterros será fixada em vista da altura deste e da natureza do terreno.

## VII

A companhia executará todas as obras de arte e fará todos os trabalhos necessários para que a estrada não crêe obstaculo algum ao escoamento das aguas, e para que a direcção das outras vias de comunicação existentes não receba sinão as modificações indispensaveis e precedidas de approvação do Governo. Os cruzamentos com as ruas ou caminhos publicos poderão ser superiores, inferiores, ou, quando absolutamente se não possa fazer por outro modo, de nivel, construindo, porém, a companhia, a expensas suas, as obras que os mesmos cruzamentos tornarem necessarias, ficando tambem a seu cargo as despezas com os signaes e guardas que forem precisos para as cancellas durante o dia e a noite. Terá nesse caso a companhia o direito de alterar a direcção das ruas ou caminhos publicos, com o fim de melhorar os cruzamentos ou diminuir o seu numero, precedendo consentimento do Governo e, quando for da direito, da Camara Municipal, e sem que possa perceber qualquer taxa pela passagem nos pontos de intersecção.

Executará as obras necessarias à passagem das aguas utilisadas para abastecimento ou para os fins industriaes ou agricolas e permittirá que com identicos fins, taes obras se effectuem em qualquer tempo desde que dellas não resulte damno à propria estrada.

A estrada de ferro não poderá impedir a navegação dos rios ou canaes, e nesse intuito as pontes ou viaductos sobre os rios e canaes terão a capacidade necessaria para que a navegação não seja embaraçada.

Em todos os cruzamentos superiores ou inferiores com as vias de comunicação ordinarias, o Governo terá o direito de marcar a altura dos vãos dos viaductos, a largura destes, e a que deverá haver entre os parapeitos em relação às necessidades de circulação da via publica que ficar inferior.

Nos cruzamentos de nivel os trilhos serão collocados sem saliencia nem depressão sobre o nivel da via de comunicação que cortar a estrada de ferro, de modo a não embaraçar a circulação de carros ou carroças.

O eixo da estrada de ferro não deverá fazer com o da via de comunicação ordinaria um angulo menor de 45°.

Os cruzamentos de nivel terão cancellas ou barreiras para vedarem durante a passagem dos trens a circulação da via de comunicação ordinaria, si esta for nas proximidades

das povoações ou tão frequentada que se torne necessaria esta precaução, a juizo do Governo, podendo este exigir, além disto, uma casa de guarda sempre que reconhecer essa necessidade.

### VIII

Nos tunneis, como nos viaductos inferiores, deverá haver um intervallo livre nunca menor de 1<sup>m</sup>,50 de cada lado dos trilhos.

Além disso haverá de distancia em distancia no interior dos tunneis nichos de abrigo.

As aberturas dos peços de construcção e ventilação dos tunneis serão guarneçadas de um parapeito de alvenaria de dous metros de altura e não poderão ser feitas nas vias de communicação existentes.

### IX

A companhia empregará materiaes de boa qualidade na execução de todas as obras, seguirá sempre as prescripções da arte, de modo que obtenha construcções perfeitamente solidas.

O systema e dimensões das funcções das obras de arte serão fixados por occasião da execução, tendo em attenção a natureza do terreno e as pressões supportadas, de accordo entre a companhia e o Governo.

A companhia será obrigada a ministrar osapparelhos e pessoal necessarios ás sondagens e fimeamento de estacas de ensaios, etc.

Nas superstructuras das pontes as vigas de madeira só poderão ser empregadas provisoriamente, devendo ser substituidas por vigas metallicas logo que o Governo exija. O emprego do ferro fundido em longerões não será tolerado.

Antes de entregues á circulação, todas as obras de arte serão experimentadas, fazendo-se passar e repassar sobre ellas, com diversa velocidade e depois estacionar algumas horas, um trem composto de locomotivas ou, em falta destas, de carros de mercadorias quanto possivel carregados.

As despesas destas experiencias correrão por conta da companhia.

### X

A companhia construirá todos os edificios e dependencias necessarios para que o trafego se effectue regularmente e sem perigo para a segurança publica.

As estações conterão sala de espera, bilheteria, accommodações para o agente, armazens para mercadorias, caixas de agua, latrinas, miictorios, rampas de carregamento e embarques de ani-

maes, balanças, relógios, lampeões, desvios, cruzamentos, chaves, signaes e cercas.

As estações e paradas terão mobília apropriada.

Os edificios das estações e paradas terão do lado da linha uma plataforma coberta para embarque e desembarque dos passageiros.

As estações e paradas terão dimensões de accordo com a sua importancia. O Governo poderá exigir que a companhia faça nas estações e paradas os augmentos reclamados pelas necessidades da lavoura, commercio e industria.

## XI

O Governo reserva o direito de fazer executar pela companhia ou por conta della durante o prazo da concessão, alterações, novas obras, cuja necessidade a experiencia haja indicado em relação à segurança publica, policia da estrada de ferro ou do trafego.

## XII

O trem rodante compor-se-ha de locomotivas, alimentadores, ( tender ), de carros de 1ª e 2ª classes para passageiros, de carros especiaes para o serviço do Correio, vagões de mercadorias, inclusive os de gado, lastro, freio e, finalmente, de carros para conducção de ferro, madeira, etc., indicados no orçamento definitivo.

Todo o material será construido com os melhoramentos e commodidades que o progresso houver introduzido no serviço de transportes por estradas de ferro e, segundo o typo que for adoptado de accordo com o Governo, de modo a poder circular indistinctamente em todas as estradas pertencentes à companhia, bem como nas linhas do Estado, que se entroncam em Santa Maria da Bocca do Monte.

O Governo poderá prohibir o emprego do material que não preencha estas condições.

A companhia deverá fornecer o trem rodante proporcionalmente à extensão de cada uma das secções em que se dividir a estrada, e que a juizo do Governo deva ser aberto ao transito publico, e si nesta secção o trafego exigir, a juizo do fiscal por parte do Governo, maior numero de locomotivas, carros de passageiros e vagões que proporcionalmente a ellas cabiam, a companhia será obrigada, dentro de seis mezes, depois de conhecida aquella necessidade por parte do Governo e della sciente, a augmentar o numero de locomotivas, carros de passageiros, vagões e mais material exigido pelo fiscal por parte do Governo, comtanto que tal augmento fique dentro dos limites estabelecidos no primeiro periodo desta clausula.

A companhia incorrerá na multa de 2:000\$ a 5:000\$ por mez de demora além dos seis mezes que lhe são concedidos para o augmento do trem rodante acima referido.

E si passados seis mezes mais, além do fixado para o augmento, este não tiver sido feito, o Governo fornecerá o dito augmento de material por conta da companhia.

### XIII

Todas as indemnisações e despezas motivadas pela construção, conservação, tráfego e reparação da estrada de ferro, correrão exclusivamente e sem excepção por conta da companhia.

### XIV

A companhia será obrigada a cumprir as disposições do regulamento de 26 de abril de 1857, e bem assim quaesquer outras da mesma natureza que forem decretadas para segurança e policia das estradas de ferro, uma vez que as novas disposições não contrariem as presentes clausulas.

### XV

A companhia será obrigada a conservar com cuidado durante todo o tempo da concessão e a manter em estado que possam perfeitamente preencher o seu destino, tanto a estrada de ferro e suas dependencias, como o material rodante, sob pena de multa, suspensão de concessão, ou de ser a conservação feita pelo Governo á custa da companhia. No caso de interrupção de tráfego, excedente de 30 dias consecutivos, por motivo não justificado, o Governo terá o direito de impôr uma multa por dia de interrupção igual á renda liquida do dia anterior a ella, e restabelecerá o tráfego, correndo as despezas por conta da companhia.

### XVI

O Governo poderá realizar em toda a extensão da estrada as construcções necessarias ao estabelecimento de uma linha telegraphica de sua propriedade, usando ou não, como melhor lhe parecer, dos mesmos postes das linhas telegraphicas que a companhia é obrigada a construir em toda a extensão da estrada, responsabilizando-se a mesma companhia pela guarda dos fios, postes eapparelhos electricos que pertencerem ao Governo.

Enquanto isto não se realizar, a companhia é obrigada a expedir telegrammas do Governo com 50 % de abatimento da tarifa estabelecida para os telegrammas particulares.

### XVII

Durante o tempo da concessão o Governo não concederá outras estradas de ferro dentro de uma zona de 20 kilometros para cada lado do eixo da estrada.



O Governo reserva-se o direito de conceder outras estradas que, tendo o mesmo ponto de partida e direcções diversas, possam approximar-se e até cruzar a linha concedida, com tanto que, dentro da referida zona, não recebam generos ou passageiros.

### XVIII

A fiscalização da estrada e do serviço, quer da parte já em trafego, de Santa Maria a Cruz Alta, quer dos trechos a construir, de Cruz Alta ao Rio Uruguay e o ramal do Ijuhy Grande, de Cruz Alta ao Pão Novo, será incumbida a um engenheiro-fiscal e ajudantes nomeados pelo Governo e pagos pela companhia, que para esse fim concorrerá annualmente com a quantia de quinze contos de réis (15:000\$) pagos por semestre a vencer.

### XIX

O exame para o ajuste de contas da receita e despesa para o pagamento dos juros garantidos, de toda a linha pertencente à *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, compete a uma junta composta de engenheiro-fiscal e por elle presidida ou por quem suas vezes fizer, de um agente da companhia e de um empregado designado pelo Governo, observadas as instrucções em vigor.

E' livre ao Governo, em todo tempo, mandar engenheiros de sua confiança acompanhar os estudos e os trabalhos da construcção, a fim de examinar si são executados com proficiencia, methodo e precisa actividade.

### XX

Si durante a execução ou ainda depois da terminação dos trabalhos, se verificar que qualquer obra não foi executada conforme as regras da arte, o Governo poderá exigir da companhia a sua demolição ou reconstrucção total ou parcial, ou fazel-a por administração á custa da mesma companhia.

### XXI

Um anno depois da terminação dos trabalhos, a companhia entregará ao Governo uma planta cadastral de toda a estrada, bem como uma relação das estações e obras de arte, e um quadro demonstrativo do custo da mesma estrada.

De toda e qualquer alteração ou acquisição ulterior será tambem enviada planta ao Governo.

## XXII

Os preços do transporte serão fixados em tarifas, approvadas pelo Governo, não podendo exceder os dos meios ordinarios de condução no tempo da organização das mesmas tarifas.

As tarifas serão revistas, pelo menos, todos os tres annos.

## XXIII

Pelos preços fixados nessas tarifas a companhia será obrigada a transportar constantemente, com cuidado, exactidão e presteza, as mercadorias de qualquer natureza, os passageiros e suas bagagens, os animaes domesticos e outros, e os valores que lho forem confiados.

## XXIV

A companhia poderá fazer todos os transportes por preços inferiores aos das tarifas approvadas pelo Governo, mas de um modo geral e sem excepção, quer em prejuizo, quer em favor de quem quer que seja. Estas baixas de preço se farão effectivas com o consentimento do Governo, sendo o publico avisado por meio de annuncios affixados nas estações e insertos nos jornaes. Si a companhia fizer transportes por preços inferiores aos das tarifas, sem aquelle prévio consentimento, o Governo poderá applicar a mesma redução a todos os transportes de igual categoria, isto é, pertencentes á mesma classe da tarifa, e os preços assim reduzidos não tornarão a ser elevados, como no caso de prévio consentimento do Governo, sem authorisação expressa deste, avisando-se o publico com um mez pelo menos de antecedencia.

As reduções concedidas a indigentes não poderão dar lugar á applicação deste artigo.

## XXV

A companhia obriga-se a transportar gratuitamente :

1.º Os colonos e immigrants, suas bagagens, ferramentas, utensilios e instrumentos aratorios.

2.º As sementes e as plantas enviadas pelo Governo ou pelos presidentes dos Estados para serem gratuitamente distribuidas pelos lavradores.

3.º As malas do Correio e seus conductores, o pessoal encarregado por parte do Governo do serviço da linha telegraphica e o respectivo material, bem como quaesquer sommas de dinheiro pertencentes ao Thesouro Federal ou Estadual, sendo os transportes effectuados em carro especialmente adaptado para esse fim.

Serão transportados com o abatimento de 50 % sobre os preços das tarifas :

1.º As autoridades, escoltas policiaes e respectiva bagagem, quando forem em diligencia ;

2.º Munição de guerra e qualquer numero de soldados do Exército e da Guarda Nacional ou da Policia com seus officiaes e respectiva bagagem, quando mandados a serviço do Governo a qualquer parte da linha, dada a ordem para tal fim pelo mesmo Governo Federal ou Estadual ou outras autoridades que para isso forem autorisadas ;

3.º Todos os generos, de qualquer natureza que sejam, pelo Governo Federal ou Estadual enviados para attender aos soccorros publicos exigidos pela secca, inundação, peste, guerra ou outra calamidade publica.

Todos os mais passageiros e cargas do Governo Federal ou Estadual, não especificados acima serão transportados com abatimento de quinze por cento (15 %).

Terão tambem abatimento de 15 % os transportes de materiaes que se destinarem á construcção e custeio dos ramaes e prolongamento da propria estrada o destinados ás obras municipaes dos municipios servidos pela estrada.

Sempre que o Governo o exigir, em circumstancias extraordinarias, a companhia porá ás suas ordens todos os meios de transporte de que dispuzer.

Neste caso o Governo, si o preferir, pagará á companhia o que for convencionado pelo uso da estrada e todo o seu material, não excedendo o valor da renda média, de periodo identico, nos ultimos tres annos.

## XXVI

Logo que os dividendos excederem a 12 %, o Governo terá o direito de exigir a redução das tarifas de transporte.

Estas reduções se effectuarão principalmente em tarifas differenciaes para os grandes percursos e nas tarifas dos generos destinados á lavoura e á exportação.

## XXVII

O Governo poderá fazer, depois de ouvida a companhia, concessões de ramaes para uso particular, partindo das estações ou de qualquer ponto da linha concedida, sem que a companhia tenha direito a qualquer indemnisação, salvo si houver augmento eventual de despeza de conservação.

Todas as obras definitivas ou provisorias necessarias para obter, neste caso, a segurança do trafego, serão feitas sem onus para a companhia.

## XXVIII

Na época fixada para a terminação da concessão, a estrada de ferro e suas dependencias deverão achar-se em bom estado de conservação. Si no ultimo quinquennio da concessão a conservação da estrada for descuidada, o Governo terá o direito de confiscar a receita e empregal-a naquelle serviço.

## XXIX

O Governo terá o direito de resgatar a estrada a que se refere a presente concessão, depois de decorridos 30 annos da data do decreto n. 10.432 de 9 de novembro de 1889.

O preço do resgate será regulado, em falta de accordo, pelo termo médio do rendimento liquido do ultimo quinquennio e tendo-se em consideração a importancia das obras, material e dependencias no Estado em que estiverem então, não sendo esse preço inferior ao capital garantido, si o resgate se effectuar antes de expirar o privilegio.

Si o resgate se effectuar depois de expirado o prazo do privilegio, o Governo só pagará a companhia o valor das obras e material no estado em que se acharem, comtanto que a somma que tiver de despendar não exceda ao que se tiver effectivamente empregado na construcção da mesma estrada.

A importancia do resgate poderá ser paga em titulos da divida publica interna de 5 % de juro annual.

Fica entendido que a presente clausula só é applicavel aos casos ordinarios e que não abroga o direito de desapropriação por utilidade publica que tem o Estado.

## XXX

A companhia não poderá alienar a estrada ou parte desta sem prévia autorisação do Governo.

## XXXI

E' concedida á companhia a garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital que for fixado e reconhecido pelo Governo como necessario e sufficiente á construcção do trecho de Cruz Alta ao Rio Uruguay e o ramal de Ijuhy Grande, de Cruz Alta a Povo Novo, a que se refere a 1<sup>a</sup> das presentes clausulas, para a acquisição do respectivo material fixo e rodante e outros, linha telegraphica, compra de terrenos, indemnisação de bemfeitorias e quaesquer despesas feitas antes e depois de começados os trabalhos de construcção da mesma estrada, até sua conclusão e acceitação definitiva e ser ella aberta ao trafego publico, sendo fixado, á vista dos estudos já approvados e dentro do

limite estabelecido na 1.<sup>a</sup> das presentes clausulas, o capital garantido correspondente a suas secções, affin de serem as obras começadas e concluidas nos prazos marcados.

### XXXII

A garantia de juros far-se-ha effectiva, livre de quaesquer impostos, em semestros, vencidos nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada anno e pagos dentro do terceiro mez depois de findo o semestre, durante o prazo de 30 annos, pela seguinte forma :

§ 1.<sup>o</sup> Enquanto durar a construcção das obras, os juros de 6 % ao anno serão pagos sobre as quantias que tiverem sido depositadas pela companhia em cada dos agentes financeiros do Brazil em Londres, a contar da data dos respectivos depositos, as quaes poderão ser feitas em prestações que não excedam de dous terços do capital garantido durante o primeiro anno, depois de fixado na forma da clausula precedente, e de um terço do mesmo capital no segundo anno.

§ 2.<sup>o</sup> O reembolso á companhia, das quantias depositadas em conformidade com o paragrapho precedente, será feito por prestações segundo o exigirem as necessidades da construcção e mediante pedido dirigido ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas com a antecedencia de 90 dias, pelo representante da companhia no Rio de Janeiro.

§ 3.<sup>o</sup> Entregue a estrada ou parte desta ao transitto publico, os juros relativos ao respectivo capital serão pagos em presença dos balanços e liquidação da receita e despesa de custeio da estrada, exhibidos pela companhia e devidamente examinados pelos agentes do Governo.

§ 4.<sup>o</sup> As despesas só serão consideradas para os effeitos destas disposições até ao maximo do capital garantido correspondente a 30:000\$ por kilometro, que em caso algum será excedido ; esta circumstancia, porém, não exime a companhia da obrigação, que assume, de concluir as obras e os fornecimentos referentes a cada uma secção da estrada independentemente de qualquer augmento de onus para o Estado.

§ 1.<sup>o</sup> O capital fixo mencionado nesta clausula será determinado á vista do orçamento fundado nos planos e mais desenhos de caracter geral, documentos e requisitos necessarios á execução de todos os trabalhos, quer digam respeito ao leito da estrada, quer ás suas obras de arte e edificios de qualquer natureza ou se retirem ao material fixo e rodante desta e á sua linha telegraphica, constantes dos estudos já approvados.

Além desses planos e mais desenhos de caracter geral exigidos, a companhia sujeitará á approvação do fiscal por parte do Governo os de detalhe necessarios á construcção das obras de arte, taes como, pontes, viaductos, pontilhões, boeiros, tunneis, e os de qualquer edificio da estrada de ferro, um mez antes de dar-se começo á obra, e, si, findo esse prazo, a companhia não tiver

solução do fiscal, quer approvando-os, quer exigindo modificações, serão elles considerados approvados.

No caso de serem exigidas modificações pelo fiscal do Governo, a companhia será obrigada a fazel-as, e si o não fizer será deduzida do capital garantido a somma gasta na obra executada sem a modificação exigida.

§ 2.º Si alguma alteração for feita em um ou maior numero dos ditos planos, desenhos, documentos e requisitos já approvados pelo Governo, sem consentimento deste, a companhia perderá o direito á garantia dos juros sobre o capital que se tiver despendido na obra executada, segundo os planos, desenhos, documentos e mais requisitos assim alterados.

Si, porém, a alteração for feita com approvação do Governo e della resultar economia na execução da obra construida segundo a dita alteração, a metade da somma resultante desta economia será deduzida do capital garantido.

### XXXIII

A construcção das obras não será interrompida ; e, si o for por mais de tres mezes, caducarão o privilegio, a garantia e mais favores acima mencionados, salvo caso de força maior, julgada tal pelo Governo, e sómente por elle.

Si no prazo fixado na clausula 4ª não estiverem concluidos todos os trabalhos de construcção da estrada, e esta aberta ao trafego publico, a companhia pagará uma multa de 1 a 2 % por mez de demora sobre as quantias despendidas pelo Governo com a garantia até essa data.

E, si passados 12 mezes além do prazo acima fixado, não ficarem concluidos todos os trabalhos acima referidos, e não estiver a estrada aberta ao trafego publico, ficarão tambem caducos o privilegio, a garantia e mais favores já mencionados salvo caso de força maior, só, pelo Governo como tal reconhecido.

Fica expressamente entendido que a perda do privilegio, garantia de juros e mais favores, de que trata a presente concessão, não serão applicados ao trecho ou trechos da estrada que se acharem concluidos no fim do prazo estipulado para conclusão das obras de toda a estrada.

### XXXIV

As despesas de custeio da estrada comprehendem as que se fizerem com o trafego de passageiros, de mercadorias, com reparos e conservação do material rodante, officinas, estações e todas as dependencias da via-ferrea, taes como armazens, officinas, depositos de qualquer natureza, do leito da estrada e todas as obras de arte a ella pertencentes.

## XXXV

A companhia obriga-se ainda:

1.º A exhibir, sempre que lhe forem exigidos, os livros de receita e despesa do custeio da estrada e seu movimento, e prestar todos os esclarecimentos e informações que lhe forem reclamados pelo Governo em relação ao tráfego da mesma estrada ou pelo Governo Estadual, pelos fiscaes por parte do mesmo Governo ou por quaesquer agentes deste, competentemente autorizados; e bem assim a entregar semestralmente aos supraditos fiscaes ou ao Governo Estadual, um relatório circumstanciado do estado dos trabalhos em construção e da estatística do tráfego, abrangendo as despesas de custeio convenientemente especificadas, e o peso, volume, natureza e qualidade das mercadorias que transportar, com declaração das distancias médias por ellas percorridas, da receita de cada uma das estações e da estatística de passageiros, sendo estes devidamente classificados, podendo o Governo, quando o entender conveniente, indicar modelos para as informações que a companhia tem de prestar-lhe regularmente.

2.º Aceitar como definitiva e sem recurso a decisão do Governo sobre as questões que se suscitarem relativamente ao uso reciproco das estradas de ferro que lhe pertencerem ou a outra empresa, ficando entendido que qualquer accordo que celebrar não prejudicará o direito do Governo ao exame das estipulações que effectuar, e à modificação destas si entender que são offensivas aos interesses do Estado.

3.º A submeter à approvação do Governo, antes do começo do tráfego, o quadro dos seus empregados e a tabella dos respectivos vencimentos, dependendo igualmente qualquer alteração posterior de autorisação e approvação do mesmo Governo.

## XXXVI

Logo que os dividendos excederem a 8 %, o excedente será repartido igualmente entre o Governo e a companhia, cessando essa divisão logo que forem embolsados ao Estado os juros por este pagos.

## XXXVII

No caso de desacordo entre o Governo e a companhia sobre a intelligencia das presentes clausulas, esta será decidida por arbitros nomeados um pelo Governo e outro pela companhia.

Si os arbitros nomeados não chegarem a accordo, cada uma das partes indicará mais um nome e a sorte designará o do arbitro, que servirá de desempatador.

## XXXVIII

Si os capitães forem levantados em paizes estrangeiros regulará o cambio de vinte e sete (27) dinheiros por mil réis para todas as operações.

## XXXIX

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas e para a qual não se tenha comminado pena especial, poderá o Governo impôr multas de 200\$ até 5:000\$, e o dobro na reincidencia.

## XL

Si, decorridos os prazos fixados, não quizer o Governo prorrogar-os, poderá declarar caduco o contracto.

## XLI

Com excepção da fiscalisação e tomada de contas que fica sendo uma só para toda a linha, nos termos da 18ª das presentes clausulas, a presente autorisação de transferencia em nada altera as obrigações contrahidas pela companhia na parte já em trafego de Santa Maria á Cruz Alta.

## XLII

A companhia obriga-se, sempre que o Governo julgar conveniente, em circumstancias extraordinarias, a permittir nas suas linhas o transito dos trens de outras vias ferreas que nellas se entronquem.

## XLIII

Ficam de nenhum effeito para as linhas ora transferidas á *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens* as clausulas que acompanham os decretos n. 10.432 de 9 de novembro de 1889, ns. 305 e 462, de 7 de abril e 7 de junho de 1890, n. 397 de 20 de junho de 1891 e disposições contidas no texto do de n. 1061 de 22 de novembro de 1890; e bem assim a primeira e segunda partes da clausula 21ª do decreto n. 10.432 de 9 de novembro de 1889, em relação á parte em trafego, que foram substituidas pelas constantes da 18ª das presentes clausulas.

## XLIV

O contracto de transferencia deverá ser assignado dentro de trinta dias contados da publicação das presentes clausulas, sob pena de caducar a autorisação ora concedida.

Capital Federal, 7 de março de 1895.—*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*





## DECRETO N. 1983 B — DE 7 DE MARÇO DE 1895

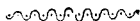
Approva a planta e orçamento para augmento de um armazem na estação de Campos, da Estrada de Ferro Carangola.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, resolve approvar a planta e orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, para augmento de um armazem na estação de Campos, da Estrada de Ferro Carangola; devendo a despeza ser levada à conta do custeio.

Capital Federal, 7 de março de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1984 — DE 9 DE MARÇO DE 1895

Approva os estudos definitivos do ramal de Guarapuava, da Estrada de Ferro Itararé à Cruz Alta, com 150 k, 300 de extensão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, resolve approvar os estudos definitivos do ramal de Guarapuava, da Estrada de Ferro de Itararé à Cruz Alta, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 9 de março de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1985 — DE 11 DE MARÇO DE 1895

Fixa prazo aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, privados do emprego por sentença ou demittidos a arbitrio do Governo, para manterem os direitos relativos ao respectivo montepio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando não haver prazo fixado aos empregados do Ministerio das Relações Exteriores que forem privados do emprego por sentença ou demittidos a arbitrio do Governo para manterem os direitos referentes ao montepio;

Considerando que a falta desse prazo, permitindo aos referidos funcionarios deixarem de contribuir para o montepio em tempo habil, perturba a respectiva escripturação;

Considerando finalmente que não é possivel estabelecer-se o mesmo prazo para os funcionarios da Secretaria de Estado, residentes nesta Capital e para os do corpo diplomatico e do consular que exercem suas funcções em pontos longinquos e muitas vezes de difficil communicação;

Decreta :

Artigo unico. Os funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, privados do emprego por sentença ou demittidos a arbitrio do Governo, perderão todos os direitos relativos ao montepio a que se referem os decretos ns. 942 A de 31 de outubro de 1890 e 1892 de 28 de novembro do mesmo anno, si deixarem de contribuir com a respectiva quota :

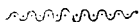
a) os empregados da Secretaria de Estado até dous mezes depois da perda do emprego ou demissão, ou durante igual prazo em qualquer época posterior;

b) os empregados diplomaticos e consulares até seis mezes depois da perda do emprego ou demissão, ou durante dous mezes em qualquer época posterior.

Capital Federal, 11 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 1985 A — DE 11 DE MARÇO DE 1895

Approva a revisão dos estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemirim.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, resolve approvar, com as modificações indicadas a tinta azul na planta entre as estacas 553×9<sup>m</sup>.47 a 561×18<sup>m</sup>.74, os estudos da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemirim comprehendidos entre as estacas 0 á 580+1<sup>m</sup>.45 apresentados em substituição dos que foram approvados pelo decreto n. 10.440 de 9 de novembro de 1889, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, ficando a companhia autorisada a empregar na referida estrada de ferro curvas de 80 metros de raio nos pontos em que isso for necessario, a juizo do respectivo engenheiro fiscal, mas não lhe sendo permittido o emprego de rampas superiores a 2 % com curvas daquelle raio, e devendo vigorar a tabella de preços approvada pelo decreto n. 10.440 de 9 de novembro de 1889.

Capital Federal, 11 de março de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Termo de novação do contracto celebrado com o Lloyd Brasileiro para o serviço de navegação nos portos da Republica.**

Aos oito dias do mez de março de mil oitocentos noventa e cinco, presentes na Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas no Rio de Janeiro, o Sr. engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires, Ministro de Estado dos Negocios da mesma repartição por parte do Governo Federal dos Estados Unidos do Brazil e o Lloyd Brasileiro, representado por seu Presidente o vice-almirante Francisco José Coelho Netto, entre si accordaram innovar o contracto celebrado com o referido Lloyd Brasileiro afim de ser observada a modificação da clausula vigesima oitava do contracto celebrado em virtude do decreto n. 857 de 13 de outubro de 1890, modificada pela clausula nova das que acompanham o decreto n. 611 de 22 de outubro de 1891, que fica substituida pela seguinte — O Lloyd Brasileiro entrará adeantadamente para o Thesouro Federal com a importancia annual de doze contos de réis (12:000\$000) para as despezas de fiscalisação.

Essa fiscalização versará sobre o modo pelo qual são satisfeitas as clausulas desta concessão e cumpridas as obrigações estipuladas ; podendo o fiscal reclamar para este fim quaesquer informações que entendam com a escripturação da companhia.

Si essas informações não forem subministradas no prazo de tres dias ou reputadas insufficientes, o fiscal representará logo ao Governo para tomar as providencias que forem julgadas necessarias.

O fiscal será convidado a comparecer ás sessões da directoria sempre que houver de tratar-se de assumpto que possa interessar á fiscalização. Verificada a pratica de actos em contravenção a qualquer das clausulas, o fiscal notificará a companhia que suspenda a sua execução até ulterior resolução, representando immediatamente a respeito. A decisão do Governo será no menor prazo possivel.

Poderão ser annullados pelo Governo os actos que virem a ser praticados não obstante a notificação do fiscal, bem como as resoluções da directoria da companhia que sobre assumptos sujeitos á fiscalização forem tomados sem sciencia e assentimento do mesmo fiscal.

Essas attribuições serão exercidas por pessoas designadas pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, podendo ser reunidas ás do inspector da navegação subvencionada, continuando a exercer as respectivas funções o fiscal da linha de Matto Grosso.

E por assim haverem accordado lavrou-se o presente termo que vae assignado pelas partes accordantes acima declaradas, pelas testemunhas Arthur Leal Nabuco de Araujo, Alvaro Lirio de Siqueira e por mim, Thomaz Lobo Botelho, que o escrevi. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.* — *Francisco José C. Netto.* — *Arthur Leal Nabuco de Araujo.* — *Alvaro Lirio de Siqueira.* — *Thomaz Lobo Botelho.*



#### DECRETO N. 1985 R — DE 11 DE MARÇO DE 1895

Approva a modificação da clausula 28ª do contracto approvedo pelo decreto n. 857 de 13 de outubro de 1890 e declara sem effeito o decreto n. 1815 A de 27 de setembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar a modificação da clausula 28ª do contracto celebrado com a Companhia Lloyd Brasileiro e approvedo pelo decreto n. 857 de 13 de outubro de 1890, constante do novo contracto celebrado com a mesma companhia em 8 de março corrente e cuja integra, assignada pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e

Obras Publicas, acompanha este decreto ; e outrosim, declarar sem effeito o decreto n. 1815 A de 27 de setembro de 1894 que approvou a reforma dos estatutos daquela companhia.

Capital Federal, 11 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



# DECRETO N. 1986 — DE 14 DE MARÇO DE 1895

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes na Capital do Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar :

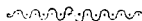
Art. 1.º Fica creada na Capital do Estado do Maranhão mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionaes, com a designação de 34ª, a qual se constituirá dos 101º e 102º batalhões de infantaria do serviço activo e 31º do da reserva, para esse fim desligados da 1ª brigada, e de mais um batalhão de infantaria, ora creado, com quatro companhias e a designação de 104º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



Sr. Presidente da Republica — Tem sido constante a preocupação do poder publico em attender á necessidade de resgatar o papel-moeda da Nação, a cuja existencia, segundo uns, a cuja superabundancia e consequente depreciação, segundo o maior numero, se tem attribuido grande parte dos males que perturbam a nossa situação financeira.

Vestigios da solicitude do Poder Legislativo para tratar do importante assumpto encontram-se em documentos antiquissimos e em providencias decretadas de longa data em diferentes

leis do orçamento, que hão destinado ao resgate do papel-moeda certas fontes da receita publica.

Pugnando sempre pela execução dessa idéa e confiando muito nos seus effeitos para o saneamento da circulação, sabemos, entretanto, que causas variadas tem actuado para que a operação tantas vezes tentada tenha sido outras tantas vezes interrompida, abandonada ou contrariada, como já tivemos occasião de repetir em documento official.

Em 1837, a lei n. 109 de 11 de outubro destinou fundos para essa operação, que effectivamente começou a ser executada no mesmo anno, retirando-se da circulação 4.700:000\$000. Com o decreto n. 231 de 13 de novembro de 1841 paralysoou-se, ou antes foi contrariada a acção benefica daquelle lei, até que de 1866 em diante são encontradas de novo, principalmente nas leis do orçamento, disposições relativas á necessidade de insistir na realisação do resgate.

Nos ultimos annos a idéa parece predominante no espirito do Governo, como attestam documentos de alto valor que conheceis.

O decreto n. 10.336 de 6 de setembro de 1889 providenciou sobre o assumpto e o illustrado Ministro que referendou-o, reconhecendo na sua exposição de motivos que — « é o papel-moeda um emprestimo forçado e dos mais onerosos, uma divida do Estado relativamente á qual cumpre ser guardada a mesma escrupulosa fidelidade com qua occorremos ás de outras origens » — afirma que « o resgate é uma das necessidades a que mais de prompto e efficazmente se deve attender, não só em honra da fé publica empenha-la, sinão como condição indispensavel ao progresso do paiz » — e accrescenta — « que a falta do resgate ou inconversibilidade das notas do Thesouro é uma das causas principaes da sua depreciação, manifestada na baixa do cambio » (*Diario Official* de 7 de setembro de 1889, n. 246.)

Conheceis os actos que se seguiram. Em 2 de outubro do mesmo anno foi contractado o resgate com o Banco Nacional do Brazil, tornando-se effectivo o de 7.775:000\$; mas, tendo-se fundido aquelle banco com o dos Estados Unidos, para formar o Banco do Brazil, ficou sem vigor aquelle contracto.

Em 28 de julho de 1891 foi o serviço contractado de novo com o Banco da Republica, em cumprimento do disposto no art. 7º do decreto n. 1154 de 7 de dezembro de 1890, fazendo-se o primeiro resgate em 12 de agosto de 1891, na importancia de 3.470:000\$000.

Havendo coincido esta primeira operação com a discussão que teve por objecto o Banco da Republica na Camara dos Deputados, e no Senado, ficou sustada a sua continuação.

Obedecendo ao mesmo pensamento, o decreto de 17 de dezembro de 1892, art. 18, providenciou ainda sobre o resgate de 100.000:000\$, dentro de um anno, com os lastros — ouro e apolices — depositados no Thesouro pelos bancos emissores e o digno Ministro que referendou o decreto deu começo á execução do seu plano remettendo ao Banco da Republica apolices e ouro para o dito fim, affirmando que a providencia do resgate era de todas as que se continham naquelle acto — « a mais importante e a de

mais salutar e benéfico resultado na vida economica e financeira do paiz».

Infelizmente, os factos subsequentes vieram mostrar que não só a idéa foi abandonada como houve até necessidade de se lançar mão do recurso de novas emissões de papel-moeda.

Approvando o decreto de 17 de dezembro, o de n. 183 C, de 23 de setembro de 1893, determinou no art. 15 «que o Governo entrará em accordo com o Banco da Republica do Brazil para o resgate ou substituição do papel-moeda do Estado» e por ultimo a lei n. 265, de 24 de dezembro do anno proximo findo, autorisou o Governo a fazer operações de credito, para o fim, entre outros, de resgatar o papel-moeda emittido depois de 6 de setembro de 1893.

O resgate tem sido, como vêes, a constante preocupação dos Governos, contrariada embora por causas de diversa natureza.

Augmentada consideravelmente a circulação, deprimida a taxa cambial de modo aviltante ao nosso credito, cumpre desempenhar o compromisso contrahido pelo decreto n. 1975, de 25 de fevereiro desta anno, em desenvolvimento do vosso programma de governo.

O papel-moeda em circulação importava, em 31 de dezembro de 1892, em duzentos e quinze mil cento e onze contos novecentos sessenta e quatro mil e quinhentos réis (215.111:961\$500). A 31 de dezembro de 1893 elevou-se a duzentos oitenta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro contos setecentos e cinquenta mil e quinhentos réis (285.744:750\$500).

Pelas informações que exigimos da Caixa de Amortisação, a circulação é presentemente de trezentas sessenta sete mil trezentos cincoenta e oito contos seiscentos cincoenta e dous mil réis (367.358:652\$000).

A emissão bancaria que importava pelos dados officiaes conhecidos, em 346.115:970\$, está reduzida a 340.714:370\$000. A emissão total actual, incluindo o papel-moeda do Estado e o papel-bancario, é, portanto, de setecentos e oito mil setenta e tres contos vinte e dous mil réis (708.073:022\$000).

Na importancia de 367.358:652\$ (papel-moeda do Estado) estão incluídas as quantias de 125.000:000\$ de adiantamentos feitos aos bancos por força das leis ns. 2565, de 27 de maio de 1875, 3263, de 18 de julho de 1885 e art. 12 do decreto n. 1167, de 17 de dezembro de 1892, e de 83.000:000\$ emittidos por motivo da revolta, em virtude do decreto n. 1616, de 23 de dezembro de 1893.

A massa de papel existente é consideravel. Excede mesmo aos calculos dos mais exaggerados apologistas do regimen do papel-moeda para as necessidades da circulação. Urge, pois, reduzi-la, e, para chegar a esse resultado, temos a honra de submeter á vossa approvação o decreto junto, que ha de ser completado por medidas posteriores.

Como a providencia do recolhimento do papel-moeda do The-souro é de execução muito lenta, e, portanto, de effeitos tardios, pareceu-nos conveniente retirar immediatamente da circulação

uma somma determinada, embora de papel bancario, e deposita-a na Caixa da Amortisação para o fim de ser trocada por notas daquelle origem, que serão no devido tempo incineradas.

Chegaremos dest'arte sem demora ao fim desejado, com um accumulo simplesmente de trabalho para aquella repartição.

A partir de 30 de abril, época marcada para a segunda entrada do emprestimo, o resgate se fará gradualmente, tendo-se em vista as necessidades da circulação e os movimentos da praça. Ao mesmo tempo, as repartições de arrecadação e pagamento receberão ordem para não lançarem de novo na circulação as notas de 100\$ a 500\$ que receberem, afim de se poder facilitar a sua entrada na caixa, em substituição das notas bancarias que lá existirem depositadas.

Estamos convencidos de que a execução do decreto que offerecemos á vossa consideração, produzirá benefico effeito, sem prejudicar os interesses do commercio e suas normas operações.

Desde que, como esperamos, recursos de outra origem nos habilitem a completar o plano do decreto de 25 de fevereiro e o Congresso, examinando o assumpto com o interesse que desperta a sua excepcional importancia, ministre ao Governo meios certos para a continuação do resgate, de modo que a circulação se faça regularmente, despojada do excesso que tem perturbado os seus movimentos, conseguiremos remover de uma vez a causa principal da desorganisação que existe em nosso regimen financeiro e economico.

Capital Federal, 14 de março de 1895.— *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

---

DECRETO N. 1987 — DE 14 DE MARÇO DE 1895

Providencia sobre o resgate do papel-moeda.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º Metade do producto liquido do emprestimo constante do decreto n. 1976, de 25 de fevereiro deste anno, será applicado, no corrente exercicio, ao resgate do papel-moeda emitido em virtude do decreto n. 1616 A, de 23 de dezembro de 1893 ;

Art. 2.º Encerrada a subscrição do emprestimo e apurada a somma da primeira entrada e das apolices integralisadas, o Ministro da Fazenda retirará immediatamente da circulação em notas de qualquer especie a quantia de vinte mil contos (20.000:000\$), fazendo-a recolher á Caixa da Amortisação, onde se conservará em deposito até serem as cedulas bancarias trocadas por papel-moeda do Thesouro, que será incinerado.



Art. 3.º A partir de 30 de abril do corrente anno, data designada para a segunda entrada do emprestimo, o Ministro da Fazenda irá applicando gradualmente ao resgate a quantia que entender razoavel até completar a somma determinada no art. 1º.

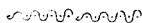
Art. 4.º Serão preferidas para o resgate as notas de 100\$ a 500\$000.

As repartições de arrecadação ou de pagamento farão recolher ao Thesouro Federal as notas desses valores que receberem, não podendo lançal-as de novo em circulação.

Capital Federal, 14 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 1988 — DE 14 DE MARÇO DE 1895

Adopta as modificações propostas pelo Governo de S. M. Britannica ás regras estabelecidas na Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamento no mar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando a conveniencia de manter uniformes nos diferentes paizes as regras estabelecidas pela Conferencia Maritima Internacional de Washington para evitar abalroamentos no mar e a necessidade de tornar mais explicitas as disposições do decreto n. 605 de 20 de outubro de 1891 ;

Resolve :

A' vista das notas trocadas com o Governo de S. M. Britannica e o dos Estados Unidos da America do Norte, aceitar as modificações propostas pelo primeiro dos referidos Governos, com excepção do disposto no art. 9º, cujos preceitos serão omittidos até serem definitivamente aceitos por todas as nações que tomaram parte na supramencionada conferencia, devendo ser observado de ora em diante o regulamento que a este acompanha e revogadas as disposições em contrario.

O Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 14 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisiario José Barbosa.*

## Regulamento para evitar abalroamentos no mar, a que se refere o decreto n. 1988 de 14 de março de 1895.

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As disposições constantes deste regulamento serão observadas por todos os navios, tanto no alto mar, como em aguas com o mar ligadas e que sejam accessiveis aos navios de mar, ou que naveguem no mar.

Para os effeitos deste regulamento, todo navio a vapor, que navegar exclusivamente à vela, e não a vapor, será reputado navio de vela, e todo navio que navegar a vapor, quer faga ou não uso do seu pauno, será reputado navio a vapor.

Sob a denominação de navio a vapor estará comprehendido todo navio movido por machina.

Todo navio está em movimento, no sentido deste regulamento, desde que não se acha fundeado, amarrado à terra ou encalhado.

### DISPOSIÇÕES CONCERNENTES ÀS LUZES, ETC.

O termo — visível—, quando empregado neste regulamento com referencia a qualquer luz, quer dizer — visível em noite escura e com atmosphera clara.

Art. 1.º As disposições concernentes às luzes serão observadas com todo tempo, desde o occaso até ao nascer do sol, e nesse intervalo nenhuma outra luz se empregará, que possa confundir-se com as luzes que estão prescriptas.

Art. 2.º Todo navio a vapor em movimento deverá trazer:

a) No mastro do traquete ou em frente a elle, e na falta deste mastro, à proa, em altura não inferior a 20 pés (6<sup>m</sup>,6) acima da borda ou, quando a bocca do navio for maior de 20 pés (6<sup>m</sup>,6) em altura igual à mesma bocca, comtanto que nunca exceda de 40 pés (13<sup>m</sup>,2) — *uma luz branca e brilhante* — construida por fôrma que illumine sem interrupção um arco do horisonte de vinte quartas da agulha, collocada de maneira que a sua claridade se projecte sobre dez quartas para cada lado do navio, isto é, desde a linha da proa até duas quartas para ré da linha do travez de um o outro bordo, e de tal natureza que seja visível à distancia de 5 milhas, pelo menos.

b) Do lado do Boreste — *uma luz verde*,— construida de fôrma que illumine, sem interrupção, um arco do horisonte de dez quartas da agulha, collocada de maneira que a sua claridade se projecte desde a linha da proa até duas quartas para ré da linha de travez desse mesmo bordo, e de tal natureza que seja visível à distancia de 2 milhas, pelo menos. ?

c) Do lado de Bombordo — *uma luz encarnada*, — construida por fórma que illumine, sem interrupção, um arco do horizonte de dez quartas da agulha, collocada de maneira que a sua claridade se projete desde a linha da prôa até duas quartas para ré da linha do travez desse mesmo bordo, e de tal natureza que seja visivel á distancia de 2 milhas, pelo menos.

d) As luzes — *verde e encarnada* — dos lados serão providas pela parte interna do navio com anteparos dispostos em sentido paralelo á quilha e que avancem, pelo menos, de 3 pés (1<sup>m</sup>) para vante do foco luminoso, affin de impedir que qualquer dellas seja vista do lado da prôa opposto áquelle em que se acha collocada.

e) Os navios a vapor em movimento poderão trazer addicionalmente — *uma luz branca*.

Esta luz será de construcção igual á da mencionada na secção a e deverá ficar collocada no mesmo plano da quilha, por ante-ré ou por ante-avante dessa outra luz.

Si por ante-a-ré 15 pés (5<sup>m</sup>) mais alta pelo menos, si por ante-avante 15 pés (5<sup>m</sup>) mais baixa, pelo menos do que a primeira; a distancia horizontal entre essas duas luzes devendo em ambos os casos ser maior que a vertical.

Art. 3.º Todo navio a vapor, que rebocar outro navio, deverá, além das luzes dos lados, trazer — *duas luzes brancas brilhantes* — dispostas em linha vertical e separadas por intervallo não menor de 6 pés (2<sup>m</sup>); si, porém, rebocar mais de um navio ao mesmo tempo, e o comprimento do reboque (medido da pôpa do rebocador á pôpa do ultimo navio rebocado) exceder de 600 pés (200<sup>m</sup>) deverá então trazer addicionalmente — *uma terceira luz branca brilhante*, — 6 pés (2<sup>m</sup>) acima ou abaixo das outras duas luzes já referidas.

Essas luzes serão de identica construcção e natureza, e estarão collocadas na mesma posição da — *luz branca* — mencionada no art. 2º, secção a) exceptuando-se a — *luz addicional*, — que poderá ficar mais baixa, contanto que nunca a menos de 14 pés (2<sup>m</sup>,6) acima da borda.

Para facilitar o governo do navio rebocado, poderá o navio a vapor, que reboca, ter — *uma pequena luz branca* — por ante-ré da chaminé ou do mastro da pôpa, com a condição, porém, de que não seja visivel da parte d'avante da linha do travez.

Art. 4.º a) Todo navio que, em consequencia de algum accidente, estiver sem liberdade de acção, deverá trazer a mesma altura da — *luz branca* — mencionada no art. 2º a), e si for navio a vapor, em substituição dessa luz, mas onde possam ser vistas melhor — *duas luzes encarnadas* — dispostas em linha vertical, com intervallo não menor de 6 pés, e de tal natureza que sejam visiveis em toda a volta do horizonte á distancia de 2 milhas, pelo menos.

De di, deverá esse navio trazer em linha vertical separadas por intervallo não menor de 6 pés (2<sup>m</sup>) e onde possam ser vistas melhor — *duas esferas pretas* — ou duas figuras da mesma fórma e côr, tendo cada uma dous pés de diametro.

b) Todo navio, que estiver occupado em lançar, rocegar ou suspender algum cabo telegraphico, deverá trazer na mesma posição da luz branca mencionada no art. 2º a), e si for navio de vapor, em logar dessa luz — *tres luzes* — dispostas em linha vertical e separadas por intervallos não menores de 6 pés (2<sup>m</sup>). Destas luzes, a de cima e a de baixo serão — *encarnadas* — e a do meio — *branca* — porém todas de tal natureza, que se tornem visiveis em toda a volta do horisonte a distancia de 2 milhas, pelo menos.

De dia, deverá esse navio trazer em linha vertical, separadas por intervallos não menores de 6 pés (2<sup>m</sup>) e onde possam ser vistas melhor — *tres figuras* — de 2 pés (0<sup>m</sup>,7) de diametro, pelo menos, cada uma, e das quaes, a de cima e a de baixo terão — a *fôrma espherica* — e a — *côr encarnada*, — a do meio a — *fôrma cubica* — e a — *côr branca*.

c) Os navios a que se refere este artigo, quando estejam estacionarios, não farão uso das luzes dos lados; porém, desdo que tenham algum seguimento, deverão trazel-as.

d) As luzes e figuras prescriptas por este artigo devem ser tomadas pelos outros navios como indicação de que, aquelle que as mostra, está sem liberdade de acção e, portanto, não pode afastar-se do seu caminho.

Estes signaes não são os de navio em perigo e que pode soccorro. Taes signaes são os que prescreve o art. 31.

Art. 5.º Os navios à vela em movimento, e bem assim os navios rebocados, deverão trazer as luzes que o art. 2º prescreve para o navio o vapor em movimento, com excepção das luzes brancas alli mencionadas, das quaes nunca farão uso.

Art. 6.º Quando não seja possível conservar nos seus competentes logares as luzes — *verde* — e — *encarnada* — dos lados, como pôde, por exemplo, acontecer nos navios de pequeno porte em movimento, por occasião de máo tempo, essas luzes estarão em todo caso à mão, accesas e promptas; e quando taes navios se achem proximos de outros, deverão ser mostradas dos seus respectivos lados, a tempo de evitar o abalroamento, e de maneira que, não só se tornem bem visiveis, mas tambem que a luz verde não seja vista de Bombordo, nem a luz encarnada de Boreste, e nem, tanto quanto praticavel, mais de duas quartas para ré da linha do travez do bordo respectivo.

Afim de tornar o emprego dessas — *luzes portateis* — mais exacto e facil, serão as lanternas pintadas exteriormente da mesma côr da luz que contiverem, e providas de apropriados anteparos.

Art. 7.º Os navios a vapor de menos de 40 toneladas (40.000<sup>kg</sup>) (tonelagem bruta) e bem assim os barcos a remos ou à vela de menos de 20 toneladas (20.000<sup>kg</sup>) (tonelagem bruta), e outras embarcações menores, quando em movimento, não serão obrigados a trazer as luzes mencionadas no art. 2º a) b) e c)

e que respectivamente lhes correspondem, porém, uma vez que não façam uso dellas, deverão estar providos das luzes seguintes :

1. Os navios de vapor de menos de 40 toneladas (40.000 <sup>k</sup>) deverão trazer :

a) A' vante, na chaminé ou em frente desta, onde possa melhor ser vista, e em altura nunca inferior a 9 pés (3<sup>m</sup>) acima da borda — *uma luz branca e brilhante* — construída e collocada segundo se preceitua no art. 2<sup>o</sup> a), e de tal natureza, que seja visível a distancia de 2 milhas, pelo menos.

b) As luzes — *verde e encarnada* — dos lados, construídas e collocadas conforme se preceitua no art. 2<sup>o</sup> b) e c), e de tal natureza, que sejam visíveis a distancia de uma milha, pelo menos ; ou, então — *uma lanterna bicolor* —, que mostre uma luz verde e outra encarnada, desde a linha da proa até duas quartas para ré da linha do travez, do bordo respectivo.

Essa lanterna ficará collocada nunca menos de tres pés abaixo da luz branca.

2. As pequenas lanchas a vapor, da classe dessas que muitos navios costumam trazer a bordo, poderão ter a — *luz branca* — a menos de 9 pés de altura acima da borda, contanto que ella fique collocada por cima da lanterna bicolor mencionada na secção 1 b) deste artigo.

3. Os barcos de remos e de vela, de menos de 20 toneladas, terão prompta á mão — *uma lanterna com um vidro verde numa das faces e na outra um vidro encarnado* — a qual, sempre que taes barcos se achem proximos de outros navios ou embarcações, deverá ser mostrada a tempo de evitar o abalroamento, e de maneira que a luz verde não seja vista de Bombordo, nem a luz encarnada de Boreste.

4. As embarcações miudas, movendo-se quer a remos quer á vela, deverão ter prompta á mão uma lanterna de luz branca que será mostrada a tempo sufficiente para evitar o abalroamento.

Os navios, a que este artigo se refere, não serão obrigados a fazer uso das luzes prescriptas no art. 4<sup>o</sup> a) e art. 11 § ultimo.

Art. 8.<sup>o</sup> As embarcações dos praticos, quando empregadas no serviço da praticagem, nas respectivas estações, não deverão fazer uso das luzes prescriptas para os demais navios, porém, sim, trazer no topo do mastro — *uma luz branca* —, visível em toda a volta do horizonte e, além disso, mostrar um ou mais facho com pequenos intervallos, que não excedam nunca de 15 minutos.

Quando se achem proximos de outros navios, deverão tambem taes embarcações ter accesas e promptas á mão, as suas luzes de côr dos lados e fazel-as lampear, ou mostrar-as firmes com pequenos intervallos, para indicar a direcção de sua proa, de modo, porém, que a luz verde não seja vista de Bombordo, nem a luz encarnada de Boreste.

As pequenas embarcações dos praticos, da classe dessas que teem de atracar aos navios para dar ou receber o pratico, poderão limitar-se a mostrar a luz branca, em vez de a trazerem no tope do mastro, e, em logar das luzes de côr acima mencionadas, tambem poderão reduzir-se a ter prompta à mão uma lanterna com um vidro verde numa das faces e na outra um vidro encarnado, para ser usada, segundo acima se preceitua.

As embarcações dos praticos, quando não estiverem empregadas no serviço da praticagem, nas respectivas estações, deverão trazer ou mostrar as mesmas luzes que os navios ou embarcações da sua tonelagem.

Art. 9.º.....

Art. 10. Todo navio que estiver proximo a ser alcançado por outro, deverá mostrar da pópa a este ultimo — *uma luz branca*—ou um—*facho*.

A luz prescripta por este artigo poderá mesmo estar fixa, mas neste caso a lanterna, que a contiver, deverá ser por tal fôrma construida, disposta e provida de anteparos, que a sua claridade se projecte uniformemente e sem interrupção sobre um arco do horizonte de 12 quartas da agulha, isto é, sobre seis quartas a contar da linha da pópa para um e outro bordo; e outrossim, que seja visivel á distancia de *uma milha*, pelo menos. Essa luz deverá tambem ficar collocada, tanto quanto for possivel, no mesmo nivel das luzes dos lados.

Art. 11. Os navios de menos de 150 pés (50<sup>m</sup>) de comprimento, quando ancorados, deverão ter avante, onde possa melhor ser vista, mas em altura nunca excedente de 20 (6,6<sup>m</sup>) pés acima da borda, — *uma luz branca* — em lanterna construida por fôrma, que a claridade da mesma luz se projecte uniformemente, e sem interrupção, sobre toda a volta do horizonte e seja visivel á distancia de *uma milha*, pelo menos.

Os navios de 150 pés (50<sup>m</sup>) de comprimento, e dahi para cima, deverão ter avante, em altura não menor de 20,6,6<sup>m</sup> nem maior de 40 pés acima da borda, — *uma luz branca* —, como a que ficou já mencionada, e á pópa, ou perto da pópa, outra luz igual, porém collocada em tal altura, que fique pelo menos 15 (5<sup>m</sup>) pés mais baixa do que a primeira. Aceitar-se-ha pelo exacto comprimento de qualquer navio o que constar do seu certificado de registro.

O navio, que estiver encalhado proximo ou em meio de alguma passagem frequentada, deverá içar — *a luz ou luzes brancas* — acima mencionadas e mais as — *duas luzes encarnadas* — prescriptas no art. 4.º).

Art. 12. Todo navio, sempre que for necessario para despertar a attenção de outro, além das luzes que por este regulamento lhe cumpre trazer, poderá mostrar — *um facho* — ou empregar qualquer signal detonante, comtanto que este não seja susceptivel de confundir-se com algum signal de soccorro.

Art. 13. Nenhuma disposição deste regulamento poderá ter interferencia com as regras especiaes estabelecidas pelo Governo de qualquer nação a respeito de luzes addicionaes de posição e de

signal para dous ou mais vasos de guerra, ou para navios navegando sob comboio, nem com o emprego de signaes de reconhecimento adoptados por armadores e que tenham sido autorizados pelos respectivos Governos, e devidamente registrados e publicados.

Art. 14. Todo navio a vapor, que, navegando exclusivamente á vela, tenha entretanto a sua chaminé em cima, deverá, de dia, trazer içada avante, onde possa melhor ser vista — *uma esphera preta* — ou qualquer figura da mesma fôrma e côr, com dous pés de diametro.

#### SIGNAES SONOROS PARA TEMPO DE CERRAÇÃO

Art. 15. Todos os signaes que este artigo prescreve para navios em movimento serão dados :

1. Pelos navios de vapor com o — *apito ou sereia*.
2. Pelos navios assim de vela como rebocados com *buzina de cerração*.

§ 1. O *som prolongado ou longo* — de que trata este artigo, deve ter de quatro a seis segundos de duração.

§ 2. Os navios a vapor deverão estar providos de um effcaz — *apito ou sereia* — em que o som seja produzido pela acção do vapor ou de algum agente substitutivo do vapor, e, outrossim, de tal maneira collocado que o mesmo som não venha a ser interceptado por obstaculo de especie alguma; de uma boa — *buzina de cerração* —, em que o som seja tirado pela acção do ar comprimido por meios mecanicos, e tambem de um adequado — *sino*.

Os navios á vela de 20 toneladas (20.000<sup>ks</sup>) (tonelagem bruta), e dahi para cima, deverão estar providos de uma buzina de cerração e de um sino, como os descriptos acima.

Em tempo de cerração, nevoeiro, queda de neve ou fortes tormentas de chuva, e tanto de dia como de noite, os signaes de que trata este artigo serão usados pela seguinte fôrma :

a) Os navios a vapor, desde que tenham seguimento, deverão fazer ouvir pelo menos de dous em dous minutos, — *um som prolongado* (—).

b) Os navios a vapor que, por estarem com a machina parada, não tiverem seguimento, ou se acharem sem liberdade de acção, deverão fazer ouvir, pelo menos, de dous em dous minutos, — *dous sons prolongados, espaçados de cerca de um segundo* (— —).

c) Os navios á vela em movimento deverão fazer ouvir, pelo menos de minuto em minuto, quando amurados por Boreste — *um som curto* (—); quando amurados por Bombordo — *dous sons curtos successivos* (— —); e quando mareados com vento para ré do traves — *tres sons curtos successivos* (— — —).

d) Os navios ancorados deverão, pelo menos, de minuto em minuto, — *tocar o sino* — vivamente, por espaço de cinco segundos, pouco mais ou menos.

e) Os navios fundeados fóra dos ancoradouros ordinarios, e que por sua posição possam estorvar o caminho a outros navios, deverão fazer ouvir : si forem a vapor, pelo menos de dous em dous minutos, — *dous sons prolongados successivos* ( — — ) dados com o apito ou sereia e seguidos de um toque de sino ; si á vela, pelo menos de minuto em minuto, — *dous sons* — dados com a busina de cerração e seguidos igualmente de um toque de sino.

f) Os navios rebocando, em vez dos signaes que lhes estão respectivamente marcados nos §§ a) e c) deste artigo, deverão fazer ouvir pelo menos de dous em dous minutos — *tres sons successivos*, — sendo o primeiro longo e os outros dous curtos ( — — — ).

Os navios rebocados poderão tambem dar este signal, porém nenhum outro.

g) Os navios a vapor, que desejem dar a outros navios esta indicação : — *O caminho é por onde está o meu navio ; pôde passar ao meu lado*, poderão fazer ouvir — *tres sons successivos* — (curto, longo e curto) ( — — — ) espaçados cerca de um segundo.

h) Os navios occupados em lançar, rocegar ou suspender algum cabo telegraphico, ao ouvirem o signal de cerração de outro navio que se approxima, deverão responder com — *tres sons longos successivos* ( — — — ).

i) Os navios em movimento, que não possam, entretanto, desviar-se do caminho de qualquer outro navio, por estarem sem liberdade de acção ou impossibilitados de manobrar na conformidade deste regulamento, deverão, ao ouvir o signal de cerração de algum navio que se approxime, responder com *quatro sons curtos e successivos* ( — — — ).

Os navios á vela e barcos de menos de 20 toneladas (20.000<sup>ks</sup>) (tonelagem bruta) não serão obrigados a usar dos signaes acima mencionados, porém uma vez que os não empreguem, deverão fazer ouvir, pelo menos de minuto em minuto, outro qualquer signal sonoro bastante effeaz.

#### A MARCHA DOS NAVIOS DEVE SER MODERADA EM TEMPO DE CERRAÇÃO

Art. 16. Todo navio em tempo de cerração, nevoeiro, queda de neve ou fortes tormentas de chuva, deverá seguir com marcha moderada, tendo em consideração as existentes circumstancias e condições da occasião.

Todo navio a vapor, ao ouvir, aparentemente pela parte devante de seu travéz, o signal de cerração de outro navio, cuja posição não lhe seja possível verificar, deverá tanto quanto o permittam as circumstancias do caso, parar a sua machina, e depois navegar com precaução até que haja desaparecido o perigo de abalroamento.



## REGRAS PARA GOVERNO E NAVEGAÇÃO

*Advertencia — Risco de abalroamento*

O risco de abalroamento, quando as circumstancias o permit-tam, póde ser deduzido da cuidadosa observação do rumo a que demora o navio, que se approxima. Desde que esse rumo não muda por maneira sensivel, deve presumir-se que existe seme-lhante risco.

Art. 17. Todas as vezes que dous navios á vela se approxi-marem um do outro, de maneira que possa haver risco de abal-roamento, um delles deixará livre o caminho ao outro na se-guinte conformidade:

a) Aquelle que navegar com vento folgado ou largo deverá deixar livre o caminho ao que estiver á bolina coxada.

b) Aquelle que estiver á bolina coxada na amura de bombordo deverá deixar livre o caminho ao que estiver á bolina coxada na amura de Boreste.

c) Quando ambos navegarem com vento folgado ou largo, porém marcados por bordos differentes, aquelle que receber o vento por Bombordo deverá deixar livre o caminho ao que tiver o vento por Boreste.

d) Quando ambos navegarem com vento folgado ou largo e mareados pelo mesmo bordo, aquelle que se achar a barlavento deverá deixar livre o caminho ao que estiver a sotavento.

e) Aquelle que navegar com vento em pôpa deverá deixar livre o caminho a qualquer outro.

Art. 18. Todas as vezes que dous navios a vapor se encon-trarem proa contra proa, ou tão proximamente nessa direcção a ponto de haver risco de abalroamento, ambos deverão guinar para Boreste, de maneira a poderem passar safos por Bombordo um do outro.

Este artigo tão sómente se applica aos casos em que dous navios a vapor se encontrem na realidade proa contra proa, ou tão proximamente nessa direcção a ponto de haver risco de abalroa-mento, e não áquelles em que dous navios devem passar safos um pelo outro, si conservarem os respectivos rumos.

Os casos a que o presente artigo se applica veem a ser, pois, aquelles em que cada um dos navios se apresenta ao outro de proa ou quasi de proa, ou em outros termos, quando de dia cada um delles vê os mastros de outro, então com seus proprios mastros ou proximamente nesse alinhamento, e de noite, quando cada um avista ao mesmo tempo pela proa ambas as luzes late-raes do outro.

O artigo não tem applicação de dia, nos casos em que um dos navios vê o outro pela proa, cortando-lhe o rumo; de noite, quando a luz encarnada de um dos navios corresponde á luz encarnada do outro ou a luz verde á luz verde, ou quando pela proa se percebe uma luz encarnada sem a luz verde, ou vice-versa, uma luz verde sem a luz encarnada, ou ainda, quando se

avistam ambas as luzes, encarnada e verde, em qualquer direcção, que não seja pela proa.

Art. 19. Todas as vezes que dous navios a vapor se cruzarem de modo que possa haver risco de abalroamento, aquelle que avistar ou tiver o outro por Boreste deverá deixar-lhe franco o caminho.

Art. 20. Todas as vezes que dous navios, um a vapor e outro à vela, se approximarem em direcção tal, que possa haver risco de abalroamento, o navio a vapor deverá deixar livre o caminho ao navio à vela.

Art. 21. Nos casos em que, de conformidade com o disposto neste regulamento, um de dous navios tenha de deixar livre o caminho ao outro, este ultimo conservará o seu rumo e a sua marcha, salvo quando, em consequencia de cerração ou de outras causas, elle se ache tão proximo do outro, que não seja possivel prevenir o abalroamento sómente pela manobra desse outro, caso em que adoptará o alvitre que melhor for para evitar o mesmo abalroamento. (Vide arts. 27 e 29.)

Art. 22. Todo navio, que em virtude do disposto neste regulamento, tiver de deixar livre o caminho a qualquer outro, deverá tambem, si as circumstancias do caso o permittirem, evitar de cortar-lhe a proa.

Art. 23. Todo navio a vapor que, em virtude do disposto neste regulamento, tiver de deixar livre o caminho a qualquer outro navio, deverá, ao approximar-se desse outro e, si tanto for preciso, moderar a sua marcha, ou parar, ou mesmo tocar atrás.

Art. 24. Não obstante tudo que se acha disposto neste regulamento, o navio, que alcançar outro, deverá deixar livre o caminho ao navio alcançado.

Todo navio que, vindo de qualquer direcção, entrar por outro mais de duas quartas para ré da linha do travez deste, isto é, que ficar em posição de não poder evitar qualquer das luzes lateraes deste ultimo, deverá ter-se na conta de — *navio alcançador* — e nenhuma subsequente alteração do rumo corrente dos dous navios poderá fazer com que o alcançador seja considerado navio que cruza com outro no sentido deste regulamento, nem dispensal-o-ha do dever de se conservar safo do — *navio alcançado* — até que o tenha passado e deixado livre.

De dia, entretanto, como nem sempre possa o navio, que por outro vae entrando, verificar com exacção si está para vante ou para ré da referida posição com relação a esse outro navio, em caso de duvida deverá presumir-se — *navio alcançador* — e proceder nessa conformidade.

Art. 25. Em canaes estreitos deverá todo navio a vapor, quando isso for seguro e praticavel, encostar-se para aquelle lado da zona navegavel ou do eixo do canal, que lhe ficar por Boreste.

Art. 26. Os navios à vela em movimento deverão deixar livre o caminho aos navios à vela e barcos, que estiverem pescando com rédes, linhas ou arrastões.

Este preceito, porém, não dará a nenhum navio à vela ou barco occupado em pescar, o direito de obstruir qualquer passa-

gem por onde costumem transitar outros navios, que não sejam os de pesca.

Art. 27. Na observancia e applicação pratica dos preceitos constantes deste regulamento, será preciso attender devidamente, não só a todos os riscos da navegação ou de abalroamento, mas, ainda, a quaesquer circumstancias especiaes, que possam tornar necessaria alguma preterição dos mesmos preceitos, afim de evitar perigo mais immediato.

#### SIGNAES SONOROS PARA NAVIOS Á VISTA UNS DOS OUTROS

Art. 28. O — *son curto*—a que se refere este artigo deve ter um segundo de duração pouco mais ou menos.

Achando-se os navios á vista uns dos outros, o navio a vapor, que houver de pôr em pratica qualquer manobra autorizada ou prescripta por este regulamento, deverá indical-o, no momento de iniciar a sua execução, por meio dos seguintes signaes, dados com o apito ou sereia, a saber :

Em som curto : (—) *Estou guinando para Boreste.*

Dous sons curtos : (— —) *Estou guinando para Bombordo.*

Tres sons curtos : (— — —) *A minha machina está andando atrás a toda força.*

#### EM CIRCUMSTANCIA ALGUMA DEVEM OS NAVIOS DESCURAR AS NECESSARIAS PRECAUÇÕES

Art. 29. Nenhuma disposição deste regulamento poderá eximir qualquer navio ou seu proprietario, capitão ou equipagem, das consequencias resultantes de algum descuido nas luzes ou signaes, na necessaria vigilancia ou naquellas precauções, que possam ser exigidas, não só pela pratica ordinaria da vida do mar, sinão tambem pelas especiaes circumstancias do caso.

#### RESERVA DAS REGRAS PARA PORTOS E NAVEGAÇÃO DE AGUAS INTERIORES

Art. 30. Nenhuma disposição deste regulamento poderá ter interferencia na applicação de qualquer regra especial devidamente estabelecida pela autoridade local, com respeito á navegação de portos, rios ou aguas interiores.

#### SIGNAES DE SOCCORRO

Art. 31. Todas as vezes que algum navio se achar em perigo, e tiver de pedir auxilio de outros navios ou de terra,

fará uso dos seguintes signaes, junta ou separadamente, a saber :

*De dia :*

1. Um tiro de peça ou outro signal explosivo, disparado de minuto em minuto, pouco mais ou menos.
2. O signal de soccorro do Codigo Internacional representado pelas bandeiras NC.
3. O signal de soccorro para grande distancia, formado por uma bandeira quadrada, tendo por cima ou por baixo uma esphera ou qualquer objecto apparentando a forma de uma esphera.
4. Sons continuados, produzidos por meio de qualquer dos instrumentos com que se fazem os signaes de cerração.

*De noite :*

1. Um tiro de peça ou outro signal explosivo, disparado de minuto em minuto, pouco mais ou menos.
2. Chammas a bordo do navio, como as que, por exemplo, podem ser produzidas por um barril de azeite ou de alcitrão ardendo.
3. Foguetes ou bombas, lançando lagrimas de qualquer côr ou especie, atirados um ou uma de cada vez e com pequenos intervallos.
4. Sons continuados, produzidos por meio de qualquer dos instrumentos com que se fazem os signaes de cerração.

## APPENDICE

### DEVERES DOS NAVIOS EM CASO DE ABALROAMENTO

Em todos os casos de abalroamento entre dous navios será do dever do capitão de cada um delles, ou de quem as suas vezes faça, podendo, e tanto quanto for praticavel sem risco serio para seu proprio navio, equipagem e passageiros (si os houver), permanecer junto do outro navio até assegurar-se de que elle não carece mais de soccorro, e prestar-lhe, bem como ao seu capitão, equipagem e passageiros (si os houver), todo o auxilio possivel e necessario para salvá-os de qualquer perigo proveniente do mesmo abalroamento ; e, outrosim, dar ao capitão desse outro navio, ou a quem as suas vezes faça, o nome do seu navio, o do porto do registro, ou do porto ou logar a que pertencer e os dos portos ou logares da sua procedencia e destino.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 14 de março de 1895. — *Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 1990 (\*) — DE 14 DE MARÇO DE 1895

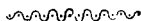
Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 1.500:000\$, destinado ao pagamento de reclamações tratadas por via diplomatica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a conveniencia de estar o Governo habilitado a liquidar reclamações tratadas por via diplomatica e de accordo com o Tribunal de Contas, previamente ouvido, como dispõe o art. 15 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, resolve usar da authorisação a que se referem o § 3º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850 e o § 2º do art. 25 da lei n. 2792 de 20 de outubro de 1877, abrindo um credito extraordinario de 1.500:000\$ destinado áquelle fim.

Capital Federal, 14 de março de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 1991 — DE 14 DE MARÇO DE 1895

Approva as novas instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, resolve approvar as novas instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias na Estrada de Ferro do Paraná, que com este baixam, assignadas pelo director geral da Directoria de Viação do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, em substituição das que vigoram, approvadas por decreto n. 9364 de 24 de janeiro de 1885.

Capital Federal, 14 de março de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

---

(\*) Com o n. 1989 não houve acto.

**Instrucções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro do Paraná para o transporte de passageiros e mercadorias, aprovadas pelo decreto n. 1991 desta data**

**PASSAGEIROS**

Art. 1.º Os passageiros pagarão o preço das tarifas 1, 1A, 1B e 1C.

Art. 2.º A venda dos bilhetes nas estações começa 30 minutos e cessa cinco minutos antes da partida dos trens.

Art. 3.º Nenhum passageiro poderá tomar lugar nos carros sem estar munido de um bilhete regular ou de um *passé* emanado do director do trafego ou chefe da estação de partida.

Art. 4.º Os *passes* concedidos em serviço do Governo Federal ou do Governo do Estado do Paraná deverão ser apresentados ao *visto* do distribuidor de bilhetes, pelo menos cinco minutos antes da partida dos trens.

Os portadores destes *passes* não poderão tomar lugar em um compartimento de classe superior á indicada nos mesmos *passes*, embora pagando a diferença correspondente.

Art. 5.º Os *passes* concedidos, quer em serviço dos Governos, quer em serviço da estrada de ferro, são pessoas e não podem ser cedidos a outras pessoas, além das designadas sobre os referidos *passes*.

Art. 6.º A companhia poderá conceder aos passageiros, entre dous pontos determinados, bilhetes de ida e volta, válidos :

Nos mesmo dia, até uma distancia de 99 kilometros ;

Durante quatro dias, até á de 199 kilometros ;

Durante oito dias, para as distancias superiores a 199 kilometros.

Estes bilhetes terão o abatimento de 25 % sobre o preço total do percurso.

O prazo de duração do bilhete comprehende o dia da partida e o da volta.

Nos casos especiaes, taes como regosijos publicos, festas religiosas, etc., a companhia poderá prolongar o prazo de duração do valor dos bilhetes, sem modificações nos preços das tarifas.

Art. 7.º § 1.º Os bilhetes de viagem singela só teem valor nos dias e trens para os quaes tiverem sido vendidos.

Os bilhetes de ida e volta são válidos para todos os trens ordinarios de viajantes e mixtos durante todo o prazo do valor destes bilhetes.

§ 2.º Si o passageiro, portador de um bilhete singelo, parar em uma estação differente do destino indica'o no seu bilhete, este bilhete não terá mais valor para a continuação da viagem por um trem seguinte.

Si o passageiro, portador de um bilhete de ida e volta, parar antes de chegar ao destino para o qual foi comprado o bilhete,

seja na ida, seja na volta, terá de comprar um bilhete singelo complementar para continuar a viagem até seu destino.

Art. 8.º As crianças menores de 3 annos, sendo conduzidas ao collo, viajarão gratuitamente e sem bilhetes.

As que tiverem de 3 a 8 annos pagarão meia passagem e terão direito a um logar separado.

Art. 9.º § 1.º Os passageiros deverão exhibir, sempre que o pedir o agente da companhia, o bilhete regular, cartão de assignatura ou *passse*, de que estiverem munidos.

Aquelles que não o fizerem pagarão, o preço do bilhete e mais 10 % desde a estação de partida do trem até seu destino, si pelo registro de suas bagagens não se puder conhecer a estação de onde partiram.

§ 2.º Os passageiros que excederem o percurso a que teem direito e aquelles que tomarem logar em carro de classe superior á indicada em seus bilhetes, pagarão a differença de suas passagens, e, neste caso, o conductor terá de dar-lhes um bilhete supplementar indicando a somma percebida por essa differença.

§ 3.º Si em qualquer dos dous casos acima previstos o passageiro tiver procedido de má fé, ficará sujeito a uma multa de 20\$ a 50\$, nos termos do art. 104 do regulamento approved pelo decreto n.º 1930, de 26 de abril de 1857.

§ 4.º A entrada das estações só é permittida ás pessoas munidas de bilhetes regulares, cartões de assignaturas ou *passes*.

Art. 10. Por occasião de festas, regosijos publicos ou excursões, a companhia poderá estabelecer trens extraordinarios entre duas ou mais estações.

Annunciando estes trens ao publico, ella fará conhecer as respectivas horas de partida e de chegada, assim como o preço dos bilhetes que, para estes trens, serão obrigatoriamente de ida e volta.

Taes bilhetes só teem valor no trem extraordinario annuciado.

Art. 11. As sociedades lyricas e outras, viajando incorporadas em numero de 20 pessoas, pelo menos, poderão gosar de um abatimento de 50 % sobre o preço de suas passagens e sobre o preço de suas bagagens, da tarifa n.º 2.

Para gosarem destas reduções, as ditas sociedades deverão apresentar ao agente da estação de partida, pelo menos duas horas antes da partida do trem, uma lista nominativa de seus membros, visada pelo delegado de policia.

Art. 12. A companhia poderá conceder ou recusar os trens especiaes que lhe forem pedidos.

O pedido deverá ser feito com antecedencia de 24 horas, pelo menos, á directoria do trafego, em Curitiba, e com antecedencia de 48 horas aos agentes das outras estações.

Si a companhia conceder um trem especial, ella só poderá fazel-o nas seguintes condições :

1.º A companhia cobrará a taxa correspondente á lotação de dous carros de passageiros e mais a taxa correspondente á respectiva lotação, com desconto de 20 % por cada carro que for preciso além daquelle numero ;

2.º Fica fixado em 150\$ o preço mínimo de um trem especial ;

3.º As taxas de bagagem e outros transportes serão applicadas como para os trens ordinarios de passageiros.

Art. 13. Os pedidos de locação de carro completo ou de um compartimento do carro devem ser feitos por escripto ao agente da estação de partida, com antecedencia de 24 horas, pelo menos.

O preço da locação será pago adeantadamente, e na occasião em que for feito o pedido.

Esta quantia não será restituída, si a viagem não se effectuar por causa de negligencia do requisitante.

Um carro ou um compartimento, embora alugado inteiramente, não poderá conter numero de passageiros superior á lotação respectiva.

A locação de um carro ou de um compartimento, para uma viagem simples, será paga segundo as tarifas ordinarias 1 e 1ª e para uma viagem de ida e volta, segundo as tarifas ordinarias, 1<sup>1</sup> e 1<sup>2</sup>.

As bagagens estarão sujeitas ás mesmas condições que as dos viajantes communs.

Art. 14. Os doentes que viajarem deitados e os alienados devem ser acompanhados de pessoas que os vigiem ; si forem transportados em um compartimento separado, elles pagarão o aluguel desse compartimento com o abatimento de 25 % sobre os preços indicados no art. 13.

Si forem transportados em um vagão coberto, de mercadorias, cobrar-se-ha pelo doente ou alienado duas passagens de 1ª classe e por cada uma das pessoas que o acompanharem uma passagem de 2ª classe.

As pessoas affectadas de molestias contagiosas ou em estado de molestia que possa incommodar aos outros passageiros, não poderão ser transportadas sinão em vagão fechado de mercadorias, nas condições de preço indicadas acima.

Art. 15. A entrada nos trens é prohibida:

1º, ás pessoas embriagadas ou indecentemente vestidas ;

2º, aos portadores de armas carregadas de materias inflammaveis, ou de qualquer objecto que seja, cuja presença possa incommodar aos passageiros.

Todo portador de arma de fogo será obrigado a apresental-a ao agente da estação, que se certificará de que ella não se acha carregada.

Nenhum passageiro poderá ser portador de mais de uma arma de fogo.

As disposições acima, relativas ás armas de fogo, não se applicarão aos agentes da força publica que viajarem em serviço do Governo acompanhando presos.

Art. 16. E' expressamente prohibido a qualquer passageiro :

1º, passar de um carro para outro, estando o trem em movimento ;



2º, conservar-se nas plataformas dos carros ou debruçar-se para fóra ;

3º, viajar em 1ª classe, estando descalço ;

4º, entrar ou sair dos carros, estando o trem em movimento ;

5º, entrar ou sair por outro logar que não seja a plataforma da estação e porta para esse fim designada ;

6º, entrar ou sair dos carros, sem ser pela portinhola que o guarda designar ;

7º, fumar nas salas de espera de 1ª classe ;

8º, viajar sem bilhete regular ;

9º, portar-se de modo inconveniente ;

10, incommodar de qualquer modo aos outros passageiros ;

11, quebrar ou estragar os objectos pertencentes à companhia ou confiados à sua guarda.

Art. 17. O passageiro que infringir as presentes instrucções e que, apesar da advertencia dos empregados da estrada de ferro, persistir na infracção, será posto fóra da estação, si não tiver ainda começado a viagem e se lhe restituirá a importancia do bilhete que houver comprado.

Si a infracção for commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de 20\$ a 50\$ (art. 104 do regulamento de 26 de abril de 1857) e, no caso de recusar-se a pagal-a, ou si depois de ter pago não corrigir-se, o conductor do trem entregal-o-ha à autoridade policial, a qual procederá como for de direito.

Em casos de estragos, previstos nos arts. 9º, 15 e 16, o passageiro pagará o valor do damno causado, que será avaliado pelo chefe do trem ou pelo agente da estação, salvo recurso ulterior ao director do trafego.

Si por falta de dinheiro o passageiro estiver na impossibilidade de pagar a multa, o preço da passagem ou a indemnisação do prejuizo causado, o conductor poderá exigir como garantia qualquer objecto de valor, do qual passará recibo.

Esse objecto será restituído ao passageiro quando elle tiver satisfeito à companhia a somma devida.

Decorrido um anno, a companhia terá o direito de vender o mesmo objecto para cobrar-se da quantia que lhe é devida.

#### BAGAGENS, ENCOMMENDAS E VALORES

Art. 18. As bagagens, os pequenos volumes de encomendas e os objectos, cujo peso não exceda de 100 kilogrammas, nem o volume de um metro cubico, e que forem transportados pelos trens de passageiros, serão taxados conforme a tarifa n. 2 e o preço do transporte deve ser pago na occasião da inscripção à partida.

Estes volumes devem ser apresentados a despacho pelo menos 20 minutos antes da partida dos trens que tiverem de conduzi-los.

Art. 19. Para o despacho de pequenos volumes de encomendas é fixado um *minimum* de 200 réis por kilogramma ou fracção de kilogramma.

O expeditor deve indicar sobre estes volumes o nome do destinatario e a estação onde devem ser entregues.

Art. 20. As taxas serão calculadas segundo o numero de kilogrammas até 10 kilogrammas; excedendo de 10 kilogrammas e até 15 kilogrammas serão calculadas por 15 kilogrammas; de 15 a 20, por 20 kilogrammas; e assim por diante, até o peso de 50 kilogrammas, conforme a tarifa n. 2.

Além deste limite, de peso, as taxas serão applicadas de conformidade com o art. 37 do presente regulamento.

Nenhum volume poderá ser expedido por uma taxa inferior a 200 réis; quando um volume tiver de passar por varias linhas concedidas, a taxa minima será de 200 réis para cada uma das linhas a percorrer.

Esta clausula é applicada aos prolongamentos.

Art. 21. As bagagens dos passageiros pagarão a taxa indicada na tarifa n. 2.

Art. 22. Os passageiros só poderão levar nos carros em que viajarem pequenos volumes que não possam incomodar os outros passageiros; o agente da estação ou o chefe de trem decidirão quaes os volumes que não podem ser embarcados nos carros de passageiros.

Art. 23. Os transportes das bagagens ou pequenos volumes de encomenda poderão ser recusados pelos trens de passageiros, quando pesarem mais de 100 kilogrammas por volume ou excederem a um metro cubico.

Art. 24. Toda bagagem despachada e transportada por um trem de passageiros deve ser retirada da estação destinataria no mesmo dia da chegada.

As bagagens que não forem reclamadas nesse dia, serão conservadas na estação, e o proprietario pagará, por despezas de armazenagem, uma taxa de 100 réis por dia e por 10 kilogrammas ou fracção de 10 kilogrammas.

A companhia não é responsavel pelos objectos contidos nas bagagens, nem das avarias que taes objectos possam soffrer.

Art. 25. Em casos de perda ou de avaria de um ou de varios volumes, o passageiro terá o direito de reclamar da companhia uma quantia correspondente a 1\$ por kilogramma dos objectos perdidos ou avariados. Depois do pagamento dessa indemnisação, sob a base acima fixada, os referidos objectos perdidos ou avariados ficarão pertencendo a companhia.

Art. 26. As disposições do art. 25 não se applicam aos objectos preciosos, cujos valores tenham sido declarados, nem aos volumes, cujo conteúdo fosse perfeitamente conhecido da companhia.

Os primeiros serão pagos segundo seu valor declarado e os segundos conforme a avaliação feita pelos arbitros.

Art. 27. Os valores em papel ou em numerario, as joias ou metaes preciosos, objectos de ouro ou prata, titulos ao portador

e outros, assim como todos os valores semelhantes, serão submettidos à tarifa n. 2 e a uma taxa de 1/2 % do valor declarado.

A taxa minima de 1/2 % *ad valorem* será de 500 réis. Estes objectos devem ser pesados com o maior cuidado e expedidos por trem de passageiros. Elles devem ser encerrados em caixas ou em saccoes bem acondicionados, ou formar pacotes cobertos de panno encerao e sellado com carimbo de lacre, em numero sufficiente (tres pelo menos) para assegurar a sua inviolabilidade.

O mesmo carimbo collocado sobre os volumes deverá ser collocado sobre a nota da expedição que o acompanha.

#### A — MERCADORIAS

##### *Expedição e entrega*

Art. 28, § 1.º As mercadorias depositadas nas estações para serem expedidas devem ser acompanhadas de uma nota assignada pelo expeditor, e na qual serão declarados :

A data da entrega, o peso e natureza das mercadorias, o numero, a marca e a natureza dos volumes, assim como os nomes e endereços do expeditor e do destinatario.

§ 2.º Os agentes da companhia não farão a expedição da mercadoria sem terem verificado a exactidão da nota de expedição.

§ 3.º Os volumes devem trazer marcas e endereço bem legiveis, além do nome da estação de destino (ficando isentas as mercadorias em saccoes ou outras, cuja quantidade forme o carregamento total de um vagão); os volumes devem ser acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios, inherentes ao transito por estrada de ferro.

Art. 29. As mercadorias que, misturadas com outras, possam damnificar-as, serão transportadas em vagão especial.

Art. 30. A companhia poderá recusar a expedição de qualquer carga nos seguintes casos :

1º, si o acondicionamento da mercadoria for defeituoso e houver probabilidade de soffrer avaria durante o transporte ;

2º, si, no momento do recebimento na estação de partida, reconhecer-se que o genero está deteriorado ;

3º, si verificar-se que o peso é inferior ao indicado na nota, ou que a marca e numero são inexactos ;

4º, si faltarem alguns numeros.

Nestes casos, o expeditor poderá remediar os defeitos constatados, e nesse caso o expeditor substituirá, si for necessario, a nota inexacta por uma outra nota de expedição regularmente feita.

Art. 31. Si as molificações a fazer para que possa effectuar-se a remessa das mercadorias, sem demora, não forem feitas im-

mediatamente pelo expeditor, a companhia não será responsável pelas mercadorias deixadas nas estações nesse estado imperfeito.

Si essas modificações não forem executadas no mesmo dia, a mercadoria pagará as despesas de armazenagem, a partir do dia immediato.

Art. 32. Si convier á companhia, ella poderá fazer a expedição da carga no estado em que for entregue, dando o expeditor uma nota assignada ao agente, na qual declare os defeitos da mesma carga e allieve a companhia da responsabilidade das avarias.

Art. 33. Os transportes das materias inflammaveis só se farão em dias determinados pela companhia e por trens que ella designar.

#### B — TARIFAS DAS MERCADORIAS

##### *Cobranças*

Art. 34. A expedição cujo frete não attingir a 1\$, segundo a taxa das tarifas ordinarias, pagará esse *minimum* de 1\$; neste caso o expeditor poderá pedir que o transporte seja effectuado por um trem de viajantes.

Art. 35. As mercadorias susceptiveis de facil deterioração, ou cujo valor for inferior ao preço do transporte, deverão pagar o frete na estação de partida, e a companhia não será responsável pelas avarias que ellas soffrerem quer durante o transporte, quer na chegada ao destino.

Art. 36. O transporte das outras mercadorias será pago ou pelo expeditor ou pelo destinatario. Quando a mercadoria for expedida com frete a pagar no destino, o frete desse transporte deverá ser pago pelo destinatario, antes de começar a retirada da mercadoria.

Art. 37. As mercadorias comprehendidas nas tarifas 3 e 4 pagarão por peso, quando seu peso especifico attingir 1 kilogramma por 1 decimetro cubico e por volume na razão de 10 kilos por 10 decimetros cubicos, quando este peso especifico for inferior.

Neste ultimo caso a taxa será applicada por unidade de 10 kilos com o minimo de 10 kilos.

Art. 38. As mercadorias comprehendidas nas tarifas 4, 4 A, 4 B, 5, 6, 7 e 8 pagarão ao peso real, conforme suas respectivas tarifas.

Art. 39. As massas indivisas que passarem de 2.000 a 3.000 kilogrammas, e cujo volume for superior a dous metros cubicos, serão submettidas a uma taxa adicional de 15\$ por volume.

Aquellas que passarem de 3.001 a 5.000 kilogrammas, ou cujo volume for de 3 a 5 metros cubicos, serão submettidas a uma taxa adicional de 20\$ por volume.

O transporte das massas indivisas, cujo peso for superior a 5.000 kilogrammas, ou cujo volume exceder a 5 metros cubicos,

ou que necessitem do emprego de material especial, não será obrigatorio.

Si a companhia consentir em fazer o transporte dessas massas, os preços e condições serão fixados previamente pela companhia e aceitos pelo expeditor. O preço desses transportes deverá ser pago à partida. Ficam isentas das disposições acima as madeiras brutas; contudo a companhia poderá sempre recusar o carregamento das madeiras que não puderem ser collocadas nos vagões sem comprometter a segurança dos trens.

Art. 40. As mercadorias de qualquer natureza remetidas para as estações, afim de serem expedidas pelos trens de mercadorias e cujo frete não for pago dentro de 12 horas, serão sujeitas ás taxas de armazenagem, salvo si o transporte dever ser pago pelo destinatario.

#### *Armazenagem*

Art. 41. As mercadorias que não forem retiradas pelos destinatarios dentro das 48 horas da chegada, ficam sujeitas ás seguintes taxas de armazenagem:

1\$500, por tonelada metrica e por dia nos dez primeiros dias que se seguirem ao prazo acima fixado;

3\$000, por tonelada metrica e por dia nos dias seguintes.

A mesma taxa será applicada ás mercadorias cujo frete não tiver sido pago nos termos do art. 40.

Art. 42. A companhia não poderá perceber nenhuma taxa de armazenagem pelas mercadorias que ficarem nas estações antes de serem expedidas, salvo si esta demora for causada pelo expeditor ou pelo destinatario; neste caso a companhia perceberá as taxas previstas no art. 41, a contar do dia em que se deveria effectuar a expedição.

Art. 43. As mercadorias susceptiveis de deterioração deixadas nos armazens das estações poderão ser vendidas no fim de oito dias ou mesmo antes, si isso for necessario.

O producto da venda será applicado ao pagamento do transporte, si houver logar, das taxas de armazenagem e outras despesas feitas pela companhia; o saldo, si houver, será restituído ao expeditor ou destinatario, por liquidação final ou entregue ao deposito publico, si aquelles o recusarem.

Si o expeditor ou o destinatario forem desconhecidos, o saldo será entregue ao Deposito Publico.

Si o producto da venda for insufficiente, a companhia cobrará a differença conforme o art. 83.

#### *Avarias*

Art. 44. Os expedidores devem declarar si suas mercadorias são frageis, ou si devem ser preservadas da humidade, na falta do que, a companhia não se responsabilisa por avarias dessa especie.

Art. 45. A companhia não assume responsabilidade alguma pelas avarias inherentes à natureza das mercadorias, taes como deterioração de fractas, etc., diminuição ordinaria do peso, combustão espontanea, effervescencia, evaporação ou vasamento de liquidos, etc.

Ella não se torna responsavel igualmente pelas avarias de qualquer natureza, si estas avarias não forem constatadas pelo chefe da estação antes da entrega dos objectos e quando não houver nos involucros estragos visiveis provenientes da negligencia dos empregados da companhia.

Art. 46. Em caso de perda ou avaria das mercadorias (salvo os casos previstos nos arts. 44 e 45), a companhia só é responsavel pelo valor real e immediato dos volumes perdidos e não pelos lucros que dellas pudessem resultar.

### *Animaes*

Art. 47. Os animaes serão transportados pelos trens de mercadorias e mixtos e pagarão a taxa das respectivas tarifas.

Art. 48. As aves domesticas e pequenos animaes engaiolados, em cestos, etc., classificados na tarifa IX, pagarão por volume real e a taxa se applicará a esses transportes á razão de 10 kilogrammas por 10 decimetros cubicos.

Estes animaes não serão transportados sem estarem bem encerrados em gaiolas, cestas, barricas ou caixões engradados.

Art. 49. Os animaes classificados na tarifa X pagarão por cabeça a taxa desta tarifa, quando forem em numero inferior a 25 para cada expedição.

O agente da estação terá o direito de recusar os animaes, quando não puder collocar-os nos vagões de mercadorias ou de bagagens que o trem comporta.

Estes mesmos animaes pagarão por cabeça a taxa da tarifa X, quando forem em numero de 25 cabeças, pelo menos, para cada expedição.

Neste caso o expelitor deverá fazer o pedido do material necessario á expedição, nos termos do art. 72.

Art. 50. Os animaes classificados na tarifa XI pagarão por cabeça a taxa dessa tarifa, quando a expedição for de quatro cabeças e quando a expedição for inferior pagarão o mesmo que por quatro cabeças.

Art. 51. Os animaes de sella, de tracção ou de carga, os cães amordaçados poderão ser transportados em trens de passageiros, pagando uma taxa dupla da indicada nas respectivas tarifas.

Art. 52. Os animaes deverão ser apresentados pelo menos uma hora antes da partida dos trens.

Art. 53. Os animaes deverão ser recebidos á chegada por seus proprietarios ou destinatarios; si elles não forem entregues com indicação exacta do logar da chegada, serão tratados por conta e risco de seus proprietarios.

Art. 54. O expeditor que desejar effectuar o transporte de grande numero de animaes, deverá prevenir a administração, conforme o art. 72.

Art. 55. Os animaes perigosos serão sujeitos a uma taxa convencional, combinada entre a companhia e o expeditor; do mesmo modo se procederá para o transporte de animaes cujo valor declarado for superior a 500\$000.

Art. 56. As aves, passaros e pequenos animaes em gaiolas ou caixões engradados são submettidos ás mesmas condições de transporte e de recebimento que os outros animaes. Elles pagarão segundo as tarifas em que estão classificados, e serão transportados pelos trens de mercadorias ou mixtos, assim como nos trens de passageiros, pagando a taxa dupla.

Art. 57. Os animaes de cangalha, bois, porcos, cabras, carneiros, etc., serão transportados pelos trens de mercadorias.

Art. 58. Os animaes não classificados serão taxados segundo as tarifas estabelecidas para os animaes com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 59. A companhia poderá recusar, em consequencia da affluencia de mercadorias taxadas a peso, os carregamentos sujeitos aos preços de transporte das tarifas X e XI.

*Transportes de madeiras e mercadorias a granel*

Art. 60. As madeiras sujeitas aos preços das tarifas XVI e XVII devem ser annunciadas com antecedencia, conforme o art. 72.

O carregamento será feito pelos expedidores e a descarga pelos consignatarios ou seus agentes.

Si no prazo de 24 horas da chegada das mercadorias o destinatario não tiver effectuado a descarga, elle pagará á companhia, antes da entrega da mercadoria, as taxas previstas no art. 72.

Art. 61. Todas as mercadorias classificadas na tarifa XVI serão transportadas no prazo de tres dias, quando ellas completarem um carregamento minimo de quatro toneladas para um vagão de dous eixos e oito toneladas para um vagão de quatro eixos, ou si o expeditor preferir pagar essa lotação minima.

No caso contrario, o agente da estação poderá transferir a expedição, até que o carregamento regular esteja completo, salvo si o expeditor sujeitar-se a uma expedição immediata pelo preço da tarifa VI.

Neste caso os materiaes não poderão ter mais de quatro metros de dimensão.

Art. 62. As mercadorias classificadas na tarifa XVII não serão expeditas sinão por vagão completo de oito toneladas, ou pagando essa lotação.

Art. 63. A companhia não assume responsabilidade alguma por avarias ou faltas das mercadorias expeditas segundo a tarifa XVII.

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 64. Todas as inscrições de mercadorias, bagagens, dinheiro, joias, animaes e barris vazios são feitas dando-se ao expeditor uma nota de expedição, que será exigida na occasião da entrega dos objectos.

Art. 65. O systema metrico adoptado pela lei n. 1157, de 26 de junho de 1862, será o exclusivamente adoptado na estrada de ferro.

A tonelada metrica do peso de 1.000 kilogrammas corresponde a 68 arrobas, duas libras, seis onças, tres oitavas e 144 grãos do antigo systema de pesos e medidas.

O kilogramma corresponde a duas libras, duas onças, seis oitavas e 60,13 grãos.

O metro cubico corresponde a 94 palmos e 4,36 pollegadas.

Art. 66. Tanto nos trens de passageiros, como nos de mercadorias, as fracções de peso serão contadas por centesimos da tonelada ou por 10 kilogrammas. Assim, todo peso comprehendido entre 0 e 10 kilogrammas será taxado como si fosse 10 kilogrammas; entre 10 e 20 kilogrammas como si fosse 20 kilogrammas, etc.

Do mesmo modo as fracções de volumes serão contadas por centesimos de metro cubico ou por 10 decimetros cubicos.

As fracções inferiores a 20 réis serão igualmente contadas por 20 réis, quando não houver duas ou mais parcellas a adicionar. No caso contrario, a disposição deste artigo será applicada sómente á somma e não a cada parcella.

Art. 67. E' expressamente prohibido á companhia fazer ajustes particulares com o fim de conceder a um ou outros expedidores quaesquer reduções das tarifas approvadas.

Art. 68. A companhia é obrigada a effectuar com cuidado, exactidão e presteza e sem favor particular, todos os transportes de qualquer natureza que lhe forem confiados, salvas as excepções declaradas nestas instrucções.

Art. 69. Os volumes, animaes, ou outras quaesquer cargas entregues á estrada de ferro serão inscriptos na estação de partida e na estação de chegada, em registros especiaes, á medida que forem recebidas, mencionando-se a estação de destino, nomes dos remetentes e dos consignatarios, marca, qualidade dos volumes, especie de mercadorias, frete pago ou a pagar.

As remessas serão feitas pela ordem da inscripção no registro da estação de partida, salvos os casos de preferencia por objecto de serviço publico.

Art. 70. A companhia não poderá fazer directa ou indirectamente com empreza de transporte de viajantes ou de mercadorias por terra ou por agua, sob denominação de fôrma alguma, arranjos ou convenções quaesquer, que não sejam autorisadas pelo Governo.

hiaverá sempre a mais completa igualdade entre as diversas emprezas de transporte em suas relações com a estrada de ferro.



Art. 71. A companhia não poderá exigir em nenhum caso taxa alguma adicional por carregar ou descarregar os vagões, ou por armazenagem, além das que ficam estipuladas nas presentes instruções.

Art. 72. D-se que um expeditor precise de um vagão para o carregamento completo de sua mercadoria, deve fazer o pedido com antecedencia de 24 horas, ou 48, si o pedido for para dous ou mais vagões.

O chefe da estação deve prevenir com antecedencia o expeditor do dia e hora em que os vagões estarão à sua disposição.

Si a entrega da mercadoria não for feita no dia e na estação determinados, o expeditor pagará à companhia pela locação dos vagões uma taxa de :

5\$ por dia ou fracção de 24 horas, para um vagão de dous eixos ;

10\$ por dia ou fracção de 24 horas, para um vagão de quatro eixos, reconhecido necessario para o transporte annuciado.

Estas taxas não serão exigiveis sinão dous dias depois daquelle em que os vagões forem postos à disposição do expeditor.

A importancia desta taxa por dous dias será depositada no acto da requisição e pertencerá à companhia, si o carregamento não for effectuado.

Nas estações intermediarias os vagões serão carregados pelos empregados do expeditor, em um prazo que lhe será fixado.

Quando o expeditor ou o destinatario tiver deixado de fazer este serviço no prazo fixado, elle poderá ser feito pela administração que, neste caso, perceberá, além do frete, 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada.

A companhia cobrará pela descarga das mercadorias classificadas nas tarifas XVI e XVII, quando a descarga não for feita dentro das 24 horas, uma taxa fixa de 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada.

Estas mercadorias não serão obrigadas, e a companhia não será responsavel nem pela quantidade nem pelas avarias.

Por todos os materiaes ou objectos, de qualquer natureza, desarmagados nos pateos das estações, a companhia não cobrará direito algum de armazenagem durante 72 horas.

Depois deste prazo a companhia cobrará uma taxa fixa de 2\$ por dia e por tonelada ou fracção de tonelada e não será responsavel depois do prazo de 24 horas da chegada.

Art. 73. Qualquer expeditor de um ou mais vagões de mercadorias não poderá exceder a locação dos mesmos vagões, sob qualquer pretexto que seja.

O expeditor e o destinatario são responsaveis por qualquer estrago feito nos vehiculos por seus empregados no carregamento e descarga das mercadorias.

Art. 74. Nas estações intermediarias as mercadorias só serão recebidas para serem expeditas pelos trens que ahí pararem.

Os dias e horas da paragem dos trens serão affixados nas mesmas estações.

Art. 75. O transporte dos objectos que exigirem o emprego de material especial não é obrigatorio ; contudo a companhia poderá effectual-o a uma tarifa fixada de commun accordo entre ella e o interessado.

Art. 76. O transporte das materias inflammaveis, taes como phosphoros, liquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, essencias e outras substancias perigosas, ou de volumes cujo involucre possa causar incendio, não pôde ser effectuado por trens de passageiros.

Taes objectos devem ser acondicionados em barricas ou caixões de madeira convenientemente fechados e serão expeditos pelos trens de mercadorias, em dias indicados pela companhia.

Art. 77. Os saccoes vazios que tiverem servido ou forem destinados ao transporte de generos do paiz pela estrada de ferro (o que em caso de duvida será attestado pelo chefe da estação) serão transportados gratuitamente, sem responsabilidade da parte da companhia.

Si, entretanto, estes objectos não forem retirados dentro de 48 horas de sua chegada á estação, os expeditores ou destinatarios pagarão as taxas de armazenagem seguintes, por unidade ou fracção de 10 kilogrammas e por dia:

Nos primeiros 30 dias, 100 réis.

De 30 a 90 dias, 200 réis.

Art. 78. Os objectos que no fim de 90 dias não forem retirados das estações ou armazens da estrada de ferro, serão vendidos pela administração, em hasta publica, por conta e risco de seus proprietarios, afim de cobrir as despesas que tiverem feito. O excedente será entregue ao expeditor ; si este for desconhecido, o excedente será recolhido ao Deposito Publico.

Art. 79. A companhia tem o direito de abrir os volumes, tomas as vezes que suspeitar inexactidão de declaração de seus conteúdos. Neste caso ella cobrará frete duplo pelos objectos não declarados.

Si os ditos objectos forem inflammaveis ou de grande responsabilidade, o expeditor pagará ainda uma multa de 100\$ a 200\$000.

Art. 80. Si a expedição de bagagens ou de mercadorias se compuzer de varios volumes, o frete será contado por um só comprehendendo o peso de todos os outros.

Esta concessão não será feita sinão no caso em que todos os volumes estiverem reunidos em um só involucre e debaixo do nome de um só destinatario.

Art. 81. A responsabilidade da companhia só cessa com a entrega dos objectos aos destinatarios ou seus delegados, salvo os casos especificados nas presentes instrucções e para as quaes esta responsabilidade está definida.

Art. 82. Toda reclamação tendo por fim a restituição de uma taxa indevidamente paga, ou indemnisação de perda ou avaria, deve ser immediatamente dirigida por escripto ao chefe da estação.

Art. 83. A administração poderá reter os volumes pertencentes aos expedidores, que, por falsas declarações, estiverem sujeitos ás multas impostas pelo presente regulamento.

Si as multas devidas não forem pagas no prazo de 15 dias, a administração procederá á venda dos objectos retidos, de conformidade com o art. 78.

Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das multas em questão, a companhia cobrará o restante executivamente de conformidade com o regulamento de 26 de abril de 1857.

Art. 84. Os empregados da estrada de ferro devem ministrar aos expedidores todas as informações necessárias para a intelligencia e cumprimento das presentes instrucções.

Art. 85. Os empregados da estrada de ferro não podem exigir outros fretes e retribuições de qualquer natureza, que não se achem especificados neste regulamento e de accordo com as tarifas annexas.

Art. 86. Os generos e outros objectos não designados nas tarifas serão taxados segundo as tarifas feitas para aquelles com as quaes tiverem mais analogia.

Art. 87. Os cadaveres só serão transportados em vagão fechado, ao preço da lotação completa do vagão, segundo a tarifa VI, com um abatimento de 25 %.

Art. 88. Por cada despacho de mercadorias a peso, animaes ou carros, não se exceptuando os transportes gratuitos, cobrará a companhia a taxa fixa de 100 réis, além da importancia devida.

Pelos recibos em substituição de conhecimentos de mercadorias ou bagagens não apresentados, a companhia cobrará a taxa de 200 réis por cada um.

Art. 89. As presentes instrucções e tarifas, assim como os artigos do regulamento annexo ao decreto n. 1930, de 26 de abril de 1857; os arts. 8, 9 e 10 do decreto n. 5912, de 1 de maio de 1875; os arts. 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 que baixaram com o decreto n. 6995, de 10 de agosto de 1878, deverão ser impressos e colligidos em folheto, do qual serão distribuidos exemplares por todas as estações, como determina o art. 36 do referido regulamento.

Art. 90. Todos os empregados das estações e dos trens, assim como os guardas dos portões e passageiros de nível, usarão de uniforme apropriado ao serviço da estrada de ferro, devendo cada classe ter distinctivo especial.

Ficam isentos desta obrigação os machinistas, foguistas e serventes.

Art. 91. Por infracção de qualquer das disposições acima mencionadas relativas ao serviço de passageiros, ou de mercadorias, serão os empregados da companhia sujeitos á multa de 30\$ a 50\$, ou demittidos, conforme a gravidade do caso.

*Telegrapho electrico*

Art. 92. A companhia fica autorisada a cobrar, pelo serviço que o telegrapho electrico por ella estabelecido prestar aos particulares, as seguintes taxas :

Pela transmissão de um telegramma de 1 a 15 palavras para qualquer das estações da estrada de ferro, 1\$000 ;

Quando o telegramma tiver mais de 15 palavras, as taxas serão augmentadas de  $\frac{1}{5}$  por cada serie de cinco palavras ou fracção de serie excedente.

§ 1.º O expeditor poderá pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras ; neste caso a minuta do telegramma deverá ter a declaração *Resposta paga para ..... palavras.*

§ 2.º Si a resposta contiver menor numero de palavras do que o indicado no telegramma, não se fará restituição da taxa ; si, ao contrario, houver um excedente, este será pago pela pessoa que apresentar a resposta.

§ 3.º A resposta, para ser transmittida, deverá ser apresentada dentro das 48 horas que seguirem a da entrega do telegramma primitivo ao destinatario.

A resposta apresentada depois de findo este prazo fica sujeita ao pagamento da taxa.

Art. 93. Para o endereço do despacho são concedidas de 1 a 12 palavras, que não serão contadas na cobrança da taxa.

As palavras excedentes de 12 serão contadas e taxadas com o conteúdo do despacho.

O lugar da partida e a data serão transmittidos *ex-officio*.

Art. 94. Os traços de união e os signaes de pontuação não serão contados, mas os outros signaes serão taxados conforme o numero de palavras necessarias para traduzil-os.

Os numeros de 1 a 15 algarismos serão contados por uma palavra ; cada algarismo excedente será contado por uma palavra.

Art. 95. O porte dos despachos ao domicilio dos destinatarios é gratuito ; mas, quando o expeditor de um telegramma quizer que se remetam cópias do despacho a muitos domicilios em um mesmo lugar de estação, pagará 500 réis de porte por cada cópia menos uma.

Até uma distancia de 2 kilometros da estação os despachos serão levados á casa do destinatario por expresso ; além daquelle limite serão expedidos pelo Correio.

Art. 96. O expeditor poderá exigir, pagando taxa dupla, que o telegramma seja repetido pelo escriptorio do destino, para verificação.

Si quizer sómente aviso de recepção do destino, pagará mais 10 % da taxa.

Art. 97. Si a recepção do telegramma mostrar que houve vicio na transmissão, não terá logar o pagamento da taxa dupla.

Art. 98. O agente da estação poderá exigir, si julgar conveniente, que a pessoa que quizer expedir um telegramma prove a sua identidade pelo testemunho de pessoas conhecidas ou pela apresentação de passaportes ou quaesquer outros documentos sufficientes.

Art. 99. Os agentes das estações deverão recusar a expedição ou a entrega dos telegrammas prejudiciaes á ordem publica, ou offensivos á moral e aos bons costumes.

No caso de duvida deverão dirigir-se ás autoridades policiaes do lugar, que decidirão si o telegramma poderá ou não ser enviado.

Art. 100. O despacho expedido simultaneamente a mais de uma estação será sujeito á taxa simples e por cada uma das outras mais metade da mesma taxa.

Art. 101. A todo despacho levado ao domicilio do destinatario deve ir junto um recibo, para ser assignado pela pessoa a quem o despacho for dirigido, ou por qualquer membro de sua familia ou empregado seu.

Si nenhuma dessas pessoas for encontrada, far-se-ha menção disso no despacho, que voltará ao escriptorio do destino.

Art. 102. Si o telegramma for retirado depois de começada a transmissão, não se restituirá a taxa.

Art. 103. A taxa será restituída :

1<sup>a</sup>, quando o telegramma for entregue ao destinatario com demora de mais de hora e meia depois da recepção, sendo levado por expresso, ou não for enviado pelo primeiro Correio depois da recepção ;

2<sup>a</sup>, quando o telegramma for entregue tão alterado que não preencha o fim para que foi expedido ;

3<sup>a</sup>, quando a autoridade do lugar de destino prohibir a entrega do telegramma ;

4<sup>a</sup>, quando for necessario retardar a transmissão do telegramma, á excepção, contudo, de caso de força maior.

Art. 104. Os telegrammas devem ser escriptos a tinta, em linguagem ordinaria e intelligivel, sem abreviação alguma, datados e assignados.

Os que forem dados de viva voz não serão transmittidos.

Art. 105. Todos os telegrammas recebidos e transmittidos serão transcritos integralmente em um livro de registro, com menção da hora do principio e do fim da transmissão e da taxa cobrada.

Um recibo desta taxa será entregue ao expeditor do telegramma.

Art. 106. A minuta do telegramma será numerada e em uma das margens se marcará a hora da entrega no escriptorio de transmissão e a hora da chegada ao destino ou á agencia do Correio.

Estas minutas serão archivadas.

Art. 107. Os telegrammas serão transmittidos por ordem de numeração, salvo os casos de preferencia de que trata o art. 109.

Todavia, os telegrammas de mais de 100 palavras poderão ser recusados ou demorados para cederem a prioridade a outros mais breves, posto que entregues posteriormente.

Art. 108. Os agentes da companhia deverão guardar fielmente o segredo dos telegrammas.

Art. 109. Os telegrammas serão expedidos na ordem seguinte:

Em primeiro lugar os que se referirem ao serviço da companhia, nos casos urgentes em que qualquer demora poderia comprometter a segurança dos trens;

Em segundo lugar, os do Governo Federal;

Em terceiro lugar, os do Governo do Paraná;

Em quarto lugar, os do serviço ordinario da companhia;

Em quinto lugar, os do serviço das autoridades;

Em sexto lugar, os dos particulares.

Art. 110. Por infracção de qualquer das disposições acima, relativas ao serviço do telegrapho electrico, serão os empregados da companhia demittidos ou sujeitos á multa de 30\$ a 50\$, conforme a gravidade do caso.

Directoria Geral de Viacção, 14 de março de 1895. — *J. M. Machado de Assis.*

# ESTRADA DE

## Bases das

| 1ª zona 0 a 99 kilometros<br>2ª > 100 a 199 ><br>3ª > 200 a 299 ><br>4ª > 300 a > |                  | Viajantes        |                 |                 |                 | Bazareiros<br>e encomendas | Objetos de grande<br>volume e pouco peso.<br>Objetos de cabido | Importações,<br>Aguardente, espíritos,<br>fumo, calçado,<br>chaparia, etc. | Herba matte beneficiada | Herba matte em rama | Aguardente nacional,<br>cachaça, café, kerosene,<br>couteiro, sabão | Ferragens, machinas<br>diversas | Carne seca, farinha,<br>pão, peixe | Cereais, vinho or<br>sal | Passaros    | Cabo         | 10 A<br>Cabeça | Cav.  |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------------|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|-------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|--------------------------|-------------|--------------|----------------|-------|
|                                                                                   |                  | BILHETES SIMPLES |                 | IDA E VOLTÁ     |                 |                            |                                                                |                                                                            |                         |                     |                                                                     |                                 |                                    |                          |             |              |                |       |
|                                                                                   |                  | 1ª classe        | 2ª classe       | 1ª classe       | 2ª classe       |                            |                                                                |                                                                            |                         |                     |                                                                     |                                 |                                    |                          |             |              |                |       |
| Numeros das tarifas.                                                              | Distancias legas | 1<br>Viajante    | 1 A<br>Viajante | 1 B<br>Viajante | 1 C<br>Viajante | 2<br>Tonel.                | 3<br>Tonel.                                                    | 4<br>Tonel.                                                                | 1 A<br>Tonel.           | 1 B<br>Tonel.       | 5<br>Tonel.                                                         | 6<br>Tonel.                     | 7<br>Tonel.                        | 8<br>Tonel.              | 9<br>Tonel. | 10<br>Cabeça | 10 A<br>Cabeça | Cav.  |
| Unidade dos transportes.                                                          |                  | \$090            | \$050           | \$140           | \$0-0           |                            |                                                                | \$370                                                                      | \$293                   | \$250               | \$244                                                               | \$200                           | \$140                              | \$125                    |             |              |                |       |
| Taxa por kilometro.                                                               | 1ª zona          | \$085            | \$048           | \$130           | \$0-2           | \$850                      | \$650                                                          | \$300                                                                      | \$235                   | \$210               | \$224                                                               | \$162                           | \$110                              | \$100                    | \$337       | \$911        | \$903          | \$980 |
|                                                                                   | 2ª >             | \$080            | \$045           | \$120           | \$0-7           |                            |                                                                | \$254                                                                      | \$210                   | \$190               | \$210                                                               | \$155                           | \$100                              | \$100                    |             |              |                |       |
|                                                                                   | 3ª >             | \$075            | \$044           | \$112           | \$0-6           |                            |                                                                | \$242                                                                      | \$190                   | \$170               | \$182                                                               | \$133                           | \$92                               | \$98                     |             |              |                |       |

### OBSERVAÇÃO

Entre Morretes e Antonina e entre Morretes e Paranaguá fica estabelecida a mesma distancia de applicação, que será de 29 kilometros.

## TARIFA MOVEL

Consideradas as bases acima como normaes a 20 fica concedido o seguinte aumento variavel com o cambio:

|                                       |                            |
|---------------------------------------|----------------------------|
| De 5 % por dinheiro de depressão..... | para as classes 3, 4, 4 A. |
| De 4 % " " " " .....                  | " a classe 4 B.            |
| De 3 % " " " " .....                  | " as classes 5 e 6.        |

Directoria Geral de Vição, 14 de março de 1895. — J. M. Machado de Assis.

# ESTRADA DE FERRO DO PARANÁ

## Bases das tarifas

| 1a zona 0 a 99 kilometros                     |  | Viajantes                                               |                                  |                                  |                                  | Bacarens e encomendas | Objetos de grande volume e pouco peso. Objetos de cunhado | Importação. Aguardente, espíritos, fumo, calado, chaparia, etc. | Herva mate beneficiada           | Herva mate em rama               | Aguardente nacional, cachaça, cachaça, cachaça, cachaça | Ferragens, machinas diversas     | Carne seca, farinha, pão, peixe  | Cereais, vinho nacional, sal     | Passaros e pequenos animais | Gado pequeno, menos de 25 cabeças | Gado pequeno, 25 cabeças e mais | Gado grande, cavallos e mulas | Carroças de 2 rodas | Carroças de 4 rodas | Carros e vagões da estrada de ferro, rebocados | Locomotivas e tenders rebocados | Madeira, ferragens, cimento, pedras de cantaria, canna de assucar | Materiaes de construção do paiz, carvão mineral, coke, estrume, etc. |
|-----------------------------------------------|--|---------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------|------------------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| 2a » 100 a 199 »                              |  | BILHETES SIMPLES                                        |                                  | IDA E VOLTA                      |                                  |                       |                                                           |                                                                 |                                  |                                  |                                                         |                                  |                                  |                                  |                             |                                   |                                 |                               |                     |                     |                                                |                                 |                                                                   |                                                                      |
| 3a » 200 a 299 »                              |  | 1a classe                                               | 2a classe                        | 1a classe                        | 2a classe                        |                       |                                                           |                                                                 |                                  |                                  |                                                         |                                  |                                  |                                  |                             |                                   |                                 |                               |                     |                     |                                                |                                 |                                                                   |                                                                      |
| 4a » 300 a »                                  |  | 1                                                       | 1 A                              | 1 B                              | 1 C                              |                       |                                                           |                                                                 |                                  |                                  |                                                         |                                  |                                  |                                  |                             |                                   |                                 |                               |                     |                     |                                                |                                 |                                                                   |                                                                      |
| Numeros das tarifas. Unidade dos transportes. |  | 1 Viajante                                              | 1 A Viajante                     | 1 B Viajante                     | 1 C Viajante                     | 2 Tonel.              | 3 Tonel.                                                  | 4 Tonel.                                                        | 1 A Tonel.                       | 1 B Tonel.                       | 5 Tonel.                                                | 6 Tonel.                         | 7 Tonel.                         | 8 Tonel.                         | 9 Tonel.                    | 10 Cabeça                         | 10 A Cabeça                     | 11 Cabeça                     | 12 Peça             | 13 Peça             | 14 Vehiculo                                    | 15 Locomotiva e tender          | 16 Tonel.                                                         | 17 Tonel.                                                            |
| Taxa por kilometro.                           |  | 1a zona \$090<br>2a » \$085<br>3a » \$080<br>4a » \$075 | \$050<br>\$048<br>\$046<br>\$044 | \$140<br>\$130<br>\$120<br>\$112 | \$050<br>\$072<br>\$070<br>\$066 | \$850                 | \$450                                                     | \$370<br>\$300<br>\$253<br>\$242                                | \$203<br>\$235<br>\$210<br>\$190 | \$250<br>\$210<br>\$190<br>\$170 | \$235<br>\$224<br>\$210<br>\$182                        | \$200<br>\$162<br>\$145<br>\$133 | \$140<br>\$110<br>\$100<br>\$092 | \$125<br>\$100<br>\$090<br>\$088 | \$387                       | \$011                             | \$000                           | \$080                         | \$144               | \$216               | \$117                                          | \$793                           | \$057                                                             | \$013                                                                |
| Distancias egres                              |  |                                                         |                                  |                                  |                                  |                       |                                                           |                                                                 |                                  |                                  |                                                         |                                  |                                  |                                  |                             |                                   |                                 |                               |                     |                     |                                                |                                 |                                                                   |                                                                      |

## OBSERVAÇÃO

Entre Morretes e Antonina e entre Morretes e Paranaguá fica estabelecida a mesma distancia de applicação, que será de 99 kilometros.

## TARIFA MOVEI

Consideradas as bases acima como normaes a 20 fica concedido o seguinte augmento variavel com o cambio:

De 5 % por dinheiro de depressão..... para as classes 3, 4, 4 A.  
De 4 % » » » » ..... » a classe 4 B.  
De 3 % » » » » ..... » as classes 5 e 6.

Directoria Geral de Viação, 14 de março de 1895. — J. M. Machado de Assis.



## DECRETO N. 1992 — DE 14 DE MARÇO DE 1895

Eleva á categoria de regimento de cavallaria, com quatro esquadões, o 2º esquadão avulso da Guarda Nacional do municipio de Bezerros, no Estado de Pernambuco.

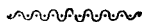
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica elevado á categoria de regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 26º, o 2º esquadão avulso da Guarda Nacional do municipio de Bezerros, no Estado de Pernambuco, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos do referido municipio ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1993 — DE 21 DE MARÇO DE 1895

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca do Rio das Velhas, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º O commandante superior da Guarda Nacional da comarca do Rio das Velhas, no Estado de Minas Geraes, se comporá do actual 17º batalhão de infantaria do serviço activo, reduzido a quatro companhias, de mais dous batalhões do mesmo serviço, ora creados, com igual numero de companhias cada um e as designações de 237º e 238º, e da 5ª secção da reserva, elevada á categoria de batalhão, tambem com quatro companhias e sob a designação de 130º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1994 — DE 25 DE MARÇO DE 1895

Da nova organização da Guarda Nacional da comarca da Capital do Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Capital do Estado de Minas Geraes se comporá dos actuaes 1.º, 2.º e 3.º batalhões de infantaria do serviço activo, 1.º e 2.º do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, 1.º corpo de cavallaria, sob a denominação de regimento e com igual numero de esquadões, e de um batalhão de artilharia de posição, ora creado, com quatro baterias e a designação de 3.º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nas freguezias da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de março de 1895, 7.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1995 — DE 25 DE MARÇO DE 1895

Criação de um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Pirajú, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Pirajú, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 21.º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de março de 1895, 7.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 1996 — DE 27 DE MARÇO DE 1895

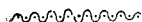
Approva a planta e orçamento para as obras de augmento da estação do Entroncamento da E. F. da Parahyba a Cabedello, da Companhia Estrada de Ferro Conde d'Eu.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requeru a Companhia Estrada do Ferro Conde d'Eu, resolve approvar a planta e o orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas para as obras de augmento da estação do Entroncamento da E. F. Parahyba a Cabedello, sendo a despesa levada á conta do custeio da mesma estrada.

Capital Federal, 27 de março de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



Sr. Presidente da Republica—Pelo decreto legislativo n. 149 A de 20 de julho de 1893 foi o Governo autorisado a crear uma Alfandega na Capital do Estado de S. Paulo e outra na cidade de Juiz de Fora no de Minas Geraes, aproveitando na organização do respectivo pessoal os empregados addidos ás repartições de Fazenda. Ficou, porém, o provimento dos empregos dependentes da entrega, pelos Governos dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes, de edificios com a precisa capacidade, mobilia, machinismos e utensilios necessarios á installação do serviço aduaneiro e da inclusão no orçamento da União da importancia indispensavel para occorrer ás despesas com os vencimentos desse pessoal.

Entretanto, o Poder Executivo pelo decreto n. 1748 de 3 de julho de 1894 marcou provisoriamente o numero, classe e vencimentos dos empregados dessas Alfandegas, e pelo de n. 1747 da mesma data abriu o credito que reclamavam as novas despesas, aliás baseado na authorisação para tal fim concedida pelo art. 15, n. 1, da lei n. 191 B de 30 de setembro de 1893. Em seguida, e sem embargo das restricções impostas pelo decreto de 20 de julho, fez-se a nomeação do pessoal sem attenção á preferencia dos empregados extinctos, recommendada já pelo art. 91 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro do 1892, como pelo art. 8º da citada lei de 30 de setembro de 1893, sendo, ao contrario, com prejuizo delles e dos cofres publicos, nomeados na quasi totalidade individuos inteiramente extranhos ao quadro de Fazenda e sem as habilitações exigidas em concurso pelos regulamentos em vigor.

O proprio Governo fazendo essas nomeações reconheceu a demasiada antecipação dellas, tanto assim que, pela circular n. 32 de 14 de agosto do anno passado, determinou que os novos empregados ficassem addidos ás repartições de Fazenda dos Estados onde se achavam por occasião de serem nomeados, até á installação das referidas Alfandegas.

Foi, considerando na inoportunidade dessas nomeações, que em 26 de dezembro findo expedi as circulares ns. 51 e 52, mandando pela primeira cessar o exercicio e suspender o abono dos vencimentos aos empregados nomeados para as ditas Alfandegas que anteriormente não pertenciam ao quadro de Fazenda, e pela segunda abonar aos que delle faziam parte o ordenado e a gratificação de seus logares anteriores.

Accresce ao que acima fica exposto a circumstancia de que, si o Estado de S. Paulo já offereceu edificio, faltando apenas os machinismos e poderá ser a Alfandega alli installada dentro de curto prazo, o mesmo não se dá com a de Juiz de Fôra que só poderá ter edificio em fins do anno de 1896, conforme declara o Sr. director das Rendas Publicas do Thesouro no relatorio que apresentou-me em 28 de janeiro proximo passado.

Aguardando-me para mais tarde solicitar-vos as modificações que reclama o pessoal nomeado para a Alfandega de S. Paulo, offereço á vossa approvação os inclusos decretos declarando sem effeito as nomeações realizadas para a de Juiz de Fôra, e equiparando aos extinctos os empregados que antes dessas nomeações já pertenciam ás repartições de Fazenda.

Capital Federal, 28 de março de 1895. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

#### DECRETO N. 1997 — DE 28 DE MARÇO DE 1895

Equipara aos extinctos os empregados da Alfandega de Juiz de Fôra, cujas nomeações são nesta data annulladas e que anteriormente pertenciam ao quadro de Fazenda.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Os empregados da Alfandega de Juiz de Fôra, cujas nomeações são nesta data annulladas, e que anteriormente pertenciam ao quadro dos empregados deste Ministerio, ficam equiparados aos extinctos para todos os effeitos, percebendo os vencimentos de seus logares anteriores.

Capital Federal, 28 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 1998 — DE 28 DE MARÇO DE 1895

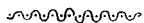
Transfere á Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul a concentração constante do decreto n. 9244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem o coronel João Pedro Caminha, cessionario, pelo decreto n. 1620, de 26 de dezembro de 1893, da concessão feita a Eduardo Pellew Wilson pelo decreto n. 5244, de 13 de julho de 1884, para a exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia, resolve transferir a mesma concessão á Empresa Industrial e Constructora do Rio Grande do Sul.

Capital Federal, 28 de março de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 1999 — DE 2 DE ABRIL DE 1895

Autorisa a novação dos contractos da *S. Paulo Railway Company Limited*.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, Limited*, resolve, nos termos do decreto legislativo n. 126, de 18 de novembro de 1892, autorisar a novação dos seus contractos, observadas as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 2 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1999  
desta data**

**I**

A *S. Paulo Railway Company, Limited* obriga-se a construir dentro do prazo de quatro annos, a contar da data do contracto que fizer em virtude deste decreto, a sua segunda linha em dupli-

cação da actual e com a mesma bitola prevista na clausula 28<sup>a</sup> das que acompanharam o decreto n. 1750 do 26 de abril de 1856. Esse prazo poderá ser prorogado, si for necessário, a juizo do Governo.

## II

A nova linha poderá ser em parte ou no todo singela ou dupla, podendo igualmente desviar-se da actual em alguns pontos a fim de melhorar as suas condições technicas (como evitar o tunnel entre as estações de Belém e Campo Limpo, ou modificá-lo de maneira a permittir o livre transito dos mais altos vagões communmente usados nas estradas da mesma bitola que a sua). Na serra a nova linha será de preferencia do systema ordinario ou de simples adherencia, podendo entretanto ser empregado qual-quer systema especial de tracção que a experiencia e o interesse publico aconselhar para grande capacidade de transporte, no caso de impossibilidade reconhecida pelo Governo de um tracção economicamente exequivel pelo systema ordinario, ficando a companhia autorisada para isso a fazer as explorações e estudos necessarios.

A importancia desses estudos será levada á conta de capital da companhia.

## III

A companhia obriga-se igualmente a construir no mesmo prazo na Capital de S. Paulo uma nova estação de passageiros com amplas accomodações para todos os serviços e passageiros, bagagens e encomendas, plataformas independentes para chegada e partida dos trens, bem como obriga-se a permittir, mediante justo accordo, o accesso dos trens de passageiros da Estrada de Ferro Central do Brazil, quando uniformisada a bitola desta com a sua, á nova estação de passageiros, de modo a se poder reunir em uma só estação o principal movimento de passageiros da cidade de S. Paulo.

## IV

A companhia obriga-se tambem a completar a installação de suas estações de carga em S. Paulo e Santos e a fazer na estação de passageiros da cidade de Santos os augmentos e melhoramentos exigidos em serviço desta natureza de accordo com a importancia e movimento de passageiros e bem assim a construir estações definitivas e armazens de alvenaria em todas as estações de sua linha, segundo typos adequados á importancia das localidades.

## V

As plantas, perfis e orçamento serão apresentados ao Governo para a sua approvação com a possível brevidade, não excedendo a 12 mezes da data do contracto que se fizer em virtude deste decreto. As plantas serão approvadas dentro de 60 dias depois de apresentadas; sendo *ipso facto* consideradas por approvadas excedido esse prazo, sem que o Governo sobre ellas se manifeste.

## VI

Para todas as linhas ferreas da *S. Paulo Railway Company, Limited*, a zona privilegiada será a que consta da clausula 2.<sup>a</sup> do decreto n. 1759 de 26 de abril de 1856, tendo por base de sua fixação o traçado da linha actual, ficando bem entendido que a zona privilegiada não comprehende a cidade e o porto de Santos e que des-es pontos podem partir outras estradas de ferro des-le que não percorram a zona da *S. Paulo Railway* na mesma direcção de sua linha actual.

Estas linhas, em direcções differentes, poderão cruzar a zona da *S. Paulo Railway* constante que, dentro da zona desta, não deixem nem recebam cargas e passageiros de que percebam fretes.

## VII

O custo das novas linhas, armazens, estações e dependencias, comprehendidos os estudos, locomotivas, material fixo e rodante, machinismos e todos os melhoramentos a realizar pela companhia para a execução deste contracto, será depois devidamente verificado pelo Governo, levado á conta do capital da construcção para o fim da applicação da clausula 34.<sup>a</sup> das que acompanharam o decreto n. 1759 de 26 de abril de 1856.

§ 1.<sup>o</sup> A' conta desse capital será tambem levado o custo dos melhoramentos (armazens, guindastes a vapor,apparelhos de luz electrica, vagões, locomotivas, etc.) realizados do 1.<sup>o</sup> de janeiro de 1892 á presente data.

§ 2.<sup>o</sup> Tambem será levada á conta do capital toda e qualquer quantia que de futuro seja realmente gasta em melhorar, prolongar, ramificar as linhas da companhia ou augmentar o seu material e dependencias.

## VIII

Os lucros distribuidos entre os accionistas, quer a titulo de bonus, quer sob a forma de acções b neficiarias ou sob qualquer outra forma, serão considerados conjunctamente com os lucros pagos em dinheiro como dividendo.

Paragrapho unico. Os juros do capital realizado serão levados à conta do capital da companhia durante o tempo em que forem executadas as construcções das novas linhas.

A taxa desses juros será de cinco por cento (5 %) ao anno, sendo de juros simples contados semestralmente sobre o capital effectivamente empregado.

## IX

A *S. Paulo Railway Company, Limited*, continuará sob a fiscalização immediata do Governo Federal, quer sob o ponto de vista da segurança e policiamento de suas linhas, quer sob o ponto de vista das despesas feitas com as novas construcções e melhoramentos para a applicação da clausula 34ª do decreto n. 1759 de 26 de abril de 1856, a qual continúa em inteiro vigor.

## X

Dado o caso das actuaes tarifas não satisfazerem o previsto no § 2º do art. 34, combinado com o art. 18 e ultimo paragrapho do art. 19 do citado decreto n. 1759 de 26 de abril de 1856, a companhia proporá ao Governo as modificações necessarias de suas tarifas.

Si no prazo de 60 dias, contados da apresentação da proposta, o Governo não se tiver manifestado approvando-a ou modificando-a, a companhia poderá mandar executar-a avisando o publico com antecedencia de 15 dias por annuncios publicados na imprensa.

## XI

O prazo a que se refere o n. 1 da clausula 36ª do decreto n. 1759 de 26 de abril de 1856, fica prorogado por mais 30 annos, isto é, até ao anno de 1927.

## XII

A companhia compromette-se com toda a possível brevidade a estabelecer o serviço nocturno dos trens de cargas e a tomar todas as demais medidas ao seu alcance para solver a actual crise de transportes, activando as obras a realizar e augmentando o seu material rodante.

## XIII

Depois de concluidas as novas linhas ferreas a companhia assumirá a responsabilidade de effectuar nellas os transportes com presteza como determina o seu regulamento de tarifas em vigor e dentro dos prazos fixados nos regulamentos que o Governo expedir sobre a materia como medida geral para as estradas de ferro, resalvados os casos de força maior.



XIV

A companhia obriga-se a entrar para o Thesouro Federal com a quantia de quinze contos de réis (15:000\$) annuaes, pagos por semestre, para as despesas de sua fiscalisação.

Essas quantias serão levadas á conta do seu custeio depois de construidas as novas linhas e repartidamente metade á conta do capital e outra metade á conta do custeio durante a construção.

XV

Ficam em inteiro vigor todas as clausulas dos contractos entre a companhia e o Governo que não forem alteradas por este decreto.

XVI

Dentro de tres mezes da data deste decreto a companhia assignará o respectivo contracto, sob pena de caducidade.

XVII

Si a companhia dentro do prazo de tres mezes da data do contracto declarar ao Governo Federal que não pôde dar-lhe execução, ficará elle, *ipso facto*, de nenhum effeito, sem que dahi advenha responsabilidade para a companhia.

Capital Federal, 2 de abril de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2000 — DE 2 DE ABRIL DE 1895

Concede a Richard J. Reidy autorisação para estabelecer comunicação telegraphica, por meio de um cabo sub-fluvial, entre as Capitães dos Estados do Pará e Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, tendo em vista a proposta de Richard J. Reidy, apresentada em concurrencia publica de accordo com o edital da Directoria Geral das Obras Publicas, da respectiva Secretaria de Estado, com data de 22 de janeiro ultimo, conceder ao referido concorrente autorisação para estabelecer comunicação telegraphica, por meio de um cabo sub-fluvial, entre as Capitães dos Estados do Pará e Amazonas, observadas as clausulas que com esta baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 2 de abril de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2000 desta data**

I

O concessionario Richard J. Reidy, ou a empresa que organizar, obriga-se a estabelecer communicação telegraphica, por meio de um cabo sub-fluvial, entre as Capitães dos Estados do Pará e Amazonas, com ramificações para Pinheiro, Mosqueiro, Soure, Cametá, Breves, Gurupá, Chaves, Macapá, Alenquer, Monte Alegre, Santarém e Obidos, no Estado do Pará, e Parintins e Itacoatiara, no do Amazonas.

II

O prazo para a conclusão e funcionamento da linha principal entre as capitães dos dous Estados não será maior de 12 mezes, a partir da data da assignatura do contracto.

III

Para o funcionamento das linhas ramaes, de que trata a clausula primeira, o prazo maximo, nas mesmas condições de contagem, será de 18 mezes.

IV

Para execução desse serviço, fica estabelecido o privilegio pelo prazo de 30 annos, durante o qual não poderá ser concedida authorisação alguma para o estabelecimento de outras linhas telegraphicas sub-fluviaes, na zona comprehendida entre as capitães dos dous Estados.

V

Fica resalvado á União e aos Estados o direito de estabelecer na mesma zona as linhas terrestres que julgarem convenientes, ficando ainda aos particulares o direito de transmittir seus despachos pela via que preferirem.

VI

Findo o prazo do privilegio (30 annos), reverterão á União todo o material, edificações, terrenos, etc. empregados no serviço, com cessação de delegações das attribuições para a exploração que forem cedidas pelo contracto.

VII

O concessionario, ou a companhia que organizar, compromette-se a dar preferencia na transmissão aos telegrammas officiaes e da imprensa, todos os quaes terão o abatimento de cincoenta por cento (50 %) em relação à tarifa ordinaria adoptada.

VIII

A tarifa, para cuja organização se tomará por base a distancia kilometrica, será submettida á approvação do Governo Federal, sendo vedada qualquer modificação sem sua acquiescencia.

IX

O concessionario, ou a companhia que organizar, ficará sujeito, para o trafego dos telegrammas interiores ou exteriores, aos mesmos preceitos que regem o serviço executado pela Repartição Geral dos Telegraphos.

X

Em qualquer tempo, depois dos dez primeiros annos, contados do dia em que começarem a funcionar as linhas em toda a sua extensão, e até que termine o privilegio, poderá o Governo Federal resgatar-as, bem como as respectivas estações e dependencias.

O preço do resgate será fixado por arbitros, que devem ter em consideração não só a importancia das obras no estado em que se acharem, sem attender ao seu custo original, mas tambem o valor médio do producto liquido das linhas nos cinco ultimos annos.

Em todo o caso, não será o preço do resgate inferior ao capital despendido effectivamente pela companhia para assentar e fazer funcionar os cabos telegraphicos.

XI

Obriga-se o concessionario a aproveitar, no serviço a que se propõe, pessoal nacional, pelo menos na percentagem de cincoenta por cento, e com vencimentos pagos na mesma moeda que os empregados estrangeiros.

XII

Obriga-se o concessionario a entregar ás linhas brasileiras em Pinheiro ou Belém todos os telegrammas provenientes das estações do que trata a clausula primeira e das que mais tarde forem inauguradas na zona privilegiada, desde que não tragam expressa indicação de via.

## XIII

Para coadjuvar a execução desse serviço, fica o Governo Federal obrigado a uma subvenção annual de 17.125 libras sterlingas durante os primeiros 20 annos da concessão.

## XIV

Dado o caso de interrupção em uma ou mais secções por mais de dous mezes, salvo caso de força maior devidamente justificada, terá o Governo Federal a faculdade de, mediante notificação prévia, deluzir da subvenção a quota correspondente á secção interrompida, proporcionalmente á sua extensão, até o restabelecimento das communicações.

## XV

A subvenção annual de 17.125 libras será paga por trimestres vencidos, mediante attestado do engenheiro-chefe do districto do Pará sobre integral ou parcial funcionamento das linhas, e entrará no balanço de liquidação de contas entre a administração da Empresa e a Repartição Geral dos Telegraphos.

## XVI

Gosará o concessionario, ou a Empresa que organizar, de isenção de direitos de Alfândega e de quaesquer outros provenientes da exploração, para todo o material, inclusive navios destinados a assentamento e reparos dos cabos.

## XVII

O concessionario poderá estabelecer linhas aereas ou subterraneas que liguem os cabos ás estações telegraphicas.

## XVIII

Ao concessionario serão outorgados todos os demais favores concedidos ás companhias ou empresas similares no Brazil.

## XIX

Durante o prazo do privilegio, poderá o concessionario entrar em accôrdo com os Governos Estaduaes a respeito do estabelecimento de novas ramificações dos seus cabos.

## XX

O Governo Federal compromette-se a empenhar esforços junto aos Governos Estaduaes, para fazer ao cessionario cessão de terrenos devolutos e desapropriação de outros, durante o prazo do privilegio, para o estabelecimento das estações, amarração e casas de cabo, observada, quanto á desapropriação, a legislação estadual em vigor.

## XXI

Dentro do prazo de seis mezes, a contar da inauguração de todo o serviço contractado, será entregue ao Governo Federal uma planta demonstrativa da locação dos cabos, acompanhada de todas as indicações que forem colhidas sobre o regimen das aguas do Amazonas e seus tributarios.

## XXII

As interrupções dos cabos ou quaesquer outras modificações nas condições do seu funcionamento normal, devem ser communicadas, dentro de 24 horas, ao engenheiro-chefe do districto do Pará, que deverá immediatamente leval-as ao conhecimento da Directoria Geral dos Telegraphos.

## XXIII

Quaesquer subvenções ou favores concedidos pelos Governos dos Estados do Pará e Amazonas, em relação aos serviços contractados, seja à empresa, seja ao pessoal nella empregado, se tornarão effectivos sem prejuizo da subvenção contractual e de outros favores em virtude do acto do Governo Federal.

## XXIV

Obriga-se o concessionario a ter na Capital Federal ou na do Estado do Pará, a sua escolha, um representante com plenos poderes para tratar e resolver todas as questões de ordem administrativa e as relativas ao cumprimento das obrigações do contracto.

## XXV

Quaesquer duvidas suscitadas sobre a intelligencia das clausulas do contracto serão julgadas e decididas, quando não o puderem ser pelos tramites administrativos, pelos tribunaes do paiz, de accordo com a sua legislação, e segundo a qual serão ainda resolvidas as questões entre a Empresa e um particular qualquer domiciliado no Brazil.

## XXVI

O contracto, que se houver de celebrar em virtude da concessão, será assignado, nesta Secretaria de Estado, dentro do prazo de trinta dias, contados desta data, revertendo, em caso contrario, para os cofres publicos a importancia de 5:000\$ que o concessionario depositou no Thesouro Federal, nos termos da clausula 26<sup>a</sup> do Edital de 22 de janeiro ultimo.

## XXVII

O concessionario depositará, antes da assignatura do contracto, a somma de cinquenta contos de réis (50:000\$), em moeda corrente ou em apolices da divida publica, como garantia da execução do mesmo.

## XXVIII

O deposito para fiança da assignatura do contracto abrangerá o deposito anterior e será levantado depois do funcionamento regular de todos os cabos, quer o principal, quer dos ramaes.

## XXIX

Para pagamento das despesas de fiscalisação, concorrerá o concessionario, ou a Empresa que organizar, com a quota annual de quatro contos de réis (4:000\$), entregues, por semestres alliantados, na Thesouraria da Repartição Geral dos Telegraphos.

Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, 2 de abril de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2001 — DE 8 DE ABRIL DE 1895

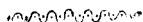
Approva a revisão dos estudos da Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, desde a estação de D. America até á do Mimosa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, cessionaria da Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, resolve approvar a revisão dos estudos desta estrada desde a estação de D. America, no kilometro 11.690, até á estação do Mimosa, no kilometro 37.593, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 8 de abril de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2002 — DE 8 DE ABRIL DE 1895

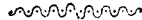
Concede ao *British Bank of South America, Limited* autorização para sub-estabelecer uma caixa filial na cidade de S. Salvador, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o *British Bank of South America, Limited*, resolve conceder-lhe permissão para estabelecer uma caixa filial na cidade de S. Salvador, Estado da Bahia, observadas as condições impostas ás caixas filiaes de bancos pelas disposições em vigor.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.  
Capital Federal, 8 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2003 — DE 15 DE ABRIL DE 1895

Extingue o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Antimary, no Estado do Amazonas.

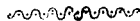
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representou o Governador do Estado do Amazonas e por ter sido supprimida a comarca de Antimary, no mesmo Estado, resolve decretar:

Artigo unico. Fica extinto o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Antimary, no Estado do Amazonas, passando a respectiva força a pertencer á da Labrea; revogado o decreto n. 1761, de 25 de julho de 1894, que creou o referido commando superior.

Capital Federal, 15 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2004 — DE 15 DE ABRIL DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, o qual se comporá de quatro companhias e terá a designação de 239º, organisado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de abril de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2005 — DE 15 DE ABRIL DE 1895

Determina que os vapores da linha costeira subvencionada de Santa Catharina façam mensalmente tres viagens aos portos do norte e sul daquelle Estado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação constante do art. 6º, § 4º, n. 6 da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, determina que se celebre contracto com a Companhia Lloyd Brasileiro, affirmo de que os vapores da linha costeira de Santa Catharina façam mensalmente tres viagens aos portos do norte e sul daquelle Estado, sem augmento de subvênção.

Capital Federal, 15 de abril de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*





## DECRETO N. 2006 — DE 18 DE ABRIL DE 1895

Publica a adesão da Republica de Nicaragua á Convenção Postal Universal concluida em Vienna.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publico que o Governo da Republica de Nicaragua adheriu á Convenção Postal concluida em Vienna a 4 de julho de 1891, e a poz em execução, segundo consta da nota do Governo Federal da Suissa de 8 de março do corrente anno ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 18 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

TRADUÇÃO — Berna, 8 de março de 1895.

Senhor Ministro — Temos a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 22 de janeiro de 1895, o Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica de Nicaragua informou-nos da adhesão de seu Governo á Convenção Postal Universal concluida em Vienna a 4 de julho de 1891.

Apressamo-nos, conseguintemente, a notificar essa adhesão a V. Ex., de conformidade com o art. 24 da mesma convenção, e em tornar saliente que a Republica de Nicaragua já a poz em execução.

Aproveitamos esta occasião para reiterar-vos, Sr. Ministro, as seguranças de nossa alta consideração.

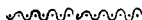
Em nome do Conselho Federal Suisso,

O Presidente da Confederação — *Kemp*

O Chanceller da Confederação — *Ruigier*.

A S. Ex. o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Estados Unidos do Brazil.

Rio de Janeiro.



## DECRETO N. 2007 — DE 18 DE ABRIL DE 1895

Concede autorização á *Sociedade Anonyma Compagnie des Produits Cibiis* para funcionar no Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *Sociedade Anonyma Compagnie des Produits Cibiis* devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar no Brazil, podendo estabelecer agencias nos Estados da União, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, e ficando a mesma Sociedade Anonyma obrigada ao cumprimento do que dispõe o art. 1º, § 2º, ns. 2º e 3º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 18 do abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olympio dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2007 desta data**

I

A Sociedade *Anonyma Compagnie des Produits Cibiis* é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção dos seus tribunaes judiciais ou administrativos sem que em tempo algum possa a referida sociedade anonyma reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, como recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorização.

III

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer em seus estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcionar no Brazil si infringir esta clausula.

## IV

A infracção da 1.<sup>a</sup> clausula será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$900.

Capital Federal, 18 de abril de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da Praça do Rio de Janeiro:

Certifico que me foi apresentado um exemplar do annexo do *Moniteur Belge*, de 14 de fevereiro de 1895, no qual achavam-se os estatutos da sociedade anonyma *Compagnie des Produits Cibils à Anvers* (Companhia dos Productos Cibils em Antuerpia), escriptos em francez, os quaes a pedido da parte traduzi litteralmente para o idioma nacional e dizem o seguinte a saber:

TRADUÇÃO — Sociedade Anonyma *Compagnie des Produits Cibils à Anvers* (Companhia dos Productos Cibils em Antuerpia).

## ESTATUTOS

Perante Manoel Frederico Augusto Gheysens, notario em Antuerpia, compareceram :

- 1.º O Sr. Jaime Cibils Buxareo, industrial em Buenos-Aires, de passagem em Antuerpia ;
- 2.º O Sr. Jules Carlier, sem profissão, residente em Mons ;
- 3.º O Sr. Auguste Grisar, corretor, residente em Antuerpia ;
- 4.º O Sr. Alexis Mols, negociante, residente em Antuerpia ;
- 5.º O Sr. William Ford Schmoele, negociante, residente em Antuerpia ;
- 6.º O Sr. George Henroz Puissant, engenheiro, residente em Merbesle Chateau ;
- 7.º O Sr. Guillaume Rodriguez Larreta, commissario de mercadorias, residente em Pariz.

Os quaes comparecentes declararam constituir, pelo presente instrumento, a sociedade anonyma aqui em seguida mencionada cujos estatutos organisaram pela forma seguinte, a saber :

## TITULO I

## DENOMINAÇÃO, SÊDE, OBJECTO E DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 1.º Fica formada entre os comparecentes e quaesquer pessoas que se tornarem ulteriormente proprietarios das acções creadas em virtude destes estatutos, uma sociedade anonyma tendo por objecto a exploração da fazenda de Descalvados, provincia de Matto Grosso, no Brazil, consistindo esta exploração na criação, engorda, matança, a compra e a venda de gado, a fabricação dos productos Cibils, do extracto de carne, do caldo,

peptonas, carnes salgadas, seccas e conservadas, sebo, graxa, couros e tudo quanto diz respeito a esta industria, assim como a realisação desses productos por conta de terceiros.

A sociedade poderá augmentar esta fazenda, poderá adquirir ou fazer-se conceder ou retroceder terras immoveis, valorisal-as e exploral-as.

Póde permutar ou vender parte dos seus dominios ou bens immoveis.

Póde interessar-se por via de compra, venda, subscripção de titulos, entrada ou por outra fórma, em qualquer outra sociedade que tenha um fim similar ou que tenha por objecto valorisar certas partes da sua fazenda ou das fazendas denominadas vizinhas.

Póde estabelecer explorações agricolas ou industriaes, fazel-as fructificar e realisar os seus productos.

Póde explorar o sub-solo dessas fazendas, procurar minas, explorar os seus productos ou ceder a concessão desta exploração a quaesquer pessoas ou sociedade mediante pagamento, entrada, fóro ou parte de interesse.

A sociedade póde fazer fusão com sociedades anonymas que tenham, no todo ou em parte, um fim social similar.

Póde fazer todas as operações precedentes em participação com sociedades ou particulares.

Art. 2.º A sociedade é regida sob a denominação de *Compagnie des Produits Cíbils* (Companhia dos Productos Cibils), sociedade anonyma.

Art. 3.º A sêde da sociedade é estabelecida em Antuerpia.

A sociedade poderá estabelecer succursaes tanto no Reino como no estrangeiro.

Art. 4.º A duração da sociedade é fixada em 30 annos consecutivos que começarão a decorrer da data do presente.

Esta duração póde ser successivamente prorogada por decisão da assemblêa geral extraordinaria dos accionistas da sociedade deliberando como se declara no art. 51 seguinte.

Em qualquer época o conselho de administração póde propor e a assemblêa geral póde decidir a dissolução anticipada da sociedade.

A sociedade póde contrahir compromissos por uma duração mais longa do que o prazo social e principalmente crear obrigações cuja duração de amortisação exceda de 30 annos.

## TITULO II

### CAPITAL SOCIAL — ENTRADA

Art. 5.º O capital social é fixado em 3.500.000 (tres milhões e quinhentos mil francos) ou 1.236:025\$, moeda brasileira, ouro e representado por 14.000 acções de prioridade cada uma de 250 francos ou 88:250\$, moeda brasileira e amortisaveis por 500 francos, como aqui em seguida se declara no art. 57.

São além disso creadas 14.000 acções de dividendo, sem designação de valor.

Nunca poder-se-ha emittir outras acções de dividendo a não ser aquellas cuja criação é autorizada pelo presente artigo.

As acções de prioridade e as acções de dividendo dão respectivamente direito ás vantagens estipuladas nos presentes estatutos.

Art. 6.º A assembléa geral dos accionistas, deliberando como para modificações nos estatutos, pôde sempre augmentar ou reduzir o capital social.

Art. 7.º Para qualquer augmento de capital, o conselho de administração determina os direitos de preferencia, a forma e as condições da emissão.

Pôde principalmente, si o julgar opportuno, dar aos portadores das acções de dividendo um direito de preferencia para a subscripção das acções de prioridade novas.

O conselho de administração tem todos os poderes para decretar a emissão de obrigações.

Elle regularisa as condições da sua emissão ou cessão, a sua forma, o capital e a taxa de juros, assim como a duração e o modo da sua amortisação.

Pôde principalmente decretar emissões de obrigações amortisaveis em 50 annos.

Art. 9.º O Sr. Jayme Cibils Buxareo, comparecente sob o n. 1, declara pelo presente entrar para a sociedade anonyma ora constituída :

1.º Com a fazenda de Descalvados, situada no Brazil, na provincia de Matto Grosso, limitada a este pelo rio Paraguay, ao Sul pelo lago Oberaba, a Oeste pelo rio Gran-Curiche, fronteira da Bolivia e ao norte pelo rio Jarn, formando assim uma península de uma capacidade minima de 300 leguas quadradas, cada uma de cinco kilometros, com todas as installações, edificios, officinas, machinas, casa de morada, armazens, tudo no estado em que se acha nesta data, sem nada exceptuar nem reservar.

Nesta fazenda acha-se comprehendido um territorio de cerca de seis leguas quadradas situado no Estado da Bolivia, além e contra o rio Gran-Curiche.

2.º Com as marcas de fabrica Cibils e Cibils Descalvados e todos os privilegios e processos de fabricação que ellas possam comportar para os extractos de carne.

O Sr. Jayme Cibils Buxareo garante que a fazenda de Descalvados com que elle entra para a sociedade é sua propriedade exclusiva e que está livre e desembaraçada de quaesquer hypothecas e onus, o que justificará apresentando titulos e certificados em regra.

Elle garante tambem a capacidade dessa fazenda, nella farse-ha uma medição official depois do regresso do Sr. Cibils á propriedade, si for verificado que a capacidade é inferior a 300 leguas quadradas, cada uma de cinco kilometros ; o Sr. Cibils adquirira a differença á sua custa, por conta da sociedade ficando desde já o excedente das 300 leguas quadradas adquirido pela sociedade.

Em compensação desta entrada de capital, fica attribuido ao Sr. Jayme Cibils Buxareo, que aceita :

1.º 13.000 acções de prioridade da presente sociedade, completamente integralisadas.

2.º As 14.000 acções de dividendo creadas em virtude do art. 5º dos presentes estatutos.

Art. 10. O Sr. Jayme Cibils Buxareo, supra mencionado, dá opção durante um prazo de seis mezes a datar do presente, á sociedade anonyma actualmente constituída, de ceder-lhe :

A — 175.000 cabeças de gado, bois, touros, vacas e vitellas que se acham na fazenda de Descalvados, assim como os cavallos, mulas e porcos que ali se acham.

B — 80.000 kilogrammas de productos fabricados, entregues em Antuerpia.

A cessão desses animaes e productos fabricados será eventualmente ajustada ao Sr. Jayme Cibils Buxareo, mediante a entrega a fazer-se-lhe, si o caso se der, de sete mil obrigações, cada uma de quinhentos francos ou cento e setenta e seis mil e quinhentos réis, moeda do Brazil, do juro de quatro o meio por cento, da presente sociedade, amortisaveis em cincoenta annos.

Art. 11. As mil acções de prioridade que formam o saldo do capital social, são subscriptas como segue pelos comparecentes, a saber :

|                                                        |              |
|--------------------------------------------------------|--------------|
| 1.º O Sr. Cibils Buxareo, setecentos e oitenta acções. | 780          |
| 2.º O Sr. Carlier, cincoenta acções.....               | 50           |
| 3.º O Sr. Grisar, cincoenta acções.....                | 50           |
| 4.º O Sr. Mols, cincoenta acções.....                  | 50           |
| 5.º O Sr. Schmoele, cincoenta acções.....              | 50           |
| 6.º O Sr. Henroz-Puissant, dez acções.....             | 10           |
| 7.º O Sr. Larreta, dez acções.....                     | 10           |
| Total.....                                             | <u>1.000</u> |

(Mil acções).

Cada subscriptor realison neste acto, na presença de nós, notario e das testemunhas abaixo assignadas, o pagamento em dinheiro da totalidade da sua subscripção, isto é, duzentos e cincoenta francos por acção.

A importancia total desses pagamentos elevando-se a duzentos e cincoenta mil francos, foi entregue ao Sr. Henroz-Puissant para ser depositado na caixa social.

### TITULO III

#### ACÇÕES — ACCIONISTAS

Art. 12. No caso de augmento do capital social, o conselho de administração fará as chamadas de fundos sobre as acções novamente emitidas, segundo as necessidades da companhia e fixará as épocas de pagamento.

Qualquer accionista terá, todavia, o direito de integralisar anticipadamente todas ou parte das acções que subscrever, mediante uma bonificação de juros a quatro por cento ao anno que será prelevada sobre as despesas geraes.

Art. 13. Na falta de realisação das entradas sobre as acções nas épocas fixadas, o juro torna-se devido de pleno direito á taxa annual de seis por cento a partir do dia em que for exigivel, sobre as quantias chamadas e não satisfeitas.

Si o pagamento não for realisado dentro do mez em que for exigivel e oito dias depois de um simples aviso no *Moniteur Belge* e em um jornal de Antuerpia, o conselho de administração terá o direito de mandar proceder na Bolsa de Antuerpia, por intermedio de um corretor, á venda das acções em atrazo de pagamento por conta e risco dos accionistas em atrazo.

As acções que se achem nessas condições serão vendidas integralisadas e como titulos ao portador, os accionistas em atrazo deverão entrar com a differença entre o valor nominal dos titulos e o producto da venda com deducção das entradas realisadas.

Os certificados deixados em poder dos accionistas de que se trata não terão mais valor algum.

A faculdade de fazer vender estes titulos não constitue obstaculo para o emprego dos outros meios de direito.

Si a venda de que se trata deixar um resultado favoravel, este será entregue ao accionista em atrazo, si elle não for, por outra causa, devedor da sociedade, caso em que esta se pagará até á devida concorrência.

Art. 14. As acções de prioridade a emittir-se eventualmente são nominativas até á sua inteira integralisação.

Depois de integralisadas, poderão ser convertidas em acções ao portador.

Nenhuma cessão de acções nominativas poderá ter lugar sinão a pessoas aceitas pelo conselho de administração, sem que este tenha de apresentar os motivos de uma recusa eventual.

Art. 15. Serão entregues aos accionistas certificados dos quaes constem a inscripção das acções nominativas; estes certificados são assignados por dous administradores. Uma das assignaturas poderá ser apposta por meio de chancella.

Art. 16. As acções ao portador são destacadas de um talão, numeradas e munidas do sello da sociedade; são revestidas da assignatura do dous administradores, uma dessas assignaturas poderá ser opposta por meio de chancella.

Art. 17. A cessão da acção nominativa opera-se por uma declaração de transferencia inscripta no registro dos accionistas, datada e assignada pelo cedente e pelo cessionario ou pelos seus procuradores.

A cessão da acção ao portador realisa-se pela simples tradição do titulo.

Art. 18. Os accionistas não são passiveis sinão da perda da importancia das suas acções.

Art. 19. Os direitos e obrigações inherentes ás acções seguem o titulo em qualquer mão por que passe. A posse de uma acção

importa adesão aos estatutos sociaes e ás decisões da assembléa geral dos accionistas.

Art. 20. A sociedade não reconhece sinão um titular por acção.

Si houver diversos proprietarios de uma acção, a sociedade terá o direito de suspender o exercicio dos direitos á mesma inherentes, até que uma só pessoa seja designada como sendo em relação á mesma, proprietario da acção.

Art. 21. Os herdeiros ou credores de um accionista não poderão, sob pretexto algum, provocar a apposição de sellos sobre os bens ou valores da sociedade, nem fazer proceder a inventario ou balanço.

Deverão, para o exercicio dos seus direitos, reportar-se aos balanços sociaes e ás deliberações da assembléa geral.

## TITULO IV

### ADMINISTRAÇÃO E DIRECÇÃO

Art. 22. A sociedade é administrada por um conselho composto de tres administradores, pelo menos, e 11 no maximo.

Por decisão da assembléa geral póde ser concedida aos membros do conselho de administração uma indemnisação fixa fóra a porcentagem prevista no art. 57 destes estatutos.

Art. 23. Os administradores são nomeados e revogaveis pela assembléa geral dos accionistas.

No caso de vaga de um logar de administrador, os administradores restantes e os commissarios reunidos terão o direito de preencher provisoriamente o logar vago.

Neste caso a assembléa geral, por occasião da primeira reunião, procederá á eleição definitiva.

A nomeação da primeira junta de administradores será feita em uma assembléa geral especial que terá logar, sem outra convocação, logo depois da constituição da presente sociedade.

Art. 24. O primeiro conselho de administração é nomeado por um periodo a vencer-se na assembléa geral do mez de junho de 1899.

Para o periodo seguinte, um administrador será, cada anno, sujeito a reeleição.

A ordem da sahida será então regulada pela sorte.

Si o numero dos administradores for superior a seis, o seu turno será organizado de fôrma que, por uma ou mais sahidas por anno, o mandato de cada administrador seja limitado a seis annos.

Os administradores que sahirem são sempre reelegiveis.

Os mandatos cessarão no dia seguinte á assembléa geral ordinaria.

Art. 25. O conselho de administração elege, cada anno, um presidente o um vice-presidente entre os seus membros.



Art. 26. O conselho de administração se reúne por convocação do presidente ou de um administrador delegado, tantas vezes quantas o interesse da sociedade o exigir.

Elle deverá ser convocado quando dous administradores pelo menos o exigirem.

As reuniões do conselho poderão ter lugar em outra parte sem ser em Antuerpia, si a maioria dos accionistas o decidir.

Art. 27. O conselho não poderá deliberar validamente si não estiver presente a maioria de seus membros.

As resoluções são tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

No caso de igualdade de suffragios, o voto do presidente é preponderante.

Art. 28. As deliberações do conselho constarão de actas assignadas por todos os membros que assistirem às reuniões.

As cópias ou extractos dessas deliberações serão validamente passadas e assignadas pelo presidente do conselho.

Art. 29. O administrador que tiver um interesse opposto ao do da sociedade em uma operação sujeita ao conselho de administração é obrigado a disso prevenir o conselho e a fazer mencionar esta declaração na acta da sessão.

Elle não poderá tomar parte nesta deliberação.

Art. 30. O conselho de administração é investido dos poderes os mais amplos para a administração e a gestão dos negocios da sociedade nas condições do art. 1.<sup>o</sup> destes estatutos; elle pôde, principalmente, usar do direito de opção reservado à sociedade pelo art. 10 dos presentes estatutos.

Tudo quanto não é expressamente reservado à assembléa geral pelos estatutos ou pela lei, é da competencia do conselho de administração.

Especialmente, poderá fazer compras e vendas, mesmo de bens immoveis, hypothecar e affectar com garantia quaesquer bens moveis e immoveis, proceder ou defender em juizo, tratar, transigir, comprometter, renunciar a quaesquer privilegios, direitos de hypotheca e acção resolutoria, dar levantamento de quaesquer inscripções hypothecarias, de quaesquer sequestros, embargos e mandados e consentir na sua annullação inteira e definitiva, tanto antes como depois de pagamento.

Nomeia e revoga todos os agentes e empregados da sociedade, determina as suas attribuições e si houver lugar fixa os seus ordenados e as suas fianças.

A menção dos poderes que precedem não importa uma limitação dos poderes do conselho de administração; esto, ao contrario, poderá executar todos os actos em relação com o fim e as operações da sociedade, com excepção dos que são reservados à assembléa geral dos accionistas pela lei ou por estes estatutos.

Art. 31. O conselho de administração poderá nomear um ou mais directores, regulará as condições das suas obrigações e determinará as suas attribuições.

Art. 32. O conselho poderá confiar a um ou mais dos seus membros o titulo e os poderes de administrador delegado, poderá

tambem delegar os seus poderes para um fim determinado, por uma procuração especial autentica ou particular, conferida a um procurador, accionista ou não.

Art. 33. O administrador delegado ou o director é encarregado da gestão diaria dos negocios sociais e da execução das decisões da sociedade.

Assigna todos os titulos e escripturas de compras, vendas e quitação de moveis, quaesquer *reports* ou empréstimos, recibos de impostos, ou letras de cambio ou effeitos commerciaes, e correspondencia, as quitações e em geral todos os documentos e papéis relativos á gestão diaria.

Intenta as acções judiciaes e nellas apresenta defesa em nome da sociedade.

Art. 34. Todas as escripturas ou instrumentos que obriguem a sociedade, salvo os da gestão jornalheira ou diaria, serão assignados, no nome do conselho de administração, por dous administradores ou por um administrador e um director.

Esses dous signatarios terão simplesmente de declarar que agem como delegados do conselho de administração, sem terem de justificar a existencia desta delegação.

Art. 35. Os administradores não contrahem, em razão de suas funcções, obrigação alguma pessoal, não respondem sião pela execução do seu mandato.

Art. 36. Cada administrador deve affectar 50 acções de prioridade á garantia da sua gestão. Quando esta categoria de acções tiver sido amortisado á concorrência de metade, esta garantia poderá ser fornecida em acções de dividendo.

Esta caução não poderá ser restituída sião depois de quitação dada pela approvação do balanço do anno social durante o qual as funcções de administrador foram exercidas.

## TITULO V

### DOS COMMISSARIOS

Art. 37. A fiscalisação da sociedade é confiada a uma junta de commissarios composto de dous membros pelo menos e cinco no maximo.

Eles são nomeados e em todo caso revogaveis pela assemblea geral, que fixará os seus emolumentos. Os membros que sahirem são sempre reelegiveis.

Art. 38. A primeira junta de commissarios é nomeada por um prazo a expirar na assemblea geral ordinaria do mez de junho de 1889.

Para o periodo seguinte, um commissario é, cada anno, sujeito á reeleição.

Os §§ 3, 4, 5 e 6 do art. 24 supra são applicaveis aos commissarios.

Art. 39. Por derrogação do art. 37 supra, são pela primeira vez nomeados commissarios da sociedade os Srs. Georges Henroz Prussiant, já mencionado e George Schoenfeld, advogado residente em Saint Gailles.

Art. 40. Os commissarios tem um direito illimitado de fiscalisação e de inspecção sobre todas as operações da sociedade. Poderão tomar conhecimento, no proprio local, dos livros, da correspondencia, das actas e em geral de toda a escripturação da sociedade.

Ser-lhes-ha entregue em cada semestre um resumo do activo e do passivo da sociedade.

Os commissarios deverão submeter à assembléa geral dos accionistas o resultado da sua missão com as propostas que elles julgarem convenientes e dar-lhe a conhecer a fórma pela qual validaram os inventarios ou balanços.

Art. 41. Cada commissario deve affectar dez acções de prioridade à garantia do seu mandato.

Quando esta garantia de acções tiver sido amortisada até a concorrência do metado, esta garantia poderá ser fornecida em acções de dividendo.

Esta caução não pôde ser restituída sinão depois de desoneração dada pela approvação do balanço do anno social durante o qual as funcções de commissario foram preenchidas.

Art. 42. Os commissarios não assumem responsabilidade alguma por causa de suas funcções, não respondem sinão pela execução do seu mandato.

## TITULO VI

### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 43. A assembléa geral regularmente constituida representa a universalidade dos accionistas.

As suas decisões são obrigatorias para todos, mesmo para os ausentes e os dissidentes.

Art. 44. A assembléa geral compõe-se de todos os proprietarios de accões de prioridade e de dividendo.

Cada accção de prioridade ou de dividendo dá direito a um voto.

Nenhum poderá tomar parte na votação por um numero de accões que exceda a quinta parte do numero das accões emittidas ou as duas quintas partes das accões pelas quaes elle tiver tomado parte na votação.

Fica formalmente estipulado que todas as resoluções das assembléas geraes deverão, para ser validadas, reunir o *quorum* necessario, segundo os arts. 50 e 51 dos presentes estatutos, de uma ou de outra categoria de accões presentes ou representadas na assembléa.

Art. 45. Todos os accionistas teem o direito de votar por si mesmos ou por procurador, conformando-se com as regras dos estatutos.

A formula dos poderes a dar aos procuradores pôde ser determinada pelo conselho de administração.

Os procuradores devem elles mesmos ser accionistas.

As mulheres casadas podem fazer-se representar, sem procuração especial, por seus maridos; os menores e os interdictos podem ser representados pelos seus tutores ou seus curadores; as casas de commercio, por um dos seus associados ou gerentes; as sociedades, communidades ou instituições, por um director, um administrador ou um liquidante.

Art. 46. As convocações para qualquer assembléa geral conterão a ordem do dia e serão feitas por annuncios insertos duas vezes, com oito dias de intervallo pelo menos e oito dias antes da assembléa, no *Moniteur Belge* e em um jornal de Bruxellas e de Antuerpia.

Oito dias antes da assembléa serão dirigidas cartas-missivas aos accionistas em nome, mas sem que se tenha de justificar o preenchimento desta formalidade.

Art. 47. Os titulares de acções nominativas não serão admitidos às assembléas, sem que se tenham feito inscrever, cinco dias pelo menos antes da reunião, na séde social.

Os proprietarios das acções ao portador deverão, cinco dias pelo menos antes da assembléa geral, dar a conhecer os numeros das suas acções na séde social ou nos estabelecimentos financeiros que possam ser designados nas convocações.

Serão admittidos na assembléa geral apresentando as suas acções ou um certificado provando que ellas foram depositadas na séde social ou nos estabelecimentos designados pelo conselho de administração.

Os procuradores deverão ser portadores da procuração dos seus constituintes. O conselho de administração poderá ordenar o deposito das procurações na séde social, cinco dias pelo menos antes da reunião.

Cada accionista, ao entrar para a sessão assignará a lista de presença.

Art. 48. Em cada anno, na quarta-feira do mez de junho, às duas horas e meia, reunir-se-ha em Antuerpia, na séde da sociedade, a assembléa geral ordinaria.

Esta assembléa toma conhecimento principalmente dos relatorios dos administradores e dos commissarios, discute o balanço e procede á reeleição ou á substituição dos administradores ou dos commissarios que sahirem.

A adopção do balanço pela assembléa geral equivale a resalva para os administradores e os commissarios.

A primeira assembléa geral ordinaria terá logar em 1896.

Art. 49. São especialmente reservadas á assembléa geral dos accionistas as questões relativas aos pontos seguintes:

1.º Approvação dos balanços.

- 2.º Determinação dos dividendos a repartir.
- 3.º Determinação do numero e nomeação dos administradores e dos commissarios, fixação dos seus emolumentos.
- 4.º Augmento do capital.
- 5.º Reducção do capital.
- 6.º Modificações nos estatutos.
- 7.º Prorrogação ou dissolução da sociedade.
- 8.º Nomeação de liquidantes e terminação de seus poderes.

Art. 50. As decisões são tomadas por maioria de votos legalmente representados, salvo o que aqui em seguida se declara para as modificações nos estatutos.

O escrutinio secreto tem lugar para todos os negocios pessoais e si elle for pedido por cinco membros da assemblea.

No caso de igualdade de votos, a proposta é rejeitada.

Art. 51. As resoluções relativas as modificações nos estatutos, ao augmento ou à reducção do capital, à prorrogação ou à dissolução da sociedade, devem ser tomadas em assemblea geral extraordinaria que não é validamente constituida sinão si as convocações trouxerem na ordem do dia esse assumpto e se os accionistas que assistirem á reunião representarem a metade, pelo menos, das acções emittidas.

Si esta ultima condição não for preenchida, tornar-se-ha necessaria uma nova convocação e a nova assemblea deliberará validamente, qualquer que seja o numero das acções presentes ou representadas.

Qualquer resolução para ser valida deverá reunir as tres quartas partes da votação.

Art. 52. O conselho de administração e a maioria dos commissarios poderão convocar extraordinariamente a assemblea geral.

A convocação é de direito si ella for pedida por numero de accionistas representando a quinta parte do capital social.

A assemblea geral é presidida pelo presidente do conselho de administração ou, na sua falta, pelo vice-presidente ou por um administrador.

Ella designa dous escrutadores.

O presidente nomeia o secretario.

As actas, mesmo as lavradas perante o notario como publicas-formas, são validamente assignadas pelos membros da Mesa.

As cópias ou extractos a passar pela sociedade são assignados pelo conselho de administração.

## TITULO VII

### BALANÇO, DIVISÃO. RESERVA

Art. 54. Em 1 de março de cada anno e pela primeira vez em 1 de março de 1896, a escripturação da sociedade será fechada, e o conselho de administração procederá ao balanço de conformidade com a lei.

O conselho de administração terá a mais absoluta liberdade para avaliação dos créditos e dos outros valores que compõem o activo social.

Estabelecerá essas avaliações do activo pela forma que julgar mais útil para assegurar a boa gestão dos negócios, a estabilidade e o futuro da sociedade.

Especialmente, não terá de se reportar às cotações da Bolsa para a estimação dos valores em carteira, que apreciará livremente.

Art. 55. Trinta dias pelo menos antes da assembleia geral ordinaria, o conselho de administração transmittirá os documentos com um relatório sobre as operações da sociedade, dos commissarios, que deverão dentro da quinzena fazer um relatório contendo as suas propostas.

Art. 56. Quinze dias antes da assembleia geral, o balanço e a conta de lucros e perdas serão depositados na sede social para a inspecção dos accionistas.

Art. 57. O excedente favoravel do balanço, deducção feita das despesas gerais, dos embargos e das amortisações, constituirá o lucro liquido da sociedade.

Sobre este lucro far-se-ha anualmente uma retirada anticipada de uma vigésima parte pelo menos, dedicada á formação de um fundo de reserva; esta retirada deixará de ser obrigatoria quando o fundo de reserva tiver attingido a decima parte do capital social.

Depois, prelevar-se-ha a somma necessaria para pagar um dividendo de seis por cento ao anno sobre a importancia chamada e entrada de todas as acções de prioridade, salvo o empregar o dividendo que tocar ás acções amortisadas como aqui em seguida se declara.

O excesso será repartido pela maneira seguinte: *dez por cento* para amortisar por meio de sorteio as acções de prioridade á taxa de 50 francos cada uma, inclusive a proporção de dividendo adquirido desde o fim do ultimo exercicio, os dividendos que tocarem ás acções assim amortisadas virão juntar-se ao presente fundo de amortisação.

Vinto por cento a título de segundo dividendo ás acções de prioridade.

Cinco por cento ao conselho de administração e á junta dos commissarios a dividir entre elles segundo um regulamento particular.

Sessenta e cinco por cento ás acções de dividendo, a título de dividendo.

Art. 58. Todos os juros e dividendos que não tiverem sido recebidos dentro dos cinco annos da sua exigibilidade tornam-se prescriptos e, adquiridos para a sociedade, servirão para augmentar o fundo de amortisação.

No caso de liquidação, a prescripção ficará reduzida a um anno.

Art. 59. O balanço e a conta de lucros e perdas deverão, dentro da quinzena da sua approvação, ser publicados a expensas da sociedade e ao cuidado do conselho de administração.

## TITULO VIII

## DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO

Art. 60. No caso de perda da metade do capital social, os administradores deverão submeter à assembléa geral a questão da dissolução da sociedade.

Si a perda attingir as tres quartes partes do capital, a dissolução poderá ser pronunciada pelos accionistas possuindo uma quarta parte das acções representadas na assembléa.

A sociedade poderá tambem ser dissolvida anticipadamente, como se de lara no art. 4º dos presentes estatutos.

Art. 61. Ao dissolver-se a sociedade, quer por anticipação quer na expiração do seu prazo, quer por outra qualquer causa, a liquidação será realizada pelo cuidado de um ou mais liquidantes nomeados pela assembléa geral, que determinará os seus poderes.

Os liquidantes poderão principalmente ser autorizados a fazer o traspasse a uma sociedade ou a um particular, contra dinheiro ou contra titulos, de todos ou de parte dos direitos e encargos da sociedade dissolvida.

No caso de fusão as acções da sociedade poderão ser trocadas por titulos da sociedade com a qual a fusão tiver sido realisada.

Art. 62. Os poderes da assembléa geral continuarão durante todo o prazo da liquidação.

Ella tem principalmente o direito de approvar as contas da liquidação e dellas dar quitação.

Art. 63. Salvo o caso de traspasse por titulos e de fusão como flev dito no art. 61 supra, o producto da liquidação será affectado, depois de satisfeitos os encargos sociaes, ao pagamento, á taxa de 500 francos, de cada uma das acções de prioridade não amortisadas.

O excesso será repartido igualmente entre todas as acções de dividendos.

## TITULO IX

## DISPOSIÇÕES ESPECIAES

Art. 64. Cada accionista em nome deverá fazer eleição de domicilio em Antuerpia.

Deixando de conformar-se com esta disposição, o domicilio será considerado eleito na séde da presente sociedade e quaesquer notificações e intimações poderão ser ali validamente feitas.

Art. 65. As partes entendem conformar-se inteiramente com a lei de 18 de maio de 1873, modificada pela de 22 de maio de 1886 e por consequinte as disposições desta lei, as quaes não se derogaria licitamente pelo presente instrumento, ahi serão reputadas inscriptas e as clausulas que forem contrarias ás disposições imperativas desta lei serão tidas como não inscriptas.

Art. 66. Os gastos feitos com os presentes estatutos serão por conta da sociedade.

Quaesquer impostos, direitos de registro ou de mutação e despesas de qualquer natureza a pagar no Brazil, correrão exclusivamente por conta do Sr. Jayme Cibils Buxareo, supra mencionado.

Do que se passou o presente, feito e lavrado em Antuerpia no anno de 1895, aos 30 de janeiro, na presença dos Srs. Seraphim Telbier, sem profissão e Joseph Durix, impressor, ambos residentes e domiciliados em Antuerpia, testemunhas requeridas, as quaes depois da leitura feita ás partes, assignaram com estas e o notario.— (Assignados) Jayme Cibils Buxareo.— Jules Carbier. — Augusto Grisar. — Alexis Mols. — Wm. Ford. — Schmoele. — G. Henroz. — G. Rodriguez Larreta. — S. Tolbier. — Joseph Durix. — Fred. Cheysens.

Registrado em Antuerpia (Sul) em 30 de janeiro de 1895, vol. 78, fl. 56, vol. c. 1.

Nove folhas de papel sellado e uma chamada.

Recebi sete francos pela sociedade e dous francos e 40 centimos de opção.

Assignado — De Bacher.

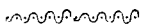
E' traslado conforme passado affin de ser inserto no *Moniteur Belge* de conformidade com a lei.— Fred. Cheysens, notario.

Depositado na Secretaria do Tribunal de Commercio de Antuerpia, aos 9 de fevereiro de 1895.

Nada mais continham ou declaravam os ditos estatutos que bem e fielmente traduzi do proprio original escripto em francez ao qual me reporto.

Em fê do que passei o presente que assignei e seilei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos 4 de abril de 1895.

Carlos Alberto Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado.



#### DECRETO N. 2008 — DE 18 DE ABRIL DE 1895

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de \$825\$840 para effectuar o pagamento dos vencimentos do inspector geral de saude dos portos, aposentado, Dr. Antonio Martins Pinheiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere a segunda parte do art. 1.<sup>o</sup> do decreto legislativo n. 253 de 18 de dezembro de 1894, em virtude do qual foi o Poder Executivo autorisado a aposentar o Dr. Antonio Martins Pinheiro no cargo de ajudante do inspector



geral de saúde dos portos, a contar da data em que foi demittido, e a abrir o necessario credito para o pagamento dos vencimentos que lhe competirem :

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de oito contos oitocentos vinte e cinco mil oitocentos e quarenta réis (8:825\$840) para effectuar o pagamento dos vencimentos a que tem direito o referido empregado, relativos ao periodo decorrido de 17 de janeiro de 1890, em que elle foi exonerado daquello logar, até o dia 31 de dezembro de 1893.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de abril de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 2009 — DE 22 DE ABRIL DE 1895

Concede ao Instituto Henrique Köpke as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o art. 431 do decreto n. 1232 H de 2 de janeiro de 1891, combinado com o art. 38 paragrapho unico do de n. 981 de 8 de novembro de 1900, concede ao Poder Executivo a faculdade de reconhecer, equiparando-os ao Gymnasio Nacional, os estabelecimentos particulares de ensino integral segundo o plano daquelle instituto;

Considerando que esta disposição não pôde ser entendida em sentido littoral e restricto, qual seja o de reputar-se indispensavel que os ditos estabelecimentos se adaptem exclusivamente aos programmas e processos de ensino do Gymnasio;

Considerando que tal interpretação seria não somente contraria aos intuitos do legislador, como tambem opposta á indole do regimen republicano e prejudicial ao proprio ensino;

Porquanto :

a) os arts. 421 e 422 do citado decreto n. 1232 H limitam-se a exigir para o reconhecimento dos cursos livres de ensino superior que nestes cursos se ensinem pelo menos as materias que constituem o programma das Faculdades officiaes, sem alludir á igualdade dos respectivos programmas nem á dos processos de ensino: donde resulta que, si em relação áquelles institutos é necessario apenas que o ensino seja integralmente o mesmo dos

curros officiaes, não pôde ser diversa a condição exigivel quanto aos cursos particulares de ensino secundario, a respeito dos quaes é omissa a disposição legal ;

b) no regimen federativo o acorramento da iniciativa individual constitue um dos elementos decurrentes do principio da descentralisação ;

Considerando, pois, que para o reconhecimento dos estabelecimentos particulares de estudos secundarios é necessario: 1º, que estejam organisados de accordo com o ensino integral ministrado no Gymnasio Nacional, inclusive a prova final de aptidão e assimilação ou exame de maturaça, facultada, porém, a liberdade pedagogica no tocante á distribuição das materias, horario do ensino, tempo de aprendizagem, methodos de instrucção, etc.; 2º, que os respectivos corpos docentes possuam idoneidade para o magisterio ;

Attendendo, entretanto, a que :

I. O programma de estudos do Instituto Henrique Köpke abrange todas as disciplinas actualmente professadas no Gymnasio e se conforma ao plano de ensino integral ali adaptado ;

II. Aos seus professores assiste aptidão e idoneidade para o desempenho das respectivas funcções ;

III. Trata-se de uma instituição de elevada, especialmente ao progresso e perfeccionamento do ensino, fonte de qualquer estímulo de interesse particular, conforme os seus estatutos ;

Resolve conceder ao mencionado Instituto Henrique Köpke as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os referidos arts. 431 do decreto n. 1332 H de 2 de janeiro de 1891 e 38 paragrapho unico do Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 22 de abril de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Pereira,*

~~~~~

#### DECRETO N. 2010 — DE 22 DE ABRIL DE 1895

Declara caduca a concessão feita a Francisco Rebello de Carvalho para o estabelecimento de um eugenio central com garantia de juros no Município de Magé.

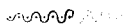
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que por decreto n. 10.442 de 9 de novembro de 1889 foi concedida á Companhia que Francisco Rebello de

Carvalho organisasse garantia de juros de 6 %, ao anno para o estabelécimento de um engenho central no município de Magé, na então Estado do Rio de Janeiro, observadas as disposições do regulamento approvedo pelo decreto n. 10.393 de 9 de outubro de 1889; considerando que por decreto n. 740 de 17 de fevereiro de 1892 foi a referida concessão transferida á Companhia Engenho Central de Guapymirim; e considerando finalmente que pelo disposto no citado decreto n. 740 a concessionaria não cumpriu, dentro de tres mezes, a clausula sobre construção das obras, resolve declarar caduca a referida concessão.

Capital Federal, 22 de abril de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



# DECRETO N. 2011 — DE 25 DE ABRIL DE 1895

Cria os logares de supplentes do substituto do Juiz Seccional nas circumscripções federaes do Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve decretar :

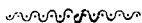
Art. 1.<sup>o</sup> Ficam creados no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 3.<sup>o</sup> § 1.<sup>o</sup> da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplente do substituto do Juiz Seccional nas circumscripções federaes de Campos, Niteroy, Valença, Macabé, Vassouras, Angra dos Reis, Barra Mansa, Parahyba do Sul, Rezende, Rio Bonito, Cantagallo, Barra do Pirahy, Araruama, Nova Friburgo, Itaboraity, Magdalena, S. Fidelis, Pirahy, Cabo Frio, Iguassu, Itaboraity, Magé, S. João da Barra, S. João Marcos, Itaperuna, Sapucaia, Carmo e Santo Antonio de Padua, cujos limites terão os das comarcas das mesmas denominações.

Art. 2.<sup>o</sup> Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4.<sup>o</sup> e 5.<sup>o</sup> da citada lei, terá o Procurador da Republica um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 25 de abril de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2012 — DE 25 DE ABRIL DE 1895

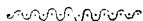
Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 100:000:000, ao cambio do dia, para pagamento ao Governo da Republica Oriental do Uruguay, como indemnisação ás familias de dous cidadãos orientaes, mortos por forças brasileiras na fronteira oriental.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que o Governo Nacional se obrigou, por protocollo de 15 de fevereiro de 1894, a pagar ao da Republica Oriental do Uruguay a quantia de cem contos de réis (100:000\$) ao cambio do dia, como indemnisação ás familias do tenente Cardoso e do empregado aduaneiro Gonzalez, mortos em consequencia da invasão do territorio oriental por forças brasileiras em agosto de 1893, de accordo com o Tribunal de Contas, previamente ouvido, na fórma do disposto no art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, resolve abrir ao Ministerio das Relações Exteriores um credito de cem contos de réis (100:000\$), ao cambio do dia, para satisfazer o referido compromisso, usando da autorisação a que se referem o § 3º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850 e o § 2º do art. 25 da lei n. 2792 de 20 de outubro de 1877.

Capital Federal, 25 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2013 — DE 25 DE ABRIL DE 1895

Transfere o Consulado em Odessa para S. Petersburgo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando ser inutil a permanencia do Consulado em Odessa, resolve transferil-o para S. Petersburgo.

Capital Federal, 25 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2014 — DE 25 DE ABRIL DE 1895

Approva o projecto e orçamento de casas para residencia dos agentes da Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, resolve approvar o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construcção de casas na linha ferrea de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, para residencia dos respectivos agentes.

Capital Federal, 25 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2015 — DE 25 DE ABRIL DE 1895

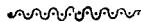
Autorisa a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em additamento ao de que trata o decreto n. 1835 de 10 de outubro de 1894 e nos termos do art. 6º, § 4º, n. 2, da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação constante do art. 6º, § 4º, n. 2, da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, resolve que seja celebrado contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, em additamento ao de que trata o decreto n. 1835 de 10 de outubro de 1894, obrigando-se a mesma companhia a realisar uma viagem mensal redonda ao porto da Amarração e outra aos portos de Guimarães e Carutapera, além do serviço contractado em virtude do citado decreto n. 1835, para o que fica elevada a 200:000\$ a respectiva consignação.

Capital Federal, 25 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2015 A — DE 25 DE ABRIL DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 210<sup>a</sup>, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de abril de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

*Antonio Gonçalves Ferreira*

## DECRETO N. 2016 — DE 29 DE ABRIL DE 1895

Altera a clausula 2<sup>a</sup> das que acompanharam o decreto n. 1790 de 3 de setembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, na conformidade do art. 2<sup>o</sup> e art. 6<sup>o</sup> § 2<sup>o</sup> do decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1890, que regula e fiscalisa as concessões de isenção de direitos de importação ou consumo, resolve alterar a clausula 2<sup>a</sup> das que acompanharam o decreto n. 1790 de 3 de setembro de 1894, no sentido de ficar dependente da approvação do Ministerio da Fazenda a isenção de impostos de machinismos, ferramentas e mais objectos de que trata a referida clausula.

Capital Federal, 29 de abril de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Gualtho dos Santos Pires.*

*Antonio Gualtho dos Santos Pires*

## DECRETO N. 2017 — DE 29 DE ABRIL DE 1895

Concede ao Banco dos Funcionarios Publicos authorisação para transferir á Sociedade de Credito Popular estabelecida na Capital do Estado do Pará os direitos, que lhe foram autorizados pelo decreto n. 771 de 20 de setembro de 1890.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco dos Funcionarios Publicos, com sede nesta Capital, e representado pelo seu presidente interino Emilio Fernandes da Rocha, resolve conceder-lhe authorisação para transferir á Sociedade de Credito Popular, estabelecida na Capital do Estado do Pará, os direitos que lhe assistem em virtude do decreto n. 771 de 20 de setembro de 1890, além de que possa transigir tambem com os funcionarios federaes pagos pelos cofres da União, naquelle Estado, mediante as condições estabelecidas no supracitado decreto, no de n. 105 de 9 de abril de 1891 que approvou os estatutos daquelle Banco, e no de n. 811 de 7 de maio de 1892 que approvou as alterações feitas aos mesmos estatutos.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de abril de 1895, 5º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2018 — DE 29 DE ABRIL DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionaes no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco, um commando superior de Guardas Nacionaes, o qual se compoza de dous batalhões de infantaria com as designações de 151ª e 152ª, de um da reserva, com a de 87ª com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria com a designação de 27ª, com quatro esquadrões, os quaes se

organisação com os guardas qualificados nos districtos do referido municipio.

Revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de abril de 1895, 5º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2018 A — DE 29 DE ABRIL DE 1895

Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

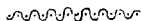
Art. 1.º Fica creado na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia, mais um regimento de cavallaria com quatro esquadrões e a designação de 53º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de abril de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2019 — DE 6 DE MAIO DE 1895

Approva os estudos definitivos do ramal do Palmares, da Estrada de Ferro de Tamandaré à Barra.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brazil, cessionaria da Estrada de Ferro de Tamandaré à Barra, resolve approvar os estudos definitivos, na extensão total de 32 kilometros 920 metros, do ramal de Palmares, da



referida estrada; os quaes com este baixam, rubricavos pelo director geral da Directoria de Viação, menos, porém, a tabella de preços, que vigora no orçamento já approvedo para outros trechos e para o material importado a preço das respectivas facturas.

Capital Federal, 6 de maio de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2020 — DE 6 DE MAIO DE 1895

Approva provisoriamente as instruções regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas ferreas de Tatuhy a Itararé e de Botucatu a Tibagy, da Companhia União Sorocabana e Ituana; bem assim as bases para applicação de tarifas moveis.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia União Sorocabana e Ituana, resolve approvar provisoriamente as instruções regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas ferreas de Tatuhy a Itararé e de Botucatu a Tibagy; bem assim as bases para applicação de tarifas moveis, as quaes com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 6 de maio de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Instruções regulamentares e tarifas para o transporte de passageiros e mercadorias nas linhas de Tatuhy a Itararé e de Botucatu a Tibagy a que se refere o decreto n. 2020 desta data

PASSAGEIROS

Art. 1.<sup>o</sup> Ninguem poderá viajar na estrada de ferro sem bilhete ou passe dado por um agente da respectiva administração.

Art. 2.<sup>o</sup> Os passageiros pagarão os preços da tabella n. 1, correspondentes à classe de suas passagens.

As crianças menores de 3 annos, sendo conduzidas ao collo, terão passagem gratuita; as de 3 até 12 annos pagarão meia passagem e terão direito a um logar, contando que em um mesmo compartimento, dous menores não occupem sinão o logar de um adulto, salvo si um delles houver pago passagem inteira.

Art. 3.º A venda de bilhetes nas estações começará pelo menos meia hora e cessará cinco minutos antes da hora marcada para a partida do trem.

Art. 4.º Os passos e cancellos em serviço do Governo ou da estrada de ferro não são transferíveis e os seus portadores não podem viajar em carro de classe superior à nelles designada, ainda mesmo pagando a differença correspondente.

As requisições de passos devem ser apresentadas nas estações até 15 minutos antes da hora marcada para a partida dos trens em que os requisitantes desejarem embarcar, salvo casos de transport urgente em serviço publico.

Art. 5.º Os bilhetes singelos são validos em qualquer trem ordinario de passageiros, mas somente no dia em que forem vendidos; assim poderá o passageiro parar áquem da estação designada no seu bilhete e seguir por outro trem de passageiros até o termo de sua viagem, uma vez que o faça no mesmo dia em que tiver comprado o bilhete.

As companhias poderão conceder aos viajantes, entre pontos certos, bilhetes de ida e volta, com valor por 15 ou 30 dias, alatendo 25 % da importancia total.

Os primeiros terão valor por 15 dias, inclusive o dia da data, em qualquer trem ordinario de passageiros, durante esse prazo, podendo o passageiro parar nas estações intermediarias e dahi seguir ao termo final de sua viagem em qualquer outro trem de passageiros, dentro do prazo concedido.

Os segundos terão valor por 30 dias, inclusive o dia da data, em qualquer trem ordinario de passageiros, durante esse prazo podendo o passageiro parar nas estações intermediarias, contando, porem, que chegue no mesmo dia à estação do seu destino.

Os bilhetes de ida e volta dão direito somente a uma viagem em cada sentido de ou para as estações mencionadas no bilhete.

O viajante que quizer passar de um carro ordinario para um compartimento reservado ou mudar de 2ª para 1ª classe, pode-o-lia fazer, sendo possivel, pagando a taxa adicional correspondente, a partir da estação em que tiver mudado de logar ou classe.

Art. 6.º As companhias poderão emittir bilhetes de ida e volta, diariamente, entre pontos certos, nos trens ordinarios de passageiros, com as seguintes deducções sobre a tarifa geral dos preços dos bilhetes singelos :

Por um mez.....	40 %
Por tres mezes.....	50 %
Por seis mezes.....	60 %

Esses bilhetes comprehenderão todos os dias sem exclusão alguma, e são intransferiveis.

Serão emitidas meias passagens sómente para collegiaes que proveem, por attestado de professor, a necessidade do transporte diário.

Art. 7.º A companhia tem o direito de tomar qualquer dos bilhetes ou passes de que tratam os arts. 4.º e 6.º, quando apresentados por pessoa que não seja a nelles indicada, cobrando o duplo da passagem; nos casos porém de reincidencia do art. 6.º o bilhete será considerado de nenhum valor, e o assignante nenhum direito terá a indemnisação.

O viajante que recusar-se a exhibir o bilhete ou passe, quando exigido pelos empregados da estrada, é considerado embarcando sem bilhete e, como tal, sujeito ás determinações do art. 9.º.

Art. 8.º As companhias lyricas, dramaticas, e puestres e outras que deem espectáculos publicos e bem assim alumnos de estabelecimentos de instrucção viajando com seus professores, bandas ou sociedades de musica, quando viajarem encorpóra los, em numero de dez pessoas ou mais, gozarão do abatimento de 50 % nos bilhetes de suas respectivas classes.

Esta concessão é extensiva tão sómente a bilhetes singelos.

Não se emittem meias passagens.

Subentende-se que, para ter gozo do abatimento no preço das passagens, é necessario haver numero de passageiros de 10 ou mais pessoas para cada classe, quando viajarem em classes diferentes.

Para o transporte da respectiva bagagem terão tambem o abatimento de 20 % no frete da tabella I A.

Art. 9.º Os passageiros sem bilhetes, portadores de bilhetes não carimbados pela administração, ou que tenham carimbo de outro dia ou trem, salvo os casos previstos (art. 5.º), pagarão o preço, com augmento de 50 % sobre a respectiva tarifa, de sua viagem, contado do ponto de partida do trem, si pelo conhecimento de sua bagagem ou por outro qualquer meio não estiver provada a estação de sua procedencia.

Os que excederem o trajecto a que tiverem direito, ou viajarem em classe superior á indicada no seu bilhete, pagarão a differença de sua passagem; em taes casos o chefe da estação é obrigado a dar um bilhete suplementar que indique a somma percebida.

Art. 10. O viajante encontrado no trem com bilhete não carimbado ou perempto, além de pagar o preço de sua viagem com augmento de 50 %, será passivel de uma multa de 10\$000.

## IMMIGRANTES

Art. 11. Os immigrantes, suas bagagens, ferramentas, utensilios e instrumentos aratorios terão transporte gratuito em seu primeiro estabelecimento.

## TRENS ESPECIAES E DE RECREIO

Art. 12. A companhia poderá conceder trens especiaes de viajantes sob as seguintes condições:

- 1.<sup>a</sup> Ser o pedido feito por escripto;
- 2.<sup>a</sup> Declaração do numero de viajantes e da quantidade dos volumes de bagagem;
- 3.<sup>a</sup> Declaração si terão de ser transportados animaes e carros e qual o seu numero;
- 4.<sup>a</sup> Ser o frete pago adiantado;
- 5.<sup>a</sup> Combinada a hora da partida, será considerado recusado o trem, si por falta do concessionario não puder partir á hora marcada;
- 6.<sup>a</sup> Si a companhia, todavia, puder conceder espera para partir o trem depois da hora determinada, cobrará a taxa de 10\$ por hora encetada; si, porém, a demora occasionar a partida do trem depois das 9 horas da noite até as 6 da manhã, observar-se-hão as disposições do art. 13, além da taxa da demora.
- 7.<sup>a</sup> Recusado o trem depois de o ter fretado, o concessionario só terá direito a receber a metade do frete pago.

Art. 13. O frete de um trem especial com logares para um numero de viajantes não excedente ao da lotação de um carro de 25 passageiros é fixado em 4\$ por kilometro ou fracção de kilometro percorrido até 150 kilometros, o excedente de 150 até 300 kilometros, 3\$; o excedente de 300 kilometros, 2\$000. Quando de volta, gosará o abatimento de 25 % sobre o preço da ida; nunca, porém, o preço do trem especial será inferior a 100\$000.

Os trens especiaes em movimento entre 9 horas da noite e 6 da manhã pagarão taxa dupla, que será applicada relativamente ao percurso que tiverem de fazer dentro desse periodo.

Além das taxas especificadas, cobrar-se-ha o imposto de transito do Governo segundo o regulamento respectivo.

Si o numero de viajantes for superior de 25, os excedentes pagarão suas passagens pelo preço da tabella ordinaria.

Para os animaes, carros e bagagens que se transportarem por esses trens, os preços serão os da tabella ordinaria.

Quando for solicitado um trem especial, a companhia fará partir a machina ou trem de deposito que determina o menor percurso, quando vazio, computando-se para pagamento do frete correspondente a este percurso 50 % da taxa kilometrica estabelecida no regulamento, ficando entendido que si, por qualquer circumstancia, a administração fizer partir a machina ou trem de deposito que dê logar a maior percurso, o excesso resultante não dará direito á percepção de taxa alguma.

Art. 14. Os trens especiaes de recreio e bem assim os que se destinarem ao transporte de companhias lyricas, dramaticas, equestres e outras semelhantes, serão a preços convencionados.

## ALUGUEL DE CARROS

Art. 15. Os pedidos de aluguel de carros devem ser feitos com antecedencia de duas horas na estação central, o de 24 horas em qualquer das outras estações, sob as seguintes condições:

1.<sup>a</sup> O aluguel dos carros é pago adiantado, pelo preço da tabella n. 1;

2.<sup>a</sup> Quem alugar um ou mais carros, e depois de tê-los à sua disposição rejeitá-los, só tem direito à restituição da metade do aluguel;

3.<sup>a</sup> O aluguel dos carros-salões de dois compartimentos pôde ser integral ou parcial; o dos carros-salões de um só compartimento só pôde ser integral;

4.<sup>a</sup> Um carro, embora integralmente alugado, não pôde levar mais viajantes do que comportar a respectiva lotação, e a bagagem destes está sujeita às mesmas condições que a bagagem de qualquer viajante.

## TRANSPORTE DE ALIENADOS

Art. 16. O transporte de alienados será feito somente nas seguintes condições:

1.<sup>a</sup> Nenhum alienado poderá ser admittido nos trens si não for acompanhado por pessoa encarregada de guardá-lo;

2.<sup>a</sup> O alienado e seu guarda não poderão tomar logar em um mesmo compartimento com outros viajantes; devem ser collocados em compartimento reservado;

3.<sup>a</sup> O preço de transporte neste caso é o duplo das passagens ordinarias, sendo o minimo igual à metade da lotação completa do compartimento ou do carro, si este não tiver mais de um compartimento;

4.<sup>a</sup> Si o estado do alienado exigir mais de um guarda, pagarão elles suas passagens;

5.<sup>a</sup> As bagagens são taxadas separadamente aos preços da tarifa;

6.<sup>a</sup> Os transportes nestas condições devem ser annunciados com 24 horas de antecedencia na estação de partida.

## TRANSPORTE DE DOENTES

Art. 17. As pessoas em estado de enfermidade tal, que possam incommodar os demais viajantes, só poderão ser transportadas em compartimento ou carro separado.

Os doentes cujo estado exija constante cuidado devem ser acompanhados por alguém.

O preço de transporte é o duplo do das passagens ordinárias, sendo o minimo igual á metade da lotação completa do compartimento ou do carro si este não tiver mais de um compartimento.

Si o estado do enfermo exigir mais de um guarda, os outros pagarão suas passagens.

As bagagens serão taxadas separadamente ao preço da tarifa.

Os transportes nestas condições devem ser annunciados com 24 horas de antecedencia na estação de partida.

### TRANSPORTES FUNEBRES

Art. 13. Os transportes funebres sómente poderão ser feitos em carros apropriados, pagando a taxa de 25 per kilometro, com o frete minimo de 20\$000.

Em caso de urgencia pagara metade das taxas acima.

Os transportes nestas condições devem ser annunciados com a antecedencia de 24 horas na estação de partida.

As pessoas que acompanharem os mortos pagarão as passagens pela tarifa ordinaria.

### DISPOSIÇÕES POLICIAES

Art. 14. E' expressamente prohibido:

- 1.º Viajar sem bilhete;
- 2.º Viajar nos carros de 1.ª classe, estando descalço ou de chinellos, salvo impossibilidade manifesta de servir-se de calçado de outra natureza;
- 3.º Viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fóra;
- 4.º Viajar em classe superior á que designa o seu bilhete;
- 5.º Possuir de um carro para outro estando o trem em movimento;
- 6.º Entrar ou sair do carro, quando o trem em movimento;
- 7.º Entrar nos carros de portos, salidas ou sahir delles em qualquer momento, excepto quando se trata de passageiros para o factorio de portos para esse fim designados;
- 8.º Entrar, estando livres a entrada, nos carros de 1.ª classe, e a saída delles não sendo fechada á chave as respectivas portas;
- 9.º Fumar nas salas de espera ou nos carros enquanto nelle permanecem senhoras;
- 10.º Saltar pelas janellas dos carros;
- 11.º Usar de linguagem inconveniente;
- 12.º De qualquer modo incomodar os demais viajantes;
- 13.º Quebrar ou danificar objectos pertencentes á companhia ou entregues ao cuidado della;
- 14.º Puzar a corda de signal quando não houver occidente grave que exija a parada do trem na linha ou praticar qualquer outro acto do qual resulte embaraço para o serviço ou possa trazer perigo ou accidente.

Art. 20. A entrada dos trens é interdicta :

1.º As pessoas embriagadas e indecentemente vestidas ;

2.º Aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis ou objectos cujo odôr ou natureza possa incommodar os passageiros.

Art. 21. Ninguém poderá transportar consigo nos carros mais do que uma arma de fogo, a qual deve ser apresentada ao chefe da estação para verificar si está descarregada. Esta disposição não comprehende os agentes da força publica, que viajarão como taes.

Art. 22. O passageiro que infringir as presentes instrucções, e, depois de advertido pelos empregados da estrada de ferro, persistir na infracção, será obrigado a retirar-se da estação, restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado, si não tiver começado a viagem.

Si a infracção for commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de 20\$ a 50\$ e, no caso de recusar-se a pagar, ou si, depois desta satisfeita, não corrigir-se, o condutor o entregará ao chefe da estação mais proxima, para remettê-lo á autoridade policial, a qual procederá como for de direito, de conformidade com o regulamento de 26 de abril de 1857, decreto n. 1939.

Em caso de damno, de que trata o art. 19 § 12, será ainda o passageiro sujeito a pagar o valor do damno causado, segundo for arbitrado pelo condutor do trem, com recurso para a administração superior da estrada.

#### BAGAGENS

Art. 23. A bagagem despachada por trem de passageiros pagará pela tabella n. 1 A.

A bagagem comprehende os objectos de uso pessoal dos viajantes ou destinados a prover ás necessidades ou condições da viagem.

Art. 24. Cada viajante só poderá levar consigo, sem pagar frete, e sendo o transporte feito por sua conta e risco, pequenos volumes de bagagem, que não incomodem aos demais viajantes e que possam ser postos sob os bancos dos carros, a juizo do chefe da estação.

Não pôde ser admittida, sob pretexto algum, a collocação de objectos sobre os assentos dos carros e nem nos corredores onde impedem a passagem.

Art. 25. Uma familia ou grupo de pessoas, viajando juntas, não poderá, allegando esta circumstancia, augmentar as dimensões do volume, cujo transporte gratuito é permittido a cada passageiro : assim, em nenhum caso, será admittido que passageiro algum conduza no carro volume ou volumes cujas dimensões excedam ás do espaço livre debaixo do assento que lhe competir.

Art. 26. A demais bagagem, de qualquer ordem, será despachada á vista do bilhete de passagem, e conduzida em carro

especial, pagando-se no acto do despacho as taxas respectivas, recebendo o viajante conhecimento para a bagagem despachada, que será exigido no acto da entrega dos volumes.

Art. 27. Os fretes serão calculados tomando-se o numero de kilogrammas, contando-se qualquer fracção como um kilogramma.

Nenhum volume, porém, poderá ser despachado por menos de 200 réis de frete ; e, quando tiver de transitar por mais de uma linha, serão cobrados 200 réis.

Art. 28. A bagagem apresentada a despacho deve estar convenientemente acondicionada, de modo a poder resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estradas de ferro.

As malas, caixas, canastras, etc., devem estar fechadas. \*

Art. 29. Si um volume estiver aberto ou mal acondicionado, o viajante será convidado a fechalo ou a bem acondicionalo ; si, porém, não o fizer, será o volume aceito, fazendo-se na guia e conhecimento a declaração de não responsabilidade da companhia.

Recusando-se, porém, o viajante a acondicionar o volume ou aceitar no conhecimento aquella declaração, serão os volumes mal acondicionados recusados.

Art. 30. A bagagem será recebida para despacho até 15 minutos antes da partida do trem que tiver de conduzi-la.

A que for entregue depois, poderá ser despachada como encomenda pelo trem immediato a partir, si assim convier ao viajante, ou, no caso contrario, será recusada.

Art. 31. Os volumes de bagagem poderão ser recusados nos trens de passageiros, desde que o seu peso exceda a 100 kilogrammas, ou o seu volume a um metro cubico.

Art. 32. A bagagem será posta á disposição do viajante, mediante apresentação do respectivo conhecimento, logo após a chegada do trem.

A bagagem não reclamada será recolhida ao deposito, e, 24 horas depois, ficará sujeita a armazenagem, á razão de 50 réis por dia por 10 kilogrammas ou fracção de 10 kilogrammas.

Art. 33. Em caso de perda ou damno de um ou mais volumes de bagagem, o passageiro tem o direito de reclamar o pagamento do valor real daquelles cujo conteúdo tiver sido declarado no acto da inscripção ; e na falta de declaração, a somma correspondente ao peso dos objectos perdidos ou danificados, na razão de 5\$ por kilogramma ou fracção de kilogramma.

Este artigo será transcripto no conhecimento.

Art. 34. Si a indemnisação tiver logar por damno ou avaria na razão do valor declarado nos termos do artigo antecedente, a bagagem ficará pertencendo á companhia.

Art. 35. Si o viajante allegar a perda do conhecimento, poderá retirar a bagagem, mediante recibo, desde que o chefe da estação, fazendo-o adduzir provas, como apresentação de chaves, relação do conteúdo, testemunho de pessoas fidedignas, etc., o julgar proprietario da bagagem.



Art. 36. Os volumes de bagagem que se encontrarem não registrados nas estações serão recolhidos ao depósito e ficarão sujeitos à armazenagem do art. 32.

### ENCOMMENDAS

Art. 37. As encomendas serão transportadas por trens de passageiros.

Quando, por circunstâncias extraordinárias, houver grande affluencia desses volumes, poderão elles ser transportados por trens de mercadorias, observando-se então os prazos de expedição e transporte que a companhia estabelecer de accordo com o Governo, e dos quaes dará a companhia aviso ao publico.

Os fretes das encomendas serão satisfeitos no acto da inseripção, recebendo o remittente conhecimento, que será exigido no acto da entrega dos volumes.

As encomendas devem ser entregues a despacho até 30 minutos antes da partida do trem.

Art. 38. Para os despachos de pequenos volumes de encomenda, até o peso de 1 kilogramma, fica estabelecido o frete de 200 réis.

Para os volumes que pesarem mais de um kilogramma, os fretes serão calculados pela respectiva tabella, na proporção exacta do numero de kilogrammas, contando-se qualquer fracção como um kilogramma.

Nenhum volume, porém, poderá ser despachado por menos de 200 réis de frete.

Art. 39. Nos volumes de encomendas deve constar o nome e residencia da pessoa e da estação destinataria.

Art. 40. Os volumes de encomenda poderão ser recensados nos trens de passageiros, desde que o seu peso exceda a 100 kilogrammas, ou seu volume a um metro cubico.

Em caso de grande affluencia, de que possa resultar perturbação no serviço de transporte, a companhia poderá reduzir a 60 kilogrammas o limite do peso para os volumes de encomendas que tenham de ser transportados pelos seus trens.

Art. 41. Podem tambem ser despachados como encomendas, pela tarifa 2 A:

1.º Miudezas alimenticias e outros generos semelhantes, de facil deterioração;

2.º Gelo, peixe fresco, ostras, caça, verduras, fructas, carne fresca, pão, leite e ovos;

3.º Bandejas de doces e demais artigos de confeitaria para bailes, etc.

Estes volumes serão acondicionados á vontade de quem os remetter, e por sua conta e risco transportados.

A companhia só será responsavel por extravio, falta ou demora de entrega não justificada.



estação, fazendo-se aviso ao expeditor, pelo Correio, não se franqueando o porte. Estes volumes ficarão sujeitos à armazenagem do art. 43. O prazo correrá da data e hora do aviso.

### VALORES

Art. 47. O despacho de valores em ouro, prata, cobre, nickel, platina, pedras preciosas, artefactos de ourivesaria e relojoaria, será a título mediante a percentagem de meio por cento *ad valorem* para cada companhia, além do frete que por peso for devido, sendo tudo pago no acto de se effectuar o despacho, recebendo o remetente um conhecimento que lhe será exigido no acto da entrega. (Vide arts. 169 e 162.)

Os despachos de papel-moeda, apolices, acções de companhias e outros papeis de valor, pagarão um quarto por cento *ad valorem* para cada companhia.

Considra-se fidejante toda a declaração exacta quanto à natureza e valor dos objectos acima e postas das (vide art. 162).

O frete mínimo de uma expedição de valores é de 10 papeis de valor, recebidos de um mesmo remetente para um mesmo consignatário, cujo valor seja superior a cinco contos de réis, dependendo de accordo com a administração da companhia relativo a occasião da remessa, não havendo controlo elevação das taxas.

Art. 48. O dinheiro amolado, as joias, as pedras e metaes preciosas, devem estar acondicionados em saccos, caixas ou barris.

As caixas ou barris serão solidamente pregados e não deverão apresentar vestigio algum de abertura nem de fractura.

Os saccos devem ser de panno forte, cosidos por dentro e perfeitos.

As caixas ou barris serão fortemente ligados por corda interior, fixada por meio de sinete em laço ou clumbo, quando for necessario, para garantir a inviolabilidade dos volumes.

A boca dos saccos será fechada por meio de corda ou cordão interior, cujo nó será coberto por sinete em laço ou clumbo, e cujas extremidades serão mantidas por sinete igual sobre uma ficha solta.

Art. 49. O papel-moeda, as notas de banco, as apolices, as acções de companhia e outros papeis de valor devem ser apresentados em saccos ou caixas, ou formar pacotes revestidos de envoltorios intactos, em papel ou panno encerado.

Todavia, os volumes apresentados em envoltorios de papel poderão ser aceites si, em relação á solidez e ao acondicionamento, estes envoltorios nada deixarem a desejar.

Todo o pacote deverá ser fechado por meio de sinetes em laço, sendo destes em numero sufficiente para assegurar sua inviolabilidade (tres pelo menos).

Art. 50. Os endereços não devem ser cosidos, nem collados, nem pregados nos volumes, afim de que não possam encobrir

vestígios de aberturas ou fracturas; podem ser, ou escriptos sobre os volumes, ou a elles affixavos por cor-lel.

A declaração do valor do artigo será mencionada, por extenso, no endereço.

Art. 51. As iniciaes, legem las, urnas, firmas sociaes ou nomes de estabelecimentos impressos sobre os saccos, caixas, barris e pacotes, devem ser perfeitamente legiveis.

Os sinetos feitos com moedas são formalmente prohibidos.

Art. 52. Quando por occasião do despacho de valores o remettente exigir a verificação do conteúdo, só procederá a essa verificação; porém, o acondicionamento sera de novo feito pelo remettente, preenchidos os requisitos precisos para o transporte, como nos arts. 48 e 49.

Quando o valor consistir em moeda-papel, o acondicionamento será feito pelo empregado da companhia.

Quando, porém, não tenha de ser feita essa verificação, os volumes devem ser apresentados devidamente acondicionados.

Art. 53. O transporte a descoberto é prohibido de modo absoluto.

Art. 54. As expedições de valores devem ser apresentadas a despacho pelo menos uma hora antes da marcada para a partida do trem, para poderem seguir pelo mesmo; do contrario seguirão pelo trem immediato.

Despachos de valores só serão expedidos em trens de passageiros.

Art. 55. A companhia não se responsabilisa :

1.º Por falta encontrada no conteúdo, quando não for verificada em presença do empregado da companhia que effectuar a entrega ;

2.º Pelos valores entregues pelo remettente em involuero fechado não verificados pelo empregado encarregado destes despachos ; salvo, si houver no involuero estrago que indique ter sido o mesmo violado, ou em caso de extravio, não sendo, porém, a companhia obrigada a indemnisar além do valor declarado.

## ANIMAES

Art. 56. Os animaes podem ser transportados pelos trens de passageiros ou mercadorias, recebendo o expedidor conhecimento no acto do despacho, e pagarão pelas tabellas respectivas, nas seguintes condições :

1.ª Animaes de sella ou de carro, encabrestados, e bem assim bois, vaccas e touros, devidamente seguros ;

2.ª Carneiros, cabras, bezerros, porcos e semelhantes devidamente seguros ;

3.ª Pequenos animaes e aves domesticas ou silvestres em gaiolas, capoeiras ou caixões engradados ;

4.ª Cães, ursos e outros animaes semelhantes, domesticados, quando bem açamados e presos á corrente ;

5.<sup>a</sup> Os animaes soltos não podem ser transportados, excepto quando em grande quantidade.

Art. 57. Animaes perigosos e ferozes, quando acondicionados com toda a segurança, em jaulas, serão transportados pelo preço de 600 réis por vagão especial e por kilometro, com o frete minimo de 10\$ para cada companhia.

Os expeditores são responsaveis por qualquer desastre causado por taes animaes.

Art. 58. Os animaes classificados nas tabellas 10 e 11 serão transportados sem demora quando completarem a lotação dos vagões proprios para o dito transporte, ou quando, não completando, pagar o remetente o valor da lotação dos mesmos vagões.

Os remetentes darão aviso com antecedencia de 24 horas.

Art. 59. Os animaes deverão ser apresentados a despacho pelo menos uma hora antes da hora indicada para a partida do trem em que tiverem de seguir.

Art. 60. Os animaes deverão ser recebidos á chegada dos trens pelos seus donos ou consignatarios ; quando não o sejam, serão remetidos para logar conveniente afim de ali serem tratados por conta e risco de seus donos ou consignatarios.

A companhia mandará avisar o dono ou consignatario dos animaes logo depois da chegada. Si estes não forem procurados dentro de tres dias, serão annunciados pela folha diaria da estação ou povoação do destino durante tres dias e, na falta desse meio, mandará a companhia segundo aviso.

Finlo o prazo de 15 dias, contados da data da chegada, serão os animaes vendidos *ex-officio* e sem mais formalidades.

O producto liquido da venda, deduzido o que for por qualquer titulo devido á companhia, ficará á disposição daquelle a quem pertencer.

Art. 61. O expeditor que desejar effectuar o transporte de grande numero de animaes, deverá prevenir a administração com antecedencia de 24 horas pelo menos.

Art. 62. Os animaes não classificados serão taxados segundo as tabellas feitas para os animaes, com os quaes tiverem mais analogia.

O frete minimo de um despacho é de 200 réis pela tabella 9, 300 réis pela tabella 10 e 1\$ pela tabella 11.

Art. 63. Cães pequenos de estimação, geralmente denominados de salão, podem ser admittidos nos carros de passageiros, sob as condições seguintes :

1.<sup>a</sup> Estar dentro de uma cesta ;

2.<sup>a</sup> Não ser o peso total superior a quatro kilogrammas ;

3.<sup>a</sup> Pagar o respectivo frete ;

4.<sup>a</sup> Os outros viajantes não reclamarem.

O transporte de cães nestas condições é feito por conta e risco de seus donos.

Art. 64. Com excepção do determinado no art. 63, aves, cães e animaes semelhantes não são admittidos nos carros de viajantes.

Art. 65. Os embarques e desembarques de animaes são feitos sob os cuidados, inteira responsabilidade e á custa dos expedidores e dos destinatarios.

Art. 66. O conductor que acompanhar animaes pagará passagem de 2.<sup>a</sup> classe.

Art. 67. A companhia não é responsavel pela fuga dos animaes ou pelo danno que a si causarem durante o trajecto, salvo provando-se culpa do pessoal da estrada, e, neste caso, só é responsavel até o valor de 300\$, a menos que seus valores tenham sido declarados superiores a esta importancia, caso em que serão sujeitos a uma taxa convencional.

Art. 68. A companhia não responde pelos damnos resultantes do perigo que o transporte em caminho de ferro ou demora em viagem acarrete para os animaes vivos.

## MERCADORIAS

### NOTAS DE EXPEDIÇÃO

Art. 69. Todas as mercadorias devem ser acompanhadas de uma nota de expedição que indique exactamente (vide arts. 91, 159, 160 e 161).

- 1.<sup>o</sup> A data de apresentação ;
- 2.<sup>o</sup> O nome e residencia do expeditor e destinatario ;
- 3.<sup>o</sup> A natureza e peso bruto da mercadoria e numero de volumes ;
- 4.<sup>o</sup> Marca e acondicionamento ;
- 5.<sup>o</sup> Assignatura do expeditor.

Art. 70. Os volumes devem trazer marca ou endereço bem legivel, e além disto o nome da estação de destino ; e serem acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios, inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Nos carregamentos completos de vagões para o mesmo destino e consignatario, é dispensado o endereço, mas imprescindivel a marca.

Art. 71. Podem ser accoitas as notas de expedição que tiverem assignatura do expeditor impressa ou autographada.

Art. 72. Cada nota constitue uma expedição e não pôde mencionar sinão o nome de um só destinatario.

Por expedição entende-se um ou mais volumes procedentes de um só expeditor endereçados a um só destinatario.

Art. 73. Em uma mesma nota de consignaço não podem ser incluidas :

- 1.<sup>o</sup> Mercadorias que não sejam susceptiveis de ser carregadas sem inconveniencia no mesmo vagão ;
- 2.<sup>o</sup> Mercadorias cujo carregamento ou descarregamento tiver de ser feito pelo expeditor e destinatario com outras que não estejam nestas condições.

Art. 74. Os expedidores devem declarar si as suas mercadorias são frágeis. Si o frete deve ser pre-pago ou a pagar, nos casos em que o regulamento é facultativo (vide art. 81).

Art. 75. Os agentes da companhia não despacharão mercadoria alguma sem terem verificado a exactidão desta nota.

Art. 76. As mercadorias que misturadas com outras possam daniificar-as, serão transportadas em vagão especial.

Art. 77. A companhia poderá recusar a expedição de qualquer carga nos seguintes casos :

1.º Si o genero estiver mal acondicionado, que haja probabilidade de não chegar ao seu destino sem perda ou avaria ;

2.º Si reconhecer-se, no acto da entrega, que já está deteriorado ;

3.º Si verificar-se que o peso é inferior ao indicado na nota, ou que a marca e numero são inexactos ;

4.º Si houver falta de um ou mais volumes ;

5.º As mercadorias em estado de putrefacção em nenhum caso podem ser acceitas para transporte.

Entretanto o remettente poderá reparar os defeitos da carga, e neste caso a companhia fará a remessa, substituindo-se por outra a nota apresentada, si for necessario.

Art. 78. Enquanto a carga não for reparada ou retirada, si o remettente não quizer mais enviá-la, poderá demorar 24 horas na estação, sem responsabilidade por parte da companhia, sujeitando-se depois á armazenagem.

Art. 79. A companhia poderá igualmente expedir a carga no estado em que for entregue, dando o remettente ao chefe da estação uma nota assignada na qual declare os defeitos da mesma carga e allieve a companhia da responsabilidade pelas avarias, devendo a nota do remettente ser integralmente transcripta nos conhecimentos.

Art. 80. Si depois de registrala uma expedição, e antes de feito o transporte, quizer o expedidor, por qualquer motivo, alterar a consignação da mesma, ou retirá-la, a companhia, no segundo caso, annullará o despacho feito e restituirá o frete pago, menos as taxas de carga e descarga ; no primeiro caso far-se-ha novo despacho pelo qual se cobrará a differença de frete, levando-se em conta as taxas de carga e descarga como pagas, a não ter este serviço de ser de novo feito.

A taxa será de 600 réis por tonelada ou fracção de tonelada, quer para a carga, quer para a descarga. O expedidor, quer em um quer em outro caso, deve restituir á companhia os documentos que tiver recebido, sem o que não será annullado o despacho já feito.

Art. 81. As mercadorias susceptíveis de se deteriorarem em pouco tempo, os generos cujo valor importar em menos do que o respectivo frete, e as mercadorias taxadas nas tabellas 12, 13 e 14, serão sempre despachados com frete pago, não sendo as companhias responsaveis pelo estado em que chegarem as de facil deterioração.

Estas mercadorias só serão entregues nas estações de destino, mediante a apresentação do respectivo conhecimento.

Art. 82. Quando um volume contiver artigos diversamente classificados, serão todos taxados pela taxa da mais elevada das classes representadas.

Art. 83. Quando a estrada autorisar o carregamento ou o descarregamento fóra das estações, estes serviços serão feitos obrigatoriamente pelos cuidados e à custa do expedidor ou do destinatário.

Art. 84. O expedidor que precisar de um vagão para carga completa de sua mercadoria deve requisitá-lo com antecedencia de 24 horas, e de 48 horas si o pedido for para deus ou mais vagões.

O expedidor fica sujeito a multa de 5\$ por vagão por dia, si a mercadoria não for remettida á estação no dia convencionado. A importância desta multa pôde ser exigida no acto da requisição, sendo depois restituída, si não tiver de ser applicada.

A administração, no dia immediato ao fixado para a expedição poderá dispôr dos vagões.

O chefe da estação deve prevenir com antecedencia, ao expedidor, do dia e hora em que os vagões ficarem á sua disposição.

Art. 85. Nas estações de pequeno movimento a carga ou descarga de vagões será feita por pessoal do expedidor ou consignatário dentro do prazo que lhes for marcado; quando, porém, o expedidor ou consignatário por negligencia não o tenha feito dentro do referido prazo, este serviço poderá ser effectuado pela administração da estrada, cobrando esta, além do frete, 600 réis por tonelada ou fracção de tonelada por carga ou descarga de vagão.

Nenhum expedidor de um ou mais vagões de mercadorias poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões (vide art. 103).

O expedidor ou consignatário é responsavel por qualquer avaria causada por seus agentes nos vehiculos da estrada de ferro, na carga ou descarga de mercadorias, por excesso de lotação ou por qualquer outra causa.

Art. 86. Nas estações deverão ser descarregados os vagões de cargas que compuzem os trens, segundo a ordem de suas chegadas, devendo ser recolhidas aos armazens aquellas mercadorias que devam ser abrigadas, e em caso algum poderão os vagões permanecer carregados, ainda mesmo a pedido dos consignatários ou destinatários.

Art. 87. O frete minimo de um despacho é de 200 réis para cada companhia.

Art. 88. Toda a inscripção de mercadorias é feita dando-se ao expedidor, immediatamente após o despacho, um conhecimento que sera exigido no acto da entrega dos objectos. Pelos recibos impressos, passados em substituição de conhecimentos de mercadorias não apresentados, cobrará a companhia a taxa de 200 réis por cada um.

Para a retirada de mercadorias com recibos se exigirá que estes sejam assignados pelo consignatário ou por pessoa por elle legalmente autorizada, depois de reconhecida sua identidade. Pelas segundas vias de conhecimentos cobrará a companhia a



taxa de 500 réis por cada uma e mediante essa taxa serão fornecidas até tres mezes depois do despacho, uma vez que o remetente forneça os precisos esclarecimentos.

As segundas vias de mais de tres mezes até a época da destruição dos papeis serão extrahidas mediante indemnisação convencional com a companhia.

Art. 89. O transporte de objectos que exigirem o emprego de material especial não é obrigatorio.

Art. 90. As massas indivisais, que pesarem mais de 4,000 até 5,000 kilogrammas, ou cujo volume for superior de 4 até 5 metros cubicos, serão sujeitas a uma taxa adicional de 2 \$ por volume.

O transporte de massas indivisais de peso excedente a 5 toneladas metricas ou de volume superior a 5 metros cubicos, ou de quaesquer objectos que necessitem de emprego de material especial, não é obrigatorio; porém, quando acceitos, os preços e condições de transporte serão regulados por mutuo accordo entre a companhia e o remetente.

Art. 91. O transporte das materias inflammaveis se fará somente em trens exclusivamente de mercadorias, e em dias determinados.

As materias desta natureza, taes como: phosphoro, líquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, naphtha, gazolina, polvora, kerosene, dynamite e toda e qualquer outra substancia perigosa, devem ser acondicionadas em barris, caixões, latas, vasos ou botijas de paredes fortes; devem estar perfeitamente fechadas e offerecer toda a segurança para o transporte.

Os volumes contendo materias inflammaveis, explosivas e venenosas terão escripto o seu conteúdo em todas as faces, em caracteres bem legiveis (vide arts. 160 e 161).

Art. 92. As mercadorias taxadas segundo os preços das tabellas 12, 13 e 14 devem ser avisadas no dia anterior ao do despacho.

A carga será feita pelos remetentes e a descarga pelos consignatarios ou á custa destes pela companhia, si dentro de 24 horas, depois de avisados, não a effectuarem elles.

Por carga ou descarga se cobrará 600 rs. por tonelada ou fracção de tonelada.

Essas mercadorias não serão recolhidas debaixo de coberta.

Art. 93. Os animaes e madeiras, taxados segundo os preços das tabellas ns. 10, 11, 12, 13 e 14, serão transportados sem demora, quando completarem a lotação dos vagões proprios para esse transporte ou quando, não completando, pagar o remetente o valor da lotação dos mesmos vagões.

A companhia poderá recusar, por affluencia extraordinaria de mercadorias taxadas a peso, as cargas sujeitas ao preço de transporte das tabellas ns. 10, 11, 12, 13 e 14.

O frete dos despachos 12, 13 e 14 é sempre prepago para qualquer estação (vide art. 81).

Art. 94. As mercadorias de qualquer natureza remetidas para as estações a fim de serem expedidas pelos trens de carga

e cujos despachos não forem pagos dentro de 12 horas, ficam sujeitas às armazenagens previstas, a menos que tenha de ser pago o frete na estação destinatária (vide art. 123, § 1º).

Art. 95. Os generos e outros objectos não designados nas tarifas serão taxados segundo as tabellas feitas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 96. Si a remessa da mercadoria se compuzer de varios volumes, o frete será calculado como si formassem um só; esta concessão só terá lugar si os volumes estiverem classificados na mesma tabella e pertencerem á mesma expedição.

Art. 97. Si antes de feita entrega da mercadoria ao destinatario se verificar que o frete cobrado na estação de partida ou indicado para ser cobrado na estação de chegada é inferior ao real ou que se deixou de cobrar ou indicar para se cobrar alguma taxa, a estrada pôde reter a mercadoria, até que o expedidor ou destinatario satisfaga a differença do frete, etc. (vide art. 141).

Art. 98. Nos despachos de mercadorias, as fracções de pesos serão contadas por centesimos da tonelada.

Assim, todo o peso comprehendido entre 0 e 10 kilogrammas será taxado como si fossem 10 kilogrammas, entre 10 e 20 kilogrammas como si fossem 20 kilogrammas, etc. Do mesmo modo as fracções de volumes serão contadas por centesimo de metro cubico por 10 decimetros cubicos, assim como as fracções menores de 10 réis serão contadas como 10 réis, quando não houver duas ou mais parcelas para sommar; em caso contrario, a disposição deste artigo será applicada sómente á somma e não a cada parcella.

#### VOLUMES VASIOS EM RETORNO

Art. 99. Os volumes vacios em retorno serão despachados como se segue:

1.º Os barris, pipas, gigos, jacás, capoeiras, etc. etc., vacios (usados) em retorno, transportados em trens de mercadorias, são taxados na tabella 14;

2.º Os saccos vacios em retorno são transportados gratis, sem responsabilidade da companhia, e devem ser reunidos em pacotes solidamente atados; os pacotes devem trazer o endereço e o nome da estação do destino bem legiveis;

3.º A nota de expedição de saccos vacios em retorno não deve indicar o numero de saccos; só se admittie a indicação do numero de pacotes;

4.º Si estes objectos não forem retirados dentro do prazo de estada livre, pagarão os destinatarios a respectiva armazenagem, conforme o art. 123 § 1 ou § 4.

#### VEHICULOS

Art. 100. Ao transporte de vehiculos de qualquer especie, armados, desarmados ou encaixotados, applicam-se as tabellas 15, 16, 17 e 5.

A 1ª comprehende carros funebres, diligencias, caleças, carros e outros vehiculos de duas ou de quatro rodas para transporte de pessoas; carroças, carretas e outros vehiculos de duas ou de quadro rodas para transporte de generos.

A 2ª comprehende carros e vagões rebocados para estrada de ferro.

A 3ª comprehende locomotivas e tenders rebocados.

A 4ª comprehende vehiculos desarmados ou encaixotados.

Art. 101. Carros, caleças, tilburys, trollys, quando acceitos para transporte por trens de passageiros, pagarão frete duplo.

Art. 102. O carregamento e o descarregamento são feitos pelos enlulados e por conta e risco dos expedidores e dos destinatarios.

Si não forem retirados decorrido o prazo de estada livre de 48 horas, pagarão a taxa de armazenagem do art. 123, § 3ª.

O frete minimo de cada vehiculo é de 1\$ pelas tabellas 15 e 16 e de 3\$ pela tabella 17.

### CONDIÇÕES DE CARREGAMENTO

Art. 103. O peso da carga do vagão é conforme a lotação marcada no mesmo.

Art. 104. O frete das madeiras e outros objectos classificados nas tabellas 12, 13 e 14 é fixado até cinco toneladas para os vagões de quatro rodas, até 10 para os duplos, e até 15 para os triplos.

Art. 105. O excesso é cobrado na razão da respectiva tabella.

Art. 106. Calcula-se o peso da madeira em tóros, falcas, vigas, congoeiras, pranchões, taboas, etc., multiplicando-se o comprimento em decimetros pela altura e largura em centimetros, dividindo-se o producto por cem e tomando-se para o peso tantos kilogrammas quantos forem os decimetros cubicos assim achados.

O peso do milheiro de tijolos, telhas, parallelipedos e outros artigos semelhantes, a granel, calcula-se na proporção do peso de 10 dos de maiores dimensões.

Art. 107. Os volumes que excederem o comprimento de 12 metros só podem ser despachados mediante ajuste prévio com a estrada, e não é obrigatorio.

Art. 108. O carregamento dos vagões não pôde exceder, em altura e largura, as dimensões precisas para segurança do transporte.

### AVISO DE CHEGADA E PRAZOS DE DESCARREGAMENTO E ESTADA LIVRE

Art. 109. A estação recebedora avisará os destinatarios da chegada das expedições por trens de mercadorias.

Estes avisos serão feitos por expressos até a distancia de dous kilometros da estação, e além d' aquella distancia pelo Correio, não franquendo-se o porte. O prazo correrá da data e hora do aviso.

Os avisos para pessoas desconhecidas ou cuja residência seja ignorada, serão entregues, não franquidos, ao Correio.

Art. 110. Si dentro de 24 horas do aviso não for feita pelos destinatarios a descarga dos generos do pateo das tabellas 12, 13 e 14, será á custa destes feita pela estrada, mediante pagamento de 600 réis por tonelada ou fracção de tonelada (vide art. 86).

Estes generos devem ser retirados da estação dentro do prazo de 5 dias depois do aviso da chegada; si, porém, findo este prazo, não forem retirados, se cobrará a armazenagem prevista no art. 123 § 4º.

Art. 111. Para as mercadorias descarregadas nos armazens o prazo de estada livre é de 48 horas; este prazo, porém, poderá ser reduzido a 24 horas nos casos de grande affluencia de cargas, e quanto pela demora destes nos armazens da estrada resulte embarço para o recebimento e transporte de outras.

Excedido este prazo, se cobrará as armazenagens previstas no art. 123 § 1º.

Para as mercadorias despachadas — *à ordem* — o prazo de estada livre conta-se da hora da chegada dos generos na estação de destino, e só podem ser entregues á vista do conhecimento.

Art. 112. Quando os generos tiverem de ser descarregados nos pateos das estações, será a descarga feita pelos destinatarios, sendo dado o prazo de 24 horas para retirada dos pateos da estrada, findo o qual ficam sujeitos ao pagamento de armazenagem do art. 123 § 2º, salvo o disposto no art. 110.

Art. 113. Para o carregamento ou descarregamento dos vagões nos postos nos desvios concedidos a particulares, é dado o prazo de 24 horas para o respectivo desembarço; findo este prazo estão sujeitos ao pagamento de indemnisação de demora, segundo o art. 123 § 2º (vide art. 119).

Art. 114. Nenhuma despesa de armazenagem poderá a companhia cobrar pela demora das cargas em suas estações antes de serem expedidas, salvo si a demora for motivada pelo remittente ou consignatario. Neste caso perceberá a companhia as taxas do art. 123.

Art. 115. Para o decorrer do prazo de estada livre não são contados os domingos e dias santificados.

#### DESVIOS CONCEDIDOS A PARTICULARES

Art. 116. A carga ou descarga das mercadorias será feita pelos concessionarios do desvio e somente sob a responsabilidade e nome destes podem ser expedidas e recebidas mercadorias.

O carregamento de cargas para estes desvios só será feito quando completa a lotação do vagão; sendo os volumes em numero inferior ao da lotação do vagão, serão despachados para o armazem da companhia e dali retirados pelos seus donos, salvo o caso de ser paga a lotação.

Art. 117. Nenhum vagão poderá exceder em seu carregamento a lotação do mesmo vagão (vide art. 103).

Art. 118. O concessionario do desvio é responsavel por qualquer avaria causada nos vehiculos da estrada de ferro na carga ou descarga das mercadorias, ou por excesso de lotação no carregamento, ou por outra qualquer causa.

Art. 119. Para o carregamento e descarregamento dos vagões postos nos desvios é dado o prazo de 24 horas, contadas de sua collocação alli para o respectivo desembarço; findo este prazo, estão sujeitos ao pagamento de indemnisação de demora de 5\$ por vagão.

Art. 120. A estrada não se responsabilisa pelos danos ou faltas que o carregamento ou descarregamento feito no desvio acurretar às mercadorias.

Art. 121. Quando as mercadorias forem carregadas pelo expedidor, a estrada não responde pelo numero de volumes, ainda que as notas de expedição o indiquem.

Art. 122. Os vagões e suas cargas ficam sob a responsabilidade unica do concessionario do desvio enquanto alli permanecerem.

#### ARMAZENAGEM

Art. 123. Pela armazenagem das cargas, que, decorrido o prazo de estada livre, ficarem nas estações por não terem sido retiradas pelos consignatarios, depois de avisados das chegadas das mesmas cargas, quando conhecidos, cobrará a companhia as seguintes taxas:

1º, 2\$ por tonelada metrica, por dia, nos primeiros 10 dias e 4\$ por tonelada metrica por dia, dahi em diante (vide art. 98);

2º (mercadorias das tabellas 12, 13 e 14) 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada por dia;

3º, 2\$ por vehiculo e por dia. Os vehiculos não serão recolhidos debaixo de coberta;

4º, por todos os materiaes classificados nas tabellas 12, 13 e 14, que forem descarregados nos pateos das estações, não se cobrará armazenagem alguma dentro do prazo de 5 dias, contados da hora do aviso da chegada; si porém, findo este prazo, não forem retirados, pagarão a taxa diaria de 4\$ por tonelada ou fracção de tonelada;

5º, a taxa do § 1º é sempre applicavel aos generos de qualquer natureza descarregados debaixo de coberta;

6º, as taxas dos §§ 2º e 3º são sempre applicaveis aos materiaes, etc., descarregados nos pateos das estações e tambem para aquelles que forem depositados e não carregados por culpas alheias à companhia (vide art. 114).

## MERCADORIAS ACHADAS

Art. 124. As mercadorias não despachadas que forem achadas nas estações, serão recolhidas ao depósito até serem retiradas ou despachadas nas horas do expediente.

Exceptuam-se as mercadorias de fácil deterioração, a respeito das quaes se observará o disposto no art. 155 e as materias nocivas e perigosas, que serão inutilisadas, quando não puderem ser de prompto vendidas (vide art. 162).

Art. 125. As mercadorias achadas ficam sujeitos a armazenagem desde o dia em que tiverem sido recolhidas ao depósito, até o dia em que forem reclamadas (vide art. 123).

Art. 126. Si no fim de 90 dias, a contar da data da entrada no depósito, não forem reclamadas, poderão ser vendidas em leilão como as do art. 158.

Exceptuam-se das disposições acima os volumes de que trata o art. 61 de decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857.

## TRANSPORTES POR CONTA DO GOVERNO

Art. 127. Os transportes por conta do Governo Geral e Provincial estão sujeitos ás mesmas condições que os transportes ordinarios, quanto ao disposto neste regulamento.

## ARBITRAMENTO

Art. 128. O arbitramento, nos casos em que deve ter logar, será feito por dous arbitradores escolhidos, um pela parte o outro pela estrada; salvo, si ambos concordarem na escolha de um só arbitrador.

O arbitramento será reduzido a auto assignado pelos arbitradores, pela estrada e pela parte.

Art. 129. Si, porém, o destinatario e a estrada chegarem a accordo sobre o valor da avaria, será o accordo reduzido a auto assignado por ambos, que terá a mesma validade que o arbitramento.

Art. 130. Recusando-se o destinatario ao arbitramento amigavel ou achando-se ausente, a estrada requererá judicialmente um arbitramento e a remoção da mercadoria para um deposito publico, ou a venda da mesma.

Art. 131. O auto do arbitramento, quer amigavel, quer judicial, deve conter, além dos factos e das circumstancias geraes e avaria, as indicações seguintes:

1.ª A especie precisa, as marcas, os numeros e o peso de cada um dos volumes vistoriados;

2.ª A data e numero do despacho, e os numeros dos vagões em que tiverem chegado os volumes;

3.º A presença ou ausencia de indícios externos de quebrado, molhado, manchas, etc., em cada um dos volumes com designação exacta de sua marca e modo de acondicionamento ;

4.º A importância do damno resultante de cada uma das avarias verificadas ;

5.º A época a que pôde remontar a avaria suas causas apparentes ou presumidas ; si ella deve ser attribuída a vício proprio da mercadoria ou a seu modo de preparação ; a defeito, a insufficiencia ou ausencia do envoltorio ; em que consistem os vícios ou defeitos ; si em caso de molhadella, e as mercadorias terem já viajado por mar, essa molhadella provém ou não d'agua do mar ;

6.º A presença ou ausencia do reclamante ou de seu representante, e, si for possível, sua declaração de acceitar as conclusões da vistoria.

Art. 132. Ao formular os requerimentos á autoridade judiciaria para obter a nomeação de peritos, si precisarem, além dos pontos acima, quaesquer outros que as circumstancias indicarem como devendo fazer objecto da vistoria, se pedirá que os peritos sejam autorizados a consignar no acto os dizeres e as observações das partes.

Art. 133. A menos que os peritos sejam analphabetos ou impedidos por causa legitima, de redigirem elles mesmos seus laudos, estes documentos não podem ser lavrados por empregados da estrada sinão excepional e estritamente sobre os dados apresentados pelos peritos.

Art. 134. O consentimento do destinatario na vistoria ou arbitramento amigavel deve ser certificado por escripto.

Art. 135. Todo arbitramento ou vistoria amigavel deve ser reduzido a auto em duplicata.

Art. 136. A vistoria ou arbitramento deve ser feito dentro das 48 horas depois do descarregamento, salvo impedimento devidamente justificado.

## RECLAMAÇÕES

Art. 137. Em caso de perda ou damno de mercadorias, a companhia não se responsabilisa sinão pelo valor real e immediato dos volumes extraviados, e não pelos lucros que de sua entrega forem esperados, e isso mesino somente quando, na fórma deste regulamento e leis em vigor, tiver o expedidor direito a esta indemnisação.

Art. 138. Não serão attendidas pela estrada as reclamações por perda ou avaria de mercadorias :

1.º Que forem apresentadas depois de um anno, a contar da data do despacho ;

2.º Desde que tenham sido retiradas as cargas da estação sem reclamação ;

3.º Que não forem acompanhadas da factura original ou publica-fórma da mesma ;

4.º Quando a perda ou avaria provier de alguma das causas mencionadas no art. 102 do Código Commercial.

Art. 139. Das faltas e avarias encontradas no acto da entrega das mercadorias ao destinatario, lavrará o agente da estação de chegada auto circunstanciado.

Art. 140. As reclamações serão entregues aos agentes das estações, que as remetterão com os documentos e esclarecimentos necessários, ao escriptorio do tráfego, onde aguardarão despacho.

A entrega da reclamação ao agente será certificada por um recibo passado por este, si o reclamante o exigir.

Art. 141. A estrada restitue o frete que se verificar ter sido cobrado de mais do expedidor e tem o direito de haver executivamente deste, antes ou depois da entrega da mercadoria, o que se verificar ter sido cobrado de menos no acto do despacho.

Art. 142. Quando, porém, o excesso de frete provier de engano na pesagem, não será atendida a reclamação, si o destinatario não tiver exigido a verificação do peso antes de retirar a mercadoria.

#### EMBARGO OU PENHORA EM VOLUNTES DEPOSITADOS NAS ESTAÇÕES

Art. 143. Os casos de embargo ou penhora em mercadorias e outros objectos depositados nas estações da estrada serão regulados pelas disposições do decreto n. 841, de 13 de outubro de 1851, no que estas forem applicaveis.

Art. 144. Os objectos embargados ou penhorados não podem ser retirados das estações sem ter sido a estrada indemnizada do que lhe for devido por frete, armazenagem e mais despezas.

Art. 145. Quando o embargo ou penhora recahir em generos de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão estes ficar depositados nas estações.

#### DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 146. Os empregados da estrada encarregados do serviço de mercadorias, etc., são obrigados a dar aos expedidores todos os esclarecimentos que estes desejarem e facilitar-lhes quanto possível o cumprimento das formalidades a preencher.

Art. 147. Nenhum agente ou qualquer outro empregado poderá dar ao publico documento que contenha raspadura ou emenda substancial não resalvada.

Art. 148. Todo documento dado pela estrada, e que for depois por qualquer titulo apresentado, si se achar viciado, será retido, e dará lugar á imposição de uma multa de 50\$ a 100\$, segundo a gravidade do caso, á pessoa que o tiver viciado.

A expedição ou entrega da mercadoria será retardada até decisão superior.



## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 149. O systema metrico a que se refere a lei n. 1157 de 26 de junho de 1862, será o exclusivamente adoptado na estrada de ferro.

Art. 150. Todo kilometro encetado conta-se como si tivesse sido percorrido por inteiro.

Art. 151. Nenhuma alteração nos preços das tarifas se tornará effectiva sem annuncio prévio.

Art. 152. É expressamente prohibido á companhia fazer ajustes com quem quer que seja, sob qualquer forma ou denominação, tendo por fim alterar de qualquer maneira as tarifas approvadas, unicas que podem ser cobradas, salvo si para tanto for autorizada pelo Governo.

Haverá sempre a mais completa igualdade entre as diversas empresas de transporte em suas relações com a estrada de ferro. A companhia é obrigada a effectuar com cuidado, exactidão e presteza, e sem favorecer a um, mais do que a outro individuo, todos os transportes de qualquer natureza, que lhe forem confiados; salvo as excepções declaradas no presente regulamento.

Art. 153. A companhia proporcionará transporte, por meio de trem especial e sem augmento de taxa, aos passageiros que se destinarem a pontos de suas linhas ferreas ou a outros com os quaes estejam suas linhas em correspondencia quando seus trens tiverem atrazo que exceda á espera convencionada do outro trem e de modo que os passageiros possam chegar ao seu destino sem interromper a viagem, sempre que cheguem no ponto de correspondencia dez passageiros, pelo menos, viajando na mesma direcção.

Não será, portanto, recusada pela companhia em qualquer estação a venda de bilhetes para outros pontos, desde que no sentido em que se tiver de fazer viagem não exista interrupção do trafego.

Art. 154. Os volumes, animaes ou outras quaesquer cargas entregues á estrada de ferro, serão inscriptos, nas estações de partida e chegada, em registros especiaes, á medida que forem recebidos, mencionando-se a estação do destino, nome dos remetentes e dos consignatarios, marcas, qualidade dos volumes, especie de mercadorias, fretes pago ou a pagar.

As remessas serão feitas pela ordem da inscripção no registro da estação de partida, salvo os casos de preferencia por objecto de serviço publico.

Art. 155. O frete dos objectos transportados pela estrada é cobrado pelo peso bruto ou pelo que resultar de medição.

Art. 156. Os objectos que, por sua natureza, forem sujeitos a prompta deterioração, poderão ser vendidos *ex-officio* e sem as formalidades judiciais, no fim de oito dias ou antes, si for indispensavel.

Deduzido o frete, armazenagem devida, e quaesquer outras despesas que houver, ficará o excedente da venda á disposição de quem pertencer.

Art. 157. Para a venda de bilhetes e recebimento das expedições de bagagens, encommendas e animaes, os escriptorios se abrem, nos dias uteis em todas as estações, pelo menos meia hora antes da partida do primeiro trem de passageiros, e aos domingos e dias feriados por lei, sòmente meia hora antes da partida dos trens de passageiros.

Art. 158. Si antes de feita a entrega da mercadoria ao destinatario, se verificar que o frete cobrado na estação de partida ou indicado para ser cobrado na estação de chegada, é inferior ao real, ou que se deixou de cobrar ou indicar para se cobrar alguma taxa, a estrada póde reter a mercadoria até que o expedidor ou destinatario satisfaça a differença do frete, etc. (vide art. 141).

Art. 159. As bagagens, encommendas e mercadorias que não forem retiradas das estações destinatarias no prazo de 60 dias, a contar da data em que forem descarregadas, ou por terem sido recusadas ou não procuradas pelos destinatarios ou por não serem estes conhecidos, poderão ser vendidas em leilão publico, que será annuciado diariamente e com 15 dias de antecedencia, constando do annuncio todos os signaes, marcas e outras indicações que facilitem conhecer-se o destinatario ou o expedidor do volume.

Os materiaes classificados nas tabellas 12, 13 e 14, sal solto e quaesquer outros generos descarregados nos pateos das estações que não tiverem sido retirados por terem sido recusados ou não procurados pelos destinatarios ou por não serem estes conhecidos e igualmente quaesquer generos ou materiaes depositados nas estações ou pateos que não possam ser expedidos por culpa exclusiva dos interessados, ou cuja armazenagem vencida não for paga, poderão ser vendidos *ex-officio* no fim de 15 dias, observadas tão sòmente as formalidades seguintes:

Quando as mercadorias descarregadas nos pateos forem recusadas ou quando os respectivos destinatarios não sejam conhecidos, a companhia dará immediatamente aviso ao expedidor pelo Correio, não franqueando o porte da comunicação.

Quando os interessados não tiverem providenciado sobre a expedição ou sobre a retirada dos generos ou materiaes depositados nos pateos, a companhia dará aviso com a necessaria antecedencia, de que se vai effectuar a venda *ex-officio* e de conformidade com o estabelecido acima.

O producto liquido da venda, deduzido o que for por qualquer titulo devido á companhia, ficará á disposição de quem pertencer.

Art. 160. Si a administração da estrada suspeitar inexactidão na indicação do conteúdo de qualquer volume, tem o direito de verificá-lo em presença do expedidor ou destinatario, ou seus empregados, e, na falta de qualquer delles, em presença de duas testemunhas.

Art. 161. O expedidor é responsavel pelas indicações contidas nas notas de expedição, e suporta todas as consequencias resultantes de indicações erroneas, indecifráveis ou inexactas (arts. 69 e 91).

Art. 162. Verificada a falsa declaração ou inexactidão do conteúdo dos volumes, cobrar-se-ha frete duplo dos generos não manifestados.

Si, porém, estes generos forem inflammaveis ou de grande responsabilidade, o expedidor pagará a differença do frete e a multa de 100\$ a 200\$000.

A estrada poderá deter toda a expedição em que houver um ou mais volumes sujeitos, por falsas declarações, a multas comminadas em seus regulamentos.

Em caso de accidente será o expedidor, além disso, obrigado a indemnizar a estrada do damno causado a seu material, ou de qualquer outro que este venha a soffrer, sem prejuizo da responsabilidade criminal, segundo as leis em vigor.

Art. 163. Si os volumes detidos contiverem materias nocivas ou perigosas, serão estas inutilizadas, si não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 164. Não sendo as multas pagas no prazo de 48 horas, a companhia procederá á venda dos objectes detidos, sem as formalidades judiceas.

Art. 165. A responsabilidade da companhia só cessa com a entrega dos objectes aos destinatarios ou seus prepostos, salvo os casos especificados nas presentes instrucções, e para os quaes esta responsabilidade está definida.

Art. 166. O destinatario tem direito de, antes de passar recibo ou entregar o conhecimento dos generos, examinar o estado externo dos volumes. Só se permittirá o exame interno se os volumes apresentarem indicios de violação ou avarias. Nos casos de avaria, o destinatario só tem direito de recusar a mercadoria quando esta estiver de tal modo damnificada, que nenhum valor commercial tenha, ou quando o volume formar um todo tal, que a avaria de uma parte importe a perda do valor para o todo.

Sendo, porém, a avaria apenas parcial, deve elle retirar a mercadoria logo depois de avaliado o damno causado.

Art. 167. Nos casos de demora de parte de uma expedição, o destinatario não tem direito, sob o pretexto de não estar esta completa, de recusar-se a retirar a parte que tiver chegado, salvo o caso em que a expedição constituir um todo tal, que a falta de uma das partes o deprecie ou inutilise.

Art. 168. A companhia não se responsabilisa:

1.º Pelas avarias ou perdas que provierem de caso fortuito ou de força maior ;

2.º Pelos damnos que o carregamento ou descarregamento feito pelo expedidor ou destinatario acarretar ás mercadorias ou animais ;

3.º Pelas avarias inherentes á natureza das mercadorias, taes como a deterioração de frutas, diminuição ordinaria de peso, combustão espontanea, effervescencia e evaporação ou exgotamento de liquido, etc. ;

4.º Pelas faltas de peso ou medida que soffrerem as mercadorias, em consequencia da influencia atmosferica ou de qualquer

outra causa de caracter inevitavel, independente do serviço da estrada de ferro ;

5.ª Pelas mercadorias que não estiverem devidamente acondicionadas, de modo a poderem resistir aos choques ordinarios, inhrentes ao transporte por estrada de ferro ;

6.ª Igualmente não será responsavel por avarias de outra qualquer natureza, desde que não forem authenticadas pelo chefe da estação antes da entrega dos objectos, e não houver estrago conhecido nos involucros, procedente de negligencia de seus empregados.

7.ª Quando os generos forem carregados pelo expedidor a estrada não responde pelo numero de volumes, ainda que as notas de expedição o indiquem.

Art. 169. Nenhuma responsabilidade caberá á estrada quanto a vagões carregados de ou para desvios particulares, enquanto nelles permanecer m.

Art. 170. Por infracção de qualquer das disposições relativas ao serviço de passageiros ou de mercadorias, serão os empregados da companhia sujeitos á multa de 30\$ a 50\$, ou demittidos, conforme a gravidade do caso.

Art. 171. Todos os papeis concernentes ao expediente do trafego serão conservados por dois annos. Desta data em diante serão inutilizados os anteriores e esse espaço de tempo, de fôrma que existam sempre archivadas as notas de consignação, facturas, livros e mais papeis relativos aos dois ultimos annos.

A companhia dará certidões dos papeis concernentes ao expediente do trafego, a quem as pedir, mediante o pagamento da taxa de 2\$ por cada certidão e mais busca de 2\$, quando esta exceder a seis mezes.

Art. 172. Tante as presentes instrucções e tarifas, como os artigos do regulamento annexo ao decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857, deverão ser impressos, e colligidos em folheto, do qual serão distribuidos exemplares por todas as estações, como determina o art. 36 do referido regulamento.

No caso de duvida na intelligencia dos artigos das presentes instrucções e das do regulamento de 26 de abril de 1857, prevalecerão as desse regulamento.

Capital Federal, 6 de maio de 1895.—*Antonio Olympio dos Santos Pires.*

## REGULAMENTO DO TELEGRAPHO

### APRESENTAÇÃO E TRANSMISSÃO DE TELEGRAMMAS

Art. 1.ª Os telegrammas são acceitos em todas as estações da estrada de ferro, tanto nos dias uteis como nos feriados por lei.

Art. 2.º Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes que representam a ordem de transmissão:

- 1.º Telegramma urgente em serviço da estrada ;
- 2.º Telegramma do Governo Federal ;
- 3.º Telegramma do Governo do Estado ;
- 4.º Telegrammas das autoridades ;
- 5.º Telegrammas urgentes particulares ;
- 6.º Telegramma ordinario em serviço da estrada ;
- 7.º Telegramma ordinario particular.

Art. 3.º Os telegrammas devem: (\*)

1.º Ser escriptos pelo proprio expedidor com tinta preta e de modo que possam ser lidos facilmente letra por letra ;

2.º Não conter abreviaturas, rasuras, palavras emendadas ou inutilizadas por meio de riscos ;

3.º Indicar o nome da estação de destino e o nome e residencia do destinatario, salvo si for notoriamente conhecido.

Art. 4.º O expedidor de um telegramma é obrigado a provar a propria identidade de pessoa quando llo exigir a estação de procedencia.

Art. 5.º É prohibido a acceitação de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial á segurança publica ou offensivo á moral e aos bons costumes, ou prejudicial ao serviço da estrada. No caso de duvida, decidirão as autoridades policiaes do lugar, si o telegramma poderá ou não ser transmittido.

Art. 6.º A apresentação do telegramma é certificada por um recibo entregue ao expedidor o qual deve exhibir-o em caso de reclamação.

Art. 7.º A transmissão de telegramma será feita na ordem prescripta no art. 2.º e segundo a hora de apresentação.

Art. 8.º No caso de affluencia de telegrammas particulares entre duas estações em communicação directa, serão transmittidos por series alternadas. A serie não excederá do cinco telegrammas.

Muitos telegrammas successivos do mesmo expedidor, para o mesmo ou differentes destinatarios, serão divididos em series.

Entre estas series transmitir-se-hão, quando houver, telegrammas de outros expedidores, embora tenham sido apresentados posteriormente.

---

(\*) Quando o expedidor vier á estação, deve elle mesmo escrever o telegramma no impresso para este fim adoptado.

Quando, porém, o expedidor não vier, a estação pode remetter a minuta do telegramma que, depois de transcripta no impresso será collada ao mesmo.

A minuta deve conter os requisitos exigidos nos §§ 1.º, 2.º e 3.º.

O operador do telegrapho pode rectificar qualquer das irregularidades mencionadas nos §§ 1.º, 2.º e 3.º, sendo, porém, o expedidor, obrigado a declarar no telegramma as emendas e alterações feitas, quando estiver presente; o expedidor não estando presente, o operador do telegrapho declarará no recibo as emendas e alterações.

Art. 9.º Os telegrammas apresentados como urgentes terão esta declaração assignada pelo signatario do telegramma ; serão transmittidos de preferencia aos ordinarios e pagarão taxa dupla.

Art. 10. Os telegrammas de mais de cem palavras podem ser retardados para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Os telegrammas do Governo, da estrada de ferro e das autoridades, embora apresentados posteriormente aos dos particulares, serão sempre expedidos em primeiro logar, conforme a precedencia indicada na ordem de transmissão.

Art. 11. A estrada se reserva o direito de interromper as communicações telegraphicas para serviço de particulares, por tempo indeterminado, no caso em que o julgar conveniente, em vista de urgencia no serviço da estrada ou do Governo.

Art. 12. O expedidor pôde exigir da estação de destino a repetição integral de seu telegramma, pagando taxa dupla ; para este fim fará logo, após a sua assignatura, a seguinte declaração: pede-se a repetição deste telegramma — a qual não será contada.

Si, depois de transmittido o telegramma, o expedidor exigir a repetição, poderá fazel-o por novo telegramma á estação de destino, pagando a taxa deste e do telegramma repetido.

Art. 13. O telegramma, antes de começar a transmissão, pôde ser retido, restituindo-se ao expedidor a taxa.

#### AVISO DE RECEPÇÃO

Art. 14. O expedidor de um telegramma pôde pedir que lhe seja declarada a hora em que for o telegramma entregue ao destinatario ; para este fim fará, logo após a sua assignatura, a seguinte declaração: pede-se — aviso da hora de entrega —, a qual não será contada.

A taxa de aviso da hora de entrega é identica á taxa de um telegramma de 15 palavras. Esta taxa será paga pelo expedidor do telegramma, cuja hora de entrega fór exigida. Si, depois de transmittido o telegramma, o expedidor exigir o aviso da hora da entrega, poderá fazel-o por novo telegramma á estação de destino, pagando a taxa deste e do telegramma — avisando a hora da entrega.

#### CONTAGEM DAS PALAVRAS

Art. 15. Na contagem das palavras observar-se-hão as seguintes regras:

1.ª Tudo que o expedidor escrever, para ser transmittido, entra na contagem das palavras, menos os signaes de pontuação, traços de união, apostrophes, sublinhas, parenthesis, aspas e as indicações de que tratam os arts. 12 e 14 ;

2.<sup>a</sup> Conta-se como uma, qualquer palavra que tenha 15 caracteres ou menos; para o excedente conta-se uma palavra por cada 15 caracteres ou fracções;

3.<sup>a</sup> Toda a palavra composta, escripta de modo que forme uma só e não sendo contraria ao uso da lingua, como tal será contada de conformidade com o disposto no paragrapho anterior;

4.<sup>a</sup> Si, porém, forem escriptas separadamente, as partes de que ellas se compoem ou mesmo reunidas pelo traço de união ou separadas por apostrophe, serão contadas como outras tantas palavras;

5.<sup>a</sup> Os grupos destacados de algarismos e letras contam-se como tantas palavras quantas forem as series de cinco ou menos que contiverem;

6.<sup>a</sup> Os signaes de accentuação não são contados;

7.<sup>a</sup> Os grupos destacados de numeros escriptos em caracteres romanos contam-se como tantas palavras quantas forem as series de cinco ou menos que contiverem;

8.<sup>a</sup> As letras accrescidas aos algarismos para designar os numeros ordinarios, contam-se uma por uma como algarismos;

9.<sup>a</sup> O nome da estação de destino será contado como uma só palavra, qualquer que seja o numero que o componha.

Art. 16. Entram na contagem das palavras:

1.<sup>o</sup> O nome do expedidor, o do destinatario e o endereço;

2.<sup>o</sup> Todas as palavras contidas no corpo do despacho e a declaração — *Resposta paga para... palavras*;

3.<sup>o</sup> O reconhecimento da assignatura quando houver.

Art. 17. Não serão taxadas quaesquer palavras ou signaes accrescentados no interesse do serviço do telegrapho.

Igualmente não serão taxadas a data, a hora da apresentação do telegramma nem o logar de procedencia, sinão quando o expedidor o inscrever na minuta.

#### COBRANÇAS DAS TAXAS

Art. 18. A taxa é de 500 réis por telegramma até 10 palavras, addicionando-se 50 réis por palavra excedente; para os telegrammas particulares, com declaração de urgencia, as taxas serão duplas.

A taxa é paga na estação de partida no acto de ser apresentado o telegramma, e será dado ao expedidor um recibo com menção da taxa cobrada.

Art. 19. As taxas dos telegrammas expedidos em conta dos Governos da União e do Estado, de accordo com as instrucções que vigorarem, serão para cada companhia as estipuladas nos respectivos contractos.

Art. 20. Os telegrammas dirigidos ás redacções de jornaes, contendo noticias destinadas á publicidade, terão a redução de 50 %, não devendo, porém, nenhum destes telegrammas pagar menos de 500 réis para cada companhia.

Art. 21. O mesmo telegramma dirigido a mais de um destinatario, pagará, além da taxa da tarifa para um destinatario, mais metade por cada um dos outros, sendo, porém, a taxa minima de 500 réis para cada companhia.

O mesmo telegramma dirigido a mais de uma estação, pagará a taxa correspondente a cada uma destas.

Art. 22. O expedidor pagará de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras e a estação para onde deve ser enviada a resposta, quando não seja a mesma de procedencia.

Neste caso, a minuta do telegramma deve ter a declaração: — *Resposta paga para... palavras.* — ou: — *Resposta para... paga até... palavras.* antes da assignatura do expedidor.

Si a resposta tiver menor numero de palavras do que o indicado no telegramma, não se fará restituição.

Si o numero de palavras for maior, o excesso será pago pela pessoa que apresentar a resposta, à razão de 50 réis por palavra para cada companhia.

Art. 23. A resposta para ser transmittida deve ser apresentada dentro das 48 horas que se seguirem a entrega do telegramma primitivo ao destinatario; a resposta apresentada depois de findo este prazo, fica sujeita a pagamento de taxa.

#### ENTREGA DOS TELEGRAMMAS

Art. 24. Os despachos serão levados às casas dos destinatarios, dentro dos limites da cidade ou povoação em que se achar a estação; fora deste caso, serão expedidos incontinentemente pelo Correio, não franqueando-se o porte.

Art. 25. O telegramma pôde ficar na estação de destino até que o destinatario o procure.

Si não for reclamado dentro de um mez, será destruido.

Art. 26. Na ausencia do destinatario os telegrammas serão entregues às pessoas de sua familia, a seus empregados, criados ou hospedes, salvo si o expedidor designar na minuta pessoa especial.

Si nenhuma destas pessoas for encontrada, far-se-ha menção disto no despacho, que voltará ao escriptorio de destino, para depois ser expedido pelo Correio, não franqueando-se o porte.

Quem receber o telegramma em nome do destinatario, deverá assignar o recibo indicando esta circumstancia.

Si, por declaração erronea de endereço ou por falta deste requisito, não puder ser entregue ao destino um telegramma, esta circumstancia será communicada à estação despachante por telegramma.

Art. 27. Os telegrammas que tiverem de ser procurados na estação de destino serão entregues só ao proprio destinatario ou à pessoa por elle competentemente autorizada.

Art. 28. O pedido para que o telegramma expedido não seja enviado ao destinatario, deve ser feito por novo telegramma do



expedidor ao chefe da estação de destino, sujeito à taxa; não assumindo porém a companhia responsabilidade, quanto a poder ser dada execução ao pedido.

#### RESTITUIÇÃO DAS TAXAS DOS TELEGRAMMAS

Art. 29. O expedidor tem direito à restituição da taxa nos seguintes casos:

1.º Quando o telegramma enviado ao destinatario estiver alterado a ponto de não satisfazer ao fim a que era destinado;

2.º Quando o telegramma chegar à casa do destinatario com demora de mais de duas horas depois da recepção na estação do destino, si a demora provier de negligencia ou descuido do pessoal da estrada;

3.º Quando for necessario retardar a transmissão do despacho, salvo si a parte sujeitar-se à demora inevitavel.

Art. 30. Qualquer reclamação para a restituição de taxa deve ser feita, sob pena de prescrição, dentro de um mez da cobrança.

#### SEGREDO DOS TELEGRAMMAS

Art. 31. Os empregados da estrada são obrigados a guardar absoluto segredo sobre os telegrammas.

São-lhes applicaveis pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos e divulgação de seu enunciado, as leis que garantem o sigillo das cartas confiadas ao Correio e a segurança de seu transporte.

Art. 32. Os originaes dos telegrammas serão conservados durante 12 mezes, com todas as precauções necessarias que dizem respeito ao segredo.

Mensalmente se inutilisarão os originaes, queimando-se os que entrarem no decimo terceiro mez.

Art. 33. Só poderão ser dadas certidões de telegrammas ao expeditor ou destinatario, provando a identidade de pessoa, ou aos seus legitimos procuradores, cobrando-se a taxa de 2\$ por um telegramma de 10 palavras e 500 réis por cada 10 palavras excedentes ou fracção de 10 palavras.

A companhia só poderá fornecer as certidões acima designadas quando as partes interessadas ministrarrem as indicações necessarias para se acharem os telegrammas.

O prazo para fornecimento de certidões expira no fim de 12 mezes, da data do despacho.

Capital Federal, 6 de maio de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS

## A

	Tabellas
Abas para chapéos.....	6
Abacates.....	2 A ou 4
Abanos.....	6
Abacaxis.....	2 A ou 4
Abelhas.....	2
Aboboras.....	4
Abotoaduras de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditas diversas.....	8
Abraçadeiras de ferro.....	5
Abriçós.....	2 A ou 4
Absintho.....	6
Açafates e semelhantes.....	7
Açafrão.....	6
Açamos.....	6
Ações de companhias e bancos.....	$\frac{1}{4}$ % <i>ad val.</i>
Accessorios de trilhos, como chapas de junção, pregos, parafusos e porcas de juntas.....	5
Acetonas ou espirito pyracetico.....	6
Acetatos.....	6
Achas de lenha.....	14
Acidos puros.....	6
Ditos im puros para fins industriaes.....	5
Aço.....	5
Dito em obras artisticas.....	6
Aconito.....	6
Accordeons.....	7
Açoutes.....	6
Aduelas.....	5
Afiadores de facas.....	8
Agatha (artigos de).....	8
Agrião.....	2 A ou 4
Agua.....	4
Agua de cheiro.....	6
Ditas mineraes e medicinaes.....	6
Agua-raz.....	6
Aguardente estrangeira.....	6
Dita nacional.....	3
Agulbas diversas.....	8
Agulhas e corações para estradas de ferro.....	5
Agulheiros.....	8
Agulhões.....	8
Alabardas.....	6
Alabastro em bruto e em pó.....	6
Dito em obra.....	7
Alamares de ouro e prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>

	Tabellas
Alamares de algodão, lã e seda.....	6
Alambiques e pertenças.....	5
Alavancas de ferro.....	5
Albuns.....	6
Albumina animal e secca.....	6
Alcaçuz.....	6
Alcaloides.....	6
Alcatifas.....	6
Alcatrão.....	14
Alcool estrangeiro.....	6
Dito nacional.....	3
Alcoometros.....	7
Aldrabas de ferro.....	5
Alecrim.....	6
Aletria.....	4
Alface.....	2 A ou 4
Alfafa (semente).....	8
Dita (feno).....	14
Alfazema.....	6
Alfinetes de ouro e prata.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Ditos diversos.....	8
Alforjes.....	6
Algemas.....	8
Algodão em rama.....	3
Dito em caroço.....	4 A
Alhos.....	4
Alicates.....	8
Alidades.....	7
Alizarina.....	6
Almiscar.....	6
Almofaças.....	8
Almofadas.....	7
Almofarizes.....	8
Almotolias.....	8
Aloes.....	6
Alpacas.....	6
Alpendres de ferro.....	5
Alpiste.....	8
Alumina secca.....	6
Aluminio.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Alvaiade.....	5
Amassadouros.....	5
Ambar.....	6
Ameixas.....	2 A ou 4
Amendoas.....	8
Amendoim.....	4
Amethystas.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Amianto.....	8
Amido.....	4
Ammonia e ammoniaco.....	6

	Tabellas
Amoras.....	2 A ou 4
Ampulhetas.....	7
Amygdalina.....	6
Amygdolotomos.....	6
Amylena.....	6
Ancoras e ancorotes.....	8
Ditos vasos em retorno.....	14
Ancoras de ferro.....	5
Andores.....	7
Anéis de ouro, prata, etc.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Anéis ordinarios.....	8
Angico.....	6
Aniagem.....	3
Anil.....	6
Animaes empalhados ou embalsamados.....	7
Ditos vivos em gaiolas, engradados ou cestos..	9
Ditos ferozes, taxa convencional. (Vide art. 57.)	
Ditos diversos.....	10 ou 11
Aniz.....	6
Antas. (Vide art. 57.)	
Anisette.....	6
Antimoniatos.....	6
Anzoes.....	8
Aparadores. (Vide mobilia.)	
Apparelhos para gaz.....	8
Ditos telegraphicos.....	5
Ditos scientificos.....	7
Ditos para agua.....	8
Ditos para exgottos.....	8
Apiol puro.....	6
Apitos.....	8
Apolices.....	$\frac{1}{4}$ % ad val.
Apomorfina pura e seus saes.....	6
Aquarios.....	7
Arados.....	5
Arame.....	5
Araras.....	9
Araruta.....	4
Arbustos.....	2 ou 5
Archotes.....	8
Arções para sellins.....	6
Arcos de violinos, etc.....	7
Ditos de ferro ou madeira.....	5
Ardosia, arêa, argilla.....	14
Areometros.....	7
Argolas de metal.....	8
Armas de fogo.....	6
Armação para chapéos de sol.....	8
Dita para igrejas.....	8
Dita para lojas.....	7

	Tabellas
Armarinho (artigos de).....	8
Armarios. (Vide mobilia.)	
Arminho ou armelina.....	6
Arnica.....	6
Aros de ferro e aço.....	5
Arpões.....	8
Arrebites.....	5
Arreios.....	6
Arrobes.....	6
Arroz.....	4
Arruellas.....	5
Arsenico.....	6
Artigos de folha de Flandres não classificados...	8
Ditos inflammaveis não classificados.....	6
Ditos de desenho não classificados.....	8
Ditos de escriptorio não classificados.....	8
Ditos de confeitaria não classificados.....	6
Ditos de pacotilhas não classificados.....	6
Ditos de luxo não classificados.....	7
Ditos de armarinho e ferragens.....	8
Ditos miudezas.....	8
Arvores.....	2 ou 5
Asbestos.....	8
Asphalto.....	14
Assadores.....	8
Assucar.....	3
Assucareiros ordinarios.....	8
Ditos de prata ou metal fino.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Assucenas para castiças.....	6
Atanados. (Vide couros.)	
Atinca.....	6
Atropina.....	6
Aves em gaiolas ou capoeiras.....	9
Ditas empalhadas.....	7
Aveia.....	4
Avelãs.....	8
Avellorios.....	8
Aventaes.....	6
Azarcão.....	5
Azebre.....	6
Azeites.....	8
Azeltonas.....	8
Azougue.....	6
Azulejo.....	14

**B**

Babeiras.....	7
Bacalhão.....	4

	Tabellas
Bacamartes.....	6
Bacias de louça. (Vide louça.)	
Ditas de metal.....	8
Ditas de barro do paiz.....	3
Ditas de barro para exgotto.....	14
Ditas de latrina (watercloset).....	8
Baetas e baetilhas.....	6
Bagas de mamona.....	14
Ditas de zimbro.....	14
Bagagens.....	1 A ou 6
Bagatellas.....	7
Baiús vasio.....	6
Bainhas para espadas, etc.....	6
Baionetas.....	6
Baixaeiros.....	6
Balas de chumbo ou ferro.....	8
Balaños.....	8
Balanças.....	8
Balões.....	8
Balcões. (Vide mobilia.)	
Baldes.....	8
Balisas.....	8
Balsamos.....	6
Bambinellas.....	6
Bambús.....	12
Bananas.....	2 A ou 4
Bancos diversos. (Vide mobilia.)	
Bandas de lã, seda e outras.....	6
Bandeiras de estofa.....	6
Ditas de portas. (Vide portas.)	
Bandejas de prata.....	$\frac{1}{2}\%$ ad val.
Ditas diversas finas.....	6
Ditas diversas ordinarias.....	8
Bandolins.....	7
Banguós.....	5
Banha para cabelo.....	6
Dita de porco.....	4
Banheiras de marmore.....	6
Ditas de metal.....	8
Barbante.....	8
Barbatanas.....	8
Barbellas.....	8
Barbicachos.....	6
Baréges.....	6
Barómetros.....	7
Barracas.....	8
Barras magneticas.....	7
Barretes.....	6
Barricas e barris vasio novos.....	8
Ditos desarmados.....	5

	Tabellas
Barricas e barris vasio em retorno.....	14
Barrilha.....	14
Barro.....	14
Barrotes.....	12
Bastidores.....	8
Batatas.....	4
Batentes de estrada de ferro.....	5
Baptistes.....	6
Batoques.....	8
Baunilhas.....	6
Bebidas alcoolicas não classificadas.....	6
Beijús.....	4
Belbutes.....	6
Bengalas.....	6
Benjoim.....	6
Benzina.....	6
Benzoatos.....	6
Berços. (Vide mobilia.)	
Bestas e burros.....	11
Bésta e bodoques.....	7
Betume.....	14
Bezerros.....	10
Bichas (sanguessugas).....	6
Bichos de seda.....	2
Bicame.....	5
Bicos para gaz.....	8
Ditos diversos.....	6
Bidets. (Vide mobilia.)	
Bigornas.....	5
Bijouteria.....	$\frac{1}{2}\%$ ad val.
Binoculos.....	7
Bilhares.....	7
Bilhetes (impressos).....	8
Bilros.....	5
Biombos.....	8
Birimbaó.....	7
Bisagras.....	8
Biscoutos.....	4
Bismutho.....	6
Bisnagas.....	8
Bistoris.....	7
Bitter.....	6
Bocaes para instrumentos de musica.....	7
Bocetas de ouro e prata.....	$\frac{1}{4}\%$ ad val.
Ditas diversas.....	8
Bois.....	11
Boias.....	5
Boiões vasio novos.....	8
Ditos vasio em retorno.....	14
Bolas de bilhar, etc.....	7

## Tabellas

Bolachas.....	4
Bolças de viagem varias.....	6
Boldriés.....	6
Bombas para agua.....	5
Ditas explosivas.....	6
Bombasinas.....	6
Bombos.....	7
Bonecas.....	7
Bouets.....	6
Boquilhas.....	6
Boratos.....	6
Borax.....	6
Borlas.....	6
Bornaes ou embornaes.....	6
Borras de vinho, azeite e vinagre.....	8
Borracha.....	3
Dita em obra.....	8
Borzeguins de couro, etc.....	6
Botas e botinas.....	6
Botijas varias novas.....	8
Ditas em retorno.....	14
Botões de ouro e prata.....	$\frac{1}{2}\%$ ad val.
Ditos diversos.....	8
Brazeiras de barro.....	3
Ditas de ferro.....	8
Breu.....	14
Bridas e bridões.....	6
Brilhantes.....	$\frac{1}{2}\%$ ad val.
Brins.....	6
Brincos (bijouteria).....	$\frac{1}{2}\%$ ad val.
Brinquedos.....	6
Broacas.....	5
Brocas.....	8
Brochas.....	8
Bromatos e bromuretos.....	6
Bronze.....	5
Dito em obra.....	6
Brunidores de café, etc.....	5
Buchas.....	8
Bules de prata.....	$\frac{1}{2}\%$ ad val.
Ditos de metal.....	8
Buris.....	8
Burras de ferro.....	8
Bussolas.....	7
Bustos.....	7
Buzinas e buzios.....	7



## C

	Tabellas
Cabazes.....	8
Cabeçadas e cabeções.....	7
Cabrestos.....	6
Cabellos.....	6
Ditos em obra.....	6
Cabides. (Vide mobilia.)	
Cabos de canhamo, linho, etc.....	8
Ditos de arame.....	5
Ditos de madeira.....	5
Cabrias.....	6
Cabriolés.....	15
Cabritos e cabras.....	10
Caça.....	2 A ou 4
Caçambas de ferro.....	8
Ditas (estribos).....	8
Cacão.....	3
Cachaça.....	3
Cachemira.....	6
Cachenez.....	6
Cachimbos.....	6
Ditos ordinarios.....	8
Cadarço.....	8
Cadaveres. (Vide art. 18.)	
Cadeados.....	8
Cadeiras. (Vide mobilia.)	
Cadinhos.....	8
Cadmio.....	6
Café em casquinha.....	3 A
Café em cereja ou côco.....	3 B
Café em grão.....	3
Café moido.....	4
Cafeína.....	6
Caibros.....	12
Caixas de rapé de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}\%$ ad val.
Ditas diversas.....	8
Ditas de guerra.....	7
Ditas vasia de madeira, folha ou papelão.....	6
Caixão de defunto, vasio.....	7
Dito com defunto. (Vide art. 18.)	
Caixões vasio em retorno.....	14
Ditos vasio novos.....	8
Caixilhos com vidros.....	7
Ditos sem vidros.....	5
Cal.....	14
Calaim.....	5
Calandras.....	5
Calças.....	6
Calçadeiras.....	8

	Tabellas
Calçado.....	6
Caldeiras da machinas e suas pertencas.....	5
Ditas e caldeirões. (Vide pinellas.)	
Caldo de canna.....	3
Caleças. (Vide carros.)	
Calendarios (impressos).....	8
Calices. (Vide copos.)	
Calomelanos.....	6
Camas. (Vide mobilia.)	
Camaras claras e obscuras.....	7
Camarão. (Vide peixe.)	
Cambões.....	5
Cambraia.....	6
Camisas.....	6
Camomilla.....	6
Campas e campainhas.....	8
Campanulas de vidro.....	7
Campeche.....	6
Camphora.....	6
Camurças.....	6
Canarios.....	9
Canastras.....	6
Candelabros.....	8
Ditos de ouro ou prata.....	$1\frac{1}{2}\%$ ad val.
Candieiros.....	8
Canecas de folha ou madeira.....	8
Canella.....	6
Canetas de valor.....	$1\frac{1}{2}\%$ ad val.
Ditas diversas.....	8
Cangas e cangalhas.....	5
Cangica.....	4
Canhamo em bruto.....	5
Canhamoço.....	6
Canhões.....	8
Canivetes.....	8
Cannelos.....	14
Canna da India.....	8
Dita de assucar.....	14
Canos de metal.....	5
Ditos de barro.....	14
Canôas.....	12
Canotilho.....	$1\frac{1}{2}\%$ ad val.
Cantharidas.....	6
Caoutchouc em obra.....	8
Capas e capotes impermeaveis e outros.....	6
Capacetes.....	7
Capachos.....	8
Caparosa.....	6
Capillê.....	6
Capim.....	14

	Tabellas
Capiteis de ferro.....	8
Capoeiras vasias.....	5
Ditas em retorno.....	14
Capsulas diversas.....	6
Carás.....	4
Carabinas.....	6
Carapuças.....	6
Caranguejos. (Vide peixes.)	
Caravilhas.....	6
Carbonatos não classificados.....	6
Carbonato de chumbo.....	5
Dito de potassio impuro.....	14
Carborina (formicida).....	14
Cardas.....	5
Caril.....	8
Carilho.....	5
Carimbo.....	8
Carmim.....	6
Carnaúba.....	8
Dita em palha.....	3
Dita em cêra.....	8
Carne secca ou salgada.....	4
Dita fresca.....	2 A ou 4
Carneiros.....	10
Caroços de algodão.....	14
Carreteis (machiuismo).....	5
Carrinhos de mão.....	5
Ditos de criança.....	2 ou 7
Carros, carroças e carrocinhas de mão.....	15
Ditos com quatro rodas — mais 50 %.	
Ditos desmontados.....	5
Ditos encaixotados.....	5
Ditos para estrada de ferro, rebocados.....	16
Ditos para estrada de ferro, desmontados....	5
Cartas para jogar.....	8
Ditas de bichas.....	6
Cartão.....	8
Cartazes.....	8
Carteiras.....	8
Cartuchame vasio.....	8
Cartuchame carregado.....	6
Carvão de pedra.....	14
Dito animal.....	5
Dito vegetal.....	14
Casacas.....	6
Cascas de arvore para cortume.....	14
Ditas medicinaes.....	6
Ditas para tinturaria.....	5
Ditas de côcos.....	14
Cascalho.....	14

	Tabellas
Casimiras.....	6
Cassas.....	6
Cassarolas.....	8
Cassinetas.....	6
Castanhas.....	8
Castanholas.....	7
Castiças de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}\%$ <i>ad val.</i>
Ditos de metal ou de madeira.....	8
Castor (pello).....	6
Castorio.....	6
Catadores para café, etc.....	5
Cataventos.....	6
Catres. (Vide mobilia.)	
Causticos.....	6
Cavacos.....	14
Cavallos.....	11
Cavalletes.....	8
Cavaquinhos.....	7
Caveiras para estudo.....	7
Cebollas e cebollinhas.....	4
Ceirões de palha.....	6
Celhas de barro para telegrapho.....	5
Cenouras.....	2 A ou 4
Centeio.....	4
Cêra em bruto.....	3
Dita em velas.....	8
Dita em outras obras.....	7
Cerdas de porco ou javali.....	6
Cereaes não classificados.....	4
Ceroulas.....	6
Cerveja estrangeira.....	6
Dita nacional.....	3
Cestas vasiaas novas.....	8
Ditas em retorno.....	14
Cevada e cevadinha.....	4
Chá nacional.....	3
Dito estrangeiro.....	8
Chules.....	6
Chaleiras.....	8
Chaminés para lampeões, etc.....	6
Champagne.....	6
Chapas de ferro, zinco, etc., para cobrir casas...	5
Ditas para fogões.....	5
Chapelaria (artigos de), não classificados.....	6
Chapeleiras.....	6
Chapéos.....	7
Ditos de sol.....	6
Charque.....	4
Charruás.....	5
Charuteiras.....	6

	Tabellas
Charutos.....	6
Chaves.....	8
Chavetas.....	5
Chicotes.....	6
Chifre em bruto.....	14
Dito em obra.....	8
Chilenas. (Vide esporas.)	
Chinellas.....	6
Chitas.....	6
Chloral, chlorato, chloroformo, chlorodina, e chloruretos não especificados.....	6
Chocolate commum.....	3
Dito fino ou medicinal.....	6
Chouriços.....	4
Chromatos.....	6
Chronometros.....	7
Chumbeiros.....	6
Chumbo em bruto.....	5
Dito de munição.....	8
Dito em obras não classificadas.....	8
Cicutina.....	6
Cidra (bebida).....	6
Dita (fruta).....	2 A ou 4
Cigarreiras.....	6
Cigarros estrangeiros.....	6
Ditos nacionaes.....	3
Cilhas e cilhões.....	6
Cimento.....	14
Cintas.....	6
Cinzas.....	14
Ditas azues.....	5
Cinzeis.....	8
Cisco.....	14
Citratos.....	6
Clarins, clarinetes e instrumentos semelhantes...	7
Coatys.....	9
Cobertores.....	6
Cobras vivas em gaiolas ou caixotes.....	2
Cobre velho em bruto ou em folha.....	5
Dito em obra.....	8
Dito em moeda.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Cochos de madeira.....	5
Cochonilha.....	6
Cochonilhos.....	6
Côcos.....	3
Ditos para tirar agua.....	8
Coelhos.....	9
Cofres de ferro ou madeira.....	8
Cognac.....	6
Cogumelos.....	2 A ou 4

	Tabellas
Coke.....	14
Colchas.....	6
Colchetes.....	8
Colchões e pertencas.....	6
Ditos e pertencas ordinarios.....	8
Coldres.....	6
Colheres de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditas de metal ordinario.....	8
Ditas de madeira.....	3
Colla.....	8
Collares de pedras preciosas, ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos diversos.....	8
Colleiras para animaes.....	6
Collarinhos.....	6
Colletes.....	6
Colmeias.....	6
Colza em grão.....	8
Dita em oleo.....	8
Combustores para gaz.....	8
Cominhos.....	8
Commodas. (Vide mobilia.)	
Compassos de operarios.....	8
Ditos de engenharia.....	7
Comportas.....	5
Compoteiras.....	7
Concertinas.....	7
Conchas do mar.....	6
Ditas de ostras para cal.....	14
Condensadores para alambiques.....	5
Confeitos não classificados.....	6
Congonha.....	3
Conservas nacionaes em latas.....	3
Ditas estrangeiras.....	8
Consolos. (Vide mobilia.)	
Contas de metal, vidro ou massa.....	8
Copiadores (livros).....	8
Copos de vidro ordinarios.....	8
Ditos de vidro finos ou de crystal.....	7
Ditos de madeira, metal ou folha.....	8
Coques imitando cabelo.....	7
Coquillo em bruto.....	14
Dito em obra.....	8
Coral.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Cordas de instrumentos.....	7
Ditas de embira e outras do paiz.....	3
Ditas de canhamo, linho, etc.....	8
Cordões diversos.....	6
Ditos de ouro e prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Corinthos (passas).....	8
Cornetas.....	7

## Tabellas

Corôas e outros ornamentos para tumulos.....	7
Corpetes.....	6
Correias para machinas.....	5
Correame para tropas.....	6
Correntes de ferro ou metal.....	5
Ditas de ouro e prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Corsaletes.....	7
Cortiça em bruto.....	5
Cortinas.....	6
Costaneiras.....	14
Couçoeiras e semelhantes.....	12
Couros seccos.....	3
Ditos salgados.....	5
Ditos curtidos.....	8
Couves.....	2 A ou 4
Coxins. (Vide mobilia.)	
Cravos de ferrar.....	5
Ditos da India.....	8
Cré.....	8
Crème de leite—nata.....	2 A ou 4
Dito bismutho.....	6
Crémor de tartaro.....	6
Creosoto.....	6
Crepe.....	6
Crina em bruto.....	8
Dita em obra.....	6
Crinolinas.....	6
Crystal em obra.....	7
Dito em bruto.....	5
Cubos, pinas e raios de rodas.....	5
Ditos de machinismo.....	5
Cuias.....	8
Cultivadores (apparelhos).....	5
Cunhas.....	8
Cupolas de vidro.....	7
Ditas para cama. (Vide mobilia.)	
Cuspideiras. (Vide louça.)	
Ditas de metal.....	8
Cutilaria (obras de), não classificadas.....	8
Cylindros de ferro ou metal.....	5
Cysnes.....	9

## D

Dados.....	6
Damascos.....	6
Debulhadores de milho.....	5
Dedaes de ouro e prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos ordinarios.....	8

## Tabellas

Defuntos. (Vide art. 18.)	
Dentes artificiaes.....	6
Depositos de agua.....	5
Descalçadores.....	8
Descaroçadores de café, arroz, algodão, etc.....	5
Desinfectantes.....	6
Despertadores.....	7
Despolpadores de café.....	5
Destrina.....	6
Diamantes.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Diapasões.....	7
Digitalina.....	6
Diligencias. (Vide carros.)	
Dinheiro amoeado.....	$\frac{1}{3}$ % <i>ad val.</i>
Dito em papel.....	$\frac{1}{4}$ % <i>ad val.</i>
Discos de machinismos.....	5
Disticos.....	6
Ditos (impressos).....	8
Divaus. (Vide mobilia.)	
Dobradiças.....	8
Doces. (Vide artigos de confeitaria.)	
Ditos nacionaes.....	3
Dominós.....	6
Dormentes de madeira.....	14
Ditos de ferro.....	5
Dragas.....	5
Dragonas.....	7
Drogas não classificadas.....	6
Ditas para fins industriaes.....	5
Dunkerques. (Vide mobilia.)	
Durantes.....	6
Duraques.....	6
Dynamite.....	6

## E

Elbano.....	12
Eças.....	8
Eixos.....	5
Elasticos.....	6
Electro-plate.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Elixires.....	6
Elmos.....	7
Elos de ferro.....	5
Embira.....	14
Emblemas.....	6
Emplastros.....	6
Encerados diversos.....	8
Ditos para vagões.....	5



	Tabellas
Encomendas .....	2 ou 2 A
Enfeites de madeira.....	5
Engates.....	5
Engenhos para estabelecimentos agricolas.....	5
Entalhe (obras de).....	6
Enveloppes.....	8
Enxadas.....	5
Enxergas e enxergões.....	8
Ditos de arame para camas.....	8
Enxós.....	5
Enxofre (flor de).....	6
Dito em bruto.....	14
Equipamento militar não classificado.....	6
Ergotina .....	6
Erva-doce.....	6
Ervilhas em latas.....	8
Ditas frescas.....	2 A ou 4
Escadas de mão.....	8
Escalas demarcadas.....	8
Eskaleres.....	12
Escalpellos.....	7
Escapulas.....	8
Escarradeiras de porcellana. (vide louça.)	
Ditas de metal.....	8
Escornalha de seda.....	6
Escorias de metaes.....	14
Escovas.....	8
Escrivanihas. (Vide mobilia.)	
Escudos .....	6
Escumadeiras.....	8
Esfuminhos para desenhos.....	6
Esmagadores de nozes.....	8
Ditos de prata ou ouro.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Esmalte.....	6
Esmeralda.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Esmeril.....	8
Espadas, espadins, etc.....	6
Espanadores.....	8
Espartilhos.....	6
Esparto em rama.....	8
Espatulas.....	8
Especiarias não classificadas.....	8
Espeelhos .....	7
Espeques .....	14
Espermacete .....	8
Espetos de ferro para cozinha.....	8
Espinafre.....	2 A ou 4
Espingardas .....	6
Espiritos não classificados.....	6
Espoletas.....	6

## Tabellas

Esponjas.....	6
Esporas de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2} \% \text{ ad val.}$
Ditas ordinarias.....	8
Esquadrias ou esquadros.....	8
Esqueletos para o tudo.....	7
Esquifes (bates).....	12
Ditos para defunto.....	7
Essencias não classificadas.....	6
Estacas.....	14
Estampas.....	6
Ditas em moldura.....	7
Estantes. (Vide mobilia.)	
Estanho em bruto.....	5
Dito em obra.....	8
Estanques. (Vide barris.)	
Estatuas.....	7
Estearina.....	8
Esteiras da India.....	8
Ditas do paiz.....	3
Ditas de arame.....	5
Estiletes.....	7
Estofos.....	6
Estoques.....	6
Estojo e instrumentos chirurgicos e mathematicos não classificados.....	7
Estopa importada.....	8
Dita nacional.....	3
Estopim.....	6
Estrados para vagões.....	5
Ditos de arame para cama.....	8
Estribo de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2} \% \text{ ad val.}$
Ditos ordinarios.....	8
Estrume.....	14
Estrychnina.....	6
Etagères. (Vide mobilia.)	
Etheres.....	6
Extractos alimenticios.....	8
Ditos não classificados.....	6

## F

Facas e facões.....	8
Ditos de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2} \% \text{ ad val.}$
Fagotes e semelhantes.....	7
Faqueiros.....	6
Ditos de prata ou metal precioso.....	$\frac{1}{2} \% \text{ ad val.}$
Fardos.....	6
Farelo.....	4
Farinaceos alimentares não classificados.....	4

	Tabellas
Farinaceos chimicos não classificados.....	6
Farinhas.....	4
Farrapos.....	14
Fateixas de ferro.....	5
Favas alimentares.....	4
Ditas medicinaes.....	6
Faxinas.....	14
Fazendas não classificadas.....	6
Fechaduras.....	8
Fechos pedrezes e outros.....	8
Fécula.....	4
Feijão.....	4
Feltro.....	8
Feno.....	14
Fermento.....	8
Ferraduras.....	5
Ferragens ordinarias não classificadas.....	5
Ferramentas de artes e officios não classificadas.....	8
Ferrinhos para bandas.....	7
Ferro em bruto para fundição.....	14
Dito em barra ou chapa.....	5
Dito velho e oxido impuro.....	14
Dito não classificado.....	5
Ferros de engommar.....	8
Ferrolhos.....	8
Fibra vegetal para industria.....	5
Fichús.....	6
Figos estrangeiros.....	8
Ditos frescos.....	2 A ou 4
Figuras.....	7
Filó.....	6
Filtros mecanicos para estabelecimentos indus- triales.....	5
Ditos para uso domestico.....	6
Fios de algodão, linho, lã ou seda.....	6
Ditos de metaes.....	5
Fisgas.....	8
Fitas.....	6
Fivellas.....	8
Flageolets, etc.....	7
Flames.....	6
Flanellas.....	6
Flautas, flautins, etc.....	7
Flecha.....	7
Flores artificiaes.....	7
Flores naturaes.....	2
Flor de canna e outras para enchimento.....	3
Floretes.....	6
Focinheiras de couro.....	6
Fogões de ferro.....	8

	Tabellas
Fogareiros.....	8
Ditos de barro.....	3
Fogos artificiaes.....	6
Foice.....	5
Folhas medicinaes.....	6
Ditas de Flandres, cobre, chumbo e estanho...	5
Ditas de lixa.....	8
Folhetos e folhinhas.....	8
Folles.....	5
Forcados ou forquilhas.....	5
Forjas portateis.....	5
Fôrmas para assucar.....	5
Ditas diversas.....	8
Formões.....	8
Formicida.....	14
Fornalhas e fornos de ferro.....	5
Ferragens não classificadas.....	14
Forros para chapéos, etc.....	6
Fosseis.....	7
Frangos.....	9
Franjas.....	6
Fraques.....	6
Frascos. (Vide garrafas.)	
Ditos de viagem.....	6
Frasqueiras. (Vide gaheteiros.)	
Freios.....	8
Frigideiras de metal.....	8
Ditas de barro.....	3
Fronhas.....	6
Frouxel.....	6
Frutas artificiaes.....	7
Ditas secas ou em conserva.....	8
Ditas frescas.....	2 A ou 4
Fuba.....	4
Fuchsinas diversas.....	6
Fuligem.....	14
Fumo do paiz.....	3
Dito estrangeiro.....	6
Fundas.....	7
Funis.....	8
Furões.....	9
Fusos para machinismos.....	5
Fustões.....	6
Fuzis.....	8

## G

Gachetas para machinas.....	5
Gadanhos.....	5

	Tabellas
Gado.....	10 ou 11
Gaiolas vasias.....	6
Ditas com passaros.....	9
Gaitas de folles.....	7
Galões.....	6
Ditos de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Galheteiros de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos diversos.....	6
Gallinhas e gallos.....	9
Galochas.....	6
Gamellas de madeira.....	3
Ganços.....	9
Ganchos de ferro.....	5
Gangus.....	6
Garfos.....	8
Ditos de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Garrafas de louça ou vidro fino.....	7
Ditas orlinarias novas.....	8
Ditas em retorno.....	14
Garrações novos vasios.....	8
Ditos em retorno.....	14
Garruchas.....	6
Gatos de ferro.....	5
Ditos (animaes).....	9
Gaz globo.....	6
Gaze de seda.....	6
Gazolina.....	6
Gazosas (aguas).....	6
Gelatina.....	8
Geléas.....	6
Gelo.....	2 A ou 4
Genciana.....	6
Genebra.....	6
Generos importados não classificados.....	6
Ditos de exportação não classificados.....	3
Generos alimenticios de primeira necessidade....	4
Gengibre.....	6
Gesso em pó ou pedra.....	14
Dito em obra.....	7
Ginja.....	2 A ou 4
Giradores para estrada de ferro.....	5
Girafas. (Vide art. 57.)	
Girandolas.....	6
Giz.....	8
Dito em bruto.....	14
Globos de vidro ou louça.....	7
Ditos geographicos.....	7
Globulos homoeopathicos.....	6
Glucose.....	3
Glycerina.....	6

	Tabellas
Goiabas.....	2 A ou 4
Goiabada e similares fabricados no paiz.....	3
Gomma-arabica.....	8
Dita de mandioca e outras do paiz.....	3
Gonzos.....	8
Gorgorões.....	6
Gorros.....	6
Grados para a lavoura.....	5
Ditas de ferro ou madeira.....	5
Grampos (armarinhos).....	8
Ditos (ferragens).....	8
Granadas.....	6
Graphometros.....	7
Graphite.....	5
Gravatas.....	6
Graxa para calçado.....	8
Dita animal. (Vide sebo.)	
Gregas.....	6
Grelhas de ferro.....	5
Grinaldas artificiaes.....	7
Ditas de flores naturaes.....	2
Guaiaco.....	6
Guampas.....	6
Guano.....	14
Guaraná.....	6
Guardas-chuva.....	6
Guardas-pó.....	6
Guardas-roupa e louça. (Vide mobilia.)	
Guardanapos.....	6
Guaritas.....	5
Guinchos e guindastes.....	5
Guitarras.....	7
Gutta-percha. (Vide borracha.)	

## H

Harmonicas.....	7
Harpas.....	7
Helices.....	5
Herva-doce.....	6
Dita mate.....	3
Ditas medicinaes e outras não classificadas.....	6
Hollandas.....	6
Homœopathia (artigos de).....	6
Hortalicas frescas.....	2 A ou 4
Hydrantes.....	8
Hydrometros.....	8
Hyenas. (Vide art. 57.)	

**I**

	Tabellas
Iguarias.....	2 A ou 4
Imagens.....	7
Iman.....	6
Impermeaveis.....	6
Imprensas.....	8
Impressos.....	8
Incenso.....	6
Indigo para tinturarias, fabricas e industrias.....	5
Inflammas não classificados.....	6
Inhame e outras raizes alimenticias.....	4
Instrumentos de cirurgia, eugenharia, optica, musica e outros semelhantes não classificados.....	7
Ditos uteis á lavoura não classificados.....	5
Ditos de telegraphia.....	5
Iodo e ioduret.....	6
Ipecacuanha.....	6
Irlan las.....	6
Isqueiros de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos diversos.....	8
Isoladores.....	5

**J**

Jaboticabas.....	2 A ou 4
Jabotys.....	9
Jacas vazios.....	8
Ditos em retorno.....	14
Jalapa.....	6
Jangadi.....	12
Jardineiras.....	6
Jaulas vazias.....	5
Jarras e jarros de porcellana ou louça fina.....	7
Ditos ordinarios.....	6
Ditos do paiz.....	3
Jaspe.....	6
Joelras.....	5
Jogos de damas, dominó, xadrez e outros.....	6
Joias.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Jugos.....	5
Jumentos.....	11
Junco da India.....	8
Dito do paiz.....	3
Juta.....	5

**K**

Kágados.....	9
Kaleidoscopios.....	7

	Tabellas
Kangurus.....	10
Kaolim.....	14
Kerosene.....	6
Kiosques (desarmados).....	5
Kirsch.....	6
Lã em bruto.....	3
Dita em obra não classificada.....	6
Lacar de pingos.....	6
Laços de tropeiro.....	8
Lacre.....	8
Ladrilhos de barro, louça ou pedra.....	14
Lages.....	14
Lagosta em conserva.....	8
Dita fresca.....	2 A ou 4
Lambazes.....	8
Lambrequins de madeira ou metal.....	5
Lampeões, lamparinas e lampadas de crystal ou porcellana.....	7
Ditos de louça ou vidro, ordinarios.....	6
Ditos de metal.....	8
Langas.....	6
Langadeiras.....	5
Lancetas.....	7
Lanchas de madeira ou ferro, desarmadas.....	5
Lanternas sem vidro.....	8
Ditas com vidro.....	7
Ditas magicas.....	7
Lapides para tumulos.....	6
Lapim (de lã e soda).....	6
Lapis.....	8
Laranjas.....	2 A ou 4
Laranginha.....	3
Lastro.....	14
Latas de folha, zinco, etc.....	8
Latão em obra não classificada.....	6
Dito em bruto ou velho.....	5
Lavatorios. (Vide mobilia.)	
Leões. (Vide art. 57.)	
Lebres.....	9
Legumes em conserva.....	8
Ditos frescos.....	2 A ou 4
Leitões.....	9
Leite em conserva.....	8
Dito fresco.....	2 A ou 4
Lemes.....	5
Lenços.....	6
Lenções.....	6
Lenha.....	14
Lentilhas.....	4
Leques.....	7



(Tabellas

Lettras, typos ou emblemas para encadernador ou livreiro.....	8
Lhama de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Liços.....	5
Licores.....	6
Licoreiros. (Vide galheteiros.)	
Lilas.....	6
Linhas de aço.....	8
Limalha de ferro.....	14
Limões.....	2 A ou 4
Limonadas gazosas e medicinaes.....	6
Linguas seccas ou salgadas.....	4
Ditas em latas.....	8
Ditas frescas.....	2 A ou 4
Linguicas. (Vide linguas.)	
Linha para costura.....	8
Linhaça (semente).....	8
Dita (oleo).....	8
Linho em bruto.....	3
Linimentos.....	6
Listão .....	6
Liteiras.....	5
Livros.....	8
Lixa, folha de.....	8
Dita (armarinho).....	8
Lixo.....	14
Locomotivas rebocadas.....	17
Ditas desmontadas.....	5
Locomoveis.....	5
Lonas.....	6
Lóros.....	6
Louça de luxo.....	7
Dita commum.....	6
Dita nacional.....	3
Louzas preparadas e para escrever.....	8
Lunetas.....	7
Ditas de prata ou ouro.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Lúpulo.....	8
Lustres de vidro ou louça.....	7
Ditos de metal.....	8
Luvas.....	6
Luzerna (semente).....	8
Dita (feno).....	14
Lycopodio.....	6
Lyras.....	7

**M**

Maças frescas.....	2 A ou 4
Ditas em conserva.....	8

	Tabellas
Macacos.....	9
Ditos de ferro.....	5
Maçanetas.....	8
Macarrão e outras massas alimenticias.....	4
Macell.....	6
Dita e similares para enchimento.....	3
Macetas.....	8
Machalos.....	8
Machinas de copiar cartas.....	8
Ditas de costura, armadas.....	6
Ditas de costura, desarmadas.....	8
Ditas photographicas.....	6
Ditas de imprimir.....	8
Ditas de tecidos.....	5
Ditas de lavoura.....	5
Ditas de desatroçar algodão.....	5
Ditas de fazer farinha.....	5
Ditas de fazer tijolos.....	5
Ditas para industria ou agricultura.....	5
Ditas não classificadas.....	6
Ditas para gabinete de physica ou laboratorios chimicos.....	7
Madeira bruta, serrada ou lavrada, caibros e varas.....	12
Dita aparelhada para construcção.....	13
Dita para tinturaria.....	5
Madreperola.....	7
Magnesia.....	6
Magnetes.....	7
Maisena.....	4
Malas de viagem varias.....	6
Malhos para ferreiro.....	8
Mamadeiras.....	6
Mamona em baga.....	14
Mancres.....	5
Mundioca.....	4
Manequins de madeira.....	6
Mangas de vidro.....	7
Ditas (fruta).....	2 A ou 4
Mangarito.....	2 A ou 4
Manguueiras para bombas de incendio, etc.....	8
Manguaes.....	5
Manivellas.....	8
Manná.....	6
Manómetros.....	7
Mantas.....	6
Manteiga.....	2 A ou 4
Manteigueiras de metal, louça ou vidro.....	6
Manteletes e mantilhas.....	6
Mantimentos.....	2 A ou 4

	Tabellas
Manuscriptos .....	8
Mappas .....	8
Maracujás.....	2 A ou 4
Marcas de ferro, madeira ou osso.....	8
Marfim .....	7
Mariscos.....	2 A ou 4
Marmelos .....	2 A ou 4
Marmelada e similares, nacionaes.....	3
Ditas estrangeiras.....	8
Marmitas .....	8
Marmore em bruto.....	5
Dito em obra.....	6
Marquezas. (Vide mobilia.)	
Marraz, marretas e marrões.....	8
Marrecos.....	9
Marroquim.....	6
Martellos.....	8
Martinetes mecanicos.....	5
Mascaras.....	8
Massas alimenticias.....	4
Ditas não classificadas.....	6
Massa de pão para fabrico de papel.....	5
Masseiras .....	5
Mastique.....	8
Mastros.....	12
Mata-borrão .....	8
Matassa (vide sela crua).....	6
Matte.....	3
Materias explosivas.....	6
Ditas corantes para tinturaria.....	5
Materiaes de construcção não classificados.....	5
Matracas.....	8
Mechas e palitos phosphoricos.....	6
Metalhas de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditas de metal ordinario.....	6
Medicamentos não classificados.....	6
Medidas diversas.....	8
Meias.....	6
Mel de abelhas.....	3
Dito do tanque (canna).....	3
Dito de fumo.....	3
Dito (qualquer do estrangeiro).....	8
Melão.....	3
Melancias e melões.....	2 A ou 4
Merciarias não classificadas.....	8
Mercurio.....	6
Minó.....	6
Mesas. (Vide mobilia.)	
Metaes preciosos.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos brutos não classificados.....	5

	Tabellas
Metaes em obra não classificados.....	6
Metralha.....	8
Metralhadoras.....	8
Machar simples ou alcatroado.....	8
Mica (mineral).....	6
Microscopios.....	7
Milho.....	4
Dito em espiga.....	14
Mineraes não classificados.....	5
Ditos preciosos.....	$\frac{1}{2} \% \text{ ad val.}$
Minereos de cobre, zinco, chumbo e outros.....	14
Miras para engenheiros.....	7
Missanga.....	8
Miudezas.....	8
Mós.....	5
Mobilia ou peça de mobilia de madeira ordinaria, de mudanças.....	5
Dita dita de dita nova.....	8
Dita dita de dita fina de mudança.....	8
Dita dita de dita fina, nova.....	6
Dita dita de dita fina, nova, desmontada.....	8
Dita dita de dita de luxo com dourados, es- pelhos, embutida ou estofada, nacional ou es- trangeira.....	7
Dita dita de dita de vime, ordinaria.....	7
Dita dita dita de dita, fina.....	5
Dita dita de ferro.....	8
Mochilas vasias.....	5
Mochos. (Vide mobilia.).....	6
Mocotó.....	2 A ou 4
Modelos.....	6
Moegas.....	5
Moendas.....	5
Moeda metallea.....	$\frac{1}{8} \% \text{ ad val.}$
Dita-papel.....	$\frac{1}{4} \% \text{ ad val.}$
Mogno.....	12
Moinhos para a lavoura e industrias.....	5
Ditos diversos.....	8
Moirões.....	14
Ditos de ferro.....	5
Moitões.....	8
Molas para vehiculos.....	5
Ditas para relógios.....	6
Ditas diversas.....	8
Molhuras finas.....	6
Ditas ordinarias.....	8
Moldes.....	5
Mólhos para comida.....	6
Morangos.....	2 A ou 4
Mordaças.....	8

## Tabellas

Morins.....	6
Moringues nacionaes.....	3
Ditos estrangeiros.....	6
Morphina.....	6
Mortalhas de palha ou papel para cigarros.....	6
Morteiros.....	6
Mosquiteiros.....	6
Mostarda.....	8
M. stardeiras. (Vide gallheteiros.)	
Mostradores para relógios.....	6
Muletas.....	8
Mudas de plantas.....	5
Ditas de café e arvores fructíferas.....	14
Musicas.....	8
Musgo (planta).....	5
Dito medicinal.....	6
Musselina.....	6
Myrrha.....	6

## N

Nabos.....	2 A ou 4
Nacar em pingos.....	6
Nankim.....	6
Nata.....	2 A ou 4
Naphta.....	6
Naphtalina.....	6
Narcotico.....	6
Navalhas.....	8
Nickel em bruto.....	5
Dito em obra.....	6
Dito em moeda.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Nitratos e nitritos não classificados.....	6
Ditos de potassio.....	5
Níveis para engenheiros.....	7
Ditos de artes e officios.....	8
Noras.....	8
Novilhos.....	11
Noz-moscada.....	6
Nozes.....	8

## O

Objectivas.....	7
Objectos preciosos.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos de arte e de luxo, não classificados.....	7
Obreias.....	8
Obras de cabelleireiro.....	7

	Tabellas
Obuzes.....	8
Ocre.....	5
Oculos de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos communs.....	6
Ditos de alcance e semelhantes.....	7
Odres.....	6
Oenometros.....	7
Oleados.....	8
Oleos nacionaes não classificados.....	3
Ditos lubrificantes para industrias.....	8
Ditos de linhaça.....	8
Ditos não classificados.....	6
Onças. (Vide art. 57.)	
Onix.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Opas.....	6
Opalas.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ophielides.....	7
Odiatos.....	6
Opio.....	6
Opodeldoc.....	6
Oratorios.....	7
Orchatas.....	6
Ditas nacionaes.....	3
Orchideas (plantas).....	5
Orgãos.....	7
Origones.....	8
Ornamentos para igrejas.....	7
Ditos de ferro, bronze ou outros metaes.....	6
Ornatos de barro, pedra artificial e semelhantes para construcções.....	14
Ossos.....	14
Ditos em obra.....	8
O-tras em conserva.....	8
Ditas frescas.....	2 A ou 4
Ourelas.....	6
Ouro.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Quvidos para arma de fogo.....	6
Ovas.....	2 A ou 4
Ovos.....	2 A ou 4
Oxido de ferro impuro para fabrica de gaz.....	14
Dito de chumbo.....	5

## P

Pás.....	5
Paccas.....	9
Pacotilha.....	6
Padiolas.....	5
Paños.....	4

	Tabellas
Paños importados.....	8
Paina.....	8
Painço.....	8
Pallas.....	6
Palanganas. (Vide louça.)	
Palanques.....	5
Paletots.....	6
Pallas de coqueiro, palmeira, milho, trigo, canna, arroz e outras nacionaes.....	14
Ditas do Chile e semelhantes, estrangeiras.....	6
Palhetas.....	6
Palhinha.....	8
Palilhos.....	5
Paliteiros de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos de louça.....	6
Ditos de metal.....	8
Palitos.....	8
Palmilhas.....	6
Palmitos.....	2 A ou 4
Pamphlets.....	8
Panacús.....	8
Pandeiros.....	7
Paneiros.....	8
Panellas de barro.....	3
Ditas de ferro ou cobre.....	8
Ditas de ferro a granel (sem responsabilidade da companhia).....	3
Panno de qualquer qualidade.....	5
Dito nacional.....	6
Pão.....	3
Pãos para tamancos.....	2 A ou 4
Ditos para tinturaria.....	3
Papagaios (aves).....	5
Ditos (brinquedo).....	9
Papel.....	7
Dito pintado.....	8
Dito para embrulho e para impressão fabricado no Estado.....	8
Dito velho ou inutilisado para fabrico de papel.	3 B
Papelão.....	14
Parafina.....	8
Para-choques.....	6
Parafusos.....	5
Paramentos ecclesiasticos.....	5
Parallelepipedos.....	7
Para-raios.....	14
Parasitas (plantas).....	8
Paróes.....	5
Passas.....	5
Passadeiras.....	8
	8

	Tabellas
Passamanes.....	6
Passaros.....	9
Ditos empalhados.....	7
Pastas de velludo, seda ou marroquim.....	7
Ditas de papel ou papelão.....	8
Ditas de algodão.....	8
Pasteis.....	2 A ou 4
Pastilhas.....	6
Patins.....	6
Patos.....	9
Patronas.....	6
Pavões.....	9
Pavios.....	8
Peanhas. (Vide mobilia.)	
Pecas de artilharia.....	8
Ditas de engenho e mais machinismos para industria e lavoura.....	5
Pecegos frescos.....	2 A ou 4
Pechisbequo.....	6
Pedras para calçamento e construcções.....	14
Ditas açorianas.....	8
Ditas lithographicas.....	8
Ditas de filtrar.....	8
Ditas preciosas.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Pedra-hume.....	6
Pedra-lipis.....	6
Pedra-pomes.....	8
Peitoraes de couro.....	6
Peixe fresco.....	2 A ou 4
Dito em salmoura, salgado ou secco.....	4
Dito em latas.....	8
Pelles em bruto.....	3
Ditas preparadas.....	6
Pellegos.....	6
Pellicas.....	6
Pello de castor, lebre e semelhantes.....	6
Pellucia.....	6
Pendulas para relorios.....	6
Peneiras de arame, cabelo ou seda.....	8
Ditas de palha nacionaes.....	3
Pennas para escrever.....	8
Ditas para enchimento.....	6
Pennachos para barretinas, de cabellos ou pennas.....	7
Pentes.....	8
Pepinos.....	2 A ou 4
Pepsina.....	6
Peras frescas.....	2 A ou 4
Percule.....	6
Perdizes vivas.....	9
Perfumarias.....	6



	Tabellas
Pergaminho.....	6
Periquitos.....	9
Pernanganatos.....	6
Perolas.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Perús.....	9
Pernueis.....	7
Pesa-licores, açúcaes, e outros instrumentos seme-	
lhantes.....	7
Pesos para balanças.....	8
Petrechos para caça.....	6
Ditos bellicos.....	6
Ditos explosivos.....	6
Petroleo.....	6
Peúgas.....	6
Pez.....	5
Phosphatos.....	6
Phosphitos.....	6
Phosphoros.....	6
Photographias em cartão.....	8
Ditos em quadro. (Vide quadros.)	
Pias.....	6
Pianos.....	7
Piassiva.....	14
Picaretas e picões.....	5
Pichoá.....	3
Picóá.....	6
Pilões.....	5
Pilhas electricas.....	8
Pilulas.....	6
Pimenta da India.....	8
Dita do paiz.....	2 A ou 4
Pinças.....	8
Pincois.....	8
Pinceo-nez. (Vide oculos.)	
Pinha e pinhões.....	2 A ou 4
Pinho. (Vide madeira.)	
Pinas para rodas.....	5
Pipas. (Vide barris.)	
Pistolas.....	6
Pistolões.....	6
Pistões.....	7
Pivetes medicinaes.....	6
Pixe.....	14
Placas.....	8
Plumas.....	8
Plantas vivas.....	5
Ditas medicinaes.....	6
Plaqué.....	6
Platillas de algodão e linho.....	6
Platina.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>

## Tabellas

Plombagina.....	5
Plumas.....	7
Pluviometros.....	7
Pós de sapatos.....	6
Ditos medicinaes não classificados.....	6
Poaia.....	6
Polainas.....	6
Polés.....	8
Poltronas. (Vide mobilia.)	
Polvilho.....	3
Polvora.....	6
Polvorinhos.....	6
Pomadas.....	6
Pombos.....	9
Ponchos.....	6
Pontas de Paris.....	5
Pontes de ferro.....	5
Ponteiros para relógios.....	6
Porcellana.....	7
Porcos.....	10
Porphyro bruto.....	5
Dito em obra.....	6
Portas, portões e portadas finas.....	6
Ditos embutidos.....	7
Ditos ordinarios.....	5
Porteiras e portões de madeira ou ferro.....	5
Porta-vozes.....	6
Postes de ferro.....	5
Ditos de madeira.....	12
Potassa.....	8
Potes de barro nacionaes.....	3
Ditos de barro, estrangeiros.....	6
Pozolana.....	14
Pranchas e pranchões.....	12
Ditos aparelhados.....	13
Prata.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Prateleiras. (Vide mobilia.)	
Pratos de folha ou chumbo.....	8
Ditos de louça. (Vide louça.)	
Precipitados.....	6
Pregos diversos.....	5
Prelos.....	8
Prensas para algodão, mandioca e fins seme- lhantes.....	5
Ditas para escriptorio.....	8
Presilhas.....	8
Presuntos.....	8
Productos chimicos e preparações pharmaceuticas não classificados.....	5
Prumos.....	8

## Tabellas

Pucaros. (Vide louça.)	
Pulseiras.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Pulsometros.....	5
Punhaes.....	6
Punhos para camisas.....	6
Puxadores para gavetas.....	8
Puxavantes (machinismo).....	5
Pyroxilina.....	6

## Q

Quadros com vidros.....	7
Ditos sem vidros.....	6
Quartolas. (Vide barris.)	
Quassia.....	6
Quebra-nozes de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos ditos diversos.....	8
Queijos nacionaes.....	4
Ditos estrangeiros.....	8
Quercina.....	6
Quiabos.....	2 A ou 4
Quilhas de jogo.....	6
Quina.....	6
Quinina ou quinino.....	6
Quinquilharias.....	6
Quitanda.....	2 A ou 4

## R

Rabanetes.....	2 A ou 4
Rabecas e rabecões.....	7
Rabotes.....	8
Rabichos de couro.....	6
Raios para rodas.....	5
Raizes alimenticias.....	4
Ditas medicinaes.....	6
Ditas para tinturaria.....	5
Raladores de mandioca.....	5
Ditos não classificados.....	8
Ramas de mandioca, aipim e semelhantes.....	14
Ramilhetes artificiaes.....	7
Ditos naturais.....	2 A ou 4
Rapadura.....	4
Rapé.....	6
Rasouras.....	5
Raspadeiras para escriptorio.....	8
Raspadores para animaes.....	8
Rasps de pontas de veado.....	6

## Tabella

Raspilhas e rosquetas.....	8
Ratoeiras.....	8
Realejos.....	7
Rehenques.....	6
Rebites.....	5
Rebols de pedra.....	5
Redes estrangeiras.....	6
Ditas nacionaes.....	3
Redeas.....	6
Redolças.....	6
Redomas de vidro.....	7
Reflectores para lampêes.....	8
Regadores.....	8
Reguas.....	8
Relogios.....	7
Ditos de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Ditos de gaz ou agua.....	8
Relojoaria (objectos de).....	6
Relhas.....	5
Relhos.....	6
Remedios não classificados.....	6
Reminholes.....	5
Remos.....	5
Rendas.....	6
Repolhos.....	2 A ou 4
Reps.....	6
Requintas.....	7
Rescaldeiros.....	8
Resinas não classifiadas.....	6
Reservatorios para agua.....	5
Retortas de ferro.....	5
Ditas para laboratorios.....	6
Ditas de barro.....	11
Retretes. (Vide mobilia.)	
Retratos. (Vide photographia.)	
Retrós.....	6
Revolvers.....	6
Rhum.....	6
Dito nacional.....	3
Ricino (oleo).....	6
Riscados.....	6
Ripas.....	14
Rodas, rodetes e roldanas.....	5
Rojões.....	6
Rolhas.....	8
Rosarios.....	6
Roscas (pão).....	4
Roscitas (plantas).....	5
Roetas.....	6
Rotim.....	8

	Tabellas
Rotulas (venezianas).....	5
Rotulos (impressos).....	8
Roupa.....	6
Dita impermeavel.....	6
Roxo-rei.....	6
Roxo terra.....	5
Rubis.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>

## S

Sabão estrangeiro.....	8
Dito nacional.....	3
Sabonetes.....	6
Sabres.....	6
Sabugueiro.....	6
Sabugos de milho.....	14
Saca-rolhas.....	8
Saccas de algodão e outras do paiz.....	3
Ditas em retorno. (Vide art. 99.)	
Saccharímetros.....	7
Saccharum.....	3
Sachos.....	8
Safras (bigornas).....	5
Safrá (pó mineral).....	5
Sagu.....	4
Saguins.....	9
Sais.....	6
Sal ordinario.....	4 A
Dito refinado.....	8
Saes (drogas).....	6
Ditos para fabricas.....	5
Salames estrangeiros.....	8
Ditos nacionaes.....	3
Salgadeiras.....	8
Salitre.....	6
Salitre em bruto.....	14
Salso.....	2 A ou 4
Salsaparrilha.....	6
Salvas de ouro ou prata.....	$\frac{1}{4}$ % <i>ad val.</i>
Ditas de metaes e casquinha.....	6
Silva-vidas.....	8
Samambaia.....	14
Samburás.....	8
Sandalias.....	6
Sanfonas.....	7
Sangue de animaes.....	14
Sanguesugas.....	6
Santonina.....	6

	Tabellas
Sapatos estrangeiros.....	6
Ditos nacionaes.....	3
Sapé.....	14
Saphyras.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Sardinhas em lata.....	8
Sarjadeiras.....	7
Sarrafos.....	14
Sassifraz (casca).....	6
Saxophones e semelhantes.....	7
Scenários.....	8
Sebo nacional.....	3
Dito estrangeiro.....	8
Seccante.....	6
Secretárias. (Vide mobilia.)	
Sedas.....	6
Dita crúa.....	6
Sedlitz.....	6
Seges. (Vide carros.)	
Selenito.....	5
Sellas, sellins e silhões.....	6
Sellaria (artigos de), não classificados.....	6
Sellos.....	$\frac{1}{4}$ % <i>ad val.</i>
Sementes.....	8
Serafinas (fazendas).....	6
Seringas.....	6
Serpentinas de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditas de bronze, vidro, crystal, etc.....	7
Ditas para alambiques.....	5
Serras e serrotes.....	8
Ditos para cirurgia.....	7
Serragens.....	14
Serralheria (artigos de).....	8
Setins e setinetas.....	6
Settas.....	7
Sextantes.....	7
Silicatos puros.....	6
Ditos impuros.....	5
Sinapismos.....	6
Sinetes de ouro ou prata.....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos diversos.....	6
Sinos e sinetas.....	8
Siphões para aguas gazosas.....	6
Ditos de metal.....	8
Sipó.....	14
Sirgueiro (artigos de).....	6
Sobretudos.....	6
Soda.....	6
Dita em bruto.....	14
Sofás. (Vide mobilia.)	
Sola estrangeira.....	8

## Tabellas

Sola nacional.....	3
Solda.....	8
Sombra da Colonia e de Oliveira.....	6
Sondas para engenheiros.....	5
Ditas de cirurgia.....	7
Soquetes.....	5
Sovelas e instrumentos de sapateiro.....	8
Stearina.....	8
Suadores para sellim.....	6
Substancias de pouco valor, uteis á lavoura.....	14
Sulfatos e sulfitos não classificados.....	6
Sulfureto de carbono (formicida).....	14
Surdinas.....	6
Surrões.....	5
Suspensorios.....	6

## T

Tabaco estrangeiro.....	6
Dito nacional.....	3
Taboado.....	12
Dito aparelhado.....	13
Taboleiros.....	8
Ditos com vidraças.....	7
Taboletas.....	6
Taboas de gamão.....	6
Tachins.....	6
Tachas.....	5
Tachos.....	8
Ditos para engenhos e fabricas.....	5
Tacos para bilhar e bagatella.....	7
Tafetá.....	6
Talagarça.....	8
Talas de madeira para fracturas.....	6
Talabartes para zabumba.....	6
Talco.....	8
Talhas de barro estrangeiras.....	6
Ditas nacionaes.....	3
Talhadeiras.....	8
Talheres de prata.....	$\frac{1}{2}$ % ad val.
Ditos diversos.....	8
Tamancos estrangeiros.....	6
Ditos nacionaes.....	3
Tamaras em conserva.....	8
Tamarindos frescos.....	2 A ou 4
Tambores (musica).....	7
Ditos para engenhos.....	5
Tamborettes. (Vide mobilia.)	
Tanchões.....	12

## Tabellas

Tanatos.....	6
Tanino.....	6
Tanques para engenhos e casas.....	5
Tapeçaria (artigos de).....	6
Tapetes.....	6
Tapioca.....	4
Taquara.....	12
Taramelas de ferro.....	8
Tarrachas.....	8
Tarrafas.....	8
Tartaros.....	6
Tartaruga em obra não classificada.....	7
Dita bruta.....	8
Tartarugas.....	9
Tatús.....	9
Teares.....	5
Tecidos estrangeiros.....	6
Ditos nacionaes.....	3
Ditos metallicos.....	8
Teclas e teclados.....	6
Telas metallicas.....	8
Telescopios.....	7
Telhas de barro.....	14
Ditas de vidro.....	8
<i>Tenders</i> de locomotivas.....	5 ou 17
Tentas.....	7
Terebinthina.....	6
Tesouras.....	8
Thermometros.....	7
Theodolitos.....	7
Tigelas.....	6
Tijolos de barro.....	14
Ditos de marmore ou louça.....	6
Ditos para limpar metal.....	3
Ditos refractarios.....	14
Ditos mosaicos para ladrilhos. (Vide ladrilhos.)	
Ditos de marmore ou louça. (Vide ladrilhos.)	
Tilburys. (Vide carros.)	
Timbales.....	7
Tinas. (Vide barris.)	
Tinical.....	6
Tintas e tinturas não classificadas.....	6
Tintas para fabrico de chita e tinturarias.....	5
Tintas para escrever.....	8
Tinteiros.....	8
Tipitis.....	5
Tiras bordadas.....	6
Tira-linhas.....	8
Titulos de valor.....	$\frac{1}{4}$ % ad val.
Toalhas estrangeiras.....	6



	Tabellas
Toalhas nacionaes .....	3
Tochas .....	6
Togas .....	6
Toldas .....	8
Tollú .....	6
Tomates .....	2 A ou 4
Toneis. (Vide barris e art. 90.)	
Topazios .....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Toreidas .....	8
Torneiras .....	8
Tornos .....	5
Torneis de ouro e prata .....	$\frac{1}{2}$ % <i>ad val.</i>
Ditos diversos .....	8
Tóros (madeira) .....	12
Torqueses .....	8
Torradores de café .....	8
Torteiras .....	8
Tosqueadores (machina) .....	8
Toucas e toucados para senhoras .....	7
Toucadores. (Vide mobilia.)	
Toucinho .....	Especial
Touros .....	11
Trabacos .....	6
Trados .....	8
Tranças diversas .....	6
Trancas e tranquetas de ferro .....	8
Transparentes para janelas .....	8
Trapezios .....	6
Trajos .....	11
Trastes. (Vide mobilia.)	
Travesseiros .....	6
Ditos ordinarios .....	8
Trelas .....	6
Trem de cozinha .....	8
Dito dita usado .....	5
Tremós. (Vide mobilia.)	
Tremoços .....	4
Trempes .....	8
Trenas .....	8
Triangulos (musica) .....	7
Trigo em grão .....	4
Trilhos para estradas de ferro e accessorios .....	5
Trinchas e trinchetas para pintores .....	8
Trincos de ferro .....	8
Trocaters .....	8
Trolys. (Vide carros.)	
Trombetas .....	7
Tubos de ferro para encanamentos .....	5
Ditos de barro .....	14
Ditos de vidro .....	6

	Tabellas
Turbinas.....	5
Turfa.....	14
Tympanos (campainha).....	8
Typos.....	8

## U

Unguentos.....	6
Unhas de animais.....	14
Urnas.....	7
Ursos. (Vide art. 57.)	
Urucú.....	6
Urzella.....	6
Utensilios domesticos não classificados.....	8
Uvas estrangeiras.....	8
Ditas nacionaes.....	2 A ou 4

## V

Vaccas.....	11
Vaccina.....	6
Valerianatos.....	6
Valores não especificados.....	$\frac{1}{4}$ % <i>ad val.</i>
Varas.....	12
Varaes para carros.....	5
Varandas de ferro.....	5
Vasos.....	7
Vassouras.....	8
Vazadores.....	8
Vazios em geral (em retorno).....	14
Veados.....	10
Velas de cêra, carnaúba, espermacete, composição ou stearina.....	8
Ditas de sebo.....	3
Velocipedes.....	8
Velludo.....	6
Venezianas (janellas).....	5
Ventarolas.....	6
Ventiladores.....	5
Ventosas.....	6
Véos.....	6
Verdete.....	6
Verduras.....	2 A ou 4
Vermelhão.....	6
Vermouth.....	6
Vernizes.....	6
Verrumas.....	8
Vertedores.....	8

## Tabella

Vesicatorios.....	6
Vidrilho.....	8
Vidros ordinarios.....	6
Ditos finos.....	7
Ditos fabricados na provincia.....	3
Vigas.....	12
Vimes.....	8
Vinagre estrangeiro.....	6
Dito nacional.....	3
Vinho estrangeiro.....	6
Dito nacional.....	8
Violas, violões, violinos e semelhantes.....	3
Viradores de estradas de ferro.....	7
Viseiras.....	7
Vistas para lanternas.....	7
Visgo.....	8
Vitellas.....	10
Vitrinas.....	7
Volantes (rodas).....	5
Volcanite.....	5

## W

Wagões rebocados.....	16
Ditos desarmados.....	5
Water-closets.....	8
Water-proofs (impermeaveis).....	6
Whiskey.....	6

## X

Xadrez (jogo).....	6
Xaropes.....	6
Xarque.....	4
Xergas para animaes.....	6

## Y

Yatagans.....	6
---------------	---

## Z

Zabumbas.....	7
Zarcão.....	5
Zebras. (Vide art. 57.)	
Zinco em bruto ou folha.....	5
Dito em obra.....	8

## BASES DAS TARIFAS AO CAMBIO DE 20 D

Tabella 1 — Passageiros das duas classes :

	{ 1ª classe	até 50 kilometros.	80 réis por kilom.
		» 100 »	75 » » »
		» 200 »	70 » » »
		além de 200 »	65 » » »
2ª classe : metade da 1ª.			
(A passagem minima é de 200 réis para a 1ª classe e de 100 réis para a 2ª classe.)			
»	1 A —	Bagagens de passageiros...	500 réis por tonelada por kilom.
		(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)	
»	2 —	Encomendas ou mercadorias transportadas pelos trens de passageiros.....	750 réis por tonelada por kilom.
		(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)	
»	2 A —	Gelo, peixe fresco, ostras, caças, verduras, frutas, carne fresca, pão, leite e ovos.....	250 réis por tonelada por kilom.
		(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)	
»	3 —	Café, algodão em rama, as-sucar, fumo, couros seccoos e demais productos semelhantes. Também os generos fabricados no paiz, quando não classificados nas outras tabellas.....	200 réis por tonelada por kilom.
		Os generos desta tabella, quando despachados de ou para S. Paulo, pagarão 200 réis por tonelada por kilometro.	
		(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)	
»	3 A —	Café em casquinha e os demais generos classificados nesta tabella.....	180 réis por tonelada por kilom.
		(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)	

Tabella 3 B — Café em cereja ou côco e os demais generos classificados nesta tabella..... 170 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

- » 4 — Generos alimenticios de primeira necessidade, como : farinha, arroz, feijão, milho, legumes frescos e raizes alimenticias, e os generos classificados nas tabellas ns. 12, 13 e 14 em quantidade menor de uma tonelada.....

100 réis por tonelada por kilom.

(Os generos de primeira necessidade produzidos no Estado de São Paulo (com excepção de toucinho), como agua, araruta, arroz, café moído, carne fresca, centeio, farinha de milho ou mandioca, feijão, frutas frescas, hortaliça fresca, leite fresco, milho, ovos frescos, pão, peixe fresco, raizes alimenticias e verduras, pagarão 50 % menos.)

Toucinho (tabella especial)..... 140 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

- » 4 A — Sal ordinario e os demais generos classificados nesta tabella.....

100 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

- » 5 — Cobre, chumbo, ferro em barras e chapas, trilhos para vias ferreas, tubos de ferro e outros metaes communs, especialmente para construcções. Tambem machinas e utensilios para a agricultura e industrias, couro salgado e os demais generos classificados nesta tabella..

140 réis por tonelada por kilom.

Os trilhos e seus accessorios pertencentes ás companhias de estradas de ferro, quando despa-

chados de Santos, terão um abatimento de 20 %.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

Tabella 6 — Tecidos de seda, lã ou algodão e generos de importação, não classificados nas outras tabellas. Também petroleo, agua-raz e outros espiritos, polvora e outras substancias inflammaveis ou explosivas : phosphoros, fogos de artificio, etc.....

300 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

- » 7 — Objectos, quer de exportação, quer de importação, de grande volume e pouco peso, como : caixões com chapéus de copa alta e semelhantes. Objectos frageis de grande responsabilidade, como : espelhos, porcellana e instrumentos de musica, de cirurgia, de engenharia e semelhantes e os demais generos nesta tabella classificados.....

450 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

- » 8 — Generos, não classificados nas outras tabellas, como : ferragens em geral, objectos de armario e de escriptorio, impressos, couservas estrangeiras, etc.....

220 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

- » 9 — Perú, gansos, patos, marrecos, gallinhas, faisões, araras, papagaios e outras aves domesticas e silvestres. Leitões, paccas, macacos, kagados, tatús, coatys e outros animaes pequenos.....

380 réis por tonelada por kilom.

(Tanto nos trens de passageiros como nos trens de cargas, o frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

Tabella 10 — Poltrinhos, bezerros, carneiros, cabras e cabritos, cães amordaçados e outros animaes quadrupedes semelhantes.....		10 réis por cabeça por kilom.
(Cobrar-se-ha taxa dupla pelos despachos por trens de passageiros.)		
Os animaes classificados nesta tabella quando transportados em trens de mercadorias e em numero superior a 20, pagarão...		10 réis por cabeça por kilom.
(Porcos pagarão mais 30 % sobre as taxas desta tabella.		
(O frete minimo de um despacho é de 300 réis.)		
»	11 — Cavallos, burros, jumentos, bois, vacas e touros.....	75 réis por cabeça por kilom.
Os animaes classificados nesta tabella quando transportados em trens de mercadorias e em numero de seis para cima, pagarão.		60 réis por cabeça por kilom.
(O frete minimo de um despacho é de 1\$000.)		
»	12 — Madeiras brutas, serradas ou lavradas, caibros e varas até 4 <sup>m</sup> ,50 de comprimento e até o peso de cinco toneladas ou 6 metros cubicos, pagarão.....	240 réis por 5 toneladas por kilom.
Madeiras até 9 <sup>m</sup> ,0 de comprimento e até o peso de 10 toneladas ou 12 metros cubicos, pagarão o dobro da taxa acima.		
Madeiras até 12 <sup>m</sup> ,0 de comprimento e até o peso de 10 toneladas ou 12 metros cubicos, pagarão mais 50 % das taxas acima.		
O excesso de cinco toneladas é cobrado, por tonelada, na razão da respectiva tabella.		
Quantidade menor de uma tonelada será taxada a peso pela tabella 4; excepto quando, por seu comprimento, demandar mais de um vagão, ficando então o transporte sujeito ás disposições		

do art. 93 do regulamento de tarifas.

(O frete minimo é de 3\$ por cada vagão de quatro rodas ; 6\$ para vagões duplos ; e 9\$ para vagões triplos.)

Tabella 13 — Madeiras apparelladas para construção até o comprimento de 4<sup>m</sup>,50 e até o peso de cinco toneladas ou seis metros cubicos, pagarão.....

320 réis por 5 toneladas por kilom.

Madeiras até 9<sup>m</sup>,0 de comprimento e até o peso de 10 toneladas ou 12 metros cubicos, pagarão o dobro da taxa acima.

Madeiras até 12<sup>m</sup>,0 de comprimento e até o peso de 10 toneladas ou 12 metros cubicos, pagarão o dobro e mais 25 % da taxa acima para cinco toneladas.

O excesso de cinco toneladas é cobrado, por tonelada, na razão da respectiva tabella.

Quantidade menor de uma tonelada será taxada a peso pela tabella 4 ; excepto quando, por seu comprimento, demandar mais de um vagão, ficando então o transporte sujeito ás disposições do art. 93 do regulamento de tarifas.

(O frete minimo é de 3\$ por cada vagão de quatro rodas ; de 6\$ para os duplos e 9\$ para os triplos.)

» 14 — Carvão vegetal ou mineral, telhas, tijolos, tubos de barro, betumes, enxofre em bruto, pedras, dormentes de madeira para ferro-vias e carris de ferro, ripas, moirões de madeira para cercas, lenha, capim, estrumes e outras substancias uteis á lavoura e á industria e de valor insignificante em relação a seu volume.

100 réis por vagão de 5 toneladas por kilom.

Cal pagará mais 30 % sobre as taxas desta tabella.



Forragens produzidas no Estado quando despachadas do interior, terão um abatimento de 25 % na respectiva tabella.

O excesso de cinco toneladas é cobrado, por tonelada, na razão da respectiva tabella.

(O frete minimo é de 3\$ por cada vagão.)

Tabella 15 — Carro ou carroça ordinaria de duas rodas..... 130 réis cada um, por kilom.

Os de quatro rodas pagarão mais 50 %.

Cobrar-se-ha taxa dupla pelos despachos por trens de passageiros.

(O frete minimo é de 1\$ por cada carro ou carroça.)

» 19 — Carros de vias ferreas, rebocados..... 120 réis cada um, por kilom.

(O frete minimo é de 1\$ por cada carro.)

» 17 — Locomotivas e tenders, rebocados..... 800 réis cada um, por kilom.

(O frete minimo é de 3\$ por cada um.)

BASES PARA APPLICAÇÃO DE TARIFAS MOVEIS AO CAMBIO DE 20 D. POR 1\$ COM AUGMENTO DE 5 % POR DINHEIRO ABAIXO DE 20 ATÉ O LIMITE DE 12 A QUE SE REFERE O DECRETO N. 2020 DESTA DATA

Tabella 3 — Café, algodão em rama, assucar, fumo, couros secco e demais productos semelhantes tambem os generos do paiz, isto é, fabricados no paiz quando não classificados nas outras tabellas. Os generos desta tabella, quando despachados de ou para S. Paulo pagarão 200 réis por tonelada e por kilometro. O frete minimo de um despacho é de 200 réis para cada companhia..... 206 réis por tonelada e por kilom.

Tabella 3 A—Café em casquinha e os demais generos classificados nesta tabella. O frete minimo de um despacho é de 200 réis para cada companhia.....

180 réis por tonelada e por kilom.

- » 3 B—Café em cereja ou côco e os demais generos classificados nesta tabella. O frete minimo de um despacho é de 200 réis para cada companhia.....

179 réis por tonelada e por kilom.

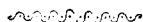
- » 6 — Tecidos de seda, lã ou algodão e generos de importação não classificados nas outras tabellas. Também petroleo, agua-raz e outros espiritos, polvora e outras substancias inflammaveis ou explosivas como phosphoros, fogos de artificio, etc. O frete minimo de um despacho é de 200 réis para cada companhia.....

300 réis por tonelada e por kilom.

- » 7 — Objectos quer de importação quer de exportação, de grande volume e pouco peso, como : caixões com chapéos de copa alta e semelhantes. Objectos frageis de grande responsabilidade, como : espelhos, porcellanas e instrumentos de musica, de cirurgia, de engenharia e semelhantes, e os demais generos nesta tabella classificados.....

450 réis por tonelada e por kilom.

Capital Federal, 6 de maio de 1895.—Antonio Olynho dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2021 — DE 6 DE MAIO DE 1895

Approva os estatutos do Banco de Credito Commercial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo no que requereu o Banco de Credito Commercial, devidamente representado, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, votada na assemblea geral de accionistas realizada a 20 de setembro do anno passado e que a este acompanha, ficando, porém, obrigado a preencher as formalidades de que trata o art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Capital Federal, 6 de maio de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2022 — DE 6 DE MAIO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia, se comporá dos actuaes batalhões de infantaria do serviço activo sob ns. 41º, 42º, 43º e 44º e do da reserva sob n. 12º, ora reduzidos a quatro companhias cada um, da 4ª secção de batalhão do serviço da reserva, elevada a categoria de batalhão, com igual numero de companhias e a designação de 70º, e de mais quatro batalhões de infantaria, tambem com quatro companhias cada um e as designações de 199º, 200º, 201º e 202º, dous regimentos de cavallaria, com igual numero de esquadrões e as designações de 54º e 55º, os quaes se organisarão:

O 41º e 199º no districto de Humildes ;

O 42º, 200º e 201º nos districtos de Santa Barbara e Bom Despacho ;

O 43º e 202º no districto de Remedios ;

O 44º no districto do Riachão de Jacuipe ;

Os regimentos de cavallaria e os batalhões da reserva serão organisados nos districtos da referida comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de maio de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2023 — DE 6 DE MAIO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca do Brejo Grande, no Estado da Bahia.

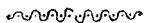
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Brejo Grande, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes, com quatro companhias e a designação de 203º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de maio de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 024 — DE 6 DE MAIO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

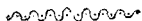
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes, com quatro companhias e a designação de 204º, o qual se organizará com os guardas qualificados no termo de Almas, districto da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de maio de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2026 (\*) — DE 27 DE MAIO DE 1895

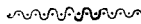
Supprime o Consulado em Malaga.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que o Consulado em Malaga, presentemente vago pelo fallecimento do respectivo funcionario, não faz parte dos Consulados remunerados por lei, resolve supprimir o dito Consulado e restabelecer alli o antigo Vice-Consulado, sujeito a jurisdicção do Consulado Geral em Barcelona.

Capital Federal, 27 de maio de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2027 — DE 27 DE MAIO DE 1895

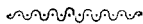
Supprime o Consulado em Macão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que o Consulado em Macão, presentemente vago pelo fallecimento do respectivo funcionario, não faz parte dos Consulados remunerados por lei, resolve supprimir o dito Consulado e estabelecer alli um Vice-Consulado, sujeito a jurisdicção do Consulado Geral em Lisboa.

Capital Federal, 27 de maio de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2028 — DE 27 DE MAIO DE 1895

Approva o programma do Curso Superior de Agronomia, annexo á actual Escola Pratica de Agricultura e Viticultura de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe representou o director da Escola de Agricultura e Viticultura de Taquary, no Estado do Rio Grande

---

(\*) O decreto n. 2025 não foi publicado.

do Sul, propondo-se a crear um Curso Superior de Agronomia annexo á mesma escola, sem augmento de despesas para o Governo, resolve approvar o programma respectivo, que com este baixa.

Capital Federal, 27 de maio de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica,

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Programma de ensino do Curso Superior de Agronomia, annexo á actual Escola Pratica de Agricultura e Viticultura de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul, a que se refere o decreto n. 2023 de 27 de maio de 1895.

#### PRIMEIRA CADEIRA

- 1<sup>a</sup> parte — physica, meteorologia e climatologia.
- 2<sup>a</sup> » — chimica mineral, mineralogia e elementos de geologia.
- 3<sup>a</sup> parte — chimica organica, chimica analytica e chimica industrial e agricola.
- 4<sup>a</sup> parte — botanica.

#### SEGUNDA CADEIRA

- 1<sup>a</sup> parte — classificações botanicas e familias.
- 2<sup>a</sup> » — agronomia: physica, chimica e mecanica do solo aravel ; lavoura e correções do solo ; instrumentos aratorios ; irrigações ; drenagem ; estrumação ; phytotechnia, technologia rural.
- 3<sup>a</sup> parte — topographia: levantamento de plantas, nivelamentos e agrimensura.
- 4<sup>a</sup> parte — mecanica agricola: noções de hydro-dinamica, rodas hydraulicas, machinas agricolas, locomoveis e engenhos de assucar. Construção: conhecimento e fabricação da cal, do tijolo e telhas, construcções ruraes.

#### TERCEIRA CADEIRA

- 1<sup>a</sup> parte — zoologia: anatomia geral, physiologia e classificações.
- 2<sup>a</sup> parte — anatomia e physiologia comparadas.
- 3<sup>a</sup> » — zootechnia: estudos das especies ; mellioramento das raças ; hygiene geral pecuaria ; pathologia, cirurgia e clinica medica veterinarias ; criação de aves domesticas.

## QUARTA CADEIRA

- 1.<sup>a</sup> parte — economia rural, direito rural, legislação agraria  
e contabilidade agricola.  
2.<sup>a</sup> parte — desenho architectonico.  
3.<sup>a</sup> » — desenho de plantas.  
4.<sup>a</sup> » — desenho de machinas.

## DISTRIBUIÇÃO DAS MATERIAS

1.<sup>o</sup> anno

- 1.<sup>a</sup> cadeira — 1.<sup>a</sup> 2.<sup>a</sup>, e 4.<sup>a</sup> partes.  
3.<sup>a</sup> » — 1.<sup>a</sup> parte.  
4.<sup>a</sup> » — 2.<sup>a</sup> »

2.<sup>o</sup> anno

- 1.<sup>a</sup> cadeira — 3.<sup>a</sup> parte.  
2.<sup>a</sup> » — 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> partes.  
3.<sup>a</sup> » — 2.<sup>a</sup> parte.  
4.<sup>a</sup> » — 3.<sup>a</sup> »

3.<sup>o</sup> anno

- 2.<sup>a</sup> cadeira — 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> partes.  
3.<sup>a</sup> » — 3.<sup>a</sup> parte.  
4.<sup>a</sup> » — 1.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> partes.

**Regulamento**

## CAPITULO I

Art. 1.<sup>o</sup> Annexa á Escola Pratica de Agricultura e Viticultura de Taquary, com o concurso dos professores da mesma, será organiado um curso superior de agronomia, denominado — *Escola Superior de Agronomia Taquaryense* — sob direcção commum.

Art. 2.<sup>o</sup> As aulas serão abertas a 3 de março e encerradas a 31 de outubro, para se seguirem os respectivos exames.

Art. 3.<sup>o</sup> Esta escola terá quatro cadeiras, que comprehenderão as materias constantes do quadro annexo, distribuidas por tres annos de curso.

Art. 4.<sup>o</sup> Terá mais dous professores substitutos, um para sciencias technicas e outro para sciencias accessorias e um secretario.

Art. 5.<sup>o</sup> O pessoal docente da escola formará um conselho que, debaixo da presidencia do director, se reunirá, ao menos, uma vez por mez, por convocação deste, para ter conhecimento da marcha da mesma.

## CAPITULO II

## DO DIRECTOR

Art. 6.º Ao director compete fiscalisar todos os actos da escola, ouvindo as reclamações quer dos professores quer dos alumnos, para resolver de modo que estabeleça ordem e harmonia.

Art. 7.º Convocar o conselho extraordinariamente, desle que necessidade haja.

Art. 8.º Nomear dentre os professores um vice-director que o substitua em seus impedimentos.

Art. 9.º Deliberar sobre todos os pontos omissos neste regulamento, e sobre aquelles de maior transcendencia dirigil-os ao Governo para tomar conhecimento ou resolver.

## CAPITULO III

## DOS PROFESSORES

Art. 10. Os professores devem fazer o ensino por secções e classes, tratando os alumnos com urbanidade.

Art. 11. Cada professor deve annualmente apresentar nas primeiras reuniões do conselho o desenvolvimento das materias de sua cadeira e submittel-o á consideração dos companheiros para assim estabelecerem-se relações e accordo no ensino.

Art. 12. O professor pôde faltar tres vezes ao mez, sem desconto do seu vencimento.

Art. 13. Deve assignar diariamente o livro de presença, com indicação das materias que tiver leccionado no dia.

Art. 14. Dirigir os gabinetes relativos ás materias de sua cadeira.

Art. 15. Notar as faltas dos alumnos, que serão registradas em livro proprio.

## CAPITULO IV

## DO SECRETARIO

Art. 16. Ao secretario compete a guarda de todos os livros da secretaria e archivo.

Art. 17. Compete mais, no fim de cada mez, fazer uma resenha das faltas dos alumnos para apresental-a ao director.

Art. 18. Tomar parte no conselho para confecção das actas.



## CAPITULO V

## DOS ALUMNOS

Art. 19. Só serão admittidos á matricula do primeiro anno, alumnos maiores de 15 annos que apresentem attestados de exames de portuguez, francez, geographia geral e do Brazil, arithmetica, algebra até equações do segundo grão, geometria e trigonometria.

Art. 20. O alumno fica obrigado ao pagamento de 40\$ annualmente, em duas prestações de 20\$, sendo uma no acto da matricula e outra para admissão ao exame do respectivo anno.

Art. 21. O alumno depois do exame do terceiro anno receberá da escola o titulo de *Engenheiro agrônomo*.

Art. 22. O alumno não pôde ser admittido ao exame theorico sem que apresente trabalhos praticos referentes ás materias do anno, devendo estes trabalhos ser aproveitados para o musêo de escola, toda vez que tenham a possivel applicação.

Art. 23. Estes trabalhos praticos devem ser organisados de accordo com o professor respectivo que as fiscalisará.

Art. 24. O alumno deve ser frequente ás aulas, tratando os professores e mais pessoal da Escola com o devido respeito.

Art. 25. O alumno que entrar na aula 15 minutos depois do professor, fica sujeito a se lhe marcar ponto ou falta.

Art. 26. O alumno que contar em qualquer aula, durante o anno, mais de 20 faltas não justificadas, não poderá ser admittido a exame.

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 27. Na organização deste curso as nomeações dos professores serão feitas pelo director com approvação do Governo Federal, emquanto não se organisar concurso para cada uma das cadeiras.

Art. 28. Os actuaes alumnos da Escola Pratica que terminaram o terceiro anno, ficam com direito á matricula no segundo anno do curso superior, e os que terminarem o segundo anno poderão tambem obter matricula no primeiro anno do referido curso; obrigados, porém, ao exame de francez, os que não o tiverem, e para isso a escola lhes facultará o ensino em uma aula complementar.

Art. 29. Estes alumnos da Escola Pratica ficarão com direito á matricula, sem pagamento algum.

Art. 30. As installações deste curso e a abertura das aulas, no corrente anno, ficam na dependencia da approvação do programma e regulamentos apresentados.

Capital Federal, 27 de maio de 1895.—Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2029 — DE 29 DE MAIO DE 1895

Crea os lugares de supplentes do substituto do Juiz Seccional nas circumscripções federaes do Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

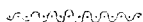
Art. 1.º Ficam creados no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 3.º § 1.º da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, os tres lugares de supplentes do substituto do Juiz Seccional em cada uma das nove circumscripções federaes, em que se dividirá a respectiva secção, das quaes comprehendera a 1.ª os municipios de Olinda e Iguarassú, a 2.ª os de S. Lourenço, Pão d'Alho e Nazareth, a 3.ª os de Goyanna, Itambé e Timbaúba, a 4.ª os de Jaboatão, Muriboea e Cabo, a 5.ª os de Victoria, Escala e Gamelleira, a 6.ª os de Palmares, Agua Preta, Quipapá e Canhotinho, a 7.ª os de Ipojuca, Serinhaem, Rio Formoso e Barreiros, a 8.ª os de Gravata, Bezerros e Carnarú e a 9.ª os de Limoeiro e Bom Jardim, e cujos limites serão os dos municipios que os compoem.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4.º e 5.º da citada lei, terá o procurador da Republica um ajudante e haverá um lugar de substitutor.

Capital Federal, 29 de maio de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2029 A — DE 30 DE MAIO DE 1895

Crea-se um batalhão de infantaria na 2.ª brigada da Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na 2.ª brigada de Guarda Nacional do Estado do Espirito Santo mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 34.º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da comarca de Santa Leopoldina; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de maio de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2029 B — DE 30 DE MAIO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo.

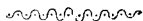
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulo, mais dous batalhões de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 211<sup>o</sup> e 212<sup>o</sup>, os quaes se organisarão com os guardas do mesmo serviço, qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de maio de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2029 C — DE 30 DE MAIO DE 1895

Crea mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais no Estado do Espirito Santo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.<sup>o</sup> Fica creada no Estado do Espirito Santo mais uma brigada de infantaria de Guardas Nacionais, com a designação de 12<sup>a</sup>, a qual se constituirá do 6<sup>o</sup> batalhão de infantaria, para esse fim desligado da 2<sup>a</sup> brigada, e mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e de um da reserva, ora creados, com quatro companhias cada um e as designações de 35<sup>o</sup>, 36<sup>o</sup> e 12<sup>o</sup>, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da comarca de Guandú.

Art. 2.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de maio de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2029 D — DE 3 DE JUNHO DE 1895

Crea mais dous batalhões de infantaria de Guardas Nacionais, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais dous batalhões de infantaria de Guardas Nacionais, sendo um do serviço activo e outro da reserva, com quatro companhias cada um e as designações de 205.<sup>o</sup> e 71.<sup>o</sup>, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de junho de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2030 — DE 5 DE JUNHO DE 1895

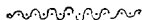
Fixa provisoriamente o capital correspondente á 4.<sup>a</sup> secção dos prolongamentos da Estrada de Ferro do Paraná—Lapa ao Rio Negro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, concessionaria do privilegio e garantia de juros para construcção do prolongamento e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná, nos termos do decreto n. 10.152 de 5 de janeiro de 1889, resolve fixar provisoriamente em mil setecentos e cincoenta e oito contos oitocentos noventa e quatro mil e trezentos réis (1.758:894\$300) o capital correspondente á 4.<sup>a</sup> secção dos referidos prolongamentos, Lapa ao Rio Negro, com a extensão de 58.629<sup>o</sup> 81, á razão de 30:000\$ por kilometro.

Capital Federal, 5 de junho de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Antonio Olyntho dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2031 — DE 13 DE JUNHO DE 1895

Approva as plantas e orçamento para modificações no edificio da Estação de Curityba e dependencias da Estrada de Ferro do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a «Compagnie Generale de Chemins de Fer Brésiliens», resolve approvar as plantas e orçamento que com este baixam rubricados pelo Director Geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, para modificações no edificio da Estação de Curityba e dependencias da Estrada de Ferro do Paraná, devendo, porém, a despeza total de 270:490\$169 ser levada à conta das de custeio, dividida igualmente entre as linhas de Paranaguá a Curityba e prolongamentos por quotas equivalentes em quatro semestres subseqüentes.

Capital Federal, 13 de junho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2031 A — DE 13 DE JUNHO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 206º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de junho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2031 B — DE 13 DE JUNHO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Januária, antiga de Itapirassaba, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Januária, antiga de Itapirassaba, no Estado de Minas Geraes, fica constituido dos actuaes batalhões 87º e 97º do serviço activo e 57º do da reserva, reduzidos a quatro companhias — cada um, e de um regimento de cavallaria, ora creado com igual numero de esquadões e a designação de 88º, que será organisado nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de junho de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2031 C — DE 13 DE JUNHO DE 1895

Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca da Franca, no Estado de S. Paulo.

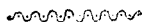
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca da Franca, no Estado de S. Paulo, mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais, com a designação de 95º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de junho de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2031 D — DE 13 DE JUNHO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca da Capital do Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º Fica creado na comarca da Capital do Estado de S. Paulo mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 211º, o qual será organizado com os guardas do mesmo serviço qualificados no districto da villa da Cutia, pertencente a referida comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de junho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2031 E — DE 13 DE JUNHO DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Contendas, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Contendas, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de Guardas Nacionais que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo e um do da reserva, com quatro companhias e cada um e sob as designações aquelles de 240º e 241º e este de 131º, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 87º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de junho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2031 F — DE 13 DE JUNHO DE 1895

Cria um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.

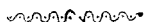
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 86º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de junho de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2032 — DE 23 DE JUNHO DE 1895

Autorisa a organização de mesas de exames geraes de preparatorios nos Estados, de accordo com as instrucções annexas ao decreto n. 1041 de 11 de setembro de 1892.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que depende de resolução do Congresso Nacional a exacta fixação da época para os exames de madureza estatuidos pelo decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, visto haver manifesta antinomia entre a disposição do art. 81 e as dos arts. 39 e 89 do mesmo decreto, e attendendo ás representações de numerosos interessados tanto na Capital como em varios Estados da União, os quaes, ficando *ex-ef* do disposto no artigo primeiro citado sujeitos aos ditos exames de madureza em prazo anterior áquelle em que taes exames podem ser exigidos aos alumnos do Instituto Nacional de ensino secundario, pedem-lhes seja facultado concluir na forma das disposições ainda vigentes os estudos preparatorios que habilitam á matricula nos cursos de instrucção superior,

Resolve :

Art. 1º E' autorisada a organização de mesas para exames geraes de preparatorios que começarão a funcionar em 31 de julho proximo futuro, nos institutos officiaes de ensino secundario dos Estados de accordo com os programmas do Gymnasio



Nacional, e regulados *mutatis mutandis* pelas instrucções que baixaram com o decreto n. 1041 de 11 de setembro de 1892, publicadas no *Diario Official* de 17 dos ditos mez e anno; correndo as despesas com as mesas examinadoras por conta dos Estados.

Art. 2.º Serão os ditos exames fiscalizados por commissarios nomeados pela forma e investidos das attribuições determinadas nos arts. 3.º e 4.º do decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891; devendo os mesmos commissarios, terminado que seja o processo dos exames, enviar ao Governo Federal, além de um relatório circumstanciado dos trabalhos feitos, as provas escriptas dos examinandos.

Art. 3.º Nos Estados em que não houver instituto official de ensino secundario, poderão os commissarios de que trata o art. 2.º formar as mesas examinadoras com os leutes e professores dos estabelecimentos officiaes de instrucção que existirem nesses Estados.

O Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores assim o faça constar.

Capital Federal, 26 de junho de 1895, 7.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



#### DECRETO N. 2033 — DE 27 DE JUNHO DE 1895

Crea dous batalhões de Guardas Nacionais, sendo um do serviço activo e outro da reserva, na comarca do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro, dous batalhões, sendo um do serviço activo com a designação de 91.º, com quatro companhias, e outro da reserva com a de 48.º, com igual numero de companhias, os quaes se organizarão com os guardas nacionais qualificados na mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de junho de 1895, 7.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2034 — DE 1 DE JULHO DE 1895

Determina que os funeraes do Marechal Floriano Peixoto sejam feitos á custa da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Associando-se ao pesar que afflige a Nação Brasileira pelo fallecimento do benemerito Marechal Floriano Peixoto, que como Chefe do Estado prestou á Republica serviços inolvidaveis ;

Querendo render publica homenagem de respeito e veneração á memoria de tão eminente cidadão ;

Decreta :

Art. 1.º Os funeraes do Marechal Floriano Peixoto serão feitos á custa da Republica ;

Art. 2.º O Governo abrirá opportunamente o necessario credito, submettendo-o á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 1 de julho de 1895, 7.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

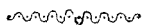
*Carlos Augusto de Carvalho.*

*Elisario José Barbosa.*

*Bernardo Vasques.*

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2035 — DE 4 DE JULHO DE 1895

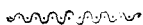
Approva os estudos e orçamento das obras do ramal da Tapera á Gloria do Goitã, na Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve approvar os estudos e orçamento para as obras do ramal de Tapera á Gloria do Goitã, Estrada de Ferro Central de Pernambuco, na extensão total de 24.192<sup>m</sup>,5, estudos que com este baixam, rubricados pelo director da Directoria Geral de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 4 de julho de 1895, 7.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2036 — DE 4 DE JULHO DE 1895

Manda adoptar novo plano de uniformes para o Corpo da Armada e classes annexas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ás considerações expostas pelo Almirante Ministro da Marinha e reconhecendo a necessidade de alterar em alguns detalhes o plano dos uniformes do Corpo da Armada e classes annexas, mandado pôr em execução pelo decreto n. 1889 de 5 de novembro de 1894 :

Resolve que o referido plano seja substituido pelo que a este acompanha.

Capital Federal, 4 de julho de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario J. Barbosa.*

**Plano de uniformes para o Corpo da Armada e classes annexas a que se refere o decreto da presente data**

PARA OS OFFICIAES DO ESTADO-MAIOR

PRIMEIRO UNIFORME

Casaca e calça com galão, de panno azul ferrete, colleta do mesmo panno ou de casimira branca, dragonas, chapéo armado, talim, espada com fiador, divisas nos punhos, luvas de pellica branca, gravata preta ou branca de laço, camisa branca de peito liso, com collarinho em pé, fechando direito, sapato abotinado de verniz lizo.

Este uniforme será usado em todas as solemnidades militares e civis e nas apresentações ao Chefe do Estado.

Nas solemnidades civis poderá ser usado com passadeiras, sem dragonas nem espada, com colleta branco e gravata branca.

Nas solemnidades militares e em cerimoniaes funebres, será usado com collete de panno e a gravata preta.

A casaca será usada sempre desabotoada e o talim por cima do collete.

SEGUNDO UNIFORME

Sobrecasaca de panno azul ferrete abotoada até o quinto botão, calça do mesmo panno ou de brim branco, chapéo armado, espada com fiador, talim; dragonas, divisas nos punhos, luvas de

pellica branca, botinas de couro de bezerro lisas, camisa como no primeiro uniforme, gravata preta.

Este uniforme só será usado em actos officiaes, visitas aos navios de guerra nacionaes ou estrangeiros; apresentações ao Ministro da Marinha, chefe do Estado Maior General da Armada e aos chefes das repartições e estabelecimentos militares; recepções do Presidente da Republica ou do Ministro da Marinha, quando for a visita annunciada e nas mostras especiaes determinadas pelo commandante.

#### TERCEIRO UNIFORME

Sobrecasaca de panno azul ferrete abotoada até o quinto botão, calça do mesmo panno ou de brim branco, bonnet, passadeiras, divisas nos punhos, espada com fiador, talim, luvas de pellica branca, botina de couro de bezerro lisa, camisa como no primeiro uniforme, gravata preta.

Este uniforme será usado em serviço externo em terra, nas mostras ordinarias passadas pelo commandante do navio, da divisão, força, ou pelo chefe do Estado Maior General da Armada, estas com prévio aviso.

Os officiaes generaes com este uniforme em vez dos bordados das respectivas patentes trarão, a meio dos punhos e do lado exterior das mangas da sobrecasaca, os emblemas das dragonas.

Este uniforme sendo usado em passeio dispensa a espada e o talim, podendo a sobrecasaca ser desabotoada e nesse caso é obrigatorio o collete de panno azul ferrete ou de brim branco.

#### QUARTO UNIFORME

Dolman e calça de flanela azul ferrete, de brim branco, e de brim mescla azul, bonnet, ou capacete branco, espada, talim e fiador.

É o uniforme especial para uso interno nos navios, arsenaes, quartéis e estabelecimentos militares. Em serviço será usado com espada e fiador, talim e luvas brancas.

Neste uniforme se usará camisa branca e botina de couro de bezerro, como no terceiro, ou sapato liso de lona branca ou couro claro para a estação calmosa. O dolman e calça de brim azul de mescla só serão usados para trabalhos nas torres dos encouraçados, nas machinas, torpedeiras, officinas dos arsenaes e nas flotilhas do Amazonas, Matto Grosso e Pará.

O bonnet para os Almirantes neste uniforme será como o determinado para o 3º uniforme, sem o bordado, tendo porém na frente os emblemas da patente.

#### DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO PRIMEIRO UNIFORME

##### *Casaca*

De panno azul ferrete com duas ordens de seis botões de 0m,020 de diametro, cada uma, sendo os primeiros na cintura o

os outros em espaços iguaes até a gola, duasinglezas de 0<sup>m</sup>,045 de largura em baixo, 0,065 no centro e 0<sup>m</sup>,055 em cima ; beira aberta, gola deitada, tendo no centro a largura de 0<sup>m</sup>,030, mangas de duas costuras, apertando proporcionalmente para o extremo inferior, punhos de 0<sup>m</sup>,075 de altura, sem abertura ; abas à franceza, sem franzido, com o comprimento de modo que o extremo fique distante 0<sup>m</sup>,080.

Os punhos serão ornados com as respectivas divisas e guarnecidos na costura da parte posterior com tres botões com 0<sup>m</sup>,013 de diametro distanciados entre si de 0<sup>m</sup>,025, sendo o do centro collocado na junção do canhão à manga.

### *Calça*

Do mesmo panno da casaca, direita, sufficientemente comprida a cabir sobre a botina, tendo as costuras exteriores sem pestanas e guarnecidas de galão de ouro, sendo :

Para os almirantes — lavrado de folha de carvalho, largura 0<sup>m</sup>,040.

Para os officiaes superiores — liso, de quatro cordões, largura 0<sup>m</sup>,040 ;

Para os officiaes subalternos — liso, de dous cordões, largura 0<sup>m</sup>,025.

### *Chapéu armado*

De pello de seda preta, abas de 0<sup>m</sup>,130 de altura do lado esquerdo e 0<sup>m</sup>,110 do lado direito, sendo a base, abas e pontas guarnecidas de fita preta de chamalote de 0<sup>m</sup>,030 de largura ; cada ponta terá 0<sup>m</sup>,10 de comprimento ; ao lado direito uma prezilha de galão lavrado de folha de carvalho, dourado, de 0<sup>m</sup>,019 de largura, dobrado de modo a formar ponta na parte de cima, tendo a separação de 0<sup>m</sup>,001 no centro e vindo terminar direito junto à carneira ; ligeiramente inclinada de diante para trás e guarnecida de um cordão ondeado a fio de ponto real ; sobreposto e a meio desta prezilha um tope nacional de 0<sup>m</sup>,040 de diametro total formado por circulos concentricos superpostos de gorgorão de seda verde, amarella e azul, com os seguintes diametros : o verde, 0<sup>m</sup>,040 ; o amarello, 0<sup>m</sup>,030 ; e o azul, 0<sup>m</sup>,020, tendo este o cruceiro feito de estrelas de canotilho de prata, um pouco inclinada para trás ; borlas cobertas de galões de esteira de 0<sup>m</sup>,040 de largura, sendo as pontas guarnecidas com volta de canotilho n. 1/4, e sendo a copa do chapéu guarnecida de arminho branco. Estes para os almirantes.

Para os officiaes superiores — do mesmo modelo e dimensões que para os almirantes, mas sem a guarnição de arminho.

Para os officiaes subalternos — do mesmo modelo e dimensões que para os superiores, sem a guarnição de cordão ondeada na prezilha do lado.

*Divisas*

Para os almirantes serão bordadas a ouro e da seguinte fôrma:

**Almirante** — canhão de 0<sup>m</sup>,110 de largura formado por dous cordões, sendo o exterior direito e o fio de ponto real tendo 0<sup>m</sup>,010 de largura pela parte interna, e o interior ondeado e a canotilha fosco; dentro do canhão ramagem dupla de folhas e frutas de carvalho, sendo as folhas e as frutas voltadas para o centro.

**Vice-almirante** : canhão formado por tres cordões de 0<sup>m</sup>,010 de largura, a fio de ponto real com escamas; dentro deste uma ramagem de carvalho com dupla ordem de folhas e frutas.

**Contra-almirante**: canhão formado por dous cordões a fio de ponto real com escamas; dentro deste uma ramagem singela de carvalho com folha e frutos pelo lado de dentro do canhão e somente frutos pelo lado externo.

Para os demais officiaes as divisas serão de galões de 0<sup>m</sup>,007 de largura, guardando entre si a distancia de 0<sup>m</sup>,005, e que partirão da costura da junção do punho para baixo, sendo:

Para o capitão de mar e guerra, seis galões dourados;

Para o capitão de fragata, cinco galões, sendo o do meio de prata e os outros quatro dourados;

Para o capitão-tenente, quatro galões dourados;

Para o 1<sup>o</sup> tenente, tres galões;

Para o 2<sup>o</sup> tenente, dous galões;

Para o guarda-marinha, um galão, sendo também todos dourados.

*Dragonas*

Para os almirantes: de ouro com pala convexa de galão de 0<sup>m</sup>,065 de largura e do comprimento do hombro, palmatoria, guarnecida com uma roca de fio de ouro fosco e lustroso intermediario de 0<sup>m</sup>,012 de diametro, afinando para os extremos; os lados da pala e a parte de dentro da palmatoria junto á roca ornados com bordado de canotilha fosco e lustroso de 0<sup>m</sup>,15 de largura, sendo a parte externa guarnecida por um cordão ondeado de canotilha de ouro fosco; um botão de 0<sup>m</sup>,011 no meio da pala e distante 0<sup>m</sup>,015 do extremo inteiro; franjas de duas ordens de canotão lustroso n. 55 de 0<sup>m</sup>,70 de comprimento. A palmatoria será ornada com os seguintes distinctivos á prata ou metal branco: para o almirante, as armas da Republica de 0<sup>m</sup>,030 de diametro, tendo uma estrella de cada lado, de 0<sup>m</sup>,020 de diametro; para o vice-almirante, tres estrellas de 0<sup>m</sup>,020 de diametro collocadas horisontalmente, e para o contra-almirante duas estrellas do mesmo diametro.

No meio da pala terá fixa uma ancora do mesmo metal de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento.

Para os officiaes superiores e subalternos as mesmas do modelo actualmente em vigor.

As dragonas serão usadas sem passeadeiras.

*Espada*

Para todos os officiaes : de punho preto, rematando em uma ancora prateada, dentro de um escudo elliptico de estrellas tambem prateadas, circumdado por dous ramos dourados de louro e carvalho unidos pelos pés ; guarda de meio corpo aberto, dourado, formando folhas de carvalho, tendo pela parte externa uma ancora de prata encimada por uma estrella do mesmo metal (sendo a ancora de 0<sup>m</sup>,030 e a estrella de 0<sup>m</sup>,015 de diametro); arco de metal dourado tambem, da cabeça do punho à guarda e lavrado como mostra o modelo ; lamina chata e direita com a maior largura de 0<sup>m</sup>,025 e comprimento de 0<sup>m</sup>,850 a 0<sup>m</sup>,900; bainha de couro preto envernizado com local de 0<sup>m</sup>,120 e braçadeira de 0<sup>m</sup>,080 e ponteira de 0<sup>m</sup>,200, tudo de metal dourado. Termina a ponteira um golfinho e no bocal e braçadeira haverá simplesmente um adorno imitando um nó direito de cabo, em que passarão as argolas para prender ao talim. A lamina terá como unicos adornos as iniciaes E. U. B. sobrepostas a uma ancora de um lado e as armas da Republica do outro, collocadas 0<sup>m</sup>,10 abaixo do copo.

*Fidior*

Para os almirantes : de duplo cordão de fleira dourado de 0<sup>m</sup>,004 de diametro, e 0<sup>m</sup>,022 de comprimento, terminado por borla achatada de 0<sup>m</sup>,080 de comprimento, e 0<sup>m</sup>,040 de largura, com bordado a ouro de folhas de carvalho sobre galão de fleira, tendo nas extremidades della dous passalores de fio fosco e sendo rematada por duas pequenas voltas cruzadas de canotão de ouro de 0<sup>m</sup>,007. A meio do cordão será dada a volta do fidior.

Para os officiaes superiores da mesma qualidade e dimensões que para os almirantes, sendo a borla achatada encanastrada a fio de ouro fosco e lustroso intermediado.

Para os officiaes subalternos : de cordão dourado da mesma qualidade e dimensões que para os officiaes superiores, terminado por borla em fôrma de péra de 0<sup>m</sup>,065 de comprimento, e 0<sup>m</sup>,025 de maior diametro, encanastrada a fio de ouro fosco e lustroso intermediado, com um só passador na parte superior e rematada pelas duas pequenas voltas de canotão de 0<sup>m</sup>,007, como já ficou descrito.

*Talim*

Para os almirantes : de galão de ouro de quatro cordões, forrado de velludo azul celeste, chapa circular dourada de 0<sup>m</sup>,050 de diametro, tendo no centro uma ancora prateada disposta verticalmente, rodeada de 21 estrellas, sendo a que ficar por cima do anete de duplo tamanho das outras e prateada, tudo cercado

de dous ramos que se prendem pelo pé, de louro e carvalho, em relevo fosco sobre campo polido. Duas guias duplas de galão de ouro de um cordão e de 0<sup>m</sup>,15 de largura, forradas de velludo azul celeste, com passadores de metal dourado, presos a corredeiras formadas por ancoras douradas com o anete para baixo, conforme o modelo.

O colchete da fivella de encurtar ou alargar o cinto prenderá em ilhoses dispostos do lado interno do talim.

Para os officiaes superiores: de retroz azul celeste trançado, formando cordões no sentido vertical; na parte superior e inferior de 0<sup>m</sup>,002 de grossura cada cordão, e alternativamente cobertas de fio de ouro, um sim e outro não, mediando entre os cordões de cima e os de baixo o espaço de 0<sup>m</sup>,016, que será tecido em forma de quadros pequenos.

A largura do talim será 0<sup>m</sup>,043; a chapa será igual á dos almirantes e a fivella prenderá do mesmo modo.

Para os officiaes subalternos: de cadaço da mesma seda e tecido de quadradinhos nas orlas e cordões do centro, sendo estes alternadamente, um coberto de fio de ouro, outro simples.

As dimensões e metaes como para os officiaes superiores.

### *Gravata*

Para todos os officiaes, de laço pequeno de gorgorão de seda preta ou branca, da largura de 0<sup>m</sup>,025, sem adorno de especie alguma.

### *Botões*

Para casaca, sobrecasaca e collettes: convexos, dourados, tendo dous circulos concentricos em relevo, sendo o inscripto aberto na parte superior, entre os quaes haverá um circulo de vinte estrellas tambem em relevo.

Na parte central haverá uma ancora com amarra, disposta verticalmente, encimada por estrella tres vezes maior que as outras, mas no mesmo alinhamento destas, occupando a abertura deixada na parte superior dos circulos.

Todas as partes salientes do botão serão polidas, sendo o campo fosco e burilado.

Os botões das fardas terão 0<sup>m</sup>,020 de diametro, os das mangas 0<sup>m</sup>,013 e os do collete 0<sup>m</sup>,011.

### *Collete*

De panno azul ferrete ou de casemira branca, sem gola, aberto, acompanhando a casaca, abotoando por uma só ordem de quatro botões de 0<sup>m</sup>,11, do modelo já descripto.



## DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO SEGUNDO UNIFORME

*Sobrecasaca*

De panno azul ferrete, com duas ordens de seis botões cada uma, sendo os mais baixos na cintura e os outros espaços iguaes até o pescoço; duas inglezas de 0<sup>m</sup>,045 de largura em baixo, 0<sup>m</sup>,065 no centro e 0<sup>m</sup>,055 em cima; beira aberta; gola deitada, tendo a largura de 0<sup>m</sup>,030 no centro; mangas de duas costuras apertando proporcionalmente para o extremo inferior; punhos de 0<sup>m</sup>,075 de altura sem abertura e guardado na costura da parte posterior por tres botões de 0<sup>m</sup>,013 a partir da costura da junção do punho e separados entre si de 0<sup>m</sup>,025; abas sem franzido; excedendo de 0<sup>m</sup>,025 o comprimento do braço, quando estendido, até o extremo do dedo maior; pestana de 0<sup>m</sup>,020 nas abas; na altura das algibeiras um botão no meio e outro no extremo inferior, e dous na feição para descansar sobre elles o talim, tendo os centros a distancia de 0<sup>m</sup>,080.

*Calça*

De panno azul ferrete, sem galão ou de brim branco do feitio já descripto para o primeiro uniforme.

Dragonas, divisas, chapéo armado, espada, fiador e talim, como os já descriptos no primeiro uniforme.

## TERCEIRO UNIFORME

*Descrição das peças do terceiro uniforme*

Sobrecasaca, divisas e espada como os do segundo uniforme.

*Bonnet*

De panno azul ferrete de 0<sup>m</sup>,045 de altura, tendo a circumferencia da copa maior 0<sup>m</sup>,130 que a da base, quartos de 0<sup>m</sup>,035 de largura; será guardado de uma cinta de seda preta tendo bordada a ouro uma ramagem de folhas e frutas de carvalho com ancoras entrelaçadas a intervallos, conforme o modelo e tendo na parte inferior e superior um cordão de canotilhos de ouro fosco e lustroso de 0<sup>m</sup>,002 de largura; na frente a ramagem se interromperá fazendo um espaço de 0<sup>m</sup>,035 no qual se collocará o emblema das dragonas, de accordo com a patente.

Para os almirantes: na frente, por cima da cinta, terá como emblema uma ancora bordada a ouro de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento, collocada verticalmente. A pala será de couro preto envernizado, forrada de marroquim preto, curva affectando a fórma de telha, tendo na maior largura 0<sup>m</sup>,050 e inclinada 15° da horisontal.

Quatro ilhoses pretos, dous de cada lado, collocados acima da cinta, para permittir a ventilação. Em cada extremo da pala haverá um botão de 0<sup>m</sup>,011, nos quaes se prenderá um cordão de ouro fosco torcido de 0<sup>m</sup>,003 de diametro, com dous passadores encastrados a fio fosco.

Para os officiaes superiores e subalternos : do mesmo modelo e dimensões já descriptos para os almirantes, sendo, porém, guardado de uma simples cinta de fita de seda preta de 0<sup>m</sup>,035 de largura (trançada em quadradinhos) e sobre esta a designação da graduação por meio de galões dourados (conforme as divisas) de 0<sup>m</sup>,002 de largura, collocados parallelamente à base e symmetricas em relação à linha mediana da cinta e guardando entre si a distancia de 0<sup>m</sup>,005. Na frente, por cima da cinta, terá o mesmo emblema. Usar-se-ha tambem calça de brim branco com a mesma cinta e sem o emblema.

#### *Capacete*

De cortiça ou outra materia sufficientemente leve, forrado exteriormente de brim branco, copa de forma oval, que não excederá de 0<sup>m</sup>,17 de altura. A aba na frente não excederá de 0<sup>m</sup>,06, diminuindo para os lados, e crescerá de novo para formar a pala posterior, que não excederá de 0<sup>m</sup>,08. Terá de cada lado da copa um botão de ancora de 0<sup>m</sup>,011, nos quaes abotoará uma correia branca dobrada, com passadores do mesmo couro, para o fim de alargar, poder passar embaixo do queixo.

A inclinação das abas será de 48° na frente e 45° na parte posterior; no alto da copa haverá um grande botão com aberturas para permittir a ventilação.

Deverá ser usado com o 4º uniforme e poderá ser tambem com o 2º e 3º, em dias de muito calor.

#### *Talim*

Para todos os officiaes : de couro envernizado, dobrado, das mesmas dimensões e metaes, como está prescripto para o 1º uniforme.

#### *Fiador*

Para os almirantes : de galão de esteira de ouro lavrado, dobrado, de 0<sup>m</sup>,015 de largura, com uma fivela, terminando por uma borla de ouro achatada, sem franja.

Para todos os officiaes da Armada e classes annexas : de cordão de retroz azul ferrete terminando por borla de couro em forma de pera.

#### *Passalceiras*

Para os almirantes : de panno azul ferrete, de 0<sup>m</sup>,090 de comprimento e 0<sup>m</sup>,030 de largura com os bordados seguintes : guarnição de cordão de canotilho de ouro fosco de 0<sup>m</sup>,003 de lar-

gura e 0<sup>m</sup>,002 de altura; no centro uma ancora de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento e em cada extremidade uma estrella de 0<sup>m</sup>,016 de diametro, sendo todas bordadas a prata.

Para os officiaes superiores: do mesmo modelo e dimensões que para os almirantes, sendo, porém, a ancora bordada a ouro.

Para os officiaes subalternos: do mesmo modelo e dimensões que para os superiores, sendo as estrellas bordadas tambem a ouro.

#### - Collete

Para todos os officiaes: de paunho azul ferrete ou de brim branco, abotoado por uma unica ordem de seis botões de 0<sup>m</sup>,011, sem gola e aberto como a sobrecasaca.

### DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO QUARTO UNIFORME

#### *Dolman*

De flanela azul ferrete, brim branco ou de mescla azul, do feitto seguinte: costas sem costura no meio, tendo um meio quarto com aberturas nos lados, sendo a do esquerdo sufficientemente longa para deixar passar a espada, frente, abotoada por um colchete, na gola, e sete botões de gutta-percha, ficando o lado esquerdo por cima do direito por meio de uma ingleza cosida até em baixo, onde as dianteiras serão cortadas em angulo recto; gola em pé de 0<sup>m</sup>,030 de altura e mangas de duas costuras sem canhão. A frente, extremidades e costuras das costas serão guarnecidas de uma fita de lã preta de 0<sup>m</sup>,020 de largura, outra da mesma dimensão, parallelamente com a separação de 0<sup>m</sup>,010, e entre ellas um soutache de 0<sup>m</sup>,003 de largura.

Os postos dos officiaes serão designados nos punhos por divisas de galões como já estabelecidas no primeiro uniforme, porém volantes, e as dos almirantes por meio de distinctivos como no 3<sup>o</sup> uniforme.

Na gola terá uma ancora de prata de 0<sup>m</sup>,035 de cada lado, com o anêto voltado para a frente.

As fitas para o dolman de brim branco serão brancas, da mesma largura que para o dolman azul, e bem assim o soutache.

O dolman de mescla não será guarnecido de fita, tendo apenas nos punhos os postos designados por galões brancos e pretos, correspondendo respectivamente aos prateados e dourados e as ancoras na gola (de prata).

#### *Calça*

De fazenda igual á do dolman e do feitto descripto nos outros uniformes: a calça de flanela azul terá uma fita igual á do dolman, ao longo da costura exterior da perna.

Bonnet, espada, fiador e talim, como os estabelecidos para o 3<sup>o</sup> uniforme.

*Capote*

Para todos os officiaes em qualquer dos uniformes: de impermeavel azul ferrete para o tempo chuvoso, ou de panno piloto azul ferrete para o tempo frio; feitiço liso, sem mangas, de abas longas a 0<sup>m</sup>,30 do chão; peito de trapasse; gola redonda da mesma fazenda e larga bastante para proteger os ouvidos, quando levantada; seis botões lisos de gutta-percha de 0<sup>m</sup>,025 de diametro com uma ancora em relevo disposta verticalmente, sendo os mais baixos na altura dos joelhos e os outros em espaços iguaes até o pescoço; na altura da cintura uma abertura do lado esquerdo sufficiente para deixar passar os copos da espada. Terá tres algibeiras com abertura horizontal e portinholas. Um cabecão com capuz das mesmas fazendas para ser abotoado por baixo da gola. O cabecão deverá descer até a phalange do dedo pollegar e ter roda bastante para abotoar na frente, ainda mesmo com as dragonas; nas costas terá pela parte interna e a 0<sup>m</sup>,10 da bainha dous botões lisos de gutta-percha para segural-a ao capote por meio de presilhas com cascas. O capuz será bastante largo para cobrir a cabeça com o bonnet, e pela parte externa deste serão os postos designados por meio de soutaches dourados de 0<sup>m</sup>,002 com a separação de 0<sup>m</sup>,003, cosidos ao capuz em torno da bocca do mesmo.

O cabecão pôde ser usado com o capote.

## DISTINCTIVO DOS OFFICIAES DE ESTADO-MAIOR

Os officiaes de estado-maior de esquadras, e outras forças navaes, os capitães de bandeira, bem como os secretarios e os ajudantes de ordens de almirantes commandando, ou dirigindo repartições militares, usarão alamares de cordão de ouro de 0<sup>m</sup>,005 de diametro, formando tres voltas designaes e duas tranças feitas do mesmo cordão com duas agulhetas pendentes das pontas das mesmas, sendo uma de 0<sup>m</sup>,450 e outra de 0<sup>m</sup>,670 de comprimento, cada uma com tres nós de cinco voltas, tudo preso em uma pequena trança de cordão, forrada de velludo azul ferrete, que prenderá no hombro esquerdo.

## CLASSES ANNEXAS

Os officiaes das classes annexas usarão dos mesmos uniformes já prescriptos, com as seguintes modificações:

No chapéo armado, a presilha com tope será sobreposta à seda do còr (correspondente de classe), de modo a ser visível no centro e deixar apparecer em torno uma orla de 0<sup>m</sup>,002, sendo as côres: verde-mar para os machinistas, carmezim para os medicos e pharmaceuticos, e branca para os commissarios;

nas passadeiras, a ancora será substituída pelo distinctivo da classe, que consistirá em: um cylindro para os machinistas; duas pennas cruzadas em angulo de 120º com os bicos para a parte de baixo, para os commissarios; o caduceo de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento, para os medicos, e o gral com uma cobra, para os pharmaceuticos, como está em uso;

nas divisas, vivos de 0<sup>m</sup>,095 de largura, da côr correspondente à classe, collocadas nas partes externas;

nas dragonas, forro pela parte de baixo de velludo da côr correspondente à classe;

no bonnet, a cinta de seda será orlada nas partes superior e inferior por vivos de 0<sup>m</sup>,002 de largura, da côr correspondente à classe;

nos dolmans, o distinctivo da gola será o da classe, de prata, como o descripto para as passadeiras.

#### ASPIRANTES

##### *1º uniforme*

Sobrecasaca abotoada até o 5º botão; calça de panno azul ou de brim branco; bonnet; platinas; espada; fiador; talim; luvas de pellica branca; botinas de couro de bezerro, lisas e sem biqueira; camisa branca de peito liso e collarinho em pé, fechando direito; gravata de gorgorão de seda preta.

Este uniforme será usado em todos os actos de serviço externo e nos que exige o 2º uniforme ou o 1º para os officiaes.

Em passeio será o mesmo uniforme, sem as platinas, a espada e o talim, podendo ser a sobrecasaca desabotoada, mas com o collete de panno ou de brim branco (do modelo já descripto).

Com excepção das platinas, as demais peças deste uniforme são inteiramente iguaes ás estabelecidas no 3º uniforme para os officiaes subalternos, menos o talim que será de retroz azul escuro.

##### *Platinas*

Bordadas a ouro sobre panno azul-ferrete e conforme o modelo adoptado e em vigor.

##### *Distinctivo*

Consistirá, para o aspirante de 2ª classe, em uma estrella bordada a ouro collocada no laço externo dos braços a 0<sup>m</sup>,14 fda costura da manga, e para o de 1ª classe uma ancora bordada à prata na mesma posição, tendo sobreposta uma estrella bordada a ouro de 0<sup>m</sup>,02 de diametro.

##### *2º uniforme*

Dolman e calça de flanela azul ou de brim branco; espada, talim, fiador, luvas de fio de algodão, bonnet, camisa branca, botinas de couro de bezerro, tudo inteiramente igual ao modelo

já descripto para os officiaes. E' o uniforme privativo para todo serviço interno.

O distinctivo será igual ao estabelecido no 1º uniforme, porém de prata.

#### *Aspirantes a commissario*

Usarão dos mesmos uniformes que os aspirantes a guarda-marinha, substituindo nas mangas da sobrecasaca a ancora por duas pennas cruzadas bordadas a ouro, tendo a cinta do bonnet avivada de branco e as platinas forradas de velludo branco.

### OFFICIAES HONORARIOS

Usarão todos os uniformes estabelecidos para os officiaes da Armada, com as modificações seguintes :

As passadeiras serão da mesma forma, porém com o comprimento de 0<sup>m</sup>,075, tendo no centro apenas uma ancora de 0<sup>m</sup>,040.

As divisas serão orladas exteriormente de vivos, de 0<sup>m</sup>,005 de largura, de casimira azul clara.

A cinta do bonnet terá vivos da mesma cor, de 0<sup>m</sup>,002 de largura.

### OFFICIAES DO ESTADO MENOR

Sobrecasaca como a dos officiaes abotoada até o 5º botão, calça do mesmo panno ou de brim branco, bonnet, espada, fiador, talim, luvas de fio de algodão, camisa branca, botinas de couro de bezerro e gravata preta.

Este uniforme será usado em actos de mostra e em passeio, sendo neste caso sem espada e talim, e tambem em serviço externo.

#### SEGUNDO UNIFORME

Dolman e calça de flanela azul ferrete, brim branco e de mescla, bonnet, espada, fiador, camisa branca, gravata preta, botinas de couro de bezerro.

Este é o uniforme para serviço interno nos navios e estabelecimentos navaes. Será usado como talim e a espada sómente no acto de serviço.

O dolman e a calça de mescla azul só serão usados nas flotilhas ou nos outros navios quando em trabalhos de baldeações, porões, paioes, amarras, apparelho e pintura.

#### *Bonnet*

Do mesmo modelo que o dos officiaes do estado-maior, sendo, porém, o cordão dourado substituído por uma correia de couro preto envernizado de 0<sup>m</sup>,01 de largura com dous passadores do mesmo couro. Tambem será usada a capa de brim branco do mesmo modelo que a azul.

*Espada*

De punho preto, rematando em uma ancora dentro de uma ellipse de arame; meios copos lisos com uma ancora dourada em relevo no guarda-tudo de metal branco; lamina chata, lisa e direita com 0<sup>m</sup>,025 de largura e comprimento de 0<sup>m</sup>,85 a 0<sup>m</sup>,95; bainha de couro preto envernizado com bocal de 0<sup>m</sup>,12, braçadeira de 0<sup>m</sup>,08 e ponteira de 0<sup>m</sup>,20, sendo tudo de metal branco e liso. O bocal e a braçadeira terão argolas para prender o talim.

*Fiador*

Todo de couro preto envernizado do mesmo modelo do descrito para os officiaes subalternos.

*Talim*

De couro preto envernizado, dobrado, de 0<sup>m</sup>,045 de largura; chapa circular dourada de 0<sup>m</sup>,050 de diametro, tendo no centro uma ancora em relevo, disposta verticalmente, rodeada por 21 estrellas, sendo a que ficar por cima do anete, de tamanho duplo das outras. Duas guias duplas de couro envernizado de 0<sup>m</sup>,015 de largura, com passadores de metal dourado, presos a corredejas formadas por ancoras douradas com o anete voltado para baixo.

*Botões*

Dourados e do mesmo formato e dimensões dos usados pelos officiaes do estado-maior, tendo, porém, na parte central apenas.

*Dolman*

Como os dos officiaes do estado-maior, porém sem os adornos de cadarço.

*Capote*

Como já ficou estabelecido para os officiaes do estado-maior, porém sem distinctivo nem divisa alguma.

A sobrecasaca, calça, camisa, gravata e botinas serão do mesmo modelo que está estabelecido para os officiaes do estado-maior.

*Divisas e distinctivos*

No 1º uniforme — Para os mestres duas ancoras de 0<sup>m</sup>,040 de comprimento, cruzadas pelas hastes, bordadas a ouro, na face externa de cada manga e collocadas no ante-braço, a 0<sup>m</sup>,13 da bocca da manga;

para os contra-mestres, uma só ancora em cada manga, com a mesma dimensão e disposta do mesmo modo;

para os guardiães, a divisa se comporá de tres galões de cordão de 0<sup>m</sup>,007 de largura, em forma de V, cosidas á manga do braço esquerdo, com a abertura de 0<sup>m</sup>,070, tendo a meio uma ancora dourada de 0<sup>m</sup>,030 de comprimento, collocada verticalmente;

para os guardiães extranumerarios a mesma disposição que para os guardiães, sendo, porém, de dous galões sómente.

Os outros inferiores usarão das mesmas divisas, conforme sejam da 1ª ou 2ª classe, sendo ellas avivadas externamente e com os distinctivos correspondentes:

para os carpinteiros, um esquadro e um compasso entrelaçados ;  
para os colafites, dous macetes cruzados ; ambos estes artifices terão as divisas avivadas de casimira azul marinho ;

para os serralheiros uma bigorna ;

nas divisas serão os vivos verdes ;

para o fiel, um peso de fôrma prismatica ;

para o escrevente, uma penna horizontal ; ambos terão vivos brancos ;

para o enfermeiro, um caduceo de mercúrio e vivos carmesim.

Todos estes inferiores usarão os bonnets com vivos das côres correspondentes.

Nos dolmans de flanella as divisas serão de cadarço de lã lustrosa, das mesmas dimensões e fôrma que as de galão, sendo os distinctivos de prata ; nos de brim as divisas serão de cadarço branco.

Os lentes da Escola Naval usarão os uniformes dos officiaes da Armada, com as divisas de gradação a que lhes der direito o respectivo regulamento, sem outro distinctivo além da estrella acima da referida divisa.

Os lentes que pertencendo ao corpo da Armada tiverem neste maior gradação do que a que lhes compete pelo cargo que exercem no magisterio, usarão das divisas do seu posto, com o distinctivo de lente.

#### PRATICOS

Os praticos que tiverem honras de officiaes usarão do 3º uniforme estabelecido para os officiaes, tendo nas passadeiras a ancora substituida por um prumo e nas mangas um prumo de 0<sup>m</sup>,05 de comprimento bordado a ouro e collocado verticalmente 0<sup>m</sup>,025 acima das divisas.

Os que não tiverem honras officiaes usarão dos uniformes estabelecidos para os officiaes inferiores, sem divisa, com os distinctivos seguintes, conforme a classe :

1ª classe — um prumo de 0<sup>m</sup>,05 em cada braço ;

2ª classe — um prumo no braço direito ;

3ª classe — um prumo no braço esquerdo.

#### COZINHEIROS E CRIADOS

Usarão uma blusa abotoada, de gola em pé, de flanella azul ferrete ou brim branco, com cinco botões de gutta-percha, sendo as dianteiras cortadas em angulo recto ; bonnet, do modelo dos inferiores, sem ancora ; camisa branca e gravata preta ; calça de flanella azul ferrete ou de brim branco.

Em serviço a bordo usarão gorro e avental.



## SUB-AJUDANTES E PRATICANTES MACHINISTAS

Continuarão a usar os uniformes actualmente em vigor, modificando apenas a sobrecasaca, o bonnet e o distinctivo, de accordo com os modelos descriptos neste plano.

## DISPOSIÇÕES GERAES

1 — É expressamente prohibido o uso de peças de uniforme com roupas à paizana e vice-versa e o uso de gravata de moleto diverso do prescripto no presente plano;

2 — Aos officiaes do estado-maior é permittido entrar ou sair de bordo à paizana; cinco minutos, porém, depois da entrada deverão estar completamente uniformisados;

3 — Todos os officiaes (commandante, officiaes e inferiores) são obrigados ao uniforme do dia, acompanhando a guarnição;

4 — Todos os officiaes de quarto a bordo e os do estado nos corpos de marinha ou nos estabelecimentos navaes, bem como os inferiores, devem trazer a espada à cinta;

5 — É expressamente prohibido o uso de guarda-chuva, ou guarda-sol, com qualquer dos uniformes, mesmo em passeio;

6 — Em qualquer serviço externo devem os officiaes trazer sempre a espada à cinta;

7 — Em passeio póde ser usado indiff'erentemente o bonnet azul ou branco; em formatura, porém, isso será determinado pela autoridade competente;

8 — Nas foras de desembarque para paradas os officiaes trarão bonnet com o segundo uniforme, em vez de chapéo armado;

9 — Aos aspirantes, bem como aos inferiores, é expressamente prohibido andar à paizana, embora a passeio, ainda mesmo no estrangeiro;

10 — O signal de luto será uma fita de crepe atada no braço esquerdo, sendo nacional, terá tambem um laço de crepe no copo da espada;

11 — Os engenheiros navaes usarão como distinctivo o globo de ouro acima das divisas;

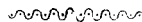
12 — Os commandantes dos navios e corpos e os chefes das repartições militares da marinha ficam responsaveis pela fiel observancia deste plano;

13 — Não obstante o que fica decretado, é permittido aos officiaes da Armada e classes annexas o uso dos uniformes actualmente em vigor, até 14 de novembro proximo vindouro;

14 — Aos officiaes reformados é facultativo o uso do uniforme do presente plano;

15 — Ao Quartel-General da Armada cabe resolver as duvidas sobre a intelligencia das disposições contidas neste plano.

Secretaria da Marinha, 4 de julho de 1895.—*Elisario J. Barbosa.*



## DECRETO N. 2037 — DE 4 DE JULHO DE 1895

Concede autorização a Manoel Vicente Ribeiro Junior e outros para organisarem uma companhia sob a denominação — Agave Americano.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram Manoel Vicente Ribeiro Junior, Manoel Ismael Zevadas e José Marques Nunes, resolve conceder-lhes autorização para organisarem uma companhia sob a denominação — Agave Americano — com os estatutos que apresentaram ; não podendo porém a companhia constituir-se definitivamente sem que tenham sido observadas as formalidades exigidas pelos arts. 79 e 80 do decreto n. 431 de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 4 de julho de 1895. 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Glyntha dos Santos Pires.*

## ESTATUTOS

## CAPITULO I

## ORGANIZAÇÃO E PRAZO DA COMPANHIA

Art. 1.º Sob a denominação de «Companhia Agave Americano» fica constituida uma sociedade anonyma, com séde na cidade do Rio de Janeiro, podendo ter agencias nos Estados.

Ar. 2.º A companhia terá de duração o prazo de 15 annos, o qual poderá ser prorogado mediante resolução da assembléa geral dos accionistas, expressamente convocada para isto.

## CAPITULO II

## OBJECTIVO DA COMPANHIA

Art. 3.º A companhia terá por objectivo a exploração do vegetal «Agave Americano», de accordo com o privilegio da patente n. 1882 concedida a José Marques Nunes por decreto de 21 de maio de 1895.

§ 1.º Compreendem-se na exploração :

a) o desenvolvimento do cultivo da alludilha planta em regiões apropriadas do territorio nacional ;

b) a applicação industrial da fibra extrahida das folhas do dito vegetal, sendo empregada no fabrico de tecidos de varias especies ;

- c) a applicação industrial do succo contido nas raizes ;
- d) as operações de credito precisas para fomentar estas industrias ;
- e) quaesquer emprehendimentos commerciaes relativamente á cultura da planta e ao fabrico, venda ou exportação dos productos della obtidos ;
- f) estabelecer armazens para venda de generos alimenticios aos empregados das suas fabricas.

### CAPITULO III

#### CAPITAL E FUNDO DE RESERVA

Art. 4.º O capital social será de 1.000:000\$ divididos em 5.000 acções do valor nominal de 200\$ cada uma.

Art. 5.º O capital social é formado:

a) pelo valor das cousas, bens e direitos relativos ao privilegio da patente n. 1862, verificado este valor de conformidade com o art. 17 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, e que será representado por acções integradas e ao portador ;

b) quanto á parte que restar para prefazer a importancia total do capital, pelas acções subscriptas, cujas entradas deverão ser feitas em moeda corrente, pela forma seguinte: 10 % no acto da assignatura da subscrição, e as outras prestações, com intervallo de 90 dias, conforme a directoria entender conveniente, devendo ser annunciada, com 15 dias de antecedencia pelo menos nas folhas de maior circulação. Estas acções serão nominativas, podendo ser convertidas em acções ao portador desde que estejam integradas.

Art. 6.º Dos lucros liquidos se deduzirá a quota de 5 % para fundo de reserva destinado não só a refazer o capital, mas tambem a adquirir terrenos e machinismos. Essa quota considerar-se-ha completa quando attingir 50 % do capital social.

§ 1.º O restante dos lucros sera distribuido em dividendos aos accionistas.

§ 2.º O fundo de reserva será empregado conforme resolverem a directoria e o conselho fiscal em sessão conjuncta.

### CAPITULO IV

#### DOS EMPRESTIMOS

Art. 7.º Fica a primeira directoria autorizada a contrahir, desde logo, emprestimo, mediante a emissão de obrigações ao portador (debentures) na forma da lei, até a importancia de 1.000:000\$000.

§ 1.º Cada obrigação do valor nominal de 100\$ vencerá o juro de 3 % ao anno, e na respectiva emissão poderá ser frac-

cionada em 100 partes iguaes de valor correspondente, reembolsadas por meio de sorteios ou de compra dentro do prazo de 15 annos.

§ 2.º Os obrigacionistas cujas fracções forem premiadas terão por essa forma os seus titulos provisórios resgatados immediatamente.

§ 3.º Os obrigacionistas cujos titulos não forem premiados no sorteio, desde que as suas fracções prefugam o numero de cem da mesma letra de cada serie receberão titulo definitivo que vencerá o dito juro de 3 % ao anno, pago annualmente.

§ 4.º O resgate das obrigações que restarem, não comprehendidas nas hypothèses dos §§ 2.º e 3.º, far-se-ha dentro do prazo maximo de 15 annos, e nas épocas marcadas pela directoria por meio de compra mediante o pagamento em dinheiro, conforme for resolvido pela mesma directoria.

## CAPITULO V

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 8.º A assemblea geral será formada por accionistas que possuam, no minimo, dez acções, depositadas mediante cedula, no escriptorio da companhia até a vespera da reunião.

Art. 9.º A reunião ordinaria da assemblea geral effectuar-se-ha em dia de mez de julho designado pela directoria com antecedencia de uma quinzena.

As reuniões extraordinarias convocadas pela directoria, pelo conselho fiscal ou pelos accionistas serão annunciadas com cinco dias de antecedencia.

§ 1.º Cada accionista terá um voto por cada dez acções.

§ 2.º As reuniões da assemblea geral serão presididas por um accionista aclamado na occasião, o qual convidará dous outros para secretarios.

Ocorrendo duvida proceder-se-ha á eleição para presidente.

§ 3.º As deliberações da assemblea geral serão tomadas por maioria de accionistas, sendo admittidos votos por procuração na forma da lei.

## CAPITULO VI

### ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Art. 10. A directoria constará de dous directores eleitos biennialmente por maioria relativa de votos, caucionando cada um cem acções.

Art. 11. A directoria funcionará diariamente, sendo suas resoluções tomadas de commun accordo. No caso de divergencia será chamado o conselho fiscal que com os dous directores decidirão por maioria.

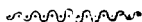
Art. 12. No caso de vaga ou impedimento de algum dos directores, o que ficar nomeará substituto provisório dentre os accionistas até a reunião da primeira assembléa.

Art. 13. Os directores ficam investidos de poderes para praticar todos os actos de gestão relativos ao fim e objecto da companhia, representando-a em juízo activa e passivamente.

Art. 14. Cada director perceberá o honorário de 1:500\$ mensaes (um conto e quinhentos mil réis).

Art. 15. Cada um dos tres membros do conselho fiscal terá a gratificação de 100\$ mensaes (cem mil réis).

Rio de Janeiro, 27 de março de 1895.— *Manoel Vicente Ribeiro Junior.*— *José Marques Nunes.*— *Manoel I. Azevedo.*— *Ignacio de Paula Antunes.*— *João Rodrigues Chaves.*



DECRETO N. 2038 — DE 8 DE JULHO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo, um do da reserva e um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um do da reserva, com quatro companhias cada um e a designação aquelle de 242º e este de 132º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 89º, os quaes serão organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2038 A — DE 8 DE JULHO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro.

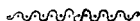
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 92<sup>a</sup>, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadroes e a designação de 29<sup>a</sup>, os quaes se organisarão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2038 B — DE 8 DE JULHO DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Alcobaga, no Estado da Bahia.

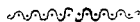
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica desligada do commando superior da comarca de Caravellas, no Estado da Bahia, a força de guardas nacionaes qualificados na de Alcobaga, no mesmo Estado, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá da 6<sup>a</sup> secção do batalhão de infantaria, ora elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 208<sup>a</sup> e de mais dous batalhões de infantaria, com igual numero de companhias, sendo um de serviço activo, com a designação de 209<sup>a</sup> e outro do da reserva, com a designação de 72<sup>a</sup>, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de julho de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2038 C — DE 11 DE JULHO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Urubú, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes, com quatro companhias e a designação de 207º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2038 D — DE 11 DE JULHO DE 1895

Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Aragnary, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Aragnary, no Estado de Minas Geraes, com quatro esquadrões e a designação de 90º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2038 E — DE 11 DE JULHO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de Guardas Nacionais na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes.

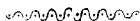
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Campo Bello, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 243ª, o qual se organisará com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de julho de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2038 F — DE 11 DE JULHO DE 1895

Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia, mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais, com quatro esquadrões e a designação de 56ª, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de julho de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*





DECRETO N. 2038 G — DE 11 DE JULHO DE 1895

Eleva a categoria de batalhão a 1ª seção de batalhão do serviço activo da Guarda Nacional das comarcas do Alto Paraguay Diamantino e Livramento, no Estado de Matto Grosso.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil  
decreta :

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 15.<sup>a</sup>, a 1.<sup>a</sup> secção de Batalhão do serviço activo organizado com os guardas nacionaes qualificados na freguezia de Sant'Anna da Chapada, comarcas do Alto Paraguary Diamantino e Livramento, no Estado de Matto Grosso; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de julho de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

... ..

DECRETO N. 2039 — DE 15 DE JULHO DE 1895

Revalida a concessão da Estrada de Ferro da Tijuca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro da Tijuca, resolve **revalidar a concessão** para a construção, uso e gozo da Estrada de Ferro da Tijuca, constante dos decretos ns. 9550 de 23 de janeiro de 1886, 815 de 4 de outubro de 1890 e 660 de 7 de setembro de 1891; ficando sem effeito o de n. 1655 de 20 do janeiro de 1894, que declarou caduca a mesma concessão e nos termos das clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2039 desta data**

I

O prazo do privilegio fica reduzido a 45 annos a partir desta data.

II

A estrada dividir-se-ha nas seguintes secções:

1ª Secção — Entre a praça da Boa Vista e a casa das machinas na raiz da Serra da Tijuca.

2ª Secção — Entre a raiz da Serra da Tijuca e a rua de S. Christovão.

3ª Secção — Da rua de S. Christovão ás immedições do Theatro S. Pedro de Alcantara, ou praça Tiradentes.

4ª Secção — Da praça da Boa Vista á antiga fazenda da Mooke.

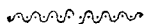
III

Ficam reservados os direitos de terceiros.

IV

Continuam em inteiro vigor as demais clausulas dos decretos ns. 9550 de 23 de janeiro de 1886 e 815 de 4 de outubro de 1890, e 670 de 7 de novembro de 1891, que não estiverem alteradas pelas presentes.

Capital Federal, 15 de julho de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2040 — DE 15 DE JULHO DE 1895

Concede novo prazo para a celebração do contracto da *S. Paulo Railway Company, limited*.

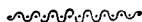
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *S. Paulo Railway Company, limited*, em petição de 1 de julho do corrente, e considerando que são attendiveis as razões por ella apresentadas que impediram a celebração do contracto a que se refere o decreto n. 1999 de 2 de abril deste anno dentro do prazo estipulado na clausula 16ª :

Resolve conceder á mesma companhia, para aquelle fim, novo prazo de quinze dias contados da data deste decreto.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS,

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2041 — DE 15 DE JULHO DE 1895

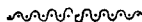
Approva a planta e orçamento da ponte a construir no kilometro 69,800 da linha principal da Estrada de Ferro Central da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasilian Central Bahia Railway Company, limited*, resolve approvar a planta e orçamento que com este baixam assignados pelo director geral da Directoria da Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construcção de uma ponte de nove metros de vão no kilometro 69,800 da linha principal da Estrada de Ferro Central da Bahia; devendo, porém, vigorar para preço da viga de ferro o que constar da respectiva factura original.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2042 — DE 15 DE JULHO DE 1895

Approvamos as bases de tarifas para vigorarem na Ferro-Carril de Santa Cruz a Itaguahy.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil attendendo ao que requereu a Empreza dos Carris de Ferro de Santa Cruz a Itaguahy, resolve approvar as novas bases de tarifas de passageiros e mercadorias que devem vigorar na referida linha, as quaes com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Bases para as tarifas a que se refere o decreto n. 2042 desta data**

Tarifa n. 1 — Passageiros....	137 rs. por kilometro.
Tarifa n. 2 — Bagagens e encomendas ..	30 rs. por 10 ks. e por kilom.
Tarifa n. 3 — Mercadorias:	
Classe 1 <sup>a</sup> .....	10 rs. por 10 ks. e por kilom.
Classe 2 <sup>a</sup> .....	14 rs. por 10 ks. e por kilom.
Classe 3 <sup>a</sup> .....	410 rs. por m <sup>3</sup> e por kilom.
Tarifa n. 4 — Animaes:	
Classe 1 <sup>a</sup> .....	100 rs. por cabeça e por kilom.
Classe 2 <sup>a</sup> .....	40 rs. » » » »
Classe 3 <sup>a</sup> .....	8 rs. » » » »

Pertencem à 1<sup>a</sup> classe da Tarifa n. 3 as mercadorias seguintes: carne secca, dita fresca, arroz, feijão, farinha, milho, batallão, assucar, toucinho e banha.

Todas as mercadorias que não estão incluidas na 1<sup>a</sup> classe da Tarifa n. 3 estão sujeitas à taxa de 2<sup>a</sup> classe.

Pertencem à 3<sup>a</sup> classe da mesma tarifa todos os objectos de grande volume e pouco peso.

Pertencem à 1<sup>a</sup> classe da Tarifa n. 4 os carneiros, cabritos, porcos, cães, etc.

À 2<sup>a</sup> classe: gansos, perus e outras aves de grande tamanho.

E à 3<sup>a</sup> classe: gallinhas e outras aves em capoeira.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2043 — DE 15 DE JULHO DE 1895

Approva o regulamento para as partes em tráfego e em construção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorização concedida no art. 3º n. 1 da lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894, e sendo intuito do Governo reduzir o mais possível as despesas publicas:

Considerando que na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana podem as despesas ser reduzidas na proporção de 52:800\$ annuaes na parte « Pessoal », mediante a supressão de 40 logares ;

Considerando que com a nova organização dada por este decreto são estabelecidos 10 cargos com a despesa annual de 40:560\$, e supprimidos aquelles 40 que concorrem com a despesa annual de 93:360\$000 ;

Considerando que o serviço dessa estrada notoriamente reclama a existencia justificada de cargos como o de chefe da locomoção, quer se attenda a extensão actual em tráfego de 378 kilometros, que se elevará a 451 kilometros com a proxima inauguração da estação de S. Gabriel, a que virão accrescer outros trechos de linha ; quer se considere o movimento dos seus transportes que já sobem a 13.000.000 de toneladas-kilometros e o coeeficiente de tráfego de 69,8 % que indica saldo e as boas condições economicas desse serviço ;

Considerando, finalmente, que a criação de logares e a elevação de vencimentos constituem attribuição privativa do Congresso Nacional :

Resolve approvar o regulamento que com este baixa, com as respectivas tabellas annexas, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para o serviço da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, ficando a criação de alguns logares constantes dessas tabellas e a elevação de vencimentos de outros dependentes de approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Regulamento para os serviços do tráfego e construção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, a que se refere o decreto n. 2043, de 15 de julho de 1895**

*A Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana é constituída pela linha ferrea de Porto Alegre a Uruguayana, como tronco principal, e pelo ramal de Cacequy a Bagé.*

**CAPITULO I**

**DA ORGANISAÇÃO E DIVISÃO DOS SERVIÇOS**

Art. 1.º Os serviços da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana comprehendem:

§ 1.º A direcção e administração da estrada em tráfego.

§ 2.º A construção do prolongamento de Taquary a Porto Alegre.

§ 3.º A construção do prolongamento de Cacequy a Uruguayana e do ramal de Cacequy a Bagé.

Art. 2.º Os serviços comprehendidos nos §§ 1.º e 2.º do artigo precedente ficam directamente committidos e subordinados a um director engenheiro-chefe, da livre escolha e confiança do Presidente da Republica e immediatamente subordinado por sua vez ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas; e os do § 3.º ao actual engenheiro-chefe.

Art. 3.º Os serviços a cargo do director engenheiro-chefe abrangem as seguintes divisões:

1.ª Directoria.

2.ª Tráfego.

3.ª Locomoção.

4.ª Via permanente.

5.ª Construção.

**CAPITULO II**

**DO DIRECTOR ENGENHEIRO-CHEFE**

Art. 4.º E' da exclusiva competencia do director engenheiro-chefe:

§ 1.º A direcção, inspecção e superintendencia geral de todos os serviços das divisões, por si ou por intermedio dos chefes de serviços, seus auxiliares.

§ 2.º A organização dos regulamentos, instrucções e regimentos internos para os diversos serviços da estrada.

§ 3.º A organização das condições geracs, especificações e tabellas de preços para as obras, fornecimentos e quaesquer trabalhos.

§ 4.º A autorização das despesas dentro dos créditos consignados na lei orçamentaria do exercício para os serviços a seu cargo.

§ 5.º A decisão das reclamações, duvidas, contestações e indemnisações.

§ 6.º O estabelecimento e classificação das estações.

§ 7.º O estudo e interpretação das tarifas e as providencias relativas ao desenvolvimento da renda da estrada.

§ 8.º A celebração de contractos de serviços, cessões, encomendas, fornecimentos e ajustes com particulares.

§ 9.º A celebração de ajustes e contractos de tráfego mutuo com companhias e empresas de transportes, uso commum de estações, permutas e outros.

§ 10. A organização do numero e especie dos trens, seus horarios, velocidade e pontos de parada.

§ 11. A nomeação, promoção e demissão de todos os empregados da estrada que por este regulamento não competirem ao Ministro.

§ 12. Propor ao Ministro os empregados que devam por esto ser nomeados, suspensos ou demittidos.

§ 13. A concessão de premios e a imposição de penas aos empregados, de conformidade com as disposições deste regulamento.

§ 14. A adopção de quaesquer medidas e providencias relativas á disciplina, segurança, economia e desenvolvimento da estrada em tráfego ou em estudos e construcção.

§ 15. A convocação de um conselho consultivo, para seu esclarecimento, que poderá se compor dos chefes de serviços, ou de funcionarios de especialidade, ou de commerciantes conceituados, conforme o objectivo da consulta ou o assumpto de que se tratar.

Art. 5.º O director engenheiro-chefe, além de superintender todos os serviços, tem a seu cargo o serviço da 1ª divisão.

Paragrapho unico. O serviço de cada uma das outras divisões fica ao cargo de um engenheiro, chefe de serviço, immediatamente subordinado ao director engenheiro-chefe e com as denominações seguintes :

O da 2ª — Chefe do tráfego;

O da 3ª — Chefe da locomoção;

O da 4ª — Chefe da linha;

O da 5ª — 1º engenheiro.

### CAPITULO III

#### 1ª DIVISÃO — DIRECTORIA

Art. 6.º Os serviços da 1ª divisão ficam distribuidos em duas secções :

1.ª Secretaria.

2.ª Contabilidade.

Paragrapho unico. A secção de contabilidade abrange as quatro sub-seccões seguintes :

- 1.ª Receita do trafego — Contadoria.
- 2.ª Contabilidade geral da receita e despesa.
- 3.ª Thesouraria.
- 4.ª Almoxarifado.

Art. 7.ª A secretaria ficará a cargo do secretario, a quem incumbem :

- § 1.º O expediente geral e registro de toda a correspondencia da directoria.
- § 2.º Os lançamentos dos contratos e ajustes, e o assentamento dos empregados da estrada.
- § 3.º O inventario dos proprios da estrada.
- § 4.º A organização das estatísticas geraes.
- § 5.º O ponto e a organização das folhas de pagamento do pessoal da 1.ª divisão.
- § 6.º O registro das encomendas de material rolante e fixo, e outras.

§ 7.º A guarda e conservação do archivo respectivo.

§ 8.º O inventario dos moveis e objectos de uso da repartição e a fiscalização do serviço do porteiro, contínuo e serventes.

Art. 8.ª Ao chefe da contabilidade compete :

§ 1.º Encaminhar e inspecionar o serviço da contabilidade geral da estrada, da arrecadação da receita e respectiva escripturação.

§ 2.º Proceder ao necessario estudo das tarifas, propondo ao director engenheiro-chefe o que lhe parecer conveniente na parte relativa á interpretação e applicação das mesmas tarifas.

§ 3.º Informar sobre as reclamações por excessos de frete, e, em geral, sobre quaesquer questões relativas a pagamentos feitos pela estrada ou della reclamados.

§ 4.º Inspecionar o serviço de contabilidade nas estações e a respectiva escripturação.

§ 5.º Fiscalisar a renda que for diariamente recolhida á thesouraria, visar os termos, e, ao menos uma vez por mez, a que estiver por cobrar nas estações.

§ 6.º Examinar, encaminhar e fiscalisar os serviços das quatro sub-seccões da contabilidade.

§ 7.º Levar ao conhecimento do director engenheiro-chefe qualquer falta ou irregularidade encontrada no serviço das outras divisões, com relação á receita ou á despesa, ou solicitar por seu intermedio esclarecimentos ou qualquer providencia sobre o serviço.

§ 8.º Apresentar mensalmente ao director engenheiro-chefe um relatório do estado e andamento dos trabalhos e um balancete da applicação dos creditos consignados na lei orçamentaria.

§ 9.º Ter presentes o regulamento de sellos, o regulamento do monte-pio e a parte do regulamento da estrada sobre vencimentos do pessoal, licenças, premios e punições, prestando informações a respeito da applicação delles.

§ 10. Fiscalisar o serviço de compras e fornecimentos.



§ 11. Remetter ao director engenheiro-chefe, em cada mez, a synopse e balancete da receita e despesa do mez anterior, e até 15 de fevereiro um relatório do estado dos serviços a seu cargo, acompanhado do balanço da receita e despesa concernentes ao anno anterior, das estatísticas geraes da receita e do orçamento da despesa provavel da 1.<sup>a</sup> divisão no anno financeiro seguinte.

Art. 9.<sup>o</sup> Compete à 1.<sup>a</sup> sub-secção :

§ 1.<sup>o</sup> Verificar todos os documentos de receita, revendo os calculos e applicação das tarifas e archivar-os competentemente coordenados.

§ 2.<sup>o</sup> Escripтурar nos livros competentes a receita arrecadada e por arrecadar.

§ 3.<sup>o</sup> Fazer imprimir os bilhetes de passageiros, rubricar e numerar os livros-talões de todas as verbas de receita.

§ 4.<sup>o</sup> Organisar as demonstrações dos transportes feitos por conta dos diversos Ministerios, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e outras repartições ou de empresas e particulares em virtude de contractos ou accordo.

§ 5.<sup>o</sup> Organisar mensalmente as contas correntes da receita entre a estrada e companhias ou empresas de trafego mutuo.

§ 6.<sup>o</sup> Propor a indemnisação pelos empregados da estrada do que por falta ou engano destes se achar desfalcada a renda da mesma estrada.

§ 7.<sup>o</sup> Organisar as estatísticas parciaes e geraes da receita.

Art. 10. Compete à 2.<sup>a</sup> sub-secção :

§ 1.<sup>o</sup> Processar todas as contas de fornecimento, examinando si estão competentemente documentadas e si as quantidades e preços conferem com as dos pedidos e contractos (si os houver) e, finalmente, si o fornecimento foi devidamente autorisado pelo director engenheiro-chefe.

§ 2.<sup>o</sup> Processar todas as folhas de pagamento do pessoal, verificando si os vencimentos e diarias conferem com os das tabellas e com as ordens em vigor e as declarações constantes da mesma folha, bem como examinar si as alterações que encontrar no pessoal quer quanto ao seu augmento ou diminuição, categorias, vantagens ou perdas, foram autorisadas ou approvadas pelo director engenheiro-chefe.

§ 3.<sup>o</sup> Verificar os calculos de todos os documentos da despesa.

§ 4.<sup>o</sup> Fórmular todas as contas do que a estrada tiver de receber quer dos Ministerios, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e outras repartições, quer de particulares ou empresas.

§ 5.<sup>o</sup> Organisar mensalmente as contas correntes da estrada com as empresas em trafego mutuo.

§ 6.<sup>o</sup> Escripтурar as despesas de todas as divisões do serviço da estrada e regular as contas entre os diversos serviços.

§ 7.<sup>o</sup> Ter em dia nos livros—Diario, Razão e Auxiliares—toda a receita e despesa da estrada, na forma das instruções e modelos exigidos pelo Thesouro Federal.

§ 8.<sup>o</sup> Manter em dia a escripturação relativa ao montepio dos empregados da estrada.

§ 9.º Organisar á parte a escripturação em livro de contas correntes com os armazens, verificando os resultados dos balanços e a responsabilidade dos armazenistas.

Art. 11. A thesouraria ficará a cargo do thesoureiro, que terá sob sua guarda a caixa, por cujos valores e operações é responsavel.

Ao thesoureiro incumbe:

§ 1.º Receber e fazer escripturar diariamente no livro-caixa a receita ordinaria, extraordinaria e eventual da estrada.

§ 2.º Entregar na Alfandega de Porto Alegre semanalmente a renda arrecadada pelas estações e mensalmente a importancia dos impostos, multas, indemnisações, etc.

§ 3.º Receber na Alfandega de Porto Alegre, á vista da requisição do director engenheiro-chefe ao inspector dessa repartição, as quantias necessarias aos diversos serviços segundo os creditos abertos.

§ 4.º Fazer por si ou por seus auxiliares, devidamente autorizados, todos os pagamentos da estrada, excepto aquelles que, em virtude de contractos existentes ou que se fizerem, tenham de ser effectuados em outra repartição publica.

§ 5.º Arrolar todos os documentos da receita e despesa que devem ser remettidos com os balancetes á repartição competente do Ministerio da Fazenda.

§ 6.º O pagamento do pessoal correspondente a cada mez findo será feito quando muito até o dia 15 do mez seguinte e nos logares do trabalho ou suas proximidades.

Art. 12. Da 2.ª secção fará parte o serviço do almoxarife, a quem incumbe a compra e fornecimento dos materiaes e objectos de consumo necessarios aos diversos serviços da estrada.

§ 1.º Os materiaes e objectos necessarios aos serviços das divisões serão fornecidos aos armazens em vista dos respectivos pedidos de compra competentemente autorizada pelo director engenheiro-chefe e na falta de armazem ou deposito na divisão ao chefe de serviço, ou empregado por elle designado, em vista de seus pedidos e de modo semelhante.

§ 2.º O fornecimento ou compra dos materiaes e objectos necessarios somente se effectuará por ordem do director engenheiro-chefe e em concorrência publica; podendo elle autorisar outra forma de fornecimento quando excepcionalmente for preciso.

§ 3.º Todos os pedidos, talões de facturas e recibos serão colleccionados em ordem, bem como os papeis da respectiva correspondencia em archivo especial.

§ 4.º O almoxarife manterá em dia a escripturação dos fornecimentos ás divisões, cumprindo-lhe confrontal-a sempre com o serviço correspondente a cargo do guarda-livros.

## CAPITULO IV

### 2ª DIVISÃO — TRAFEGO

Art. 13. A 2ª divisão comprehende os serviços das estações em trafego, a composição e movimento dos trens, o serviço tele-

graphico da estrada e tudo que concerne a todos os transportes, quer na exploração industrial da linha em trafego, quer na sua utilização para serviços administrativos ou de guerra.

Art. 14. Os trabalhos de escriptorio da 2.<sup>a</sup> divisão comprehendem:

§ 1.º O expediente principal da divisão, a correspondencia com a directoria e as outras divisões, registro dessa correspondencia, protocollo e archivo respectivo, organização dos relatorios e extracção das contas, o processo das reclamações sobre avaria ou perda de bagagens, encomendas e mercadorias, ou de quaisquer outras relativas ao transporte de passageiros ou mercadorias em geral, a cargo do official.

§ 2.º A organização das folhas de pagamento da 2.<sup>a</sup> divisão, o assentamento e registro do pessoal, a correspondencia interna da divisão e seu protocollo e registro, o archivo geral, a cargo de um 1.º escriptuario.

§ 3.º A conferencia das partes diarias do ponto, o lançamento do livro do ponto geral da divisão, exame e confrontação com os resumos mensaes do ponto, o registro em livro das folhas de pagamento e o auxilio ao 1.º escriptuario na organização das folhas, a cargo do outro 1.º escriptuario.

§ 4.º A escripturação em livro dos fornecimentos ás estações, carga e descarga dos agentes, despeza das estações e tudo que concerne, e a dos extractos da receita, a cargo do 2.º escriptuario.

§ 5.º A organização do percurso dos carros e vagões, inclusive dos vagões vazios, e a sua escripturação em livro a cargo do amanuense.

§ 6.º O inventario da divisão, sua escripturação, a separação e carimbo dos documentos, organização de relações, cópias em geral, etc., e o auxilio ao official e aos 1.ºs escriptuarios, a cargo do praticante.

Art. 15. Os serviços desta divisão ficam a cargo de um engenheiro chefe do trafego, a quem compete, além da direcção immediata do escriptorio do trafego:

§ 1.º Executar as ordens do director engenheiro-chefe, relativas á organização do horario dos trens e formação, composição, marcha e emprego util destes.

§ 2.º Fiscalisar a fiel execução dos regulamentos e instrucções que o director engenheiro-chefe expedir para signaes, movimento, policia e segurança dos trens e estações, sobre attribuições dos empregados do trafego, ou quaisquer outros regulamentos, instrucções e ordens de serviço para o trafego.

§ 3.º Estabelecer e fiscalisar o serviço e escripturação das estações e respectivas dependencias, visitando-as com assiduidade e examinando si estão regularmente feitos todos os serviços nas estações e nos trens.

§ 4.º Velar na fiel applicação das tarifas.

§ 5.º Enviar á secção de contabilidade os documentos remetidos pelas estações para a respectiva escripturação.

§ 6.º Propôr ao director engenheiro-chefe a classificação das estações, numero do pessoal e material de cada uma.

§ 7.º Organizar e fiscalisar todo o serviço de movimento de trens e do telegrapho.

§ 8.º Organisar os quadros estatísticos do movimento do percurso, composição e utilização dos trens e vehiculos.

§ 9.º Fazer e, se necessário, estudo das tarifas, devendo propor ao director engenheiro-chefe as modificações que julgar necessarias no intuito de desinvolver a renda da estrada.

§ 10.º Receber, processar e apresentar ao director engenheiro-chefe as reclamações relativas ao transporte de passageiros e mercadorias.

§ 11.º Fazer organizar as folhas de pagamento do pessoal da 2.ª divisão.

§ 12.º Fazer escripturar a despesa propria da divisão.

§ 13.º O processo das reclamações sobre avaria ou perda de bagagens, encomendas ou mercadorias, ou de quaesquer outras relativas ao transporte de passageiros ou mercadorias em geral.

§ 14.º Inspeccionar o serviço de passageiros nos trens e nas estações, e o bimento, guarda e expedição de bagagens, encomendas e mercadorias, e policia e asseio das estações e suas dependencias, o recebimento, transmissão e entrega dos telegrammas em serviço da estrada, em serviço publico em geral ou de particulares.

§ 15.º Composição e a circulação dos trens e a distribuição dos carros e vagões pelas estações.

§ 16.º Apresentar ao director engenheiro chefe, até o dia 15 de cada mez, o relatório dos serviços da divisão no mez anterior com os quadros demonstrativos contendo os elementos estatísticos e com indicação das occurencias havidas e das medidas cuja applicação julgar necessaria, e até o dia 31 de janeiro de cada anno, um relatório circumstanciado do anno anterior e o orçamento da despesa provavel com os serviços da divisão no anno financeiro seguinte.

Art. 16.º Os agentes das estações estão subordinados directamente ao chefe do trafego, mas são obrigados a prestar a todos os chefes de serviço os auxilios de que dispuzerem e que por elles forem reclamados em bem do serviço da estrada, uma vez que o pssam fazer sem prejuizo manifesto do serviço das estações.

Art. 17.º Nenhum serviço de qualquer das divisões se fará nas estações e na parte da linha comprehendida entre as chaves respectivas, sem conhecimento prévio do agente da estação.

Art. 18.º O serviço telegraphico será franqueado ao publico sem prejuizo do serviço da estrada.

## CAPITULO V

### 3.ª DIVISÃO — LOCOMOÇÃO

Art. 19.º A 3.ª divisão—locomocão—compreheende os serviços de tracção e officinas, e abrange tudo quanto concerne ao es-

tudo, construcção, uso, conservação e reparação do material rodante e dos elevadores de Taquary, guindastes e bomba a vapor.

Art. 20. Os serviços desta divisão ficam a cargo de um engenheiro chefe da locomoção, a quem compete, além da direcção immediata do respectivo escriptorio:

§ 1.º Fazer manter em bom estado as locomotivas, tenders, carros, vagões, tanques, reservatorios, alimentações e quaisquer accessorios do serviço confiados à sua guarda.

§ 2.º Inspeccionar o serviço de tracção, designar as locomotivas que devem fazer os trens, pôr à disposição do trafego os carros e vagões em bom estado.

§ 3.º Administrar as officinas de construcção e reparação e suas dependencias, os depósitos de locomotivas e de carros, armazenagem e os depósitos de combustivel e sobressalentes do material rodante.

§ 4.º Organisar e distribuir o pessoal da locomoção e o serviço das locomotivas.

§ 5.º Estudar e promover, depois de approvadas pelo director engenheiro-chefe, as modificações que forem convenientes ao trem rodante.

§ 6.º Estudar e fazer executar as reparações do trem rodante.

§ 7.º Preparar os planos geraes e de execução para as encomendas de trem rodante e accessorios, quer sejam executados nas officinas da estrada quer em outras officinas, e bem assim as condições geraes e especificações que devem acompanhar os mesmos planos e os respectivos desenhos.

§ 8.º Assistir, por si e por seus auxiliares, à recepção do material encomendado, ordenando todas as experiencias necessarias.

§ 9.º Fazer executar as encomendas das outras divisões, mediante requisição dos respectivos chefes, rubricadas pelo director engenheiro-chefe.

§ 10. Organisar e fiscalisar, de accordo com os modelos approvados pelo director engenheiro-chefe, a escripturação, contabilidade e estatística da tracção, officinas, armazens e depósitos.

§ 11. Apresentar ao director engenheiro-chefe, até o dia 15 de cada mez, um relatório succinto dos serviços da divisão no mez anterior, com quadros demonstrativos das despezas, elementos estatísticos dos trabalhos e menção do estado do material rodante e fixo e das principaes occurrencias havidas no serviço a seu cargo, e até o dia 31 de janeiro de cada anno um relatório mais detalhado e circunstanciado, bem como o orçamento da despesa provavel com os serviços da divisão no anno financeiro seguinte.

Art. 21. Sem prejuizo do serviço da estrada, poderão as officinas executar quaesquer trabalhos particulares, sempre que esses trabalhos forem autorisados pelo director engenheiro-chefe.

Para a execução desses trabalhos precederá ajuste entre as partes e o seu producto será recolhido como renda eventual da estrada.

Art. 22. Os trabalhos do escriptorio da 3.<sup>a</sup> divisão abrangem:

§ 1.<sup>o</sup> O expediente principal da divisão, correspondencia com a directoria e as outras divisões, registro dessa correspondencia, protocollo e archivo respectivo, assentamento e registro do pessoal, confeção das contas em vista dos resultados estatísticos, organização das folhas de pagamento e registro dessas folhas em livro, a cargo do official.

§ 2.<sup>o</sup> A correspondencia interna da divisão, seu registro e protocollo, a expedição das ordens de serviço para os trabalhos das officinas, sempre assignadas pelo chefe da divisão, o archivo geral, tudo sob a direcção do official, e o auxilio prestado a este em seus trabalhos, a cargo do amanuense.

§ 3.<sup>o</sup> A confrontação e conferencia dos papeis de ponto do pessoal, partes diarias de diversas procedencias e resumos mensaes de ponto, e o lançamento do livro do ponto, a cargo do apontador nos intervallos do seu trabalho nas officinas.

§ 4.<sup>o</sup> A separação e carimbo dos impressos e mais documentos da estatística, conferencia do ponto com o apontador, relações, quadros e cópias, e mais auxilio ao official e ao amanuense, a cargo do praticante.

§ 5.<sup>o</sup> A organização da estatística das officinas, conferencia e correção dos documentos relativos para seu lançamento, a escripturação em livro das reparações geraes de cada locomotiva, a em livro das reparações geraes e ordinarias de cada carro, a em livros das reparações geraes e ordinarias de cada vagão, e a em livros dos trabalhos diversos effectuados pelas officinas; a escripturação propria dos motores das officinas, dos elevadores a vapor, guindastes a vapor e bomba a vapor. Todas essas estatísticas serão confeccionadas de modo que se organize a respectiva contabilidade conhecendo-se em separado a despesa com a mão de obra pelos diversos officios ou officinas, e com o material em cada trabalho. O montante das despesas geraes da divisão, isto é, administração, motores, ferramentas, carvão para as forjas, etc., e a distribuição dellas pelas obras realizadas pelas officinas para conhecimento do seu custo. Estes trabalhos ficam a cargo de um 1.<sup>o</sup> escripturario.

§ 6.<sup>o</sup> A organização da estatística da tracção, conferencia e correção dos documentos correspondentes para seu lançamento, a escripturação em livro do consumo das locomotivas em serviço, por trens, a do percurso das locomotivas e o exame da nota fornecida pelo escriptorio do tração sobre o percurso dos carros e vagões, inclusive dos vagões vazios, o colleccionamento dos dados para os relatorios, a confeção dos respectivos quadros estatísticos, a cargo do outro 1.<sup>o</sup> escripturario.

§ 7.<sup>o</sup> Ainda a estatística da tracção, a escripturação em livro do fornecimento feito às locomotivas, de maneira que combine esse lançamento com o do consumo e o verifique, a em livro do fornecimento para os carros e vagões, sua lubrificação, illuminação, conservação e limpeza, a cargo de um 2.<sup>o</sup> escripturario.

§ 8.º A organização da contabilidade do armazem e depósitos, conferencia e correcção dos documentos relativos, e a escripturação em livro de carga do armazem na parte relativa ao fornecimento á tracção, e dos depósitos, mantido sempre em dia para a liquidação de responsabilidades; o inventario geral da divisão e o auxilio ao official, na organização das folhas de pagamento, a cargo do outro 2º escriptuario.

§ 9.º O auxilio ao chefe da locomoção, na organização das bases para as encomendas, orçamentos e especificações, e em estudos e experiencias a confecção dos desenhos de machinas e outros, o archivo dos desenhos, o gabinete de ensaios e experiencias, os instrumentos e machinas de ensaios, as conferencias de material importado dos Estados Unidos da America do Norte ou da Europa, instrucções, notas de conferencias, facturas, etc., e respectivo archivo, e o livro historico das locomotivas, a cargo do desenhista de 1ª classe.

§ 10. A contabilidade e estatistica da locomoção serão organisadas de forma que se conheça para a tracção: 1º, o numero, especie e percurso dos trens; 2º, o consumo e despeza total e kilometrica por trens e por locomotivas e vehiculos, com o pessoal e com combustivel, por especies, lubrificantes, etc.; 3º, o percurso das locomotivas e vehiculos, carregados ou vãos; e para as officinas:—1º, o numero, natureza e importancia dos reparos que tiver soffrido cada locomotiva ou vehiculo; 2º, o trabalho util dos operarios, machinas, ferramentas eapparelhos; 3º o custo, em material e mão de obra, das construcções e reparações.

## CAPITULO VI

### 4ª DIVISÃO—VIA-PERMANENTE

Art. 23. O serviço da via-permanente comprehende todos os trabalhos de conservação, reparação, construcção, reconstrucção e melhoramentos na linha, edificios e suas dependencias, construcção de obras novas na estrada em trafego, conservação da linha e apparelhos telegraphicos e o armazem.

Art. 24. Os serviços da 4ª divisão ficam a cargo de um engenheiro, chefe da linha, a quem compete, além da direcção immediata do proprio escriptorio:

§ 1.º Manter a linha nas melhores condições, de modo que a circulação dos trens se effectue com a maior regularidade, segurança e economia.

Para esse fim o chefe da linha terá a seu cargo a conservação, reparo e reconstrucção das obras de terra e de arte, edificios, açudes e represas de terra ou alvenaria, obras accessorias de consolidação e segurança e conservação da linha e apparelhos telegraphicos.

§ 2.º Organisar o serviço de policia da linha, fazendo manter os regulamentos em vigor e as instrucções do director engenheiro-chefe.

§ 3.º Fazer escripturar as despesas da divisão por natureza de obra, discriminando o que for propriamente conservação, reparação ou reconstrução do que for obra nova.

§ 4.º Organizar os projectos, desenhos, organogramas e especificações para as obras e uma tabella de serie e preços para o serviço da reparação e obras novas da estrada em trafego, a qual será revista anualmente e approvada pelo director engenheiro-chefe.

§ 5.º Inventariar todo o material e utensilios da via permanente.

§ 6.º Percorrer frequentemente a linha, inspecionando cuidadosamente o seu estado e o modo como elle são effectuados os diversos serviços a seu cargo.

§ 7.º Apresentar ao director engenheiro-chefe, até o dia 15 de cada mez, um relatório resumido dos trabalhos executados e das occurridas havidas na via permanente no mez anterior, fazendo expor a menção do estado da linha, e illicios e suas dependencias, do custo e quantidade do material consumido, discriminando os pontos em que foi empregado, e dos despezas kilometricas de conservação; e até o dia 31 de cada anno, um relatório circumstanciado e detalhado dos serviços do anno antecedente, bem como o organograma das despezas, por natureza dos serviços da divisão no anno financeiro seguinte.

Art. 25. Os trabalhos do escriptorio da 1.ª divisão abrangem:

§ 1.º O expediente principal da divisão, a correspondencia com a directoria e as outras divisões, o registro dessa correspondencia, protocollo e archivar a respectiva, organização dos relatórios e extração das contas, a cargo do official.

§ 2.º A organização das folhas de pagamento da via permanente, o assentamento e registro do pessoal, a correspondencia interna da divisão e seu registro e protocollo, o archivar geral, a cargo do 1.º escriptuario.

§ 3.º A conferencia das partes diarias do ponto, lançamento do livro do ponto geral da divisão, exame e confrontação com os resumos mensaes do ponto, o registro em livro das folhas de pagamento e o auxilio ao 1.º escriptuario na organização das folhas, a cargo do 2.º escriptuario.

§ 4.º O inventario da divisão, registro de pedidos, relações, cópias em geral, etc., e o auxilio ao official ou ao 1.º escriptuario, a cargo do praticante.

Art. 26. As obras de conservação e reparação ordinaria serão feitas por administração.

As construcções ou reparos de valor consideravel serão feitos, a juizo do director engenheiro-chefe, por administração ou empreitada, mediante series de preços, e dirigidos exclusivamente pelo pessoal tecnico da via permanente.

Si as obras importarem em renovações completas ou na construcção de obras de arte de grande importancia, nada resolverá o director engenheiro-chefe sem prévia autorisação do Ministro.



## CAPITULO VII

5.<sup>a</sup> DIVISÃO — CONSTRUÇÃO

Art. 27. A 5.<sup>a</sup> divisão comprehende :

§ 1.<sup>o</sup> A organização das explorações e estudos para o traçado da estrada e seus ramaes.

§ 2.<sup>o</sup> A organização dos projectos, organamentos e instruções para a execução das obras.

§ 3.<sup>o</sup> A fiscalização de todos os trabalhos e serviços relativos à construção e estudos.

§ 4.<sup>o</sup> As medições e avaliações para pagamento das obras executadas.

§ 5.<sup>o</sup> A organização dos certificados para pagamento das obras e serviços executados relativos à construção.

§ 6.<sup>o</sup> A organização das folhas de pagamento e do pessoal da 5.<sup>a</sup> divisão.

§ 7.<sup>o</sup> A escripturação tecnica das despesas de construção e de custo de obras.

§ 8.<sup>o</sup> O apuramento das quantidades de obras e serviços feitas na construção.

Art. 28. Ao director engenheiro-chefe compete :

§ 1.<sup>o</sup> Organisar os projectos de execução de todas as obras.

§ 2.<sup>o</sup> Escolher os locais para as estações, paradas, officinas e mais edificios.

§ 3.<sup>o</sup> Dirigir e fiscalisar todos os trabalhos e serviços da construção do prolongamento.

§ 4.<sup>o</sup> Organisar ou approvar os regulamentos e instruções necessarios para a boa marcha e fiscalisação dos referidos trabalhos.

§ 5.<sup>o</sup> Celebrar com particulares contractos ou ajustes de serviços, concessões ou fornecimentos.

§ 6.<sup>o</sup> Requisitar ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas as encomendas que houverem de ser feitas no estrangeiro, fornecendo para esse fim os desenhos, especificações e os mais elementos necessarios, inclusive o orçamento approximado da despesa e tudo em duplicata.

§ 7.<sup>o</sup> Promover, amigavel ou judicialmente, a aquisição ou desapropriação dos terrenos e benfeitorias indispensaveis para a construção da estrada e de suas obras.

Art. 29. Ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas serão remettidas cópias dos contractos celebrados e dos estudos definitivos da estrada, inclusive os typos geraes e os projectos especiaes dos edificios e obras de artes, e em cuja confecção deverá presidir a economia compativel com a solidez e as mais condições essenciaes de semelhantes construcções.

Art. 30. Os organamentos, despesas occorrentes e custo effectivo das obras de construção e dos estudos serão escripturados com o melhor methodo e clareza, por modo que de prompto se

possa verificar a despesa real de cada especie de obras, o custo kilometrico de qualquer parte da estrada estudada ou construida e as causas que tenham motivado excesso no orçamento da obra quando isso aconteça.

Art. 31. Os trabalhos terão andamento compativel com os creditos destinados annualmente para o pagamento das respectivas despesas.

Art. 32. Os serviços da 5.<sup>a</sup> divisão ficam a cargo do 1.<sup>o</sup> engenheiro, a quem compete, além da direcção immediata do escriptorio :

§ 1.<sup>o</sup> O delineamento do projecto definitivo da estrada e seus ramaes, à vista das plantas e mais documentos do estudo do terreno.

§ 2.<sup>o</sup> A organização e desenho dos projectos de obras.

§ 3.<sup>o</sup> Os calculos de cubação e avaliação das obras feitas e projectadas.

§ 4.<sup>o</sup> A organização dos certificados provisorios e contas finais para pagamento das obras.

§ 5.<sup>o</sup> A organização dos elementos para a parte dos relatorios do director engenheiro-chefe, referentes a construção e estudos.

§ 6.<sup>o</sup> A escripturação tecnica da 5.<sup>a</sup> divisão.

§ 7.<sup>o</sup> A organização das folhas de pagamento do pessoal da 5.<sup>a</sup> divisão.

Art. 33. Aos chefes de secção incumbem :

§ 1.<sup>o</sup> Fiscalisar a execução das obras e mais serviços de sua secção.

§ 2.<sup>o</sup> Dar aos empreiteiros, de accordo com as instrucções do director engenheiro-chefe, as ordens de serviço que forem precisas para a boa execução e melhor marcha dos trabalhos confiados à sua fiscalisação.

§ 3.<sup>o</sup> Fazer as medições provisorias e finais das obras e mais serviços da secção.

Art. 34. O 1.<sup>o</sup> engenheiro apresentará ao director engenheiro-chefe, até o dia 10 de cada mez, um relatório resumido dos trabalhos da secção durante o mez anterior, e até o dia 31 de janeiro de cada anno, um relatório circumstanciado do anno anterior, bem como o orçamento para os respectivos serviços no exercicio financeiro seguinte.

Art. 35. O director engenheiro-chefe nomeará os auxiliares e mais empregados indispensaveis, fixando-lhes vencimento diario.

Art. 36. O pagador é responsavel pelas quantias que receber e somente as pagará à vista de ordem assignada ou rubricada pelo director engenheiro-chefe, prestará fiança de 5:000\$, e ficará sujeito aos regulamentos e instrucções do Ministerio da Fazenda em tudo que lhe for applicavel.

Art. 37. Ao pagador compete fazer, por si ou por seus auxiliares, devidamente autorisados, todos os pagamentos da estrada que não tiverem de ser effectuados em outra repartição publica, em virtude de contractos.

## CAPITULO VIII

## DO PESSOAL.

Art. 38. O cargo de director engenheiro-chefe só será confiado a engenheiro nacional, praticamente habilitado no serviço de construção ou custeio de vias-ferreas e que notoriamente se recomende pela sua experiencia e capacidade profissional.

Art. 39. Só poderão ser nomeados para os logares de chefe de divisão e de secção engenheiros que, além de satisfizerem as condições da lei n. 3001, de 9 de outubro de 1880, tenham pelo menos cinco annos de pratica em trabalhos de construção ou trafego de estradas de ferro.

Art. 40. Os logares de engenheiros residentes, engenheiros e conductores de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes só serão exercidos por engenheiros titulados nos termos da lei citada no artigo anterior, podendo, não obstante, os agrimensores habilitados exercer os cargos de conductores de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes.

Art. 41. Será nomeado por decreto o director engenheiro chefe e por portaria do Ministro:

Paragapho unico. Sob proposta do director engenheiro-chefe, o chefe do trafego, o chefe da locomoção, o chefe da linha, o 1.<sup>o</sup> engenheiro, os chefes de secção, o chefe da contabilidade, os engenheiros de 1.<sup>a</sup> classe, o secretario, o thesoureiro, o contador e guarda-livros.

Art. 42. Serão nomeados pelo director engenheiro-chefe os demais empregados da estrada não mencionados no artigo anterior e constantes da tabella correspondente.

Art. 43. Compete ao thesoureiro e aos armazenistas proporem os respectivos feis.

Art. 44. A admissão e demissão dos empregados denominados operarios, feitores, guardas, trabalhadores, serventes e mais jornaleiros é da competencia dos chefes das divisões, encarregados da direcção immediata de qualquer ramo de serviço, sujeitando, porém, seus actos á approvação do director engenheiro-chefe.

Art. 45. O director engenheiro-chefe é o responsavel pelos abusos que não reprimir, commettidos por seus subalternos na admissão ou demissão do pessoal.

Art. 46. O director engenheiro-chefe designará o seu substituto em suas faltas ou impedimentos temporarios, cabendo ao Ministro, ouvindo o mesmo director engenheiro-chefe, designar o substituto interino, si o impedimento prolongar-se por mais de 30 dias.

Art. 47. Os chefes de divisão e de serviços serão substituídos por quem o director engenheiro-chefe determinar.

Art. 48. O thesoureiro e armazenistas serão substituídos, conservando a responsabilidade que lhes cabe pelos seus feis.

Art. 49. Nos impedimentos até oito dias a substituição se fará na ordem hierarchica dos cargos, que será estabelecida nos regulamentos especiaes de cada divisão ou secção; quando, porém,

o impedimento exceder de oito dias a substituição se fará por designação do director engenheiro-chefe.

Art. 51. Todo o empregado que substituir outro em seu impedimento, perceberá os vencimentos deste, qualquer que seja o numero de dias em que se der a substituição.

Paragrapho unico. Quando, pela natureza especial do serviço, de accordo com a lei referente ás accumulações, a substituição só puder ter lugar com accumulação de funções, a juizo do director engenheiro-chefe e por designação deste, o empregado perceberá, além dos seus vencimentos, a gratificação e a diaria do substituído.

Art. 52. O provimento dos lugares que vagarem será feito por tres modos:

1. livre escolha;
2. accesso;
3. concurso.

§ 1.º Serão nomeados por concurso, quando o director engenheiro-chefe julgar conveniente, os funcionarios da ultima classe que requeram conhecimentos de instrução primaria.

§ 2.º Serão nomeados por acceso ou attenção, de preferencia á aptidão, assiduidade e merecimento, os officiaes, os escripturarios, os auxiliares, os agentes de estações, seus ajudantes e fiéis, os confidentes, os telegraphistas e os conductores de trem.

§ 3.º Serão nomeados por livre escolha para preenchimento de vagas da ultima categoria respectiva:

- 1.º os engenheiros titulos;
- 2.º os desenhistas;
- 3.º todos os empregados não mencionados nos paragraphos anteriores.

Serão nomeados de livre escolha os empregados que tenham de prestar fiança ou caução, quando os que tiverem direito não o possam fazer.

Art. 53. Para os lugares que vagarem na parte em trafego da estrada serão preferidos os engenheiros que se acharem empregados nos trabalhos de construção da mesma estrada, sem prejuizo dos engenheiros da linha em trafego, a juizo do director engenheiro-chefe.

Art. 54. Competem aos empregados os vencimentos marcados nas taboas e observações annexas.

Art. 55. O empregado que faltar ao serviço sem causa justificada perderá todos os vencimentos.

Si justificar as faltas ser-lhe-ha descontada a gratificação correspondente aos dias em que faltar até ao maximo de oito em cada mez.

As faltas que excederem deste numero só poderão ser abonadas em virtude de licença concedida ao empregado.

Art. 56. O desconto por faltas interpoladas será correspondente aos dias em que ellas se derem; no caso, porém, de faltas consecutivas serão também descontados os dias feriados comprehendidos nesse periodo.

Art. 56. São causas justificativas de faltas :

1.<sup>a</sup>, molestia do empregado ;

2.<sup>a</sup>, nojo ;

3.<sup>a</sup>, gala de casamento.

Paragrapho unico. Compete ao director engenheiro chefe julgar da justificação das faltas.

Art. 57. As licenças aos empregados serão concedidas até 30 dias pelo director engenheiro-chefe e as de maior prazo pelo Ministro, prece'dendo audiencia do director engenheiro-chefe.

Art. 58. As licenças serão concedidas com ou sem ordenado, não se abonando em caso algum as gratificações de exercício.

§ 1.<sup>a</sup> Só, por motivo de molestia provada, se concederá licença até um anno, podendo ser com ordenado inteiro até seis mezes e de então em diante com metade do ordenado.

§ 2.<sup>a</sup> Por qualquer outro motivo justificado a licença não excederá de seis mezes e sendo com ordenado ficará sujeita ao seguinte de-conto :

Da quinta parte, sendo a licença até dous mezes ;

Da terça parte, sendo por mais de dous até quatro mezes ;

De duas terças partes, sendo por mais de quatro mezes.

Art. 59. O tempo das licenças concedidas com ordenado, suas refermas e prorrogações dentro de um anno a contar do dia em que o empregado entrar no gozo da primeira que obtiver, será somado para o fim de fazer-se o desconto de que trata o artigo antecedente.

Da mesma forma proceder-se-ha nos periodos annuaes ulteriores.

Art. 60. Nos casos, porém, de licença com ordenado, de que trata o art. 58 e seus paragraphos, findo o prazo maximo de um anno, não será renovada ou prorogada nessas condições sem que o empregado volte ao effectivo exercício de seu cargo e nelle permaneça por tempo, pelo menos, igual ao da ausencia determinada pelo gozo da licença.

Art. 61. Ficará sem effeito a licença concedida si o empregado que a tiver obtido não entrar no gozo della dentro do prazo de 30 dias, contado do dia em que o acto da concessão for publicado ou lhe for communicado.

Art. 62. O disposto nos artigos antecedentes terá tambem applicação ao empregado que perceber simplesmente gratificação ou diaria, considerando-se como ordenado duas terças partes dessa gratificação ou diaria.

Art. 63. Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado sem que tenha registrado a licença na secretaria da es-tada, com a declaração do dia em que começou a goza-la e sem que se achem satisfeitas as exigencias prescriptas nas leis fis-caes.

Art. 64. Em caso de accidente em serviço nada se descontará durante o tratamento, dos vencimentos ou diarias dos empregados feridos ou contundidos, podendo o director engenheiro-chefe mandar fornecer os primeiros soccorros medicos durante os primeiros oito dias.

§ 1.º Em caso de inutilisação o empregado terá direito a um lugar consentâneo com o seu estado e cuja paga seja, pelo menos, igual a que percebia, fornecendo-lhe a administração os meios artificiaes que a orthopedia aconselha.

§ 2.º Em caso de morte, em consequencia do accidente, o sepultamento será feito a expensis da estrada e se abonará á familia um mez de vencimentos, além do que estiver vencido.

Art. 65. O empregado que faltar seguidamente mais de 15 dias ao serviço, e não tiver requerido ao director engenheiro-chefe justificação da sua ausencia, será considerado demittido.

Art. 66. As horas de trabalho serão fixadas nos regulamentos especiaes que forem expedidos pelos chefes das respectivas divisões, com a approvação do director engenheiro-chefe.

Art. 67. Todo o trabalho dos empregados de serviço braçal, executado fóra das horas de serviço ordinario, será retribuido por cada hora de trabalho extraordinario com um acrescimo equivalente ao duplo da quota de salar o correspondente a cada hora ordinaria de serviço, contanto que o acrescimo total diario não exceda ao duplo do jornal.

Paragrapho unico. Todo o pessoal de tracção, inclusive manobras, gozará dessa vantagem só quando o serviço na linha for executado em horas extraordinarias por ordem superior. O tempo de trabalho ordinario do serviço de tracção será das 3 horas da manhã ás 7 horas da tarde.

Art. 68. As faltas disciplinares commettidas pelos empregados, as quaes não constituírem crimes definidos na legislação, serão punidas segunlo a sua gravidade, com as seguintes penas:

- 1.ª, simples advertencia;
- 2.ª, reprehensão;
- 3.ª, multa até um mez de vencimentos;
- 4.ª, suspensão até 30 dias;
- 5.ª, demissão.

§ 1.º O director engenheiro-chefe poderá impôr qualquer dessas penas aos empregados de sua nomeação e as de advertencia e suspensão até 15 dias aos de nomeação do Ministro, a quem dará conhecimento immediato.

§ 2.º Os chefes de divisão poderão propor as penas de advertencia, reprehensão, multa até 15 dias, suspensão até 30 dias e demissão aos empregados sob suas ordens e impor essas penas aos empregados de sua nomeação, submettendo seus actos á approvação do director engenheiro-chefe.

Art. 69. Poderão ser concedidas, mediante autorisação do Ministro, gratificações extraordinarias como premios ou recompensas de provado zelo, actos de coragem, e previsão nos casos de accidentes ou quando estes forem imminentes, procedimnto irreprehensivel ou melhoramentos notaveis propostos e adoptados no serviço de que estiver encarregado o empregado.

Art. 70. É concedida aposentadoria, ordinaria ou extraordinaria, aos empregados da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana.

Art. 71. São condições indispensaveis para obter aposentadoria ordinaria: 1º, 30 annos de serviço effectivo; 2º, absoluta incapacidade physica ou moral para continuar no exercicio do emprego.

§ 1.º Na contagem do tempo de serviço não serão attendidos os dias de suspensão e de faltas não justificadas, nem as licenças por mais de 60 dias em cada anno.

§ 2.º A incapacidade physica ou moral verifica-se pelo exame de tres facultativos e parecer fundamentado do director engenheiro-chefe.

Art. 72. A aposentadoria extraordinaria pôde ser concedida: 1º, ao empregado que, contando 10 annos de serviço, se impossibilite de continuar no desempenho do emprego; 2º, ao empregado que, independentemente de outra qualquer condição, torne-se inhabil para o serviço por desastre resultante de suas funcções, do cargo, por molestia adquirida no serviço ou na pratica de algum acto humanitario ou de dedicação à causa publica.

§ 1.º A's causas de impossibilidade prevista neste artigo são applicaveis as disposições do § 2º do art. 71.

§ 2.º Cessando a impossibilidade e verificado que seja este facto pelo modo indicado no § 2º do art. 71, o empregado poderá ser restituído à actividade do serviço no mesmo logar que exercia ou em outro equivalente, na primeira vaga que houver.

Art. 73. Para os effectos das aposentadorias só pôde contar-se o tempo de serviço na estrada de ferro e em outros cargos publicos.

Art. 74. Na aposentadoria ordinaria, o empregado terá direito ao ordenado do logar por elle occupado durante tres annos.

Art. 75. No caso de aposentadoria e na hypothese do n. 1 do art. 72 o empregado terá direito ao ordenado proporcional ao seu tempo de serviço, contado nos termos do art. 71; e na hypothese do n. 2º do art. 72, terá direito a todo o ordenado.

Art. 76. A melhoria de vencimentos só aproveitará para a aposentadoria dous annos depois de tornar-se effectiva.

Art. 77. O empregado, quando aposentado, poderá optar entre o vencimento da aposentadoria pela estrada de ferro e o da outra aposentadoria ou reforma, não podendo em caso algum accumular vencimento de duas aposentadorias.

Art. 78. A aposentadoria pôde ser dada a requerimento do interessado, ou por determinação do Governo, independentemente de solicitação.

## CAPITULO IX

### DOS ARMAZENS E DEPOSITOS

Art. 79. Aos armazenistas e encarregados de depositos incumbem:

§ 1.º A arrecadação e classificação do material existente e do que for adquirido para custeio e obras da divisão.

§ 2.º A verificação da quantidade ou peso e qualidade do material no acto de ser recebido, observando-se nos exames a estipulação dos respectivos contractos ou especificação das encomendas e pedidos e as amostras ou modelos adoptados.

§ 3.º A organização de pedidos para a aquisição do material necessário para supprimento do armazem.

§ 4.º A satisfação dos pedidos de fornecimentos rubricados pelo chefe da respectiva divisão autorizando o fornecimento, e dos pedidos de combustível e lubrificantes feitos pelos machinistas.

§ 5.º A escripturação da carga, descarga e movimento do material.

§ 6.º Manter o armazem em perfeita ordem e asseio, acondicionando e arrumando os artigos sob sua guarda, zelando sua conservação, devendo, na hypothese de deterioração casual, dar immediatamente parte ao chefe da divisão para ulterior resolução. A falta de cumprimento destes deveres sujeita-o a responsabilidade.

§ 7.º Requisitar do chefe da divisão, sempre que for necessário, os peritos precisos para examinares e avaliarem o material inservível que existir ou for recolhido ao armazem, possibilidade e conveniencia de concerto para o que estiver no caso de ser depois novamente fornecido e venda em leilão para o que for impracticavel ou não tiver applicação na estrada.

§ 8.º Assignar os termos e passar declarações e recibos que devem constituir sua responsabilidade.

§ 9.º Apresentar ao chefe da divisão, até ao dia 5 de cada mez, nota, em duas vias, dos fornecimentos feitos durante o mez anterior, e até ao fim de janeiro de cada anno uma demonstração geral do movimento do material no anno anterior e um inventario geral do material em scr.

As primeiras vias dos documentos devem ser destinadas á contabilidade.

Art. 80. O armazenista será coadjuvado por um fiel que terá especialmente a seu cargo o exame dos documentos justificativos do movimento da entrada e sahida dos materiaes do armazem, e é responsavel pela legalidade de todos os papeis que servirem de documentos para a escripturação, os quaes, depois de examinados e acceitos, serão por elle rubricados.

## CAPITULO X

### DA RECEITA E DESPEZA

Art. 81. O pagamento do pessoal será feito mensalmente nos logares do trabalho.

Art. 82. Os fornecimentos e as contas serão pagos na directoria ou excepcionalmente, por ordem do director engenheiro-chefe, em qualquer outro ponto da estrada.



Art. 83. Nenhum pagamento será effectuado sem que o respectivo pagamento tenha sido previamente processado e conferido pela secção encarregada da contabilidade e tenha o—pague-se—do director engenheiro-chefe.

Art. 84. O director engenheiro-chefe verificará ou fará verificar por uma comissão de sua nomeação, quando julgar conveniente, a caixa e a escripturação geral.

Art. 85. A compra de objectos que em pequena quantidade forem necessarios, será feita pelo almoxarife, ou quem o director engenheiro-chefe designar, que receberá mensalmente do thesoureiro, precedendo ordem do director engenheiro-chefe, até a quantia de 500\$000.

Art. 86. As despesas dos armazens e depositos serão escripturadas e figurarão com a rubrica propria em todas as demonstrações e balanços das despesas da estrada.

Art. 87. As contas, folhas de pagamento e reclamações que não forem setisfeitas até o encerramento do respectivo exercicio, não o serão por conta do exercicio seguinte; mas enviadas ao Thesouro para o competente processo e liquidação.

Art. 88. Deixarão de ser attendidas as reclamações sobre extravio ou avaria de mercadorias, bagagens e encomendas transportadas pela estrada ou de excesso de frete cobrado por qualquer motivo, si não forem apresentadas á mesma estrada dentro do prazo de um anno contado de conformidade com o que preceitua o art. 449 § 2º doCodigo do Commercio.

Art. 89. Dentro da competente verba da lei de orçamento serão deduzidas da receita bruta as despesas da estrada em trafego, com excepção das que estiverem incluídas em creditos especiaes e das que provierem de obras novas extraordinarias ou de aumento do material fixo e rodante, encomendado fóra das officinas da estrada.

Art. 90. As tarifas e regulamentos que interessarem ao publico só terão execução depois de publicados com antecedencia de oito dias, pelo menos, e affixados nos recintos das estações.

Exceptuam-se os casos de interpretação de tarifas ou decisões nos casos omissos, nos quaes o que for decidido pelo director engenheiro-chefe terá immediata execução.

Art. 91. A arrecadação das taxas de transporte deverá ser feita de accordo com a exacta e rigorosa applicação das tarifas em vigor, recaindo sobre o empregado ou empregados culpados a responsabilidade pelas differenças que forem verificadas quer em relação á receita propria da estrada, quer á arrecadada para outras vias-ferreas.

Art. 92. A escripturação da receita e despesa far-se-ha por exercicios, sendo organizada de accordo com as instrucções e modelos fornecidos pelo Thesouro Nacional.

Art. 93. Em caso algum o systema de escripturação e contabilidade central se afastará das regras prescriptas pela legislação de Fazenda.

Art. 94. As guias, conhecimentos e outros papeis justificativos da receita e despesa da estrada serão remettidos ao

Thesouro na conformidade do decreto n. 10.145, de 6 de janeiro de 1889.

Art. 95. As notas de expedição, folhas, boletins, conhecimentos, relações, outros impressos e papeis justificativos da receita, movimento e mais serviço da estrada serão queimados, desde que estejam devidamente escripturados nos livros competentes e encerradas pelo chefe da respectiva divisão as contas e escripturação de cada anno.

Os livros, contas e recibos serão conservados pelo tempo fixado em lei para guarda de taes documentos.

Art. 96. O director engenheiro-chefe enviará mensalmente ao Thesouro a synopse da receita e despesa do trafego e a da despesa por conta de creditos especiaes, relativos ao mez anterior.

Art. 97. O producto da receita das estações será diariamente remetido pelos respectivos agentes ao agente de Taquary. Estas remessas serão feitas em involucros amarrados, lacrados e sellados com o sello de cada estação, trazendo a indicação da quantia remetida em caracteres bem visiveis e serão entregues aos chefes de trem que delles passarão recibo em livro especial que para esse fim haverá em cada estação.

O agente de Taquary passará aos chefes recibo dos involucros e os remetterá ao thesoureiro, por quem serão abertos e verificados.

## CAPITULO XI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 98. O director engenheiro-chefe expedirá as instrucções ou regimentos internos indispensaveis á boa marcha de cada um dos serviços.

Art. 99. Aos chefes de divisão compete organizar e submeter á approvação do director engenheiro-chefe os regulamentos que deverão reger os serviços das respectivas divisões, especificando a distribuição de cada classe de empregados e os processos e modelos a adoptar na escripturação, contabilidade e estatisticas.

Art. 100. Cada uma das divisões terá um registro de nomeações, admissões, licenças, promoções, penas e demissões dos respectivos empregados.

Art. 101. O director engenheiro-chefe verificará, quando julgar necessario, a caixa e a escripturação central.

Art. 102. O director engenheiro-chefe examinará, quando entender conveniente, por si ou por empregado que designar, a escripturação dos armazens e dos depositos, dando balanço no material existente, e providenciará acerca do destino que deaver o imprestavel, encerrando definitivamente as contas até a data em que se ultimar o mesmo exame.

Art. 103. Todos os empregados que arrecadarem dinheiro ou tiverem objectos ou valores sob sua guarda, prestarão uma fiança correspondente á importancia da responsabilidade.

§ 1.º O thesoureiro prestará fiança de 15:000\$000.

§ 2.º Os feis do thesoureiro, cada um 5:000\$000.

§ 3.º Os armazenistas, cada um 2:000\$000.

§ 4.º Os feis dos armazenistas, cada um 500\$000.

§ 5.º O almoxarife 1:000\$000.

§ 6.º O pagador 5:000\$000.

Para os mais empregados serão as fianças fixadas pelo director engenheiro-chefe, e todas recolhidas pelo thesoureiro á Alfandega de Porto Alegre, á vista de guia do director, e dahi serão levantadas tambem á vista de guia do mesmo director engenheiro-chefe em que se declare achar-se o empregado quite com a estrada, excepto o thesoureiro e o pagador.

Art. 104. Nos casos de alluencia de serviço, para os quacs seja insufficiente o pessoal das tabellas annexas, poderá o director engenheiro-chefe admitir extraordinariamente alguns auxiliares, sujeitando seu acto á approvação do Ministro.

Esses empregados extraordinarios serão dispensados logo que cesse a affluencia do serviço.

Art. 105. O thesoureiro solicitará ao director engenheiro-chefe os auxiliares de que carecer, quando os pagamentos fóra da repartição exigirem maior pessoal.

Art. 106. Todos os agentes e empregados da estrada ao serviço das estações, dos trens e da via-permanente usarão de uniforme.

Art. 107. Os chefes de divisão deverão communicar logo ao director engenheiro-chefe, e todos os empregados a seus chefes immediatos, e a quem caiba providenciar de prompto, quaesquer accidentes ou occurencias extraordinarias que se derem na estrada e suas dependencias.

Art. 108. Nenhum empregado da estrada poderá ser distrahido para commissão ou serviço alheio ao da mesma estrada.

Art. 109. O director engenheiro-chefe só concederá passagens gratuitas para objecto extranho ao serviço da estrada, em virtude de ordem do Ministro.

Poderá, entretanto, conceder as referidas passagens aos engenheiros nacionaes ou estrangeiros que visitarem a estrada de ferro.

Art. 110. Não serão concedidas passagens gratuitas aos empreiteiros da construcção, seus prepostos, contractadores de obras ou serviços, fornecedores de material e pessoal delles, nem quaesquer abatimentos sobre os fretes no transporte de materiaes.

Paragrapho unico. Gosarão dessa concessão aquelles que a ella tiverem direito em virtude de contractos existentes, sendo porém indemnizada a caixa da linha em trafego das respectivas importancias pelas verbas por que correm as execuções dos referidos contractos.

Art. 111. Os empregados, quando viajando em serviço da estrada em tráfego, terão passes livres que serão recolhidos e conferidos com os demais bilhetes.

Art. 112. Os empregados quando em viagem de recreio ou de interesse particular, terão o abatimento de 75 % sobre o preço das passagens, nos carros de 1ª ou 2ª classe, segundo sua categoria.

Gosarão do benefício dessa redução de preços todas as pessoas da família do empregado que residirem debaixo do mesmo tecto.

Art. 113. O director engenheiro-chefe poderá conceder passagem livre ao empregado e às pessoas da família do empregado que residirem debaixo do mesmo tecto, para viagens motivadas por molestia de certa gravidade.

Art. 114. Os filhos e as pessoas de família do empregado que residirem debaixo do mesmo tecto terão transporte gratuito para a escola e aprendizagem nas fabricas, officinas, etc.

Art. 115. As requisições de passagens e de transportes de material em objecto de serviço publico serão satisfeitas sempre que forem regularmente feitas pela autoridade competente, sendo a importancia das passagens e fretes levada á conta do Ministerio respectivo, ou do Estado do Rio Grande do Sul, ou da repartição requisitante ou da construcção da estrada, devendo figurar como receita do tráfego mesmo aquella que não for cobrada.

Art. 116. O director engenheiro-chefe poderá admittir maior numero de praticantes quando as exigencias do serviço o reclamarem.

Art. 117. Para imposição das penas decretadas no regulamento annexo ao decreto n. 1.930, de 26 de abril de 1857, contra pessoas extranhas á administração da estrada, terá o director engenheiro-chefe por seus empregados a autoridade conferida naquelle regulamento aos engenheiros fiscaes.

Art. 118. O material fixo, rolante ou de consumo, que tenha de ser importado do estrangeiro, será mandado adquirir pelo Ministro á vista da requisição do director engenheiro-chefe, por intermedio dos commissarios de compras do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, incumbidos da aquisição desse material na Europa e nos Estados Unidos da America do Norte.

A requisição deve ser acompanhada de desenhos ou indicações, especificações, designação das fabricas e orçamento do custo, seguro e frete, em moeda nacional e ingleza.

Art. 119. A aquisição de combustivel será realisada pelo director engenheiro-chefe que, com a precisa antecedencia, solicitará do Ministro a ordem de pagamento, quando este houver de ser feito no estrangeiro ou outra praça que não seja a de Porto Alegre.

Art. 120. Até o dia 31 de março de cada anno o director engenheiro-chefe apresentará ao Ministro um relatorio geral do anno anterior, e que será impresso, expondo, com desenvolvimento, o estado das obras e material.

Esse relatório será acompanhado: 1º, do balanço geral; 2º, da discriminação da receita e despesa por estações e productos, por divisões e por kilometros; 3º, de quadros estatísticos de todos os serviços da estrada; 4º, da despesa das obras, etc., e dos serviços relativos na parte em construção; 5º, do quadro do pessoal; 6º, do orçamento das despesas prováveis para o anno financeiro seguinte; 7º, de quaesquer outras informações que possam aproveitar ou interessar a estrada.

Art. 121. Fazem parte deste regulamento as cinco tabellas com as respectivas observações annexas, especiaes ou geraes.

Art. 122. O director engenheiro-chefe, dentro de suas attribuições, providenciará provisoriamente nos casos omissoes do presente regulamento, quando a urgencia do serviço o exigir, e representará immediatamente ao Ministro para que este providencie definitivamente.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS E FINAL

Art. 123. A conclusão da construção do trecho da estrada entre Bagé e Uruguayana continuará a cargo do actual engenheiro-chefe.

Art. 124. O director engenheiro-chefe, bem como o engenheiro-chefe dessa construção, não poderão dirigir-se para objecto de serviço a empregados extranhos á respectiva administração.

As requisições far-se-hão directamente de um para outro chefe.

Art. 125. Os transportes dos materiaes destinados á construção das obras far-se-hão mediante requisição do engenheiro-chefe, guardando-se, em relação aos transportes ordinarios, a ordem de prioridade nos despachos. Só em casos de excepcional urgencia declarada pelo engenheiro-chefe se fará a remessa do material pelo primeiro trem expedido. Os transportes, para as obras do prolongamento da estrada e ramaes, serão levados á conta da respectiva construção que indemnizará o trafego das importancias dos fretes, bem como das dos abatimentos que gosarem os empreiteiros ou empregarios em virtude dos seus contractos.

Art. 126. O fornecimento de materiaes e quaesquer objectos para as obras, bem como o concerto e fabrico de utensilios, machinas, etc., serão autorisados pelo director engenheiro-chefe da estrada, mediante requisição do engenheiro-chefe, sem prejuizo do serviço da estrada em trafego, levando-se as respectivas importancias á conta da construção das obras.

Art. 127. Em caso algum, sob qualquer pretexto, poderão circular na estrada em trafego, por menor que seja o trecho da linha, as locomotivas, carros e vagões, trollys e vagonetes ao serviço da construção, salvo si houver autorisação escripta do director engenheiro-chefe, ou dada por telegramma, especificando os pontos e tempos em que o poderão fazer. Em todo caso

serão rigorosamente observadas as instruções e ordens de serviço relativas ao movimento dos trens na linha e estações.

Art. 128. Os agentes das estações concederão passagens por conta da construção das obras aos empregados que apresentarem autorização assignada pelo engenheiro-chefe ou chefes de secção por elle autorizados, para a respectiva requisição, uma vez que nesta se declare—por conta da construção. Os passes assim concedidos serão recolhidos e conferidos com os demais bilhetes, extrahidas as contas das respectivas importancias.

O director engenheiro-chefe providenciara sobre qualquer abuso na expedição de passes.

Art. 129. Aos empreiteiros, seus representantes, prepostos e pessoal que gosarem do direito a passagens gratuitas na linha em trafego e a abatimentos nos fretes para transportes de material, em virtude de contractos existentes, concederá o director engenheiro-chefe, em vista das requisições do engenheiro-chefe, as competentes autorisações impressas para uso dellas nas necessarias requisições aos agentes das estações, não gosando daquelle direito quando não as apresentarem. Os passes extrahidos pelos agentes das estações, em virtude de tais requisições, serão recolhidos e conferidos como os demais bilhetes, e organisadas as contas das respectivas importancias, bem como das dos abatimentos, para serem enviadas ao engenheiro-chefe que mandará indemnisar a caixa do trafego das quantias relativas pela verba da construção.

Art. 130. No que se referir ás condições technicas dessa construção e aos typos e qualidades do material fixo, planos e disposições das estações e edificios, será sempre ouvido o director engenheiro-chefe pelo engenheiro-chefe; e em caso de divergencia será a duvida submettida ao Ministro para ser por elle resolvida.

Art. 130. Apenas concluida uma secção ou trecho da estrada, no ramal de Cacequy a Bagé e no prolongamento desde Cacequy até Uruguayana, o engenheiro-chefe participará ao Ministro, que o mandará receber pelo director engenheiro-chefe.

Poder-se-ha, sempre que o Ministro entender conveniente e depois de ouvidos o director engenheiro-chefe e o engenheiro-chefe, abrir ao transitio publico qualquer trecho novo de linha, ainda não concluido definitivamente.

Art. 131. Ficam revogados todos os decretos anteriores que approvam regulamentos para a Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana nas partes referentes aos serviços a cargo do director-engenheiro chefe e quaesquer disposições em contrario ao presente.

Capital Federal, 15 de julho de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Tabella n. 1

## 1ª divisão - Directoria

DESIGNAÇÃO	NUMEROS	VENCIMENTOS MENSAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
DIRECTORIA				
Director engenheiro-chefe.....	1	800\$000	400\$000	1:200\$000
1ª SECÇÃO Secretaria				
Secretario .....	1	237\$000	133\$000	400\$000
Official.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
1º escriptuario.....	1	133\$000	67\$000	200\$000
2º dito.....	1	107\$000	53\$000	160\$000
Archivista-protocolista.....	1	100\$000	50\$000	150\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
Porteiro.....	1	67\$000	33\$000	100\$000
Continuo.....	1	57\$000	28\$000	85\$000
2ª SECÇÃO Contabilidade				
Chefe da contabilidade.....	1	467\$000	233\$000	700\$000
1ª SUB-SECÇÃO Contadoria				
Contador .....	1	267\$000	133\$000	400\$000
Official.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
1º escriptuario.....	2	133\$000	67\$000	200\$000
2º dito.....	3	107\$000	53\$000	160\$000
Amanuense.....	4	80\$000	40\$000	120\$000
Praticante.....	4	60\$000	30\$000	90\$000
Impressor e archivista.....	1	107\$000	53\$000	160\$000
2ª SUB-SECÇÃO Guarda-livros				
Guarda-livros.....	1	267\$000	133\$000	400\$000
Ajudante.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
2º escriptuario.....	2	107\$000	53\$000	160\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
3ª SUB-SECÇÃO Thesouraria				
Thesoureiro.....	1	267\$000	133\$000	400\$000
Fieis do thesoureiro.....	2	140\$000	70\$000	210\$000
4ª SUB-SECÇÃO Almoxarifado				
Almoxarife.....	1	367\$000	133\$000	400\$000

## Observação

O thesoureiro e seus fieis terão 15 % dos seus vencimentos para quebras.

## Tabella n. 2

2.<sup>a</sup> divisão — Trafego

DESIGNAÇÃO	NÚMERO	VENCIMENTOS MENSUAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
Chefe do trafego.....	1	467\$000	233\$000	700\$000
<i>Escriptorio</i>				
Official.....	1	130\$000	80\$000	210\$000
1. <sup>o</sup> escriptuario.....	2	133\$000	67\$000	200\$000
2. <sup>o</sup> dito.....	2	107\$000	53\$000	160\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
Praticante.....	1	60\$000	30\$000	90\$000
<i>ESTAÇÕES</i>				
<i>Pessoal da estação de Porto Alegre</i>				
Agente.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
Ajudante.....	1	93\$000	47\$000	140\$000
Fieis.....	2	87\$000	43\$000	130\$000
Conferente de 1. <sup>a</sup> classe.....	2	67\$000	33\$000	100\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> dita.....	3	60\$000	30\$000	90\$000
<i>Pessoal da estação de Taquary</i>				
Agente.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
Ajudante.....	1	93\$000	47\$000	140\$000
Fiel.....	1	87\$000	43\$000	130\$000
Conferente de 1. <sup>a</sup> classe.....	3	73\$000	37\$000	110\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> dita.....	2	67\$000	33\$000	100\$000
<i>Pessoal das outras estações</i>				
Agente de 1. <sup>a</sup> classe.....	.....	133\$000	67\$000	200\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> dita.....	.....	111\$000	56\$000	170\$000
Dito de 3. <sup>a</sup> dita.....	.....	93\$000	47\$000	140\$000
Fieis.....	.....	87\$000	43\$000	130\$000
Conferente de 1. <sup>a</sup> classe.....	.....	67\$000	33\$000	100\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> dita.....	.....	60\$000	30\$000	90\$000
Telegraphista de 1. <sup>a</sup> dita.....	.....	80\$000	40\$000	120\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> dita.....	.....	67\$000	33\$000	100\$000
Dito praticante.....	.....	47\$000	23\$000	70\$000
<i>Movimento</i>				
Chefe de trem de 1. <sup>a</sup> classe.....	.....	120\$000	60\$000	180\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> dita.....	.....	100\$000	50\$000	150\$000
Dito de 3. <sup>a</sup> dita.....	.....	80\$000	40\$000	120\$000
Inspector de estações e serviço telegraphico.....	1	233\$000	117\$000	350\$000

## Observações

1.<sup>a</sup> Os empregados que do publico tenham habitualmente de receber pagamentos, terão 10 % de seus vencimentos a titulo de quebra.

2.<sup>a</sup> Os agentes das estações de Porto Alegre, Taquary e da final, terão mais 20 % dos seus ordenados.



## Tabella n. 3

## 3ª divisão — Locomoção ( tracção e officinas )

DESIGNAÇÃO	NUMERO	VENCIMENTOS MENSUAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
Chefe da locomoção.....	1	467\$000	233\$000	700\$000
<i>Escriptorio</i>				
Official.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
1º escriptuario.....	2	133\$000	67\$000	200\$000
2º dito.....	2	107\$000	53\$000	160\$000
Amanuense.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
Praticante.....	1	60\$000	30\$000	90\$000
Desenhista de 1ª classe.....	1	200\$000	100\$000	300\$000
<i>Tracção</i>				
Chefe de deposito de 1ª classe.....	1	200\$000	100\$000	300\$000
Dito de 2ª classe.....	1	167\$000	83\$000	250\$000
Machinista de 1ª classe.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
Dito de 2ª dita.....	1	133\$000	67\$000	200\$000
Dito de 3ª dita.....	1	114\$000	56\$000	170\$000
Foguista de 1ª classe.....	1	80\$000	40\$000	120\$000
Dito de 2ª dita.....	1	73\$000	37\$000	110\$000
Dito de 3ª dita.....	1	67\$000	33\$000	100\$000
<i>Officinas</i>				
Mestre de officinas.....	1	233\$000	117\$000	350\$000
Apontador.....	1	107\$000	53\$000	160\$000
<i>Armazem</i>				
Armazenista.....	1	180\$000	90\$000	270\$000
Fiel.....	1	100\$000	50\$000	150\$000
Encarregado do deposito.....	1	100\$000	50\$000	150\$000

## Observação

Aos chefes de depositos, machinistas, foguistas e lubrificadores será concedida, além dos vencimentos, uma gratificação especial, calculada sobre a economia que realizarem em combustivel e lubrificantes de uma tabella, que será organisaada pelo chefe e approvada pelo director.

## Tabella n. 4

4.<sup>a</sup> divisão - Via-permanente

DESIGNAÇÃO	NUMERO	VENCIMENTOS MENSAES		
		Ordenado	Gratificação	Vencimentos
Chefe da linha.....	1	457\$000	233\$000	700\$000
<i>Escritorio</i>				
Desenhista de 1. <sup>a</sup> classe.....	1	200\$000	100\$000	300\$000
Official.....	1	160\$000	80\$000	240\$000
1. <sup>o</sup> escriptuario.....	1	133\$000	67\$000	200\$000
2. <sup>o</sup> dito.....	1	107\$000	53\$000	160\$000
Praticante.....	1	60\$000	30\$000	90\$000
<i>Armazem</i>				
Armazenista.....	1	180\$000	90\$000	270\$000
Fiel.....	1	100\$000	50\$000	150\$000
Recebedor de dormentes.....	1	133\$000	67\$000	200\$000
<i>LINHA</i>				
<i>Para cada 100 kilometros</i>				
Engenheiro residente.....	1	237\$000	133\$000	400\$000
Ajudante.....	1	200\$000	100\$000	300\$000
Mestre de linha de 1. <sup>a</sup> classe.....	1	130\$000	65\$000	195\$000
Dito de 2. <sup>a</sup> dita.....	1	110\$000	55\$000	165\$000
Dito de 3. <sup>a</sup> dita.....	1	90\$000	45\$000	135\$000
<i>Telegrapho</i>				
Inspector de linhas telegraphicas e encarregado das officinas.....	1	233\$000	117\$000	350\$000

## Tabella n. 5

## 5ª divisão — Construcção

DESIGNAÇÃO	VENCIMENTOS ANNUAES		
	Ordenado	Gratificação	Vencimentos
Director engenheiro-chefe.....	.....	.....	.....
1º engenheiro.....	7:000\$000	3:500\$000	10:500\$000
Chefe de secção.....	5:000\$000	2:500\$000	7:500\$000
Engenheiro de 1ª classe.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Dito de 2ª dita.....	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000
Conductor de 1ª classe.....	2:500\$000	1:250\$000	3:750\$000
Dito de 2ª dita.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Auxiliar de 1ª classe.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Dito de 2ª dita.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Desenhista de 1ª classe.....	2:250\$000	1:125\$000	3:375\$000
Dito de 2ª dita.....	1:750\$000	875\$000	2:625\$000
Pagador.....	1:600\$000	840\$000	2:440\$000
Escriptuario.....	1:280\$000	640\$000	1:920\$000

## Observações

1.ª Aos empregados do serviço de campo e ao pagador mandará o director engenheiro-chefe abonar uma quantia para cavalgadura, correspondente a 50 % do respectivo vencimento mensal, ficando o empregado obrigado, quando deixar o serviço que lhe dá direito a cavalgadura, a entrar com a quantia que houver recebido, com desconto de 20 % ao anno, calculado sobre o prazo decorrido desde a data em que se lhe tiver feito o abono.

Decorridos cinco annos depois do abono, considerar-se-ha amortisada a quantia anteriormente recebida e será abonada outra sob as mesmas condições.

2.ª Os chefes de secção e trabalhos de exploração, locação ou construcção, receberão para aluguel do escriptorio, 50\$ mensaes, e os chefes de turmas de exploração ou locação e os engenheiros ou conductores encarregados das residencias nas secções em construcção, 30\$ mensaes para o mesmo fim.

Não sendo possível obter casa por aluguel, o director engenheiro-chefe mandará fornecer barracas para os trabalhos de exploração e locação, e comprar e construir casas para os trabalhos de construcção, cessando, em qualquer dos dous casos, o abono para aluguel.

3.ª Aos empregados removidos, por conveniencia do serviço, do escriptorio central para uma secção, ou vice-versa, de uma secção para outra ou de uma residencia para outra da mesma secção, mandará o director engenheiro-chefe abonar, a titulo de despesas de viagem: 1º, uma quantia fixa correspondente a cinco dias de vencimento; 2º, outra quantia proporcionada á distancia a percorrer, contada pelo eixo da linha em estudos ou construcção, correspondente ao vencimento de um dia, para cada extensão de 30 kilometros e para a fracção restante; sem prejuizo do vencimento e demais vantagens devidas ao empregado durante os dias indispensaveis, a juizo do director engenheiro-chefe para effectuar-se a mudança.

4.ª O director engenheiro-chefe e o 1º engenheiro terão mais a diaria de 8\$, a titulo de despesas de viagem, durante o tempo em que se acharem em exercicio; e os demais empregados, quando em serviço de campo, diarias de 2\$ a 8\$, e quando em serviço nos escriptorios central e das secções, diarias de 1\$ a 4\$000.

As diarias devem variar com a categoria ou vencimento do empregado, distancia de sua residencia á ultima estação em tráfego, e as difficuldades locais de subsistencia.

5.ª Além da diaria que, em virtude da condição 4ª, lhe for fixada, perceberá o pagador, ou quem suas vezes fizer, uma outra de 8\$ durante os dias

indispensáveis, a juízo do director engenheiro-chefe, ao pagamento do pessoal fóra do escriptorio central, correndo por sua conta todas as despesas consigo, camaradas e animaes.

6.ª O pagador receberá mensilmente uma gratificação para quebras correspondente a 15 % do seu vencimento.

7.ª Para os despachos na Alfandega do Rio Grande o director engenheiro-chefe poderá ajustar um despachante geral da mesma Alfandega, mediante a gratificação de 1200\$ por anno.

8.ª O director engenheiro-chefe, além dos vencimentos marcados na tabella n. 1. enquanto durarem os trabalhos de estudos ou construção, perceberá uma gratificação mensal de 200\$, o chefe da contabilidade, o secretario, o thesoureiro, o guarda-livros e o almoxarife de 100\$ e o chefe da linha, enquanto preencher as funções de 1.º engenheiro, a de 150\$000.

### Observações geraes

1.ª O numero do pessoal empregado nas 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª divisões, impraticavel de fixar-o desde já e definitivamente, será estabelecido pelo director engenheiro-chefe conforme as necessidades ordinarias dos serviços e a medida que estes se forem desenvolvendo, dando disso conta ao Ministro da Industria, Vição e Obras Publicas.

2.ª Poderá o director engenheiro-chefe augmentar o numero do pessoal provisoriamente, em caso de affluencia de serviço de caracter transitorio. Será immediatamente dispensado o pessoal assim admittido, logo que termine o motivo da admissão.

3.ª O numero e diaria do pessoal jornalheiro serão fixados pelo director engenheiro-chefe de accordo com as necessidades do serviço, que poderá abonar de 200 réis a 8\$, sendo considerado dous terços do salario como ordenado e um terço como gratificação para o effeito das licenças.

4.ª O director engenheiro-chefe perceberá a diaria de 8\$, os chefes de divisões, o chefe da contabilidade e o contador até 7\$, e os engenheiros residentes a de 3\$, a titulo de despesas de viagem.

5.ª Além dos vencimentos marcados nas respectivas tabellas ns. 1, 2, 3 e 4, terão mais uma diaria até 1\$, e outra que será a titulo de despesas de viagem, durante o tempo em que se acharem em serviço na linha ou estações ou depósitos, quando fóra da localidade da residencia habitual, a saber:

De 6\$ aos empregados da thesouraria, encarregados de fazer pagamento ao pessoal;

De 4\$ aos demais empregados da directoria, os dos escriptorios das divisões e os armazenistas;

De 1\$ a 4\$ aos empregados de nomeação das estações, quando removidos temporariamente, sempre que não tiverem melhoria de vencimentos, operarios das officinas da 3.ª divisão.

6.ª Os funcionarios a que se referem as tabellas ns. 1, 2, 3, 4 e 5, que durante cada trimestre não tiverem commettido faltas que prejudiquem o serviço, a juízo do director engenheiro-chefe, terão direito a uma gratificação que poderá attingir até uma terça parte dos respectivos vencimentos mensaes.

7.ª Os agentes que accumularem as funções de telegraphistas perceberão, além dos seus vencimentos, gratificação mensal de 30\$000.

8.ª Aos empregados que tiverem mais de 20 annos de serviços na propria estrada, exercidos sem faltas graves e sem notas más, os vencimentos serão augmentados de 20 %.

9.ª O empregado que for designado para servir como auxiliar de gabinete junto aos chefes de divisão perceberá, além dos seus vencimentos, a gratificação mensal de 50\$000.

Capital Federal, 15 de julho de 1895. — Antonio Olympio dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2044 — DE 15 DE JULHO DE 1895

Approva provisoriamente as alterações ás tarifas approvadas pelo decreto n. 10.321 de 22 de dezembro de 1889 e com ellas as bases para applicação de tarifas moveis na Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *Recife & S. Francisco Pernambuco Railway Company*, resolve approvar provisoriamente as alterações ás tarifas approvadas pelo decreto n. 10.321 de 22 de dezembro de 1889 e com ellas as bases para applicação de tarifas moveis na Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco; as quaes com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires,*

Alterações das tarifas approvadas por decreto n. 10.321, de 22 de dezembro de 1889, e com ellas as bases para applicação de tarifas moveis a que se refere o decreto n. 2044 desta data

## TARIFA N. 1 — PASSAGEIROS

*1<sup>a</sup> classe*

Por um passageiro e por kilometro — de 1 a 60 kils... Rs. 60  
 » » » » » — de 61 em diante.. Rs. 50

*2<sup>a</sup> classe*

Por um passageiro e por kilometro — de 1 a 60 kils... Rs. 30  
 » » » » » — de 61 em diante.. Rs. 25

*Passagens de ida e volta*

As passagens de ida e volta terão um abatimento de 25 %.

## TARIFA N. 2 — BAGAGENS, ENCOMMENDAS, ETC. PELOS TRENS DE PASSAGEIROS

Por 10 kilogrammas e por kilometro — 1 a 30 kils.. Rs. 5,5  
 » 10 » » » — 31 a 60 » .. Rs. 4,4  
 » 10 » » » — 61 a 90 » .. Rs. 3,3  
 » 10 » » » — 91 em diante.. Rs. 2,2

## TARIFA N. 3 — MERCADORIAS PELOS TRENS DE CARGA

*1ª classe*

Por 10 kilogrammas e por kilometro	—	1 a 30 kils...	Rs. 5
» 10	»	» »	— 31 a 60 » ... Rs. 4
» 10	»	» »	— 61 a 90 » ... Rs. 3
» 10	»	» »	— 91 em deante... Rs. 2

*2ª classe*

Por 10 kilogrammas e por kilometro	—	1 a 30 kils..	Rs. 3,3
» 10	»	» »	— 31 a 60 » .. Rs. 2,6
» 10	»	» »	— 61 a 90 » .. Rs. 2,0
» 10	»	» »	— 91 em deante.. Rs. 1,3

*3ª classe*

Por 10 kilogrammas e por kilometro	—	1 a 30 kils..	Rs. 1,7
» 10	»	» »	— 31 a 60 » .. Rs. 1,3
» 10	»	» »	— 61 a 90 » .. Rs. 1,0
» 10	»	» »	— 91 em deante.. Rs. 0,7

*3ª classe A*

Por 10 kilogrammas e por kilometro	—	1 a 30 kils..	Rs. 1,2
» 10	»	» »	— 31 a 60 » .. Rs. 0,9
» 10	»	» »	— 61 a 90 » .. Rs. 0,7
» 10	»	» »	— 91 em deante.. Rs. 0,5

*3ª classe B*

Por 10 kilogrammas e por kilometro	—	1 a 30 kils..	Rs. 1,0
» 10	»	» »	— 31 a 60 » .. Rs. 0,8
» 10	»	» »	— 61 a 90 » .. Rs. 0,6
» 10	»	» »	— 91 em deante. Rs. 0,4

*4ª classe*

Por 10 kilogrammas e por kilometro	—	1 a 30 kils..	Rs. 1,1
» 10	»	» »	— 31 a 60 » .. Rs. 0,9
» 10	»	» »	— 61 a 90 » .. Rs. 0,7
» 10	»	» »	— 91 em diante. Rs. 0,4

*5ª classe*

Por 10 toneladas e por kilometro	—	1 a 30 kils.....	Rs. 80
» 10	»	» »	— 31 a 60 » ..... Rs. 35
» 10	»	» »	— 61 a 90 » ..... Rs. 25
» 10	»	» »	— 91 em deante..... Rs. 20

*6ª classe*

Por 10 toneladas e por kilometro —	1 a 30 kils.....	Rs. 48
» 10 » » » —	31 a 60 » .....	Rs. 21
» 10 » » » —	61 a 90 » .....	Rs. 15
» 10 » » » —	91 em diante.....	Rs. 12

## TARIFA N. 4 — ANIMAES

*1ª classe*

Por cabeça e por kilometro — de	1 a 30 kils.....	Rs. 80
» » » » — »	31 » 60 » .....	Rs. 30
» » » » — »	61 » 90 » .....	Rs. 20
» » » » — »	91 em diante .....	Rs. 15

*2ª classe*

Por cabeça e por kilometro — de	1 a 30 kils.....	Rs. 48
» » » » — »	31 » 60 » .....	Rs. 18
» » » » — »	61 » 90 » .....	Rs. 12
» » » » — »	91 em diante .....	Rs. 9

*3ª classe*

Por cabeça e por kilometro — de	1 a 30 kils.....	Rs. 14
» » » » — »	31 » 60 » .....	Rs. 5,4
» » » » — »	61 » 90 » .....	Rs. 3,6
» » » » — »	91 em diante .....	Rs. 2,7

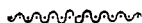
Observações — A tonelada é igual a 1.000 kilogrammas. Todo kilometro encetado é contado como si tivesse sido percorrido. Toda a distancia menor de cinco kilometros é contada como cinco kilometros. Na determinação dos preços de transporte da tarifa n. 1 arredonda-se para 100 réis as fracções de 100 réis, tanto na 1ª como na 2ª classe; e nos preços das tarifas das mercadorias (tarifa n. 2 e seguintes) arredonda-se para 10 réis as fracções de 10 réis.

## TARIFA MOVEI

Consideradas as tarifas acima como normaes ao cambio de 20, fica concedido o seguinte augmento movel com o cambio:— 5 % por dinheiro de depressão até 10, para o algodão, alcool, vinhos, assucar, licores, couros seccoos e salgados; 3 % por dinheiro de depressão até 10, para o fumo.

A taxa cambial que deverá ser adoptada mensalmente será a do ultimo dia util do mez precedente, a 90 dias de vista.

Capital Federal, 15 de julho de 1895.— Antonio Olyntho dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2044 A — DE 15 DE JULHO DE 1895

Autorisa o Ministro dos Negocios da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. de Rothschild and Sons, de Londres, um emprestimo de seis milhões esterlinos (6.000.000 £).

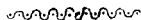
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com a disposição do art. 3º n. 2 da lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894,

Resolve autorisar o Ministro dos Negocios da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. de Rothschild and Sons, de Londres, o emprestimo de seis milhões esterlinos (6.000.000 £), para serviço da Republica, na fôrma daquelle lei, ao preço de oitenta e cinco libras esterlinas (£ 85) por cem e juro de cinco por cento (5 %) ao anno.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2044 B—DE 15 DE JULHO DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Apiaby, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Apiaby, no Estado de S. Paulo, um commando superior de Guardas Nacionaes organiado com os batalhões de infantaria ns. 212, 213 e 214 do serviço activo e 110 do da reserva, com quatro companhias cada um e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 96º, que se organisarão nos districtos da mesma comarca.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*





## DECRETO N. 2044 C — DE 15 DE JULHO DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Santo Antonio da Cachoeira, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santo Antonio da Cachoeira, no Estado de S. Paulo, um commando superior de Guardas Nacionais que se comporá de tres batalhões de quatro companhias cada um e as designações de 215º e 126º do serviço activo e 111º do da reserva e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 97º, que serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2045 — DE 18 DE JULHO DE 1895

Altera o art. 57 do regulamento que baixou com o decreto n. 5118 de 19 de outubro de 1872.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe é conferida pelo art. 3º n. 1 da lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894, e no intuito de melhor attender ás conveniencias do serviço, resolve :

Artigo unico. O conselho de compras para abastecimento do Almoxarifado da Intendencia da Guerra será presidido pelo mais graduado dos seus membros e se comporá do intendente, do director do Arsenal de Guerra e do director da Contadoria Geral da Guerra, que poderá fazer-se representar pelo seu immediato, quando impedido de comparecer, ficando assim alterado o art. 57 do regulamento que baixou com o decreto n. 5118 de 10 de outubro de 1872.

O Marechal Bernardo Vasques, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 18 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 2046 — DE 18 DE JULHO DE 1895

Rescinda os contractos celebrados entre o Ministerio da Fazenda e o Presidente do Estado de Minas Geraes para a cobrança pelas Alfandegas da União dos impostos de exportação dos generos de produção, manufactura e criação do mesmo Estado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil tendo em consideração o que representou o Presidente do Estado de Minas Geraes, pedindo a rescisão dos contractos celebrados com o Ministerio da Fazenda e approvados pelos decretos n. 754 de 26 de setembro de 1891 e n. 1335 de 28 de março de 1893, resolve rescindir os contractos de 18 de setembro de 1891 e o de 25 de março de 1893, effectuados entre o Ministerio da Fazenda e o Presidente do Estado de Minas Geraes para fiscalisação e cobrança dos impostos de exportação pelas Alfandegas da União, estabelecidas em portos por onde se exportarem generos de produção, manufactura e criação do mesmo Estado.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2046 A — DE 18 DE JULHO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes, fica constituido dos batalhões de infantaria do serviço activo, ns. 4º e 5º, já existentes, reduzidos a quatro companhias cada um, mais um do mesmo serviço, ora creado, com igual numero de companhias, sob a designação do 245º da actual 1ª secção de batalhão da reserva, elevada à categoria de batalhão, tambem com quatro companhias e a designação de 133º, e do 1º esquadrão de cavalla-

ria, elevado a regimento, com quatro esquadrões e a designação de 92º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2046 B — DE 18 DE JULHO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional do Serro, no Estado de Minas Geraes

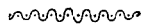
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca do Serro, no Estado de Minas Geraes, fica constituido do 43º batalhão de infantaria do serviço activo, já existente, reduzido a quatro companhias, mais um do mesmo serviço, ora creado, com igual numero de companhias e a designação de 244º, do actual 28º batalhão da reserva, tambem reduzido a quatro companhias, e do 4º esquadrão de cavallaria, elevado á categoria de regimento, com quatro esquadrões e a designação de 91º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2046 C — DE 18 DE JULHO DE 1895

Crei mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Caetetê, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caetetê, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes,

com quatro companhias e a designação de 211º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2047 — DE 19 DE JULHO DE 1895

Abre no Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no corrente exercicio, um credito extraordinario de 6:000\$ para o custeio de tres officinas do Instituto Benjamin Constant.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 278 desta data, resolve abrir um credito extraordinario ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, na importancia de seis contos de reis (6:000\$), para despende dentro do corrente exercicio com o Instituto Benjamin Constant no custeio de tres officinas creadas nos termos do art. 21 do regulamento approved pelo decreto n. 408 de 17 de maio de 1890.

Capital Federal, 19 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2049 (\*) — DE 22 DE JULHO DE 1895

Transfere para a Secretaria da Presidencia da Republica o serviço de classificação e numeração dos decretos dos Poderes Legislativo e Executivo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que, para regularidade do serviço, segundo tem a experiencia demonstrado, convem numerar e datar os decretos dos

---

(\*) Com o n. 2048 não houve acto.

Poderes Legislativo e Executivo, que exijam essa formalidade, logo depois de haverem sido assignados, decreta :

Art. 1.º E' transferido para a Secretaria da Presidencia da Republica o trabalho de classificação e numeração dos referidos actos e registro das respectivas emendas, de que tratam o decreto n. 11 de 23 de novembro de 1889 e o art. 3º, § 1º, n. 1X, do de n. 1160 de 6 de dezembro de 1892.

Art. 2.º Fimlos os livros em que ora se registram as ditas ementas, com os numeros e as datas, continuará este serviço em novos livros, abertos, rubricados e encerrados pelo secretario da Presidencia da Republica.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2050 — DE 22 DE JULHO DE 1895

Approva os estudos e orçamento para as obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Taquary a Porto Alegre.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos e orçamento para as obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, de Taquary a Porto Alegre, adoptando a linha estudada entre a estação de Taquary e os Navegantes pela variante entre as estacas 1329 + 7<sup>m</sup> e 1911 + 18<sup>m</sup>, 50, ficando as respectivas obras a cargo do director engenheiro chefe daquella estrada.

Capital Federal, 22 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2051 — DE 22 DE JULHO DE 1895

Manda observar o plano de uniformes para os inferiores e praças do Corpo de Infantaria de Marinha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Resolve que, para os inferiores e praças do Corpo de Infantaria de Marinha, se observe o plano de uniformes que a este acompanha, assignado pelo Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o faça executar.  
Capital Federal, 22 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisiario José Barbosa.*

Plano de uniformes para os inferiores e praças do Corpo de Infantaria de Marinha, a que se refere o decreto desta data

## PRIMEIRO UNIFORME

Capacete.  
Dolman de panno garance.  
Gravata de couro envernizado.  
Calça de panno azul ferrete.  
Platinas.  
Alamares.  
Divisão de galão.  
Polainas.  
Sapatos.  
Banda.

## SEGUNDO UNIFORME

Capacete ou gorro de panno azul.  
Dolman de panno garance.  
Gravata de couro envernizado.  
Divisas de panno azul.  
Calça de panno azul ou brim branco.  
Banda.  
Sapatos.  
Polainas.

## TERCEIRO UNIFORME

Gorro de panno ou capacete.  
Dolman de brim pardo.  
Gravata de couro envernizado.  
Divisas de panno.  
Calça de brim pardo.  
Sapatos.  
Banda.  
Polainas.

## DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO 1º UNIFORME

*Capacete*

De adherente ou outra materia leve com a capa de brim branco com duas palas da mesma materia comprimida, sendo a da frente de fôrma circular truncada. Uma cruz de metal dourado sobre a parte superior da copa. Do cruzamento dos braços sahirá um espigão vertical de fôrma pyramidal do mesmo metal, uma corrente de metal presa a duas carrancas a meia distancia da extremidade das palas.

Cinta de polimento preta na parte inferior da copa 0,03 ; na frente um emblema dourado, tendo no centro uma calote espherica de metal prateado e liso, sobre o qual será collocada uma ancora de metal dourado, inclinada da direita para a esquerda. Um ventilador de cada lado da copa.

*Dolman*

De panno garance com duas ordens de botões de metal amarello com ancoras de 0,22 de diametro circuiada por um debrum de panno azul ferrete 0,018 de largura, sendo a golla de panno azul ferrete de 0,35 a 0,45 com trapesios do mesmo panno do dolman de 0,07 de comprimento, tendo no centro uma ancora de panno azul ferrete de 0,04 de comprimento e debruada toda a golla com panno azul ferrete de 0,005 de largura, a manga levará um canhão do mesmo panno do dolman de 0,09 de largura, para formar este canhão levará um visco de panno azul ferrete de 0,005.

No trazeiro terá duas carcellas de panno da côr do dolman avivado de panno azul ferrete com 0,15 de comprimento com dous botões de metal amarello de 0,012 cada um, sendo nos hombros platinas de metal branco, que serão presas por dous ilhós. No peito terá alamares de lã preta ; para os musicos, tambores e cornetas o peitilho será de brim branco com alamares de lã preta, tendo no braço direito 0,11 abaixo do hombro o distinctivo correspondente de metal dourado, tendo os musicos nos canhões das mangas flores de seda amarella semelhantes ao plano junto.

*Gravatas*

De couro envernizado.

*Platinas*

As platinas serão de metal branco de 0,12 de comprimento, tendo no centro uma ancora de metal amarello de 0,03 e na parte superior um botão pequeno de metal amarello.

*Divisas*

As divisas serão:

Do sargento-ajudante — uma estrella de prata bordada de 0,04 de comprimento, tendo sobre o centro uma ancora dourada de 0,02 no braço esquerdo, inclinada da direita para a esquerda.

Dos 1.<sup>os</sup> sargentos — cinco galões dourados finos de 0,013 de largura collocados no braço esquerdo com o vertice para baixo.

Dos 2.<sup>os</sup> sargentos — quatro galões dourados, com as mesmas dimensões e do mesmo modo collocados.

Dos cabos — dous galões dourados das mesmas dimensões e do mesmo modo collocados.

*Calça*

De panno azul ferrete bastante larga na parte superior e estreitando para a inferior, com uma listra de panno garance de 0,02.

Bolsos como os usualmente empregados, seguindo a direcção da costura.

*Polainas*

De brim branco e panno azul ferrete, com altura sufficiente para cobrir o punho da calça e a parte superior dos sapatos, com presilha na parte inferior e duas fivelas com atacadores e nos lados dous ilhós compassados.

DESCRIÇÃO DAS PEÇAS DO 2.<sup>o</sup> UNIFORME*Capacete*

Igual ao do 1.<sup>o</sup> uniforme, tendo na copa, em vez de espigão, um grande botão de metal branco, com aberturas para permittir a ventilação, e em vez de corrente de metal terá uma correia branca dobrada, com passadores do mesmo couro, com o fim de alargar, para passar em baixo do queixo e como emblema, uma ellipse de metal branco, tendo uma ancora no centro.

*Gorro (fôrma escosseza)*

De panno azul ferrete, tendo do lado direito um laço de fita preta com uma ancora de metal branco de 0,05; na parte inferior terá uma fita de 0,025, de largura, sendo debruado de polimento preto de 0,050 tendo de altura 0,11, e na parte superior um vivo de cadarço encarnado.



*Dolman*

Como o do 1º uniforme, sem alamares, com platinas de panno azul ferrete, avivadas do mesmo panno do dolman.

*Divisas*

As mesmas que as do 1º uniforme, sendo, porém, todas de panno azul, á excepção das dos capotes, que serão de panno encarnado.

*Calças*

Como as do 1º uniforme e brancas, do mesmo feitio do primeiro uniforme.

*Polainas*

Como as do 1º uniforme.

*Sapatos*

Os sapatos terão o feitio commum, com duas orelhas: uma que parte do peito do pé e outra do talão com a altura de 0,13 na parte posterior e 0,10, na anterior.

## DESCRIPÇÃO DAS PEÇAS DO 3º UNIFORME

*Capacete*

Igual ao do 2º uniforme.

*Gorro*

Igual ao do 2º uniforme.

*Dolman*

De brim pardo, do mesmo feitio que o do 2º uniforme, debruado de cadarço branco, da largura de 0,02 com duas ordens de botões brancos de osso 0.015 de diametro.

O distinctivo será uma ancora de ganga azul das mesmas dimensões do 2º uniforme e collocada igualmente.

*Divisas*

Iguaes ás do 2º uniforme.

*Calças*

De brim pardo, do mesmo feitio que as do 2º uniforme.

*Polainas*

Iguaes ás dos 1º e 2º uniformes.

*Sapatos*

Os mesmos.

*Capote*

De panno azul ferrete, forrado de lãzinha da mesma côr com capuz todo igual aos dos officiaes da Armada, com differença de não ter o cinto de panno e as carcellas para os copos das espadas; devendo, porém, o do sargento-ajudante ter as carcellas.

As divisas, como as do 2º uniforme (encarnadas).

*Camisa*

De algodão com collarinhos, peito e punhos, sendo a dos inferiores de peito do plastron.

*Banda*

Encarnada, como as adoptadas actualmente, usadas por cima do dolman, sendo fina a do sargento-ajudante.

*Correame*

Será branco, tanto do armamento como do equipamento.

*Bonnet do sargento-ajudante*

Bonnet de panno azul ferrete de 0.10 de altura, tendo a pala 0.05 na maior largura inclinada 15 abaixo da horisontal, tendo na parte inferior uma cinta de 0.35 de largura, de panno garance, tendo um soutache de seda amarella de 0.004 de largura nas costuras dos quartos e no tampo um jamegão do mesmo soutache conforme o modelo; como emblema terá uma ancora bordada a prata de 0.05 de altura e na frente um cordão de seda amarella de 0.006.

*Capacete*

Como o das praças, para o 2º uniforme, tendo em vez de corrente de metal um trançado de cordões de seda amarella para o 1º uniforme.

*Fiador*

De seda amarella do feitio do dos officiaes.

*Talim*

Como o dos officiaes subalternos da Armada, tendo no centro um soutache de seda amarella de 0,004.

*Platinas*

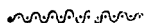
Bordadas a prata, do modelo que usam os aspirantes, tendo na parte inferior uma ancora bordada a ouro.

*Alamares*

Serão de seda preta.

Os inferiores não usarão gravata de couro.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 22 de julho de 1895.— *Elisiario José Barbosa*.



## DECRETO N. 2052 — DE 25 DE JULHO DE 1895

Transfere ao cidadão Felisberto Ignacio da Cunha a concessão constante do decreto n. 9244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ao que requereu a Empreza Industrial e Construtora do Rio Grande do Sul, cessionaria, pelo decreto n. 1998, de 28 de março do corrente anno, da concessão feita a Eduardo Pellew Wilson por decreto n. 9244, de 10 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia, resolve transferir a mesma concessão ao cidadão Felisberto Ignacio da Cunha.

Capital Federal, 25 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olynho dos Santos Pires,*



## DECRETO N. 2053 — DE 25 DE JULHO DE 1895

Approva os estudos da linha entre Mulungü e Campina Grande, da Estrada de Ferro Central da Parahyba.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve approvar os estudos da linha de Mulungü a Campina Grande, entre as estacas 0 a 1740 da Estrada de Ferro Central da Parahyba, estudos que com este baixam assignados pelo director da Directoria Geral da Viação da respectiva Secretaria de Estado.

Capital Federal, 25 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2054 — DE 25 DE JULHO DE 1895

Autorisa a celebração de contracto com a *Amazon Steam Navigation Company, limited*, para a navegação dos rios Amazonas e outros, dos Estados do Amazonas e Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de conformidade com a lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, art. 6º n. 5, resolve autorisar a celebração do contracto com a *Amazon Steam Navigation Company, limited*, para a navegação dos rios Amazonas e outros, nos Estados do Amazonas e Pará, de accordo com as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 25 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas que se refere o decreto n. 2054 desta data**

I

A *Amazon Steam Navigation Company, limited*, obriga-se a manter com regularidade as seguintes linhas de navegação a vapor :

1ª linha — Do porto de Belém, no Estado do Pará, ao de Manaus, no do Amazonas, com escalas pelos portos de Breves,

Gurupá, Porto de Moz, Alemquer, Prainha, Monte Alegre, Santarém, Obidos, Parintins, Urucurituba, Unrucará, Silves e Itacoatiara.

2ª linha — Do porto de Manãos ao de Iquitos, na Republica do Perú, com escalas pelos portos de Manacapurú, Codajaz, Coary, Tefé, Caiçara, Fonte Boa, Tocantins, S. Paulo de Olivença, Tabatinga, Loreto, Cochiquinas e Pebos.

3ª linha — Do porto de Belém ao de Bayão, no rio Tocantins, com escalas pelos portos de Abaeté, Trapiche Hyppolito, Cametã e Mocajuba.

4ª linha — Do porto de Belém ao de Macapá com escalas pelos portos de Muaná, Boa Vista, Oeiras, Breves, Atua, Tajapurú, Jaburú, Mapuá, Anajaz, Affuá, Chaves e Mazagão.

5ª linha — Do porto de Belém e do de Manãos a Hyntanhã, no rio Purús, com escalas pelos portos de Manacapurú, Codajaz, Anamá, Berury, Paricatuba, Boa Vista, Parannas, Itatuba, Jaturana, Arimã, Taiariá, Jaburú, Porto Alegre, Caratiá, Salvagão, Catunama, Boa Esperança, Bella Vista, Santo Antonio, Vista Alegre, Labrea, Providencia, Sepitiry e Autimary.

6ª linha — Do porto de Belém e do de Manãos ao de Santo Antonio, no rio Madeira, com escalas pelos portos de Canumã, Borba, Sapucaia, Tabocal, Santa Rosa, Manicoré, Baétas, Jurua, Tres Casas, Missão de S. Pedro, Humaytã, Missões, S. Francisco, Cavalcanti e Jamary.

7ª linha — Do porto de Manãos ao de Santa Isabel, no rio Negro, com escalas pelos portos de Tauapessassu, Ayrão, Moura, Carvoeiro, Barcellos, Moreira e Thomaz.

8ª linha — Do porto de Belém ao rio Araguay (colonia Ferreira Gomes), com escalas pelos portos de Chaves, Macapá e Bailique.

a) Na primeira linha haverá duas viagens mensaes, na quinta e sexta linhas duas viagens mensaes e nas demais linhas uma viagem redonda por mez.

b) Duas viagens mensaes da quinta e sexta linhas, uma terá inicio no porto de Belém, no Estado do Pará, e outra no de Manãos, no Estado do Amazonas, devendo os vapores voltar ao porto de onde tiverem sahido.

c) As escalas de Silves e outras poderão ser transferidas de umas para outras linhas, de accordo com os respectivos governadores, ouvidos os competentes fiscaes, contando que o serviço se faça para todas essas escalas durante todo o anno.

d) A companhia obriga-se a ter vapores apropriados para fazer a navegação de Santa Isabel, sem ser necessaria a baldeação na época de estiagem.

e) O serviço da linha de Araguay deverá ser feito por vapor de construção apropriada para navegação maritima. A companhia obriga-se, dentro do prazo de um anno, a mandar construir para essa linha novos vapores; no entretanto, o serviço começará desde logo com um de seus vapores existentes, de accordo com o governador do Estado do Pará, que expedirá para esse fim regulamento provisório.

f) Além destas, o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas poderá estabelecer, de accordo com o contractante, outras escalas ou substituir as que ficam mencionadas pelas que melhor consultarem os interesses da administração, commercio e industria local, contanto que, na primeira hypothese, não haja augmento de despeza para os cofres publicos, e na segunda, si o serviço for diminuido, deduza-se proporcionalmente a subvenção.

g) As distancias, demoras, saídas e entradas dos vapores continuarão a ser reguladas pelas tabellas em vigor. Os governadores dos Estados do Pará e Amazonas, de accordo com a companhia, deverão propor ao Governo Federal as alterações que julgarem mais convenientes aos interesses geraes.

## II

A companhia é autorizada a empregar no trafego das referidas linhas os vapores de sua propriedade que fazem actualmente o serviço. No caso de ser necessario substituil-os ou augmentar seu numero segundo as necessidades creadas por este contracto, os novos vapores que ella tenha de adquirir para dar-lhe execução, serão construidos dos melhores materiaes e de modelos apropriados à navegação fluvial, devendo, porém, os que forem destinados à linha do Araguay ser de construção especial à navegação maritima, segundo ficou estipulado na clausula primeira.

Os referidos novos vapores ficarão sujeitos às disposições seguintes :

a) Os destinados à primeira linha terão capacidade para transportarem 200 a 500 toneladas de carga, além do combustivel necessario para a viagem e accomodações em beliches para 60 passageiros de 1ª classe e espaço para 280 de proa e marcha de 12 milhas por hora ;

b) Os que tiverem de navegar nas linhas dos rios Madeira, Purus e Araguay, nas de Iquitos, Bayão e Macapá, terão capacidade para 100 toneladas de carga, além do combustivel, com accomodações para 30 passageiros de ré e 50 de proa, e marcha de 10 milhas por hora ;

c) Os destinados à linha do Rio Negro terão accomodações para 15 passageiros de ré e 30 de proa, com capacidade para 80 toneladas de carga, além do combustivel, e marcha de nove milhas por hora.

## III

Os vapores que a companhia adquirir serão nacionalisados brasileiros, ficando isenta sua aquisição de qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula ; gosarão de todos os privilegios e isenções de paquetes, e a respeito de suas tripolações praticar-se-ha o mesmo que se pratica com a dos navios de guerra nacionaes, o que os não isentará dos regulamentos policiaes e da Alfandega.

Estes vapores, e os que a companhia possui, navegarão sob a bandeira nacional, e seus commandantes e, pelo menos, a terça parte da tripolação de cada um delles, serão brasileiros.

## IV

Os vapores da companhia deverão ter a bordo os sobresalentes, material, aprestos, objectos para serviço dos passageiros e numero de officiaes, machinistas, foguistas e praças de equipagem que forem fixados pelos respectivos inspectores da navegação a vapor subvencionada, os quaes fiscalisarão a fiel observancia desta clausula.

## V

No caso de innavegabilidade de algum dos vapores da companhia, será permittido a esta, mediante prévia licença do governador do respectivo Estado, fretar outro vapor, nas condições exigidas e, quando assim não for possível, nos que mais se lhe approximarem, para substituir provisoriamente aquelle.

## VI

Em qualquer tempo, durante o prazo deste contracto, o Governo terá o direito de comprar ou tomar a frete compulsoriamente os vapores da companhia, ficando esta obrigada a substituir por outros, nas condições exigidas neste contracto, no prazo de 18 mezes, os que forem comprados.

A compra ou fretamento nos casos acima previstos serão effectuados mediante prévio accordo sobre o respectivo preço.

Nos casos de força maior o Governo poderá lançar mão dos vapores, independente de prévio accordo, sendo posteriormente regulada a indemnisação.

## VII

Os dias de sahida dos vapores, em cada uma das linhas da clausula primeira, a demora delles nos portos das respectivas escalas, e o prazo dentro do qual a companhia obrigar-se-ha a fazer a viagem redonda em cada linha, serão affixados em tabella organizada, de accordo com a companhia, pelos respectivos inspectores da navegação subvencionada.

Os prazos de demora nos portos contar-se-hão do momento em que os vapores fundearem, quer seja em dia util, quer em dia feriado, entendendo-se que o maximo tempo de demora não é obrigatorio, devendo as autoridades locais despachar os vapores antes da terminação deste prazo, sempre que seja possível.

## VIII

Ocorrendo maior demora do que a fixada na tabella, cuja prova a companhia só poderá dar apresentando ordem escripta de autoridade competente ao agente da companhia ou ao commandante do vapor, no impedimento ou falta daquelle, a parte que a cusar pagará á outra parte a quantia de 250\$ por cada prazo de 12 horas que exceder da hora da partida ordinaria do vapor, salvo si a demora tiver provindo de causa de força maior, que a companhia provará.

A mesma pena será imposta por igual fôrma, quando os vapores não sahirem do porto inicial da navegação nos dias e horas marcados.

O prazo de 12 horas para imposição da multa sómente será contado quando o excesso da demora for maior de tres horas.

## IX

A companhia obriga-se a transportar gratuitamente em seus vapores :

1º, as malas do Correio, que serão entregues e recebidas nas respectivas agencias postaes mediante recibo ;

2º, os empregados do correio e os empregados da alfandega e do fisco estadual, quando em serviço ;

3º, o fiscal das linhas, quando tenha de percorrel-as ;

4º, os dinheiros pertencentes aos cofres geraes; estaduais ou municipaes.

Os commandantes dos vapores ou officiaes da sua confiança receberão e entregarão os pacotes de dinheiros, passando e exigindo quitação nas competentes repartições, não sendo, entretanto, obrigados a verificar as importancias.

A responsabilidade dos commandantes cessará desde que na occasião da entrega se reconheça acharem-se intactos os sellos, appostos sem nenhum signal de violação ;

5º, os objectos remettidos á Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, ao Museo Nacional, ao do Pará e ao do Amazonas ;

6º, os objectos destinados ás exposições officiaes ou auxiliadas pelos Governo Federal ou Estadual ;

7º, as sementes e mudas de plantas destinadas aos jardins ou estabelecimentos publicos ;

8º, duas toneladas de cargas pertencentes ao Governo Federal ou Estadual, não incluindo os objectos mencionados nos paragraphos anteriores ;

9º, um ou dous praticos do Governo que for ou forem encarregados de verificar os canaes ;

10º, os inspectores da navegação subvencionada residentes em Belém e Manaus, quando viajarem por motivo de serviço do seu cargo, os quaes tambem terão passagens e comedorias gratuitas.



As repartições do Correio deverão ter sempre promptas as malas da correspondencia de modo que não seja retardada por sua falta a sahida dos vapores ; e quando, por sua culpa, haja demora, soffrerão as mesmas repartições a multa da clausula 8ª.

## X

As tarifas de fretes e passagens serão reorganisadas pelos governadores dos Estados do Pará e Amazonas com o augmento de 25 % para os preços das passagens e de 30 % para os das cargas, entrando logo em vigor, ficando, porém, ellas sujeitas definitivamente ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

As ditas tarifas só poderão ser revistas de dous em dous annos.

As passagens e fretes por conta do Governo Federal ou Estadual terão o abatimento de 50 % dos preços das tabellas. A sua importancia será paga pelas respectivas repartições fiscaes no prazo de um mez.

## XI

A companhia apresentará no fim de cada anno ao fiscal da navegação a estatistica de passageiros e cargas transportados em seus vapores, no periodo anterior, conforme o modelo fornecido pela Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

## XII

A's vistorias, a que pelo respectivo regulamento ficam sujeitos os vapores da companhia, assistirá o fiscal da linha, que será avisado com 24 horas de antecedencia.

## XIII

A companhia obriga-se a não commerciar por sua conta nos mercados comprehendidos nas linhas de navegação de que se incumbir.

Essa prohibição não se estenderá ás transacções particulares dos accionistas.

## XIV

A companhia terá na Capital da Republica um representante com poderes necessarios, para verificar o movimento ou transferencia das acções possuidas por accionistas domiciliados no Brazil, pagar-lhes o respectivo dividendo e tratar e decidir amigavel ou judicialmente todas as questões que se suscitarem entre o Governo

e a companhia ou entre esta e terceiros residentes na Republica, ficando entendido que todas serão tratadas e resolvidas no Brazil.

No caso de desacordo entre a companhia e o Governo sobre os preços de fretamento, compra ou indemnisação ou por desintelligencia entre o Governo e a companhia sobre as demais clausulas, a questão será resolvida por arbitramento.

## XV

A companhia entrará adeantadamente para o Thesouro Federal com a quantia de 6:000\$ annuaes, sendo 3:000\$ para o fiscal em Belém e igual importancia para o fiscal em Manãos ; será obrigada a ter em cada uma destas cidades uma agencia.

## XVI

Pela inobservancia das clausulas do contracto que nos termos desta autorisação for lavrado, si não for provada causa de força maior, a companhia ficará sujeita ás seguintes multas :

1ª, de quantia igual á importancia que teria de receber, si deixar de fazer alguma das viagens deste contracto, que será rescindido si a interrupção exceder do prazo de tres mezes ;

2ª, de 1:000\$ a 2:000\$ si a viagem começada não for concluida, caso em que não terá direito á respectiva subvenção.

Si a viagem for interrompida por motivo de força maior, não lhe será imposta a multa, nem deixará de receber a subvenção devida ao numero de milhas navegadas, que será calculado pela derrota entre o ponto inicial da viagem e o logar em que se tiver dado o impedimento ;

3ª, de 100\$ a 300\$ por prazo de 12 horas que exceder á hora fixada para a sahida do vapor dos portos iniciaes e dos das respectivas escalas.

Este prazo será contado sómente quando a demora for maior de tres horas ;

4ª, de 100\$ a 200\$ por dia de demora na chegada dos vapores ;

5ª, de 200\$ a 400\$ pela demora na entrega das malas postaes ou pelo mão acondicionamento dellas ;

6ª, de 300\$ a 500\$ pela infracção ou inobservancia de qualquer outra clausula deste contracto para a qual não haja multa especificada.

## XVII

Quaesquer subvenções e favores concedidos pelos Governos dos Estados do Pará e Amazonas se tornarão effectivos sem prejuizo das subvenções e favores a que a companhia tiver direito, em virtude de acto do Governo Federal.

## XVIII

A companhia depositará antes da assignatura do respectivo contracto, para garantia da sua execução, a caução de 50:000\$ em moeda corrente ou em apolices da divida publica.

Si o deposito for feito em apolices, os respectivos juros ficarão pertencendo á companhia.

## XIX

A subvenção continuará a ser a mesma de que goza a companhia, isto é, de 421:200\$ por anno, paga pelo Thesouro Federal em prestações mensaes de 35:100\$, precedendo ordem do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, á vista de attestados dos inspectores da navegação subvencionada, residentes em Belém e Manaus, visados pelos governadores dos respectivos Estados.

## XX

O Governo mantém, salvo o direito de terceiros, a concessão feita á companhia de 60 braças de marinhãs no porto de Manãos, em local apropriado, para a construcção de um trapiche destinado ao trafego de suas cargas e passageiros, o qual será construido no prazo de dous annos da data da assignatura do respectivo contracto.

Cessando, porém, o serviço estabelecido por este decreto, a companhia pagará o arrendamento que for arbitrado pelo uso desse terreno, caso tenha construido o referido trapiche.

## XXI

Ficará de nenhum effeito a presente concessão logo que começar a vigorar a lei n. 123 de 11 de novembro de 1892, si a companhia não tiver providenciado no sentido da transferencia da respectiva sede, sem que haja direito a reclamação de nenhuma das partes contractantes, sendo restituído á companhia o deposito a que se refere a clausula 18<sup>a</sup>.

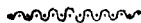
## XXII

Fica concedido á companhia o prazo de um anno para ella fazer acquisição de novos vapores para o desempenho do augmento do serviço, estabelecido de accordo com estas clausulas, fazendo-o durante esse prazo com seus vapores actuaes, embora de menor capacidade.

## XXIII

O contracto que tiver de ser lavrado vigorará pelo prazo de 10 annos, contados da data de sua assignatura, ficando dependente de approvação do Congresso Nacional nos ultimos cinco annos.

Capital Federal, 25 de julho de 1895.—*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2055 — DE 25 DE JULHO DE 1895

Fixa definitivamente em 4.817:805\$ o capital correspondente a 160<sup>k</sup>,593<sup>m</sup>,50 da linha de Santa Maria á Cruz Alta.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens*, resolve fixar definitivamente em 4.817:805\$ o capital correspondente a cento e sessenta kilometros quinhentos noventa e tres metros e cincoenta centimetros (160<sup>k</sup>,593<sup>m</sup>,50) da linha ferrea de Santa Maria á Cruz Alta.

Capital Federal, 25 de julho de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2056 — DE 25 DE JULHO DE 1895

Aposenta, nos termos do art. 6<sup>o</sup> das disposições transitorias da Constituição Federal, os magistrados não aproveitados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Para dar execução ao estatuido no art. 6<sup>o</sup> das disposições transitorias da Constituição Federal, decreta :

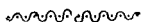
Artigo unico. São aposentados, com ordenado proporcional ao tempo de serviço, os magistrados que não foram aproveitados

na organização judiciaria federal ou dos Estados Unidos da União, e que constam da relação junta, assignada pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 25 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2057 — DE 27 DE JULHO DE 1895

Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 5.074:417\$100 no corrente exercicio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ao que lhe representou o Ministro de Estado dos Negocios da Guerra ;

Considerando que o orçamento vigente, decretado pela lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, não consignou recursos para occorrer ao pagamento do augmento de soldo e etapa dos officiaes effectivos e praças do Exercito, determinado pela lei n. 247 de 15 de dezembro daquelle anno ; e mais que é necessaria a importancia de 5.074:417\$100, para satisfazer a esse pagamento durante o exercicio corrente, conforme se evidencia da demonstração que a este acompanha, da Contadoria Geral da Guerra ;

No uso da autorisação concedida pelo art. 3º, § 4º, da referida lei n. 247, tendo previamente ouvido o Tribunal de Contas ;

Decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Guerra um credito supplementar de 5.074:417\$100 para, no actual exercicio, occorrer ao pagamento do augmento de soldo e etapa dos officiaes effectivos e praças do Exercito, de conformidade com a lei n. 247 de 15 de dezembro de 1894.

Capital Federal, 27 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*

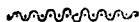
1895

## MINISTERIO DA GUERRA

**Demonstração do credito supplementar para ser aberto por decreto presidencial, de conformidade com a lei n. 247 de 15 de dezembro de 1894.**

<b>§ 2.º Supremo Tribuna' Militar e auditores</b>	
Differença entre 14:089\$ votados para etapa de quatro juizes militares, officiaes reformados, e 25:031\$700 calculada pelo valor da das praças de pret.....	5:942\$700
<b>§ 5.º Instrução militar</b>	
Augmento de soldo e etapa dos alferes e praças de pret e etapa.....	273:232\$000
<b>§ 6.º Intendencia</b>	
Augmento de etapa aos officiaes adjuntos.....	3:914\$250
<b>§ 7.º Arsenaes</b>	
Augmento de etapa aos officiaes adjuntos dos Arsenaes de Guerra da Capital Federal e Estados.....	12:629\$450
<b>§ 10. Inspectoria Geral do Serviço Sanitário do Exercito</b>	
Augmento de soldo e etapa dos medicos e pharmaceuticos militares e do ordenado e gratificação dos adjuntos.....	582:68\$700
<b>§ 12. Estado-Maior General</b>	
Augmento de soldo e etapa aos officiaes generaes.....	138:968\$000
<b>§ 13. Corpos especiaes</b>	
Augmento de soldo e etapa dos officiaes dos referidos corpos..	828:73\$000
<b>§ 14. Corpos arregimentados</b>	
Augmento de soldo e etapa aos officiaes dos referidos corpos.	2.391:289\$000
<b>§ 15. Praças de pret</b>	
Augmento de soldo ás praças de pret do Exercito pela differença entre 330 rs. concedidos e 250 rs. votados.....	803:000\$000
<b>§ 21. Companhias militares</b>	
Augmento de soldo ás praças das companhias e operarios militares.....	11:014\$200
<b>Total.....</b>	<b>5.074:417\$400</b>

Contadoria Geral da Guerra, 27 de julho de 1895. — O Director. *Carlos Corrêa da Silva Lago.*



## DECRETO N. 2058 — DE 29 DE JULHO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Santa Luzia do Carangola, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santa Luzia do Carangola, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 246º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2059 — DE 29 DE JULHO DE 1895

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 7:000\$, ao cambio de 27, para occorrer ás despezas necessarias com o Consulado em Cayenna, creando pelo decreto legislativo n. 279 de 27 de julho de 1895.

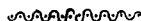
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo art. 2º do decreto legislativo n. 279, de 27 do corrente, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 7:000\$ ao cambio de 27, para occorrer ás despezas com o Consulado do Brazil em Cayenna, creado por decreto, sendo 3:000\$ para os vencimentos do consul no exercicio corrente, de accordo com o decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, e 4:000\$ para as despezas do Consulado.

Capital Federal, 29 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2060 — DE 29 DE JULHO DE 1895

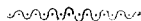
Approva a planta e orçamento das obras para supprimento de agua potavel á estação e officinas do Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, resolve approvar a planta e orçamento que com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para construcção das obras de supprimento de agua potavel á estação e officinas do Ribeirão Vermelho, da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão.

Capital Federal, 29 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2061 — DE 29 DE JULHO DE 1895

Estabelece o distinctivo para o Curso Odontologico.

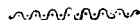
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O distinctivo para os alumnos que concluirem o Curso Odontologico das Faculdades de Medicina será um granate engastado em aro de ouro representando duas cobras entrelaçadas.

Capital Federal, 29 de julho de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*





## DECRETO N. 2062 — DE 1 DE AGOSTO DE 1895

Abre o credito supplementar de 600:000\$ para occorrer ás despesas a fazer até o mez de setembro do presente exercicio, pela verba do n. 38 do art. 2º da lei do orçamento vigente.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

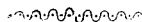
Usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 286 desta data, decreta :

Artigo unico. Ficaa berto o credito supplementar de seiscentos contos de réis (600:000\$), para occorrer ás despesas a fazer até o mez de setembro do presente exercicio pela verba do n. 38 do art. 2º da lei do orçamento vigente.

Capital Federal, 1 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2063 — DE 1 DE AGOSTO DE 1895

Approva o projecto de transformação de uma casa de turma da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy em escriptorio de desenho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que requereu a *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, resolve conceder-lhe authorisação para transformar em escriptorio de desenho uma casa de turma da Estrada de Ferro em Uruguayana, podendo para esse fim despendir por conta do custeio até o maximo de dous contos quatrocentos e quatorze mil cento e quinze réis (2:414\$115) ; para o que ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam assignados pelo director geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 1 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Antonio Olyntho dos Santos Pires.



## DECRETO N. 2064 — DE 2 DE AGOSTO DE 1895

Abre um credito supplementar ao Ministerio da Marinha, na importancia de 4.516:323\$080, para pagar as despesas já reconhecidas e excedentes ás consignações votadas na lei do orçamento n. 191 B, de 30 de setembro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 287 desta data, decreta :

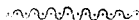
Artigo unico. Fica aberto um credito supplementar ao Ministerio da Marinha, na importancia de quatro mil quinhentos e dezeseis contos trezentos vinte e tres mil e oitenta réis (4.516:323\$080), para pagar as despesas já reconhecidas e excedentes ás consignações votadas na lei do orçamento n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, para o exercicio de 1894, sendo applicado ás seguintes rubricas :

Secretaria de Estado.....	5:000\$000
Quartel General.....	3:000\$000
Contadoria.....	6:000\$000
Commissariado Geral.....	1:000\$000
Auditoria.....	60\$000
Arsenaes.....	917:763\$499
Capitanias de portos.....	5:000\$000
Força naval.....	752:284\$039
Reformados.....	22:289\$505
Munições de bocca.....	436:815\$810
Munições navaes.....	514:741\$684
Material de construcção naval.....	550.000:000
Combustivel.....	108:157\$026
Frete, tratamento de praças e enterros.....	2:663\$812
Eventuaes.....	1.191:547\$705
	<hr/>
	4.516:323\$080

Capital Federal, 2 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2065 — DE 5 DE AGOSTO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. Francisco, no Estado da Bahia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia, se comporá de um commando superior organizado com os actuaes batalhões de infantaria, 97º do serviço activo e 22º do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 57º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2066 — DE 5 DE AGOSTO DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia, um commando superior de Guardas Nacionaes que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 212º, 213º e 214º, de dous batalhões do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e as designações de 73º e 74º e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 58º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2067 — DE 8 DE AGOSTO DE 1895

Supprime o lugar de astrónomo instructor do Observatorio do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando não haver sido até hoje posto em execução o serviço geographico creado e annexo ao Observatorio do Rio de Janeiro pelo regulamento que baixou com o decreto n. 451 A, de 31 de maio de 1890, tornando-se em consequencia inutil o lugar de astrónomo instructor para o mesmo serviço ;

Considerando que o Congresso Nacional, para fazer face ao deficit que se possa verificar no actual exercício, autorizou o Governo, no art. 3º n. 1 da lei n. 265 de 24 de dezembro do anno proximo passado, a supprimir serviços que a seu juizo possam ser despendados, despedindo o respectivo pessoal.

Decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o lugar de astrónomo instructor do Observatorio do Rio de Janeiro para o serviço geographico creado e annexo ao mesmo Observatorio pelo regulamento que baixou com o decreto n. 451 A, de 31 de maio de 1890, serviço que não foi posto em execução.

Capital Federal, 8 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*

~~~~~

## DECRETO N. 2068 — DE 12 DE AGOSTO DE 1895

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de cento e trinta e oito contos de réis (138:000\$) para concluir as obras do edificio destinado á Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,

Usando da autorização conferida ao Poder Executivo no art. 9º n. 2, da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.

Decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito da importancia de cento e trinta e oito contos de réis (138:000\$)

para concluir as obras do edificio destinado á Alfandega de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.

Capital Federal, 12 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 2069 — DE 15 DE AGOSTO DE 1895

Abre no corrente exercicio os creditos extraordinarios de 54:000\$ á verba n. 5, e de 60:000\$ á verba n. 7 do art. 2º da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 291, desta data, decreta :

Artigo unico. Ficam abertos no corrente exercicio os creditos extraordinarios de cincuenta e quatro contos de réis (54:000\$), á verba n. 5, e de sessenta contos de réis (60:000\$), a verba n. 7, do art. 2º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, os quaes são assim distribui los :

N. 5 — Secretaria do Senado :

|                                                                                                          |                   |             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------|
| Para o serviço de stenographia, redacção e revisão dos debates.....                                      | 31:000\$000       |             |
| Para aquisição de livros e jornaes e para encadernações e reorganisação do archivo e da bibliotheca..... | 20:000\$000       |             |
| Extraordinarias e eventuaes.....                                                                         | <u>3:000\$000</u> | 54:000\$000 |

N. 7 — Secretaria da Camara dos Deputados :

|                                                                     |                    |             |
|---------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------|
| Para o serviço de stenographia, redacção e revisão dos debates..... | 50:000\$000        |             |
| Para aquisição de livros, jornaes e encadernações.....              | <u>10:000\$000</u> | 60:000\$000 |

Capital Federal, 15 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2070 — DE 15 DE AGOSTO DE 1895

Crea os tres logares de supplentes do substituto do Juiz Seccional de Matto Grosso em cada uma das circumscripções federaes em que fica dividido aquelle Estado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Ficam creados no Estado de Matto Grosso, nos termos do art. 3.º, § 1.º, da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, os tres logares de supplentes do substituto do Juiz Seccional em cada uma das circumscripções federaes do Rosario, S. Luiz de Caceres, Corumbá, Nioac e Sant'Anna do Parahyba, das quaes a do Rosario comprehenderá todo o territorio da comarca do mesmo nome, a de S. Luiz de Caceres se comporá da comarca desta denominação e da de Poconé, a de Nioac será formada pelas comarcas de Nioac e de Miranda, e a de Sant'Anna do Parahyba comprehenderá toda a comarca de sua denominação, ficando assignalados como limites destas circumscripções os das comarcas que as compoem em toda a extensão que lhes for applicavel.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, conforme os arts. 4º e 5º da mesma lei, terá o procurador da Republica um ajudante e haverá um logar de solicitador.

Capital Federal, 15 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2071 — DE 17 DE AGOSTO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Coroatá, no Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Coroatá, no Estado do Maranhão, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 104º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO n. 2072 — DE 17 DE AGOSTO DE 1895

Dá nova organização á Guarda Nacional da Comarca de Amargosa,  
no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Amargosa, no Estado da Bahia, se comporá dos actuaes 38º, 39º, 107º e 172º batalhões de infantaria, reduzidos a quatro companhias cada um, 11º e 50º batalhões da reserva, tambem, reduzidos a quatro companhias cada um, 33º e 53º regimentos de cavallaria com quatro esquadrões, já organisados, e de mais um batalhão da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 75º e um outro de artilharia de posição, com quatro baterias e a designação de 5º, ora creados, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2073 — DE 17 DE AGOSTO DE 1895

Crea um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes no municipio  
de Petrolina, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado no municipio de Petrolina, no Estado de Pernambuco, um regimento de cavallaria, com a designação de 28º e com quatro esquadrões, o qual se organisará com os guardas nacionaes qualificados nos districtos do referido municipio ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2074 — DE 19 DE AGOSTO DE 1895

Publica a adhesão da Republica de Honduras á Convenção Postal Universal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão da Republica de Honduras á União Postal Universal, segundo a communicacão do Consulado Geral da Suissa de 12 de agosto de 1895 ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 19 de agosto de 1895, 7.<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

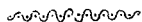
Traducção — Consulado Geral da Suissa no Rio de Janeiro — Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1895.

Sr. Ministro — Tenho a honra de informar a V. Ex. que, por nota datada de 3 de junho do corrente anno, o Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica de Honduras deu conhecimento ao Alto Conselho Federal Suizo da adhesão da dita Republica á Convenção Postal Universal, concluida em Vienna aos 4 de julho de 1891.

Meu Governo encarrega-me de notificar essa adhesão a V. Ex. de conformidade com o art. 24 daquella mesma Convenção, fazendo accentuar que a Republica de Honduras já executa actualmente essa Convenção.

Aproveito esta occasiao para renovar-vos, Sr. Ministro, as seguranças de minha alta estima e a mais distincta consideração. — *Eugenio Emilio Raffard.*

A S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores.



## DECRETO N. 2075 — DE 19 DE AGOSTO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Banha Rio-Grandense Alves, devidamente representada, decreta :

Fica approvada a reforma dos estatutos da mesma companhia, votada em assembléa geral de accionistas de 20 de julho ultimo, mediante o cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 91 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1894.

Capital Federal, 19 de agosto de 1895, 7.<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



**Reforma dos Estatutos da Companhia Banha Rio-Grandense Alves, votada em assembléa geral de accionistas de 20 de julho de 1895, a que se refere o decreto n. 2075 desta data.**

Art. 1.º Como nos estatutos.

Art. 2.º A sua séde será em Porto Alegre onde terá o seu fóro juridico,

Arts. 3º, 4º, 5º e 6º. Como nos estatutos.

Art. 7.º A companhia será administrada por tres directores, sendo um o gerente.

Art. 8.º O director gerente perceberá mensalmente o ordenado de um conto de réis; os demais directores servirão gratuitamente.

Art. 9.º Como nos estatutos.

Art. 10. Nenhum director poderá deixar o serviço temporario da companhia sem combinar com os demais sobre a sua substituição, ficando entretanto responsavel pelos actos de seu substituto.

Art. 11. Vagando algum logar de membro da directoria esta o preencherá nomeando para esse fim pessoa que tenha a necessaria qualidade. Esse assim nomeado exercerá o dito cargo até a primeira reunião da assembléa geral que será convocada para o fim de proceder á eleição para o cargo vago. O director assim eleito exercerá o logar por todo o tempo que exerceria aquelle a quem substituiu.

Art. 12. Além das attribuições geraes e inherentes ao cargo incumbue especialmente: ao director gerente todo o serviço de escriptorio, inclusive a escripturação dos livros e gerencia geral dos negocios da companhia e represental-a em Juizo ou fóra d'elle, por si ou por prepostos. Aos demais directores a fiscalização da fabrica da companhia, de todos os negocios, movimento de caixa, escripturação e promoções de interesse em geral da associação.

Art. 13. Haverá um conselho fiscal eleito annualmente pela assembléa geral e de accordo com a lei, o qual se comporá de tres membros e ao mesmo competem todas as obrigações legaes.

Arts. 14 a 21. Como nos estatutos sob ns. 17 a 24.

Art. 22. A assembléa geral considerar-se-ha legalmente constituída quando, em virtude de sua convocação, acharem-se reunidos accionistas que representem pelo menos um quarto do capital realizado em acções nominativas, inscriptas no registro da companhia.

Paragrapho unico. Assim constituída a assembléa geral poderá resolver sobre tudo que for de sua competencia, sendo symbolicas as votações nos casos ordinarios, vencendo sempre a maioria dos socios presentes, salvo resolução em contrario da assembléa geral ou reclamação de tres dos maiores accionistas presentes. Neste caso, bem como tratando-se da eleição de directores ou da commissão fiscal, da reforma de estatutos, liquidação, dissolução da companhia ou augmento do capital, a votação será por escrutinio secreto na razão

de um voto por cinco acções até o maximo de 50 votos, excepto no caso de ser procurador ou mandatario, em cujo character poderá ter, além dos votos que lhe couberem como accionista, mais os que competirem á pessoa que houver de representar.

Art. 23. Quando a assembléa geral tiver por objecto a reforma dos estatutos, augmento do capital ou liquidação da companhia, só se poderá constituir achando-se presente numero de accionistas que represente no minimo dous terços do capital realizado.

Arts. 24 e 25. Como nos estatutos sob ns. 27 e 28.

Art. 26. Só poderão votar nas assembléas geraes os accionistas que tiverem os seus nomes inscriptos no livro de registro pelo menos 30 dias antes da reunião e só estes poderão figurar como procuradores.

Paragrapho unico. As procurações devem ser entregues no escriptorio da companhia até o dia da reunião.

Arts. 27, 28, 29, 30 e 31. Como nos estatutos sob ns. 31, 32, 33, 34 e 35.

Art. 32. O director gerente fica autorizado a fazer as viagens necessarias aos interesses e desenvolvimento da companhia, correndo as despesas por conta desta e sendo as viagens feitas de accordo com os demais directores.

Art. 33. A companhia estabelecerá agencias onde lhe convier para a venda de seus productos, sendo os agentes nomeados por deliberação dos directores.

Art. 34. Dos lucros liquidos retirar-se-hão annualmente 5 % para fundo de reserva. Do restante se distribuirá um dividendo até 10 % ao anno sobre o capital realizado e havendo excesso será levado a lucros suspensos. Os lucros assim distribuidos terão logar até que fique reconstituído o capital da companhia em effectivo ou bens reaes e este, depois de realizado, os dividendos futuros serão distribuidos como deliberar a maioria dos directores.

Art. 35. Pela reforma que soffreram os estatutos ficam nomeados durante os cinco annos seguintes :

Director gerente, Rodolpho A. França.

Directores, os Srs. :

José Pedro Alves e Edmundo Dreher.

Ficam nomeados fiscaes, os Srs. :

Ernesto Becker, Eduardo Secco e Emilio da Silva Ferreira.

Supplentes, os Srs. :

Francisco Gomes Carollo, Julio Pacheco de Castro e Felipe Benicio de Freitas Noronha.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1895.

(Seguem-se as assignaturas.)



## DECRETO N. 2076 — DE 20 DE AGOSTO DE 1895

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de Grajaú,  
no Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Grajaú, no Estado do Maranhão, com a denominação de 5ª, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionais, a qual se comporá de dous regimentos, com quatro esquadrões cada um e as designações de 9º e 10º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de agosto de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2077 — DE 22 DE AGOSTO DE 1895

Approva as plantas para modificação da estação do Mimoso e da ponte sobre o rio S. Pedro, da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, decreta :

Ficam approvadas as plantas que com este baixam, rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para modificação da estação do Mimoso e da ponte sobre o rio São Pedro, da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, de que é cessionaria.

Capital Federal, 22 de agosto de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2078 — DE 22 DE AGOSTO DE 1895

Concede autorização á *The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, limited* para continuar a funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, limited*, devidamente representada, decreta :

E' concedida authorisação á *The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, limited*, para continuar a funcionar na Republica com as alterações feitas nos seus estatutos, mediante as clausulas a que se referem os decretos ns. 9763 de 7 de junho e 9804 de 12 de novembro de 1887, e ficando outrosim obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 22 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Eu infrascripto William Crawley, tabellião publico da cidade de Londres, certifico e attesto :

1º, que a assignatura que diz « J. S. Purcell » que legalisa a cópia official em inglez de uma resolução especial da companhia *Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, limited*, annexa a presente sob a lettra A, é do proprio punho e lettra do Sr. John Samuel Purcell, registrador da companhia por acções e foi escripta por elle perante mim no dia de hoje e que a todas cópias semelhantes assim legisladas sempre se dá toda fé e credito em Juizo e fóra delle.

2º, que o manuscripto aqui tambem junto marcado com as lettras AA contém a verdadeira e fiel traducção da lingua ingleza da cópia A acima mencionada.

Em testemunho do que eu tenho assignado o presente e lhe affixe o meu sello de officio em Londres aos vinte e dous dias de março de mil oitocentos noventa e tres.

In testimonium veritatis. — *William Crawley*, notary public.

AA

(Traduzido do Inglez) — Numero da certidão — 22627 c/14 — Registrado — 1922 — 20 de janeiro de 1893.

« THE RIO DE JANEIRO FLOUR MILLS AND GRANARIES, LIMITED »

*Leis das Companhias 1862 a 1890*

Resolução especial da companhia acima nomeada tomada em uma assembléa geral extraordinaria da companhia devidamente

convocada e realizada em 7 de novembro de 1892 e confirmada em uma assembléa geral extraordinaria subsequente da mesma companhia devidamente convocada e realizada em 22 de novembro de 1892:

« Que o capital da companhia seja reduzido de £ 520.000 dividido em £ 25.000, acções de £ 10 cada uma para £ 175.000 dividido 25.000 acções de £ 7 cada uma e que tal redução seja effectuada pela annullação do capital que foi perdido ou que não é representado por creditos realizaveis, na importancia de £ 3 por acção em cada uma das 25.000 que foram emittidas e que actualmente estão em circulação. — *Edw. L. Weigall*, presidente. »

Está conforme.— (Assignado) *J. S. Purcell*, Registrador do companhias por acções.

Reconheço verdadeira a assignatura junta de William Crawley, tabellião publico desta cidade, que liguei com os documentos ns. 1 e 2, numerados e rubricados por mim, e para constar onde convier a pedido do mesmo passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello das Armas deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Londres, aos 23 de março de 1893—*Joaquim Carneiro de Mendonça*, Consul.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. J. Carneiro de Mendonça, consul em Londres.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1895. — Pelo director geral, *L. P. da S. Rosa*.



Sr. Presidente da Republica— Em 28 de março deste anno, expondo-vos as condições de que a lei tornou dependente o provimento dos empregos das Alfandegas de S. Paulo e Juiz de Fóra e o modo por que esse provimento se realizou, offereci á vossa apreciação medidas, que vos dignastes de approvar, e tiveram por fim corrigir as irregularidades que se deram na organização do pessoal da segunda dessas repartições.

Parece-me opportuno o momento para submetter á vossa apreciação providencias da mesma natureza em relação á primeira daquellas repartições.

Como o da Alfandega de Juiz de Fóra, devia o pessoal da de S. Paulo ser, quanto possivel, composto de empregados extinctos, nomeados depois que pelo Governo do Estado fosse entregue á União um edificio com a precisa capacidade, machinismos e utensilios necessarios á installação do serviço aduaneiro. Assim determinava o decreto legislativo n. 149 A, de 20 de julho de 1893, pelo qual foram essas Alfandegas creadas, e o decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, que reorganizando as repartições do

Fazenda, firmou no art. 91 o direito de preferencia de taes funcionarios ás vagas, que occorressem nas classes respectivas, de empregos correspondentes aos seus.

Tão salutarcs preceitos, aliás recommendados pelo art. 8º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, e que sobre serem garantidores de direitos adquiridos por antigos empregados, visavam economia apreciavel para os cofres publicos, não foram, porém, observados, e as nomeações, com excepção de algumas que recahiram em empregados da Delegacia Fiscal de S. Paulo e de outras repartições, aproveitaram a indivíduos extranhos á classe de Fazenda e que não deram em concurso as provas de habilitação que os regulamentos exigem.

Em face do exposto, penso que as nomeações de que acabo de me occupar não podem subsistir por serem contrarias ás prescripções legais, e nessa convicção submetto á vossa approvação os inclusos decretos annullando-as e equiparando aos extinctos os empregados que antes dellas faziam parte do quadro de Fazenda, salvo os que pertenciam á Delegacia Fiscal de S. Paulo, os quaes voltam aos seus logares anteriores que por força do art. 4º do citado decreto n. 149 A, de 20 de julho de 1893, não foram preenchidos.

Capital Federal, 23 de agosto de 1895.— *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

#### DECRETO N. 2079 — DE 23 DE AGOSTO DE 1895

Equipara aos extinctos os empregados da Alfandega de S. Paulo, cujas nomeações são nesta data annulladas e que anteriormente pertenciam ao quadro de Fazenda, excepto os que faziam parte do pessoal da Delegacia Fiscal do referido Estado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Os empregados da Alfandega de S. Paulo, cujas nomeações são nesta data annulladas, e que antes dellas pertenciam ao quadro dos empregados deste Ministerio, ficam equiparados aos extinctos para todos os effeitos, percebendo os vencimentos de seus logares anteriores, excepto os que faziam parte do pessoal da Delegacia Fiscal do referido Estado, os quaes voltam aos empregos que alli exerciam, e que, por força do art. 4º do decreto n. 149 A, de 20 de julho de 1893, não foram preenchidos.

Capital Federal, 23 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2080 — DE 26 DE AGOSTO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Areia, Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na Guarda Nacional da comarca de Areia, Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais, com quatro companhias e a designação de 221º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de agosto de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2081 — DE 27 DE AGOSTO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Remanso, Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca do Remanso, Estado da Bahia, se comporá de um commando superior organiado com os actuaes batalhões de infantaria 126º do serviço activo e 30º de da reserva, com quatro companhias cada um, e de mais tres batalhões de infantaria, com igual numero de companhias e as designações de 215º, 216º e 217º, de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 59º e de um batalhão de artilharia com quatro baterias e a designação de 4º, ora creados, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de agosto de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2082 — DE 27 DE AGOSTO DE 1895

Crea um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Cannavieiras, Estado da Bahia.

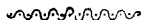
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cannavieiras, Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes com quatro esquadões e a designação de 60º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2083 — DE 27 DE AGOSTO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo na comarca do Serro, Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Serro, Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 247º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*





Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Não tendo a lei de orçamento do actual exercicio incluído, a exemplo das leis n. 26 de 30 de dezembro de 1891, art. 4º § 4º, e n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, art. 2º § 1º, disposição alguma a respeito das despesas com o custeio do Presidio de Fernando de Noronha e não podendo, até que seja dada inteira execução á lei n. 226 de 3 de dezembro de 1894, deixar de ser mantidos pela União os sentenciados alli recolhidos, faz-se preciso, conforme se procedeu no semestre passado, a abertura do credito extraordinario de cento e dezenove contos trescentos e dezenove mil seiscentos cincoenta e seis réis (119:319\$656) para as despesas do referido Presidio, durante o corrente semestre.

Nestas condições, tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, submetto á vossa apreciação e assignatura o decreto junto.

Capital Federal, 28 de agosto de 1895.— Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira*.



# DECRETO N. 2084 — DE 28 DE AGOSTO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 119:319\$656 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha, durante o segundo semestre do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que a lei n. 226 de 3 de dezembro de 1894 no art. 3º apenas autorizou a abertura do credito de 150:000\$ para o transporte dos sentenciados recolhidos ao Presidio de Fernando de Noronha aos Estados a que pertencerem ;

Considerando que a lei n. 266 de 24 daquelle mez não incluiu credito para o custeio do mesmo Presidio ;

Considerando, finalmente, que até ser dada inteira execução á primeira das citadas leis, não podem deixar de ser mantidos pela União os sentenciados alli recolhidos :

Resolve, tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, nos termos do art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, e de accordo com o § 3º do art. 4º do de n. 589 de 9 de setembro de 1850, abrir o credito extraordinario de cento e dezenove contos trescentos e dezenove mil seiscentos cincoenta e seis réis (119:319\$656) para o custeio do referido presidio, durante o segundo semestre do corrente anno, sendo o presente acto submettido á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 28 de agosto de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira*.

## DECRETO N. 2085 — DE 28 DE AGOSTO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Itú, Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Itú, Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 217º, o qual se organisará com os guardas qualificados no districto da villa de Cabreúva, pertencente á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2086 — DE 23 DE AGOSTO DE 1895

Abre ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito supplementar de 3.341:816\$713 para pagar despesas da verba — Garantia de juros ás estradas de ferro, art. 6º da lei de orçamento de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 277 A, de 18 de julho do corrente anno, resolve, tendo sido ouvido o Tribunal de Contas, de conformidade com o art. 35 de capitulo II, do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, abrir ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito supplementar de tres mil trezentos quarenta um contos e oitocentos e dezeseis mil setecentos e treze réis (3.341:816\$713), afim de occorrer ao pagamento de despesas feitas por conta da verba — Garantia de juros ás estradas de ferro, art. 6º da lei de orçamento do exercicio de 1894.

Capital Federal, 28 de agosto de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olynho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2087 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1895

Approva provisoriamente as instrucções regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas de Ribeirão Preto a Catalão e ramal de Poços de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, decreta:

Ficam approvadas, em caracter provisorio, as instrucções regulamentares e tarifas para vigorarem nas linhas do Ribeirão Preto a Catalão e ramal de Poços de Caldas, da Estrada de Ferro Mogyana, as quaes com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 6 de setembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Instrucções regulamentares a que se refere o decreto  
n. 2087 desta data

PASSAGEIROS

Art. 1.º Ninguém poderá viajar na estrada de ferro sem bilhete ou passe fornecido por agente da companhia.

Art. 2.º Os passageiros pagarão os preços da tabella n. 1, correspondentes ás classes de suas passagens.

As crianças menores de 3 annos, conduzidas ao collo, terão passagem gratuita; e as de 3 a 12 annos pagarão meia passagem e terão direito a um lugar, comtanto que, no mesmo compartimento, duas nessas condições só occupem o lugar de um adulto.

Art. 3.º A venda de bilhetes nas estações começará meia hora pelo menos, e cessará cinco minutos antes da hora marcada para a partida dos trens.

Art. 4.º Os passes concedidos em serviço do Governo ou da estrada serão intransferiveis, e os seus portadores não poderão viajar em carro de classe superior á que se achar nelles designada, ainda mesmo pagando a differença de preço correspondente.

As requisições de passes deverão ser apresentadas nas estações até 15 minutos antes da hora marcada para a partida dos respectivos trens, salvo casos de transporte urgente em serviço publico.

Art. 5.º Os bilhetes singelos serão válidos em qualquer trem ordinario de passageiros, mas sómente no dia em que forem vendidos; assim poderão os passageiros parar áquem da estação designada nos seus bilhetes e seguir por outro trem de passageiros até o termo da viagem, desde que o façam no mesmo dia em que tiverem comprado o bilhete.

A companhia poderá conceder aos viajantes de 1ª classe, entre certas e determinadas estações, bilhetes de ida e volta validos por 60 dias e com abatimento de 25 %. Esses bilhetes terão valor por 60 dias (inclusive o dia da data) em qualquer trem ordinario de passageiros, tendo os seus portadores o direito de parar nas estações intermediarias, contanto que cheguem no mesmo dia á estação do destino, e só darão direito a uma viagem em cada sentido, de ou para as estações nelles mencionadas.

O viajante que quizer passar de um carro ordinario para um compartimento reservado, ou mudar da segunda para a primeira classe, terá o direito de fazel-o, sendo possível, mediante o pagamento da taxa adicional correspondente, a partir da estação em que se effectuar a mudança.

Art. 6.º A companhia poderá emittir bilhetes de assignatura para ida e volta diariamente entre pontos certos, nos trens ordinarios de passageiros, com as seguintes deducções sobre a tarifa geral dos bilhetes singelos :

|                   |      |
|-------------------|------|
| Para um mez.....  | 30 % |
| » tres mezes..... | 40 % |
| » seis » .....    | 50 % |

Esses bilhetes comprehenderão todos os dias, sem exclusão alguma, e serão intransferíveis. Não serão emittidas meias passagens.

Art. 7.º A companhia terá o direito de apprehender os passes o bilhetes a que se referem os arts. 4º e 6º, quando apresentados por pessoas diversas daquellas que se acharem nelles indicadas, cobrando o duplo da passagem, e no caso de reincidência na infracção do art. 6º, o bilhete será considerado sem valor, não tendo o assignante direito algum a indemnisação.

O viajante que se recusar a exhibir o seu bilhete ou passe, quando convidado a fazel-o por empregado da estrada, será considerado embarcado sem bilhete, e, como tal, sujeito ás disposições do art. 9º.

Art. 8.º As companhias lyricas, dramaticas, equestres e outras que deem espectaculos publicos, e tem assim os alumnos de estabelecimentos de instrucção viajando com seus professores, as bandas ou sociedades de musica viajando encorporadas, em numero de 10 pessoas ou mais, gosarão do abatimento de 50 % nos bilhetes de suas respectivas classes; não tendo logar, porém, esta concessão sinão em relação aos bilhetes singelos, e não podendo ser emittidas meias passagens.

Fica subentendido que o abatimento só terá logar em relação ao grupo de 10 ou mais pessoas quando estas viajarem na mesma

classe; quando em classes diferentes, o abatimento só terá logar em relação àquella em que houver o minimo fixado.

A respectiva bagagem será transportada com o abatimento de 25 % no frete da tabella I A.

Art. 9.º Os passageiros sem bilhete e os portadores de bilhetes não carimbados ou que tenham carimbo de outro dia ou trem, salvo nos casos previstos pelo art. 5º, pagarão o preço de sua viagem considerada do ponto de partida do trem, si pelo conhecimento da bagagem ou por outro meio qualquer não estiver provada a estação de sua procedencia. Os que excederem o trajecto a que tiverem direito, ou viajarem em classe superior á indicada no seu bilhete, pagarão a differença correspondente.

Em taes casos o chefe da estação deverá fornecer-lhes um bilhete suplementar, com indicação da quantia recebida.

Art. 10. O viajante encontrado no trem com bilhete não carimbado ou perempto, além do preço de sua passagem deverá pagar a multa de 10\$000.

## IMMIGRANTES

Art. 11. Os immigrants, suas bagagens, utensilios e instrumentos aratorios terão transporte gratuito em seu primeiro estabelecimento.

## TRENS ESPECIAES E DE RECREIO

Art. 12. A companhia poderá conceder trens especiaes de viajantes mediante as seguintes condições:

1.ª Pedido feito por escripto, em que seja declarado:

a) o numero de viajantes e de volumes de bagagem a serem transportados;

b) si ha animaes e carros a transportar, e qual o seu numero.

2.ª Pagamento adeantado do frete.

3.ª Ser considerado recusado o trem, si por culpa do fretador o trem não puder partir á hora combinada.

4.ª Ser cobrada pela companhia a taxa de 10\$ por hora encetada, caso possa ser concedido o adiamento da partida; ficando o fretador sujeito ás condições do art. 13, além da taxa acima, si em virtude do adiamento o trem vier a partir depois das 9 horas da noite até as 6 da manhã.

5.ª Não ter o fretador direito á restituição sinão da metade do frete, si recusar o trem depois de o haver fretado.

Art. 13. O frete minimo de um trem especial com logares para um numero de viajantes não excedente ao da lotação de um carro de 25 passageiros é fixado em 4\$ por kilometro ou fracção de kilometro até 150 kilometros; para o excedente de 150 até 300, 3\$ por kilometro; para o excedente de 300, 2\$ por kilometro; havendo para a volta o abatimento de 25 % do preço da ida.

O preço minimo de um trem especial sera de 100\$000.

As distancias para a applicação das taxas kilometricas serão contadas desde o deposito de locomotivas de onde partir a machina para compor o trem até o deposito a que for ella recolhida; mas, tanto na ida como na volta, para o trem vasio ou para a machina só, haverá o abatimento de 50 % do preço do trem especial.

Os trens especiaes concedidos das 9 horas da noite ás 6 da manhã pagarão taxa dupla, sendo tomada para base a hora da partida do ponto inicial da viagem.

Além das taxas especificadas será cobrado o imposto de transito do Governo segundo o respectivo regulamento.

Si o numero de viajantes for superior a 25, os excedentes pagarão suas passagens pelo preço da tabella ordinaria.

Para os animaes, carros e bagagens que se transportarem por estes trens, os preços serão os da tabella ordinaria.

Art. 14. Os trens especiaes de recreio e bem assim os que se destinarem ao transporte de companhias lyricas, dramaticas, equestres e outras semelhantes serão concedidos a preços convencencionados.

#### ALUGUEL DE CARROS

Art. 15. Os pedidos de aluguel de carros deverão ser feitos com antecedencia de duas horas na estação central e de 24 horas em qualquer das outras, sob as seguintes condições :

1ª, o aluguel será pago adeantadamente pelo preço da tabella n. 1;

2ª, a pessoa que tomar de aluguel um ou mais carros só terá direito a restituição da metade do preço, si os recusar depois de tel-os á sua disposição;

3ª, O aluguel dos carros-salões de um só compartimento só poderá ser integral;

4ª, Nenhum carro, embora integralmente alugado, poderá conduzir maior numero de viajantes do que comportar a sua lotação, e a bagagem destes estará sujeita ás mesmas condições que a de qualquer viajante.

#### TRANSPORTE DE ALIENADOS

Art. 16. Nenhum alienado poderá ser admittido nos trens, si não for acompanhado por pessoa encarregada de guardal-o.

O alienado e o seu guarda não poderão tomar logar no mesmo compartimento com outros viajantes; só poderão ser transportados em cirro ou compartimento reservado, pagando a respectiva lotação.

As pessoas que os acompanharem poderão viajar gratuitamente, contanto que em numero não excedente á lotação do carro ou compartimento.

O pedido de transporte para passageiros nessas condições deverá ser feito com 24 horas de antecedencia na estação de partida.

## TRANSPORTE DE DOENTES

Art. 17. As pessoas em estado de enfermidade tal que possam incommodar aos demais viajantes, só poderão ser transportadas em carros ou compartimentos separados, pagando a respectiva lotação; e poderão ser acompanhadas pelas pessoas que quiserem, em numero limitado à lotação do carro ou compartimento.

Os transportes nestas condições deverão ser solicitados com 24 horas de antecedencia na estação de partida.

## TRANSPORTES FUNEBRES

Art. 18. Os transportes funebres só poderão ser feitos em carros cobertos, mediante o pagamento da taxa de 2\$ por kilometro, com o frete minimo de 20\$000.

Em trem de carga pagarão a metade das taxas acima.

Os transportes nestas condições deverão ser requisitados com a precisa antecedencia na estação de partida.

Paraphrasso unico. As pessoas que acompanharem pagarão as suas passagens pela tabella ordinaria.

## DISPOSIÇÕES POLICIAES

Art. 19. E' expressamente prohibido :

- 1º, viajar sem bilhete ;
- 2º, viajar em carro de 1ª classe estando descalço ;
- 3º, viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fóra ;
- 4º, viajar em classe superior á que designar o bilhete ;
- 5º, passar de um carro para outro estando o trem em movimento ;
- 6º, Entrar ou sair dos carros estando o trem em movimento ;
- 7º, Entrar ou sair em qualquer logar que não seja ponto de estação e pela plataforma ou porta para esse fim designada ;
- 8º, fumar nas salas de espera e nos carros, enquanto ali permanecerem senhoras ;
- 9º, saltar pelas janellas dos carros ;
- 10, usar de linguagem inconveniente ;
- 11, incommodar de qualquer modo aos demais passageiros ;
- 12, quebrar ou damnificar objectos pertencentes á companhia ou entregues ao seu cuidado ;
- 13, puxar a corda de signal quando não houver accidente grave que exija a parada do trem na linha, ou praticar qualquer outro acto do qual resulte embaraço ao serviço ou que possa trazer perigo ou accidente.

Art. 20. A entrada nos trens será interdicta:

- 1º, ás pessoas embriagadas ou indecentemente vestidas ;
- 2º, aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis ou objectos que por seu cheiro ou por sua natureza possam incommodar aos passageiros.

Art. 21. Ninguém poderá transportar consigo nos carros mais do que uma arma de fogo, que deverá ser apresentada ao chefe da estação para que examine si está descarregada. Esta disposição não comprehende os agentes da força publica, que viajarem como taes.

Art. 22. O passageiro que infringir as presentes instrucções, e, depois de advertido pelos empregados da estrada de ferro, persistir na infracção, será obrigado a retirar-se da estação, sendo-lhe restituído o valor do bilhete que houver comprado, si não houver encetado a viagem. Si a infracção for commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de 20\$ a 50\$; e no caso de recusar pagal-a, ou si, depois de paga, não se corrigir, o conductor o entregará ao chefe da estação mais proxima, para que o remetta á autoridade policial, que procederá como for de direito, de conformidade com o regulamento n. 1930, de 26 de abril de 1857.

No caso de damno, de que trata o art. 19 § 12, será ainda o passageiro sujeito a pagar a importancia do damno causado, segundo for arbitrado pelo conductor do trem, com recurso para a administração superior da estrada.

#### BAGAGENS

Art. 23. A bagagem despachada por trem de passageiros pagará pela tabella n. 1 A. Serão considerados como bagagem os objectos de uso pessoal dos viajantes ou destinados a prover ás necessidades ou condições da viagem.

Art. 24. Cada viajante só poderá levar consigo, sem pagar frete, pequenos volumes de bagagem que não incomodem aos demais viajantes, e que possam ser collocados sob os bancos dos carros, a juizo do chefe da estação, não sendo admittida, sob pretexto algum, a collocação de objectos em cima dos bancos e nem nos corredores, onde impeçam o transito dos passageiros.

Art. 25. Nenhuma familia ou grupo de pessoas viajando juntas poderá, allegando essa circumstancia, augmentar as dimensões do volume cujo transporte gratuito é permittido a cada passageiro; assim, em caso algum, será permittido que o passageiro conduza no carro volume ou volumes cujas dimensões excedam as do espaço livre em baixo do banco que lhe competir.

Art. 26. As demais bagagens de qualquer ordem serão despachadas á vista do bilhete de passagem e conduzidas em carro especial, pagando o viajante no acto do despacho a taxa respectiva e recebendo um conhecimento, cuja apresentação será exigida no acto da entrega dos volumes.

Art. 27. Os fretes serão calculados segundo os kilogrammas, sendo considerada qualquer fracção como um kilogramma, e nenhum despacho podendo ser feito por menos de 200 réis de frete.

Art. 28. A bagagem que for apresentada a despacho deverá achar-se convenientemente acondicionada, de modo a poder



resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro. As malas, caixas, canastras, etc. deverão estar fechadas.

Art. 29. Si os volumes apresentados estiverem abertos ou mal acondicionados, o viajante será convidado a fechá-los ou a bem acondicioná-los; si o não fizer serão acceitos os volumes e declarada na guia e no conhecimento a não responsabilidade da companhia.

Si o viajante se oppuzer a que seja feita no conhecimento a alludida declaração, os volumes nas condições supra serão recusados.

Art. 30. A bagagem será recebida para despacho até 15 minutos antes da partida do trem que tiver de conduzi-la. A que for entregue depois poderá ser despachada como encomenda pelo trem immediato, si assim convier ao viajante; no caso contrario será recusada.

Art. 31. Os volumes da bagagem poderão ser recusados nos trens de passageiros desde que o seu peso exceda 100 kilogrammas ou o seu volume a um metro cubico.

Art. 32. A bagagem será posta á disposição do viajante, mediante a apresentação do respectivo conhecimento, logo após a chegada do trem.

A que não for reclamada será recolhida ao deposito, e 24 horas depois ficará sujeita á armazenagem, á razão de 50 réis por dia por 10 kilogrammas ou fracção de 10 kilogrammas.

Art. 33. Em caso de perda ou damno de um ou mais volumes de bagagem o passageiro terá o direito de reclamar o pagamento do valor real daquelles cujo conteúdo tiver sido declarado no acto da inscripção, e na falta dessa declaração, o pagamento da somma correspondente ao peso dos objectos perdidos ou danificados, á razão de 1\$ por kilogramma ou fracção de kilogramma.

Este artigo será transcripto no conhecimento.

Art. 34. Si a indemnisação tiver logar por damno ou avaria na razão do valor declarado, nos termos do artigo antecedente, a bagagem ficará pertencendo á companhia.

Art. 35. Si o viajante allegar a perda do conhecimento, poderá retirar a bagagem, mediante recibo, desde que o chefe da estação, á vista de provas, tais como apresentação de chaves, relação do conteúdo, testemunho de pessoas fidedignas, etc., o julgue proprietario da mesma.

Art. 36. Os volumes da bagagem que se encontrarem nas estações não registrados serão recolhidos ao deposito e ficarão sujeitos á armazenagem do art. 32.

#### ENCOMENDAS

Art. 37. As encomendas terão preferencia para o transporte e pagão pela tabella n. 2, sendo seus fretes satisfeitos no acto da inscripção, recebendo o remettente o conhecimento, que será exigido no acto da entrega dos volumes.

As encomendas deverão ser apresentadas até 30 minutos antes da partida do trem.

Art. 38. Para os despachos de pequenos volumes de encomenda, até o peso de 1 kilogramma, fica estabelecido o frete de 200 réis.

Para os de volumes que pesarem mais de 1 kilogramma os fretes serão calculados pela respectiva tabella, na proporção exacta do numero de kilogrammas, contada qualquer fracção como 1 kilogramma.

Nenhum volume poderá ser despachado por menos de 200 réis de frete.

Art. 39. Nos volumes de encomendas deverão constar o nome e a residência do destinatario e bem assim a estação de destino.

Art. 40. Poderá ser recusado o volume de encomenda cujo peso exceder de 60 kilogrammas ou cujo volume exceder de meio metro cubico.

Art. 41. Poderão também ser despachados como encomendas, pela tarifa n. 2 A :

1º, minhezas alimenticias e outros generos de facil deterioração ;

2º, gelo, peixe fresco, ostras, caça, verduras, fructas, carne fresca, pão, leite e ovos ;

3º, bandejas de doces e demais artigos de confeitaria para bailes, etc.

Taes volumes serão acondicionados á vontade de quem os remetter, e por sua conta e risco transportalos, só se responsabilizando a companhia por extravio, falta ou demora de entrega não justificada.

Art. 42. As encomendas apresentadas a despacho deverão achar-se bem acondicionadas, de modo que possam resistir aos choques ordinarios, inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Os volumes mal acondicionados serão recusados, a menos que o remettente accorde em ser feita a declaração de não responsabilidade da companhia.

O transporte de materias inflammaveis ou substancias perigosas não poderá ter logar pelo trem de passageiros (vide art. 91).

Art. 43. Os volumes de encomendas serão postos á disposição do destinatario 15 minutos depois da chegada do trem. Os que não forem retirados dentro de 24 horas, a contar da chegada do trem, ficarão sujeitos ao pagamento de armazenagem, á razão de 50 réis por dia por 10 kilogrammas ou fracção de 10 kilogrammas.

A companhia não se responsabilizará pelos riscos provenientes da natureza dos generos contidos nos volumes de encomendas.

Art. 44. Em caso de perda ou damno de um ou mais volumes de encomendas, a responsabilidade da companhia se limitará ao pagamento do valor real daquelles cujo conteúdo tiver sido

declarado no acto da inscripção, e, na falta de declaração, ao pagamento de 1\$ por kilogramma ou fracção de kilogramma.

Este artigo será transcripto no conhecimento.

Art. 45. No caso de perda, ou não apresentação do conhecimento, poderá o consignatario retirar a encomenda, mediante recibo, desde que justifique, a contento do chefe da estação, que ella lhe pertence.

#### TRANSPORTES A DOMICILIO

Art. 46. Os volumes de encomendas destinados ás estações de Ribeirão Preto, Batataes, Franca, Uberabinha, S. João da Boa Vista e Caldas, constantes de generos de facil deterioração, poderão, mediante requisição do expeditor, ser transportados ao domicilio do destinatario, quando conhecido, nas referidas localidades, immediatamente após a chegada do trem, contanto que cada volume isoladamente não pese mais de 10 kilogrammas, nem tenha mais de 100 decímetros cubicos.

Os pequenos animaes e aves domesticas ou silvestres, em caçoeiras, gaiolas ou caixões engradados tambem poderão ser despachados como volumes expressos, em termos.

Os volumes nas condições acima serão chamados — volumes expressos.

Por cada volume expresso será cobrada a taxa adicional de 500 réis.

Os volumes a ser entregues em domicilio serão acompanhados de um recibo, que deverá ser assignado pelo destinatario ou por pessoa da casa.

O recibo assignado substituirá e nullificará o conhecimento.

Si por falta ou inexactidão de indicações no endereço não puder ser encontrado o destinatario, o volume será recolhido á estação, sendo aquelle avisado pelo Correio, sem franquia do porte.

Os volumes nessas condições ficarão sujeitos á armazenagem do art. 43, correndo o prazo da data e hora do aviso.

#### VALORES

Art. 47. O despacho dos valores em ouro, prata, cobre, nickel, platina, pedras preciosas e artefactos de ourivesaria e relojoaria será feito mediante a taxa de um e meio por cento, *ad valorem*, além do frete que por peso for devido, sendo o pagamento no acto do despacho e recebendo o remettente um conhecimento, que será exigido no acto da entrega (vide arts. 159 e 161).

O despacho de papel-moeda, apolices e acções de companhias, bem como o de outros papeis de valor, será feito mediante a taxa de um por cento, *ad valorem*.

Será considerada fraude toda declaração inexacta quanto á natureza e valor dos objectos acima especificados (vide art. 161).

O frete minimo de uma expedição será de 2\$000.

Para o despacho de valores fica estabelecido o maximo de 5:000\$ por cada vez, de um mesmo remettente para um mesmo consignatario e destino.

Qualquer transporte de objectos ou de moeda e papeis de valor superior a 5:000\$ só podera ser effectuado por accordo especial.

Art. 48. O dinheiro amoeado, as joias e as pedras e metaes preciosos deverão achar-se acondicionados em saccoes, caixas ou barris.

As caixas ou barris serão solidamente pregados, não apresentando vestigio algum de abertura ou fractura.

Os saccoes deverão ser de panno forte, cosidos por dentro e perfeitos.

As caixas e barris serão fortemente ligados por corda inteiriça, fixada por meio de sinete em laçre ou chumbo, quanto for necessario para garantir a inviolabilidade dos volumes.

A bocca dos saccoes será fechada por meio de corda ou cordel inteiriça, cujo nó será coberto por sinete em laçre ou chumbo e cujas extremidades serão mantidas por sinete igual sobre uma ficha solta.

Art. 49. O papel-moeda e as notas do banco, as apolices e acções de companhias e outros papeis-valores deverão ser apresentados em saccoes ou caixas, ou formando pacotes revestidos de envoltorios intactos, de papel ou panno encerado, comtanto que estes envoltorios nada deixem a desejar quanto ao acondicionamento.

Todo pacote ou envoltorio de papel ou encerado deverá ser fechado por sinete em laçre, em numero sufficiente para garantir a sua inviolabilidade.

Art. 50. Os endereços não deverão ser cosidos, collados ou pregados, para que não possam encobrir vestigios de aberturas ou fracturas; poderão ser escriptos sobre os volumes ou a elles presos por meio de cordel.

O valor do artigo será declarado por extenso no endereço.

Art. 51. As iniciaes, legendas, armas, firmas sociaes ou denominações de estabelecimentos, impressas nos saccoes, barris ou pacotes, deverão ser perfeitamente legiveis.

Será absolutamente prohibido o emprego de sinetes feitos com moedas.

Art. 52. Quando por occasião do despacho de valores o remettente exigir a verificação do conteúdo, proceder-se-ha a essa verificação; o acondicionamento, porém, será de novo feito pelo remettente, preenchidos os requisitos constantes dos arts. 48 e 49.

Quando, porém, os valores consistirem em moeda-papel, o acondicionamento será feito pelo empregado da companhia.

Art. 53. O transporte a descoberto é absolutamente prohibido.

Art. 54. Os valores deverão ser apresentados a despacho pelo menos uma hora antes da marcada para a partida do trem; quando não o forem, só seguirão pelo trem immediato.

Valores só serão transportados em trens de passageiros.

Art. 55. A companhia não se responsabilizará :

1.º Por falta que se dê no conteúdo do volume quando não for verificada em presença do empregado da companhia ;

2.º Pelos valores entregues em envolturo fechado, não verificados pelo empregado da companhia encarregado desses despachos, salvo si houver no envolturo estrago que indique ter sido elle violado, ou si houver extravio, não sendo, porém, a companhia obrigada a indemnisar além do valor declarado.

## ANIMAES

Art. 56. Os animaes poderão ser transportados pelos trens de passageiros ou de mercadorias, recebendo o expeditor no acto do despacho um conhecimento, e vigorando as taxas das respectivas tabellas, nas seguintes condições:

1.ª Animaes de sella ou de carro, encabrestados, e bem assim bois, vacas e touros, devidamente presos ;

2.ª Carneiros, cabras, bezerros, porcos e semelhantes, devidamente seguros ;

3.ª Pequenos animaes e aves domesticas ou silvestres em gaiolas, capoeiras ou caixões engradados ;

4.ª Cães, ursos e outros animaes semelhantes, domesticos, quando bem acamados e presos a corrente.

Animaes soltos não poderão ser transportados, excepto quando em grande numero.

Art. 57. Animaes perigosos e ferozes, quando acondicionados com toda a segurança em jaulas, serão transportados em vagão especial pelo preço de 600 réis por kilometro.

Os expeditores serão responsaveis por quaesquer desastres occasionados por taes animaes.

Art. 58. Os animaes classificados nas tabellas 10 e 11 serão transportados sem demora quando completarem a lotação dos vagões proprios para esse transporte, ou quando, não completando, o remettente pagar o valor da lotação dos mesmos vagões.

Taes transportes deverão ser solicitados com antecedencia de 24 horas.

Art. 59. Os animaes deverão ser apresentados a despacho pelo menos uma hora antes da indicada para a partida do trem em que tiverem de seguir.

Art. 60. Os animaes deverão ser recebidos á chegada dos trens por seus donos ou consignatarios ; caso não o sejam, serão remetidos para logar conveniente, onde serão tratados por conta e risco de seus donos ou consignatarios.

Si não forem procurados dentro de tres dias, a companhia avisará os interessados pelos jornaes, e, findo o prazo de oito dias, serão os animaes vendidos *ex-officio* e sem mais formalidades.

O producto liquido da venda, deduzido o que por qualquer titulo for devido á companhia, ficará a disposição daquelle a quem pertencer.

Art. 61. O expelitor que desejar effectuar o transporte de grande numero de animaes deverá prevenir a administração com a antecedencia de 24 horas, pelo menos.

Art. 62. Os animaes não classificados serão taxados segundo as tabellas organisadas para aquelles com os quaes tiverem maior analogia.

O frete minimo de um despacho será de 200 réis pela tabella 9, 300 réis pela tabella 10 e 1\$ pela tabella 11.

Art. 63. Cães pequenos de estimação, geralmente chamados de salão, poderão ser admittidos nos carros de passageiros sob as seguintes condições :

- 1ª, achar-se acondicionado em uma cesta ;
- 2ª, não ser o peso total superior a quatro kilogrammas ;
- 3ª, ser pago o respectivo frete ;
- 4ª, não haver reclamação da parte dos demais viajantes.

O transporte de cães nessas condições será feito por conta e risco de seus donos.

Art. 64. Salvo o caso acima, não serão admittidos nos carros de passageiros aves, cães e animaes semelhantes.

Art. 65. Os embarques e desembarques de animaes serão feitos sob o cuidado e inteira responsabilidade e á custa dos expeditores e destinatarios.

Art. 66. O conductor que acompanhar animaes pagará passagem de 2ª classe.

Art. 67. A companhia não será responsavel pela fuga dos animaes ou pelo danno que a si mesmo causarem durante o trajecto, salvo si se provar haver culpa da parte do pessoal da estrada, caso em que se responsabilizará até a quantia de 300\$, salvo si o valor dos animaes tiver sido declarado superior a essa importancia, ficando então sujeitos a uma taxa especial.

Art. 68. A companhia não responderá pelos dannos resultantes do perigo que o transporte em estrada de ferro ou a demora da viagem acarretar para os animaes vivos.

## MERCADORIAS

### NOTAS DE EXPEDIÇÃO

Art. 69. Todas as mercadorias deverão ser acompanhadas de uma nota de expedição que contenha exactamente (vide arts. 91, 159, 160 e 161) :

- 1ª, a data da apresentação ;
- 2ª, o nome e a residencia do destinatario ;
- 3ª, a indicação da natureza e do peso bruto da mercadoria, bem como do numero de volumes ;
- 4ª, declaração da marea e do acondicionamento ;
- 5ª, a assignatura do expeditor.

Art. 70. Os volumes deverão ser apresentados com marca ou endereço bem legivel e com o nome da estação de destino, e

deverão achar-se acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Nos carregamentos completos de vagões para o mesmo destino será dispensado o endereço, mas não a marca.

Art. 71. Nas notas de expedição poderá ser admittida a assignatura do expeditor impressa ou autographada.

Art. 72. Cada nota comprehenderá uma expedição e não poderá conter o nome de mais de um destinatario.

Por expedição entender-se-ha um ou mais volumes procedentes de um só expeditor e endereçados a um só destinatario.

Art. 73. Em uma mesma nota de expedição não poderão ser incluídas:

1º, mercadorias que não possam, sem inconveniencia, ser transportadas no mesmo vagão;

2º, mercadorias das quaes umas tenham de ser carregadas ou descarregadas pelo expeditor ou pelo destinatario e outras não.

Art. 74. Os expedidores deverão declarar nas competentes notas si as mercadorias são frageis; e, nos casos facultativos (vide art. 81), si o frete deve ser pago ou a pagar.

Art. 75. Os agentes da companhia não despacharão mercadoria alguma antes de terem verificado a exactidão da declaração.

Art. 76. As mercadorias que em promiscuidade com outras puderem damnificá-las, serão transportadas em vagão especial.

Art. 77. A companhia não dará transporte a mercadorias em estado de putrefacção, e poderá recusar-o nos seguintes casos:

1º, si a mercadoria estiver tão mal acondicionada que haja probabilidade de não chegar ao seu destino sem perda ou avaria;

2º, si se reconhecer no acto do despacho que a mercadoria já está deteriorada;

3º, si se verificar que o peso da mercadoria é inferior ao indicado na nota, ou que ha inexactidão quanto á marca e ao numero dos volumes.

O remettente poderá reparar os defeitos da carga acima apontados; e nesse caso a companhia effectuará o transporte, sendo substituída a nota, si isso for necessario.

Art. 78. Si a carga não for reparada poderá permanecer na estação durante 24 horas, sem responsabilidade por parte da companhia, sujeita dali em diante á armazenagem.

Art. 79. A carga poderá ser expedida no estado em que for apresentada, desde que o remettente forneça ao chefe da estação uma nota assignada em que sejam declarados os defeitos e allivia a a companhia da responsabilidade das avarias; nota que deverá ser integralmente transcripta no conhecimento.

Art. 80. Si depois de registrada qualquer expedição quizer o expeditor retirá-la ou alterar a consignação, será annullado o despacho no primeiro caso e restituído o frete pago, menos as taxas de carga e descarga, e no segundo caso será feito novo despacho, pelo qual será cobrada a differença de frete, levadas

em conta como pagas as taxas de carga e descarga, a não ter o serviço de ser novamente feito.

Quer para o carregamento quer para o descarregamento a taxa sera de 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada.

Art. 81. Fica livre á companhia designar as estações para as quaes sera facultativo o despacho de mercadorias com frete a pagar, podendo alterar a designação, sempre que convenha, incluindo ou supprimindo estações.

As mercadorias com frete a pagar só poderão ser entregues pelas estações de destino mediante a apresentação do respectivo conhecimento.

As mercadorias susceptíveis de se deteriorarem em pouco tempo, aquellas cujo valor importar em menos do que o respectivo frete e bem assim as que estiverem taxadas nas tabellas 12, 13 e 14 serão sempre despachadas com frete pago, não sendo a companhia responsavel pelo estalo em que chegarem as de facil deterioração.

Art. 82. Quando qualquer volume contiver artigos diversamente classificados, vigorará para todos a taxa do que a tiver mais elevada.

Art. 83. Quando a companhia autorisar que o carregamento ou descarregamento seja feito fóra das estações, o serviço será effectuado obrigatoriamente pelo expeditor ou destinatario, á custa dos mesmos.

Art. 84. O expeditor que precisar de um vagão para carga completo de sua mercadoria deverá requisital-o com a antecedencia de 24 horas; si a requisição for de dous ou mais vagões, devera ser feita com antecedencia de 48 horas.

Si a mercadoria não for apresentada na estação no dia convençionado, o expeditor ficará sujeito á multa de 5\$ por dia de demora e por vagão. A importância de tal multa poderá ser exigida no acto da requisição, sendo restituída, caso não tenha de ser applicada.

A administração poderá dispor dos vagões no dia immediato ao fixado para a expedição.

O chefe da estação deverá prevenir com antecedencia ao expeditor do dia e hora em que os vagões terão de ficar á sua disposição.

Art. 85. Nas estações do pequeno movimento os vagões serão carregados e descarregados por pessoal do expeditor ou consignatario, dentro do prazo que lhes for fixado; e, quando o serviço não for executado nesse prazo por negligencia do expeditor ou consignatario, poderá ser feito pela administração, que cobrará, além do frete, 1\$ por tonelada pela carga ou descarga.

Nenhum expeditor de um ou mais vagões de mercadorias poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões (vide art. 103).

O expeditor ou consignatario será responsavel por qualquer avaria causada por seus agentes nos vehiculos da estrada, na carga ou descarga das mercadorias, quer por excesso de lotação, quer por qualquer outra causa.



Art. 86. Os vagões de cargas que compuzerem os trens deverão ser descarregados nas estações segundo a ordem de chegada, sendo recolhidas aos armazens aquellas mercadorias que deverem ser abrigadas. Em caso algum poderão os vagões permanecer carregados, ainda mesmo a pedido dos consignatarios.

Art. 87. O frete minimo de um despacho será de 200 réis.

Art. 88. Toda inscripção de mercadorias será feita sendo fornecido ao expeditor um conhecimento, que será exigido no acto da entrega.

Pelos recibos impressos passados em substituição de conhecimentos não apresentados cobrará a companhia a taxa de 200 réis por cada um.

A pessoa que retirar volume mediante recibo ficará responsável por qualquer prejuizo, si aquelles não lhe pertencarem, embora lhe estejam consignados, e será obrigada a restituil-os, si estiverem intactos ou a pagar o seu justo valor ao verdadeiro dono.

Para a retirada de mercadorias mediante recibo será exigido que este seja assignado pelo consignatario ou por pessoa por elle legalmente autorisada, depois de reconhecida a sua idoneidade.

Pelas segundas vias de conhecimentos a companhia cobrará a taxa de 500 réis por cada uma.

As segundas vias serão fornecidas até dous mezes depois do despacho, desde que o remittente proporcione os precisos esclarecimentos.

O fornecimento de segundas vias de dous mezes em diante até a época da inutilisação dos papeis não será obrigatorio, e, quando a companhia o autorise, fal-o-ha mediante indemnisação convencional.

Art. 89. O transporte de objectos que exigirem emprego de material especial não será obrigatorio.

Art. 90. As massas indivisas que pesarem mais de 4.000 até 5.000 kilogrammas, ou cujo volume por superior de quatro até cinco metros cubicos, serão sujeitas á taxa adicional de 20\$ por volume.

O transporte de massas indivisas de peso excedente a cinco toneladas metricas ou de volume superior a cinco metros cubicos, ou de quaesquer objectos que necessitem de emprego de material especial, não sera obrigatorio; quando acceito, porém, os preços e as condições de transporte serão regulados por mutuo accordo entre a companhia e o remittente.

Art. 91. O transporte de materias inflammaveis só será feito em trens exclusivamente de mercadorias e em dias determinados.

As materias dessa natureza, taes como: phosphoros, liquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, naphtha, gazolina, polvora, kerosene, dynamite e quaesquer outras substancias perigosas deverão ser acondicionadas em barris, caixões, latas, vasos ou botijas de paredes fortes; deverão estar perfeitamente fechadas e offerecer toda a segurança para o transporte.

Nos volumes que encerrarem materias inflammaveis, explosivas ou venenosas será feita a declaração do conteúdo em todas as faces e em caracteres bem legiveis (vide arts. 160 e 161).

Art. 92. As mercadorias taxadas segundo os preços das tabellas ns. 12, 13 e 14 deverão ser annunciadas ao chefe da estação na vespera do despacho. A carga será feita pelos remetentes e a descarga pelos consignatarios, ou à custa destes pela companhia, si dentro de 24 horas depois de avisados não a effectuarem.

Por cada carregamento ou descarregamento será cobrada a taxa de 18 por tonelada ou fracção de tonelada.

Essas mercadorias não serão recolhidas debaixo de coberta.

Art. 93. Os animaes e as madeiras taxadas segundo os preços das tabellas ns. 10, 12, 13 e 14 serão transportados sem demora quando completarem a lotação dos vagões proprios para esse transporte, ou quando, não completando, pagar o remettente o valor da lotação dos mesmos vagões.

A companhia poderá recusar, por affluencia de mercadorias taxadas a peso, as cargas sujeitas ao preço de transporte das tabellas ns. 10, 11, 12, 13 e 14.

O frete dos despachos das tabellas 12, 13 e 14 será sempre pago para qualquer estação (vide art. 81).

Art. 94. As mercadorias de qualquer natureza apresentadas nas estações para serem expedidas pelos trens de carga e cujos despachos não forem pagos dentro de 12 horas, ficarão sujeitas ás armazenagens previstas, a menos que o frete tenha de ser pago na estação destinataria (vide art. 123 § 1º).

Art. 95. Os artigos não designados nas tarifas serão taxados segundo as tabellas organisadas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 96. Si a remessa da mercadoria se compuzer de varios volumes, o frete será calculado como si formassem um só; esta concessão, porém, só terá logar quando os volumes estiverem classificados na mesma tabella e pertencerem à mesma expedição.

Art. 97. Si, antes de feita a entrega da mercadoria ao destinatario, se verificar que o frete cobrado na estação de partida ou indicado para ser cobrado na estação de chegada é inferior ao real, ou que deixou de ser cobrado ou indicada para ser cobrada alguma taxa, a mercadoria poderá ficar retida até que o expeditor ou o destinatario satisfaça a differença do frete, etc. (vide art. 141); e no caso de haver sido cobrado frete superior ao que devia ser pago, a companhia restituirá a differença aos destinatarios.

Art. 98. Nos despachos de mercadorias as fracções de pesos serão contadas por centesimos da tonelada.

Assim, todo o peso comprehendido entre 0 e 10 kilogrammas será taxado como si fossem 10 kilogrammas, entre 10 e 20 kilogrammas como si fossem 20 kilogrammas, etc.

Do mesmo modo as fracções de volumes serão contadas por centesimo de metro cubico ou 10 decimetros cubicos; assim como

as fracções menores de 10 réis serão contadas como 10 réis, quando não houver duas ou mais parcelas a sommar, e, no caso contrario, a disposição deste artigo só será applicada á somma senão a cada parcella.

### VOLUMES VASIOS EM RETORNO

Art. 99. Os volumes vasis em retorno serão despachados como se segue :

1º, barris, pipas, gigos, jacás, capoeiras, etc., vasis (usados) em retorno, transportados em trens de mercadorias, serão taxados na tabella 14;

2º, saccos vasis em retorno serão transportados *gratis*, sem responsabilidade da companhia, e deverão achar-se reunidos em pacotes solidamente atados, que terão o endereço e o nome da estação de destino bem legíveis;

3º, a nota de expedição de saccos vasis em retorno não deverá indicar o numero de saccos, mas sómente o numero de pacotes;

4º, si taes objectos não forem retirados dentro do prazo de estada livre, os destinatarios pagarão a respectiva armazenagem conforme o art. 123 § 1º ou § 4º.

### VEHICULOS

Art. 100. Ao transporte de vehiculos de qualquer especie, armados, desarmados ou encaixotados, serão applicadas as tabellas 15, 16, 17 e 5.

A primeira comprehende carros funebres, diligencias, caleças, carros e outros vehiculos de duas ou quatro rodas, para transporte de pessoas, e carroças, carretas e outros vehiculos de duas ou quatro rodas para transporte de generos.

A segunda comprehende carros e vagões rebocados para estrada de ferro.

A terceira comprehende locomotivas e tenders rebocados.

A quarta comprehende vehiculos desarmados ou encaixotados.

Art. 101. Carros, caleças, tilburys e trollys, quando aceitos para transporte por trens de passageiros, pagarão frete duplo.

Art. 102. O carregamento e descarregamento serão feitos sob o enlidade e por conta e risco dos expeditores e dos destinatarios.

Si não forem retirados dentro do prazo de estada livre, de 48 horas, pagarão a taxa de armazenagem do art. 123 § 3º.

O frete minimo de cada vehiculo será de 1\$ pelas tabellas 15 e 16 e de 3\$ pela tabella 17.

### CONDIÇÕES DE CARREGAMENTO

Art. 103. O peso da carga de cada vagão será conforme a lotação marcada no mesmo.

Art. 104. O frete das madeiras e outros objectos classificados nas tabelas 12, 13 e 14 será fixado até cinco toneladas para os vagões de quatro rodas, até 10 toneladas para os duplos e até 15 toneladas para os triplos.

Art. 105. O excesso será cobrado na razão da respectiva tabela.

Art. 106. O peso da madeira em toros, fideas, vigas, couceiras, pranchões, taboas, etc., se calculará multiplicando o comprimento em decímetros pela altura e largura em centímetros, dividindo o producto por 100 e tomando para o peso tantos kilogrammas quantos forem os decímetros cubicos assim achados.

O peso do milheiro de tijolos, telhas, parallelepipedos e outros artigos semelhantes, e granel, sera calculado na proporção do peso de 10 dos de maiores dimensões.

Art. 107. O transporte dos volumes que excederem o comprimento de 12 metros só poderá ser feito mediante ajuste prévio com a administração e não será obrigatório.

Art. 108. O carregamento dos vagões não poderá exceder em altura e largura as dimensões precisas para a segurança do transporte.

#### AVISO DE CHEGADA E PRAZOS DE DESCARREGAMENTO E ESTADA LIVRE

Art. 109. A estação receptora avisará os destinatarios da chegada das expedições por transito de mercadorias.

Esses avisos serão feitos por expressos até a distancia de dois kilometros da estação, e, além dessa distancia, pelo Correio, sem franquia de porte.

O prazo correrá da data e hora do aviso.

Os avisos para pessoas desconhecidas ou cuja residencia for ignorada serão entregues, sem franquia, ao Correio.

Art. 110. Si dentro de 24 horas do aviso não for feito pelos destinatarios o descarregamento dos generos do pateo das tabelas 12, 13 e 14, cobrará a custa dellas pela companhia, mediante o pagamento de 1\$ por tonelada ou fração de tonelada (vide o art. 86).

Os generos deverão ser retirados da estação dentro do prazo de 48 horas depois do aviso da chegada; si o não forem, será cobrada a armazenagem prevista no art. 123 § 4º.

Art. 111. Para as mercadorias descarregadas nos armazens o prazo da estada livre será de 48 horas, podendo ser reduzido a 24 horas nos casos de grande affluencia de cargas e quando pela demora destas nos armazens da estrada resultar embaraços para o recebimento e transporte de outras.

Excluido o prazo, serão cobradas as armazenagens previstas no art. 123 § 1º.

Para as mercadorias despachadas — *à ordem* — o prazo de estada livre será contado da hora da chegada dos generos na estação de

destino, e taes mercadorias só poderão ser entregues à vista do conhecimento.

Art. 112. O sal solto, quando não for descarregado pelo destinatario dentro do prazo de 48 horas, será conservado no vagão, sendo cobrada a armazenagem do art. 123 § 2º.

Art. 113. Para o carregamento ou descarregamento dos vagões postos nos desvios concedidos a particulares será concedido o prazo de 24 horas, findo o qual será cobrada a indemnização de demora segundo o art. 123 § 2º (vide o art. 119).

Art. 114. Nenhuma despozi de armazenagem poderá a companhia cobrar pela demora das cargas em suas estações antes de serem expedidas, salvo si a demora for causada pelo remettente ou consignatario, caso em que a companhia perceberá as taxas do art. 123.

Art. 115. Na contagem do prazo de estada livre não serão contados os domingos e os dias feriados por lei.

#### DESVIOS CONCEDIDOS A PARTICULARES

Art. 116. O carregamento e a descarga das mercadorias serão feitos pelo concessionario do desvio, e somente elle poderá receber e expedir mercadorias, não podendo receb-las em nome de outrem nem despachal-as, quando remettidas por terceiros.

O carregamento para os desvios só será feito quando completa a lotação do vagão; si os volumes forem em numero inferior ao da lotação do vagão, serão despachados para o armazem da companhia e dali retirados pelos donos.

Art. 117. No carregamento não poderá ser excedida a lotação do vagão (vide o art. 103).

Art. 118. O concessionario do desvio será responsavel por qualquer avaria causada nos vehiculos da estrada, na carga ou descarga das mercadorias, por excesso de lotação ou outra qualquer causa.

Art. 119. Para o carregamento e descarregamento dos vagões postos nos desvios será dado o prazo, de 24 horas, contadas da collocação no desvio; findo esse prazo o concessionario ficará sujeito à indemnização de demora até 5\$ por vagão, por dia, conforme o art. 123 § 2º.

Art. 120. A companhia não se responsabilisará pelos danos ou faltas que o carregamento ou descarregamento feitos no desvio acarretar às mercadorias.

Art. 121. Quando as mercadorias forem carregadas pelo expeditor, a companhia não responderá pelo numero de volumes, ainda que as notas de expedição o indiquem.

Art. 122. Os vagões e suas cargas ficarão sob a responsabilidade unica do concessionario do desvio, enquanto alli permanecerem.

## ARMAZENAGEM

Art. 123. Pela armazenagem das cargas que, decorrido o prazo de estada livre, não forem retiradas das estações, depois de avisados os consignatários, quando conhecidos, cobrará a companhia as seguintes taxas:

1ª, 2\$ por tonelada metrica por dia, nos primeiros 10 dias, e 4\$ por tonelada metrica por dia, dahi em diante (vide art. 98);

2ª (mercadorias das tabellas 12, 13 e 14), 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada, por dia;

3ª, 2\$ por vehiculo por dia, e não serão recolhidos debaixo de coberta;

4ª, pelos materiaes classificados nas tabellas 12, 13 e 14, que forem descarregados nos pateos das estações, não será cobrada armazenagem alguma dentro do prazo de 48 horas, contado da hora do aviso da chegada; dahi em diante será cobrada a taxa diaria de 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada;

5ª, a taxa do § 1º será sempre applicavel aos generos de qualquer natureza descarregados debaixo de coberta;

6ª, as taxas dos §§ 2º e 3º serão sempre applicaveis aos materiaes etc., descarregados nos pateos das estações, e tambem aquelles que ali forem depositados e não carregados, desde que não tenha havido culpa por parte da administração (vide art. 114).

## MERCADORIAS ACHADAS

Art. 124. As mercadorias não despachadas que forem achadas nas estações serão recolhidas ao deposito até serem retiradas ou despachadas nas horas de expediente. Exceptuar-se-hão as mercadorias de facil deterioração, a respeito das quaes será observado o disposto no art. 155, e as materias nocivas e perigosas, que serão inutilizadas, quando não puderem ser de prompto vendidas (vide art. 162).

Art. 125. As mercadorias achadas ficarão sujeitas a armazenagem desde o dia em que forem reclamadas (vide art. 123).

Art. 126. Si, decorridos 90 dias, a contar da data da entrada no deposito não forem reclamadas, poderão ser vendidas em leilão, como as do art. 158.

Exeptuar-se-hão das disposições acima os volumes de que trata o art. 61 do decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857.

## TRANSPORTES POR CONTA DO GOVERNO

Art. 127. Os transportes por conta do Governo da União e do Estado serão feitos de accordo com o disposto na clausula 25ª do decreto n. 8888 de 17 de fevereiro de 1883.

## ARBITRAMENTO

Art. 128. Nos casos de avaria de mercadorias, em que deva ter lugar o arbitramento, será este feito por dous arbitros, escolhidos um pelo destinatario e o outro pela companhia, quando não concordarem na escolha de um só.

O arbitramento será reduzido a auto assignado pelos arbitros.

Art. 129. Si, porém, o destinatario e a companhia chegarem a accordo sobre o valor da avaria, será este reduzido a auto assignado por ambos, o qual terá a mesma validade que o arbitramento.

Art. 130. Recusando-se o destinatario ao arbitramento amigavel, ou achando-se ausente, a companhia requererá judicialmente um arbitramento e a remoção da mercadoria para deposito publico, ou a venda da mesma.

Art. 131. O auto de arbitramento, quer judicial, deverá conter, além da indicação dos factos e circumstancias geraes da avaria, as seguintes:

1ª, a especie precisa, as marcas, os numeros e o peso de cada um dos volumes vistoriados;

2ª, a data e o numero do despacho, bem como os numeros dos vagões em que tiverem chegado os volumes;

3ª, a presença ou ausencia dos indícios externos de ter a mercadoria sido quebrada, molhada, manchada, etc., em cada um dos volumes, com a designação exacta de sua marca e modo de acondicionamento;

4ª, a importancia do damno resultante de cada uma das avarias verificadas;

5ª, a época a que possa remontar a avaria; suas causas apparentes ou presumidas; si deve ser attribuida a vicio proprio da mercadoria ou ao seu modo de preparação; a defeito, insufficiencia ou ausencia de envoltorio; em que consistem os vicios ou defeitos, no caso de estarem molhadas as mercadorias e de terem estas já sido transportadas por mar, si a avaria prevém ou não da agua do mar;

6ª, a presença ou ausencia do reclamante ou do seu representante, e, si for possível, sua declaração de aceitar as conclusões da vistoria.

Art. 132. Ao formular o requerimento á autoridade judiciaria, além dos pontos acima serão consignados quaesquer outros que as circumstancias indicarem como devendo fazer objecto da vistoria, e será solicitado que os peritos sejam autorizados a consignar no auto os dizeres e observações das partes.

Art. 133. A menos que os peritos sejam analphabetos ou impedidos por causa legitima de redigirem seus laudos, tres documentos não poderão ser lavrados por empregados da companhia, si não excepcional e estritamente sobre os dados apresentados pelos peritos.

Art. 134. O consentimento do destinatario na vistoria ou arbitramento amigavel deverá ser certificado por escripto.

Art. 135. O arbitramento ou a vistoria amigavel deverão ser reduzidos a auto em duplicata.

Art. 136. A vistoria ou a arbitragem deverão ser feitas dentro de 48 horas depois do descarregamento, salvo impedimento devidamente justificado.

### RECLAMAÇÕES

Art. 137. Em caso de perda ou damno de mercadorias, a companhia só se responsabilizará pelo valor real e immediato dos volumes extraviados ou danificados, e não pelos lucros que de sua entrega foram esperados : e isso mesmo só quando, na forma destas instrucções regulamentares e das leis em vigor, tiver o expeditor direito a tal indemnisação.

Art. 138. Não serão attendidas pela companhia as reclamações por perdas ou avarias de mercadorias :

1.º quando taes reclamações forem apresentadas depois de um anno, contado da data do despacho ;

2.º quando as cargas tiverem sido retiradas da estação sem reclamação ;

3.º quando as reclamações não forem acompanhadas de factura original ou publica-forma da mesma ;

4.º quando a perda ou avaria provier de alguma das causas mencionadas no art. 102 do Código Commercial.

Art. 139. Das faltas e avarias encontradas no acto da entrega das mercadorias ao destinatario, lavrará o chefe da estação de chegada auto circunstanciado.

Art. 140. As reclamações serão entregues aos chefes das estações, que as remetterão com os documentos e esclarecimentos necessarios ao escriptorio do trafego, onde aguardarão despacho.

A entrega da reclamação ao chefe da estação será certificada por um recibo possado por este, si o reclamante o exigir.

Art. 141. A companhia restituirá ao expeditor o frete que se verificar ter sido cobrado de mais, e terá o direito de haver executivamente do mesmo, antes ou depois da entrega da mercadoria, o que se verificar ter sido cobrado de menos, no acto do despacho.

Art. 142. Quando, porém, o excesso de frete provier de engano na pesagem, não será attendida a reclamação, si o destinatario não tiver exigido a verificação do peso antes de retirar a mercadoria.

### EMBARGO OU PENHORA EM VOLUMES DEPOSITADOS NAS ESTAÇÕES

Art. 143. Os casos de embargo ou penhora em mercadorias e outros objectos depositados nas estações da estrada serão regulados pelas disposições do decreto n.º 841 de 13 de outubro de 1851 no que estas forem applicaveis.



Art. 144. Os objectos embargados ou penhora-los não poderão ser retirados das estações antes de ser a companhia indemnizada do que lhe for devido por freta, armazenagem e mais despesas.

Art. 145. Quando o embargo ou a penhora recahir em generos de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão estes ficar depositados nas estações.

### DEVERES DOS EMPREGADOS

Art. 146. Os empregados da estrada encarregados do serviço de mercadorias, etc., serão obrigados a prestar aos expedidores todos os esclarecimentos que estes solicitarem, facilitando-lhes, quanto possível, o cumprimento das formalidades a preencher.

Art. 147. Nenhum empregado poderá fornecer ao publico documento que contenha rasura ou emenda substancial não reservada.

Art. 148. Todo documento fornecido pela estrada e que se achar viciado quando posteriormente apre-entado, será retido e tornará passivel de uma multa de 50\$ a 100\$ a pessoa que o tiver viciado.

Em tal caso a expedição ou entrega da mercadoria será retardada até decisão superior.

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 149. O systema de pesos e medidas exclusivamente adoptado na estrada será o systema metrico a que se refere a lei n. 157 de 26 de junho de 1862.

Art. 150. Todo kilometro encetado será contado como si percorrido por inteiro.

Art. 151. Nenhuma alteração nos preços das tarifas se tornará effectiva sem annuncio prévio.

Art. 152. É expressamente vedado á companhia fazer ajustes com quem quer que seja, sob qualquer fórma ou denominação, tendo por fim alterar de qualquer maneira as tarifas approvadas, unicas que poderão ser cobradas, salvo autorisação do Governo.

Haverá sempre a mais completa igualdade entre as diversas empresas de transporte em suas relações com a estrada de ferro.

A companhia será obrigada a effectuar com cuidado, exactidão e presteza, e sem favorecer a um individuo mais do que a outro, todos os transportes, de qualquer natureza, que lhe forem confiados, salvo as excepções declaradas nas presentes instrucções.

Art. 153. Os volumes, animaes ou quaesquer cargas entregues á estrada serão inscriptos nas estações de partida e chegada em registros especiaes, á medida que forem recebidos, mencionan-

do-se a estação de destino, os nomes dos remetentes e dos consignatarios, as marcas, a qualidade dos volumes, a especie das mercadorias e o frete pago ou a pagar.

As remessas serão feitas pela ordem da inscripção de partida, salvo os casos de preferencia por objecto de serviço publico.

Art. 154. O frete dos objectos transportados pela estrada será cobrado pelo peso bruto ou pelo que resultar da medição.

Art. 155. Os objectos que por sua natureza forem sujeitos a prompta deterioração poderão ser vendidos *ex-officio* e sem as formalidades judiciais, no fim de oito dias, ou antes, si isso for indispensavel.

Deduzidos o frete, a armazenagem devida e quaesquer outras despesas que houver, ficará o excedente da venda a disposição daquelle a quem pertencer.

Art. 156. Para a venda de bilhetes e recebimento das expedições de bagagens, encomendas e animaes os escriptorios de todas as estações se abrirão nos dias uteis pelo menos meia hora antes da partida do primeiro trem de passageiros, e nos domingos e dias feriados por lei sómente meia hora antes da partida dos trens de passageiros.

Art. 157. Si antes da entrega da mercadoria ao destinatario se verificar que o frete cobrado na estação de partida ou indicado para ser cobrado na estação de chegada é inferior ao real, ou si se verificar que deixou de ser cobrada ou indicada para ser cobrada alguma taxa, a mercadoria poderá ser retida, até que o expeditor ou o destinatario satisfaça a differença de frete (vide art. 141).

Art. 158. As bagagens, encomendas e mercadorias que não forem retiradas das estações destinatarias no prazo de 60 dias, a contar da data em que tiverem sido descarregadas, quer por terem sido recusadas ou por não haverem sido procuradas pelos destinatarios, quer por não serem estes conhecidos, poderão ser vendidas em leilão publico, que será annunciado com oito dias de antecedencia.

Os materiaes classificados nas tabellas 12, 13 e 14, o sal solto e quaesquer outros generos descarregados nos pateos das estações, que não tiverem sido retirados por qualquer das razões acima, no prazo de oito dias, serão vendidos *ex-officio* e sem mais formalidades.

Iguualmente poderão ser vendidos no fim de oito dias quaesquer generos ou materiaes depositados nas estações ou pateos quando, por culpa dos interessados, não possam ser expedidos, ou quando a armazenagem vencida não seja paga.

O producto liquido da venda, deduzido o que for, por qualquer titulo, devido a estrada, ficará á disposição daquelle a quem pertencer.

Art. 159. Si a administração da estrada suspeitar que a indicação do conteúdo de qualquer volume é inexacta, terá o direito de fazer a verificação em presença do expeditor ou do destinatario ou de empregados destes, e na falta de qualquer delles, em presença de duas testemunhas.

Art. 160. O expeditor será responsável pelas indicações contidas na nota de expedição, e soffrerá todas as consequências resultantes de indicações erroneas indecifráveis ou inexactas (arts. 69 e 91).

Art. 161. Verificada a falsidade da declaração ou inexactidão do conteúdo dos volumes, será cobrado frete duplo dos generos não manifestados.

Si, porém, taes generos forem inflammaveis ou de grande responsabilidade, o expeditor pagará a differença de frete e a multa de 100\$ a 200\$000.

A administração poderá deter toda expedição em que houver um ou mais volumes sujeitos, por falsas declarações, a multas comminadas nos regulamentos.

Em caso de accidente, será o expeditor, além disso, obrigado a indemnisar a estrada do damno causado ao seu material, sem prejuizo da responsabilidade criminal, segundo as leis em vigor.

Art. 162. Si os volumes detidos contiverem materias nocivas ou perigosas, serão estas inutilisadas, caso não possam ser de prompto vendidas.

Art. 163. Não sendo as multas pagas no prazo de 48 horas, a companhia procederá á venda dos objectos detidos, sem as formalidades judiciaes.

Art. 164. A responsabilidade da companhia só cessará com a entrega dos objectos aos destinatarios ou seus prepostos, salvo os casos especificados nas presentes instrucções e para os quaes a responsabilidade está definida.

Art. 165. O destinatario terá o direito de examinar o estado externo dos volumes antes de passar recibo ou entregar o conhecimento.

O exame interno só será permitido si os volumes apresentarem indicios de violação ou avaria.

Nos casos de avaria, o destinatario só terá direito de recusar a mercadoria quando estiver de tal modo damnificada que nenhum valor commercial tenha, ou quando o volume formar um todo tal que a avaria de uma parte importe perda de valor para o todo.

Si a avaria for parcial, a mercadoria deverá ser retirada logo depois de avaliado o damno.

Art. 166. No caso de demora de parte de uma expedição, o destinatario não terá o direito, sob o pretexto de não estar completa, de recusar retirar a parte que tiver chegado, salvo o caso em que a expedição constitua um todo tal que fique depreciado ou inutilisado pela falta de uma parte.

Art. 167. A companhia não se responsabilisará:

1º, pelas avarias ou perdas que provierem de caso fortuito ou de força maior;

2º, pelos damnos que o carregamento ou descarregamento, feito pelo expeditor ou destinatario, acarretar ás mercadorias ou animaes;

3º, pelas avarias inherentes á natureza das mercadorias, taes como a deterioração de frutas, diminuição ordinaria de peso

combustão espontanea, effervescencia e evaporação ou exgottamento de liquido, etc.;

4º, pelas faltas quanto ao peso ou á medida, que soffrerem as mercadorias em consequencia da influencia atmospherica ou de qualquer outra causa de caracter inevitavel, independente do serviço da estrada;

5º, pelas mercadorias que não estiverem devidamente acondicionadas, de modo a poderem resistir aos choques ordinarios, inherentes ao transporte por estrada de ferro;

6º, por avarias de outra qualquer natureza, desde que não sejam authenticadas pelo chefe da estação antes da entrega dos objectos, e não haja estrago conhecido nos involucros, motivado por negligencia de seus empregados;

7º, pelo numero de volumes, ainda que as notas de expedição o indiquem, quando os generos forem carregados pelo expeditor.

Art. 168. Nenhuma responsabilidade caberá á companhia com relação a vagões carregados, enquanto estes permanecerem em desvios particulares de onde proceda a carga ou para onde seja destinada.

Art. 169. Pela infração de qualquer das disposições relativas aos serviços de passageiros ou de mercadorias, serão os empregados sujeitos á multa de 30\$ a 50\$, ou a demissão, conforme a gravidade do caso.

Art. 170. A estrada de ferro não será obrigada a fornecer certidões; e quando as forneça, cobrará taxa convencional.

Só os remittentes ou os consignatarios dos despachos poderão obter certidões relativas a estes; quaesquer outros deverão provar o motivo de sua exigencia por meios judiciaes.

Art. 171. Todos os papeis concernentes ao expediente do trafego serão conservados por dous annos, sendo inutilisados depois desse prazo, de modo que existam sempre archivadas as notas de consignação, facturas, livros e mais papeis relativos aos dous ultimos annos.

Art. 172. Tanto as presentes instruções e tarifas como os artigos do regulamento annexo ao decreto n. 1930 de 26 de abril de 1857, deverão ser impressos e colligidos em folheto, do qual serão distribuidos exemplares por todas as estações, como determina o art. 36 do referido regulamento.

No caso de duvida sobre o modo de harmonisar os artigos das presentes instruções com os do regulamento de 26 de abril de 1857, prevalecerão os do ultimo.

Capital Federal, 6 de setembro de 1895.—*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## TELEGRAPHO

## APRESENTAÇÃO E TRANSMISSÃO DE TELEGRAMMAS

Art. 1.º Os telegrammas serão aceitos em todas as estações da estrada de ferro, tanto nos domingos como nos dias feriados por lei.

Art. 2.º Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes, segundo as quaes deverão ter preferencia para a transmissão, a contar da primeira :

- 1.ª Telegramma urgente em serviço da estrada;
- 2.ª Telegramma do Governo Federal;
- 3.ª Telegramma do Governo Estadual;
- 4.ª Telegramma das autoridades;
- 5.ª Telegramma ordinario em serviço da estrada;
- 6.ª Telegramma particular.

Art. 3.º Nos telegrammas deverão ser observadas as seguintes condições : (\*)

1ª, deverão ser escriptos pelo proprio expeditor com tinta preta e de modo que possam ser lidos facilmente, letra por letra;

2ª, não deverão conter abreviaturas, nem rasuras, nem palavras emendadas ou inutilizadas por meio de traços;

3ª, deverão conter o nome da estação de destino e o do destinatario, e bem assim a indicação da residencia deste, salvo quando ella for notoria.

Art. 4.º O expeditor de telegramma será obrigado a provar a identidade de pessoa, quando isso lhe for exigido na estação de procedencia.

Art. 5.º Não serão aceitos telegrammas contrarios as leis, prejudiciaes á segurança publica ou offensivos á moral e aos bons costumes, ou prejudiciaes ao serviço da estrada de ferro. Em caso de duvida sobre a transmissão do telegramma, decidirão as autoridades policiaes do logar.

Art. 6.º A apresentação dos telegrammas será certificada por um recibo entregue ao expeditor e que deverá ser exhibido, em caso de reclamação.

Art. 7.º A transmissão dos telegrammas será feita na ordem prescripta no art. 2º e segundo a hora de apresentação.

---

(\*) Quando o expeditor se achar presente na estação, deverá escrever o telegramma no impresso para esse fim adoptado; no caso contrario, poderá fazer apresentar minuta, com os requisitos dos §§ 1º, 2º e 3º, minuta que será transcripta e collada no impresso, podendo o operador rectificar qualquer irregularidade quanto aos citos paragraphos, e devendo o expeditor posteriormente mencionar no telegramma as emendas e alterações feitas, e, si ausente o operador, mencionar as mesmas alterações no recibo.

Art. 8.º No caso de affluencia de telegrammas particulares entre duas estações em communicação directa, serão elles transmittidos por series alternadas. A serie não excederá de cinco telegrammas.

Art. 9.º Quando houver muitos telegrammas successivos do mesmo expeditor para o mesmo ou differentes destinatarios, serão elles divididos em series. Entre essas series serão expedidos telegrammas de outros expedidores, quando houver, embora apresentados posteriormente.

Art. 10. Os telegrammas de mais de cem palavras poderão ser retardados, afim de serem transmittidos outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Os telegrammas do Governo, da estrada de ferro e das autoridades, embora apresentados posteriormente aos dos particulares, serão sempre expedidos em primeiro lugar, guardada para a expedição a ordem já indicada.

Art. 11. A estrada reserva-se o direito de interromper as communicações telegraphicas para serviço de particulares, por tempo indeterminado, nos casos em que o julgar conveniente, á vista de urgencia no serviço da estrada, ou do Governo.

Art. 12. O expeditor poderá exigir da estação de destino a repetição integral do seu telegramma, pagando taxa dupla; para isso fará, logo após a sua assignatura, a seguinte declaração:—*Pede-se repetição deste telegramma*— a qual não será contada.

Si, depois de transmittido o telegramma, o expeditor resolver exigir a repetição, poderá fazel-o por novo telegramma á estação de destino, pagando a taxa deste e a da repetição.

Art. 13. Antes de encetada a transmissão de qualquer telegramma, poderá elle ser retirado, sendo a taxa restituída ao expeditor.

#### AVISO DE RECEPÇÃO

Art. 14. O expeditor poderá exigir que lhe seja declarada a hora da entrega do telegramma ao destinatario; para isso fará, logo após a sua assignatura, a seguinte declaração:—*Pede-se aviso da hora de entrega*— a qual não será contada.

A taxa de aviso da hora de entrega será identica á taxa de um telegramma de 15 palavras, e será paga pelo expeditor do telegramma.

Si, depois de expedido o telegramma, o expeditor resolver exigir o aviso da hora de entrega, poderá fazel-o por novo telegramma á estação de destino, pagando a taxa deste e do telegramma pelo qual for feito o aviso.

#### CONTAGEM DAS PALAVRAS

Art. 15. Na contagem das palavras serão observadas as seguintes regras:

1.ª, entrará na contagem das palavras tudo quanto o expeditor escrever para ser transmittido, menos os signaes de pon-

tução, traços de união, apostrophes, sublinhas, parenthesis, aspas e bem assim as indicações de que tratam os arts. 12 e 14;

2ª, será contada como uma, qualquer palavra que contenha 15 letras ou menos; do excedente cada grupo de 15 letras ou fracção de 15 será contado como uma palavra;

3ª, toda palavra composta escripta de modo que forme uma só, e não sendo contraria ao uso da lingua, como tal será contada, de conformidade com o disposto no paragrapho anterior;

4ª, si, porém, forem escriptas separadamente as partes de que ellas se compuzerem, ou mesmo reunidas pelo traço de união, ou então separadas por apostrophe, serão essas partes contadas como outras tantas palavras;

5ª, os grupos de algarismos e letras destacadas serão contados como uma palavra até cinco letras ou algarismos, dahi em diante como tantas palavras quantas forem as series de cinco letras que contiverem, podendo a ultima serie conter menos de cinco;

6ª, os signaes de accentuação não serão contados;

7ª, os grupos destacados de numeros escriptos em caracteres romanos serão contados do mesmo modo que os do § 5º;

8ª, as letras accrescidas aos algarismos para designarem os numeros ordinaes serão contadas uma por uma como algarismos.

Art. 16. Entrarão na contagem das palavras :

1º, o nome do expeditor, o do destinatario e o endereço;

2º, todas as palavras contidas no corpo do despacho e a declaração — *Resposta paga para... palavras*;

3º, o reconhecimento da assignatura, quando houver.

Art. 17. Não serão taxados os signaes ou palavras accrescentadas no interesse do serviço telegraphico.

Igualmente não serão taxados a data, a hora da apresentação do telegramma e o logar da procedencia sinão quando o expeditor os inscrever na minuta.

#### COBRANÇA DAS TAXAS

Art. 18. A taxa será de 500 réis por telegramma até 10 palavras, addicionando-se 50 réis por palavra excedente.

A taxa será paga na estação de partida, no acto de apresentação do telegramma, e será mencionada em um recibo, que será dado ao expeditor.

Art. 19. Os telegrammas tanto do Governo Federal como do Governo do Estado de S. Paulo e os das autoridades policiaes serão transmittidos gratuitamente.

Art. 20. Os telegrammas dirigidos ás redacções dos jornaes contendo noticias destinadas á publicidade terão a redução de 50 %, não devendo, porém, nenhum delles pagar menos de 500 réis.

Art. 21. O mesmo telegramma dirigido a mais de um destinatario pagará, além da taxa da tarifa correspondente a um

destinatário, mais metade por cada um dos outros, sendo a taxa mínima 500 réis.

O mesmo telegramma dirigido a mais de uma estação pagará a taxa correspondente a cada uma destas.

Art. 22. Quando a resposta do telegramma tiver de ser paga pelo expeditor, o pagamento será feito de antemão, sendo fixado o numero de palavras e bem assim para onde deve ser enviada a resposta, quando não seja a mesma da procedencia. Em tal caso a minuta do telegramma deverá ter a declaração:— *Resposta paga para... palavras* — ou — *Resposta para... paga até... palavras*, antes da assignatura do expeditor.

Si a resposta tiver menor numero de palavras do que o indicado no telegramma, não será restituída a differença de taxa; si contiver maior numero o excesso será pago pela pessoa que apresentar a resposta, á razão de 50 réis por palavra.

Art. 23. Para que possa ser transmittida, a resposta deverá ser apresentada dentro das 48 horas que se seguirem á entrega do telegramma primitivo do destinatário; depois desse prazo ficará sujeita ao pagamento de taxa.

#### ENTREGA DOS TELEGRAMMAS

Art. 24. Os despachos serão levados ás casas dos destinatários dentro do limite da cidade ou povoação em que se achar a estação; fora disso serão expedidos incontinentemente pelo Correio, sem franquia.

Art. 25. Os telegrammas nessas condições poderão ficar na estação de destino até que os destinatários os procurem. Si não forem reclamados dentro de um mez, serão destruidos.

Art. 26. Na ausencia do destinatário os telegrammas serão entregues ás pessoas de sua familia, a seus empregados, criados ou hospedes, salvo si o expeditor designar na minuta pessoa especial.

Si nenhuma dessas pessoas for encontrada será isso mencionado no despacho, que voltará ao escriptorio de destino, de onde será expedido pelo Correio, sem franquia.

A pessoa que receber qualquer telegramma em nome do destinatário, deverá indicar essa circumstancia no recibo que assignar.

Si em consequencia de declaração erronea do endereço, ou por falta deste, não puder ser entregue qualquer telegramma, essa circumstancia será communicada por telegramma á estação despachante.

Art. 27. Os telegrammas que tiverem de ser procurados na estação de destino só serão entregues ao proprio destinatário ou a pessoa por elle devidamente autorizada.

Art. 28. O pedido para que o telegramma expedido não seja enviado ao destinatário deverá ser feito por um novo telegramma do expeditor ao chefe da estação de destino, sujeito a taxa, sem responsabilisar-se, porém, a companhia pela possibilidade de ser satisfeito o pedido.



## RESTITUIÇÃO DAS TAXAS

Art. 29. Os expedidores terão direito à restituição da taxa nos seguintes casos :

1º, quando o telegramma enviado ao destinatario estiver alterado a ponto de não satisfazer o fim a que for destinado ;

2º, quando o telegramma chegar á casa do destinatario com demora de mais de duas horas depois da recepção na estação de destino, si a demora provier de negligencia ou descuido do pessoal da estrada ;

3º, quando for necessario retardar a transmissão do despacho, salvo si o expeditor se sujeitar á demora inevitavel.

Art. 30. Qualquer reclamação para restituição de taxa deverá ser feita, sob pena de prescripção, dentro de um mez.

## SEGREDO DOS TELEGRAMMAS

Art. 31. Os empregados da estrada serão obrigados a guardar absoluto segredo sobre os telegrammas, sendo-lhes applicaveis, pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos e divulgação de seu enunciado, as leis que garantem o sigillo das cartas confiadas ao Correio e a segurança de seu transporte.

## ARCHIVO

Art. 32. Os originaes dos telegrammas serão conservados durante seis mezes com todas as precauções necessarias no que diz respeito ao segredo.

Mensalmente se inutilisarão os originaes, cópias e documentos respectivos, sendo queimados os que entrarem no setimo mez.

Art. 33. Certidões de telegrammas só poderão ser dadas aos expedidores ou ao destinatario, provada a identidade da pessoa, ou : os seus legitimos procuradores, sendo cobrada a taxa de 2\$ por um telegramma de 10 palavras e 500 réis por cada 10 palavras excedentes ou fracção de 10 palavras.

A companhia só fornecerá as certidões acima designadas quando as partes interessadas ministrarem as indicações necessarias para que os telegrammas sejam encontrados.

O prazo para o fornecimento de certidões será de seis mezes, contados da data do despacho.

Capital Federal, 6 de setembro de 1895. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS

## A

|                                                                                          | Tabella              |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Abas para chapéus.....                                                                   | 6                    |
| Abacates.....                                                                            | 2 A ou 4             |
| Abacostes.....                                                                           | 6                    |
| Ab-e-xis.....                                                                            | 2 A ou 4             |
| Abelhas.....                                                                             | 2                    |
| Aboboras.....                                                                            | 4                    |
| Abotoaduras de ouro ou prata.....                                                        | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditas diversas.....                                                                      | 8                    |
| Abraçadeiras de ferro.....                                                               | 5                    |
| Abriços.....                                                                             | 2 A ou 4             |
| Absinthio.....                                                                           | 6                    |
| Acafitos e semelhantes.....                                                              | 7                    |
| Acafrão.....                                                                             | 6                    |
| Acamos.....                                                                              | 6                    |
| Ações de companhias e bancos.....                                                        | 1/4 % <i>ad val.</i> |
| Acessorios de trilhos e no cheios de junção,<br>preges, parafusos e peças de juntas..... | 5                    |
| Acetonas ou espirito pyraetico.....                                                      | 6                    |
| Acetalos.....                                                                            | 6                    |
| Achas de lenha.....                                                                      | 14                   |
| Achdos puros.....                                                                        | 6                    |
| Ditos impuros para fias industrias.....                                                  | 5                    |
| Aco.....                                                                                 | 5                    |
| Dito em obras artisticas.....                                                            | 6                    |
| Aconito.....                                                                             | 6                    |
| Acordeons.....                                                                           | 7                    |
| Acotes.....                                                                              | 6                    |
| Aduellas.....                                                                            | 5                    |
| Afiadores de facas.....                                                                  | 8                    |
| Agatha (artigos de).....                                                                 | 8                    |
| Azrião.....                                                                              | 2 A ou 4             |
| Agua.....                                                                                | 4                    |
| Agues de cheiro.....                                                                     | 6                    |
| Ditas mineraes e medicinaes.....                                                         | 6                    |
| Agua-raz.....                                                                            | 6                    |
| Aguardente estrangeira.....                                                              | 6                    |
| Dita nacional.....                                                                       | 3                    |
| Agulhas diversas.....                                                                    | 8                    |
| Agulhas e corações para estrada de ferro.....                                            | 5                    |
| Agulheiras.....                                                                          | 8                    |
| Aguilhões.....                                                                           | 8                    |
| Alabardas.....                                                                           | 6                    |
| Alabastro em bruto e em pó.....                                                          | 6                    |
| Dito em obra.....                                                                        | 7                    |
| Alamares de ouro e prata.....                                                            | 1/2 % <i>ad val.</i> |

## Tabella

|                                     |                      |
|-------------------------------------|----------------------|
| Alamares de algodão, lã e soda..... | 6                    |
| Alambiques e pertenças.....         | 5                    |
| Alavancas de ferro.....             | 5                    |
| Albuns.....                         | 6                    |
| Albumina animal e secca.....        | 6                    |
| Alcaçúis.....                       | 6                    |
| Alcaloides.....                     | 6                    |
| Alcatifas.....                      | 6                    |
| Alcatrão.....                       | 14                   |
| Alcool estrangeiro.....             | 6                    |
| Dito nacional.....                  | 3                    |
| Alcoometros.....                    | 7                    |
| Aldrabas de ferro.....              | 5                    |
| Alecrim.....                        | 6                    |
| Aletria.....                        | 4                    |
| Alface.....                         | 2 A ou 4             |
| Alfafa (semente).....               | 8                    |
| Dita (feno).....                    | 14                   |
| Alfazema.....                       | 6                    |
| Alfinetes de ouro e prata.....      | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos diversos.....                 | 8                    |
| Alforjes.....                       | 6                    |
| Algemas.....                        | 8                    |
| Algodão em rama.....                | 3                    |
| Dito em caroço.....                 | 4 A                  |
| Alhos.....                          | 4                    |
| Alicates.....                       | 8                    |
| Alidades.....                       | 7                    |
| Alizarina.....                      | 6                    |
| Almiscar.....                       | 6                    |
| Almofaças.....                      | 8                    |
| Almofadas.....                      | 7                    |
| Almofarizes.....                    | 8                    |
| Almotolias.....                     | 8                    |
| Aloes.....                          | 6                    |
| Alpacas.....                        | 6                    |
| Alpendres de ferro.....             | 5                    |
| Alpiste.....                        | 8                    |
| Alumina secca.....                  | 6                    |
| Alumínio.....                       | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Alvaide.....                        | 5                    |
| Amassadores.....                    | 5                    |
| Ambar.....                          | 6                    |
| Ameixas.....                        | 2 A ou 4             |
| Amendoas.....                       | 8                    |
| Amen-loim.....                      | 4                    |
| Amethystas.....                     | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Amianto.....                        | 8                    |
| Amido.....                          | 4                    |
| Ammonia e ammoniaco.....            | 6                    |

|                                                  | Tabella               |
|--------------------------------------------------|-----------------------|
| Amoras.....                                      | 2 A ou 4              |
| Ampulhetas.....                                  | 7                     |
| Amygdalina.....                                  | 6                     |
| Amygdolotomos.....                               | 6                     |
| Amylina.....                                     | 6                     |
| Ancoras e ancoretas.....                         | 8                     |
| Ditos vãos em retorno.....                       | 14                    |
| Ancoras de ferro.....                            | 5                     |
| Andores.....                                     | 7                     |
| Anéis de ouro, prata, etc.....                   | 1/2 %, <i>ad val.</i> |
| Ditos ordinários.....                            | 8                     |
| Augieo.....                                      | 6                     |
| Aniagem.....                                     | 3                     |
| Anil.....                                        | 6                     |
| Animaes empalhados ou embalsamados.....          | 7                     |
| Ditos vivos em gaiolas, engradados ou castos..   | 9                     |
| Ditos ferozes, taxa convencional (vide art. 57). |                       |
| Ditos diversos.....                              | 10 ou 11              |
| Aniz.....                                        | 6                     |
| Antas (vide art. 57).....                        |                       |
| Anisette.....                                    | 6                     |
| Antimonios.....                                  | 6                     |
| Anzões.....                                      | 8                     |
| Aparadores (vide mobilia).....                   |                       |
| Apparelhos para gaz.....                         | 8                     |
| Ditos telegraphicos.....                         | 5                     |
| Ditos scientificos.....                          | 7                     |
| Ditos para agua.....                             | 8                     |
| Ditos para exgotto.....                          | 8                     |
| Apiel puro.....                                  | 6                     |
| Apitos.....                                      | 8                     |
| Aplices.....                                     | 1/4 % <i>ad val.</i>  |
| Apomortina pura e seus saes.....                 | 6                     |
| Aquários.....                                    | 7                     |
| Arados.....                                      | 5                     |
| Araucaria.....                                   | 5                     |
| Araras.....                                      | 9                     |
| Araruta.....                                     | 4                     |
| Arbustos.....                                    | 2 ou 5                |
| Archotes.....                                    | 8                     |
| Arções para sellins.....                         | 6                     |
| Arcoes de violino, etc.....                      | 7                     |
| Ditos de ferro ou madeira.....                   | 5                     |
| Ardosa, arêa, argilla.....                       | 14                    |
| Areometros.....                                  | 7                     |
| Argolas de metal.....                            | 8                     |
| Armas de fogo.....                               | 6                     |
| Armações para chapéos de sol.....                | 8                     |
| Ditas para igrejas.....                          | 8                     |
| Ditas para lojas.....                            | 7                     |

## Tabella

|                                                   |               |
|---------------------------------------------------|---------------|
| Armarinho (artigos de).....                       | 8             |
| Armarios (vide mobilia).                          |               |
| Arminho ou armelina.....                          | 6             |
| Arnica.....                                       | 6             |
| Aros de ferro e aço.....                          | 5             |
| Arpões.....                                       | 8             |
| Arrebites.....                                    | 5             |
| Arreios.....                                      | 6             |
| Arrobes.....                                      | 6             |
| Arroz.....                                        | 4             |
| Arruellas.....                                    | 5             |
| Arsenico.....                                     | 6             |
| Artigos de folha de Flandres não classificados... | 8             |
| Ditos inflammaveis não classificados.....         | 6             |
| Ditos de desenho não classificados.....           | 8             |
| Ditos de escriptorio não classificados.....       | 8             |
| Ditos de confeitaria não classificados.....       | 6             |
| Ditos de pacotilha não classificados.....         | 6             |
| Ditos de luxo não classificados.....              | 7             |
| Ditos de armarinho e ferragens.....               | 8             |
| Ditos de miudezas.....                            | 8             |
| Arvores.....                                      | 2 ou 5        |
| Asbestos.....                                     | 8             |
| Asphalto.....                                     | 14            |
| Assadores.....                                    | 8             |
| Assucar.....                                      | 3             |
| Assucareiros ordinarios.....                      | 8             |
| Ditos de prata ou de metal fino.....              | 1/2 % ad val. |
| Assucenas para castiças.....                      | 6             |
| Atanados (vide couro).                            |               |
| Atinca.....                                       | 6             |
| Atropina.....                                     | 6             |
| Aves em gaiolas ou capoeiras.....                 | 9             |
| Ditas empalhadas.....                             | 7             |
| Aveia.....                                        | 4             |
| Avelãs.....                                       | 8             |
| Avellorios.....                                   | 8             |
| Aventaes.....                                     | 6             |
| Azarcão.....                                      | 5             |
| Azebre.....                                       | 6             |
| Azeites.....                                      | 8             |
| Azeitonas.....                                    | 8             |
| Azougue.....                                      | 6             |
| Azulejo.....                                      | 14            |

**B**

|                 |   |
|-----------------|---|
| Babeiras.....   | 7 |
| Bacalhão.....   | 4 |
| Bacamartes..... | 6 |

## Tabella

|                                     |               |
|-------------------------------------|---------------|
| Bacias de louça (vide louça).       |               |
| Ditas de metal.....                 | 8             |
| Ditas de barro do paiz.....         | 3             |
| Ditas de barro para exgotto.....    | 14            |
| Ditas de latrina (Watercloset)..... | 8             |
| Baetas e baetilhas.....             | 6             |
| Bagas de monna.....                 | 14            |
| Ditas de zimbro.....                | 14            |
| Bagagens.....                       | 1 A ou 6      |
| Bagatellas.....                     | 7             |
| Balhus vasio.....                   | 6             |
| Bainhas para espadas, etc.....      | 6             |
| Baionetas.....                      | 6             |
| Baixeiros.....                      | 6             |
| Balas de chumbo ou ferro.....       | 8             |
| Balaos.....                         | 8             |
| Balanças.....                       | 8             |
| Balões.....                         | 8             |
| Balcões (vide mobilia).             |               |
| Baldes.....                         | 8             |
| Balisanas.....                      | 8             |
| Balsamos.....                       | 6             |
| Bambinellas.....                    | 6             |
| Bambús.....                         | 12            |
| Bananas.....                        | 2 A ou 4      |
| Bancos diversos (vide mobilia).     |               |
| Banlas de lã, seda e outras.....    | 6             |
| Bandeiras de estofo.....            | 6             |
| Ditas de portas (vide portas).      |               |
| Bandejas de prata.....              | 1/2 % ad val. |
| Ditas diversas finas.....           | 6             |
| Ditas diversas ordinarias.....      | 8             |
| Banfolins.....                      | 7             |
| Banguês.....                        | 5             |
| Banha para cabello.....             | 6             |
| Dita de porco.....                  | 4             |
| Banheiras de marmore.....           | 6             |
| Ditas de metal.....                 | 8             |
| Barbante.....                       | 8             |
| Barbatanas.....                     | 8             |
| Barbatellas.....                    | 8             |
| Barbicachos.....                    | 6             |
| Baréges.....                        | 6             |
| Barometros.....                     | 7             |
| Barracas.....                       | 8             |
| Barras magneticas.....              | 7             |
| Barretes.....                       | 6             |
| Barricas e barris vasio novos.....  | 8             |
| Ditos desarmados.....               | 5             |
| Ditos vasio em retorno.....         | 14            |

|                                           | Tabella              |
|-------------------------------------------|----------------------|
| Barrilha.....                             | 14                   |
| Barro.....                                | 14                   |
| Barrotes.....                             | 12                   |
| Bastidores.....                           | 8                    |
| Batatas.....                              | 4                    |
| Batentes de estrada de ferro.....         | 5                    |
| Batistes.....                             | 6                    |
| Batoques.....                             | 8                    |
| Baunilhas.....                            | 6                    |
| Bebidas alcoolicas não classificadas..... | 6                    |
| Beijais.....                              | 4                    |
| Belbutes.....                             | 6                    |
| Bengalas.....                             | 6                    |
| Benjoin.....                              | 6                    |
| Benzina.....                              | 6                    |
| Benzoatos.....                            | 6                    |
| Bercos (vide mobilia).                    |                      |
| Bestas e burros.....                      | 11                   |
| Béstas e bодоques.....                    | 7                    |
| Betume.....                               | 14                   |
| Beyeros.....                              | 10                   |
| Fichas (sanguessugas).....                | 6                    |
| Bichos de seda.....                       | 2                    |
| Bicome.....                               | 5                    |
| Bicos para gaz.....                       | 8                    |
| Ditos diversos.....                       | 6                    |
| Bid-ts (vide mobilia).                    |                      |
| Bigornas.....                             | 5                    |
| Bijouteria.....                           | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Binoculos.....                            | 7                    |
| Bilhares.....                             | 7                    |
| Bilhetes (impres-sos).....                | 8                    |
| Bilros.....                               | 5                    |
| Biombos.....                              | 8                    |
| Birimbaó.....                             | 7                    |
| Bi-agras.....                             | 8                    |
| Biscoutos.....                            | 4                    |
| Bismu ho.....                             | 6                    |
| Bisnagas.....                             | 8                    |
| Bistoris.....                             | 7                    |
| Bitter.....                               | 6                    |
| Bocaes para instrumentos de musica.....   | 7                    |
| Bocetas de ouro e prata.....              | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditas diversas.....                       | 8                    |
| Bois.....                                 | 11                   |
| Boias.....                                | 5                    |
| Bolões vasilos novos.....                 | 8                    |
| Dito- <i>s</i> vasilos em retorno.....    | 14                   |
| Bolas de bilhar, etc.....                 | 7                    |
| Bolachas.....                             | 4                    |

## Tabela

|                                        |                      |
|----------------------------------------|----------------------|
| Bolsas de viagem vazias.....           | 6                    |
| Boldriés.....                          | 6                    |
| Bombas para agua.....                  | 5                    |
| Ditas explosivas.....                  | 6                    |
| Bombasinas.....                        | 6                    |
| Bombos.....                            | 7                    |
| Bonecas.....                           | 7                    |
| Bonnets.....                           | 6                    |
| Boquilhas.....                         | 6                    |
| Borates.....                           | 6                    |
| Borax.....                             | 6                    |
| Borlas.....                            | 6                    |
| Bornaes ou embornaes.....              | 6                    |
| Borras de vinho, azeite e vinagre..... | 8                    |
| Borracha.....                          | 3                    |
| Dita em obra.....                      | 8                    |
| Borzeguins de couro, etc.....          | 6                    |
| Botas e botinas.....                   | 6                    |
| Botijas vazias novas.....              | 8                    |
| Ditas em retorno.....                  | 14                   |
| Botões de ouro e prata.....            | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos diversos.....                    | 8                    |
| Brazeiros de barro.....                | 3                    |
| Ditos de ferro.....                    | 8                    |
| Breu.....                              | 14                   |
| Bridas e bridões.....                  | 6                    |
| Brilhantes.....                        | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Brins.....                             | 6                    |
| Brincos (bijouteria).....              | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Brinquedos.....                        | 6                    |
| Broacas.....                           | 5                    |
| Brocas.....                            | 8                    |
| Brochas.....                           | 8                    |
| Bromatos e bromuretos.....             | 6                    |
| Bronze.....                            | 5                    |
| Dito em obra.....                      | 6                    |
| Brunidores de café, etc.....           | 5                    |
| Buchas.....                            | 8                    |
| Bules de prata.....                    | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos de metal.....                    | 8                    |
| Buris.....                             | 8                    |
| Burras de ferro.....                   | 8                    |
| Bussolas.....                          | 7                    |
| Bustos.....                            | 7                    |
| Buzinas e buzios.....                  | 7                    |

## C

|                           |   |
|---------------------------|---|
| Cabazes.....              | 8 |
| Cabeçulas e cabeções..... | 6 |



|                                                | Tabella              |
|------------------------------------------------|----------------------|
| Cabrestos.....                                 | 6                    |
| Cabellos.....                                  | 6                    |
| Ditos em obra.....                             | 7                    |
| Cabides (vide mobilia).                        |                      |
| Cabos de canhamo, linho, etc.....              | 8                    |
| Ditos de arame.....                            | 5                    |
| Ditos de madeira.....                          | 5                    |
| Cabrios.....                                   | 6                    |
| Cabrióle.....                                  | 15                   |
| Cabritos e cabras.....                         | 10                   |
| Caça.....                                      | 2 A ou 4             |
| Caçambas de ferro.....                         | 8                    |
| Ditas (estribos).....                          | 8                    |
| Cacão.....                                     | 3                    |
| Cachaça.....                                   | 3                    |
| Cachemira.....                                 | 6                    |
| Cachenez.....                                  | 6                    |
| Cachimbos.....                                 | 6                    |
| Ditos ordinarios.....                          | 8                    |
| Cadaço.....                                    | 8                    |
| Cadaveres (vide art. 18).                      |                      |
| Cadeados.....                                  | 8                    |
| Cadeiras (vide mobilia).                       |                      |
| Cadinhos.....                                  | 8                    |
| Cadunio.....                                   | 6                    |
| Café em casquinha.....                         | 3 A                  |
| Café em cereja ou côco.....                    | 3 B                  |
| Café em grão.....                              | 3                    |
| Café moído.....                                | 4                    |
| Cafeina.....                                   | 6                    |
| Caibros.....                                   | 12                   |
| Caixas de rapé de ouro ou prata.....           | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditas diversas.....                            | 8                    |
| Ditas de guerra.....                           | 7                    |
| Ditas vasias de madeira, folha ou papelão..... | 6                    |
| Caixão de defunto, vasio.....                  | 7                    |
| Dito com defunto (vide art. 18).               |                      |
| Caixões vasios em retorno.....                 | 11                   |
| Ditos vasios novos.....                        | 8                    |
| Caixilhos com vidros.....                      | 7                    |
| Ditos sem vidros.....                          | 5                    |
| Cal.....                                       | 14                   |
| Calam.....                                     | 5                    |
| Calandras.....                                 | 5                    |
| Calças.....                                    | 6                    |
| Calçadeiras.....                               | 8                    |
| Calendo.....                                   | 6                    |
| Caldeiras de machinas e suas perlonças.....    | 5                    |
| Ditas e caldeirões (vide panellas).            |                      |
| Calças (vide carros).                          |                      |

|                                            | Tabella              |
|--------------------------------------------|----------------------|
| Calendarios (impressos).....               | 8                    |
| Calices (vile copos).....                  |                      |
| Calomelanos.....                           | 6                    |
| Camas (vide mobilia).....                  |                      |
| Camaras claras e obscuras.....             | 7                    |
| Camarão (vide peixe).....                  |                      |
| Cambões.....                               | 5                    |
| Cambrala.....                              | 6                    |
| Camisas.....                               | 6                    |
| Camomilla.....                             | 6                    |
| Campas e campainhas.....                   | 8                    |
| Campanulas de vidro.....                   | 7                    |
| Campeche.....                              | 6                    |
| Camphora.....                              | 6                    |
| Camurças.....                              | 6                    |
| Canarios.....                              | 9                    |
| Canastras.....                             | 6                    |
| Candelabros.....                           | 8                    |
| Ditos de ouro ou prata.....                | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Candieiros.....                            | 8                    |
| Canecas de folha ou madeira.....           | 8                    |
| Canella.....                               | 6                    |
| Canetas de valor.....                      | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditas diversas.....                        | 8                    |
| Cangas e cangalhas.....                    | 5                    |
| Cangica.....                               | 4                    |
| Canhamo em bruto.....                      | 5                    |
| Canhamão.....                              | 6                    |
| Canhões.....                               | 8                    |
| Canivetes.....                             | 8                    |
| Cannelos.....                              | 14                   |
| Canna da India.....                        | 8                    |
| Dita de assucar.....                       | 14                   |
| Canos de metal.....                        | 5                    |
| Ditos de barro.....                        | 14                   |
| Canôas.....                                | 12                   |
| Canotilho.....                             | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Cantharidas.....                           | 6                    |
| Caoutchouc em obra.....                    | 8                    |
| Capas e capotes impermeaveis e outros..... | 6                    |
| Capacotes.....                             | 7                    |
| Capachos.....                              | 8                    |
| Caparoza.....                              | 6                    |
| Capilé.....                                | 6                    |
| Capim.....                                 | 14                   |
| Capiteis de ferro.....                     | 8                    |
| Capoeiras vasias.....                      | 5                    |
| Ditas em retorno.....                      | 14                   |
| Capsulas diversas.....                     | 6                    |
| Caras.....                                 | 4                    |

|                                               | Tabella  |
|-----------------------------------------------|----------|
| Carabinas.....                                | 6        |
| Carapuças.....                                | 6        |
| Caranguejos (vile peixe).....                 |          |
| Caravilhas.....                               | 6        |
| Carbonatos não classificados.....             | 6        |
| Carbonato de chumbo.....                      | 5        |
| Dito de potassio impuro.....                  | 14       |
| Carborina (fórmicila).....                    | 14       |
| Cardas.....                                   | 5        |
| Caril.....                                    | 8        |
| Carilho.....                                  | 5        |
| Carinbos.....                                 | 8        |
| Carmim.....                                   | 6        |
| Carnaúba.....                                 | 8        |
| Dita em palha.....                            | 3        |
| Dita em cêra.....                             | 8        |
| Carne secca ou salgada.....                   | 4        |
| Dita fresca.....                              | 2 A ou 4 |
| Carneiros.....                                | 10       |
| Caroços de algodão.....                       | 14       |
| Carreteis (machinismo).....                   | 5        |
| Carrinhos de mão.....                         | 5        |
| Ditos de criança.....                         | 2 ou 7   |
| Carros, carroças e carrocinhas de mão.....    | 15       |
| Ditos com 4 rodas mais 50 %.....              |          |
| Ditos desmontados.....                        | 5        |
| Ditos encaixotados.....                       | 5        |
| Ditos para estrada de ferro, rebocados.....   | 16       |
| Ditos para estrada de ferro, desmontados..... | 5        |
| Cartas para jogar.....                        | 8        |
| Ditas de bichas.....                          | 6        |
| Cartão.....                                   | 8        |
| Cartazes.....                                 | 8        |
| Carteiras.....                                | 8        |
| Cartuchame.....                               | 8        |
| Carvão de pedra.....                          | 14       |
| Carvão animal.....                            | 5        |
| Dito vegetal.....                             | 14       |
| Casacas.....                                  | 6        |
| Casacas de arvore para cortume.....           | 14       |
| Ditas medicinaes.....                         | 6        |
| Ditas para tinturarias.....                   | 5        |
| Ditas de côcos.....                           | 14       |
| Cascalho.....                                 | 14       |
| Casimiras.....                                | 6        |
| Cassas.....                                   | 6        |
| Cassafrolas.....                              | 8        |
| Cassinotas.....                               | 6        |
| Castanhas.....                                | 8        |
| Castanholas.....                              | 7        |

|                                                    |                      | Tabella |
|----------------------------------------------------|----------------------|---------|
| Castiões de ouro ou prata.....                     | 1/2 % <i>ad val.</i> |         |
| Ditos de metal ou de madeira.....                  |                      | 8       |
| Castor (pello).....                                |                      | 6       |
| Castorio.....                                      |                      | 6       |
| Catadores para café, etc.....                      |                      | 5       |
| Cataventos.....                                    |                      | 6       |
| Catres (vide mobilia).                             |                      |         |
| Causticos.....                                     |                      | 6       |
| Cavacos.....                                       |                      | 14      |
| Cavallos.....                                      |                      | 11      |
| Cavalletes.....                                    |                      | 8       |
| Cavaquinhos.....                                   |                      | 7       |
| Caveiras para estudos.....                         |                      | 7       |
| Cebollas e cebollinhas.....                        |                      | 4       |
| Ceirões de palha.....                              |                      | 6       |
| Celhas de barro para telegrapho.....               |                      | 5       |
| Centeio.....                                       |                      | 4       |
| Cera em bruto.....                                 |                      | 3       |
| Cenouras.....                                      | 2 A ou               | 4       |
| Cera em vellas.....                                |                      | 8       |
| Dita em outras obras.....                          |                      | 7       |
| Cerdas de porco ou javali.....                     |                      | 6       |
| Cereaes não classificados.....                     |                      | 4       |
| Ceroulas.....                                      |                      | 6       |
| Cerveja estrangeira.....                           |                      | 6       |
| Dita nacional.....                                 |                      | 3       |
| Cestas varias novas.....                           |                      | 8       |
| Ditas em retorno.....                              |                      | 14      |
| Cevada e cevadinha.....                            |                      | 4       |
| Chá nacional.....                                  |                      | 3       |
| Dito estrangeiro.....                              |                      | 8       |
| Chales.....                                        |                      | 6       |
| Chuleiras.....                                     |                      | 8       |
| Chaminés para lampões, etc.....                    |                      | 6       |
| Champagne.....                                     |                      | 6       |
| Chupas de ferro, zinco, etc., para cobrir casas... |                      | 5       |
| Ditas para fogões.....                             |                      | 5       |
| Chapellaria, (artigos de), não classificados.....  |                      | 6       |
| Chapeleiras.....                                   |                      | 6       |
| Chapéos.....                                       |                      | 7       |
| Ditos de sol.....                                  |                      | 6       |
| Charque.....                                       |                      | 4       |
| Charrúas.....                                      |                      | 5       |
| Charuteiras.....                                   |                      | 6       |
| Charutos.....                                      |                      | 6       |
| Chaves.....                                        |                      | 8       |
| Chavetas.....                                      |                      | 5       |
| Chicotes.....                                      |                      | 6       |
| Chifre em bruto.....                               |                      | 14      |
| Dito em obra.....                                  |                      | 8       |

## Tabella

|                                                                                     |               |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Chilenas (vide esporas).....                                                        |               |
| Chinellas.....                                                                      | 6             |
| Chitas.....                                                                         | 6             |
| Chloral, chlorato, chloroformio, chlorodina e<br>chloruretos não especificados..... | 6             |
| Chocolate commum.....                                                               | 3             |
| Chocolate fino ou medicinal.....                                                    | 6             |
| Chouriços.....                                                                      | 4             |
| Chromatos.....                                                                      | 6             |
| Chronometros.....                                                                   | 7             |
| Chumbeiros.....                                                                     | 6             |
| Chumbo em bruto.....                                                                | 5             |
| Dito de munição.....                                                                | 8             |
| Dito em obras não classificadas.....                                                | 8             |
| Cicutina.....                                                                       | 6             |
| Cidra (bãida).....                                                                  | 6             |
| Dita (fruta).....                                                                   | 2 A ou 4      |
| Cigarreiras.....                                                                    | 6             |
| Cigarros estrangeiros.....                                                          | 6             |
| Ditos nacionaes.....                                                                | 3             |
| Cilhas e cilhões.....                                                               | 6             |
| Cimento.....                                                                        | 14            |
| Cintas.....                                                                         | 6             |
| Cinzas.....                                                                         | 14            |
| Ditas azues.....                                                                    | 5             |
| Cinzeis.....                                                                        | 8             |
| Cisco.....                                                                          | 14            |
| Citratos.....                                                                       | 6             |
| Clarins, clarinetes e instrumentos semelhantes..                                    | 7             |
| Coatys.....                                                                         | 9             |
| Cobertores.....                                                                     | 6             |
| Cobras vivas em gaiolas ou caixotes.....                                            | 2             |
| Cobre velho em bruto ou em folha.....                                               | 5             |
| Dito em obra.....                                                                   | 8             |
| Dito em moeda.....                                                                  | 1/2 % ad val. |
| Cochos de madeira.....                                                              | 5             |
| Cochonilha.....                                                                     | 6             |
| Cochonilhos.....                                                                    | 6             |
| Cócos.....                                                                          | 3             |
| Ditos para tirar agua.....                                                          | 8             |
| Coelhos.....                                                                        | 9             |
| Cofres de ferro ou madeira.....                                                     | 8             |
| Cognac.....                                                                         | 6             |
| Cogumelos.....                                                                      | 2 A ou 4      |
| Coke.....                                                                           | 14            |
| Colehas.....                                                                        | 6             |
| Colehetes.....                                                                      | 8             |
| Colehões e pertenças.....                                                           | 6             |
| Ditos e pertenças ordinarios.....                                                   | 8             |
| Coldres.....                                                                        | 6             |

|                                                  | Tabella              |
|--------------------------------------------------|----------------------|
| Colheres de ouro ou prata.....                   | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditas de metal ordinario.....                    | 8                    |
| Ditas de madeira.....                            | 3                    |
| Colla.....                                       | 8                    |
| Collares de pedras preciosas, ouro ou prata..... | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos diversos.....                              | 8                    |
| Colleiras para animaes.....                      | 6                    |
| Collarinhos.....                                 | 6                    |
| Colletes.....                                    | 6                    |
| Colmeias.....                                    | 6                    |
| Colza em grão.....                               | 8                    |
| Dito em oleo.....                                | 8                    |
| Combustores para gaz.....                        | 8                    |
| Cominhos.....                                    | 8                    |
| Commodas (vide mobilia).                         |                      |
| Compassos de operarios.....                      | 8                    |
| Ditos de engenharia.....                         | 7                    |
| Comportas.....                                   | 5                    |
| Compoteiras.....                                 | 7                    |
| Concertinas.....                                 | 7                    |
| Conchas do mar.....                              | 6                    |
| Ditas de ostras para cal.....                    | 14                   |
| Condensadores para alambiques.....               | 5                    |
| Confeitos não classificados.....                 | 6                    |
| Congonha.....                                    | 3                    |
| Conservas nacionaes em latas.....                | 3                    |
| Ditas estrangeiras.....                          | 8                    |
| Consoles (vide mobilia).                         |                      |
| Contas de metal, vidro ou massa.....             | 8                    |
| Copiadores (livros).....                         | 8                    |
| Copos de vidro ordinarios.....                   | 8                    |
| Ditos de vidro finos ou de crystal.....          | 7                    |
| Ditos de madeira, metal ou folha.....            | 8                    |
| Coques imitando cabelo.....                      | 7                    |
| Coquilho em bruto.....                           | 14                   |
| Dito em obra.....                                | 8                    |
| Coral.....                                       | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Cordas de instrumentos.....                      | 7                    |
| Cordas de embira e outras do paiz.....           | 3                    |
| Ditas de canhamo, linho, etc.....                | 8                    |
| Cordões diversos.....                            | 6                    |
| Ditos de ouro e prata.....                       | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Corinthos (passas).....                          | 8                    |
| Cornetas.....                                    | 7                    |
| Corôas e outros ornamentos para tumulos.....     | 7                    |
| Corpetes.....                                    | 6                    |
| Correias para machinas.....                      | 5                    |
| Correame para tropas.....                        | 6                    |
| Correntes de ferro ou metal.....                 | 5                    |
| Ditas de ouro e prata.....                       | 1/2 % <i>ad val.</i> |

|                                              | Tabella  |
|----------------------------------------------|----------|
| Corsaletes.....                              | 7        |
| Cortiça em bruto.....                        | 5        |
| Cortinas.....                                | 6        |
| Costaneiras.....                             | 14       |
| Couçoeiras e semelhantes.....                | 12       |
| Couros seccos... ..                          | 3        |
| Ditos salgados.....                          | 5        |
| Ditos curtidos.....                          | 8        |
| Couves.....                                  | 2 A ou 4 |
| Coxins (vide mobilia).                       |          |
| Cravos de ferrar.....                        | 5        |
| Ditos da India.....                          | 8        |
| Cré.....                                     | 8        |
| Creme de leite — nata.....                   | 2 A ou 4 |
| Dito bismutho.....                           | 6        |
| Cremor de tartaro.....                       | 6        |
| Creosota.....                                | 6        |
| Crepe.....                                   | 6        |
| Crina em bruto.....                          | 8        |
| Dita em obra.....                            | 6        |
| Crinolina.....                               | 6        |
| Crystal em obra.....                         | 7        |
| Dito em bruto.....                           | 5        |
| Cubos, pinas e raios de rodas.....           | 5        |
| Ditos de machinismo.....                     | 5        |
| Cuias.....                                   | 8        |
| Cultivadores (apparelhos).....               | 5        |
| Cunhas.....                                  | 8        |
| Cupolas de vidro.....                        | 7        |
| Ditas para cama (vide mobilia).              |          |
| Cuspideiras (vide louça).                    |          |
| Ditas de metal.....                          | 8        |
| Cutelaria (obras de), não classificadas..... | 8        |
| Cylindros de ferro ou metal.....             | 5        |
| Cysnes.....                                  | 9        |

## D

|                                                  |               |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Dados.....                                       | 6             |
| Damascos.....                                    | 6             |
| Debulhadores de milho.....                       | 5             |
| Dedaes de ouro e prata.....                      | 1/2 % ad val. |
| Ditos ordinarios.....                            | 8             |
| Defuntos (vide art. 18).                         |               |
| Dentes artificiaes.....                          | 6             |
| Descalçadores.....                               | 8             |
| Descaroçadores de café, arroz, algodão, etc..... | 5             |
| Desinfectantes.....                              | 6             |
| Despertadores.....                               | 7             |

|                                          | Tabella             |
|------------------------------------------|---------------------|
| Despolpadores de café.....               | 5                   |
| Depositos de agua.....                   | 5                   |
| Dextrina.....                            | 6                   |
| Diamantes.....                           | 1/2% <i>ad val.</i> |
| Diapazô s.....                           | 7                   |
| Digitalina.....                          | 6                   |
| Diligencias (vide carros).....           |                     |
| Dinheiro amarelado.....                  | 1/2% <i>ad val.</i> |
| Dito em papel.....                       | 1/4% <i>ad val.</i> |
| Discos de machinismos.....               | 5                   |
| Disticos.....                            | 6                   |
| Ditos (impresso).....                    | 8                   |
| Divans (vide mobilia).....               |                     |
| Dobradieiras.....                        | 8                   |
| Doces (vide artigos de confeitaria)..... |                     |
| Ditos nacionaes.....                     | 3                   |
| Dominós.....                             | 6                   |
| Dormentes de madeira.....                | 14                  |
| Ditos de ferro.....                      | 5                   |
| Dragas.....                              | 5                   |
| Dragons.....                             | 7                   |
| Drogas não classificadas.....            | 6                   |
| Ditos para fins industriaes.....         | 5                   |
| Dunkermes (vide mobilia).....            |                     |
| Durantes.....                            | 6                   |
| Durapias.....                            | 6                   |
| Dynamite.....                            | 6                   |

## E

|                                               |                     |
|-----------------------------------------------|---------------------|
| Elano.....                                    | 12                  |
| Egas.....                                     | 8                   |
| Eixos.....                                    | 5                   |
| Elasticos.....                                | 6                   |
| Electro-plate.....                            | 1/2% <i>ad val.</i> |
| Elixires.....                                 | 6                   |
| Elmos.....                                    | 7                   |
| Elos de ferro.....                            | 5                   |
| Embica.....                                   | 14                  |
| Emblemas.....                                 | 6                   |
| Empia tos.....                                | 6                   |
| Encanatos diversos.....                       | 8                   |
| Ditos para vagões.....                        | 5                   |
| Encomendas.....                               | 2 ou 2 A            |
| Enfeites de madeira.....                      | 5                   |
| Engat s.....                                  | 5                   |
| Engenhos para estabelecimentos agricolas..... | 5                   |
| Entalhe, (brás de).....                       | 6                   |
| Enveloppes.....                               | 8                   |



|                                            | Tabella              |  |
|--------------------------------------------|----------------------|--|
| Enxadas.....                               | 5                    |  |
| Enxergas e enxergões.....                  | 8                    |  |
| Ditas de arame para camas.....             | 8                    |  |
| Enxós.....                                 | 5                    |  |
| Enxofre (flor de).....                     | 6                    |  |
| Dito em bruto.....                         | 14                   |  |
| Equipamento militar, não classificado..... | 6                    |  |
| Ergotina.....                              | 6                    |  |
| Erva doce.....                             | 6                    |  |
| Ervilhas em latas.....                     | 8                    |  |
| Ditas frescas.....                         | 2 A ou 4             |  |
| Escadas de mão.....                        | 8                    |  |
| Escalas demarcadas.....                    | 8                    |  |
| Escaleres.....                             | 12                   |  |
| Escalpellos.....                           | 7                    |  |
| Escapulas.....                             | 8                    |  |
| Escarradeiras de porcellana (vide louça).  |                      |  |
| Ditas de metal.....                        | 8                    |  |
| Escumilha de seda.....                     | 6                    |  |
| Escorias de metaes.....                    | 14                   |  |
| Escovas.....                               | 8                    |  |
| Escrivaninhas (vide mobilia).              |                      |  |
| Escudos.....                               | 6                    |  |
| Escumadeiras.....                          | 8                    |  |
| Esfuminhos para desenhos.....              | 6                    |  |
| Esmagadores de nozes.....                  | 8                    |  |
| Ditos de prata ou ouro.....                | 1/2 % <i>ad val.</i> |  |
| Esmalte.....                               | 6                    |  |
| Esmeraldas.....                            | 1/2 % <i>ad val.</i> |  |
| Esmeril.....                               | 8                    |  |
| Espadas, espadins, etc.....                | 6                    |  |
| Espanadores.....                           | 8                    |  |
| Espartilhos.....                           | 6                    |  |
| Esparto em rama.....                       | 8                    |  |
| Espatulas.....                             | 8                    |  |
| Especiarias não classificadas.....         | 8                    |  |
| Espelhos.....                              | 7                    |  |
| Espeques.....                              | 14                   |  |
| Espermacete.....                           | 8                    |  |
| Espos de ferro para cozinha.....           | 8                    |  |
| Espinafre.....                             | 2 A ou 4             |  |
| Espingardas.....                           | 6                    |  |
| Espiritos não classificados.....           | 6                    |  |
| Espoletas.....                             | 6                    |  |
| Esponjas.....                              | 6                    |  |
| Esporas de ouro ou prata.....              | 1/2 % <i>ad val.</i> |  |
| Ditas ordinárias.....                      | 8                    |  |
| Esquadrias ou esquadros.....               | 8                    |  |
| Esqueletos para estudos.....               | 7                    |  |
| Esquifes (botes).....                      | 12                   |  |

|                                                                            | Tabela        |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Ditos para defunto.....                                                    | 7             |
| Essencias não classificadas.....                                           | 6             |
| Estacas.....                                                               | 14            |
| Estampas.....                                                              | 6             |
| Ditas em moldura.....                                                      | 7             |
| Estantes (vide mobília). .....                                             |               |
| Estanho em bruto.....                                                      | 5             |
| Dito em obra.....                                                          | 8             |
| Estanques (vide barris). .....                                             |               |
| Estatuas.....                                                              | 7             |
| Estearina.....                                                             | 3             |
| Esteiras da Índia.....                                                     | 8             |
| Ditas do paiz.....                                                         | 3             |
| Ditas de arame.....                                                        | 5             |
| Estiletes.....                                                             | 7             |
| Estofos.....                                                               | 6             |
| Estoques.....                                                              | 6             |
| Estojes e instrumentos cirurgicos e mathematicos<br>não classificados..... | 7             |
| Estopa importada.....                                                      | 8             |
| Dita nacional.....                                                         | 3             |
| Estopim.....                                                               | 6             |
| Estrados para vagões.....                                                  | 5             |
| Ditos de arame para cava.....                                              | 8             |
| Estribo de ouro ou prata.....                                              | 1/2 % ad val. |
| Ditos ordinarios.....                                                      | 8             |
| Estrume.....                                                               | 14            |
| Estrychnina.....                                                           | 6             |
| Etagères (vide mobília). .....                                             |               |
| Etheres.....                                                               | 6             |
| Extractos alimenticios.....                                                | 8             |
| Ditos não classificados.....                                               | 6             |

**F**

|                                                |               |
|------------------------------------------------|---------------|
| Facas e facões.....                            | 8             |
| Ditos de ouro ou prata.....                    | 1/2 % ad val. |
| Fagotes e semelhantes.....                     | 7             |
| Faqueiros.....                                 | 6             |
| Ditos de prata ou metal precioso.....          | 1/2 % ad val. |
| Fardos.....                                    | 6             |
| Farello.....                                   | 4             |
| Farinaceos alimenticios não classificados..... | 4             |
| Ditos chimicos não classificados.....          | 6             |
| Farinha.....                                   | 4             |
| Farrapos.....                                  | 14            |
| Fateixas de ferro.....                         | 5             |
| Favas alimentares.....                         | 4             |
| Ditas medicinaes.....                          | 6             |

## Tabela

|                                                              |          |
|--------------------------------------------------------------|----------|
| Faxinas.....                                                 | 14       |
| Fazendas não classificadas.....                              | 6        |
| Fechaduras.....                                              | 8        |
| Fechos padrezes e outros.....                                | 8        |
| Fecula.....                                                  | 4        |
| Feijão.....                                                  | 4        |
| Feltro.....                                                  | 8        |
| Feno.....                                                    | 14       |
| Fermento.....                                                | 8        |
| Ferraduras.....                                              | 5        |
| Ferragens ordinarias não classificadas.....                  | 5        |
| Ferramenta de artes e officios não classificada....          | 8        |
| Ferrinhos para bandas.....                                   | 7        |
| Ferro em bruto para fundição.....                            | 14       |
| Dito em barra ou chapa.....                                  | 5        |
| Dito velho e oxydo impuro.....                               | 14       |
| Dito não classificado.....                                   | 5        |
| Ferros de engommar.....                                      | 8        |
| Ferrolhos.....                                               | 8        |
| Fibras vegetaes para industrias.....                         | 5        |
| Fichús.....                                                  | 6        |
| Figos estrangeiros.....                                      | 8        |
| Ditos frescos.....                                           | 2 A ou 4 |
| Figuras.....                                                 | 7        |
| Filó.....                                                    | 6        |
| Filtros mecanicos para estabelecimentos indus-<br>trias..... | 5        |
| Ditos para uso domestico.....                                | 6        |
| Fios de algodão, linho, lã e seda.....                       | 6        |
| Ditos de metaes.....                                         | 5        |
| Fisgas.....                                                  | 8        |
| Fitas.....                                                   | 6        |
| Fivellas.....                                                | 8        |
| Flageolets, etc.....                                         | 7        |
| Flames.....                                                  | 6        |
| Flanellas.....                                               | 6        |
| Flautas, flautins, etc.....                                  | 7        |
| Flechas.....                                                 | 7        |
| Flôres artificiaes.....                                      | 7        |
| Ditas naturaes.....                                          | 2        |
| Flôr de canna e outras para enchimento.....                  | 3        |
| Floretes.....                                                | 6        |
| Focinheiras de couro.....                                    | 6        |
| Fogões de ferro.....                                         | 8        |
| Fogareiros.....                                              | 8        |
| Ditos de barro.....                                          | 3        |
| Fogos artificiaes.....                                       | 6        |
| Foiceas.....                                                 | 5        |
| Folhas medicinaes.....                                       | 6        |
| Ditas de Flandres, cobre, chumbo e estanho....               | 5        |

|                                  | Tabela   |
|----------------------------------|----------|
| Ditas de lixa.....               | 8        |
| Folhetes e folhinhas.....        | 8        |
| Folles.....                      | 5        |
| Forcados ou forquilhas.....      | 5        |
| Forjas portateis.....            | 5        |
| Fôrmas para assucar.....         | 5        |
| Ditas diversas.....              | 8        |
| Formões.....                     | 8        |
| Formicida.....                   | 14       |
| Fornalhas e fornos de ferro..... | 5        |
| Forragens não classificadas..... | 14       |
| Forros para chapéos, etc.....    | 6        |
| Foscois.....                     | 7        |
| Frangos.....                     | 9        |
| Frangias.....                    | 6        |
| Fraques.....                     | 6        |
| Frascos (vide garrafas).         |          |
| Ditas de viagem.....             | 6        |
| Frasqueiras (vide galheteiros).  |          |
| Freios.....                      | 8        |
| Frigideiras de metal.....        | 8        |
| Ditas de barro.....              | 3        |
| Fronhas.....                     | 6        |
| Fronxel.....                     | 6        |
| Frutas artificiaes.....          | 7        |
| Ditas seccas ou em conserva..... | 8        |
| Ditas frescas.....               | 2 A ou 4 |
| Fubã.....                        | 4        |
| Fuchsinas diversas.....          | 6        |
| Fuligem.....                     | 14       |
| Fumos do paiz.....               | 3        |
| Dito estrangeiro.....            | 6        |
| Funhas.....                      | 7        |
| Funis.....                       | 8        |
| Furões.....                      | 9        |
| Fusos para machinismos.....      | 5        |
| Fustões.....                     | 6        |
| Fuzis.....                       | 8        |

## G

|                             |                      |
|-----------------------------|----------------------|
| Gachetas para machinas..... | 5                    |
| Gadanhãs.....               | 5                    |
| Gado.....                   | 10 ou 11             |
| Gaiolas vãs.....            | 6                    |
| Ditas com passaros.....     | 9                    |
| Goitas de folles.....       | 7                    |
| Galões.....                 | 6                    |
| Ditos de ouro ou prata..... | 1/2 % <i>ad val.</i> |

## Tabella

|                                                |                      |
|------------------------------------------------|----------------------|
| Galheteiros de ouro ou prata.....              | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos diversos.....                            | 9                    |
| Gallinhas e gallos.....                        | 9                    |
| Galochas.....                                  | 6                    |
| Gamellas de madeira.....                       | 3                    |
| Ganços.....                                    | 9                    |
| Ganchos de ferro.....                          | 5                    |
| Gangas.....                                    | 6                    |
| Garapa de canna.....                           | 3                    |
| Garfos.....                                    | 8                    |
| Ditos de ouro ou prata.....                    | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Garrafas de louça ou vidros finos.....         | 7                    |
| Ditas ordinarias novas.....                    | 8                    |
| Ditas em retorno.....                          | 14                   |
| Garrações novos vasos.....                     | 8                    |
| Ditos em retorno.....                          | 14                   |
| Garruchas.....                                 | 6                    |
| Gatos de ferro.....                            | 5                    |
| Ditos (animaes).....                           | 9                    |
| Gaz-Globo.....                                 | 6                    |
| Gaze de seda.....                              | 6                    |
| Gazolina.....                                  | 6                    |
| Gazosas (aguas).....                           | 6                    |
| Gelatina.....                                  | 8                    |
| Gelêas.....                                    | 6                    |
| Gelo.....                                      | 2 A ou 4             |
| Genciana.....                                  | 6                    |
| Genebra.....                                   | 6                    |
| Generos importados não classificados.....      | 6                    |
| Ditos de exportação não classificados.....     | 3                    |
| Ditos alimenticios de primeira necessidade.... | 4                    |
| Gengibre.....                                  | 6                    |
| Gesso em pó ou pedra.....                      | 14                   |
| Dito em obra.....                              | 7                    |
| Ginja.....                                     | 2 A ou 4             |
| Giradores para estrada de ferro.....           | 5                    |
| Girafas (vide art. 57).                        |                      |
| Girandolas.....                                | 6                    |
| Giz.....                                       | 8                    |
| Dito em bruto.....                             | 14                   |
| Globos de vidro ou louça.....                  | 7                    |
| Ditos geographicos.....                        | 7                    |
| Ditos homœopathicos.....                       | 6                    |
| Glucose.....                                   | 3                    |
| Glycerina.....                                 | 6                    |
| Gotabas.....                                   | 2 A ou 4             |
| Goiabada e similares fabricados no paiz.....   | 3                    |
| Gomma arabica.....                             | 8                    |
| Dito de mandioca e outras do paiz.....         | 3                    |
| Gonzos.....                                    | 8                    |

## Tabela

|                                                   |    |
|---------------------------------------------------|----|
| Gargorões.....                                    | 6  |
| Gorros.....                                       | 6  |
| Grates para a lavoura.....                        | 5  |
| Ditas de ferro ou madeira.....                    | 5  |
| Grampos (armarinho).....                          | 8  |
| Ditos (ferragens).....                            | 8  |
| Gramelas.....                                     | 6  |
| Graphometros.....                                 | 7  |
| Graphite.....                                     | 5  |
| Gravatas.....                                     | 6  |
| Graxa para o deão.....                            | 8  |
| Dita animal (vide sebo).....                      |    |
| Grevas.....                                       | 6  |
| Grelias de ferro.....                             | 5  |
| Gri baldas artificiaes.....                       | 7  |
| Ditas de flores naturaes.....                     | 2  |
| Guaiaco.....                                      | 6  |
| Guampas.....                                      | 6  |
| Guano.....                                        | 14 |
| Guaraná.....                                      | 6  |
| Guardas-chuva.....                                | 6  |
| Guardas-pé.....                                   | 6  |
| Guarda-roupas e guarda-louças (vide mobilia)..... |    |
| Guardanapos.....                                  | 6  |
| Guaritas.....                                     | 5  |
| Guinchos e guindastes.....                        | 5  |
| Guitarras.....                                    | 7  |
| Gutta-percha (vide borracha).....                 |    |

## H

|                                                  |          |
|--------------------------------------------------|----------|
| Harmonicæ.....                                   | 7        |
| Harpas.....                                      | 7        |
| Helices.....                                     | 5        |
| Herva-doce.....                                  | 6        |
| Dita mate.....                                   | 3        |
| Ditas medicinaes e outras não classificadas..... | 6        |
| Hollandas.....                                   | 6        |
| Homœopathia (artigos de).....                    | 6        |
| Hortalicas frescas.....                          | 2 A ou 4 |
| Hydrantes.....                                   | 8        |
| Hydrometros.....                                 | 8        |
| Hyenas (vide art. 57).....                       |          |

## I

|               |          |
|---------------|----------|
| Ignarias..... | 2 A ou 4 |
| Imagens.....  | 7        |
| Iman.....     | 6        |

## Tabella

|                                                                                                     |                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Impermeaveis.....                                                                                   | 6                    |
| Imprensa .....                                                                                      | 8                    |
| Impressos .....                                                                                     | 8                    |
| Incenso .....                                                                                       | 6                    |
| Indigo para tinturarias, fabricas e industrias....                                                  | 5                    |
| Inflammaveis não classificados.....                                                                 | 6                    |
| Inhame e outras raizes alimenticias.....                                                            | 4                    |
| Instrumentos de cirurgia, engenharia, optica,<br>musica e outros semelhantes não classificados..... | 7                    |
| Ditos uteis á lavoura não classificados.....                                                        | 5                    |
| Ditos uteis á telegraphia .....                                                                     | 5                    |
| Iodo e ioduretos.....                                                                               | 6                    |
| Ipecacuanha.....                                                                                    | 6                    |
| Irlandas.....                                                                                       | 6                    |
| Isqueiros de ouro ou prata.....                                                                     | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos diversos.....                                                                                 | 8                    |
| Isoladores.....                                                                                     | 5                    |

## J

|                                                  |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------|
| Jaboticabas.....                                 | 2 A ou 4             |
| Jabotys.....                                     | 9                    |
| Jacás vasis.....                                 | 8                    |
| Ditos em retorno.....                            | 14                   |
| Jalapa.....                                      | 6                    |
| Jangada.....                                     | 12                   |
| Jardineiras.....                                 | 6                    |
| Jaulas vasis.....                                | 5                    |
| Jarras e jarros de porcellana ou louça fina..... | 7                    |
| Ditos ordinarios.....                            | 6                    |
| Ditos do paiz.....                               | 3                    |
| Jaspe .....                                      | 6                    |
| Jaeiras.....                                     | 5                    |
| Jogos de damas, dominós, xadrez e outros.....    | 6                    |
| Joias.....                                       | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Jugos.....                                       | 5                    |
| Jumentos .....                                   | 11                   |
| Junco da India.....                              | 8                    |
| Dito do paiz.....                                | 3                    |
| Juta .....                                       | 5                    |

## K

|                            |    |
|----------------------------|----|
| Kagados.....               | 9  |
| Kaleidoscopios.....        | 7  |
| Kangurus... ..             | 10 |
| Kaolim.....                | 14 |
| Kerosene.....              | 6  |
| Kiosques (desarmados)..... | 5  |
| Kirsch.....                | 6  |

## L

|                                                               | Tabella      |
|---------------------------------------------------------------|--------------|
| Lã em bruto.....                                              | 3            |
| Dita em obras não classificadas.....                          | 6            |
| Lacar de pingos.....                                          | 6            |
| Laços de tropeiro.....                                        | 8            |
| Lacre.....                                                    | 8            |
| Ladrilhos de barro, louça ou pedra.....                       | 14           |
| Lages.....                                                    | 14           |
| Lagosta em conserva.....                                      | 8            |
| Dita fresca.....                                              | 2 A ou 4     |
| Lambazes.....                                                 | 8            |
| Lambrequins de madeira ou metal.....                          | 5            |
| Lampeões, lamparinas e lampadas de crystal ou porcelana.....  | 7            |
| Ditos de louça ou vidro, ordinarios.....                      | 6            |
| Ditos de metal.....                                           | 8            |
| Lanças.....                                                   | 6            |
| Lançadeiras.....                                              | 5            |
| Lancetas.....                                                 | 7            |
| Lanchas de madeira ou ferro, desarmadas.....                  | 5            |
| Lanternas sem vidro.....                                      | 8            |
| Ditas com vidro.....                                          | 7            |
| Ditas magicas.....                                            | 7            |
| Lapiles para tumulos.....                                     | 6            |
| Lapim (de lã e seda).....                                     | 6            |
| Lapis.....                                                    | 8            |
| Laranjas.....                                                 | 2 A ou 4     |
| Laranjinha.....                                               | 3            |
| Lastro.....                                                   | 14           |
| Latas de folha, zinco, etc.....                               | 8            |
| Latão em obra não classificada.....                           | 6            |
| Dito em bruto ou velho.....                                   | 5            |
| Lavatorios (vide mobilia).                                    |              |
| Leões (vide art. 57).                                         |              |
| Lebres.....                                                   | 9            |
| Legumes em conserva.....                                      | 8            |
| Ditos frescos.....                                            | 2 A ou 4     |
| Leitões.....                                                  | 9            |
| Leite em conserva.....                                        | 8            |
| Dito fresco.....                                              | 2 A ou 4     |
| Lemes.....                                                    | 5            |
| Lenços.....                                                   | 6            |
| Lençoes.....                                                  | 6            |
| Lenha.....                                                    | 14           |
| Lentilha.....                                                 | 4            |
| Leques.....                                                   | 7            |
| Lettras, typos ou emblemas para encadernador ou livreiro..... | 8            |
| Linha de ouro ou prata.....                                   | 1/2% ad val. |



|                                        | Tabella       |
|----------------------------------------|---------------|
| Liças.....                             | 5             |
| Licores.....                           | 6             |
| Licoreiros (vide galheteiros).         |               |
| Lilaz.....                             | 6             |
| Limas de aço.....                      | 8             |
| Limalha de ferro.....                  | 14            |
| Limões.....                            | 2 A ou 4      |
| Limoadas gazosas e medicinaes.....     | 6             |
| Linguas seccas ou salgadas.....        | 4             |
| Ditas em latas.....                    | 8             |
| Ditas frescas.....                     | 2 A ou 4      |
| Linguigas (vide linguas).              |               |
| Linha para costurar.....               | 8             |
| Linhaça (semente).....                 | 8             |
| Dita (oleo).....                       | 8             |
| Linho em bruto.....                    | 3             |
| Linimentos.....                        | 6             |
| Listão.....                            | 6             |
| Liteiras.....                          | 5             |
| Livros.....                            | 8             |
| Lixa (folha de).....                   | 8             |
| Dita (armarinho).....                  | 8             |
| Lixo.....                              | 14            |
| Locomotivas rebocadas.....             | 17            |
| Ditas desmontadas.....                 | 5             |
| Locomoveis.....                        | 5             |
| Lonas.....                             | 6             |
| Lóros.....                             | 6             |
| Louças de luxo.....                    | 7             |
| Dita commum.....                       | 6             |
| Dita nacional.....                     | 3             |
| Louzas preparadas e para escrever..... | 8             |
| Lunetas.....                           | 7             |
| Ditas de prata ou ouro.....            | 1/2 % ad val. |
| Lupulo.....                            | 8             |
| Lustres de vidro ou louça.....         | 7             |
| Ditos de metal.....                    | 8             |
| Luvras.....                            | 6             |
| Luzerna (semente).....                 | 8             |
| Dita (feuo).....                       | 14            |
| Lycopodio.....                         | 6             |
| Lyrras.....                            | 7             |

## M

|                        |          |
|------------------------|----------|
| Maças frescas.....     | 2 A ou 4 |
| Ditas em conserva..... | 8        |
| Macacos.....           | 9        |
| Ditos de ferro.....    | 5        |

|                                                                    | Tabella  |
|--------------------------------------------------------------------|----------|
| Maçanelas .....                                                    | 8        |
| Macarrão e outras massas alimenticias.....                         | 4        |
| Macella.....                                                       | 6        |
| Dita e similares para enchimento.....                              | 3        |
| Macetas.....                                                       | 8        |
| Machados.....                                                      | 8        |
| Machinas de copiar cartas.....                                     | 8        |
| Ditas de costura, armadas.....                                     | 6        |
| Ditas de costura desarmadas.....                                   | 8        |
| Ditas photographicas.....                                          | 6        |
| Ditas de imprimir.....                                             | 8        |
| Ditas de tecidos.....                                              | 5        |
| Ditas de lavoura.....                                              | 5        |
| Ditas de descaroçar algodão.....                                   | 5        |
| Ditas de fazer farinha.....                                        | 5        |
| Ditas de fazer tijolos.....                                        | 5        |
| Ditas para industria ou agricultura.....                           | 5        |
| Ditas não classificadas.....                                       | 6        |
| Ditas para gabinetes de physica ou labora-<br>torios chimicos..... | 7        |
| Madeira bruta, serrada ou lavrada, caibros e<br>varas.....         | 12       |
| Dita apparelhada para construcção.....                             | 13       |
| Dita para tinturaria.....                                          | 5        |
| Madreperola.....                                                   | 7        |
| Magnesia.....                                                      | 6        |
| Magnetes.....                                                      | 7        |
| Maisena.....                                                       | 4        |
| Malas de viagem varias.....                                        | 6        |
| Malhos para ferreiro.....                                          | 8        |
| Mamadeiras.....                                                    | 6        |
| Mamona em baga.....                                                | 14       |
| Mancaes.....                                                       | 5        |
| Mandioca.....                                                      | 4        |
| Mnequins de madeira.....                                           | 6        |
| Mangas de vidro.....                                               | 7        |
| Ditas (fruta).....                                                 | 2 A ou 4 |
| Mangarito.....                                                     | 2 A ou 4 |
| Mangueiras para bombas de incendio, etc.....                       | 8        |
| Manguaes.....                                                      | 5        |
| Manivellas.....                                                    | 8        |
| Manná.....                                                         | 6        |
| Manometros.....                                                    | 7        |
| Mantas.....                                                        | 6        |
| Manteiga.....                                                      | 2 A ou 4 |
| Manteigueiras de metal, louça ou vidro.....                        | 6        |
| Manteletes e mantilhas.....                                        | 6        |
| Mantimentos.....                                                   | 2 A ou 4 |
| Manuscriptos.....                                                  | 8        |
| Mappas.....                                                        | 8        |

|                                                 | Tabella       |
|-------------------------------------------------|---------------|
| Maracujás.....                                  | 2 A ou 4      |
| Marcas de ferro, madeira ou osso.....           | 8             |
| Marfim.....                                     | 7             |
| Mariscos.....                                   | 2 A ou 4      |
| Marmelos.....                                   | 2 A ou 4      |
| Marmelada e similares, nacionaes.....           | 3             |
| Ditas estrangeiras.....                         | 8             |
| Marmitas.....                                   | 8             |
| Marmore em bruto.....                           | 5             |
| Dito em obra.....                               | 6             |
| Marquezas (vide mobilia).                       |               |
| Marras, marretas e marrões.....                 | 8             |
| Marrecos.....                                   | 9             |
| Marroquim.....                                  | 6             |
| Martellos.....                                  | 8             |
| Martinetes mecanicos.....                       | 5             |
| Mascaras.....                                   | 8             |
| Massas alimenticias.....                        | 4             |
| Ditas não classificadas.....                    | 6             |
| Masseiras.....                                  | 5             |
| Mastique.....                                   | 8             |
| Mastros.....                                    | 12            |
| Mata-borrão.....                                | 8             |
| Matassi (vide seda crúa).....                   | 6             |
| Mate.....                                       | 3             |
| Materias explosivas.....                        | 6             |
| Ditas corantes para tinturaria.....             | 5             |
| Materiaes de construcção não classificados..... | 5             |
| Matracas.....                                   | 8             |
| Mechas e palitos phosphoricos.....              | 6             |
| Medalhas de ouro e prata.....                   | 1/2 % ad val. |
| Ditas de metal ordinario.....                   | 6             |
| Medicamentos não classificados.....             | 6             |
| Medidas diversas.....                           | 8             |
| Melas.....                                      | 6             |
| Mel de abelhas.....                             | 3             |
| Dito do tanque (canna).....                     | 3             |
| Dito de fumo.....                               | 3             |
| Dito qualquer (do estrangeiro).....             | 8             |
| Melaço.....                                     | 3             |
| Melancias e melões.....                         | 2 A ou 4      |
| Mercadorias não classificadas.....              | 8             |
| Mercurio.....                                   | 6             |
| Merino.....                                     | 6             |
| Mesas (vide mobilia).                           |               |
| Metaes preciosos.....                           | 1/2 % ad val. |
| Ditos brutos não classificados.....             | 5             |
| Ditos em obra não classificados.....            | 6             |
| Metralha.....                                   | 8             |
| Metralhadoras.....                              | 8             |

|                                                                                                                | Tabella              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Mialhar simples ou alcatroado.....                                                                             | 8                    |
| Mica (mineral).....                                                                                            | 6                    |
| Microscopios.....                                                                                              | 7                    |
| Milho.....                                                                                                     | 4                    |
| Dito em espiga.....                                                                                            | 14                   |
| Mineraes não classificados.....                                                                                | 5                    |
| Ditos preciosos.....                                                                                           | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Minereos de cobre, zinco, chumbo e outros.....                                                                 | 14                   |
| Miras para engenheiros.....                                                                                    | 7                    |
| Missangas.....                                                                                                 | 8                    |
| Miudezas.....                                                                                                  | 8                    |
| Mós.....                                                                                                       | 5                    |
| Mobilia ou peça de mobilia de madeira ordinaria,<br>de mudança.....                                            | 5                    |
| Dita dita de dita nova.....                                                                                    | 8                    |
| Dita dita de dita fina, de mudança.....                                                                        | 8                    |
| Dita dita de dita fina, nova.....                                                                              | 6                    |
| Dita dita de dita fina, nova, desmontada.....                                                                  | 8                    |
| Dita dita de dita de luxo com dourados, espe-<br>lhos, embutida ou estufada, nacional ou es-<br>trangeira..... | 7                    |
| Dita dita de dita de vime, ordinaria.....                                                                      | 5                    |
| Dita dita dita de dita, fina.....                                                                              | 8                    |
| Dita ou peça de mobilia de ferro.....                                                                          | 5                    |
| Mochilas vasias.....                                                                                           | 6                    |
| Mochos (vide mobilia).                                                                                         |                      |
| Mocotó.....                                                                                                    | 2 A ou 4             |
| Modelos.....                                                                                                   | 6                    |
| Moegas.....                                                                                                    | 5                    |
| Moendas.....                                                                                                   | 5                    |
| Moeda metallica.....                                                                                           | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Dita papel.....                                                                                                | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Mogno.....                                                                                                     | 12                   |
| Moiuhos para lavoura e industrias.....                                                                         | 5                    |
| Ditos diversos.....                                                                                            | 8                    |
| Moirões.....                                                                                                   | 14                   |
| Ditos de ferro.....                                                                                            | 5                    |
| Moitões.....                                                                                                   | 8                    |
| Molas para vehiculos.....                                                                                      | 5                    |
| Ditas para relógios.....                                                                                       | 6                    |
| Ditas diversas.....                                                                                            | 8                    |
| Molduras finas.....                                                                                            | 6                    |
| Ditas ordinarias.....                                                                                          | 8                    |
| Moldes.....                                                                                                    | 5                    |
| Molhos para comida.....                                                                                        | 6                    |
| Morangos.....                                                                                                  | 2 A ou 4             |
| Mordças.....                                                                                                   | 8                    |
| Morins.....                                                                                                    | 6                    |
| Moringues nacionaes.....                                                                                       | 3                    |
| Ditos estrangeiros.....                                                                                        | 6                    |

## Tabella

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| Morphina .....                                  | 6  |
| Mortalhas de palhas ou papel para cigarros..... | 6  |
| Mort-iros.....                                  | 6  |
| Mosquiteiros .....                              | 6  |
| Mostarda .....                                  | 8  |
| Mostardeira (vile galheteiro).....              |    |
| Mostradores para relógios.....                  | 6  |
| Moletas.....                                    | 8  |
| Mudas de plantas.....                           | 5  |
| Ditas de café e arvores fructíferas.....        | 14 |
| Musicas.....                                    | 8  |
| Musgo (planta).....                             | 5  |
| Dito medicinal .....                            | 6  |
| Musselina.....                                  | 6  |
| Myrrha.....                                     | 6  |

## N

|                                            |                     |
|--------------------------------------------|---------------------|
| Nabos.....                                 | 2 A ou 4            |
| Nacar em pingos.....                       | 6                   |
| Nankim.....                                | 6                   |
| Nata.....                                  | 2 A ou 4            |
| Naphta.....                                | 6                   |
| Naphthalina .....                          | 6                   |
| Narcoticos.....                            | 6                   |
| Navalhas .....                             | 8                   |
| Nickel em bruto.....                       | 5                   |
| Dito em obra.....                          | 6                   |
| Dito em moeda.....                         | 1/2% <i>ad val.</i> |
| Nitratos e nitritos não classificados..... | 6                   |
| Ditos de potassio.....                     | 5                   |
| Níveis para engenheiros.....               | 7                   |
| Ditos de artes e officios.....             | 8                   |
| Noras.....                                 | 8                   |
| Novilhos.....                              | 11                  |
| Noz-moscada.....                           | 6                   |
| Nozes.....                                 | 8                   |

## O

|                                                 |                     |
|-------------------------------------------------|---------------------|
| Objectivas.....                                 | 7                   |
| Objectos preciosos.....                         | 1/2% <i>ad val.</i> |
| Ditos de arte e de luxo, não classificados..... | 7                   |
| Obreias.....                                    | 8                   |
| Obras de cabelleireiro.....                     | 7                   |
| Obuzes.....                                     | 8                   |
| Ocre.....                                       | 5                   |

|                                                                          | Tabella              |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Oculos de ouro ou prata.....                                             | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos communs.....                                                       | 6                    |
| Ditos de alcance e semelhantes.....                                      | 7                    |
| Oire.....                                                                | 6                    |
| Oenometros.....                                                          | 7                    |
| Oleados.....                                                             | 8                    |
| Oleos nacionaes não classificados.....                                   | 3                    |
| Ditos lubrificantes para industria.....                                  | 8                    |
| Ditos de linhaça.....                                                    | 8                    |
| Ditos não classificados.....                                             | 6                    |
| Onças (vide art. 57).                                                    |                      |
| Onix.....                                                                | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Opas.....                                                                | 6                    |
| Opalas.....                                                              | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ophcleides.....                                                          | 7                    |
| Opiatos.....                                                             | 6                    |
| Opio.....                                                                | 6                    |
| Opodeldoc.....                                                           | 6                    |
| Oratorios.....                                                           | 7                    |
| Orchatas.....                                                            | 6                    |
| Ditas nacionaes.....                                                     | 3                    |
| Orchideas (plantas).....                                                 | 5                    |
| Orgãos.....                                                              | 7                    |
| Origones.....                                                            | 8                    |
| Ornamentos para igreja.....                                              | 7                    |
| Ditos de ferro, bronze ou outros metaes.....                             | 6                    |
| Ditos de barro, pedra artificial e semelhantes<br>para construcções..... | 14                   |
| Ossos.....                                                               | 14                   |
| Ditos em obras.....                                                      | 8                    |
| Ostras em conserva.....                                                  | 8                    |
| Ditas frescas.....                                                       | 2 A ou 4             |
| Ourelos.....                                                             | 6                    |
| Ouro.....                                                                | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ouvidos para armas de fogo.....                                          | 6                    |
| Ovas.....                                                                | 2 A ou 4             |
| Ovos.....                                                                | 2 A ou 4             |
| Oxydo de ferro impuro para fabrica de gaz.....                           | 14                   |
| Dito de chumbo.....                                                      | 5                    |

## P

|                       |   |
|-----------------------|---|
| Pás.....              | 5 |
| Pacas.....            | 9 |
| Pacotilha.....        | 9 |
| Padiolas.....         | 5 |
| Paies.....            | 4 |
| Ditos importados..... | 8 |
| Paina.....            | 8 |

## Tabella

|                                                                                    |                      |
|------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Painço.....                                                                        | 8                    |
| Pallas.....                                                                        | 6                    |
| Palanganas (vide louça).                                                           |                      |
| Palanques.....                                                                     | 5                    |
| Paletots.....                                                                      | 6                    |
| Palha de coqueiro, palmeira, milho, trigo, canna,<br>arroz e outras nacionaes..... | 14                   |
| Ditas do Chile e semelhantes, estrangeiras....                                     | 6                    |
| Palhetas.....                                                                      | 6                    |
| Palhinha.....                                                                      | 8                    |
| Palilhas.....                                                                      | 5                    |
| Paliteiros de ouro ou prata.....                                                   | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos de louça.....                                                                | 6                    |
| Ditos de metal.....                                                                | 8                    |
| Palitos.....                                                                       | 8                    |
| Palmilhas.....                                                                     | 6                    |
| Palmitos.....                                                                      | 2 A ou 4             |
| Pamphletos.....                                                                    | 8                    |
| Panactis.....                                                                      | 8                    |
| Pandeiros.....                                                                     | 7                    |
| Paneiros.....                                                                      | 8                    |
| Panellas de barro.....                                                             | 3                    |
| Ditas de ferro ou cobre.....                                                       | 8                    |
| Ditas de ferro a granel, sem responsabilidade da<br>companhia.....                 | 5                    |
| Panno de qualquer qualidade.....                                                   | 6                    |
| Dito nacional.....                                                                 | 3                    |
| Pão.....                                                                           | 2 A ou 4             |
| Pãos para tamancos.....                                                            | 3                    |
| Ditos para tinturaria.....                                                         | 5                    |
| Papagaios (aves).....                                                              | 9                    |
| Ditos (brinquedos).....                                                            | 7                    |
| Papel.....                                                                         | 8                    |
| Dito pintado.....                                                                  | 8                    |
| Dito para embrulho e para impressão, fabricado<br>na provincia.....                | 3 B                  |
| Papelão.....                                                                       | 8                    |
| Parafina.....                                                                      | 6                    |
| Para-choques.....                                                                  | 5                    |
| Parafusos.....                                                                     | 5                    |
| Paramentos ecclesiasticos.....                                                     | 7                    |
| Parallelipipedos.....                                                              | 14                   |
| Para-raios.....                                                                    | 8                    |
| Parasitas (plantas).....                                                           | 5                    |
| Parões.....                                                                        | 5                    |
| Passas.....                                                                        | 8                    |
| Passadeiras.....                                                                   | 8                    |
| Passamanes.....                                                                    | 6                    |
| Passaros.....                                                                      | 9                    |
| Ditos empalhados.....                                                              | 7                    |

|                                                                   | Tabella              |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Pastas de velludo, seda ou marroquin.....                         | 7                    |
| Ditas de papel ou papelão.....                                    | 8                    |
| Ditas de algodão.....                                             | 8                    |
| Pasteis.....                                                      | 2 A ou 4             |
| Pastilhas.....                                                    | 6                    |
| Patius.....                                                       | 6                    |
| Patos.....                                                        | 9                    |
| Patronas.....                                                     | 6                    |
| Pavões.....                                                       | 9                    |
| Pavios.....                                                       | 8                    |
| Peanhas (vide mobilia).                                           |                      |
| Peças de artilharia.....                                          | 8                    |
| Ditas de engenho e mais machinismos para industria e lavoura..... | 5                    |
| Pecegos frescos.....                                              | 2 A ou 4             |
| Pechisbeque.....                                                  | 6                    |
| Pedras para calçamento e construcções.....                        | 14                   |
| Ditas açorianas.....                                              | 8                    |
| Ditas lithographicas.....                                         | 8                    |
| Ditas de filtrar.....                                             | 8                    |
| Ditas preciosas.....                                              | 1/2 % <i>at val.</i> |
| Pedra-hume.....                                                   | 6                    |
| Dita-lipis.....                                                   | 6                    |
| Dita-pomes.....                                                   | 8                    |
| Peitoraes de couro.....                                           | 6                    |
| Peixe fresco.....                                                 | 2 A ou 4             |
| Dito em salmoura, salgado ou secco.....                           | 4                    |
| Dito em latas.....                                                | 8                    |
| Pelles em bruto.....                                              | 3                    |
| Ditas preparadas.....                                             | 6                    |
| Pellegos.....                                                     | 6                    |
| Pellicas.....                                                     | 6                    |
| Pello de castor, lebre e semelhantes.....                         | 6                    |
| Pellucia.....                                                     | 6                    |
| Pendulas para relógios.....                                       | 6                    |
| Peneiras de arame, cabelo ou seda.....                            | 8                    |
| Ditas de palha, nacionaes.....                                    | 3                    |
| Pennas para escrever.....                                         | 8                    |
| Ditas para enchimento.....                                        | 6                    |
| Pennachos para barretinas, de cabellos ou pennas.                 | 7                    |
| Pentes.....                                                       | 8                    |
| Pepinos.....                                                      | 2 A ou 4             |
| Pepsina.....                                                      | 6                    |
| Peras frescas.....                                                | 2 A ou 4             |
| Percale.....                                                      | 6                    |
| Perdizes vivas.....                                               | 9                    |
| Perfumarias.....                                                  | 6                    |
| Pergaminho.....                                                   | 6                    |
| Periquitos.....                                                   | 9                    |
| Permanganatos.....                                                | 6                    |



|                                                             | Tabella       |
|-------------------------------------------------------------|---------------|
| Perolas.....                                                | 1/2 % ad val. |
| Perús.....                                                  | 9             |
| Perucas.....                                                | 7             |
| Pesa-licores, acidos e outros instrumentos semelhantes..... | 7             |
| Pesos para balanças.....                                    | 8             |
| Petrechos para caça.....                                    | 6             |
| Ditos bellicos.....                                         | 6             |
| Ditos explosivos.....                                       | 6             |
| Petroleo.....                                               | 6             |
| Peúgas.....                                                 | 6             |
| Pez.....                                                    | 5             |
| Phosphatos.....                                             | 6             |
| Phosphitos.....                                             | 6             |
| Phosphoros.....                                             | 6             |
| Photographias em cartões.....                               | 8             |
| Ditas em quadro ( vide quadros ).                           |               |
| Pias.....                                                   | 6             |
| Pianos.....                                                 | 7             |
| Piaçava.....                                                | 14            |
| Picaretas e picões.....                                     | 5             |
| Pichoa.....                                                 | 3             |
| Picóá.....                                                  | 6             |
| Pilões.....                                                 | 5             |
| Pilhas electricas.....                                      | 8             |
| Pilulas.....                                                | 6             |
| Pimenta da India.....                                       | 8             |
| Dita do paiz.....                                           | 2 A ou 4      |
| Pinças.....                                                 | 8             |
| Pinceis.....                                                | 8             |
| Pince-nez (vide oculos).                                    |               |
| Pinhas e pinhões.....                                       | 2 A ou 4      |
| Pinho (vide madeiras).                                      |               |
| Pinas para rodas.....                                       | 5             |
| Pipas (vide barris).                                        |               |
| Pistolas.....                                               | 6             |
| Pistolões.....                                              | 6             |
| Pistões.....                                                | 7             |
| Pivetes medicinaes.....                                     | 6             |
| Pixe.....                                                   | 14            |
| Placas.....                                                 | 8             |
| Plaiuas.....                                                | 8             |
| Plantas vivas.....                                          | 5             |
| Ditas medicinaes.....                                       | 6             |
| Plaqué.....                                                 | 6             |
| Platilhas de algodão e linho.....                           | 6             |
| Platina.....                                                | 1/2 % ad val. |
| Plombagina.....                                             | 5             |
| Plumas.....                                                 | 7             |
| Pluviometros.....                                           | 7             |

## Tabella

|                                                                           |                      |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Pés de sapatos.....                                                       | 6                    |
| Ditos medicinaes não classificados.....                                   | 6                    |
| Poaia.....                                                                | 6                    |
| Polainas.....                                                             | 6                    |
| Polés.....                                                                | 8                    |
| Poltronas (vide mobilia).                                                 |                      |
| Polvilho.....                                                             | 3                    |
| Polvora.....                                                              | 6                    |
| Polvarinhos.....                                                          | 6                    |
| Pomadas.....                                                              | 6                    |
| Pombos.....                                                               | 9                    |
| Ponchos.....                                                              | 6                    |
| Pontas de Pariz.....                                                      | 5                    |
| Pontes de ferro.....                                                      | 5                    |
| Ponteiros para relógios.....                                              | 6                    |
| Porc-lana.....                                                            | 7                    |
| Porcos.....                                                               | 10                   |
| Porphyro bruto.....                                                       | 5                    |
| Dito em obra.....                                                         | 6                    |
| Portas, portões e portadas finas.....                                     | 6                    |
| Ditas embutidas.....                                                      | 7                    |
| Ditas ordinarias.....                                                     | 5                    |
| Porteiras e portões de madeira ou ferro.....                              | 5                    |
| Porta-vozes.....                                                          | 6                    |
| Postes de ferro.....                                                      | 5                    |
| Ditos de madeira.....                                                     | 12                   |
| Potassa.....                                                              | 8                    |
| Potes de barro nacionaes.....                                             | 3                    |
| Ditos de barro estrangeiros.....                                          | 6                    |
| Pozzolana.....                                                            | 14                   |
| Pranchas e pranchões.....                                                 | 12                   |
| Ditas aparelhadas.....                                                    | 13                   |
| Prata.....                                                                | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Prateleiras (vide mobilia).                                               |                      |
| Pratos de folha ou chumbo.....                                            | 8                    |
| Ditos de louça (vide louça).                                              |                      |
| Precipitados.....                                                         | 6                    |
| Pregos diversos.....                                                      | 5                    |
| Prelos.....                                                               | 8                    |
| Prensas para algodão, mandivio e fins seme-<br>lhantes.....               | 5                    |
| Ditas para escriptorio.....                                               | 8                    |
| Presilhas.....                                                            | 8                    |
| Presuntos.....                                                            | 8                    |
| Productos chimicos e preparações pharmaceuticas<br>não classificados..... | 6                    |
| Prumos.....                                                               | 8                    |
| Pucaros (vide louça).                                                     |                      |
| Pulseiras.....                                                            | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Pulsometros.....                                                          | 5                    |

## Tabella

|                                |   |
|--------------------------------|---|
| Punhaes .....                  | 6 |
| Punhos para camisas .....      | 6 |
| Puxadores para gavetas .....   | 8 |
| Puxavantes (machinismos) ..... | 5 |
| Pyroxilina .....               | 6 |

## Q

|                                     |               |
|-------------------------------------|---------------|
| Quadros com vidros .....            | 7             |
| Ditos sem vidros .....              | 6             |
| Quartolas (vide barris) .....       | 6             |
| Quassia .....                       | 6             |
| Quebra-nozes de ouro ou prata ..... | 1/2 % ad val. |
| Ditos ditos diversos .....          | 8             |
| Queijos nacionaes .....             | 4             |
| Ditos estrangeiros .....            | 8             |
| Quereina .....                      | 6             |
| Quiabos .....                       | 2 A ou 4      |
| Quilhas de jogo .....               | 6             |
| Quina .....                         | 6             |
| Quinina ou quinino .....            | 6             |
| Quinquilharias .....                | 6             |
| Quitanda .....                      | 2 A ou 4      |

## R

|                                              |          |
|----------------------------------------------|----------|
| Rabanetes .....                              | 2 A ou 4 |
| Rabecas e rabecões .....                     | 7        |
| Rabates .....                                | 8        |
| Rabichos de couro .....                      | 6        |
| Raios para rodas .....                       | 5        |
| Raizes alimenticias .....                    | 4        |
| Ditas medicinaes .....                       | 6        |
| Ditas para tinturaria .....                  | 5        |
| Raladores de mandioca .....                  | 5        |
| Ditos não classificados .....                | 8        |
| Ramas de mandioca, aipim e semelhantes ..... | 14       |
| Ramalhetez artificiaes .....                 | 7        |
| Ditos naturaes .....                         | 2 A ou 4 |
| Rapadura .....                               | 4        |
| Rapé .....                                   | 6        |
| Razoiras .....                               | 5        |
| Raspadeiras para escriptorio .....           | 8        |
| Ditas para animaes .....                     | 8        |
| Raspa de pontas de veado .....               | 6        |
| Raspilhas e rosquetas .....                  | 8        |

|                                  | Tabella              |
|----------------------------------|----------------------|
| Ratoeiras .....                  | 8                    |
| Realejos .....                   | 7                    |
| Rebenquas .....                  | 6                    |
| Rebites .....                    | 5                    |
| Rebolos de pedra .....           | 5                    |
| Redes estrangeiras .....         | 6                    |
| Ditas nacionaes .....            | 3                    |
| Redeas .....                     | 6                    |
| Redoigis .....                   | 6                    |
| Redomas de vidro .....           | 7                    |
| Reflectores para lampeões .....  | 8                    |
| Regadores .....                  | 8                    |
| Reguas .....                     | 8                    |
| Relogios .....                   | 7                    |
| Ditos de ouro ou de prata .....  | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos de gaz ou agua .....       | 8                    |
| Relojoaria (objectos de) .....   | 6                    |
| Rellhas .....                    | 5                    |
| Rellhos .....                    | 6                    |
| Remedios não classificados ..... | 6                    |
| Remincholes .....                | 5                    |
| Remos .....                      | 5                    |
| Rendas .....                     | 6                    |
| Repolhos .....                   | 2 A ou 4             |
| Reps .....                       | 6                    |
| Requintas .....                  | 7                    |
| Rescaldeiros .....               | 8                    |
| Resinas não classificadas .....  | 6                    |
| Reservatorios para agua .....    | 5                    |
| Retortas de ferro .....          | 5                    |
| Ditas para laboratorio .....     | 6                    |
| Ditas de burro .....             | 14                   |
| Retretes (vide mobilia).         |                      |
| Retratos (vide photographias).   |                      |
| Retroz .....                     | 6                    |
| Revolvers .....                  | 6                    |
| Rhum .....                       | 6                    |
| Dito nacional .....              | 3                    |
| Ricino (oleo) .....              | 6                    |
| Riscados .....                   | 6                    |
| Ripas .....                      | 14                   |
| Rodas, rodetes e roldanas .....  | 5                    |
| Rojões .....                     | 6                    |
| Rolhas .....                     | 8                    |
| Rosarios .....                   | 6                    |
| Roscas (pão) .....               | 4                    |
| Roseiras (plantas) .....         | 5                    |
| Rosetas .....                    | 6                    |
| Rotim .....                      | 8                    |
| Rotulas (venezianas) .....       | 5                    |

|                          | Tabella              |
|--------------------------|----------------------|
| Rotulos (impressos)..... | 8                    |
| Roupa .....              | 6                    |
| Dita impermeavel.....    | 6                    |
| Roxo-rei .....           | 6                    |
| Rubis.....               | 1/2 % <i>ad val.</i> |

**S**

|                                         |                      |
|-----------------------------------------|----------------------|
| Sabão estrangeiro.....                  | 8                    |
| Dito nacional.....                      | 3                    |
| Sabonetes.....                          | 6                    |
| Sabres.....                             | 6                    |
| Sabugueiro.....                         | 6                    |
| Sabugos de milho.....                   | 14                   |
| Saca-rolhas.....                        | 8                    |
| Saccas de algodão e outras do paiz..... | 3                    |
| Ditas em retorno (vide art. 99).        |                      |
| Saccharímetros .....                    | 7                    |
| Saccharum.....                          | 3                    |
| Sachos.....                             | 8                    |
| Safras (bigornas).....                  | 5                    |
| Sapa (pó mineral).....                  | 5                    |
| Sagú.....                               | 4                    |
| Saguibs.....                            | 9                    |
| Saias.....                              | 6                    |
| Sal ordinario.....                      | 4 A                  |
| Dito refinado.....                      | 8                    |
| Saes (drogas).....                      | 6                    |
| Ditos para fabricas.....                | 5                    |
| Salames estrangeiros.....               | 8                    |
| Ditos nacionaes.....                    | 3                    |
| Salgadeiras.....                        | 8                    |
| Salitre .....                           | 6                    |
| Dito em bruto.....                      | 14                   |
| Salsa.....                              | 2 A ou 4             |
| Salsaparrilha .....                     | 6                    |
| Salvas de ouro ou prata.....            | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditas de metaes e casquinha .....       | 6                    |
| Salva-vidas .....                       | 8                    |
| Samambaia.....                          | 14                   |
| Samburá.....                            | 8                    |
| Sandalias .....                         | 6                    |
| Sanfonas.....                           | 7                    |
| Sangue de animaes.....                  | 14                   |
| Sanguessugas.....                       | 6                    |
| Santonin.....                           | 6                    |
| Sapatos estrangeiros.....               | 6                    |
| Ditos nacionaes.....                    | 3                    |
| Sapé .....                              | 14                   |

|                                               | Tabella              |
|-----------------------------------------------|----------------------|
| Saphiras.....                                 | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Sardinhas em lata.....                        | 8                    |
| Sarjadeiras.....                              | 7                    |
| Sarrafos.....                                 | 14                   |
| Sassafraz (casca).....                        | 6                    |
| Saxophones e semelhantes.....                 | 7                    |
| Scenarios.....                                | 8                    |
| Sebo nacional.....                            | 3                    |
| Dito estrangeiro.....                         | 8                    |
| Seccante.....                                 | 6                    |
| Secretárias (vide mobilia).                   |                      |
| Sedas.....                                    | 6                    |
| Dita crúa.....                                | 6                    |
| Sedlitz.....                                  | 6                    |
| Seres (vide carros).                          |                      |
| Selenito.....                                 | 5                    |
| Sellas, sellins e silhões.....                | 6                    |
| Sellaria (artigos de), não classificados..... | 6                    |
| Sellos.....                                   | 1/4 % <i>ad val.</i> |
| Sementes.....                                 | 8                    |
| Seratinas (fazendas).....                     | 6                    |
| Seringas.....                                 | 6                    |
| Serpentinas de ouro ou prata.....             | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditas de bronze, vidro, crystal, etc.....     | 7                    |
| Ditas para alambique.....                     | 5                    |
| Serras e serrotes.....                        | 8                    |
| Ditos para cirurgia.....                      | 7                    |
| Serragens.....                                | 14                   |
| Serralheria (artigos de).....                 | 8                    |
| Setins e setinetas.....                       | 6                    |
| Settas.....                                   | 7                    |
| Sextantes.....                                | 7                    |
| Silicatos puros.....                          | 6                    |
| Ditos impuros.....                            | 5                    |
| Sinapismos.....                               | 6                    |
| Sinets de ouro ou prata.....                  | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos diversos.....                           | 6                    |
| Sinos e sinets.....                           | 8                    |
| Siphões para aguas gazosas.....               | 6                    |
| Ditos de metal.....                           | 8                    |
| Sipó.....                                     | 14                   |
| Sirgueiro (artigos de).....                   | 6                    |
| Sobretulos.....                               | 6                    |
| Soda.....                                     | 6                    |
| Dita em bruto.....                            | 14                   |
| Sofás (vide mobilia).                         |                      |
| Sola estrangeira.....                         | 8                    |
| Dita nacional.....                            | 3                    |
| Solda.....                                    | 8                    |
| Sombra da Colonia e de Oliveira.....          | 6                    |

## Tabella

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| Sondas para engenheiros.....                    | 5  |
| Ditas de cirurgia.....                          | 7  |
| Soquetes.....                                   | 5  |
| Sovelas e instrumentos de sapateiro.....        | 8  |
| Stearina.....                                   | 8  |
| Suadouros para sellim.....                      | 6  |
| Substancias de pouco valor uteis á lavoura..... | 14 |
| Sulfatos e sulfitos não classificados.....      | 6  |
| Sulfureto de carbono (formicida).....           | 14 |
| Surdinas.....                                   | 6  |
| Surrões.....                                    | 5  |
| Suspensorios.....                               | 6  |

## T

|                                       |                      |
|---------------------------------------|----------------------|
| Tabaco estrangeiro.....               | 6                    |
| Dito nacional.....                    | 3                    |
| Taboavlo.....                         | 12                   |
| Dito aparelhado.....                  | 13                   |
| Taboleiros.....                       | 8                    |
| Ditos com vidraça.....                | 7                    |
| Taboletas.....                        | 6                    |
| Taboas de gamão.....                  | 6                    |
| Tachins.....                          | 6                    |
| Tachas.....                           | 5                    |
| Tachos.....                           | 8                    |
| Ditos para engenhos e fabricas.....   | 5                    |
| Tacos para bilhares e bagatellas..... | 7                    |
| Tafetá.....                           | 6                    |
| Talagarça.....                        | 8                    |
| Talas de madeira para fractura.....   | 6                    |
| Talabartes para zabumba.....          | 6                    |
| Talco.....                            | 8                    |
| Tallias de barro estrangeiras.....    | 6                    |
| Ditas nacionaes.....                  | 3                    |
| Talhadeiras.....                      | 8                    |
| Talheres de prata.....                | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Ditos diversos.....                   | 8                    |
| Tamancos estrangeiros.....            | 6                    |
| Ditos nacionaes.....                  | 3                    |
| Tamaras em conserva.....              | 8                    |
| Tamarindos frescos.....               | 2 A ou 4             |
| Tambores (musica).....                | 7                    |
| Ditos para engenhos.....              | 5                    |
| Tamboretes (vide mobilia).....        |                      |
| Tampões.....                          | 12                   |
| Tanatos.....                          | 6                    |
| Tanino.....                           | 6                    |
| Tanques para engenhos e casas.....    | 5                    |

## Tabella

|                                          |               |
|------------------------------------------|---------------|
| Tapeçaria (artigos de).....              | 6             |
| Tapetes.....                             | 6             |
| Tapioca.....                             | 4             |
| Taquara.....                             | 12            |
| Taramelas de ferro.....                  | 8             |
| Tarrachas.....                           | 8             |
| Tarrafas.....                            | 8             |
| Tartaro.....                             | 6             |
| Tartaruga em obra não classificada.....  | 7             |
| Dita bruta.....                          | 8             |
| Tartarugas.....                          | 9             |
| Tatús.....                               | 9             |
| Teares.....                              | 5             |
| Tecidos estrangeiros.....                | 6             |
| Ditos nacionaes.....                     | 3             |
| Ditos metallicos.....                    | 8             |
| Teclas e teclados.....                   | 6             |
| Telas metallicas.....                    | 8             |
| Telescopios.....                         | 7             |
| Telhas de barro.....                     | 14            |
| Ditas de vidro.....                      | 8             |
| Tenders de locomotivas.....              | 5 ou 17       |
| Tentas.....                              | 7             |
| Terebintlina.....                        | 6             |
| Tesouras.....                            | 8             |
| Thermometros.....                        | 7             |
| Theodolitos.....                         | 7             |
| Tijelas.....                             | 6             |
| Tijolos de barro.....                    | 14            |
| Ditos de marmore ou louça.....           | 6             |
| Ditos para limpar metal.....             | 8             |
| Tilburys (vide carros).....              |               |
| Timbales.....                            | 7             |
| Tinas (vide barris).....                 |               |
| Tincaes.....                             | 6             |
| Tintas e tinturas não classificadas..... | 6             |
| Tintas para escrever.....                | 8             |
| Tinteiros.....                           | 8             |
| Tipitis.....                             | 5             |
| Tiras bordadas.....                      | 6             |
| Tira-linhas.....                         | 8             |
| Titulos de valor.....                    | 1/4 % ad val. |
| Toalhas estrangeiras.....                | 6             |
| Ditas nacionaes.....                     | 3             |
| Tochas.....                              | 6             |
| Togas.....                               | 6             |
| Toldas.....                              | 8             |
| Tolú.....                                | 6             |
| Tomates.....                             | 2 A ou 4      |
| Toneis (vide barris e art. 90).....      |               |



## Tabella

|                                                   |                      |    |
|---------------------------------------------------|----------------------|----|
| Topazios.....                                     | 1/2 % <i>ad val.</i> |    |
| Torcidas.....                                     |                      | 8  |
| Torneiras.....                                    |                      | 8  |
| Tornos.....                                       |                      | 5  |
| Torneis de ouro e prata.....                      | 1/2 % <i>ad val.</i> |    |
| Ditos diversos.....                               |                      | 8  |
| Tóros (madeira).....                              |                      | 12 |
| Torquezes.....                                    |                      | 8  |
| Torrador de café.....                             |                      | 8  |
| Torteiras.....                                    |                      | 8  |
| Tosqueadores (machina).....                       |                      | 8  |
| Toucas e toucados para senhoras.....              |                      | 7  |
| Toucadores (vide mobilia).                        |                      |    |
| Toucinho.....                                     |                      | 4  |
| Touros.....                                       |                      | 11 |
| Trabuco.....                                      |                      | 6  |
| Trados.....                                       |                      | 8  |
| Tranças diversas.....                             |                      | 6  |
| Trancas e tranquetas de ferro.....                |                      | 8  |
| Transparentes para janellas.....                  |                      | 8  |
| Trapezios.....                                    |                      | 6  |
| Tapos.....                                        |                      | 14 |
| Trastes (vide mobilia).                           |                      |    |
| Travesseiros.....                                 |                      | 6  |
| Ditos ordinarios.....                             |                      | 8  |
| Trelas.....                                       |                      | 6  |
| Trem de cozinha.....                              |                      | 8  |
| Dito usado.....                                   |                      | 5  |
| Tremós (vide mobilia).                            |                      |    |
| Tremoços.....                                     |                      | 4  |
| Trempes.....                                      |                      | 8  |
| Trenas.....                                       |                      | 8  |
| Triangulos (musica).....                          |                      | 7  |
| Trigo em grão.....                                |                      | 4  |
| Trilhos para estradas de ferro e accessorios..... |                      | 5  |
| Trinchas e trinchetas para pintores.....          |                      | 8  |
| Trincos de ferro.....                             |                      | 8  |
| Trocatsrs.....                                    |                      | 8  |
| Trolys (vide carros).                             |                      |    |
| Trombetas.....                                    |                      | 7  |
| Tubos de ferro para encanamentos.....             |                      | 5  |
| Ditos de barro.....                               |                      | 14 |
| Ditos de vidro.....                               |                      | 6  |
| Turbinas.....                                     |                      | 5  |
| Turfa.....                                        |                      | 14 |
| Tympanos (campainhas).....                        |                      | 8  |
| Typos.....                                        |                      | 8  |

## U

## Tabella

|                                              |          |
|----------------------------------------------|----------|
| Unguentos.....                               | 6        |
| Unhas de animaes.....                        | 14       |
| Urnas.....                                   | 7        |
| Ursos (vide art. 57).                        |          |
| Urucú.....                                   | 6        |
| Urzella.....                                 | 6        |
| Utensilios domesticos não classificados..... | 8        |
| Uvas estrangeiras.....                       | 8        |
| Ditas nacionaes.....                         | 2 A ou 4 |

## V

|                                                                     |                      |
|---------------------------------------------------------------------|----------------------|
| Vaccas.....                                                         | 11                   |
| Vaccina.....                                                        | 6                    |
| Valerianatos.....                                                   | 6                    |
| Valores não especificados.....                                      | 1/2 % <i>ad val.</i> |
| Varas.....                                                          | 12                   |
| Varaes para carros.....                                             | 5                    |
| Varandas de ferro.....                                              | 5                    |
| Vasos.....                                                          | 7                    |
| Vassouras.....                                                      | 8                    |
| Vasadores.....                                                      | 8                    |
| Vasios em geral (em retorno).....                                   | 14                   |
| Veados.....                                                         | 10                   |
| Velas de cêra, carnaúba, spermacete, composição<br>ou stearina..... | 8                    |
| Ditas de sebo.....                                                  | 3                    |
| Velocipedes.....                                                    | 8                    |
| Vellulo.....                                                        | 6                    |
| Venezianas (janellas).....                                          | 5                    |
| Ventarolas.....                                                     | 6                    |
| Ventiladores.....                                                   | 5                    |
| Ventosas.....                                                       | 6                    |
| Véos.....                                                           | 6                    |
| Verdete.....                                                        | 6                    |
| Verduras.....                                                       | 2 A ou 4             |
| Vermelhão.....                                                      | 6                    |
| Vermout.....                                                        | 6                    |
| Vernizes.....                                                       | 6                    |
| Verrugas.....                                                       | 8                    |
| Vestidores.....                                                     | 8                    |
| Vesicatorios.....                                                   | 6                    |
| Vidrilho.....                                                       | 8                    |
| Vidros ordinarios.....                                              | 6                    |
| Ditos finos.....                                                    | 7                    |
| Ditos fabricados no Estado.....                                     | 3                    |
| Vigas.....                                                          | 12                   |

## Tabella

|                                              |    |
|----------------------------------------------|----|
| Vimes.....                                   | 8  |
| Vinagre estrangeiro.....                     | 6  |
| Dito nacional.....                           | 3  |
| Vinho estrangeiro.....                       | 6  |
| Dito nacional.....                           | 3  |
| Violas, violões, violinos e semelhantes..... | 7  |
| Viradores de estrada de ferro.....           | 5  |
| Viseiras.....                                | 7  |
| Vistas para lanternas.....                   | 7  |
| Visgo.....                                   | 8  |
| Vitellas.....                                | 10 |
| Vitrinas.....                                | 7  |
| Volantes (rodas).....                        | 5  |
| Vulcanite.....                               | 8  |

**W**

|                                  |    |
|----------------------------------|----|
| Wagões rebocados.....            | 16 |
| Ditos desarmados.....            | 5  |
| Water-closets.....               | 8  |
| Water-proofs (impermeaveis)..... | 6  |
| Whiskey.....                     | 6  |

**X**

|                         |   |
|-------------------------|---|
| Xadrez (jogo).....      | 6 |
| Xaropes.....            | 6 |
| Xarque.....             | 4 |
| Xerga para animaes..... | 6 |

**Y**

|               |   |
|---------------|---|
| Yatagans..... | 6 |
|---------------|---|

**Z**

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Zabumbas.....                | 7 |
| Zebbras (vide art. 57).      |   |
| Zinco em bruto ou folha..... | 5 |
| Dito em obra.....            | 8 |
| Zarcão.....                  | 5 |

## COMPANHIA MOGYANA

LINHAS — RIBEIRÃO PRETO A JAGUARA, RAMAL DE CALDAS E  
JAGUARA A CATALÃO

*Bases das tarifas*

Tabella 1 — Passageiros — *Ribeirão Preto a Jaguara e Jaguara a Catalão*:

|           |                        |                    |
|-----------|------------------------|--------------------|
| 1ª classe | De 0 a 150 kilometros. | 90 réis por kilom. |
|           | » 150 a 300 »          | 80 » » »           |
|           | » 300 em deante.....   | 70 » » »           |

(O preço mínimo de uma passagem desta classe será 200 réis.

Os bilhetes de ida e volta terão um abatimento de 25 %.)

|           |                        |                    |
|-----------|------------------------|--------------------|
| 2ª classe | De 0 a 150 kilometros. | 45 réis por kilom. |
|           | » 150 a 300 »          | 40 » » »           |
|           | » 300 em deante.....   | 35 » » »           |

(O preço mínimo de uma passagem desta classe será 100 réis.

Não haverá bilhetes de ida e volta, com abatimento, nesta classe.)

## RAMAL DE CALDAS

Para este ramal vigorarão os preços constante da tabella annexa:

Com destino à estação de Caldas haverá bilhetes especiaes de ida e volta, válidos por 60 dias, cujos preços serão calculados sob as seguintes bases:

37,5 réis por kilometro para a 1ª classe.

22,5 réis por kilometro para a 2ª classe.

Esses bilhetes, válidos por 60 dias, serão vendidos (por prévio accordo) nas estações de Santos, Luz e Jundiahy da Companhia S. Paulo Railway; nas do Rio Claro e Pirassinunga, da

Companhia Paulista e nas de  
Campinas, Amparo, Mogymirim,  
Casa Branca, Jaguará e Ube-  
raba desta companhia.

Tabella 1 A — Bagagens de passageiros... 500 réis por tone-  
lada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é  
de 200 réis.)

» 2 — Encommendas ou mercadorias  
transportadas pelos trens de pas-  
sageiros..... 750 réis por tone-  
lada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é  
de 200 réis.)

» 2 A — Gelo, peixe fresco, ostras,  
caça, verduras, frutas, carne  
fresca, pão, leite e ovos..... 250 réis por tone-  
lada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é  
de 200 réis.)

» 3 — Café, algodão em rama, as-  
sucar, fumo, couros seccos e de-  
mais productos semelhantes.... 250 réis por tone-  
lada por kilom.

Tambem os generos fabricados no  
paiz, quando não classificados  
nas outras tabellas.

(O frete minimo de um despacho é  
de 200 réis.)

» 3 A — Café em casquinha e os de-  
mais generos classificados nesta  
tabella..... 180 réis por tone-  
lada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é  
de 200 réis.)

» 3 B — Café em cereja ou coco e os  
demais generos classificados nes-  
ta tabella..... 170 réis por tone-  
lada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é  
de 200 réis.)

» 4 — Generos alimenticios de pri-  
meira necessidade, como: fari-  
nha, arroz, feijão, milho, legu-  
mes frescos, toucinho e raizes  
alimenticias, e os generos classi-  
ficados nas tabellas ns. 12, 13 e

14 em quantidade menor de uma tonelada:

|                                           |                                  |
|-------------------------------------------|----------------------------------|
| Até 150 kilometros.....                   | 100 réis por tonelada por kilom. |
| O excedente a 150 até 300 kilometros..... | 70 réis por tonelada por kilom.  |
| O excedente a 300 kilometros....          | 50 réis por tonelada por kilom.  |

(Os generos de primeira necessidade produzidos no Estado de S. Paulo (com excepção de toucinho), como agua, araruta, arroz, café moido, carne fresca, centeio, farinha de milho ou mandioca, feijão, frutas frescas, hortaliça fresca, leite fresco, milho, ovos frescos, pão, peixe fresco, raizes alimenticias e verduras, pagarão 50 % menos. O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

Tabella 4 A — Sal ordinario — tabella especial. Os demais generos classificados nesta tabella..... 140 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

- » 5 — Cobre, chumbo, ferro em barras e chapas, trilhos para vias ferreas, tubos de ferro e outros metaes communs especialmente para construcções. Tambem machinas e utensilios para a agricultura e industria, couros salgados e os demais generos classificados nesta tabella..... 140 réis por tonelada por kilom.

(Os trilhos e seus accessorios pertencentes ás companhias de estradas de ferro, quando despachados de Santos, terão um abatimento de 20 %.

O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

- » 6 — Tecidos de seda, lã ou algodão e generos de importação não classificados nas outras tabellas. Tambem petroleo, agua-raz e

outros espiritos, polvora e outras substancias inflammaveis ou explosivas : phosphoros, fogos de arteificio, etc.....

300 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

Tabella 7 — Objectos, quer de exportação, quer de importação, de grande volume e pouco peso, como: caixões com chapéus de copa alta e semelhantes. Objectos frageis de grande responsabilidade, como: espelhos, porcelana e instrumentos de musica, de cirurgia, de engenharia e semelhantes, e os demais generos nesta tabella classificados.....

450 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

» 8 — Generos não classificados nas outras tabellas, principalmente de importação, como: ferragens em geral, objectos de armarinho e de escriptorio, impressos, conservas estrangeiras, etc.....

220 réis por tonelada por kilom.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

» 9 — Perús, gausos, patos, marrecos, gallinhas, faisões, araras, papagaios e outras aves domesticas e silvestres. Leitões, pacas, macacos, kagados, tatús, coatys e outros animais pequenos:

Até 150 kilometros..... 380 réis por tonelada por kilom.

O excedente a 150 até 300 kilometros..... 340 réis por tonelada por kilom.

O excedente a 300 kilometros.... 300 réis por tonelada por kilom.

Tanto em trens de passageiros como de cargas.

(O frete minimo de um despacho é de 200 réis.)

» 10 — Poltrinhos, bezerros, carneiros, cabras e cabritos, porcos,

|         |                                                                                                                                                                    |                                     |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
|         | cães amordaçados e outros quadrupedes semelhantes.....                                                                                                             | 10 réis por cabeça por kilom.       |
|         | (Cobrar-se-ha taxa dupla pelos despachos por trens de passageiros.)                                                                                                |                                     |
|         | Os animaes classificados nesta tabella, quando transportados em trens de mercadorias e em numero superior a 20, pagarão:                                           |                                     |
|         | Até 150 kilometros.....                                                                                                                                            | 10 réis por cabeça por kilom.       |
|         | O excedente a 150 até 300 kilometros                                                                                                                               | 9 réis por cabeça por kilom.        |
|         | O excedente a 300 kilometros.....                                                                                                                                  | 7 réis por cabeça por kilom.        |
|         | (O frete minimo de um despacho é de 300 réis.)                                                                                                                     |                                     |
| Tabella | 11 — Cavallos, burros, jumentos, bois, vacas e touros.....                                                                                                         | 75 réis por cabeça por kilom.       |
|         | Os animaes classificados nesta tabella, quando transportados em trens de mercadorias e em numero de seis para cima, pagarão:                                       |                                     |
|         | Até 150 kilometros.....                                                                                                                                            | 60 réis por cabeça por kilom.       |
|         | O excedente a 150 até 300 kilometros                                                                                                                               | 45 réis por cabeça                  |
|         | O excedente a 300 kilometros.....                                                                                                                                  | 30 réis por kilom.                  |
|         | Havendo despacho para 100 cabeças, tabella especial.....                                                                                                           | 20 réis por cabeça por kilom.       |
|         | (O frete minimo de um despacho é de 1\$000.)                                                                                                                       |                                     |
| »       | 12 — Madeiras brutas, serradas ou lavradas, caibros e varas até 4 <sup>m</sup> ,50 de comprimento e até o peso de cinco toneladas ou seis metros cubicos, pagarão: |                                     |
|         | Até 150 kilometros.....                                                                                                                                            | 240 réis por 5 toneladas por kilom. |
|         | O excedente a 150 até 300 kilometros                                                                                                                               | 220 réis por 5 toneladas por kilom. |
|         | O excedente a 300 kilometros.....                                                                                                                                  | 220 réis por 5 toneladas por kilom. |
|         | Madeiras até 9 <sup>m</sup> ,0 de comprimento e até o peso de 10 toneladas ou 12 metros cubicos, pagarão o dobro das taxas acima para cinco toneladas.             |                                     |



Madeiras até 12<sup>m</sup>,0 de comprimento e até o peso de 10 toneladas ou 12 metros cubicos, pagarão 2,25 vezes as taxas acima para cinco toneladas.

O excesso de peso será cobrado por tonelada na razão da respectiva tabella.

Quantidade menor de uma tonelada será taxada a peso pela tabella 4, excepto quando por seu comprimento demandar mais de um vagão, ficando então o transporte sujeito ás disposições do art. 93 do regulamento de tarifas.

(O frete minimo é de 3\$ para os vagões de quatro rodas, de 6\$ para os vagões duplos e de 9\$ para os trilhos.

Esta taxa minima applica-se sobre cinco e 10 toneladas, sendo o excesso cobrado na razão das taxas acima.)

Tabella 13 — Madeiras apparelhadas para construcção até o comprimento de 4<sup>m</sup>,50 e até o peso de cinco toneladas ou seis metros cubicos, pagarão:

|                                      |                                     |
|--------------------------------------|-------------------------------------|
| Até 150 kilometros.....              | 320 réis por 5 toneladas por kilom. |
| O excedente a 150 até 300 kilometros | 300 réis por 5 toneladas por kilom. |
| O excedente a 300 kilometros.....    | 280 réis por 5 toneladas por kilom  |

Madeiras até 9<sup>m</sup>,0 de comprimento e até o peso de 10 toneladas ou 12 metros cubicos pagarão o dobro das taxas acima para cinco toneladas.

Madeiras até 12<sup>m</sup>,0 de comprimento e até o peso de 10 toneladas ou 12 metros cubicos pagarão 2,25 vezes as taxas acima para cinco toneladas.

O excesso de peso será cobrado por tonelada na razão da respectiva tabella.

Quantidade menor de uma tonelada será taxada a peso pela

tabella 4 ; excepto quando por seu comprimento demandar mais de um vagão, ficando então o transporte sujeito às disposições do art. 93 do regulamento de tarifas.

(O frete minimo é de 3\$ para os vagões de quatro rodas, de 6\$ para os vagões duplos e de 9\$ para os triplos.

Esta taxa minima applica-se sobre cinco e 10 toneladas, sendo o excesso cobrado na razão das taxas acima.)

Tabella 14 — Cal, carvão vegetal ou mineral, telhas, tijolos, tubos de barro, betumes, enxofre em bruto, pedras, dormentes de madeira para ferro-vias e carris de ferro, ripas, moirões de madeira para cercas, lenha, capim, estume e outras substancias uteis á lavoura e á industria e de valor insignificante em relação a seu volume :

|                                           |                                                  |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| Até 150 kilometros,.....                  | 160 réis por vagão de cinco toneladas por kilom. |
| O excedente a 150 até 300 kilometros..... | 150 réis por vagão de cinco toneladas por kilom. |
| O excedente a 300 kilometros....          | 140 réis por vagão de cinco toneladas por kilom. |

Ferragens produzidas no Estado, quando despachadas do interior, terão um abatimento de 25 % na respectiva tabella.

O excesso de cinco toneladas é cobrado, por tonelada, na razão da respectiva tabella.

(O frete minimo é de 3\$ por cada vagão.)

» 15 — Carro ou carroça ordinaria de duas rodas..... 130 réis cada um por kilom.

Os de quatro rodas pagarão mais 50 %.

Cobrar-se-ha taxa dupla pelos despachos por trens de passageiros.

(O frete minimo é de 1\$ por cada carro ou carroça.)

Tabella 16 — Carros de vias ferreas, rebocados..... 120 réis cada um por kilom.

(O frete minimo é de 1\$ por cada um.)

» 17 — Locomotivas e tenders, rebocados..... 800 réis cada um por kilom.

(O frete minimo é de 3\$ por cada um.)

As taxas differenciaes são sómente applicaveis nas estradas que as adoptarem ; quando, porém, tratar-se de duas ou mais estradas que entre si não tenham tolas admittido aquellas tabellas, os respectivos fretes serão calculados como si taes tabellas não existissem.

Capital Federal, 6 de setembro de 1895. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 2088 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1895

Approva as modificações nas condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas em vigor na Estrada de Ferro de Santa Maria á Cruz Alta.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie de Chemins de Fer Sud Ouest Brésilien*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvadas as modificações nas condições regulamentares, classificação geral de mercadorias e tarifas em vigor na Estrada de Ferro Santa Maria á Cruz Alta, segundo o decreto n. 1882, de 7 de novembro de 1894, as quaes com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 12 de setembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Tarifas e condições regulamentares para o transporte de passageiros e mercadorias e transmissão de telegrammas pela Estrada de Ferro de Santa Maria á Cruz Alta, a que se refere o decreto n. 2088, desta data

## TARIFA N. 1

### TRANSPORTE DE VIAJANTES

#### *Bilhetes ordinarios*

Art. 1.º Os passageiros pagarão os preços da tarifa n. 1, correspondentes ás classes de suas passagens.

Art. 2.º As crianças menores de 3 annos conduzidas ao collo, terão passagem gratuitas. As de 3 até 8 annos pagarão meia passagem; ficando nesse caso salvo á companhia o direito de accomodar duas, embora de familias differentes, em logar destinado a um só passageiro.

Art. 3.º Nenhum passageiro poderá viajar sem bilhete ou passe em fórma, dado por agente da estrada.

Art. 4.º A venda dos bilhetes começará meia hora e cessará cinco minutos antes da partida dos trens.

Art. 5.º A entrada na plataforma das estações será vedada ás pessoas não munidas de bilhetes ou passes.

Art. 6.º Os bilhetes simples e os passes só darão direito ao transporte nos trens, dias e classes, e até as estações nelles indicadas.

Art. 7.º Os passes concedidos em serviço do Governo ou da estrada serão intransferiveis; seus portadores não poderão viajar em carros do classe superior á que se achar nelles designada, ainda mesmo pagando a differença correspondente.

Art. 8.º A companhia terá o direito de arrecadar qualquer dos passes de que trata o artigo antecedente, quando apresentado por outra pessoa que não a nelle indicada, cobrando o duplo do preço da passagem.

Art. 9.º Os passageiros sem bilhete e os portadores de bilhetes não carimbados ou peremptos pagarão o preço de sua viagem a contar do ponto inicial da partida do trem, caso pelos seus conhecimentos de bagagens não fique provada a estação em que tenham embarcado, e mais o supplemento de mil réis pelo bilhete vendido no trem, qualquer que seja a extensão percorrida e a classe do passageiro.

Art. 10. Os passageiros que se recusarem a exhibir os seus bilhetes ou passes quando isso for exigido pelos empregados da

estrada, serão considerados como tendo embarcado sem bilhete e, nessa conformidade, sujeitos as determinações do art. 9 embora venham a exhibir mais tarde os seus bilhetes.

Art. 11. Os passageiros que excederem o trajecto a que tiverem direito ou viajarem em carro de classe superior à indicada nos seus bilhetes, pagarão a diferença de sua passagem.

Nesse caso o conductor do trem será obrigado a fornecer um bilhete suplementar com indicação da quantia recebida.

Art. 12. Os passageiros que ficarem em qualquer ponto áquem do designado em seus bilhetes, deverão fazer entrega destes ao chefe da estação e perderão o direito ao resto da viagem que só poderão effectuar comprando novo bilhete ou apresentando novo passe.

#### *Bilhetes de ida e volta*

Art. 13. A companhia poderá conceder aos viajantes de 1ª classe bilhetes de ida e volta com abatimento de 25 % sobre a importância total das passagens.

Art. 14. Os bilhetes de ida e volta darão direito a uma só viagem em cada sentido.

Art. 15. Os portadores de bilhetes de ida e volta só poderão tomar o trem nas estações mencionadas nos seus bilhetes, quer para a ida, quer para a volta.

Art. 16. No caso de pararem em qualquer estação nos limites de seus bilhetes, estes não lhes darão o direito de continuarem a viagem em outro trem.

Art. 17. Os bilhetes de ida e volta darão direito à volta em qualquer trem ordinario de passageiros dentro de 10 dias entre estações terminaes e de seis dias entre intermediarias, contados da data em que for vendido o bilhete. Quando na expiração desses prazos não houver trem à volta, esta só poderá ter logar no primeiro trem ordinario que se seguir.

#### TRANSPORTE DE ALIENADOS E DOENTES

Art. 18. As pessoas em estado de enfermidade tal que possam incomodar aos demais viajantes, e bem assim os alienados, só poderão viajar em carro separado.

Art. 19. Os doentes em estado grave, bem como os alienados, não serão admitidos si não forem acompanhados por pessoas que os vigiem.

Art. 20. O preço do transporte nesse caso será o correspondente à lotação total dos respectivos carros, com o abatimento de 25 %.

Art. 21. Os transportes desta especie deverão ser pedidos com antecedencia de 24 horas ao chefe da estação central e com a de 48 horas aos chefes das outras estações.

## ALUGUEL DE CARROS E COMPARTIMENTOS OU LOGARES RESERVADOS

Art. 22. Os pedidos de aluguel de carros ou compartimentos deverão ser feitos com antecedencia de 12 horas na estação central e de 24 horas nas outras estações.

O aluguel dos carros ou compartimentos será pago adeantadamente e não será restituído caso a viagem deixe de effectuar-se seja por vontade, seja por negligencia dos que tiverem feito a requisição.

Art. 23. Nenhum carro ou compartimento, embora integralmente alugado, poderá conduzir maior numero de viajantes do que comportar a respectiva lotação; e a bagagem destes ficará sujeita as mesmas condições da bagagem dos viajantes ordinarios.

Art. 24. O aluguel de um carro ou compartimento para viagens simples ou de ida e volta será calculado segundo a lotação respectiva, com o abatimento de 25 %.

## TRENS ESPECIAES

Art. 25. A companhia poderá recusar fornecer trens especiaes; si os conceder, porém, serão observadas as seguintes disposições:

1ª, o preço será estabelecido tendo-se em vista a despeza que deve occasionar o trem especial pedido e sua utilização;

2ª, o pedido deverá ser feito com a antecedencia de 24 horas na estação central e de 48 horas nas demais estações, mencionando-se o numero de logares de cada classe de que se deva compor o trem, bem como a quantidade de bagagem e importancia de outros transportes;

3ª, os fretes serão pagos adeantadamente conforme o art. 22;

4ª, a lotação dos carros não poderá ser excedida;

5ª, si o requisitante, por qualquer motivo, não se utilizar do trem, perderá a metade do preço que houver pago, embora previna a administração antes da hora marcada para a partida.

## TRENS DE EXCURSÃO

Art. 26. A administração poderá formar trens de recreio a preços reduzidos.

## DISPOSIÇÕES POLICIAES

Art. 27. Será expressamente prohibido a qualquer passageiro:

1º, passar de um trem para outro estando qualquer delles em movimento;

2º, viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fóra;

3º, viajar nos carros de 1ª classe, estando descalço ou calçado de chinelllos ou tamancos;

4º, entrar ou sair dos carros estando o trem em movimento;

5º, entrar ou sair por outro lugar que não seja a plataforma da estação e porta para esse fim designada;

6º, entrar ou sair sem ser pela portinhola que o guarda designar;

7º, fumar nas salas de espera enquanto ali permanecerem senhoras.

Art. 28. A entrada nos trens será interdita:

1º, às pessoas embriagadas, às indecentemente vestidas e às affectadas de molestia repellente ou contagiosa;

3º, aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis ou objectos que possam incomodar a outros passageiros.

Art. 29. Ninguém poderá transportar consigo nos carros mais de uma arma de fogo, a qual deverá ser apresentada ao chefe da estação para que verifique si está descarregada.

Esta disposição não comprehende os agentes da força publica que viajarem em serviço do Governo.

Art. 30. O viajante que infringir qualquer das disposições do presente regulamento ou provocar conflictos, si persistir na infracção depois de advertido pelos empregados será posto fóra da estação, sendo-lhe restituído o valor do bilhete, si não tiver começado a viagem.

Si a infracção for commettida durante a viagem o passageiro incorrerá na multa de 5\$ a 50\$; e no caso de recusar-se a pagar-a ou de não se corrigir depois de satisfeita a mesma, o conductor de trem o entregará ao chefe da estação mais proxima para que o remetta á autoridade policial, de conformidade com o regulamento geral de 22 de abril de 1857.

## TARIFA N. 2

### BAGAGENS, ENCOMMENDAS E VALORES

Art. 31. As encomendas e bagagens e os objectos cujo peso não exceder a 100 kilogrammas ou um metro cubico de volume, e que forem transportados pelos trens de passageiros, pagarão pela classe 1ª da tarifa n. 2, sendo seus fretes satisfeitos no acto da inscripção.

Taes volumes deverão ser apresentados a despacho 20 minutos, pelo menos, antes da partida do trem que tiver de conduzi-los, e serão registrados. Os arreios pertencentes a passageiros terão abatimento de 50 %.

Art. 32. Cada viajante só poderá levar consigo, livre de frete e sob sua unica responsabilidade, um pequeno volume com roupa ou artigos para seu uso durante o trajecto, devendo o volume ser de dimensões taes que possa ficar debaixo dos bancos dos carros e sem inconveniente para os demais passageiros, a juizo do conductor do trem.

Art. 33. Uma familia ou grupo de pessoas viajando juntas não poderá, allegando essa circumstancia, augmentar as dimensões do volume cujo transporte gratuito é permittido a cada passageiro. Assim, em caso algum será admittido no carro qualquer volume cujas dimensões excedam ás do espaço livre debaixo do assento, concedido a cada passageiro.

Art. 34. Não podem, outrossim, ser introduzidos nos carros objectos que pelo seu máo cheiro ou por acarretarem perigo, a juizo do conductor do trem, possam incommodar aos viajantes.

Art. 35. As demais bagagens de qualquer ordem serão despachadas e conduzidas em carro especial.

Art. 36. Os volumes de bagagens ou encomendas poderão ser recusados nos trens de passageiros, desde que o seu peso exceda a 100 kilogrammas ou seu volume exceda a um metro cubico, ou ainda por serem substancias de conducção perigosa.

Art. 37. Os volumes que forem apresentados a despacho deverão estar convenientemente acondicionados de modo a poderem resistir aos choques inherentes ao transporte em estrada e ferro.

As malas, caixas, canastras, etc. deverão estar fechadas.

Art. 38. As bagagens e encomendas expedidas pela classe 1ª da tarifa n. 2 deverão ser retiradas dentro das 24 horas que se seguirem á da sua chegada a estação destinataria. As que não forem retiradas naquello prazo ficarão por conta e risco daquelles a quem pertencerem, sujeitas á armazenagem de 100 réis por dia por 10 kilogrammas e por fração de 10 kilogrammas.

Os volumes que, a pedido ou por negligencia do expositor, deixarem de ser retirados no prazo citado, ficarão sujeitos ás mesmas condições de armazenagem.

A companhia não será responsavel pelos riscos provenientes da natureza ou especie dos objectos contidos nos volumes, bagagens ou encomendas.

Art. 39. Em caso de perda ou damno de um ou mais volumes expedidos pelas condições da classe 1, tarifa 2, a administração só será responsavel pela somma correspondente ao peso dos objectos perdidos ou damnificados, á razão de 1\$ por kilogramma.

Si a indemnisação tiver logar por damno ou avaria e na razão acima fixada, os volumes ficarão pertencendo á companhia.

Esta disposição não se entende com os objectos preciosos cujo valor tiver sido declarado, nem com os volumes cujo conteúdo for conhecido, os quaes serão pagos, aquelles pelos respectivos valores e estes por arbitramento feito de accordo com as leis em vigor.

Art. 40. O frete minimo de uma expedição de bagagem ou encomenda será de 400 réis.

Nos volumes de encomendas deverão ser declarados o nome do consignatario e o da estação de destino.

Art. 41. Dinheiro em papel ou metal, joias, pedras e metaes preciosos, objectos de ouro ou prata, titulos ao portador ou



outros quaesquer semelhantes, pagarão além de 50 % sobre os preços da classe 1 da tarifa n. 2, mais 1/2 % *ad valorem*.

O minimo da taxa a cobrar *ad valorem* será de 500 réis.

Esses objectos serão cuidadosamente pesados, e só serão expedidos em trens de passageiros.

Deverão ser bem acondicionados em caixas ou saccos, ou formar pacotes, revestidos de envoltorios intactos de papel ou panno encerado; deverão ser fechados por meio de sinetes em lacre em numero sufficiente (tres pelo menos) para assegurar a sua inviolabilidade.

Art. 42. Nas notas de expedição que acompanharem os volumes contendo valores, deverá ser mencionado por extenso o valor do artigo, independente das declarações ordinarias, e deverá haver sinete em lacre igual ao que tiver sido posto sobre os volumes.

Art. 43. Os endereços não deverão ser cosidos, nem collocados, nem pregados nos volumes, para que não possam encobrir vestigios de abertura ou fractura; poderão ser escriptos sobre os volumes ou a elles fixados por meio de cordas.

O valor do artigo deverá ser mencionado por extenso no endereço.

Art. 44. Os sinetes feitos com moedas são formalmente prohibidos.

#### MERCADORIAS

Art. 45. A tarifa n. 2 terá applicação a todas as mercadorias divididas em nove classes segundo a pauta annexa a estas condições e seus fretes serão cobrados de conformidade com os quadros annexos.

As mercadorias não designadas nas pautas serão incluídas nas classes dos artigos similares.

#### ENTREGA E EXPEDIÇÃO

Art. 46. As mercadorias que forem apresentadas a despacho deverão ser acompanhadas de nota, assignada pelo remettente, na qual haja declaração da data da entrega, da natureza, quantidade e peso da mercadoria, da marca e do modo por que estão acondicionados os volumes e bem assim dos nomes do remettente e do consignatario.

§ 1.º Os agentes da companhia não despacharão mercadoria alguma antes de terem verificado a exactidão da nota.

§ 2.º Os volumes deverão trazer marca ou endereço bem legível, e além disso o nome da estação de destino (ficando isentos os generos ensacados, em surrões ou jacás, quando em quantidade superior a 10 volumes), ser acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por estrada de ferro.

Art. 47. As mercadorias que, misturadas com outras, possam damnificá-las, serão transportadas em vagões especiais, e não serão admittidas sinão pelo frete de um vagão.

Art. 48. A companhia poderá recusar-se a effectuar a expedição de qualquer carga nos seguintes casos :

1º, si o genero estiver tão mal acondicionado que haja probabilidade de não chegar ao seu destino sem perda ou avaria ;

2º, si se reconhecer no acto da apresentação que já se achava deteriorado ;

3º, si se verificar que o peso é inferior ao indicado na nota, ou que ha inexactidão quanto á marca ou quanto ao numero dos volumes.

§ 1.º Neste caso a companhia só fará a expedição si o remetente reparar os defeitos da carga, substituindo a nota apresentada, si isso for necessario, ou si der ao chefe da estação uma nota assignada, na qual declare os defeitos da carga e allieve a companhia da responsabilidade das avarias.

§ 2.º Enquanto a carga não for reparada ou retirada, si o remetente desistir do transporte, poderá ella permanecer 12 horas na estação, sem responsabilidade por parte da companhia, ficando sujeita á armazenagem dahi em diante.

Art. 49. As mercadorias que exigirem vagões especiais para seu transporte serão expeditas sem demora quando completarem a lotação dos vagões proprios para esse transporte, ou quando, não completando, pagar o expeditor o valor da lotação dos mesmos vagões.

No caso contrario, as mercadorias poderão ser demoradas até que se complete a lotação.

#### TARIFAS — COBRANÇAS

Art. 50. O frete minimo de uma expedição de mercadorias será de \$5000.

Art. 51. As mercadorias susceptíveis de se deteriorarem em pouco tempo e os generos cujo valor importar em menos do que o respectivo frete, serão despachados depois de pago o frete, e a companhia não será responsavel pelo estado em que chegarem ao seu destino as de facil deterioração.

Art. 52. O frete das outras mercadorias será pago pelo expeditor ou pelo destinatario.

Quando as mercadorias forem expeditas com frete a pagar pelo destinatario, este não poderá retirá-las antes de haver satisfeito a importancia do frete.

Art. 53. Quando as mercadorias da tarifa n. 2 forem de grandes dimensões em relação ao peso, e o volume for correspondente a mais de quatro decímetros cubicos por kilogramma, tomar-se-ha para peso da mercadoria o numero de kilogrammas correspondente á quarta parte do numero de decímetros cubicos encontrados.

Art. 54. Não será obrigatorio o transporte de massas indivisiveis cujo peso exceda a 1.000 kilogrammas ou cujo volume exceda a tres metros cubicos, ou quando esse transporte requiera o emprego de material especial.

O preço e as condições de taes transportes, si a companhia delles se encarregar, serão regulados por accordo mutuo.

Art. 55. Os transportes de vehiculos e mercadorias a granel, como madeiras, pedras, etc., serão feitos por carga completa de vagão, devendo ser requisitadas com a antecedencia de 24 horas na estação central e de 48 horas nas outras estações.

§ 1.º A carga destas mercadorias será feita pelos remettentes e a descarga pelos consignatarios, ou, á custa destes, pela companhia, si a não fizerem no prazo de 24 horas.

§ 2.º Pelas descargas que assim fizer, a companhia cobrará 1\$ por tonelada ou fracção de tonelada.

§ 3.º Taes mercadorias não serão recolhidas debaixo do coberta.

§ 4.º O expeditor ou o consignatario será responsavel por qualquer avaria causada nos vehiculos da estrada de ferro por seus agentes, durante a carga ou descarga de mercadorias.

Art. 56. Os carros de passeio, os carros funebres, as carroças e outros vehiculos pagarão o frete completo dos vagões que occuparem pelo preço da 5ª classe da tarifa n. 2.

A carga e descarga serão feitas pelos agentes dos expeditores ou destinatarios, ou de accordo com o estatuido no art. 55.

Art. 57. Os expeditores de carros e carroças deverão apresentar-os na estação uma hora, pelo menos, antes da partida do trem pelo qual deve ser feito o transporte.

Art. 58. Os vehiculos transportados não poderão conter bagagem ou quaesquer outros objectos além dos que lhes pertencerem.

Art. 59. As substancias inflammaveis ou perigosas, como phosphoros, vitriolo, agua-raz, fogos de artilicio, etc., etc., pagarão o duplo do frete da 2ª classe da tarifa n. 2, qualquer que seja o seu peso, exceptuando-se a polvora e a dynamite, que pagarão o duplo do da 3ª classe da referida tarifa.

Estes transportes só serão effectuados de conformidade com o disposto nos arts. 91 e seguintes, podendo a administração recusar-os sempre que julgar conveniente.

Art. 60. Os transportes que se destinarem á construcção e custeio dos ramaes desta estrada e bem assim dos destinados a obras municipaes terão abatimento de 15 %.

Art. 61. As mercadorias classificadas nas classes V e VI da tarifa n. 2 e todas as mercadorias em granel não serão expeditas sinão por vagão completo de sete toneladas, salvo si for paga a taxa correspondente.

A companhia poderá expedir taes mercadorias não completando a lotação de um vagão pelo preço da classe VI da tarifa n. 2.

A companhia não assumirá a responsabilidade pelas avarias ou faltas que se derem em mercadorias expeditas nessa conformidade.

## ARMAZENAGEM

Art. 62. As mercadorias de qualquer natureza remetidas para as estações a fim de serem despachadas e que não o forem dentro de 12 horas, e bem assim as mercadorias que não forem retiradas das estações no prazo de 48 horas, depois da chegada, serão sujeitas às taxas de armazenagem seguintes por dia de demora.

Expedições inferiores a uma tonelada, por unidade ou fracção de 10 kilogrammas:

|                              |         |
|------------------------------|---------|
| Pelos primeiros 10 dias..... | 50 rs.  |
| De 10 a 90 dias.....         | 100 rs. |

Expedições de uma e mais toneladas, por unidade ou fracção de tonelada:

|                              |         |
|------------------------------|---------|
| Pelos primeiros 10 dias..... | 5\$000  |
| De 10 a 90 dias.....         | 10\$000 |

Art. 63. Os generos de facil deterioração deixados no armazem das estações poderão ser vendidos depois de oito dias, ou mesmo antes, si assim for necessario, sendo o producto da venda applicado de conformidade com o disposto no art. 97.

## AVARIAS

Art. 64. Os expeditores deverão declarar si as suas mercadorias são frageis ou si devem ser preservadas da humidade; em falta de tal declaração a companhia não responderá por avarias dessa especie.

Art. 65. A companhia não se responsabilizará pelas avarias inherentes á natureza das mercadorias, taes como a deterioração de frutas, etc., diminuição ordinaria de peso, combustão espontanea, effervescencia, evaporação ou exgotto de liquidos, etc.

Igualmente não será responsavel por avarias de outra qualquer natureza, desde que não forem authenticadas pelo chefe da estação, antes da entrega dos objectos e si este não tiver reconhecido que as avarias apparentes nos involucros ou acondicionamento dessas mercadorias hão sido causadas por negligencia dos empregados da companhia.

Art. 66. Em caso de perda ou damno da mercadoria (salvo os casos dos arts. 65 e 66), a companhia será responsavel unicamente pelo valor real e immediato dos volumes extraviados, e não pelos lucros que de sua entrega forem esperados, e ainda assim só quando na forma das presentes condições regulamentares e das leis em vigor, o expeditor tiver direito a essa garantia.

## TARIFA N. 3

## ANIMAES

Art. 67. A tarifa n. 3 regula o transporte de animaes por cabeça.

Art. 68. As aves domesticas e os pequenos animaes em gaiolas, cestos, etc., pagarão pela 2ª classe da tarifa n. 2 e por volume real, sendo a taxa applicada à razão de 10 kilogrammas por 10 decímetros cubicos ou fracção de 10 decímetros cubicos.

Taes animaes não serão transportados si não estiverem bem acondicionados em gaiolas, cestos, capoeiras, barricas ou caixões fechados.

Art. 69. Os animaes das classes 1ª e 2ª da tarifa n. 3 só serão transportados quando a expedição se compuzer de 10 cabeças, pelo menos, para a 1ª classe, ou 20 para a 2ª, salvo si o frete for pago na razão desse minimo.

Art. 70. Os animaes da 3ª classe da tarifa n. 3 quando não completarem a lotação dos carros só serão expedidos si puderem ser acondicionados em qualquer vagão de mercadorias ou de bagagens, que faça parte do trem.

Art. 71. Os animaes de sella ou para viagem, os de carro, e bem assim os cães amordaçados poderão ser transportados pelos trens de viajantes, mediante pagamento de 25 % sobre a taxa indicada nas mesmas tarifas.

Art. 72. Os animaes deverão ser apresentados a despacho pelo menos uma hora antes da partida dos trens.

Art. 73. Os animaes deverão ser recebidos à chegada dos trens por seus donos ou consignatarios; e caso não o sejam, irão para logar conveniente afim de serem tratados por conta e risco daquelles a quem pertencerem.

Art. 74. O expeditor que pretender o transporte de grande numero de animaes deverá prevenir a administração, na conformidade do art. 87.

Art. 75. Os animaes ferozes ou perigosos serão transportados mediante taxa convencionada entre a companhia e o remettente, e bem assim aquelles cujo valor declarado for superior a 500\$000.

Art. 76. As capoeiras de gallinhas e os pequenos animaes ou aves em gaiolas ou caixões engradados estarão sujeitos às mesmas condições de despacho e recebimento de animaes, e pagarão pelas tarifas em que estiverem classificados, si forem transportados pelos trens de carga ou mixtos, e pelo duplo nos trens de passageiros.

Art. 77. Os animaes não classificados serão taxados segundo as tarifas estabelecidas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 78. A companhia poderá recusar, por affluencia de mercadorias taxadas a peso, as cargas sujeitas ao preço de transporte da tarifa n. 3.

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 79. Toda inscripção de mercadorias, bagagens, dinheiro, joias, animaes, etc. será feita dando-se ao expeditor um conhecimento que será exigido no acto da entrega dos objectos.

Art. 80. Tanto nos trens de viajantes, como nos de mercadorias, as fracções de peso serão contadas por centesimo de tonelada ou 10 kilogrammas; as de volume por centesimo de metro cubico ou 10 centimetros cubicos. Assim, todo o peso comprehendido de 1 a 10 kilogrammas será contado por 10 kilogrammas, entre 10 e 20 kilogrammas será contado por 20 kilogrammas.

Do mesmo modo todo o volume de 1 a 10 decimetros cubicos será contado por 10 decimetros cubicos, entre 10 e 20 decimetros cubicos será contado como 20 decimetros cubicos, etc.

As fracções de 20 réis serão arredondadas para 20 réis.

Art. 81. É expressamente vedado á companhia entrar em ajustes particulares com o fim de conceder a quaesquer remittentes redução das tarifas approvadas.

Art. 82. A companhia é obrigada a effectuar com cuidado, exactidão e presteza, e sem favorecer a um individuo mais do que a outro, todos os transportes de qualquer natureza que lhe forem confiados, salvas as excepções declaradas nestas condições regulamentares.

Art. 83. Os volumes, animaes e outras quaesquer cargas entregues á estrada de ferro serão inscriptos na estação de partida e na de chegada, á medida que forem recebidos, mencionando-se a estação de destino, os nomes dos remittentes e dos consignatários, as marcas, a qualidade dos volumes, a especie das mercadorias e o frete pago ou a pagar.

As remessas serão feitas pela ordem da inscripção no registro da estação da partida, salvo os casos de preferencia por objectos de serviço publico.

Art. 84. A companhia não poderá satisfazer, directa ou indirectamente com empreza de transporte de viajantes ou de mercadorias por terra ou por agua sob denominação ou forma alguma, arranjos ou convenções quaesquer aqui não autorisados, salvo si obtiver permissão do Governo para isso. Haverá sempre a mais completa igualdade entre as diversas emprezas de transporte em suas relações com a estrada de ferro.

Art. 85. A companhia não poderá exigir em nenhum caso taxa alguma adicional por carregar ou descarregar os vagões, ou por armazenagem, além da que fica estipulada nas presentes condições.

Art. 86. Qualquer expeditor que necessitar de um ou mais vagões para carga completa da sua mercadoria, deverá requisital-os com antecedencia de 24 horas na estação central e de 48 horas nas outras estações.

O chefe da estação deverá prevenir com antecedencia ao expeditor sobre o dia e hora em que os vagões ficarão á sua disposição.

Si a entrega da mercadoria não for effectuada no dia designado e na estação indicada, o expeditor pagará á companhia pela lotação dos vagões a taxa de 10\$ por dia ou fracção de dia de 24 horas por vagão reconhecido necessario para o transporte e posto á sua disposição.

Essa taxa só será exigivel pelo tempo correspondente a dous dias, fudos os quaes os vagões deixarão de estar á disposição do expeditor.

A importancia dessa taxa, correspondente a dous dias, será depositada no acto da requisição e ficará pertencendo á companhia si o embarque não se effectuar.

Nas estações intermediarias os vagões serão carregados pelos trabalhadores do expeditor, dentro do prazo que lhe for fixado ; e, quando o serviço não for feito dentro do prazo, por negligencia do expeditor ou do consignatario, poderá sel-o pela administração, cobrando esta, nesse caso, mais 1\$ por tonelada ou por fracção de tonelada, além do frete.

Por todos os materiaes ou objectos, qualquer que seja a sua natureza, que forem descarregados nos pateos das estações, a administração não cobrará armazenagem alguma até 72 horas.

Passado esse tempo, a companhia perceberá a taxa diaria de 3\$ por tonelada ou fracção de tonelada e não será responsavel pelos materiaes e objectos que não tiverem sido retirados dentro de 24 horas depois da chegada.

Art. 87. Nenhum expeditor de um ou mais vagões de mercadorias poderá exceder, sob qualquer pretexto, a lotação dos mesmos vagões.

O expeditor e o destinatario serão responsaveis por qualquer avaria causada por seus agentes nos vehiculos da estrada de ferro, durante a carga ou descarga das mercadorias.

Art. 88. Nas estações intermediarias as mercadorias só serão recebidas para serem transportadas nos trens que alli passarem.

Os dias e horas da passagem dos trens serão affixados nas ditas estações.

Art. 89. O transporte de objectos que exigirem o emprego de material especial não será obrigatorio ; contudo, a companhia poderá effectual-o mediante preço fixado de commum accordo com o expeditor ou com o destinatario.

Art. 90. O transporte de materias inflammaveis, taes como phosphoros, liquidos alcoolicos, agua-raz, vitriolo, essencias e outras substancias perigosas, como fogos de arteificio, etc., ou de volume cuje involucro possa occasionar incendio, não poderá ter logar pelos trens de passageiros.

Taes objectos deverão ser acondicionados em barricas ou caixões de madeira, devidamente fechados e serão expedidos pelos trens de mercadorias.

Art. 91. Polvora e outras substancias de grande perigo só poderão ser transportadas acondicionadas em duplos involucros de madeira ou caixas de cobre, devidamente fechados, em trens de mercadorias especiaes,

Art. 92. As substancias de que tratam os arts. 90 e 91 não poderão ficar depositadas nas estações.

Art. 93. As materias causticas ou venenosas ficarão sujeitas ás disposições dos arts. 91 e 93.

Art. 94. Os volumes que encerrarem venenos ou substancias explosivas, inflammaveis ou perigosas deverão trazer no exterior a indicação do seu conteúdo.

Art. 95. Todas as mercadorias mencionadas nos arts. 91 e 94 deverão ser expedidas sós e fazer objecto de expedição especial, não podendo, além disso, ser comprehendidas em uma remessa com mercadorias ordinarias.

Art. 96. Os objectos que no fim de 90 dias não forem retirados das estações ou armazens da estrada de ferro serão vendidos em hasta publica pela administração, por conta daquelles a quem pertencerem, para pagamento das despesas a que estiverem sujeitos, remettendo-se ao expeditor qualquer excedente. Si o expeditor for desconhecido o excedente será recolhido ao deposito publico.

Art. 97. A administração terá o direito de abrir os volumes sempre que suspeitar ser falsa a declaração feita sobre o conteúdo dos mesmos.

Nesso caso será cobrado frete duplo pelos volumes a cujo respeito tenha sido falsa a declaração. Si, porém, elles contiverem objectos inflammaveis ou de grande responsabilidade, o expeditor pagará a multa de 100\$ a 200\$, sem prejuizo de qualquer acção judicial que no caso couber.

Art. 98. A administração poderá reter os volumes que por falsa declaração estiverem sujeitos a multas convencionadas em seus regulamentos. Si os volumes retidos contiverem materias nocivas ou perigosas serão estas inutilisadas, si não puderem ser de prompto vendidas.

Art. 99. Si as multas não forem pagas no prazo de 15 dias, a administração procederá á venda dos objectos retidos, sem as formalidades judiciaes.

Si o producto da venda não for sufficiente para o pagamento das referidas multas, a administração cobrará o restante executivamente, de conformidade com o regulamento de 26 de abril de 1857.

Art. 100. Si a remessa do bagagem e mercadorias se compuzer de varios volumes, o frete será cobrado por um só com o peso de todos. Essa concessão, porém, só terá logar si os volumes se acharem reunidos em um só involucro, com o nome de um só destinatario.

Art. 101. A responsabilidade da companhia só cessará com a entrega dos objectos aos destinatarios ou seus delegados, salvo os casos especificados nas presentes condições regulamentares e para os quaes essa responsabilidade está definida.

Art. 102. Toda reclamação que tiver por fim a restituição de taxa indevidamente paga, ou indemnisação por perda ou avaria, deverá ser immediatamente dirigida ao chefe da estação, por escripto.



Art. 103. Os empregados da estrada de ferro deverão ministrar aos expeditores todas as informações necessárias para intelligencia e cumprimento das condições regulamentares.

Art. 104. Os agentes da estrada de ferro não poderão exigir outros fretes e retribuições de qualquer natureza, além dos que se acham especificados nas presentes condições regulamentares e de accordo com as tarifas annexas.

Art. 105. Os generos e outros objectos não designados nas tarifas serão taxados segundo as tarifas feitas para aquelles com os quaes tiverem mais analogia.

Art. 106. Os cadáveres só serão transportados em vagões cobertos, mediante pagamento do preço da lotação completa, tomada segundo a classe V da tarifa n. 2, com abatimento de 25 %. Cadáveres de pessoas fallecidas de molestias contagiosas não serão transportados.

Art. 107. Os vagões de cargas que compuzerem os trens serão descarregados segundo a ordem de chegada às estações, devendo ser recolhidas aos armazens as mercadorias que deverem ser abrigadas.

Em caso algum os vagões poderão demorar carregados, ainda mesmo a pedido dos consignatarios ou destinatarios.

Art. 108. Por cada despacho de mercadorias, animaes ou carros, sem excepção de transportes gratuitos, a companhia cobrará a taxa fixa de 200 réis, além da importancia do frete devido.

Pelos recibos em substituição de conhecimentos não apresentados cobrará a companhia a taxa de 200 réis por cada um.

Art. 109. Os transportes por conta do Governo Geral ou do Governo estadual estarão sujeitos às mesmas condições que os transportes ordinarios, salvas as disposições em contrario constantes do contracto.

#### TELEGRAPHO

Art. 110. As estações da estrada aceitarão telegrammas para serem transmittidos às outras estações da mesma estrada.

Art. 111. Os telegrammas serão aceitos em todas as estações, durante as horas de serviço, tanto nos dias uteis como nos santificados.

Art. 112. A taxa dos telegrammas transmittidos pelas estações da estrada será paga alevantadamente, e na razão de 70 réis por palavra em todo o percurso de sua linha. Pelos telegrammas em lingua estrangeira será cobrada taxa dupla.

Art. 113. A transmissão dos telegrammas será feita na ordem seguinte:

- 1º, telegramma urgente em serviço da estrada ;
- 2º, telegramma em serviço do Governo Federal ;
- 3º, telegramma em serviço do Governo estadual ;
- 4º, telegramma privado, urgente ;
- 5º, telegramma em serviço da estrada ;
- 6º, telegramma privado.

Art. 114. A estrada terá o direito de interromper as communicações no caso em que julgar isso conveniente a vista do serviço da estrada ou da União.

Art. 115. O expeditor poderá pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras antes da assignatura e escrevendo a declaração: *Resposta paga para... palavras*.

Quando o numero de palavras não for determinado pelo expeditor, será cobrada a taxa de 10 palavras.

Si o numero de palavras da resposta, previamente paga, for maior do que o indicado, o excesso será pago pelo destinatario respondente como novo telegramma; si for menor, não haverá restituição.

Art. 116. Para que a resposta seja transmittida deverá ser apresental-a dentro dos tres dias que se seguirem á entrega ao destinatario do telegramma primitivo; fóra disso ficará sujeita ao pagamento da taxa como novo telegramma.

Art. 117. Em relação aos telegrammas deverão ser observadas as seguintes disposições:

1ª, deverão ser escriptos em caracteres usues, de modo a poderem ser facilmente lidos, letra por letra;

2ª, não deverão conter emendas, rasuras ou chamadas, sem que sejam resalvadas pelo expeditor;

3ª, deverão indicar a estação do destino e o numero e residência (rua e numero da casa si for em povoado) do destinatario, ficando em todo caso responsavel o expeditor pela consequencia da insufficiencia do endereço.

Art. 118. É vedada a acceitação de telegrammas contrarios ás leis, prejudiciaes á segurança publica, ou offensivos á moral e aos bons costumes ou aos interesses da estrada.

Será igualmente vedado o uso de cifras secretas.

Art. 119. Os telegrammas urgentes deverão ter essa declaração assignada pelo expeditor e pagarão taxa dupla.

Art. 120. Os telegrammas de mais de 100 palavras poderão ser recusados ou retardados para se transmittirem outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 121. Muitos telegrammas do mesmo expeditor para o mesmo ou para differentes destinatarios, só poderão ser aceitos quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 122. O expeditor poderá exigir que pela estação de destino seja reproduzido o seu telegramma, pelo que pagará a mesma taxa deste. Si preferir, porém, um simples aviso de recepção, pagará 10 % da taxa; ficando fixado para esse pagamento o minimo de 200 réis.

Art. 123. Antes do começo da transmissão poderão os telegrammas ser retirados, sendo restituída a taxa ao expeditor, com desconto de 200 réis.

A transmissão dos telegrammas poderá ser interrompida a pedido do expeditor sem que este tenha direito á restituição da taxa paga.

Art. 124. Na contagem das palavras observar-se-hão as regras seguintes:

1ª, tudo que o expeditor escrever para ser transmittido entrará na contagem das palavras;

2ª, serão contadas como uma palavra as que se compuzerem de 15 letras ou menos; as que se compuzerem de mais de 15 letras serão contadas como duas palavras;

3ª, toda palavra composta, escripta de tal modo a formar uma só, será contada como tal, de conformidade com o disposto no paragrapho anterior;

4ª, si, porém, forem escriptas separadamente as partes de que ella se compuzer, ou mesmo reunidas pelo traço de união, cada uma dessas partes será contada como uma palavra;

5ª, serão contadas como uma palavra qualquer letra isolada ou algarismo, e qualquer palavra ou particula seguida de apostrophe;

6ª, os numeros escriptos em algarismos serão contados como tantas palavras quantas forem as series de cinco algarismos que contiverem e mais uma pelo excedente;

7ª, virgulas, pontos e traços de divisão serão contados como outros tantos algarismos;

8ª, os numeros escriptos por extenso serão contados pelo numero de palavras empregadas para exprimi-l-os;

9ª, cada palavra sublinhada será contada como duas;

10ª, os signaes de accentuação não serão contados.

Art. 125. Entrarão na contagem das palavras:

1ª, a direcção, a assignatura, as indicações relativas ao modo de remessa do telegramma e o reconhecimento da assignatura;

2ª, os pedidos de reprodução para conferencia, de aviso de recepção e as palavras: *Resposta paga para... palavras*;

3ª, os nomes proprios das pessoas, cidades, praças, ruas, etc., os titulos, sobrenomes, particulas e qualificações, contar-se-hão por tantas palavras quantas forem necessarias para exprimi-l-os.

Art. 126. O mesmo telegramma dirigido a mais de um destinatario pagará, além da respectiva taxa pelo primeiro, mais metade por cada um dos outros; si for, porém, dirigido a mais de uma estação, pagará a taxa correspondente a cada um.

Art. 127. Mediante a taxa de 500 réis, que será paga na estação de partida, os telegrammas serão entregues por estafetas, com a possivel brevidade, no logar a que se destinarem, dentro de dous kilometros de distancia da estação. Quando se tratar de maiores distancias, os telegrammas serão retidos e só serão entregues à pessoa competente.

Art. 128. Os telegrammas poderão ficar na estação de destino à disposição do destinatario ou ser expedidos pelo Correio, à vontade do expeditor, mediante o pagamento do porte e a competente declaração escripta no telegramma.

Art. 129. O empregado incumbido da condução do telegramma não deverá encarregar-se da resposta ou de outro telegramma a transmittir, recebendo a respectiva taxa.

Art. 130. Na ausencia do destinatario os telegrammas serão entregues a pessoas da familia, empregados, criados ou hospedes, salvo si o expeditor designar na minuta pessoa especial. Em todo caso o recibo deverá ser passado em nome do destinatario.

Art. 131. O expeditor terá direito à restituição da taxa si o telegrapha não chegar a seu destino por falta do serviço do telegrapho, ou quan lo chegar alterado a ponto de não satisfazer o fim a que for destinado.

Art. 132. Enquanto o Governo não estabelecer uma linha telegraphica de sua propriedade em toda a extensão da estrada, a companhia será obrigada a expedir os telegrammas do Governo com 50 % de abatimento da tarifa estabelecida para os telegrammas particulares.

Art. 133. Os empregados da estrada serão obrigados a guardar o maior segredo sobre os telegrammas; e estarão sujeitos, pelo extravio ou abertura dos despachos telegraphicos e divulgação de seu conteúdo, ás leis que garantem o sigillo das cartas confiadas ao Correio e a segurança de seu transporte.

Art. 134. O chefe da estação poderá certificar-se da identidade do expeditor por meio de testemunhas ou de outras provas sufficientes.

Directoria Geral de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, 12 de setembro de 1895.—J. M. Machado de Assis, director geral.

## CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS MERCADORIAS

### TARIFA II



|                                             | Tabella |
|---------------------------------------------|---------|
| Abanos de palha ou pennas.....              | 2       |
| Abellas.....                                | 2       |
| Aboboras.....                               | 4       |
| Absintho.....                               | 3       |
| Açafrões e semelhantes.....                 | 2       |
| Açafrão.....                                | 3       |
| Accessorios de trilhos.....                 | 6       |
| Achas de lenha.....                         | 6       |
| Acidos mineraes ( <i>frete duplo</i> )..... | 2       |
| Aço em obra artistica.....                  | 2       |
| Aço.....                                    | 4       |
| Accordeons.....                             | 2       |
| Aduelas de madeira.....                     | 5       |
| Agatha bruta.....                           | 5       |
| Agua.....                                   | 6       |
| Aguas de Cologne.....                       | 3       |

## Tabella

|                                                         |   |
|---------------------------------------------------------|---|
| Agua de flor de laranja.....                            | 3 |
| Aguas medicinaes ou mineraes.....                       | 3 |
| Agua-raz ( <i>frete duplo</i> ).....                    | 2 |
| Aguardente importada.....                               | 3 |
| Aguardente nacional.....                                | 4 |
| Agulbas.....                                            | 2 |
| Alabastro em obra.....                                  | 2 |
| Alabastro em bruto.....                                 | 3 |
| Alambiques e pertencas.....                             | 5 |
| Alavancas de ferro.....                                 | 4 |
| Albumina.....                                           | 3 |
| Alcatifas.....                                          | 2 |
| Alcatrão.....                                           | 4 |
| Alcool (excepto aguardente) ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Aletria.....                                            | 3 |
| Alfafa.....                                             | 5 |
| Alfazema.....                                           | 3 |
| Alfinetes.....                                          | 2 |
| Algodão em rama.....                                    | 5 |
| Albos.....                                              | 5 |
| Almofadas.....                                          | 2 |
| Almofarizes.....                                        | 3 |
| Alpiste.....                                            | 5 |
| Alumina.....                                            | 3 |
| Alvaiade.....                                           | 3 |
| Amendoas.....                                           | 3 |
| Amendoim.....                                           | 5 |
| Amilo.....                                              | 3 |
| Ancoras.....                                            | 3 |
| Ancoretas vasias.....                                   | 3 |
| Angico ( <i>resina</i> ).....                           | 3 |
| Aniagem.....                                            | 3 |
| Anil.....                                               | 3 |
| Animaes empalhados ou embalsamados.....                 | 2 |
| Animaes pequenos ou passaros engaiolados.....           | 2 |
| Animaes ferozes ( <i>taxa convencional</i> ).....       | 2 |
| Aniz.....                                               | 2 |
| Anzoes.....                                             | 2 |
| Aparadores.....                                         | 2 |
| Apparelhos para gaz.....                                | 3 |
| Apparelhos telegraphicos ou telephonicos.....           | 2 |
| Apparelhos scientificos.....                            | 2 |
| Arados e instrumentos para lavoura.....                 | 5 |
| Arame de latão ou semelhantes.....                      | 3 |
| Arame de ferro ou zinco.....                            | 4 |
| Arandellas.....                                         | 2 |
| Araruta.....                                            | 3 |
| Arbustos.....                                           | 2 |
| Archotes.....                                           | 2 |
| Arcos de ferro ou madeira.....                          | 2 |

Tabela

|                                                                    |   |
|--------------------------------------------------------------------|---|
| Arções para sellins.....                                           | 3 |
| Ardosta.....                                                       | 5 |
| Arça, argilla.....                                                 | 6 |
| Argolas de metal.....                                              | 3 |
| Armas brancas e de fogo.....                                       | 2 |
| Armações para chapéus de sol.....                                  | 2 |
| Armações para igrejas.....                                         | 2 |
| Armações para lojas.....                                           | 2 |
| Armações para sellins.....                                         | 3 |
| Armamentos.....                                                    | 2 |
| Armarios.....                                                      | 2 |
| Arreios.....                                                       | 3 |
| Arroz.....                                                         | 4 |
| Artigos de armarinho.....                                          | 2 |
| Artigos de confeitaria.....                                        | 3 |
| Artigos de desenho.....                                            | 2 |
| Artigos de escriptorio.....                                        | 2 |
| Artigos de folha de Flandres não classificados.....                | 3 |
| Artigos inflammaveis não classificados ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Artigos de luxo, não classificados.....                            | 2 |
| Artigos de pacotilha, não denominados.....                         | 2 |
| Asphalto.....                                                      | 5 |
| Assucar.....                                                       | 4 |
| Assucareiros de metal.....                                         | 2 |
| Atuêdes.....                                                       | 2 |
| Arça.....                                                          | 5 |
| Avelãs.....                                                        | 3 |
| Aves engaioladas, em capoeiras ou jacás.....                       | 2 |
| Aves empalhadas.....                                               | 2 |
| Azarcão.....                                                       | 3 |
| Azeite doce.....                                                   | 3 |
| Azeites de mamona, de peixe e outros.....                          | 3 |
| Azeitonas.....                                                     | 3 |
| Azulejos.....                                                      | 3 |

**B**

|                                           |   |
|-------------------------------------------|---|
| Bacalhão.....                             | 3 |
| Bacias de latão ou metal semelhante.....  | 2 |
| Bacias de ferro ou folha de Flandres..... | 3 |
| Baeta.....                                | 3 |
| Bagas de mamona.....                      | 4 |
| Bagas de zimbro.....                      | 4 |
| Bagagem.....                              | 1 |
| Bagatellas.....                           | 2 |
| Bahús vasios.....                         | 2 |
| Buionetas.....                            | 2 |
| Balas de chumbo ou ferro.....             | 3 |
| Balaños.....                              | 2 |

|                                                  | Tabella |
|--------------------------------------------------|---------|
| Balanças.....                                    | 2       |
| Baldes .....                                     | 3       |
| Balceiras.....                                   | 4       |
| Baldões.....                                     | 2       |
| Bambinellas.....                                 | 2       |
| Bambús.....                                      | 6       |
| Bananas.....                                     | 4       |
| Bancos de ferro ou madeira.....                  | 2       |
| Bandeiras de estofo.....                         | 3       |
| Bandeiras de portas.....                         | 3       |
| Bandejas de prata (vide art. 41).                |         |
| Bandejas diversas.....                           | 2       |
| Banguês.....                                     | 3       |
| Banha para cabelo.....                           | 3       |
| Banha.....                                       | 4       |
| Banheiras.....                                   | 2       |
| Barbante.....                                    | 3       |
| Barbatanas de aço ou de baleia.....              | 3       |
| Barracas desarmadas.....                         | 3       |
| Barricas e barris vasilos.....                   | 4       |
| Barrilha.....                                    | 3       |
| Barro.....                                       | 6       |
| Barrotes.....                                    | 6       |
| Bastidores de theatro.....                       | 2       |
| Batatas estrangeiras.....                        | 3       |
| Batatas nacionaes.....                           | 4       |
| Baunilha.....                                    | 2       |
| Bebidas espirituosas não classificadas.....      | 3       |
| Beijús.....                                      | 3       |
| Bengalas.....                                    | 2       |
| Benjoin .....                                    | 3       |
| Berços.....                                      | 2       |
| Betume.....                                      | 5       |
| Bigornas.....                                    | 5       |
| Bilhares e bagatellas.....                       | 2       |
| Bilros.....                                      | 3       |
| Biscoutos.....                                   | 3       |
| Bismutho.....                                    | 3       |
| Bisulfureto de ferro ( <i>frete duplo</i> )..... | 2       |
| Bitter.....                                      | 3       |
| Bienagas.....                                    | 2       |
| Boiões vasilos.....                              | 3       |
| Bolas de bilhar ou de bagatellas.....            | 2       |
| Bolachas ordinarias.....                         | 4       |
| Bolsas de viagem vasilos.....                    | 2       |
| Bombas ordinarias para matte.....                | 2       |
| Bombas para incendio e outras.....               | 3       |
| Bonecos.....                                     | 2       |
| Bouquets.....                                    | 2       |
| Borras de vinho, azeite ou vinagre.....          | 3       |

## Tabella

|                                            |   |
|--------------------------------------------|---|
| Borracha.....                              |   |
| Botijas vazias.....                        | 3 |
| Botões de ouro ou de prata (vide art. 41). |   |
| Botões diversos.....                       | 2 |
| Breu.....                                  | 4 |
| Bridas.....                                | 3 |
| Brinquedos.....                            | 2 |
| Brochas para pintar ou calar.....          | 3 |
| Bronze em obras de arte.....               | 2 |
| Bronze em obras não denominadas.....       | 3 |
| Bronze em bruto.....                       | 4 |
| Brunidores de café.....                    | 5 |
| Bules de metal.....                        | 3 |
| Burras de ferro.....                       | 4 |
| Bustos.....                                | 2 |
| Buzinas.....                               | 2 |

## C

|                                                               |   |
|---------------------------------------------------------------|---|
| Cabeçadas.....                                                | 3 |
| Cabeções para animaes.....                                    | 3 |
| Cabellos.....                                                 | 4 |
| Cabides.....                                                  | 2 |
| Cabos de arame.....                                           | 4 |
| Cabos de canhamo, de linho, etc.....                          | 3 |
| Cabos de madeira.....                                         | 3 |
| Cabriolets de duas rodas ( <i>frete total do vagão</i> )..... | 5 |
| Caça morta.....                                               | 2 |
| Caçáo.....                                                    | 3 |
| Cachimbos.....                                                | 2 |
| Calaveres (vid. art. 107).                                    |   |
| Calcanhos.....                                                | 3 |
| Caldeiras.....                                                | 2 |
| Caldernaes.....                                               | 3 |
| Cadinhos.....                                                 | 2 |
| Café em côco ou em grão.....                                  | 4 |
| Café moido.....                                               | 3 |
| Caibros.....                                                  | 6 |
| Cairo.....                                                    | 4 |
| Caixas de rapé, ouro ou prata (vid. art. 41).                 |   |
| Caixas ordinarias de rapé.....                                | 2 |
| Caixas (de guerra).....                                       | 2 |
| Caixas vazias de madeira, de folha ou de papelão.....         | 2 |
| Caixão de defunto (vasio).....                                | 2 |
| Caixões vazios.....                                           | 2 |
| Caixilhos com vidros.....                                     | 2 |
| Caixilhos sem vidros.....                                     | 2 |
| Cal.....                                                      | 6 |
| Calcareos.....                                                | 6 |



## Tabella

|                                                                                               |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Cadeiras e suas pertenças.....                                                                | 5 |
| Caldeiraria (artigos não classificados).....                                                  | 3 |
| Caleças ( <i>frete total do vagão</i> ).....                                                  | 5 |
| Camas de madeira.....                                                                         | 2 |
| Camas de ferro.....                                                                           | 3 |
| Camas de lona.....                                                                            | 3 |
| Camarões (em trem de passageiros).....                                                        | 1 |
| Campainhas.....                                                                               | 1 |
| Campanas de vidro.....                                                                        | 2 |
| Campeche.....                                                                                 | 3 |
| Camphora.....                                                                                 | 2 |
| Candieiros.....                                                                               | 2 |
| Candieiros ordinarios de folha de Flandres e sem vidro..                                      | 3 |
| Canella em pó ou em casca.....                                                                | 3 |
| Canetas de ouro ou prata ( <i>vide art. 41</i> )..                                            |   |
| Canetas de madreperola, de marfim e outras.....                                               | 2 |
| Cangalhas.....                                                                                | 5 |
| Cangica.....                                                                                  | 4 |
| Canhamo bruto.....                                                                            | 4 |
| Canivetes.....                                                                                | 2 |
| Canna da India.....                                                                           | 2 |
| Canna de assucar.....                                                                         | 5 |
| Canos de barro.....                                                                           | 5 |
| Canos de cobre, de chumbo, de ferro ou zinco.....                                             | 3 |
| Cantaria.....                                                                                 | 5 |
| Caoutchouc bruto.....                                                                         | 2 |
| Caoutchouc em obra.....                                                                       | 2 |
| Capachos.....                                                                                 | 3 |
| Capim.....                                                                                    | 5 |
| Capoeiras vazias.....                                                                         | 2 |
| Capotes.....                                                                                  | 3 |
| Carangueijos e semelhantes (em trem de passageiros)....                                       | 1 |
| Cordas.....                                                                                   | 3 |
| Carnaúba (óleo).....                                                                          | 3 |
| Carnaúba em palha.....                                                                        | 4 |
| Carnaúba em cera.....                                                                         | 3 |
| Carne secca (fumada ou salgada).....                                                          | 5 |
| Carne fresca (em trem de passageiros).....                                                    | 1 |
| Caroços de algodão.....                                                                       | 4 |
| Caronas.....                                                                                  | 3 |
| Carretas de duas ou mais rodas ( <i>frete total do wagon</i> )...                             | 5 |
| Carrinhos para crianças.....                                                                  | 2 |
| Carrinhos de mão para crianças.....                                                           | 2 |
| Carrinhos de mão.....                                                                         | 4 |
| Carroças ( <i>frete total do vagão</i> ).....                                                 | 5 |
| Carros de passeio, de duas ou quatro rodas ( <i>frete total do vagão</i> ).....               | 5 |
| Carros funebres ( <i>frete total do vagão</i> ).....                                          | 5 |
| Carros para transporte de generos, de duas ou mais rodas ( <i>frete total do vagão</i> )..... | 5 |

|                                                         |   |
|---------------------------------------------------------|---|
| Carros para estradas de ferro, desmontados.....         | 6 |
| Carros para estradas de ferro, rodantes sobre os eixos: |   |
| De quatro rodas.....                                    | 7 |
| Carros, para estradas de ferro de tracção animal.....   | 6 |
| Cartas de jogar.....                                    | 2 |
| Carteiras.....                                          | 2 |
| Cartuchos embalados ( <i>frete duplo</i> ).....         | 2 |
| Carvão animal ou vegetal.....                           | 4 |
| Carvão de pedra.....                                    | 6 |
| Cascas de arvores para cortume ou outros fins.....      | 5 |
| Cascas de côco.....                                     | 5 |
| Cascas de arroz.....                                    | 5 |
| Cascalho.....                                           | 6 |
| Cassarolas.....                                         | 3 |
| Castanhas estrangeiras.....                             | 3 |
| Castanhas do paiz.....                                  | 4 |
| Castiças de ouro ou prata (vid. art. 41).               |   |
| Castiças de metal, de madeira ou vidro.....             | 2 |
| Ceboulas e cebolinhas.....                              | 5 |
| Centeio.....                                            | 5 |
| Cera em bruto.....                                      | 3 |
| Cera em velas.....                                      | 2 |
| Cera em obra.....                                       | 2 |
| Ceramica (artigos communs, não denominados).....        | 3 |
| Ceramica (artigos finos, não denominados).....          | 2 |
| Cereaes estrangeiros, não denominados.....              | 3 |
| Cereaes do paiz, não denominados.....                   | 5 |
| Cerveja estrangeira.....                                | 3 |
| Cerveja nacional.....                                   | 4 |
| Cestos vãos.....                                        | 2 |
| Cevada.....                                             | 5 |
| Cevadinha.....                                          | 5 |
| Cevadeira para mandioca.....                            | 3 |
| Chá.....                                                | 2 |
| Chales.....                                             | 3 |
| Chaleiras.....                                          | 3 |
| Champagne.....                                          | 3 |
| Chapas de ferro ou de zinco para coberta.....           | 5 |
| Chapas de ferro para fogões.....                        | 4 |
| Chapelarias (artigos não classificados).....            | 2 |
| Chapeleiras.....                                        | 2 |
| Chapéos.....                                            | 2 |
| Chapéos de sol.....                                     | 2 |
| Charruas.....                                           | 5 |
| Charutos.....                                           | 2 |
| Chifre em bruto.....                                    | 5 |
| Chifre em obra.....                                     | 2 |
| Chinellos ordinarios.....                               | 3 |
| Chloreto de calcio.....                                 | 3 |
| Cigarros.....                                           | 2 |

## Tabella

|                                            |   |
|--------------------------------------------|---|
| Cilha.....                                 | 3 |
| Cilhões.....                               | 3 |
| Cimento.....                               | 5 |
| Cinzas.....                                | 5 |
| Coadores de mandioca.....                  | 5 |
| Cobertores.....                            | 3 |
| Coberturas de ferro.....                   | 5 |
| Cobre velho.....                           | 4 |
| Cobre em barras ou em folhas.....          | 3 |
| Cobre em obras não classificadas.....      | 3 |
| Cochonilha.....                            | 3 |
| Côcos seccos ou verdes.....                | 4 |
| Cofres de ferro ou madeira.....            | 2 |
| Cognac.....                                | 3 |
| Coke.....                                  | 6 |
| Colchas.....                               | 2 |
| Colchões e pertenças.....                  | 2 |
| Colchetes.....                             | 2 |
| Coldres.....                               | 3 |
| Colheres de ouro ou prata (Vid. art. 41)   |   |
| Colheres de metal ou de madeira.....       | 3 |
| Colla.....                                 | 4 |
| Collodio ( <i>frete duplo</i> ).....       | 2 |
| Colmeias.....                              | 2 |
| Columnas de ferro.....                     | 5 |
| Colza em grão.....                         | 5 |
| Colza em óleo.....                         | 3 |
| Combustiveis não denominados.....          | 4 |
| Comestiveis não denominados.....           | 3 |
| Cominhos.....                              | 3 |
| Conchas (a granel).....                    | 5 |
| Confeitaria (artigos não denominados)..... | 3 |
| Conservas em latas ou em vidros.....       | 3 |
| Consolos.....                              | 2 |
| Copos de folha ou de madeira.....          | 3 |
| Copos de vidro ou de crystal.....          | 2 |
| Coral.....                                 | 2 |
| Cordas para instrumentos.....              | 2 |
| Cordas de embira e outras do paiz.....     | 4 |
| Cordas de canhamo, linho, etc.....         | 3 |
| Cornalina bruta.....                       | 3 |
| Correame para tropa.....                   | 3 |
| Correias para machinas (transmissões)..... | 3 |
| Correias para bestas e outras.....         | 3 |
| Correntes de ferro e outros metaes.....    | 3 |
| Cortiça em bruto.....                      | 3 |
| Cortiça em obra não denominada.....        | 2 |
| Cortinas e cortinados.....                 | 2 |
| Couçoerías.....                            | 6 |
| Couros seccos ou salgados.....             | 4 |

## Tabella

|                                             |   |
|---------------------------------------------|---|
| Couros trabalhados ou envernizados.....     | 3 |
| Couros em obra não denominada.....          | 3 |
| Couves.....                                 | 4 |
| Coxins.....                                 | 2 |
| Cravos de ferradura.....                    | 3 |
| Cravos da India.....                        | 3 |
| Cré.....                                    | 5 |
| Creosota.....                               | 2 |
| Crina animal ou vegetal.....                | 4 |
| Crivos de ferro.....                        | 3 |
| Crystal em obra.....                        | 2 |
| Crystal em bruto.....                       | 3 |
| Cubos, pinas e raios para rodas.....        | 5 |
| Cubos para distillação e para engenhos..... | 5 |
| Cuias.....                                  | 3 |
| Cutilaria (artigos não denominados).....    | 2 |
| Cylindros de ferro ou de metal.....         | 3 |

## D

|                                                       |   |
|-------------------------------------------------------|---|
| Dados.....                                            | 2 |
| Debulhadores.....                                     | 5 |
| Dedaes de ouro ou de prata (vide art. 41).....        |   |
| Dedaes ordinarios.....                                | 2 |
| Dentes artificiaes.....                               | 2 |
| Dentes de elephante.....                              | 2 |
| Descaroçadores de café, arroz, algodão, etc.....      | 5 |
| Despolpadores de café.....                            | 5 |
| Diamantes e outras pedras preciosas [(vide art. 41).] |   |
| Diligencias ( <i>frete total do vagão</i> ).....      | 5 |
| Dobradiças.....                                       | 3 |
| Doces.....                                            | 3 |
| Dominós (jogo).....                                   | 2 |
| Dormentes de ferro.....                               | 6 |
| Dormentes de madeira.....                             | 6 |
| Dragonas.....                                         | 2 |
| Drogas.....                                           | 2 |
| Dynamite ( <i>frete duplo</i> ).....                  | 3 |

## E

|                                               |   |
|-----------------------------------------------|---|
| Eixos de ferro.....                           | 5 |
| Elasticos.....                                | 2 |
| Eixo de madeira.....                          | 5 |
| Embiras.....                                  | 4 |
| Encerados.....                                | 3 |
| Encomendas.....                               | 1 |
| Engenhos para estabelecimentos agricolas..... | 5 |
| Enxadas.....                                  | 3 |

|                                                          | Tabella |
|----------------------------------------------------------|---------|
| Enxergas para animaes.....                               | 3       |
| Enxergões.....                                           | 3       |
| Enxofre.....                                             | 3       |
| Equipamento militar não classificado.....                | 2       |
| Ervilhas em latas.....                                   | 3       |
| Ervilhas frescas ou seccas .....                         | 4       |
| Escadas.....                                             | 3       |
| Escaleres.....                                           | 4       |
| Escarradeiras.....                                       | 3       |
| Escorias de metal.....                                   | 4       |
| Escovas.....                                             | 3       |
| Escumadeiras.....                                        | 3       |
| Esmeril.....                                             | 3       |
| Espadas.....                                             | 2       |
| Espanadores.....                                         | 2       |
| Espartilho.....                                          | 3       |
| Especiarias não classificadas .....                      | 3       |
| Espelhos.....                                            | 2       |
| Espermacete.....                                         | 3       |
| Espetos de ferro para cozinha.....                       | 3       |
| Espingardas.....                                         | 2       |
| Espiritos não denominados.....                           | 2       |
| Espolotas ( <i>frete duplo</i> ).....                    | 2       |
| Esponjas.....                                            | 2       |
| Esporas de ouro ou de prata (vide art. 41).              |         |
| Esporas de metal.....                                    | 3       |
| Esqueletos para e-tudos anatomicos.....                  | 2       |
| Essencias ( <i>frete duplo</i> ).....                    | 2       |
| Estacas.....                                             | 4       |
| Estampas em folhas.....                                  | 2       |
| Estampas em quadros.....                                 | 2       |
| Estanho em bruto.....                                    | 3       |
| Estanho em obra.....                                     | 3       |
| Estantes.....                                            | 2       |
| Estatuas .....                                           | 2       |
| Esteiras da India.....                                   | 3       |
| Esteiras do paiz.....                                    | 4       |
| Esterco.....                                             | 6       |
| Esticadores de arame.....                                | 3       |
| Estivas.....                                             | 6       |
| Estojos de instrumentos de cirurgia, mathematicas, etc.. | 2       |
| Estopa.....                                              | 3       |
| Estopim ( <i>frete duplo</i> ).....                      | 2       |
| Estrados para vagões.....                                | 6       |
| Estrados para cama.....                                  | 2       |
| Estribo de ouro ou prata (vide art. 41).                 |         |
| Estribo de metal.....                                    | 3       |
| Estrume.....                                             | 6       |
| Extracto de carne.....                                   | 3       |
| Extractos não denominados.....                           | 2       |

**F**

## Tábella

|                                                                                   |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|---|
| Facas.....                                                                        | 2 |
| Facões.....                                                                       | 2 |
| Farello.....                                                                      | 4 |
| Farinha de araruta, de trigo, de milho, de mandioca e<br>outras nutritivas.....   | 4 |
| Farinha de linhaça ou mostarda.....                                               | 3 |
| Farinhas não classificadas.....                                                   | 3 |
| Fateixas.....                                                                     | 3 |
| Favas.....                                                                        | 4 |
| Faxinas.....                                                                      | 6 |
| Fazendas não classificadas.....                                                   | 3 |
| Fechaduras.....                                                                   | 3 |
| Féculas.....                                                                      | 3 |
| Feijão.....                                                                       | 4 |
| Feltro.....                                                                       | 3 |
| Feno.....                                                                         | 5 |
| Ferraduras para animaes.....                                                      | 3 |
| Ferragens não denominadas.....                                                    | 3 |
| Ferramentas de artes e officios.....                                              | 3 |
| Ferros de engommar.....                                                           | 3 |
| Ferro bruto para fundição.....                                                    | 5 |
| Ferro em barras, chapas ou vergas.....                                            | 4 |
| Ferro velho (a granel).....                                                       | 5 |
| Ferro não classificado.....                                                       | 3 |
| Ferrolhos.....                                                                    | 3 |
| Filtros.....                                                                      | 2 |
| Fibras textis não denominadas.....                                                | 3 |
| Figos frescos.....                                                                | 4 |
| Figos secos.....                                                                  | 3 |
| Fios de algodão, de linho, de lã ou de seda.....                                  | 2 |
| Fto telegraphico.....                                                             | 6 |
| Flechas (arma).....                                                               | 2 |
| Flechas para foguetes e outras.....                                               | 3 |
| Flores artificiaes.....                                                           | 2 |
| Flores medicinaes.....                                                            | 2 |
| Flores naturaes (em trem de passageiros).....                                     | 1 |
| Flores de canna e outras para enchimento.....                                     | 3 |
| Fogareiros.....                                                                   | 3 |
| Fogos artificiaes ( <i>frete duplo</i> ).....                                     | 2 |
| Fogões de ferro.....                                                              | 3 |
| Folhas medicinaes.....                                                            | 2 |
| Folhas de arvores.....                                                            | 4 |
| Folhas de cobre, de chumbo, de estanho, de ferro, de<br>Flandres ou de zinco..... | 3 |
| Folles.....                                                                       | 3 |
| Forjas portateis.....                                                             | 3 |
| Fôrmas para assucar.....                                                          | 3 |
| Fôrmas diversas.....                                                              | 3 |

## Tabella

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| Formicidas.....                       | 2 |
| Fornalhas e fornos de ferro.....      | 3 |
| Forragens não denominadas.....        | 4 |
| Fouces.....                           | 3 |
| Frascos.....                          | 2 |
| Freios.....                           | 3 |
| Frigideiras.....                      | 3 |
| Fuba.....                             | 4 |
| Fructos confeitados ou seccos.....    | 3 |
| Fructos frescos.....                  | 4 |
| Fumo do paiz.....                     | 4 |
| Fumo de qualquer outra qualidade..... | 3 |

## G

|                                               |   |
|-----------------------------------------------|---|
| Gaiolas.....                                  | 2 |
| Gaiolas com passarinhos.....                  | 2 |
| Galheteiros.....                              | 2 |
| Gamellas.....                                 | 3 |
| Garfos de ouro ou de prata (vide art. 41).    |   |
| Garfos de metal.....                          | 3 |
| Garras.....                                   | 5 |
| Garrafas de crystal ou de vidro .....         | 2 |
| Garrafas e garrafões vasillos.....            | 4 |
| Gaz globo.....                                | 2 |
| Gazolina.....                                 | 2 |
| Gazosa.....                                   | 3 |
| Gatos de ferro.....                           | 3 |
| Gelatina.....                                 | 3 |
| Geléas.....                                   | 2 |
| Gelo.....                                     | 2 |
| Genebra.....                                  | 3 |
| Gengibre.....                                 | 2 |
| Gesso em obra.....                            | 2 |
| Gesso.....                                    | 4 |
| Gigos e cascós vasillos.....                  | 4 |
| Giz.....                                      | 3 |
| Globos geographicos.....                      | 2 |
| Globos de louça ou de vidro.....              | 2 |
| Glucose.....                                  | 3 |
| Goiabada.....                                 | 3 |
| Gomma-arabica e outras não classificadas..... | 3 |
| Gomma de mandioca e outras do paiz.....       | 3 |
| Grades e gradis de ferro ou de madeira.....   | 3 |
| Gradis para a lavoura.....                    | 3 |
| Grampos para cerca.....                       | 3 |
| Graxa animal.....                             | 4 |
| Graxa para calçado.....                       | 3 |
| Grelhas de ferro.....                         | 3 |

## Tabella

|                                                       |   |
|-------------------------------------------------------|---|
| Guandos.....                                          | 4 |
| Guano.....                                            | 6 |
| Guaritas.....                                         | 2 |
| Guarda-roupa, guarda-musicas, guarda-papeis, etc..... | 2 |
| Guarda-sol.....                                       | 2 |
| Guinchos.....                                         | 3 |
| Guindastes.....                                       | 3 |
| Guitarras.....                                        | 2 |
| Gyradores para estradas de ferro.....                 | 6 |

## H

|                                                   |   |
|---------------------------------------------------|---|
| Harpas.....                                       | 2 |
| Herva-doce.....                                   | 2 |
| Herva-matte.....                                  | 4 |
| Hervas medicinaes e outras não classificadas..... | 2 |
| Hortalicas em conserva.....                       | 3 |
| Hortalicas frescas.....                           | 4 |

## I

|                                                                                                   |   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Imagens.....                                                                                      | 2 |
| Imans.....                                                                                        | 2 |
| Impressos.....                                                                                    | 3 |
| Incenso.....                                                                                      | 2 |
| Inflamáveis não classificados ( <i>frete duplo</i> ).....                                         | 2 |
| Inhame e outras raizes semelhantes.....                                                           | 4 |
| Instrumentos de cirurgia, engenharia, optica, musica<br>e outros de precisão não denominados..... | 2 |
| Instrumentos uteis á lavoura e não denominados.....                                               | 5 |
| Ipecacuanha.....                                                                                  | 2 |
| Isoladores de telegrapho.....                                                                     | 3 |

## J

|                                                         |   |
|---------------------------------------------------------|---|
| Jacás vãos.....                                         | 2 |
| Jangadas.....                                           | 4 |
| Jardineiras.....                                        | 2 |
| Jarras e jarros de porcellana, de louça e de vidro..... | 2 |
| Jarro de barro.....                                     | 3 |
| Jaspe.....                                              | 2 |
| Jogos de damas, dominós, gamão, xadrez e outros.....    | 2 |
| Jóias (vid. art. 41).....                               |   |
| Junco da India.....                                     | 3 |
| Junco do paiz.....                                      | 4 |



**K**

## Tabella

|                     |   |
|---------------------|---|
| Kaolim.....         | 5 |
| Kaleidoscopios..... | 2 |
| Kerosene.....       | 4 |
| Kiosques.....       | 3 |
| Kirsch.....         | 3 |
| Kummel.....         | 3 |

**L**

|                                                    |   |
|----------------------------------------------------|---|
| Lã em bruto.....                                   | 4 |
| Lã em obra não classificada.....                   | 2 |
| Lacre.....                                         | 2 |
| Ladrilhos de barro.....                            | 5 |
| Ladrilhos de louça, de marmore, de pedra, etc..... | 3 |
| Lages brutas.....                                  | 6 |
| Lages aparelhadas.....                             | 5 |
| Lambrequis de madeira ou de metal.....             | 2 |
| Lamparinas.....                                    | 3 |
| Lampeões sem vidro.....                            | 3 |
| Lampeões com vidro.....                            | 2 |
| Lanchas de madeira ou de ferro, desmontadas.....   | 4 |
| Lanternas com vidro.....                           | 2 |
| Lanternas sem vidro.....                           | 3 |
| Lanternas magicas.....                             | 2 |
| Lapides para sepulturas.....                       | 2 |
| Laranjinha.....                                    | 4 |
| Latas de folha, de zinco, etc. vasias.....         | 3 |
| Latão em obra não classificada.....                | 3 |
| Latão em bruto ou velho.....                       | 4 |
| Lavatorios.....                                    | 2 |
| Legumes em conserva.....                           | 3 |
| Legumes frescos.....                               | 4 |
| Leite fresco ou em conserva.....                   | 3 |
| Lenha.....                                         | 6 |
| Leques.....                                        | 2 |
| Licores.....                                       | 3 |
| Limalha de ferro.....                              | 4 |
| Limas de aço.....                                  | 3 |
| Linguas frescas, seccas ou salgadas.....           | 4 |
| Linguicas.....                                     | 4 |
| Linho para costura.....                            | 2 |
| Linho bruto.....                                   | 3 |
| Linhaça.....                                       | 3 |
| Liteiras.....                                      | 3 |
| Livros.....                                        | 3 |
| Lixa.....                                          | 3 |
| Locomotivas desmontadas.....                       | 6 |

## Tabella

|                                          |   |
|------------------------------------------|---|
| Locomotivas rodantes sobre os eixos..... | 9 |
| Locomoveis.....                          | 5 |
| Lombo de porco.....                      | 4 |
| Lona.....                                | 3 |
| Louça de porcelana.....                  | 2 |
| Louça commum ou de barro do paiz.....    | 3 |
| Louza para escrever.....                 | 2 |
| Louza.....                               | 4 |
| Lupulo.....                              | 3 |
| Lustres.....                             | 2 |
| Luvás.....                               | 2 |

## M

|                                                                                                 |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Macacos de ferro.....                                                                           | 3 |
| Macarrão e outras massas alimenticias não classificadas.....                                    | 3 |
| Machados.....                                                                                   | 3 |
| Machinas de copiar.....                                                                         | 3 |
| Machinas de costura.....                                                                        | 3 |
| Machinas desmontadas.....                                                                       | 5 |
| Machinas photographicas.....                                                                    | 2 |
| Machinas de imprimir.....                                                                       | 3 |
| Machinas de tecidos.....                                                                        | 3 |
| Machinas para a lavoura.....                                                                    | 5 |
| Machinas para descarocar algodão.....                                                           | 5 |
| Machinas de fazer tijolos.....                                                                  | 5 |
| Machinas não classificadas :                                                                    |   |
| Pequenas.....                                                                                   | 2 |
| Grandes.....                                                                                    | 5 |
| Machinas para industria ou agricultura.....                                                     | 5 |
| Machinas de fazer farinha.....                                                                  | 5 |
| Madeira apparelhada para construcção ou obra de marcenaria ou carpintaria.....                  | 4 |
| Madeira em casca, falquejada ou serrada.....                                                    | 6 |
| Madeira em obras não denominadas, como portas, janellas, grades, cancellas, caixilhos, etc..... | 4 |
| Madeira para tinturaria.....                                                                    | 4 |
| Madreperola.....                                                                                | 2 |
| Maisena.....                                                                                    | 3 |
| Malas de viagem varias.....                                                                     | 2 |
| Malhos para ferreiro.....                                                                       | 3 |
| Mamona em baga.....                                                                             | 4 |
| Mamona (azeite de).....                                                                         | 3 |
| Mandioca.....                                                                                   | 4 |
| Mangas de vidro.....                                                                            | 2 |
| Mangueiras para bomba.....                                                                      | 3 |
| Manometros.....                                                                                 | 2 |
| Manteiga fresca ou salgada.....                                                                 | 3 |
| Manuscriptos.....                                                                               | 2 |

## Tabella

|                                                                |   |
|----------------------------------------------------------------|---|
| Mappas.....                                                    | 2 |
| Marfim.....                                                    | 2 |
| Marisco (em trem de passageiros).....                          | 1 |
| Marmore em bruto.....                                          | 5 |
| Marmore em obras de arte.....                                  | 2 |
| Marmore em obras não denominadas.....                          | 2 |
| Marroquim.....                                                 | 2 |
| Martellos.....                                                 | 3 |
| Mascaras.....                                                  | 2 |
| Massas alimenticias diversas.....                              | 3 |
| Materiaes de construcção não classificados.....                | 4 |
| Materias explosivas e inflammaveis ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Materiaes venenosos ( <i>frete duplo</i> ).....                | 2 |
| Matte.....                                                     | 4 |
| Medicamentos não classificados.....                            | 2 |
| Medidas diversas.....                                          | 2 |
| Mel de abelhas.....                                            | 3 |
| Mel de canna, melado ou melaço.....                            | 3 |
| Mel de fumo.....                                               | 3 |
| Mercearia (artigos não classificados).....                     | 2 |
| Mercurio.....                                                  | 2 |
| Mesas de madeira.....                                          | 2 |
| Mesas de ferro.....                                            | 3 |
| Metaes brutos não classificados, excepto os preciosos.....     | 3 |
| Metaes em obras não classificados, excepto os preciosos...     | 2 |
| Milho.....                                                     | 4 |
| Mineraes não denominados.....                                  | 5 |
| Mineraes de cobre, ferro, zinco, chumbo e outros.....          | 5 |
| Minio.....                                                     | 3 |
| Missangas.....                                                 | 2 |
| Miudos de rezes.....                                           | 4 |
| Miudezas.....                                                  | 2 |
| Mobilias.....                                                  | 2 |
| Mobilia usada e em máo estado.....                             | 3 |
| Mocotós.....                                                   | 4 |
| Modelos.....                                                   | 2 |
| Moendas para engenhos.....                                     | 5 |
| Moinhos para café, pimenta e semelhantes.....                  | 3 |
| Moinhos para lavoura.....                                      | 5 |
| Moirões.....                                                   | 6 |
| Moitões.....                                                   | 3 |
| Molas de vagões, carros ou locomotivas.....                    | 3 |
| Moldes.....                                                    | 2 |
| Molduras douradas e envernizadas ( <i>frete duplo</i> ).....   | 2 |
| Molduras ordinarias.....                                       | 2 |
| Moringues de barro.....                                        | 3 |
| Mós.....                                                       | 3 |
| Mostarda em pó.....                                            | 3 |
| Mostarda em grão.....                                          | 3 |
| Musgo.....                                                     | 4 |

## N

## Tabella

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| Naphta.....                           | 2 |
| Naphtalina.....                       | 2 |
| Navalhas.....                         | 2 |
| Nickel em bruto.....                  | 2 |
| Nickel em obra.....                   | 2 |
| Nitractos ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Noz-moscada.....                      | 2 |
| Nozes.....                            | 3 |
| Noz-vomica.....                       | 2 |

## O

|                                                          |   |
|----------------------------------------------------------|---|
| Objectos preciosos de arte (vide art. 41).               |   |
| Objectos de arte e de luxo.....                          | 2 |
| Objectos manufacturados, não classificados.....          | 2 |
| Objectos de carpintaria e de marcenaria, desmontados.... | 4 |
| Obras de cabelleireiro.....                              | 2 |
| Obreias.....                                             | 2 |
| Ocre.....                                                | 3 |
| Oleados.....                                             | 3 |
| Oleos de qualquer qualidade, não classificados.....      | 2 |
| Opio.....                                                | 2 |
| Oratorios.....                                           | 2 |
| Orgãos.....                                              | 2 |
| Origones.....                                            | 3 |
| Ornamentos para igrejas.....                             | 2 |
| Ornamentos de ferro, bronze ou outros metaes.....        | 2 |
| Ossos.....                                               | 5 |
| Ossos em obras não classificadas.....                    | 2 |
| Ostras em conserva.....                                  | 3 |
| Ostras frescas (em trem de passageiros).....             | 1 |
| Ouro (vid. art. 41).                                     |   |
| Ovas frescas, seccas ou salgadas.....                    | 3 |
| Ovos.....                                                | 2 |

## P

|                                                     |   |
|-----------------------------------------------------|---|
| Padiolas.....                                       | 3 |
| Paina.....                                          | 3 |
| Painço.....                                         | 3 |
| Paio.....                                           | 3 |
| Palanquins.....                                     | 3 |
| Palhas de coqueiro ou palmeira.....                 | 5 |
| Palhas de trigo, de milho, de canna, etc.....       | 5 |
| Palhas do Chile ou outras de valor approximado..... | 2 |
| Paliteiros de ouro ou prata (vid. art. 41).         |   |

## Tabella

|                                                                       |   |
|-----------------------------------------------------------------------|---|
| Paliteiros diversos.....                                              | 2 |
| Palitos.....                                                          | 2 |
| Pandeiros.....                                                        | 2 |
| Panellas de barro.....                                                | 3 |
| Panellas de ferro ou cobre.....                                       | 3 |
| Panno de qualquer qualidade.....                                      | 3 |
| Pão (em trem de passageiros).....                                     | 1 |
| Papel de qualquer qualidade.....                                      | 3 |
| Papel pautado.....                                                    | 3 |
| Papelão.....                                                          | 3 |
| Parafusos.....                                                        | 3 |
| Parallelipipedos para calçamento.....                                 | 5 |
| Paramentos ecclesiasticos.....                                        | 2 |
| Pás.....                                                              | 3 |
| Passas.....                                                           | 3 |
| Passaros empalhados.....                                              | 2 |
| Passaros vivos engaiolados.....                                       | 2 |
| Pastas de papel ou papelão.....                                       | 3 |
| Patronas.....                                                         | 3 |
| Pãos preparados para tamancos.....                                    | 4 |
| Pãos para tinturaria.....                                             | 3 |
| Pavios.....                                                           | 3 |
| Peanhas.....                                                          | 2 |
| Pecas de artilharia.....                                              | 2 |
| Pecas de engenhos de assucar, farinha, etc.....                       | 5 |
| Pecas de machinismo.....                                              | 5 |
| Peiras de afiar ou amolar.....                                        | 3 |
| Pedras de cantaria, calcareas e outras para edificações e calçamento: |   |
| Brutas.....                                                           | 6 |
| Preparadas.....                                                       | 5 |
| Pedras açorianas.....                                                 | 3 |
| Pedras de filtrar.....                                                | 2 |
| Pedra hume.....                                                       | 2 |
| Pedras lithographicas.....                                            | 2 |
| Pedra pome.....                                                       | 2 |
| Peixe fresco (em trem de passageiros).....                            | 1 |
| Peixe em conserva, em latas.....                                      | 3 |
| Peixe secco ou salgado.....                                           | 3 |
| Pelles em bruto.....                                                  | 4 |
| Pelles preparadas.....                                                | 3 |
| Pellica.....                                                          | 2 |
| Pennas para escrever.....                                             | 2 |
| Pennas para enchimento.....                                           | 2 |
| Pennas de ema ou de pavão.....                                        | 2 |
| Pendulas para relógio.....                                            | 2 |
| Peneiras de arame, cabelo ou seda.....                                | 2 |
| Peneiras de palha do paiz.....                                        | 3 |
| Pentes.....                                                           | 2 |
| Perfumarias.....                                                      | 2 |

## Tabella

|                                                            |   |
|------------------------------------------------------------|---|
| Perolas ( vid. art. 41).                                   |   |
| Pesos para balanças.....                                   | 3 |
| Petrechos de caça não denominados.....                     | 2 |
| Petrechos bellicos.....                                    | 2 |
| Petrechos bellicos explosiveis ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Petroleo.....                                              | 4 |
| Pez.....                                                   | 3 |
| Phosphoros ( <i>frete duplo</i> ).....                     | 2 |
| Photographias.....                                         | 2 |
| Pianos.....                                                | 3 |
| Piassava.....                                              | 4 |
| Picaretas.....                                             | 3 |
| Pilhas electricas.....                                     | 2 |
| Pimenta do reino.....                                      | 3 |
| Pimenta do paiz.....                                       | 4 |
| Pinceis.....                                               | 3 |
| Pinas para rodas.....                                      | 5 |
| Pinhões.....                                               | 4 |
| Pipas varias.....                                          | 4 |
| Pistolas.....                                              | 2 |
| Pixe.....                                                  | 3 |
| Plantas medicinaes.....                                    | 2 |
| Plantas vivas.....                                         | 2 |
| Platina (vid. art. 41).                                    |   |
| Plombagina.....                                            | 3 |
| Plumas.....                                                | 2 |
| Poltronas.....                                             | 2 |
| Polvilho.....                                              | 3 |
| Polvarinhos.....                                           | 3 |
| Polvora ( <i>frete duplo</i> ).....                        | 3 |
| Pomadas.....                                               | 2 |
| Porcellana.....                                            | 2 |
| Porphirio bruto.....                                       | 6 |
| Porphirio em obra.....                                     | 2 |
| Portas, portões, portadas e janellas de madeira ou ferro.. | 4 |
| Pó de sapato.....                                          | 3 |
| Postes de madeira.....                                     | 6 |
| Postes telegraphicos.....                                  | 6 |
| Potassa.....                                               | 3 |
| Potes de barro diversos.....                               | 3 |
| Pranchões.....                                             | 6 |
| Prata (vid. art. 41).                                      |   |
| Prateleiras envernizadas ou ordinarias.....                | 2 |
| Pratos de folha ou de chumbo.....                          | 3 |
| Pregos.....                                                | 3 |
| Prelo.....                                                 | 3 |
| Prensas para algodão e outras não classificadas.....       | 5 |
| Prensas para escriptorio.....                              | 3 |
| Presuntos.....                                             | 3 |
| Productos chimicos ou pharmaceuticos.....                  | 2 |

## Tabella

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| Punhaes.....                | 2 |
| Puxadores para gavetas..... | 2 |
| Puzolana.....               | 4 |

## Q

|                      |   |
|----------------------|---|
| Quadros.....         | 2 |
| Queijos.....         | 3 |
| Queijos do paiz..... | 4 |
| Quilhas de jogo..... | 3 |
| Quina.....           | 2 |
| Quinina.....         | 2 |
| Quinquilharias.....  | 3 |

## R

|                                                          |   |
|----------------------------------------------------------|---|
| Rabecas e rabecões.....                                  | 2 |
| Raios, pinas e cubos para rodas.....                     | 5 |
| Raizes alimenticias.....                                 | 4 |
| Raizes medicinaes.....                                   | 2 |
| Raizes para tinturaria.....                              | 3 |
| Raladores de mandioca.....                               | 5 |
| Ramas de aipim, mandioca e outros generos similares..... | 5 |
| Rapadura.....                                            | 4 |
| Rapé.....                                                | 2 |
| Raspas de pontas de veado.....                           | 3 |
| Ratoeiras.....                                           | 2 |
| Realejos.....                                            | 2 |
| Rebolo (pedras de).....                                  | 3 |
| Redes.....                                               | 3 |
| Redomas de vidro.....                                    | 2 |
| Regoas.....                                              | 2 |
| Relogios de ouro ou de prata (vid. art. 41).....         |   |
| Relogios.....                                            | 2 |
| Remos.....                                               | 3 |
| Rendas estrangeiras.....                                 | 2 |
| Rendas do paiz.....                                      | 3 |
| Residuos de açougue.....                                 | 4 |
| Resinas não classificadas.....                           | 3 |
| Reservatorios.....                                       | 3 |
| Retortas de vidro ou de louça.....                       | 2 |
| Retortas de metal.....                                   | 3 |
| Retortas para gaz.....                                   | 3 |
| Retratos.....                                            | 2 |
| Retretes.....                                            | 2 |
| Retroz.....                                              | 2 |
| Rhum.....                                                | 3 |
| Ricino (oleo de).....                                    | 3 |
| Ripas.....                                               | 6 |

Tabella

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| Rodas para carros e carroças.....    | 5 |
| Rodas e roletes para machinas.....   | 3 |
| Rolhas.....                          | 3 |
| Rotim.....                           | 2 |
| Roupa.....                           | 3 |
| Rosalgar ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |

## S

|                                                  |   |
|--------------------------------------------------|---|
| Sabão.....                                       | 3 |
| Sabão nacional.....                              | 4 |
| Sabonetes.....                                   | 3 |
| Saca-rolhas.....                                 | 3 |
| Saccas de algodão e outras.....                  | 3 |
| Saccas vasias.....                               | 4 |
| Sagü.....                                        | 3 |
| Salames.....                                     | 3 |
| Sal ordinario.....                               | 5 |
| Sal refinado.....                                | 3 |
| Sal ammoniaco.....                               | 2 |
| Sal de azedas.....                               | 2 |
| Sal de Epsom.....                                | 2 |
| Sinos.....                                       | 3 |
| Sangue de boi.....                               | 4 |
| Sanguesugas.....                                 | 2 |
| Sapitos.....                                     | 3 |
| Sapé.....                                        | 5 |
| Sarrafós.....                                    | 6 |
| Sebo.....                                        | 4 |
| Schisto betuminoso.....                          | 6 |
| Seda.....                                        | 2 |
| Sellins e pertences.....                         | 3 |
| Sementos.....                                    | 3 |
| Serralheria (artigos não denominados).....       | 3 |
| Serragem.....                                    | 4 |
| Serras e serrotes.....                           | 3 |
| Salitre.....                                     | 3 |
| Sipó.....                                        | 6 |
| Sirgueiro (artigos de).....                      | 3 |
| Soda.....                                        | 3 |
| Sofás.....                                       | 2 |
| Solas.....                                       | 3 |
| Sovelas e instrumentos de sapateiro.....         | 3 |
| Stearina.....                                    | 3 |
| Suadores para sellins.....                       | 3 |
| Sulfareto do carbono ( <i>frete duplo</i> )..... | 2 |
| Superstructuras metallicas para pontes.....      | 6 |
| Surrões vasios.....                              | 4 |
| Suspensorios.....                                | 2 |



## T

Tabella

|                                              |   |
|----------------------------------------------|---|
| Tabaco.....                                  | 3 |
| Tabaco nacional.....                         | 4 |
| Taboada.....                                 | 6 |
| Taboleiros.....                              | 2 |
| Tachos de cobre ou de ferro.....             | 3 |
| Tacos para bilhar ou bagatella.....          | 2 |
| Talhas de barro para agua.....               | 3 |
| Tamancos.....                                | 3 |
| Tamarindos em conserva.....                  | 3 |
| Tamarindos frescos.....                      | 4 |
| Tambores de musica.....                      | 2 |
| Tambores para engenho.....                   | 3 |
| Tamboretas.....                              | 2 |
| Tampos de barriça.....                       | 6 |
| Tanques para engenho.....                    | 4 |
| Tapioca.....                                 | 3 |
| Tapioca do paiz.....                         | 4 |
| Tapetes.....                                 | 3 |
| Taquarussu.....                              | 6 |
| Tarrafas.....                                | 3 |
| Tartaruga bruta.....                         | 2 |
| Tartaruga em obra.....                       | 2 |
| Tayoba.....                                  | 4 |
| Teares.....                                  | 3 |
| Tecidos de seda e velludo.....               | 2 |
| Tecidos não classificados.....               | 2 |
| Telhas de barro.....                         | 5 |
| Telhas de vidro ou louça.....                | 2 |
| Telhas de ferro zincado.....                 | 5 |
| Tela metallica.....                          | 3 |
| Tenders desarmados.....                      | 6 |
| Tenders rodantes sobre os eixos.....         | 9 |
| Tigelas de folha.....                        | 3 |
| Tijolos de barro.....                        | 5 |
| Tijolos de marmore ou ardozia.....           | 3 |
| Tijolos para limpar facas ou arear.....      | 3 |
| Tilbury ( <i>frete total do vagão</i> )..... | 5 |
| Tinas.....                                   | 3 |
| Tinta para escrever.....                     | 3 |
| Tinta de qualquer qualidade.....             | 3 |
| Tinteiros.....                               | 2 |
| Tipitis.....                                 | 4 |
| Torcidas.....                                | 3 |
| Torneiras.....                               | 3 |
| Torradores de café.....                      | 3 |
| Torresmos (resíduos de sebo).....            | 4 |
| Toucadores.....                              | 2 |
| Toucados para senhora.....                   | 2 |

Tabella

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| Toucinho.....                      | 4 |
| Transparentes para janellas.....   | 2 |
| Trapos.....                        | 4 |
| Traves e travetas.....             | 6 |
| Travesseiros.....                  | 2 |
| Trem de cozinha.....               | 3 |
| Trigo em grão.....                 | 5 |
| Trilhos para estrada de ferro..... | 6 |
| Tripas.....                        | 4 |
| Tubos de barro.....                | 5 |
| Tubos de metal.....                | 3 |
| Tubos de ferro.....                | 3 |
| Tubos de vidro ou louça.....       | 2 |
| Tumulos.....                       | 2 |
| Turfa.....                         | 5 |
| Types.....                         | 2 |

## U

|                                            |   |
|--------------------------------------------|---|
| Umbigos de boia.....                       | 4 |
| Ungentos.....                              | 2 |
| Unhas de animaes.....                      | 5 |
| Unto.....                                  | 4 |
| Urnas.....                                 | 2 |
| Urucú.....                                 | 4 |
| Utensílios domesticos não denominados..... | 3 |
| Uvas frescas.....                          | 4 |
| Uvas secas.....                            | 3 |

## V

|                                                                             |   |
|-----------------------------------------------------------------------------|---|
| Varas.....                                                                  | 6 |
| Varandas de ferro.....                                                      | 3 |
| Vassouras.....                                                              | 3 |
| Velas de cera, de carnaúba, de espermacete, de composição, de stearina..... | 2 |
| Velas de sebo nacionaes.....                                                | 3 |
| Velludo.....                                                                | 4 |
| Velocipedes.....                                                            | 2 |
| Venezianas.....                                                             | 2 |
| Ventrolus.....                                                              | 2 |
| Ventiladores.....                                                           | 3 |
| Verdete.....                                                                | 3 |
| Veduras.....                                                                | 4 |
| Vermelhão.....                                                              | 3 |
| Vermuth.....                                                                | 3 |
| Vernizes.....                                                               | 2 |
| Vidros.....                                                                 | 2 |

|                                      | Tabella |
|--------------------------------------|---------|
| Vigas.....                           | 6       |
| Vime.....                            | 3       |
| Vinagre.....                         | 3       |
| Vinho estrangeiro.....               | 3       |
| Vinho nacional.....                  | 4       |
| Vitriolo ( <i>frete duplo</i> )..... | 2       |

**W**

|                                  |   |
|----------------------------------|---|
| Wagons desmontados.....          | 6 |
| Wagons rodantes sobre os eixos : |   |
| De 4 rodas.....                  | 7 |
| De 8 rodas.....                  | 8 |

**X**

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Xaropes.....             | 2 |
| Xarque.....              | 5 |
| Xergas para animaes..... | 3 |

**Z**

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| Zabumbas.....                   | 2 |
| Zarcão.....                     | 3 |
| Zinco em bruto ou em folha..... | 3 |
| Zinco em obra.....              | 3 |

*Inflammaveis*

Alcool amylico.  
 Alcool vinico (alcool ethylico ou ordinario).  
 Collodio.  
 Ether ordinario (ether ethylico ou ether sulfurico).  
 Essencias.  
 Galitos e mechas phosphoradas.  
 Phosphoros de cera.  
 Phosphoro (corpo simples).  
 Sulfureto de carbono.  
 Espirito de madeira (alcool methyllico), etc., etc.

*Explosivos*

Algodão polvora.  
 Algodão nitrato para collodio.  
 Chloratos ou nitratos.

Dynamite e seus congeneres, vigorite, sebastianite, etc.  
 Espoletas ou capsulas fulminantes.  
 Estopins.  
 Fogos de arteificio.  
 Fulminatos ou mistura de fulminatos.  
 Mistura de chloratos e nitratos.  
 Mistura de chloratos de materia combustivel.  
 Nitro glycerina.  
 Pieratos e formiatos.  
 Polvora de base de pieratos.

*Classificação das tarifas*

Tarifa 1 — Viajantes :

|                |                  |
|----------------|------------------|
| 1ª classe..... | \$100 por kilom. |
| 2ª dita.....   | \$050 » »        |

Tarifa 2 — Mercadorias :

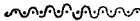
|                                                                                                                                                                                    |                           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Classe 1ª—Bagagens e encomendas..                                                                                                                                                  | 850 por tonelada kilom.   |
| Valores — 50 % sobre a designação precedente, mais $\frac{1}{2}$ % <i>ad valorem</i> .                                                                                             |                           |
| » 2ª—Objectos de grande volume e pouco peso. Objectos frageis, etc.....                                                                                                            | \$100 » » »               |
| » 3ª—Importação, espirituosos, etc.....                                                                                                                                            | \$250 » » »               |
| » 4ª—Productos do paiz. Aguardente nacional, assucar, café, fumo, couros brutos, kerosene. Objectos de primeira necessidade.....                                                   | \$160 » » »               |
| » 5ª— (por carro completo): ferro bruto, machinas e utensilios uteis á agricultura e á industria, cereaes, materiaes de construcção, madeira em obra, xarque, sal e vehiculos..... | \$120 » » »               |
| » 6ª—(por carro completo): material para estradas de ferro, carvão, areia, cascalho, pedras brutas, madeira bruta e serrada, etc.....                                              | \$095 » » »               |
| » 7ª—Vagões de quatro rodas rebocados.....                                                                                                                                         | \$120 por vehiculo kilom. |
| » 8ª—Vagões de oito rodas, rebocados.....                                                                                                                                          | \$240 » » »               |
| » 9ª—Locomotivas e tenders, rebocados.....                                                                                                                                         | \$840 » » »               |

**Tarifa 3— Animaes :**

|                                                          |       |                   |
|----------------------------------------------------------|-------|-------------------|
| Classe 1ª—Burros, cavallos, jumentos e semelhantes.....  | \$090 | por cabeça kilom. |
| » 2ª—Bois, bezerros, vaccas, vitellos e semelhantes..... | \$035 | » » »             |
| » 3ª—Cabras, carneiros, cães, porcos e semelhantes.....  | \$020 | » » »             |

Nota — Telegrammas (em todo o percurso da linha)..... \$070 por palavra.  
Ditos em lingua estrangeira.. \$140 » »

Capital Federal, 12 de setembro de 1895.— *Antonio Olyntho Santos Pires.*

**DECRETO N. 2089 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1895**

Approva com modificações os estudos definitivos [da 2ª secção da Estrada Ferro da Victoria a Peganha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Bahia e Minas, concessionaria da Estrada de Ferro da Victoria a Peganha, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos da 2ª secção da referida estrada, na extensão de 128<sup>k</sup>,510, com as modificações indicadas a tinta azul nas plantas que com este baixam rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 12 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2090 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1895

Extinção diversas brigadas mixtas de Guardas Nacionais do Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

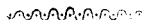
Attendendo ao que representou o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, decreta :

Artigo unico. Ficam extinctas as 4<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 13<sup>a</sup> e 19<sup>a</sup> brigadas mixtas de Guardas Nacionais organisadas nas comarcas de Goyanninha, Acary, Triumpho, Sant'Anna e S. Miguel, no Estado do Rio Grande do Norte, por terem sido supprimidas as mesmas comarcas, passando a força da milicia civil nelleas qualificada a pertencer as 6<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup> e 18<sup>a</sup> brigadas mixtas creadas nas comarcas de Conguaretama, Jardim, Apody, Assu e Pão dos Ferros; ficando n'essa parte revogado o decreto n. 676, de 21 de novembro de 1891, que creou as referidas brigadas.

Capital Federal, 13 de setembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2091 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1895

Dó regulamento á lei n. 127 de 29 de novembro de 1892, que instituiu o montepio para os operarios dos arsenaes de marinha da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em observancia ao disposto no art. 33 da lei n. 127, de 29 de novembro de 1892, decreta :

Artigo unico. O serviço do montepio instituido para os operarios dos arsenaes de marinha da Republica se regerá pelo regulamento que com este baixa, assignado pelo Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de setembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisiario José Barbosa.*

Regulamento para execução da lei n. 127, de 29 de novembro de 1892, que instituiu o montepio para os operarios dos arsenaes de marinha da Republica, a que se refere o decreto n. 2091 desta data

## CAPITULO I

### DA CONSTITUIÇÃO DO MONTEPIO

Art. 1.º Fica instituido o montepio para os operarios effectivos e do quadro extranumerario e serventes effectivos do Arsenal de Marinha da Capital Federal e das Directorias de Artilharia e Torpedos ( art. 1º da lei n. 127 ).

Art. 2.º Este montepio tem por fim, nos casos estabelecidos a que se refere, quando invalidos, como tambem amparar o futuro de suas familias, quando elles fallecerem ou se inhabilitarem para sustental-as ( art. 2º da lei n. 127 ).

Art. 3.º Constituem o fundo deste montepio :

- 1º, contribuições mensaes ;
- 2º, emolumentos dos titulos ;
- 3º, pensões extinctas ou não applicadas por falta de quem a ellas tenha direito ;
- 4º, legados, doações, subscripções ou quaesquer beneficios feitos em favor do montepio ;
- 5º, producto de quaesquer loterias que lhe possam ser consignadas ;
- 6º, juros do capital assim constituido.

Art. 4.º Para esse fundo contribuirão mensalmente com um dia dos respectivos vencimentos :

- a) todos os operarios e serventes mencionados no art. 1º ( art. 3º da lei ) ;
- b) os aprendizes, desde que comecem a vencer ( art. 2º da lei ) ;
- c) os operarios e serventes pensionistas com a quota correspondente a um dia de pensão ( art. 3º da lei ).

Art. 5.º Os contribuintes que forem dispensados do serviço por excesso de pessoal ou arbitrariamente, provando-o, poderão continuar a contribuir para o montepio ( art. 3º paragrapho unico da lei ).

§ 1.º E' mareado o prazo de dous mezes, sob pena de prescripção, para os contribuintes, que estiverem nos casos deste artigo, requererem ao Ministro da Marinha authorisação para continuar a contribuir para o montepio.

§ 2.º Os contribuintes que obtiverem essa authorisação poderão fazer o pagamento de suas contribuições por semestres adiantados, prescrevendo os seus direitos si deixarem de effectuar a contribuição durante seis mezes consecutivos.

Art. 6.º Quando removido ou transferido de um arsenal para outro, ou em commissão do Ministerio da Marinha, na Republica ou fóra della, o operario continuará sempre a contribuir com a quota competente para o montepio, e levará uma guia circumstanciada que lhe será dada independentemente de requisição, no acto da transferencia ou nomeação, atin de que lhe seja descontada a quota do montepio na repartição em que lhe forem abonados os vencimentos.

Art. 7.º Quando o operario for trabalhar, com ordem do Governo, em serviço de qualquer outro Ministerio ou particular, poderá continuar a fazer a contribuição na repartição competente do montepio, ou reservar, requerendo ao inspector, para que as contribuições sejam descontadas, em relação ao tempo em que trabalhou fóra, dos seus vencimentos, quando elle volte aos trabalhos do arsenal ou directorias.

Paragrapho unico. Si o operario, nas condições deste artigo, tornar-se pensionista ou fallecer, deixando herdeiros com direito a reversão, far-se-ha do beneficio o desconto das quotas que o contribuinte houver deixado de satisfazer.

Art. 8.º O producto das quotas de contribuição e em geral todas as sommas arrecadadas por qualquer titulo, em favor do montepio, continuarão a ser convertidas em apolices da divida publica, bem como o saldo que porventura exista proveniente das pensões descontadas *ex-vi* dos decretos ns. 5622, de 4 de março de 1874, e 745, de 12 de setembro de 1890 (art. 4º da lei).

Art. 9.º Todas as quantias arrecadadas na fórma do art. 3º consideram-se desde sua entrada em caixa como constituindo o fundo do montepio e em caso algum serão restituídas.

Paragrapho unico. Nestes termos, deixará de ter logar a indemnisação das contribuições com que houverem concorrido para o extincto monte de pensões aos operarios dos arsenaes da Republica que se alistarem na brigada de artífices militares, do que trata o decreto n. 948, de 5 de novembro de 1890.

Art. 10. São consideradas pensionistas deste montepio as viúvas pobres que porventura existam de operarios do arsenal e do antigo Laboratorio Pyrotechnico desta Capital, fallecidos durante o periodo da execução do primitivo montepio de 1886 (art. 32 da lei n. 127).

## CAPITULO II

### DO BENEFICIO

Art. 11. O beneficio decorrente do montepio instituido pela lei n. 127, de 1892, realiza-se em pensões pagas em vida dos contribuintes ou em sua reversão aos herdeiros, nos termos dos artigos seguintes :



## SECÇÃO PRIMEIRA

*Da pensão*

Art. 12. Tem direito à pensão:

1º, o contribuinte que contar 20 annos ou mais de serviço e que, por molestias nelle contrahidas ou por avançada idade, ficar impossibilitado de continuar a servir, percebendo:

a) tendo 20 annos de serviço, metade do jornal;

b) tendo 25 annos, o jornal por inteiro;

c) tendo 30 annos ou mais, o jornal da classe immediatamente superior, si tiver mais de um anno de exercicio na anterior, e si for operario de 1ª classe, mais um terço do jornal;

d) tendo de 20 a 25 annos de serviço ou de 25 a 30, pensão proporcional ao tempo intermediario (art. 5º e paragraphos);

2º, o contribuinte que contar qualquer tempo de serviço e durante elle soffrer desastre por motivo alheio à sua vontade, competentemente provado, do qual resulte impossibilidade de continuar a trabalhar, perceberá o jornal de sua classe (art. 6º da lei);

3º, o contribuinte que se invalidar, sem ser por molestia adquirida nas repartições a que se refere este regulamento, perceberá:

a) tendo 20 annos de serviço, o jornal de sua classe;

b) tendo de 15 a 20 annos de serviço, o jornal da classe immediatamente anterior, ou o jornal de sua classe, menos 1/3, si pertencer à terceira (art. 7º da lei).

Paragrapho unico. Para os effeitos deste artigo descontar-se-ha o tempo absorvido por licenças, castigos, faltas ou molestias que tiverem tido por causa o serviço do arsenal (art. 5º da lei).

Art. 13. A loucura é equiparada à invalidez, para todos os effeitos do artigo anterior.

Art. 14. As pensões em geral ficam sujeitas a desconto e rateio, sem direito a posterior indemnisação, desde que a insufficiencia de fundos do montepio não permitta pagal-as integralmente (art. 5º § 5º da lei).

Paragrapho unico. O desconto e rateio, que serão relativos e proporcionaes ao *deficit* que for verificado no fundo do montepio, cessarão immediatamente com o desaparecimento do *deficit*.

Art. 15. Para os effeitos do presente regulamento só se contará o tempo de serviço durante o qual o operario tenha contribuido para o montepio, computando-se o tempo da contribuição anterior para o operario que, havendo deixado serviço, a elle volte de novo (art. 28 da lei).

Paragrapho unico. O tempo de serviço começará a decorrer da entrada do operario para o arsenal (art. 27 da lei).

Art. 16. Para o calculo da pensão não será em caso algum computado outro vencimento que não seja o jornal da classe do operario.

Art. 17. O contribuinte que depois de 15 annos de serviço fallecer em estado de solteiro, sem familia e sem recursos, terá direito ao seu enterramento pela caixa do montepio, sendo regulada a despesa pela que faz a Empresa Funeraria desta Capital (art. 29 da lei).

Paragrapho unico. Este abono será determinado pelo inspector do arsenal com informação da commissão de visita, que poderá ter iniciativa na proposta.

## SECÇÃO SEGUNDA

### *Da reversão*

Art. 18. Chama-se reversão o direito que tem os herdeiros do contribuinte a haver, nos termos deste regulamento, a pensão correspondente que, em caso algum, poderá ser maior que a metade da que caberia em vida ao contribuinte.

Art. 19. Tem direito á reversão os herdeiros do contribuinte :

1º, que fallecer depois de 20 annos de serviço, percebendo uma pensão igual á metade do que poleria o fallecido receber nas hypótheses do art. 12 — 1º (art. 8º da lei) ;

2º, que fallecer contando de 15 a 20 annos de serviço, percebendo :

a ) uma pensão correspondente á metade do que perceberia com 20 annos de serviço, si na classe em que fallecer tiver mais de um anno de exercicio ;

b ) uma pensão correspondente á metade do que perceberia na classe immediatamente anterior, si não tiver um anno de exercicio na classe em que fallecer ;

c ) uma pensão correspondente á metade do jornal da classe, menos 1/3, sendo da terceira (art. 9º da lei).

Art. 20. Não tem direito a reversão :

1º, quando o fallecimento do contribuinte occorrer antes de 15 annos de serviço (art. 8º paragrapho unico da lei) ;

2º, quando o contribuinte se houver casado em artigo de morte (art. 14 § 1º da lei).

Art. 21. Gosam do beneficio da reversão os herdeiros do contribuinte, uns na falta dos outros, na ordem seguinte (art. 20 da lei) :

1º, a viuva ;

2º, os filhos menores repartidamente ;

3º, as filhas solteiras que viviam na companhia do operario ou fóra della com o necessario consentimento ;

4º, a mãe, salvo si não tiver vivido em companhia do instituidor do montepio ;

5º, as irmãs solteiras, repartidamente.

Paragrapho unico. Desso beneficio só gosam as filhas legitimas ou reconhecidas e legitimadas, salvo as que o forem por subsequente matrimonio contrahido *causa mortis* (art. 19 § 3º o 14 § 2º da lei).

Art. 22. Não é transmissível o benefício da reversão, cuja pensão se extingue sempre com a morte do beneficiado ou com a cessação do direito de percebê-la.

Art. 23. As pensões dos filhos menores só serão pagas aos tutores legalmente constituídos, que deverão requerer, juntando a certidão do termo de tutela, do que dar-se-ha comunicação ao juiz do respectivo inventário.

Art. 24. Um terço da pensão dos filhos menores será depositado na Caixa Economica, devendo o deposito ser verificado com a apresentação semestral da respectiva caderneta na repartição por onde se faz o pagamento da pensão ( art. 10 da lei ).

§ 1.º A direcção do montepio pôde em qualquer tempo, sempre que julgue conveniente, obrigar o tutor a apresentar a caderneta, sem prejuizo da apresentação necessaria estatuida acima.

§ 2.º Ao tutor que não apresentar a caderneta em tempo opportuno, dentro do primeiro mez de cada semestre e sempre que lhe for exigido, ou apresental-a sem ter feito o deposito, não se pagarão as pensões que se forem vencendo, levando-se o facto ao conhecimento do juiz competente.

§ 3.º O numero e importancia da caderneta serão lançados nos assentamentos do pensionista, o que constará de nota autentica na mesma caderneta, feita pela estação competente.

Art. 25. Os tutores poderão utilizar dous terços da pensão dos menores com sua educação, ficando obrigados, sem prejuizo de suas obrigações perante o juiz do inventario, a apresentar a matricula dos tutelados nos estabelecimentos de educação, attestando mensaes de frequencia nas aulas ou cursos, e, de quatro em quatro mezes, certidão de vida dos mesmos tutelados ( art. 11 paragrapho unico da lei ).

Art. 26. Os menores que tiverem em deposito quantia sufficiente serão admittidos em qualquer instituição pia que mantenha hospital, levantando os tutores para esse fim, da Caixa Economica, o capital necessario e devendo apresentar o titulo ou diploma para os precisos assentamentos ( art. 12 da lei ).

Art. 27. Fallecendo o menor beneficiado sem se achar no gozo das vantagens do artigo anterior, o seu tutor poderá levantar da Caixa Economica a quantia necessaria para as despesas do seu enterramento ( art. 12 paragrapho unico da lei ).

Art. 28. Os tutores respondem pela regular applicação das pensões dos menores seus tutelados, nos termos da legislação penal e orphanologica.

#### SECÇÃO TERCEIRA

##### *Da perda do beneficio*

Art. 29. Perdem o direito á percepção do beneficio :

1º, o contribuinte que se despedir ou for demittido, salvo nos casos do art. 5º ( art. 13 ) ;

2º, a viuva :

a) si por culpa sua não estiver em companhia do marido ao tempo do fallecimento ;

b) contrahindo novas nupcias ;

c) tornando-se deshonesto ( art. 15 e §§ ) ;

3º, o filho menor :

a) completando 18 annos, salvo si estiver em estudos, caso em que perceberá a pensão até aos 21 ;

b) entregando-se a vicios reprovados ;

sendo aos 11 annos inteiramente analphabeto, por occasião c) da morte de seu pai ( art. 16 e §§ ) ;

4º, a filha ou irmã :

a) casando-se ;

b) tornando-se deshonesto ( art. 17 ).

Art. 30. O reconhecimento da cessação do direito á percepção do beneficio será verificado e julgado pela junta directora do montepio, em vista de prova authentica e nos termos deste regulamento.

### CAPITULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO DO MONTEPIO

Art. 31. A administração do montepio, sob a autoridade superior do Ministro de Estado respectivo, será affecta a uma junta directora auxiliada pelas commissões de visitas ( arts. 21 e 26 ).

#### SECÇÃO PRIMEIRA

##### *Da junta directora*

Art. 32. A junta directora do montepio compõe-se do inspector do arsenal, do contador e do pagador da marinha, e se reunirá no Arsenal de Marinha, sempre que for convocada pelo inspector, para o exercicio de suas attribuições.

Art. 33. Compete á junta directora :

1º, julgar as habilitações para a percepção do beneficio ;

2º, julgar a perda do direito a essa percepção ;

3º, consultar com o seu parecer sobre as questões que se suscitarem relativas ao montepio ;

4º, publicar, no principio de cada anno, um *Boletim* contendo a receita e a despesa do anno findo discriminadamente ;

5º, deliberar sobre a constituição do fundo do montepio, applicação e conservação de seu capital em apolices da dívida publica ;

6º, determinar, mediante as contas e calculos feitos na Contadoria, a percentagem do rateio quando haja deficiencia do fundo de montepio para attender ao pagamento dos beneficios ;

7º, conhecer das reclamações dos operarios demittidos que alleguem que o foram arbitrariamente para o effeito do disposto no art. 5º.

Paragpho unico. As resoluções da junta serão sempre submettidas á approvação do Ministro para quem, além disto, poderão os interessados recorrer quando se julgarem lesados em seus direitos por qualquer acto do pessoal administrativo do montepio (art. 30).

Art. 34. Ao inspector do Arsenal, como membro da junta, compete :

1º, convocar e presidir as sessões da junta sempre que for necessaria a sua reunião ;

2º, assignar todo o expediente relativo ao serviço do montepio e em geral expedir todas as instrucções e ordens convenientes para regular o serviço do montepio ;

3º, despachar todos os requerimentos relativos ao montepio, dando-lhes o preciso expediente ;

4º, submeter ao Ministro, para approvação, as consultas e deliberações que a junta houver tomado ;

5º, entender-se com as commissões de visita todas as vezes que for necessario ;

6º, velar pela fiel execução deste regulamento.

Art. 35. Ao contador da marinha, como membro da junta, compete :

1º, receber e informar os requerimentos dos contribuintes pedindo pensão e dos respectivos herdeiros solicitando reversão ;

2º, fiscalisar a arrecadação geral do montepio e dirigir toda a sua escripturação ;

3º, expedir as ordens immediatas para execução das resoluções da junta sobre conversão e applicação do capital do montepio.

Art. 36. Ao pagador da marinha, como membro da junta, compete :

1º, fazer todas as transacções e despesas que forem necessarias ou determinadas pela junta ;

2º, receber os juros das apolices, bem como a importancia de subscripções, doações, legados, que forem feitos em favor do fundo do montepio ;

3º, effectuar o pagamento das pensões aos beneficiados munidos dos competentes titulos.

Art. 37. As funcções dadas por este reg'amento aos membros da junta são inherentes aos respectivos cargos, não devendo prejudicar as exigencias do serviço publico, nem dando direito a gratificações extraordinarias.

## SECÇÃO SEGUNDA

### *Das commissões de visita*

Art. 38. Como auxiliar da administração do montepio, haverá em cada officina do Arsenal e directorias uma commissão de

visita, composta de tres operarios designados pelo mestre o nomeados pelo director (art. 26 ).

Paragrapho unico. Estas commissões, nas quaes não poderá entrar ninguem contra vontade propria e cuja escolha deverá recahir em operarios circumspectos, se corresponderão directamente com o inspector do Arsenal (art. 26, paragrapho unico).

Art. 39. Incumbe ás commissões de visita:

1º, ir a casa dos contribuintes que deixarem continuadamente de comparecer ás officinas ou que heuverem communicado acharem-se enfermos;

2º, visitar periodicamente os operarios pensionistas;

3º, levar ao conhecimento do inspector o estado de saude dos contribuintes, como dos pensionistas, afim de serem tomadas as providencias que forem convenientes;

4º, diligenciar afim de que os beneficiados preencham as exigencias deste regulamento, para que possam gosar do beneficio, informando de tudo ao inspector, para que seja elle suspenso, quando for caso disso.

Art. 40. Os membros das commissões de visita serão punidos criminalmente pelas informações apaixonadas ou suspeitas que derem sobre os assumptos sujeitos á sua observação e podem ser destituidos pelo director sempre que seja conveniente.

Art. 41. As funções das commissões de visita não excluem a obediencia, respeito e subordinação que devem existir entre as autoridades superiores do arsenal e os operarios, nem autorisam sua intervenção na direcção superior do montepio.

Art. 42. Apesar da obrigação que teem as commissões de visita de communicar ao inspector a enfermidade dos contribuintes, a estes corre o dever de fazerem a communicação logo que adoeecerem e sempre que lhes for possivel.

### SECÇÃO TERCEIRA

#### *Da habilitação*

Art. 43. A habilitação para a percepção do beneficio instituido pela lei n. 127 de 1892, deverá ser produzida perante o inspector do Arsenal, que mandará ordenar o processo e o submeterá ao conhecimento da junta logo que elle se ache em termos de ser julgado.

Art. 44. Toda a habilitação deverá ser iniciada por um requerimento dirigido ao inspector e competentemente instruido.

Paragrapho unico. Requerendo pensão o operario ou servente, o inspector mandal-o-ha submeter á inspecção de saude pela junta medica da Armada, afim de se veridicar si se acha em estado grave de saude, em avançada idade ou invalido, e ordenará a apuração de seu tempo de serviço de contribuição, inclusive o antigo monte de pensão (extincto).

Art. 45. Para obter o beneficio em reversão se habilitarão :

1. A viuva, apresentando:

a) certidão de casamento;

b) certidão de obito do marido;

c) justificação que prove:

1º, que não estava divorciada em termos legais;

2º, que viveu em companhia do marido até seu fallecimento;

3º, que se conserva em estado de viuvez;

4º, que vive honestamente;

II Os filhos menores, apresentando:

a) certidão de casamento dos paes;

b) certidão de obito dos mesmos;

c) certidão de casamento das mães, si viverem e houverem passado a segundas nupcias;

d) certidão do reconhecimento ou da perflhação, dispensada nestes casos a da letra a).

Para os do sexo masculino:

e) certidão de idade;

f) attestado no caso de ser maior de 18 annos, provando estar seguindo os estudos;

g) matricula ou documento que prove que aos 11 annos não era analfabeto;

h) folha corrida para provar que não se entrega a vicios reprovados.

Para os do sexo feminino:

i) justificação de que são solteiras e honestas.

§ 1.º Pelos filhos menores do contribuinte fallecido requererá o seu tutor, juntando ao requerimento a certidão do termo de tutela.

§ 2.º Havendo mais de um filho menor, a pensão será dividida em tantas partes iguaes quantos forem os filhos com direito ao beneficio e essas partes não passarão aos demais quando o seu usufruidor morra ou perca o direito á percepção dellas.

III. A mãe do contribuinte, apresentando:

a) certidão de idade do filho;

b) justificação que faça certo:

1º, que era mãe do fallecido;

2º, que viveu sempre em companhia do filho;

3º, que não existem viuva ou filhos do contribuinte ou, si existem, não tem direito ao beneficio;

4º, que vive honestamente;

5º, que não é casada.

IV. A irmã do contribuinte, apresentando:

a) certidão de idade do operario;

b) justificação que prove:

1º, que vivia em companhia do fallecido;

2º, que não existem viuva, filhos ou mãe do contribuinte fallecido, ou, si existem, não tem direito ao beneficio;

3º, que vive solteira e honestamente.

Art. 46. Todas as justificações que tenham de ser produzidas para prova de qualquer das circumstancias do artigo anterior,

que não conste de prov. documental, reconhecida em direito, devem ser effectuadas perante a Auditoria de Marinha com sciencia do procurador seccional da Republica.

Paragrapho unico. Quando os justificantes não possam satisfazer a importancia das custas e emolumentos das justificações, estas serão pagas pela caixa do montepio, por conta dos justificantes para descontar nas pensões mediante guia expedida pelo escriptão da auditoria e rubricada pelo auditor.

Art. 47. O inspector do arsenal logo que tenha completado todas as diligencias necessarias para a habilitação á percepção do beneficio, designará dia para o julgamento e convocará o contador e o pagador da marinha atim de se reunir a junta directora.

§ 1.º Proferida a decisão, subirão por intermedio do inspector todos os papeis autoados e numerados ao Ministro da Marinha que, si concordar com ella, a mandará cumprir.

§ 2.º Com o despacho do Ministro voltarão os papeis ao inspector que lhe dará execução ordenando qualquer diligencia, mandando archivar ou remettendo á Contadoria para serem expedidos os titulos competentes.

Art. 48. Os titulos do montepio serão assignados pelo Ministro da Marinha.

Art. 49. As habilitações para a reversão do montepio devem ser iniciadas dentro de tres annos contados da data do fallecimento do contribuinte, sob pena de prescripção.

Paragrapho unico. Esse prazo começará a correr da data do presente regulamento para as habilitações correspondentes aos contribuintes mortos anteriormente.

Art. 50. A liquidação do tempo de serviço dos operarios e serventes continuará, nos termos da legislação vigente, a ser apurada pelo Conselho Naval.

#### SECÇÃO QUARTA

##### *Da escripturação e expediente*

Art. 51. A escripturação e expediente do montepio dos operarios ficam affectos á Contadoria da Marinha.

Art. 52. Haverá para a escripturação do montepio, além dos livros auxiliares que forem necessarios, os seguintes livros:

1.º *Caixa*, a cujo debito serão levadas todas as quantias arrecadadas em favor do montepio seja qual for a proveniencia ou origem creditando-se nelle todas as despesas feitas com pagamento de pensões, funeraes, corretagens, sellos, publicações, etc.

2.º *Caderneta de operarios pensionistas* para pagamento das respectivas pensões e em que resumidamente lançar-se-ha a data da concessão de pensão, sua importancia e a contribuição mensal que faz para o montepio;

3.º *Caderneta de pensionistas em reversão*, que servirá para o mesmo fim da dos operarios, e do mesmo modo escripturada.



Art. 53. De todos os titulos do montepio se cobrará 1\$ de emolumentos.

Paragrapho unico. Essas quantias reverterão em favor do fundo do montepio e serão cobradas por desconto na occasião do primeiro pagamento ao pensionista.

Art. 54. Todos os livros de escripturação do montepio serão numerados e revestidos das formalidades de abertura, encerramento e rubrica, que serão feitos por qualquer dos membros da junta.

Art. 55. A junta directora tem competencia para regular, como entender conveniente, a escripturação e expediente do montepio, creando os livros e estabelecendo as normas que forem necessarias para a regularidade do serviço.

## CAPITULO IV

### DO MONTEPIO NOS ARSENAES DOS ESTADOS

Art. 56. Fica igualmente constituido' o montepio para os operarios e serventes dos demais arsenaes de marinha da Republica (art. 34).

Paragrapho unico. Com a organização desse montepio, cessam os creditos concedidos pelo fundo das contribuições dos operarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal para aquelles arsenaes (art. 34).

Art. 57. O montepio desses operarios se regerá pelas disposições deste regulamento em tudo que lhes for applicavel.

Art. 58. A direcção do montepio dos arsenaes dos Estados caberá a uma junta composta do respectivo inspector, exercendo as funções que este regulamento define para o contador e o pagador da marinha, o inspector ou delegado, e o thesoureiro das repartições fiscaes da União ali localizadas.

Paragrapho unico. Para o exercicio dessas funções, o Ministro da Marinha requisitará do Ministro da Fazenda a precisa autorisação.

Art. 59. Os inspectores dos arsenaes nos Estados mandarão cumprir as deliberações da junta, independentemente da intervenção do Ministro da Marinha, cujo despacho só será necessario quando a deliberação da junta for contraria á pretensão dos requerentes, caso em que o inspector enviará todos os papeis devidamente ordenados.

Art. 60. Aos interessados cabe promover a intervenção da autoridade do Ministro sobre os negocios do montepio sempre que se julgarem preteridos em seus direitos.

Art. 61. Nos Estados, cujos arsenaes forem nas capitães, as justificações precisas para as habilitações serão dadas perante o juiz seccional, sciente o respectivo procurador; quando forem em outra cidade, deverão ser processadas perante o juiz que exercer a jurisdicção commum, intimado o respectivo órgão do ministerio publico local.

Art. 62. O abono das pensões só se tornará effectivo quando o permittirem os recursos do montepio.

## DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1.º Logo que entrar em execução este regulamento, a junta directora do montepio do Arsenal da Capital Federal se reunirá para estabelecer a forma de escripturação e modelos dos livros e diplomas, communicando suas resoluções, depois de approvados pelo Ministro, ás demais juntas directoras, afim de que as observem, uniformisando assim o serviço.

Art. 2.º A todos os operarios e serventes será distribuido um exemplar impresso do presente regulamento.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 13 de setembro de 1895. — *Elisario J. Barbosa.*



## DECRETO N. 2092 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na Capital do Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na Capital do Estado do Pará mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 102º, que se organizará com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma Capital ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2093 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na Guarda Nacional da comarca de Condeúba, no Estado da Bahia, mais um batalhão de

infantaria, com quatro companhias e a designação de 222º, o qual se organizará com os guardas qualificados no districto de Poções pertencente à referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2094 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1895

Eleva-se à categoria de regimento o 3º esquadrão avulso da Guarda Nacional da comarca da União, no Estado do Piauhý.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica elevado à categoria de regimento, com quatro esquadrões e a designação de 9º, o 3º esquadrão avulso da Guarda Nacional da comarca da União, no Estado do Piauhý, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2095 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1895

Transfere para o commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, a 11ª secção de batalhão da reserva da mesma guarda da comarca de Santa Victoria do Palmar, no referido Estado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica transferida para o commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, a 11ª secção de batalhão da reserva da mesma

guarda da comarca de Santa Victoria do Palmar, no referido Estado, passando a organizar-se com os guardas qualificados no districto de Nossa Senhora da Conceição do Tahim, pertencente áquella comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 14 de setembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



# DECRETO N. 2096 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Guerra um credito supplementar da quantia de 7.905:410\$565 para occorrer ás despezas com diversas rubricas no exercicio de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe foi conferida pelo decreto n. 297 de 16 do corrente, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Guerra um credito supplementar da quantia de 7.905:410\$565 para occorrer ao pagamento das respectivas despezas e que será assim distribuido :

|                                                                         |                |
|-------------------------------------------------------------------------|----------------|
| § 1 <sup>o</sup> — Secretaria de Estado e repartições annexas . . . . . | 1:800\$000     |
| § 2 <sup>o</sup> — Supremo Tribunal Militar e Auditores . . . . .       | 10:800\$000    |
| § 4 <sup>o</sup> — Directoria Geral de Obras Militares . . . . .        | 800:000\$000   |
| § 5 <sup>o</sup> — Instrucção Militar . . . . .                         | 161:400\$000   |
| § 7 <sup>o</sup> — Arsenaes . . . . .                                   | 295:516\$365   |
| § 9 <sup>o</sup> — Laboratories . . . . .                               | 300\$000       |
| § 14 — Corpos arregimentados. . . . .                                   | 6.315:760\$000 |
| § 17 — Fardamentos . . . . .                                            | 42:600\$000    |
| § 18 — Equipamentos e arreios. . . . .                                  | 36:399\$200    |
| § 19 — Armamento . . . . .                                              | 30:000\$000    |
| § 21 — Companhias militares . . . . .                                   | 10:835\$000    |
| § 24 — Ajudas de custo . . . . .                                        | 200:000\$000   |

Capital Federal, 17 de setembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 2097 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais, com quatro companhias e a designação de 223º, o qual se organisará com os guardas qualificados na freguezia de Aporá, da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de setembro de 1895, 7º da Republica

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2098 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Chaves, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Chaves, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 103º que se organisará com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2099 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1895

Prorroga o prazo estatuido para a construcção de um aterro e augmento de um viaducto da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brazil Great Southern Railway Company Limited*, decreta :

Artigo unico. Fica prorogado até 31 de janeiro do anno proximo vindouro o prazo estatuido no decreto n. 1953 de 28 de janeiro ultimo, para a construcção do aterro da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí no trecho situado entre os kilometros à 138, 900 e 189, 600, com um viaducto adicional de sete vãos de 15 metros cada um.

Capital Federal, 19 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2100 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1895

Crea tres logares do supplentes do substituto do juiz seccional de Santa Catharina em cada uma das circumscripções federaes em que fica dividido aquelle Estado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Ficam creados no Estado de Santa Catharina, nos termos do art. 3º § 1º da lei n. 221 de 20 de novembro de 1894, tres logares de supplentes do substituto do juiz seccional em cada uma das circumscripções federaes de S. José, São Miguel, Tijucas, Itajahy, Blumenau, S. Francisco, S. Bento, Laguna, Araranguá, S. Joaquim, Lages, Caritybanos e Campos Novos, as quaes comprehenderão os territorios das comarcas da mesma denominação, com excepção das de S. Francisco, que se comporá da comarca de igual nome e da de Joinville de Itajahy, que será formada pela comarca desta denominação e da de Brusque, e da Laguna, que comprehenderá as comarcas da Laguna e Tubarão, ficando assignalados como limites das

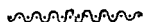
circumscripções em que é dividido o Estado, os das comarcas que as compoem em toda a extensão que lhes for applicavel.

Art. 2.º Em cada uma destas circumscripções, conforme o art. 4º da mesma lei, terá o Procurador da Republica um ajudante.

Capital Federal, 19 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2101 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1895

Crea um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais na comarca de S. José do Paraizo, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. José do Paraizo, no Estado de Minas Geraes, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 94º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2102 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1895

Publica a adhesão da Republica do Salvador ao accordo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão da Republica do Salvador ao accordo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e pu-

blicações periodicas, concluido em Vienna aos 4 de julho de 1891. segundo a communicacão do Consulado Geral da Suissa, de 21 de setembro de 1895, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 23 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

---

Traducção — Consulado Geral da Suissa no Rio de Janeiro—  
N. 201 A— Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1895.

Sr. Ministro — O meu Governo encarregou-me de informar a V. Ex. que, por nota de 22 de maio do corrente anno, o Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica do Salvador notificou ao Conselho Federal a adhesão do seu Governo ao accordo relativo á intervenção do Correio nas assignaturas de jornaes e publicações periodicas, accordo concluido em Vienna em 4 de julho de 1891.

Dando a V. Ex. conhecimento desta adhesão, como determina o art. 13 do precitado accordo, aproveito a occasião para reiterar-vos, Sr. Ministro, as seguranças da minha alta estima e mais distincta consideração.

*Eugenio Emilio Raffard.*

A S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores.

---

#### DECRETO N. 2103 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1895

Approva os estudos definitivos da variante entre os kilometros 167+345 e 232+410 da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, concessionaria do privilegio e garantia de juros para construeção, uso o goso da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão pelo decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados os estudos definitivos da variante situada entre os kilometros 167+345 e 232+410, na direcção de Lavras para Catalão, dos nucleos approvados pelos



decretos n. 1014 de 16 de agosto de 1892 e n. 1457 de 5 de julho de 1893, os quaes com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 23 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2104 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1895

Proroga, por mais cinco mezes, o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para medir e demarcar datas mineraes nos Estados do Pará e Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o engenheiro Guilherme de Capanema, decreta :

Fica prorogado por mais cinco mezes o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema por decreto n. 10.284 de 30 de julho de 1889 para medir e demarcar datas mineraes nos Estados do Pará e Maranhão.

Capital Federal, 23 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2105 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1895

Proroga por tres annos o prazo fixado no decreto n. 1079, de 28 de novembro de 1890, para a Companhia Melhoramentos da Lagôa e Botafogo terminar as obras de saneamento da Lagôa Rodrigo de Freitas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Melhoramentos da Lagôa e Botafogo, cessionaria das obras de saneamento da

Lagôa Rodrigo de Freitas, e de accordo com o disposto na clausula 11<sup>a</sup> do decreto n. 1079, de 28 de novembro de 1890, decreta :

Artigo unico. Fica prorogado por tres annos o prazo fixado na clausula 7<sup>a</sup> do citado decreto para a terminação daquellas obras.

Capital Federal, 23 de setembro de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



# DECRETO N. 2106 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1895

Publica a adhesão do Governo do Reino da Servia ao accordo de Vienna relativo ao serviço de vales postaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão do Governo do Reino da Servia ao accordo de Vienna de 4 de julho de 1891 relativo ao serviço de vales postaes, a partir de 1 de setembro de 1895, segundo a communição do Consulado Geral da Suissa de 24 do corrente ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este accompanha.

Capital Federal, 26 de setembro de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



Traducção — Consulado Geral da Suissa no Rio de Janeiro.  
— N. 202 A — Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1895.

Sr. Ministro— Em nome do Conselho Federal Suizo, tenho a honra de informar a V. Ex. que o Governo da Servia adheriu ao accordo de Vienna relativo ao serviço de vales postaes, a partir de 1 de setembro de 1895.

Dando a V. Ex. conhecimento dessa adhesão, de conformidade com o art. 24 da Convenção postal universal concluida em Vienna, em 4 de julho de 1891, aproveito a occasião para renovar-vos, Sr. Ministro, as seguranças da minha alta estima e mais distincta consideração.

(Assignado) *Eugenio Emilio Raffard*

A S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores, etc., etc.



## DECRETO N. 2107 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1895

Approva com modificações os estudos definitivos do prolongamento, até ao ramal do Rio das Contas e do ramal em direcção ás terras da Orobó, do Sítio Novo ao Mundo Novo, da Estrada de Ferro Central da Bahia: bem assim as tabellas de preços, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasilian Central Bahia Railway Company*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados, de accordo com os documentos que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado da Industria, Viação e Obras Publicas :

1º, os estudos definitivos do prolongamento da *Brasilian Central Bahia Railway Company*, até ao ramal do Rio das Contas, na extensão de 179 kilometros, e do ramal em direcção ás terras da Orobó, do Sítio Novo ao Mundo Novo, na extensão de 125<sup>h</sup>,9; tudo com as modificações indicadas a tinta azul na planta respectiva;

2º, as tabellas de preços apresentadas, salvo :

a) quanto ao material fixo e rodante, para o qual vigorarão os preços das facturas originaes, convertidos em moeda nacional ao cambio do dia da chegada desse material ao Estado da Bahia ;

b) quanto aos trilhos a adoptar, devendo ser de aço de 20 kilogrammas por metro corrente.

Capital Federal, 26 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2108 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1895

Concede ao cidadão Orozimbo Muniz Barreto autorisação para ligar os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes por meio de uma linha telephonica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o cidadão Orozimbo Muniz Barreto, decreta:

Artigo unico. E' concedido ao mesmo cidadão, ou á empreza que organisar, autorisação para ligar os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes por meio de uma linha telephonica,

observadas as clausulas que este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 26 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2108 desta data**

I

A presente concessão vigorará durante o prazo de quinze (15) annos, contados desta data, ficando o Governo da União com o direito de resgatar as respectivas obras, mediante avaliação de peritos, a partir do sexto (6º) anno depois de aberto o trafego.

II

O concessionario submeterá á approvação do Governo o projecto da respectiva installação, não só o que se refere á canalisação electrica, como ainda ás estações e centros telephonicos.

III

As tarifas para o serviço telephónico serão sujeitas á approvação do Governo e só poderão ser alteradas com o seu consentimento.

IV

A fiscalisação do serviço agora autorisado será paga pelo concessionario por prestações semestraes adeantadas e será exercida pela Repartição Geral dos Telegraphos.

V

A importancia a depositar pelo concessionario na thesouraria da Repartição Geral dos Telegraphos, para pagamento da fiscalisação de que trata a clausula anterior, será de dous contos de réis (2:000\$) annuaes.

## VI

Obriga-se tambem o concessionario ás disposições do art. 13 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos, relativamente á construcção das linhas particulares.

## VII

Emquanto o concessionario não puder ceder ao Governo um fio paralelo de accordo com o art. 5º do regulamento approved pelo decreto n. 1663, de 30 de janeiro de 1894, o concessionario se obrigará a fazer gratuitamente o serviço official do Governo.

## VIII

Sempre que for necessario á segurança publica, poderá o Governo suspender o trafego das linhas, sem que o concessionario tenha direito a indemnisação alguma.

## IX

No Estado do Rio de Janeiro a empreza só poderá ter uma estação, que será estabelecida na cidade de Nitheroy.

## X

O concessionario contribuirá para os cofres da União com dez por cento (10 %) da renda bruta da empreza.

## XI

Caducará a presente concessão si, dentro do prazo de dous (2) annos, não estiver funcionando a linha telephonica entre Nitheroy e uma cidade do Estado de Minas Geraes, bem como si depois de construida tiver interrupção que dure mais de tres (3) mezes.

Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viacção e Obras Publicas, 26 de setembro de 1895. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2109 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Bom Conselho, no Estado da Bahia.

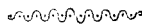
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada do commando superior da comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia, a força de guardas nacionaes qualificados na de Bom Conselho, no mesmo Estado, e com esta creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá dos batalhões ns. 70º e 71º do serviço activo e 16º da reserva, já organisados ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2110 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1895

Dá nova organização á Guarda Nacional da Capital do Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º A Guarda Nacional da Capital do Estado da Bahia se comporá de um commando superior organizado com os actuaes batalhões ns. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 140º, 147º, 154º e 155º de infantaria do serviço activo, 1º, 2º, 3º, 42º e 43º da reserva, 1º e 2º de artilharia de posição e 1º e 27º regimentos de cavallaria, e de mais quatro batalhões do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 218º, 219º, 220º e 224º, e dous regimentos de artilharia de campanha, com igual numero de baterias cada um e as designações de 1º e 2º.

Art. 2.º Os referidos corpos se organizarão:

O 1º de infantaria no districto da Sé, o 2º no de S. Pedro, o 3º no da Victoria, o 4º no 1º districto de Sant'Anna, o 5º no 2º districto de Sant'Anna, o 6º no de Brotas, o 7º no 1º de Santo Antonio, o 8º nos 2º e 3º de Santo Antonio, o 140º no da rua do

Passo, o 147º no da Conceição da Praia e Pilar, o 154º no de Mares, o 155º no da Penha, o 218º no de Pirajá, o 219º nos de Itapoan e Paripe, o 220º no de Passé e o 224º nos de Cotegipe, Martoine e Maré ;

Os da reserva : o 1º nos districtos dos batalhões de infantaria ns. 1º, 2º e 3º, o 2º nos de ns. 4º, 5º e 6º, o 3º nos de ns. 7º, 8º e 140º ; o 42º nos de ns. 147º, 124º e 155º e o 43º nos de ns. 218º, 219º, 220º e 224º.

Os batalhões de artilharia de posição e os regimentos de cavallaria e artilharia de campanha, os primeiros nos districtos dos batalhões de infantaria do serviço activo ns. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 140º e 147º, e os segundos nos dos de ns. 7º, 8º, 154º, 155º, 218º, 219º, 220º e 224º.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



#### DECRETO N. 2111 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1895

Crea mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes, mais um regimento de cavallaria de Guardas Nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 95º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2112 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1895

Crea um batalhão de artilharia de posição de Guardas Nacionais na comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Camaragibe, no Estado das Alagoas, um batalhão de artilharia de posição, com quatro bateras e a designação de 7º, que se organizará com os Guardas Nacionais qualificados nos districtos da Soledade, Matriz e Passo de Camaragibe, da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Feeral, 30 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRET N. 2113 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1895

Abre ao Ministeria Fazenda o credito supplementar de 1.700:000\$ á verba — Reposições e restituições — do exercicio vigente, art. 7º n. 79 da lei n. 266 de 24 de setembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando a autorização concedida pelo decreto legislativo n. 299 de igual data, decreta :

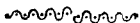
Arº 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 1.700:000\$ á verba — Reposições e restituições — do exercicio vigente, art. 7º n. 79 da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, não só para restituir os direitos de expediente cobrados pelas Alfandegas sobre mercadorias americanas beneficiadas pelo respectivo convenio, como dar execução ao art. 9º alinea 3ª da citada lei emais attender ás reclamações dos Estados até ao fim do actual exercicio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*





## DECRETO N. 2114 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1895

Rectifica a extensão da linha de Santa Maria a Cruz Alta, indicada no decreto n. 2055 de 25 de julho do corrente anno, e bem assim altera o respectivo capital definitivo.

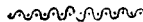
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, decreta :

Artigo unico. Fica rectificado para cento e sessenta kilometros novecentos e trinta e quatro metros e cincoenta centimetros (160<sup>k</sup>,934<sup>m</sup>,50) a extensão de cento e sessenta kilometros quinhentos e noventa e tres metros e cincoenta centimetros (160<sup>k</sup>593<sup>m</sup>,50) da linha de Santa Maria a Cruz Alta, indicada no decreto n. 2055 de 25 de julho do corrente anno, e bem assim alterado o respectivo capital definitivo que passa a ser de 4.828:035\$000.

Capital Federal, 30 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2115 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1895

Concede authorisação á sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma Georg e Maschke & C., para funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma George Maschke & C., devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' conferida authorisação á sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma George Maschke & C., para funcionar com os estatutos que apresentou, e mediante prévio cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 30 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Acta da installação da sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma, George Maschke & C.

A' uma hora da tarde do dia primeiro de agosto de mil oitocentos e noventa e cinco reuniram-se no escriptorio do Sr. John Baptist Friederizi, á praça Tiradentes n. 15, nesta Capital, os Srs. John Baptist Friederizi, George Maschke, Hermann Eisenstuck Schumann, todos cidadãos allemães e Alois Driesler, cidadão brasileiro, todos domiciliados nesta cidade, em assembléa geral constituinte.

Sendo aclamado presidente o Sr. George Maschke, este, depois de tomar assento, convidou para secretarios o Sr. Hermann Eisenstuck Schumann para primeiro secretario, e o Sr. Aloys Driesler para segundo secretario, abrindo logo a sessão.

O Sr. presidente, expondo o fim da reunião, disse: que a nova sociedade tinha por objecto a exploração da fabrica de cerveja Brahma, estabelecida á rua Visconde de Sapucahy n. 142, nesta cidade, de propriedade da firma George Maschke & Companhia, cuja aquisição será feita pela importancia de seiscentos contos de réis, para cuja compra a nova sociedade emitirá mil e duzentas acções integralisadas do valor de quinhentos mil réis cada uma, conforme determina a clausula terceira dos estatutos, cabendo, de conformidade com o accordo entre si, ao Sr. John Baptist Friederizi — oitocentas acções; ao Sr. George Maschke — duzentas acções; ao Sr. Hermann Eisenstuck — cento e vinte acções e ao Sr. Alois Driesler — oitenta acções, que prefazem as mil e duzentas acções a emitir.

Em seguida o Sr. primeiro secretario procede á leitura dos estatutos, os quaes sendo postos em discussão e passando-se á votação, são unanimemente approvados e assignados por todos os membros da assembléa geral.

Passando-se á eleição do conselho fiscal, foram eleitos os Srs. John Baptist Friederizi, Hermann Eisenstuck Schumann e Aloys Driesler; sendo designado para exercer as funções de fiscal, conforme determina a clausula quarta dos estatutos, por unanimidade, o Sr. John Baptist Friederizi.

Determinou mais a assembléa geral que os unicos que assignaram as acções da referida sociedade, para produzir todos os effeitos legais, seriam o Sr. George Maschke, gerente e o Sr. John Baptist Friederizi, fiscal.

Achando-se, pois, preenchidos todos os preceitos e formalidades legais, bem como presente que foi o recibo do deposito de dez por cento do capital a emitir, assignado pelo Sr. George Maschke, como depositario de confiança, o Sr. presidente, em virtude da assembléa geral e dos estatutos approvados e assignados, proclama constituida e installada para todos os fins de

direito commercial, juridico e civil, a sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma — George Maschke & Companhia e, igualmente, empossa nos seus cargos os membros para os quaes foram eleitos; bem como ao Sr. George Maschke, morador á rua Visconde de Sapucahy n. 142, nesta cidade, do seu cargo de socio gerente, como determina a clausula quinta dos estatutos.

Depois do que, o Sr. presidente em breve allocução congratula-se com os Srs. accionistas presentes pela installação da sociedade, e declara que fazia votos sinceros para que a nova associação tivesse o melhor exito possivel.

E nada mais havendo a tratar-se, nem quem pedisse a palavra, o Sr. presidente encerrou a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que é assignada por todos os Srs. accionistas.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1895.

O presidente, *George Maschke*.—O 1º secretario, *Hermann Eisenstuck Schumann*.—O 2º secretario, *Aloys Driesler*.—*John Baptist Friederizi*.

**Escriptura de formação da sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma George Maschke & C., sob as seguintes condições ou clausulas**

1.ª Fica constituida a sociedade em commandita por acções — Cervejaria Brahma George Maschke & C., para o fim de explorar a fabrica de cerveja estabelecida á rua Visconde de Sapucahy n. 142, ou qualquer outro ramo de negocio ou industria.

2.ª A duração da sociedade é fixada em 20 annos, contados do dia em que for registrado o presente contracto.

3.ª O capital social é de seiscentos contos de réis, dividido em mil e duzentas acções do valor de quinhentos mil réis cada uma.

4.ª As acções serão emittidas conforme o modelo que for determinado pela assembléa geral. As cautelas ou recibos provisionarios numerados em ordem successiva, serão assignados pelo gerente e pelo membro do conselho fiscal, que a assembléa geral designar.

5.ª O socio gerente e unico responsavel é o Sr. George Maschke, director technico e commercial da firma George Maschke & C., pelo tempo da duração da sociedade, a quem fica fixado, para principiar, o salario mensal de seiscentos mil réis, e interesse de 100 réis por garrafa de cerveja vendida.

A cerveja vendida em barris será avaliada á razão de 0,75 litros por garrafa.

6.ª O conselho fiscal será composto de tres socios no minimo e nunca mais de cinco e lhe compete : Nomear administrador provisionario na falta do gerente; proceder ao exame mensal

da caixa, dos livros, do balanço das contas e todas as mais faculdades e attribuições concedidas pela legislação em vigor.

7.ª No fim de cada anno o gerente convocará a assembleia geral para prestação de contas, apresentando o parecer do conselho fiscal. Na falta, o conselho fiscal por si, ou á requisição dos accionistas que representarem um quinto do capital social, deve fazer a convocação, notando-se que nenhum accionista poderá fazer parte das assembleas geraes e nellas deliberar sem que, tres dias antes de sua convocação, haja depositado as suas acções em mãos do gerente ou do conselho fiscal, dos quaes receberá um recibo das acções que para esse fim depositar, representando nas assembleas geraes um voto cada uma acção.

8.ª A presidencia da assemblea geral será exercida pelo socio designado pelo conselho fiscal.

9.ª O primeiro anno commercial encerra-se em 30 de junho de 1896, e os inventarios e balanços serão feitos pelo gerente em 31 de dezembro e 30 de junho de cada anno, de conformidade com os estylos commerciaes e prescripções das leis.

10.ª Quinze dias antes das assembleas geraes para a tomada de contas, o gerente além do balanço exporá no scriptorio da sociedade o relatorio circunstanciado da gestão do anno findo, para ser examinado pelos accionistas.

11.ª Do lucro liquido constante do balanço approved pela assemblea geral, cinco por cento serão passados para fundo de reserva até que atinja a decima parte do capital social; o restante será repartido pelos accionistas, observando-se porém o que determina a 13ª clausula.

12.ª A assemblea geral compete: determinar os honorarios dos fiscaes, quaesquer vantagens aos empregados, bem assim estabelecer um fundo de reserva especial, observada porém a clausula 13ª, e deliberar sobre todos os assumptos de interesse geral da sociedade, restringindo ou ampliando as faculdades da gerencia, como lhe parecer.

13.ª Logo que o negocio produzir um dividendo de quinze por cento para os accionistas, observadas as clausulas 11ª e 12ª, elevar-se-ha o salario do gerente a um conto de réis mensaes, e ser-lhe-ha mais concedido o interesse de oito por cento do lucro liquido a dividir pelos accionistas. Outrosim, o gerente poderá retirar-se da gerencia da sociedade quando lhe parecer, officiando ao conselho fiscal com antecipação nunca menor de seis mezes.

14.ª No caso de morte ou impedimento, que inhabilite o gerente, os accionistas em assemblea geral nomearão outro.

15.ª O gerente impedido ou seus herdeitos receberão os lucros que lhe pertencerem, conforme o ultimo balanço; si a morte ou impedimento se verificar seis mezes depois, será esparado o complemento do anno.

16.ª No que o presente contracto for omisso, será regulado pela legislação em vigor, costumes commerciaes e pratica das sociedades congengeres.

E por estarmos em completo accordo com todas as clausulas do presente contracto, o approvamos unanimemente em assemblea geral de installação, hoje 1 de agosto de 1895. — *John Baptist Friederizi*. — *Hermann Eisenstuck Schumann*. — *Aloys Driesler*. — *George Maschke*.

O numero um é do mesmo theor e pela verba n. 9 pagou seiscentos e sessenta mil réis de sello nesta data.

Recbedoria, 22 de agosto de 1895. — *Carlos Daniel de Deus*. — *Pinto da Silva*.

Reconheço as assignaturas supra — Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1895. — *Antonio Joaquim Constantino Junior*.



#### DECRETO N. 2116 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Marinha, no exercicio vigente, os creditos extraordinarios de 381:000\$ para dar execução ao § 10 do art. 2º da lei n. 242 de 13 de dezembro de 1894, e de 1.883:575\$080 para pagamento de fretes e reparos dos vapores *Santos*, *S. Salvador* e *Itaipu*, armados em cruzadores para attender ás necessidades do serviço publico durante a revolta de 6 de setembro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

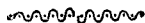
Usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 300 desta data, decreta :

Artigo unico. Ficam abertos ao Ministerio da Marinha, no exercicio vigente, os seguintes creditos extraordinarios : 381:000\$ para dar execução ao § 10 do art. 2º da lei n. 242 de 13 de dezembro de 1894 ; 1.883:575\$080 para pagamento de fretes e reparos nos vapores *Santos* e *S. Salvador* da Companhia Lloyd Brasileiro e *Itaipu* da Companhia Nacional de Navegação Costeira, armados pelo Governo em cruzadores para attender ás necessidades do serviço publico, proveniente da revolta de 6 de setembro de 1893.

Capital Federal, 30 de setembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2117 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, e credito supplementar de 117:000\$, sendo 52:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 65:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1 do art. 9º da lei n. 266 de 24 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 117:000\$, sendo 52:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 65:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados —, afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional durante dous mezes de prorogação da actual sessão legislativa até 3 de novembro vindouro.

Capital Federal, 2 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2118 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 1.301:595\$, sendo 297:045\$ á verba — Subsidio aos Senadores — e 1.004:550\$ á verba — Subsidio aos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1 do art. 9º da lei n. 266 de 24 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 1.301:495\$, sendo 297:045\$ á verba — Subsidio aos Senadores — e 1.004:550\$ á verba — Subsidio aos Deputados —, afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsidio aos senadores e deputados durante a prorogação da actual sessão do Congresso Nacional até 3 de novembro vindouro.

Capital Federal, 2 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2119 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. Fica approvada a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas de 11 de julho ultimo, mediante o cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 91 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 3 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú

A assembléa geral extraordinaria dos accionistas, realizada em 11 de julho de 1895, deliberou que ficassem redigidos como seguem os seguintes artigos dos seus estatutos, supprimindo os que indica e dando aos novos artigos a respectiva numeração ordinal:

Art. 4.º O capital da companhia é de 3.000:000\$ dividido em 15.000 acções do valor de 200\$000 cada uma.

Os arts. 5º e 6º e respectivos paragraphos ficam supprimidos.

Art. 6.º As acções serão nominativas, assignadas por dous directores e em cada uma dellas se fará expressa menção do valor que representa e demais exigencias da lei. (Este artigo tinha o n. 8.)

Art. 8.º A transferencia das acções só pôde ser effectuada no escriptorio da séde da companhia, por termo assignado pelo cedente e pelo cessionario, seus legitimos representantes ou procuradores revestidos dos poderes necessarios e por um director. (Este artigo tinha o n. 10.)

Ficam supprimidos os paragraphos 1º e 2º deste artigo.

Fica supprimido o art. 11.

Art. 10. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros eleitos pela assembléa geral dos

accionistas, de tres em tres annos, a maioria relativa de votos, por escrutinio secreto, e decidindo a sorte no caso de empate. (Este artigo tinha o n. 13.)

§ 1.º Os directores eleitos não poderão entrar no exercicio do cargo sem depositar na companhia 100 acções, cada um, as quaes servirão de caução á sua responsabilidade emquanto durar o mandato.

A caução será feita por termo no livro de transferencias.

§ 6.º Os directores vencerão os honorarios mensaes de 1:000\$ cada um e mais a percentagem, dividida proporcionalmente entre si, de 5 % sobre os dividendos que forem distribuidos aos accionistas, cabendo mais ao director-gerente a gratificação de 1:000\$ por mez. Igual gratificação se abonará ao director que for designado para inspecionar qualquer das secções, somente durante o tempo da commissão.

§ 8.º No acto da posse os directores escolherão dentre si o presidente, designando este, pelo tempo que entender, os directores que tem de exercer as funcções de secretario e thesoureiro e as do gerente.

Art. 14. (O que tinha o n. 17.)

§ 1.º Occupar-se mais especialmente da venda do sal e da direcção e fiscalisação de todo o serviço das salinas e fabricas, nomeando e demittindo todo o pessoal dellas e marcando-lhe os respectivos salarios de accordo com a directoria, quanto aos agentes e mais auxiliares da administração.

Art. 15. (O que tinha o n. 18.)

§ 5.º Os membros do conselho fiscal serão remunerados com a percentagem de 3 %, repartidamente entre si, sobre os dividendos que forem distribuidos aos accionistas.

Art. 33. A actual directoria começará a contar o seu periodo de exercicio da data em que a assembléa geral approvar a reforma destes estatutos.

O art. 38 e seus paragraphos, bem como o art. 39, ficam supprimidos.

Artigo. Todas as acções actualmente em circulação do valor nominal de 200\$000 ficarão integradas, computadas as entradas realizadas e reduzido o numero na proporção da redução do capital (art. 4º).

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1895.—Pela Companhia Nacional de Salinas Mossorô-Assu, *Visconde de Saboia*, presidente.—*José Carrilho Videira*, secretario.—*Joaquim José Valentin de Almeida*, gerente.





## DECRETO N. 2120 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1895

Autorisa a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor das lagoas Norte e Manguaba para o serviço dessa navegação no Estado das Alagoas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, na conformidade do que dispõe o art. 6º § 4º n. 1, da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, resolve autorisar a celebração de contracto com a Companhia de Navegação das lagoas Norte e Manguaba, para o serviço dessa navegação no Estado das Alagoas, de accordo com as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 3 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2120 desta data**

I

A companhia contractante obriga-se a manter um serviço regular de navegação a vapor das lagoas Norte e Manguaba no Estado das Alagoas, partindo os vapores do trapiche da Barra, com destino à cidade do Pilar, com escala pela cidade de Alagoas, na lagôa Manguaba e ao povoado do Fernão Velho, pelo Coqueiro Secco e Santa Luzia do Norte, na lagôa do Norte.

A navegação da lagôa do Norte terá logar quando se reconhecer a necessidade de realizar esse serviço.

II

A companhia obriga-se a desobstruir o canal na sahida do trapiche da Barra.

III

Serão feitas seis viagens redondas por semana.

## IV

Os vapores serão isentos de qualquer imposto por transferência de propriedade ou matrícula.

Deverão ter capacidade para 30 toneladas de carga e espaço necessario para receber 40 passageiros, sendo 20 de ré e 20 de proa; marcha de oito milhas no minimo e calado apropriado á navegação.

Estas condições serão verificadas pelo fiscal da navegação.

## V

Os vapores empregados no serviço serão nacionalizados brasileiros e gosarão de todos os privilegios e isenções de paquetes, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionaes, o que todavia não os isentará dos regulamentos de policia, das alfandegas, de capitancias de portos.

## VI

Os vapores deverão ter a bordo o preciso para a navegação das lagôas e objectos de uso dos passageiros; bem assim o pessoal necessario ao serviço.

Terão tambem cintos de salvação e embarcações miudas para salvamento dos passageiros; tudo a juizo do fiscal que submeterá á approvação do Ministerio da Industria.

## VII

Os dias e horas de partida, o tempo de demora em cada escala, a duração da viagem, os preços das passagens e fretes serão fixados em tabellas organisadas pela empresa, de accordo com o fiscal e approvação do Ministerio da Industria, devendo as passagens do Governo Federal gosar do abatimento de vinte e cinco por cento (25 %) e as cargas vinte por cento (20 %).

As tabellas serão revistas no fim de dous annos.

## VIII

A empresa obrigar-se-ha a construir, nos pontos extremos da navegação, armazens e pontes para embarque e desembarque de passageiros e cargas, obrigando-se nos pontos de escala a facilitar o trafego de passageiros e cargas.

## IX

Obrigar-se-ha tambem a companhia a estabelecer entre o trapiche da Barra (ponto de partida dos vapores) e a cidade de Maceió, como parte integrante do serviço da navegação, uma linha ferrea, para transporte de passageiros e cargas, com uma estação em logar que satisfaça o interesse publico.

## X

A empresa fará á sua custa os trabalhos de dragagem necessarios para a sua navegação.

## XI

A empresa obrigar-se-ha a transportar gratuitamente em seus vapores :

1º, as malas do Correio nos termos da legislação vigente, obrigando-se a conduzir-as de terra para bordo e vice-versa, passando e exigindo recibos.

As repartições do Correio terão as malas sempre promptas afim de não retardarem as viagens dos vapores ;

2º, o fiscal de navegação quando viajar em serviço ;

3º, o empregado do Correio incumbido das malas ;

4º, os dinheiros publicos. Os capitães dos vapores ou pessoa de sua confiança receberão e entregarão, passando e exigindo quitação nas respectivas repartições, os caixotes ou pacotes de dinheiros, não sendo, entretanto, obrigados a verificar a respectiva importancia ; a responsabilidade dos capitães cessará desde que na occasião da entrega reconhecer-se que os sellos appostos estão intactos e sem nenhum signal de violação ;

5º, os objectos remettidos ao Museo Nacional ou á Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas para aquelle estabelecimento ; e bem assim os objectos destinados a exposições officiaes ou autorisadas pelo Governo ;

6º, as sementes e mudas de plantas destinadas aos jardins ou estabelecimentos publicos.

## XII

A empresa ficará sujeita ás seguintes multas :

1º, de quantia igual á subvenção respectiva si não effectuar alguma das viagens ;

2º, de cem a quinhentos mil réis (100\$ a 500\$), além da perda da subvenção respectiva, si a viagem depois de encetada for interrompida.

Sendo a interrupção por força maior, não terá logar a multa, e os contractantes perceberão a quota da subvenção correspondente ao numero de milhas navegadas.

Fica entendido, porém, que não é considerado caso de força maior a insufficiencia de profundidade nas lagoas e canaes ;

3º, de cem a trezentos mil réis (100\$ a 300\$) por prazo de 12 horas que exceder a fixava para a sahida do paquete ;

4º, de cem a trezentos mil réis (100\$ a 300\$) por dia de demora na chegada do paquete ;

5º, de cem a quatrocentos mil réis (100\$ a 400\$) pela demora na entrega das malas ou mão acondicionamento.

Esta multa será de quinhentos mil réis (500\$) no caso de extravio ou perda de uma dellas ;

6º, de cem a quatrocentos mil réis (100\$ a 400\$) pela infracção ou inobservancia das clausulas do contracto para a qual não haja multa especial.

### XIII

As repartições fiscaes dos pontos onde os vapores teem de tocar, facilitarão por todos os meios a sahida delles.

### XIV

No caso de innavegabilidade ou perda de algum dos vapores, poderá a empreza, mediante prévia licença do Ministerio da Industria, fretar outro vapor nas condições exigidas, ou, em caso de falta absoluta, o que mais se approximar.

A substituição será provisoria até que a empreza apresente outro de accordo com a clausula 4ª.

### XV

A interrupção do serviço por mais de um mez em toda a linha ou parte della, sem ser por effeito de força maior, sujeitará a empreza á indemnisação de todas as despesas que o Governo fizer para a continuação do serviço durante o tempo da interrupção e mais á multa de cincoenta por cento (50 %), das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade, a empreza pagará a multa de cincoenta por cento (50 %) da subvenção annual ; entendendo-se por abandono a interrupção do serviço por mais de tres mezes, salvo caso de força maior.

### XVI

Em qualquer tempo, durante o prazo do contracto, o Governo terá o direito de comprar ou tomar a frete compulsoriamente

os vapores da empresa, ficando esta obrigada a substituir os que forem comprados dentro do prazo de 10 mezes.

O fretamento será regulado pelo maior rendimento que dentro do anno obtenha a empresa em uma das viagens da linha.

A compra será pelo valor que tiver o vapor no ultimo balanço, abatendo-se dez por cento (10 %).

## XVII

A empresa deverá apresentar ao fiscal respectivo a estatística dos passageiros e cargas que seus vapores transportarem.

A estatística será feita pelo modelo adoptado e entregue dentro de 30 dias depois de findo cada trimestre.

## XVIII

No caso de desacordo entre a empresa e o Governo sobre a intelligencia de alguma disposição do contracto, será a questão decidida por arbitramento.

As partes interessadas louvar-se-hão no mesmo arbitro, ou cada uma escolherá o seu, os quaes, antes de tudo, deverão designar terceiro, que será desempatador, si porventura os dous não chegarem a accordo.

Si os dous arbitros escolhidos pelos interessados discordarem sobre a designação do terceiro, deverá apresentar cada um o nome de um outro, e a sorte designará de entre elles o terceiro arbitro.

Fica entendido que este não será obrigado a decidir-se por um dos dous laudos; mas, si a questão versar sobre valores, não poderá ultrapassar os limites fixados pelos arbitros.

## XIX

Em retribuição dos serviços especificados, a empresa receberá a subvenção annual de quarenta contos de réis (40:000\$) em moeda corrente, sendo o pagamento feito em prestações mensaes na Alfandega de Maceió depois de concluida a viagem, mediante requerimento da empresa, recibo das malas do Correio e informação do fiscal.

## XX

Além da subvenção, concede o Governo isenção de direito sobre o material que importar para o estabelecimento e custeio da navegação durante o prazo do contracto, cabendo ao Ministro da Fazenda a apreciação das quantidades dos artigos que gozam desse favor, *ex-oi* dos arts. 2º e 6º, § 2º, do decreto n. 946 A, de 4 de novembro de 1894.

Cessará este favor, ficando a empresa sujeita à restituição dos direitos que teria de pagar e à multa do dobro desses direitos, si provar que houve alienação por qualquer titulo de objectos importados para o serviço.

## XXI

Qualquer subvenção é favor concedido pelo Governo do Estado das Alagoas em relação aos serviços contractados se tornarão effectivos, sem prejuizo das subvenções e favores a que o contractante tiver direito, em virtude de acto do Governo Federal.

## XXII

Os vapores da empresa serão vistoriados de seis em seis mezes, na forma do respectivo regulamento, a que assistirá o fiscal, que será ouvido com 24 horas de antecedencia.

## XXIII

O contracto terá vigor por cinco annos, contados da data da respectiva assignatura.

## XXIV

A empresa entrará adeantadamente para a Alfandega com a importancia de cinquenta mil réis (50\$) mensaes para pagamento do fiscal nomeado pelo Governo.

## XXV

O contractante depositará, antes da assignatura do contracto, a caução de dez contos de réis (10:000\$) em moeda corrente ou em apolices da divida publica que garanta a execução do contracto.

Si o deposito for feito em apolices, os respectivos juroz ficarão pertencendo á empresa.

Capital Federal, 3 de outubro de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2121 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Bomfim, Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :  
decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Bomfim, Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais, com quatro companhias e a designação de 225º, o qual se organizará com os guardas qualificados no termo de Villa Bella de Santo Antonio das Queimadas, pertencente à referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2122 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca do Rio Grande, Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :  
decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Grande, Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 249º, o qual será organizado com os guardas nacionais qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2123 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1895

Publica a adesão do Governo do Paraguay à Convenção Postal Universal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adesão do Governo da Republica do Paraguay à Convenção Postal Universal concluída em Vienna aos 4 de julho de 1891, segundo a comunicação do Consulado Geral da Suissa de 4 do corrente ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja tradução official este acompanha.

Capital Federal, 7 de outubro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

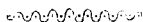
*Carlos Augusto de Carvalho.*

Tradução — Consulado Geral da Suissa no Rio de Janeiro — N. 211 A — Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1895.

Sr. Ministro. Em nome do Conselho Federal Suíço tenho a honra de informar a V. Ex. que o Governo da Republica do Paraguay adheriu à Convenção Postal Universal (convenção principal) concluída em Vienna aos 4 de julho de 1891.

Dando a V. Ex. conhecimento dessa adesão, de conformidade com o art. 24 da referida convenção, aproveito a occasião para vos renovar, Sr. Ministro, as seguranças da minha alta estima e mais distincta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores. — *Eug. Emile Raffard.*



## DECRETO N. 2124 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1895

Altera a classificação das tarifas da Estrada de Ferro Conde d'Eu.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Conde d'Eu, decreta :

Artigo unico. Fica transferido para a classe 4<sup>a</sup> da tarifa n. 2, das que baixaram com o decreto n. 1908, de 12 de dezembro de 1891, o artigo — kerosene — que na referida tarifa se acha mencionado na classe 2<sup>a</sup>.

Capital Federal, 7 de outubro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olympio dos Santos Pires.*





## DECRETO N. 2125 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1895

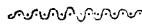
Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 898:486\$840 para pagamento de excesso das despesas com o serviço de colonisação no Estado do Rio Grande do Sul, no exercicio de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação contida no decreto legislativo n. 290, de 8 de agosto do corrente anno, resolve, depois de ter sido ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 898:486\$840 affin de ser applicado ao pagamento de excesso das despesas feitas com o serviço de colonisação no Estado do Rio Grande do Sul, por conta da verba — Terras Publicas e Colonisação — art. 6º da lei de orçamento de 1893.

Capital Federal, 7 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2126 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 533:364\$190, para pagamento das despesas realizadas com o funeral do Marechal Floriano Peixoto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao disposto no art. 2º do decreto n. 2034 de 1 de julho ultimo, que determinou que os funeraes do Marechal Floriano Peixoto fossem feitos á custa da Republica:

Decreta :

Art. 1.º E' aberto ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de cincoenta e tres contos trezentos e sessenta e quatro mil cento e noventa réis (533:364\$190), affin de occorrer ao pagamento das despesas realizadas com os alludidos funeraes, e constantes da relação junta.

Art. 2.º Ficou o referido credito, nos termos do citado art. 2º, dependente da approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 10 de outubro de 1895, 7º da Republica.

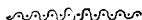
PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

**Relação das despesas realizadas com o funeral do Marechal  
Floriano Peixoto**

|                                                                                                                                                                                                                         |                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Antonio Maria Lisboa — Conta de armação, decoração e illuminação da Igreja da Cruz dos Militares, inclusive a ornamentação de 500 lampões de gaz, desde a referida igreja até a cemiterio de S. João Baptista . . . . . | 25:000\$000       |
| Norberto Amancio de Carvalho — Conta da orchestra que tocou nas exequias . . . . .                                                                                                                                      | 3:000\$000        |
| Duarte Silva & Fonseca — Conta de cêra . . . . .                                                                                                                                                                        | 823\$650          |
| Monsenhor Dr. Pedro Peixoto de A. Lima — Conta do pé do altar que serviu nas exequias . . . .                                                                                                                           | 600\$000          |
| Santa Casa da Misericórdia — Conta da despeza por ella feita com o funeral. . . . .                                                                                                                                     | 19:440\$540       |
| Emanuele Cresta & C. — Contas de uma urna de marmore e forração no socco do jazigo . . . .                                                                                                                              | 4:500\$000        |
|                                                                                                                                                                                                                         | <hr/> 53:364\$180 |

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, 10 de outubro de 1895. — *José Carlos de Souza Bordini.*



**DECRETO N. 2127 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1895**

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 830:800\$, supplementar a verba — Obras, do orçamento em vigor, para occorrer á construcção de um quartel para o batalhão de infantaria de marinha, aos reparos indispensaveis a diversos proprios nacionaes na ilha das Cobras e á fabricacão de uma porta-caixão para o dique Guanabara.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 303 desta data,

Decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Marinha o credito de 830:800\$, supplementar a verba — Obras, n. 20 do art. 4º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, para occorrer á construcção de um quartel para o batalhão de infantaria de marinha, orçada em 500:000\$, aos reparos indispensaveis aos diversos proprios nacionaes na ilha das Cobras, orçados em 250:000\$ e á fabricacão de uma porta-caixão para o dique Guanabara, orçada em 80:800\$000.

Capital Federal, 10 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2128 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo.

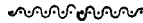
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 218º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2129 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1895

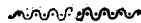
Abre o credito supplementar de 44:826\$423 ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores no exercicio de 1894 para occorrer ao pagamento das despesas autorisadas pela lei n. 198 de 18 de julho de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 306 desta data, resolve abrir o credito supplementar de quarenta e quatro contos oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e vinte e tres réis (44:826\$423) ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores no exercicio de 1894, applicado á rubrica — Serviço Sanitario Maritimo — da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893, art. 2º n. 19, para occorrer ao pagamento das despesas autorisadas pela lei n. 198 de 18 de julho de 1894, e a partir de 19 do mesmo mez, data de sua publicação.

Capital Federal, 17 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2130 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1895

Approva a mudança de Botucatu por ponto inicial da linha de Botucatu a Tibagy para a estação do Capão Bonito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia União Sorocabana e Itana.

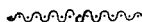
cessionaria da Estrada de Ferro de Botucatú a Tibagy e Tatuhy a Itararé, decreta:

Artigo unico. Fica approvada a mudança de Botucatú por ponto inicial da linha de Botucatú a Tibagy para a estação do Capão Bonito.

Capital Federal, 17 de outubro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 2131 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. Fica approvada a reforma dos estatutos da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas de 23 de agosto ultimo, mediante o cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 91 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 17 de outubro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

#### Acta da sessão da assembléa geral extraordinaria dos associados para a reforma dos artigos 32 e 37 dos estatutos.

Aos vinte e tres dias do mez de setembro do anno de mil oitocentos e noventa e cinco, na sala do escriptorio da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo, á travessa das Bellas Artes n. 1, á uma hora da tarde, reunidos em assembléa geral extraordinaria, pela terceira vez convocada, quarenta e nove senhores associados, representando valores seguros na importancia de dous mil setecentos e cincoenta e tres contos e quinhentos mil réis, o Sr. director Antonio Carlos da Veiga Junior declarou installada a assembléa geral e propoz para presidil-a o Sr. Dr. Augusto Alvares de Azevedo, o qual tendo sido unanimemente

aceito, tomou assento na mesa e convidou para secretarios os Srs. Drs. Henrique Carneiro Leão Teixeira e Antonio José da Silva Rabello, tendo antes disso agradecido á assembléa geral a honra que lhe conferiu.

Em seguida manda proceder á leitura da acta da sessão anterior de assembléa geral, finda a qual, não tendo havido discussões foi posta a votos e unanimemente approvada.

O Sr. presidente declara o motivo da reunião e manda proceder á leitura do requerimento feito por cincoenta e um senhores associados, pedindo a convocação de uma assembléa geral extraordinaria para o fim exclusivo da reforma dos artigos 32 e 37 dos estatutos vigentes.

Pede a palavra o Sr. Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira, que faz diversas considerações sobre a proposta que apresenta, a qual é concebida nos seguintes termos:

« Propomos que os artigos 32 e 37 sejam substituidos pelas seguintes disposições :

Artigo 32. Em remuneração do seu trabalho o director vencerá o honorario de dez contos e oitocentos mil réis annuaes e mais a percentagem de cinco por cento dos dividendos que forem distribuidos aos associados, provenientes dos lucros liquidos.

Artigo 37. O gerente vencerá o honorario de sete contos e duzentos mil réis annuaes e mais a percentagem de quatro por cento dos dividendos que forem distribuidos aos associados provenientes dos lucros liquidos.

Sala das sessões da Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo em 23 de setembro de 1895.— *Augusto Alvares de Azevedo.* — *Dr. Antonio José da Silva Rabello.* — *Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira.* — *Dr. João Franklin de Alencar Lima.* »

Posta em discussão e ninguem sobre ella tendo pedido a palavra, o Sr. presidente divide-a em duas partes para sujeital-as á votação ; sendo ambas approvadas unanimemente.

Pede a palavra o Sr. Dr. João Franklin de Alencar Lima que justifica e apresenta a seguinte proposta :

« Proponho que fique o director autorizado a impetrar do Governo Federal a approvação da reforma dos artigos 32 e 37 dos nossos estatutos que acabam de ser approvados.

Sala das sessões, 23 de setembro de 1895.— *Dr. João Franklin de Alencar Lima.*

Esta proposta foi unanimemente approvada sem debate.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente declarou encerrados os trabalhos da assembléa geral e convidou os senhores associados presentes a aguardarem a confecção da presente acta que foi por mim 1º secretario lavrada e lida e por todos os presentes assignada. (Seguem-se as assignaturas.)



## DECRETO N. 2132 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1895

Suspende a garantia de juros concedida á Companhia *The North Brazilian Sugar Factories Limited*, para o estabelecimento de um engenho central no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *The North Brazilian Sugar Factories Limited*, concessionaria, por decreto n. 8608 de 23 de junho de 1882, da garantia de juros de 6 % sobre o capital de 750:000\$, para o estabelecimento do engenho central de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco, resolve suspender a referida garantia de juros mediante a condição de obrigar-se a companhia a cumprir a disposição do § 8º, art. 19 do decreto n. 8357 de 24 de dezembro de 1881, na parte correspondente ao tempo em que esteve sujeita ao regimen do citado decreto.

Capital Federal, 17 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2133 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1895

Approva definitivamente algumas alterações nas tarifas da Estrada de Ferro do Paraná, approvadas por decreto n. 1991 de 14 de março do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvadas definitivamente as seguintes alterações nas tarifas da Estrada de Ferro do Paraná, approvadas por decreto n. 1991 de 14 de março do corrente anno :

a) a taxa adicional, variavel com o cambio, é reduzida a 4 % para a tarifa 4 A e a 3 % para a tarifa 4 B, sendo fixado em dez dinheiros esterlinos o limite da depressão ;

b) a clausula que estabelece a mesma distancia média de 29 kilometros entre Morretes e Antonina e entre Morretes e Paranaguá, só é applicavel ás estações dos prolongamentos situados a 100 kilometros pelo menos de Curitiba, exceptuada a do Rio Negro ;

c) as distancias dessas estações dos prolongamentos a Morretes e Alexandra são computadas deduzindo-se 17 kilometros da distancia média entre ellas e os dous portos de mar.

Capital Federal, 17 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2134 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Geraes,

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º Fica reorganizado o commando superior da Guarda Nacional da comarca do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Geraes, o qual se comporá dos actuaes batalhões ns. 152 e 153 do serviço activo, 91º do da reserva e 31º regimento de cavallaria e de mais um regimento desta arma, com quatro esquadões e a designação de 96º, um batalhão da reserva e um de artilharia de posição, aquelle com quatro companhias e a designação de 134º e este com igual numero de baterias e a designação de 5º, ora creados e que se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2135 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria do serviço

activo, com quatro companhias e a designação de 250<sup>o</sup>, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados no districto do Amparo, na referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de outubro de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2136 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 28:000\$, para occorrer á despeza da rubrica n. 11 do art. 7<sup>o</sup> da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894 — Caixa de Amortisação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 307 desta data, decreta :

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 28:000\$, para occorrer á despeza da rubrica n. 11, art. 7<sup>o</sup> da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894 — Caixa de Amortisação — ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de outubro de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 2137 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha telegraphica pelo interior do Estado do Maranhão até a cidade de Palma, no de Goyaz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação a que se refere o decreto legislativo n. 227, de 4 de dezembro do anno passado, resolve, ouvido o Tribunal de Contas, de conformidade com o art. 35 do decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, abrir ao Ministerio da

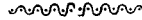


Industria, Viação e Obras Publicas o credito de duzentos contos de réis (200:000\$), afim de ser applicado às despesas com o prolongamento da linha telegraphica pelo interior do Estado do Maranhão até a cidade de Palma, no de Goyaz, com estações nos principaes nucleos de população que mais se prestarem para a passagem da linha.

Capital Federal, 22 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2138 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1895

Abre no Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito extraordinario de 300:000\$ para auxiliar o Estado de Goyaz.

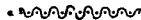
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida no art. 9º, n. 7 da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 300:000\$ no corrente exercicio, afim de ser entregue ao Estado de Goyaz, resto do auxilio a que o mesmo tem direito, de accordo com o decreto legislativo n. 173 A, de 10 de setembro de 1893.

Capital Federal, 22 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



DECRETO N. 2139 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

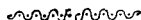
Artigo unico. Fica reorganizada a Guarda Nacional da comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes, a qual se comporá dos actuaes 67º batalhão de infantaria do serviço

activo e 47º do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, ora creado com igual numero de esquadões e a designação de 93º, organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 23 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



#### DECRETO N. 2140 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1895

Approva, com restricções, os estudos definitivos dos primeiros 120k,200 da Estrada de Ferro de Nazareth ao Crato.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, cessionaria da Estrada de Ferro de Nazareth ao Crato, decreta :

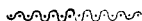
Art. 1.º Ficam approvados os estudos definitivos dos primeiros 120k,200 da Estrada de Ferro de Nazareth ao Crato, constantes dos documentos que com este baixam, rubricando-os pelo director geral da Directoria de Vição da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Art. 2.º A cessionaria obriga-se a não estabelecer estações dentro da zona privilegiada da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro enquanto não firmar accordo para esse fim.

Capital Federal, 24 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 2142 (\*) — DE 24 DE OUTUBRO DE 1895

Concede autorisação ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado, incorporador da sociedade anonyma denominada « Cooperativa 14 de Julho », para reformar os respectivos estatutos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o engenheiro Joaquim Guilherme de

---

(\*) O decreto n. 2141 não foi publicado.

Souza Leitão Maldonado, incorporador da sociedade anonyma denominada « Cooperativa 14 de Julho », decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação ao engenheiro Joaquim Guilherme de Souza Leitão Maldonado, incorporador da sociedade anonyma denominada « Cooperativa 14 de Julho », para reformar os respectivos estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e mediante as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 24 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

### Alterações dos estatutos da sociedade anonyma «Cooperativa 14 de Julho» a que se refere o decreto n. 2142, de 24 de outubro de 1895.

No art. 3º, onde se lê — directoria de tres membros — substitua-se por — directoria de dous membros.

No art. 4º e nos demais, onde se lê — directores de emporio — substitua-se por — gerentes de emporio.

Substitua-se todo o art. 5º pelo seguinte :

O capital da sociedade será de 150:000\$, representado por 3.000 titulos do valor de 50\$ cada um.

§ 1.º Será realisado em prestações : a 1ª de 20% no acto da subscrição ; a 2ª e seguintes de 10%, a juizo da directoria, nunca, porém, obrigatorias com intervallos de tempo inferiores a 30 dias.

§ 2.º Nenhum accionista poderá possuir mais de dez acções, excepto os accionistas de incorporação que poderão possuir originariamente até cem e todas as vezes que se der o augmento de capital da sociedade poderão elevar o respectivo numero na proporção das que na occasião possuirem.

§ 3.º E' permittido aos accionistas anticiparem as entradas de suas acções até completa integralisação das mesmas.

No § 1º do art. 11, onde se lê — o presidente da directoria designará qual dos directores geraes o deve substituir nessa solemnidade, designação esta — substitua-se por — o presidente da directoria delegará esse encargo ao outro director, delegação esta.

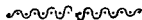
No § 1º do art. 12, onde se lê — os restantes membros da directoria — substitua-se por — o membro subsistente da directoria.

No mesmo §, onde se lê — ou sobre algum dos directores geraes — substitua-se por — ou sobre o director subsistente.

Substitua-se todo o § 2º do mesmo artigo pelo seguinte :

§ 2.º Antes, porém, de ser preenchida a formalidade do § anterior, dada a vaga de presidente, será esta preenchida por outro director, e si a vaga for de director geral, será o mesmo substituido pelo accionista ou gerente de emporio que o presidente designar.

No § 3º, onde se lê — entre algum ou alguns de seus membros com os restantes — substitua-se — entre seus membros por effeito.



DECRETO N. 2143 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.

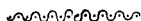
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Obidos, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 104º, que será organizado com os guardas nacionaes qualificados no municipio de Oriximiná da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2144 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1895

Crea um batalhão da reserva de Guardas Nacionaes na comarca de Obidos, no Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Obidos, no Estado do Pará, um batalhão do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 23º, que será organizado nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2145— DE 28 DE OUTUBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Valença, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes, com quatro companhias e a designação de 231.º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario,

Capital Federal, 28 de outubro de 1895, 7.º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2146 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1895

Determina que os vencimentos do Corpo Diplomatico e Consular sejam pagos por mezes vencidos ; que os dos empregados licenciados que vierem ao Brazil ou os que ahí ficam em commissão sejam pagos em moeda corrente do paiz, e dispõe sobre os empregados nomeados ou removidos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a inconveniencia de serem pagos os vencimentos dos membros do Corpo Diplomatico e do Consular por quartéis adeantados e de receberem os mesmos empregados que veem ao Brazil com licença ou aqui ficam em commissão, os respectivos vencimentos ao cambio de 27, e bem assim sobre a vantagem de fixar regras para as viagens dos empregados nomeados ou removidos, decreta :

Art. 1.º Os vencimentos dos empregados do Corpo Diplomatico e do Consular serão pagos de 1 de janeiro de 1896 em diante por mezes vencidos.

Paragrapho unico. Do mesmo modo será paga a quantia annual fixada para as despezas de expediente.

Art. 2.º Os empregados diplomaticos e consulares que vierem ao Brazil com licença, ou aqui permanecerem no desempenho de qualquer commissão, receberão em moeda corrente do paiz os vencimentos que lhes competirem.

Art. 3.º Os referidos empregados soffrerão perda de vencimentos quando excederem o prazo que lhes for marcado para chegar ao seu destino, salvo motivo de força maior devidamente justificado.

Paragrapho unico. Emquanto não chegarem á sede da Legação ou do Consulado, receberão sómente o ordenado que lhes será abonado desde o dia da partida, dependendo as outras vantagens da effectividade de serviço.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



### DECRETO N. 2147 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1895

Abre no corrente exercicio, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de 566:226\$610, destinado a diversas verbas do art. 2º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 313 desta data, resolve abrir no corrente exercicio, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de quinhentos sessenta e seis contos duzentos e vinte e seis mil seiscentos e dez réis (566:226\$610), destinado ás seguintes verbas do art. 2º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894 e assim distribuido :

|                                                                                                                                                               |              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 5 — Secretaria do Senado.....                                                                                                                                 | 600\$000     |
| 7 — Secretaria da Camara dos Deputados.....                                                                                                                   | 6:157\$500   |
| 9 — Secretaria de Estado.....                                                                                                                                 | 8:000\$000   |
| 11 — Justiça do Districto Federal.....                                                                                                                        | 178:140\$000 |
| 13 — Policia do Districto Federal.....                                                                                                                        | 62:390\$000  |
| 19 — Serviço Sanitario Maritimo.....                                                                                                                          | 30:780\$000  |
| 20 — Instituto Sanitario Federal.....                                                                                                                         | 1:200\$000   |
| 21 — Faculdade de Direito de S. Paulo.....                                                                                                                    | 2:800\$000   |
| 22 — Faculdade de Direito do Recife.....                                                                                                                      | 3:065\$000   |
| 27 — Pedagogium.....                                                                                                                                          | 6:150\$000   |
| 28 — Gymnasio Nacional.....                                                                                                                                   | 24:520\$000  |
| 32 — Instituto dos Surdos-Mudos.....                                                                                                                          | 1:500\$000   |
| 39 — Obras, incluída a importancia de 3:980\$ para reparos e completa adaptação do proprio nacional da rua do Passeio, em que vai funcionar o Pedagogium..... | 190:924\$110 |
| 41 — Eventuaes .....                                                                                                                                          | 50:000\$000  |

Capital Federal, 28 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2148 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1895

Crea um regimento de Cavallaria de Guardas Nacionais na comarca do Rosario, no Estado de Sergipe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rosario, no Estado de Sergipe, um regimento de cavallaria de Guardas Nacionais, com quatro esquadrões e a designação de 13º, o qual se organizará com os guardas do mesmo serviço, qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2149 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Marinha, no exercicio corrente, o credito supplementar de 3.221:549\$525, de conformidade com o art. 3º n. 4 da lei n. 247 de 15 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pela lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894, no seu art. 3º n. 4, abre ao Ministerio da Marinha, no actual exercicio, o credito supplementar de 3.221:549\$525, a fim de occorrer á despesa com o augmento de soldo e abono de etapas aos officiaes effectivos e praças da Armada e classes annexas, de conformidade com a referida lei, distribuindo-se a mesma quantia pelas seguintes rubricas:

|                                             |                |
|---------------------------------------------|----------------|
| § 8º — Corpo da Armada e classes annexas... | 746:060\$000   |
| § 23 — Munições de bocca (etapas).....      | 2.475:489\$525 |

Capital Federal, 31 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2150 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Guerra, com applicação no exercicio corrente e no proximo futuro, o credito de 3.000:000\$, para restauração e melhoramento das fortalezas da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 319 de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra, com applicação no exercicio corrente e no proximo futuro, o credito de 3.000:000\$ (tres mil contos de réis), para restauração e melhoramento das fortalezas da Republica.

Capital Federal, 31 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 2151 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1895

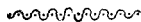
Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.096:135\$872 para occorrer aos pagamentos das despesas realizadas e a realizar por conta da verba — Terras Publicas e Colonisação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 320 de 31 de outubro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.096:135\$872 para occorrer aos pagamentos, não só das despesas realizadas e a realizar por conta da verba — Terras Publicas e Colonisação,— e que foram feitas de accordo com os contractos celebrados, como tambem das que dizem respeito á fiscalisação dos burgos agricólos, medição e discriminação de terras.

Capital Federal, 31 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Feres.*





## DECRETO N. 2152 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de quatro mil e setecentos contos de réis (4.700:000\$), á verba — Exercícios findos — da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 311, de 24 do corrente mez, decreta :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de quatro mil e setecentos contos de réis (4.700:000\$), á verba — Exercícios findos — art. 7º n. 31 da lei n. 266, de 24 de dezembro de 1894, para occorrer ao pagamento das dividas já liquidadas e ás que estiverem em via de liquidação até ao exercicio de 1893.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2153 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1895

Dá regulamento para boa execução da lei n. 294, de 5 de setembro do corrente anno, que dispõe sobre as companhias estrangeiras de seguros de vida que funcçãoam no territorio do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no art. 10 da lei n. 294, de 5 de setembro do corrente anno, que dispõe sobre as companhias estrangeiras de seguros de vida que funcçãoam no territorio do Brazil, decreta que, para a boa execução da referida lei, seja observado o regulamento que a este acompanha.

Capital Federal, 1 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

Regulamento para execução da lei n. 294, de 5 de setembro de 1895, que dispõe sobre as companhias estrangeiras de seguros de vida, e a que se refere o decreto n. 2153, desta data

## CAPITULO I

### DAS COMPANHIAS ESTRANGEIRAS DE SEGUROS

Art. 1.º Não podem funcionar no Brazil as companhias de seguros de vida, que tiverem sua sede em paiz estrangeiro, sem prévia autorisação do Governo, de accordo com a legislação vigente e as disposições deste regulamento.

Art. 2.º A companhia que pretender essa autorisação deverá sollicitar-a do Governo por intermedio do Ministerio da Fazenda, instruindo a sua petição:

a) com documentos que provem a sua existencia legal no paiz onde tiver a sua sede;

b) com um exemplar dos seus estatutos.

Paragrapho unico. Estes documentos devem ser authenticados pelo representante do Brazil no paiz onde a companhia tiver a sua sede ou pelo consul respectivo. Além destes é lícito à companhia juntar à sua petição todos os documentos que entender convenientes para a prova do seu direito.

Art. 3.º Concedida a autorisação por decreto do Presidente da Republica, será expedida pelo Ministerio da Fazenda — *carta patente de declaração*, lavrada na Directoria do Contencioso do Thesouro, subscripta pelo director e assignada pelo Ministro.

Paragrapho unico. Antes de começar a funcionar, a companhia, sob pena de nullidade dos actos que praticar, devorá archivar uma cópia authentica da carta patente e um exemplar dos seus estatutos na Junta Commercial do Districto Federal e publical-os no *Diario Official*, de conformidade com o § 3º do art. 47 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Art. 4.º Na petição em que a companhia sollicitar autorisação para funcionar, deve assumir a obrigação de manter na cidade do Rio de Janeiro a sua agencia principal, com plenos poderes para resolver todas as questões que se suscitarem, quer com os particulares, quer com o Governo.

Além disso tambem se obrigará :

§ 1º, a manter nas capitães dos Estados, onde lhe convier tomar seguros, um agente com os poderes necessarios para assumir as responsabilidades que cabem à agencia principal em virtude deste regulamento ;

§ 2º, a respeitar e submeter-se em todas as suas relações com o Governo e os particulares às leis e aos tribunaes brasileiros.

Art. 5.º Tomando conhecimento do pedido de autorização para funcionar no paiz, o Governo resolverá, tendo em vista as condições da companhia e as garantias que offerecer de solvabilidade e boa administração, si deve ou não conceder a dita autorização.

## CAPITULO II

### DAS FUNÇÕES DAS COMPANHIAS

Art. 6.º Estabelecida a agencia principal no Districto Federal, e os agentes nas Capitães dos Estados, de accordo com o art. 4.º § 1.º, depois de obtida a autorização, e satisfeita a exigencia do paragrapho unico do art. 3.º, podem as companhias estrangeiras de seguros de vida exercer as suas funções em todo o territorio da Republica, feito previamente o deposito de que trata o art. 21.

Art. 7.º A agencia principal é obrigada, e para esse fim deve ter os necessarios poderes, a decidir todas as propostas de seguros feitos no Brazil, recusando-as ou aceitando-as, e, neste caso, emittindo as apolices definitivas (lei, art. 5.º).

Paragrapho unico. Si dentro de 15 dias do recebimento da proposta, pela agencia principal, não houver recusa, e ella embolsar a quantia correspondente á primeira prestação feita pelo proponente, terá o seguro pleno effeito, ainda que a apolice não tenha sido emittida, não podendo mais a companhia recusar-a (lei, art. 5.º citado, paragrapho unico).

Art. 8.º Ao proponente ou á pessoa que o representar dar-se-ha recibo pelo escriptorio da respectiva agencia, que certifique a data da entrada e do recebimento da proposta.

Art. 9.º O reconhecimento e liquidação dos sinistros e das reclamações dos segurados devem tambem ser considerados e decididos pela agencia principal do Brazil (lei, art. 6.º).

Art. 10. Depois de deduzida do total dos premios ou prestações recebidas no Brazil pelas companhias a quantia precisa para despesas geraes, sinistros, dividendos e outros pagamentos aos segurados, deverá o restante ser empregado em valores nacionaes, taes como — apolices da divida publica, titulos que gosem de garantias da União, immoveis no territorio da Republica, hypothecas sobre propriedades e immoveis, acções de companhias de caminhos de ferro, bancos e emprezas industriaes ou outras estabelecidas no Brazil, ou em depositos, a prazo de um anno, pelo menos, em estabelecimentos bancarios, que funcioneem na Republica (lei, arts. 2.º e 4.º).

Art. 11. No fim de cada semestre, e dentro dos dous mezes seguintes, as companhias apresentarão ao Ministerio da Fazenda, e farão publicar no *Diario Official*, um relatorio minucioso de todas as prestações embolsadas, correspondentes aos seguros de vida contractados no mesmo semestre (lei, art. 7.º).

## CAPITULO III

DAS COMPANHIAS QUE JÁ FUNCCIONAVAM NO BRAZIL ANTES DE 5  
DE SETEMBRO DESTE ANNO

Art. 12. As companhias de seguros estrangeiras que já funcionavam no Brazil antes da promulgação da lei n. 294, de 5 de setembro deste anno, são obrigadas :

1º, a apresentar ao Governo, pelo Ministerio da Fazenda, e a publicar pela imprensa, dentro de 60 dias da promulgação da lei n. 294, de 5 de setembro do corrente anno, uma relação nominal de todos os seguros por ellas garantidos e em vigor no territorio da Republica, e indicando com o numero de cada apolice o nome da pessoa segurada, bem como o capital assegurado, o premio ou prestação annual, e a quanto monta a reserva referente á dita apolice no dia 1 de janeiro de 1894 (lei, art. 1º) ;

2º, a empregar o total das reservas de todas as apolices vigentes no Brazil naquella data em valores nacionaes, como sejam —apolices da divida publica, titulos que gosem de garantias da União, bens immoveis no territorio da Republica, hypothecas sobre propriedades e immoveis, acções de companhias de caminhos de ferro, bancos, empresas industriaes ou outras estabelecidas no Brazil, ou em depositos, a prazo de um anno pelo menos, em estabelecimentos bancarios que funcionem na Republica (lei, art. 2º).

Art. 13. Dentro do mesmo prazo de 60 dias, contados da promulgação da lei citada n. 294, ditas companhias deverão justificar perante o Ministerio da Fazenda, e fazer publicar na imprensa, que o total das reservas de que trata o § 2º do artigo anterior está empregado de conformidade com o exigido no mesmo paragrapho, em ordem a garantir a inspecção dos interessados (lei, art. 3º).

Art. 14. Ainda no mesmo prazo as companhias deverão comunicar officialmente ao Ministro da Fazenda que aceitam o compromisso das obrigações prescriptas na lei n. 294, de 5 de setembro deste anno.

Paragrapho unico. A' companhia que não fizer tal communicação será suspensa a permissão de effectuar novos contractos de seguros no Brazil, limitando-se de então em deante a embolsar as prestações dos seguros vigentes até essa data e a satisfazer os compromissos tomados, conforme os respectivos contractos.

Art. 15. Uma vez suspensa a companhia a permissão de tomar novos seguros em virtude do paragrapho anterior, si mais tarde a companhia resolver-se a aceitar as obrigações da lei e deste regulamento, deverá solicitar do Governo, de accordo com o capitulo 1º, nova autorisação para poder funcionar, fazendo novo deposito de garantia no Thesouro (lei, art. 9º).

Art. 16. A companhia que, sem nova autorisação, e, dada a hypothese do art. 14, paragrapho unico, aceitar novos contra-

ctos de seguros, terá de recolher ao Thesouro 10 % das prestações que por isso houver embolsado, até que solicite e obtenha a referida autorização.

Paragrapho unico. Recusando-se a companhia a fazer o recolhimento dentro de 15 dias depois da intimação que lhe for dirigida pela Directoria do Contencioso, será a quantia devida descontada do deposito que a mesma companhia tiver no Thesouro (lei, art. 9º, paragrapho unico).

Art. 17. A companhia que houver assim infringido a lei não poderá obter nova autorização para funcionar no Brazil.

## CAPITULO IV

### DA FISCALISAÇÃO

Art. 18. O Ministro da Fazenda, sempre que julgar necessario, mandará por empregados da sua confiança proceder a minucioso exame na escripturação das companhias de seguros estrangeiras, afim de verificar si é feita com a precisa regularidade; si as companhias observam todas as prescripções da lei e deste regulamento, bem como si são exactas as declarações feitas nos seus relatorios, balanços e communicações officiaes.

Art. 19. Procedido o exame, os empregados que forem delle incumbidos apresentarão circumstanciado relatorio ao Ministro da Fazenda, que, depois de submettel-o ao estudo da Directoria do Contencioso do Thesouro, adoptará as medidas que julgar convenientes.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 20. Concedida a autorização para funcionar uma companhia de seguros estrangeira no territorio da Republica, não lhe será, todavia, expedida a *carta patente de declaração*, sem que a mesma companhia deposite no Thesouro Federal, mediante guia da Directoria do Contencioso, a quantia de 200:000\$ em moeda corrente, e em apolices da divida publica, como garantia para responder pelas obrigações contrahidas.

Art. 21. Uma vez desfalcado esse deposito pela applicação de alguma disposição legal, a companhia é obrigada a integralisal-o immediatamente, sob pena de não continuar a funcionar.

Art. 22. O decreto de autorização e a carta patente de que falla o art. 3º deste regulamento devem conter expressamente a declaração de que a companhia respectiva, estabelecendo no Districto Federal a sua agência principal e nas capitaes dos Estados

onde lhe convier tomar seguros agentes com os necessarios poderes, sujeita-se sem reservas ás leis e aos tribunaos do Brazil em todas as suas relações com o Governo e com os particulares.

Art. 23. Sob pena de ser cassada a autorização para funcio-  
nar, não poderá a companhia alterar nenhuma disposição dos  
seus estatutos para produzir effeito no Brazil, sem autorização  
do Governo, de accordo com as disposições respectivas do decreto  
n. 434, de 4 de julho de 1891.

Art. 24. No caso previsto neste regulamento, de pretenderem  
as companhias que já funcionavam antes de 5 de setembro ult-  
timo, nova autorização, esta lhes será concedida nas mesmas con-  
dições e com as mesmas formalidades exigidas em relação ás  
companhias que vierem a estabelecer-se pela primeira vez no  
Brazil.

Art. 25. A conversão das reservas de que trata o art. 10,  
para as companhias que estabelecerem-se depois deste regula-  
mento, terá logar á medida que forem sendo recebidas as pre-  
stações de seguros, de modo a poderem ser cumpridas as disposi-  
ções dos arts. 7º da lei e 11 deste regulamento.

Art. 26. A autorização concedida ás companhias para funcio-  
narem no paiz poderá ser também cassada :

1º, si se recusarem a apresentar os seus livros e documentos  
ao exame dos fiscoes do Governo ;

2º, si fizerem declarações inexactas em relatorios, balanços e  
outras communicações officiaes com o intento de se esquivarem  
aos compromissos impostos pela lei e presente regulamento.

Art. 27. As companhias são obrigadas a communicar nesta  
Capital á Directoria do Contencioso e nos Estados ás Delegacias  
fiscaes ou ás Alfandegas os nomes dos seus agentes, o logar em  
que funcionam as agencias e as alterações que se derem poste-  
riormente.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 1 de novembro de 1895.— *Francisco de Paula  
Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 2154 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1895

Eleva á categoria de regimento o 1º esquadrão avulso de cavallaria de Guardas  
Nacionais do municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil de-  
creta:

Artigo unico. Fica elevado á categoria de regimento, com  
quatro esquadrões e a designação de 29º, o 1º esquadrão avulso  
de cavallaria da Guarda Nacional do municipio de Agua Preta,

no Estado de Pernambuco, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos do mesmo município; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de novembro de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2155 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na Comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia.

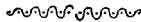
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes, com quatro companhias e a designação de 229<sup>a</sup>, o qual se organizará com os guardas qualificados no districto da Conceição do Coité da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de novembro de 1895, 7<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2156 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1895

Crea uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes na comarca de Carolina, no Estado do Maranhão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creada na comarca de Carolina, no Estado do Maranhão, com a denominação de 6<sup>a</sup>, uma brigada de cavallaria de Guardas Nacionaes, a qual se comporá de dous

regimentos, com quatro esquadrões cada um e as designações de 11º e 12º, os quaes se organisarão com os guardas alistados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2157 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1895

Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Lacticínios.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Lacticínios, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. Fica approvada a reforma dos estatutos da Companhia de Lacticínios, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas de 29 de agosto ultimo, mediante o cumprimento das formalidades exigidas pelo art. 91 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Capital Federal, 4 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

## Acta da assembléa geral extraordinaria da Companhia de Lacticínios

Aos 29 dias do mez de agosto de 1895, presentes no escriptorio da companhia, ás 12 horas da tarde, accionistas possuidores de 1.670 acções, o Sr. presidente da companhia declara representado o capital exigido por lei e indica para presidir a sessão o Sr. Caetano Gaspar da Silva, que, acceito pelos presentes, assume a presidencia e convida para secretarios os Srs. Armino Gomes Brandão e A. de Lima Junior.

Organisada a mesa, verificados os poderes das procurações, o livro de presenças e observadas todas as exigencias da lei, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

E' lida e approvada a acta da sessão extraordinaria de 11 de dezembro de 1893.



Passando aos motivos da presente convocação, o Sr. presidente diz que está sobre a mesa uma proposta do Sr. Dr. Carlos Pereira de Sá-Fortes, pela qual transfere à companhia os seus direitos de incorporador e os do Sr. Carlos Baptista de Castro, de quem é cessionario, mediante condições que os Srs. accionistas vão conhecer pela leitura da proposta.

Sobre essa proposta o Sr. presidente da companhia remetteu à Mesa o seu parecer escripto, com o qual os Srs. membros do conselho fiscal concordaram.

São lidos esses documentos.

Pedem algumas explicações os Srs. Carlos Passos e Dr. João Gualberto Teixeira de Carvalho,

O Sr. presidente da companhia, reportando-se ao seu parecer escripto, demonstra as vantagens da proposta, não querendo, porém, que os Srs. accionistas resolvam sem examinarem pelos livros da companhia os dados de que se serviu para formar esta opinião.

O Sr. Dr. João Gualberto Teixeira de Carvalho diz parecer-lhe inutil esse exame de livros, porque, além da confiança que lhe merece o digno presidente da companhia, o conselho fiscal, credor de igual confiança, subscreveu e acceitou o seu parecer. Julga o assumpto esclarecido e dará o seu voto à proposta, alterada de accordo com as indicações do Sr. presidente da companhia; mas, tratando-se de assumpto que carece ser resolvido com a responsabilidade da assembléa, propõe que esta aclame tres accionistas para examinarem as vantagens da proposta. Já declarou que a acceita e por isso pensa que pôde fazer essa indicação sem que pareça que não confia no que disse o Sr. presidente da companhia.

Acceita a indicação, são acclamados os senhores:

João de Borba Fagundes.

Armindo Gomes Brandão.

Carlos Teixeira dos Passos.

O Sr. presidente suspende a sessão para que os srs. delegados da assembléa possam desempenhar o mandato q. elles entrega os papeis referentes.

---

A 1 hora da tarde é reaberta a sessão e dada a palavra ao Sr. João de Borba Fagundes, que lê o seguinte parecer:

« Os abaixo assignados, commissionados pela assembléa geral extraordinaria da Companhia de Lacticínios para examinarem as vantagens da proposta dos Srs. incorporadores da companhia, são de parecer:

que a proposta é vantajosa ;

que fique a directoria autorisada a adquirir para a companhia os direitos que os incorporadores teem nos lucros liquidos ;

que semestralmente sejam retiradas dos lucros liquidos as quantias necessarias á amortisação desse compromisso até completa liquidação ;

que fique autorizada a directoria a estabelecer no contracto as condições precisas, assim como as quotas de pagamentos subordinadas em cada semestre aos limites dos lucros líquidos, podendo dispor da totalidade destes, si convier abreviar o pagamento.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1895.— *João de Borba Fagundes.*— *Carlos Teixeira dos Passos.*— *Arnaldo Gomes Brandão.*»

Posto em discussão, este parecer é approved unanimemente. O Sr. presidente declara que vae mandar ler o projecto de reforma dos estatutos, precedido do seguinte parecer:

«O conselho fiscal da Companhia de Lacticínios julga que o projecto de reforma dos estatutos, apresentado pela directoria da companhia, está em condições de ser accedido.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1895.— *Caetano Gaspar da Silva.*— *Antonio Carneiro Santiago Junior.*— *Dr. Alfredo Couto.*»

A directoria da Companhia de Lacticínios sujeita á deliberação dos Srs. accionistas as seguintes modificações dos estatutos da companhia, organisadas em virtude da autorisação da assembléa geral de 5 de setembro de 1894.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1895.— *Dr. Alvaro de Castro Graça.*— *Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes.*

## CAPITULO I

Art. 1.º O actual art. 1º.

Art. 2.º O actual art. 2º.

Art. 3.º O actual art. 3º.

Art. 4.º O capital social é de 320:000\$ — tresentos e vinte contos de réis — representado por 1.600 — mil e seiscentas — acções integralizados do valor de 200\$ — duzentos mil réis — cada uma, nominativas ou ao portador.

Art. 5.º O actual art. 6º.

Art. 6.º O actual art. 9º.

## CAPITULO II

Art. 7.º A companhia é administrada por dous directores, presidente e director geral, eleitos pela assembléa geral ordinaria para os respectivos cargos, pelo prazo de seis annos, podendo ser reeleitos.

A eleição se fará por escrutinio secreto e maioria relativa de votos, procedendo-se, em caso de empate, a novo escrutinio e reproduzindo-se o empate decidirá a sorte.

Paragrapho unico. Os directores exercerão os seus cargos até a posse dos novos eleitos.

Art. 8.º Compete á directoria :

§ 1.º O actual § 1º do art. 11.

§ 2.º O actual § 2º do art. 11.

§ 3.º O actual § 3º do art. 11.

§ 4.º Fixar no fim de cada anno o dividendo a distribuir, ouvindo o conselho fiscal.

§ 5.º Escolher o banco onde devem ser depositadas as rendas da companhia.

§ 6.º Representar a companhia, por seu presidente, para o que lhe são conferidos illimitados poderes, inclusive os especiaes necessarias em direito para transigir em Juizo ou fóra delle e para a gestão dos negocios da companhia.

§ 7.º O actual paragrapho do art. 11.

Art. 9.º Compete ao presidente, além dos deveres inherentes ao cargo :

§ 1º, cumprir fielmente estes estatutos e as resoluções da directoria ;

§ 2º, representar a companhia em todas as suas relações officiaes ou particulares ou em quaesquer pleitos judiciais;

§ 3º, presidir as assembléas geraes ordinarias e extraordinarias;

§ 4º, convocar as assembléas geraes ordinarias e extraordinarias indicadas por estes estatutos ou pelo conselho fiscal ou pelos accionistas;

§ 5º, nomear e demittir todos os empregados da companhia, marcando-lhes os respectivos ordenados, deveres e attribuições;

§ 6º, assignar as letras, cheques ou recibos da companhia;

§ 7º, arrecadar as rendas da companhia, effectuar os pagamentos devidos, recolher o saldo dellas ao banco determinado pela directoria ;

§ 8º, ter sob sua guarda e responsabilidade a caixa e a escripturação da companhia ;

Art. 10. Ao director geral compete a administração de todos os negocios da companhia no Estado de Minas Geraes, exercendo naquelle Estado iguaes attribuições ás que são conferidas ao presidente pelo art. 9º, §§ 2º, 5º, 6º e 7º.

Art. 11. Qualquer resolução da directoria se tornará exequivel quando ambos os directores estejam de accordo. No caso de divergencia será reunido o conselho fiscal, representado pelo menos por dous membros e, em conjuncto com a directoria, se adoptará o que for vencido, tendo, neste caso, o dito conselho voto deliberativo.

Art. 12. No caso de impedimento de qualquer director, por mais de 30 dias, será substituido por qualquer accionista proposto pelo director em exercicio e acceito pelo conselho fiscal.

E quando por motivo de renuncia, fallecimento ou interdicção legal de algum director, se verifique vaga na directoria, o director em exercicio nomeará, de accordo com o conselho fiscal, um accionista para preencher a vaga até a primeira reunião da assembléa geral, a qual elegerá novo director, que exercerá o mandato até a época fixada para a eleição da nova directoria.

Art. 13. O actual art. 15.

Art. 14. Cada director terá o vencimento mensal de oitocentos mil réis — 800\$000.

### CAPITULO III

Art. 15. O actual art. 17.

Art. 16. A assembléa geral ordinaria annualmente resolverá sobre a remuneração do conselho fiscal, cujo mandato houver expirado.

### CAPITULO IV

Art. 17. O actual art. 18.

a) O actual paragrapho a) do art. 18.

b) O actual paragrapho b) do art. 18.

c) O resto, si houver, constituirá uma conta de reserva especial até 50 % do capital realizado.

Art. 18. O actual art. 19.

Art. 19. O actual art. 20.

### CAPITULO V

Art. 20. O actual art. 20.

§ 1.º O actual § 1º do art. 21.

§ 2.º Eleger de seis em seis annos a directoria e annualmente o conselho fiscal.

§ 3.º O actual § 3º do art. 21.

§ 4.º O actual § 4º do art. 21.

§ 5.º O actual § 5º do art. 21.

Art. 21. O actual art. 22.

Art. 22. O actual art. 24.

Paragrapho unico. Só poderão deliberar nessas assembléas os accionistas cujas acções estejam, com antecedencia pelo menos de 30 dias, inscriptas nos registros da companhia.

Si as acções forem convertidas ao portador, o accionista possuidor terá de depositar-as nos cofres da companhia com antecedencia de 15 dias, para ser admittido a deliberar nas assembléas.

Art. 23. O actual art. 25.

Art. 24. O actual art. 26.

Art. 25. Em regra geral, nas votações decide a maioria absoluta de votos presentes, contando-se um voto por grupo com-

pleto de cinco acções, até 40 votos, maximo de que um accionista poderá dispor, qualquer que seja o numero de acções que represente por si ou por outrem.

Paragrapho unico. O actual paragrapho unico do art. 27.

Art. 26. O actual art. 28.

Art. 27. O actual art. 29.

Art. 28. As sessões da assembléa geral serão presididas pelo presidente da companhia.

Paragrapho unico. Quando este excuse-se de exercer esta attribuição a assembléa acclamará ou elegerá um accionista para presidir a reunião, o qual escolherá dous secretarios.

Art. 29. O actual art. 31.

Art. 30. O actual art. 32.

Terminada a leitura, o Sr. presidente declara em discussão artigo por artigo do projecto.

O Sr. Dr. Alfredo Couto propõe que a discussão e votação sejam englobadamente de todo o projecto, o que é acceito pela assembléa.

O Sr. João de Borba Fagundes diz que o projecto suprime o art. 18 letra c, dos actuaes estatutos.

E esse artigo trata dos direitos dos incorporadores e como estes não fizeram cessão delles, nem sabemos o que resolveram a respeito, porque a assembléa acceitou a proposta, mas estabeleceu modo diverso de pagamento, do que o pedido por elles, propõe que seja restabelecido o dito artigo letra c, para que não pareça que a assembléa dispõe de direitos de terceiros sem consultal-os.

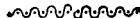
O Sr. Carlos Teixeira dos Passos diz que certamente os Srs. incorporadores comprehendirão que o modo de pagamento estabelecido pela assembléa é o unico de accordo com a lei e, por isso, não farão objecção.

O Sr. Dr. Carlos Pereira de Sá Fortes diz que, na sua qualidade de incorporador apresentante da proposta, absteve-se de tomar parte nas deliberações desta assembléa e, si agora toma a attenção della, é para declarar que acceita o deliberado e está prompto a concluir essa transacção.

Submettido á votação, o projecto de reforma dos estatutos é approvedo unanimemente.

E, não havendo outros assumptos, o Sr. presidente convida os Srs. accionistas a esperarem que seja lavrada a acta da sessão, que, depois de feita, é lida e unanimemente approvada.

(Seguem-se as assignaturas.)



## DECRETO N. 2153 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.

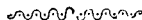
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico.— Fica creado na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionaes, com quatro companhias e a designação de 232º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2159 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1895

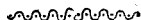
Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores credito supplementar de 76:036\$ à verba n. 43 do art. 2º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894 — Policia do Districto Federal (Brigada Policial).

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 321 desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito supplementar de 76:036\$ à verba n. 43 do art. 2º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894 — Policia do Districto Federal (Brigada Policial).

Capital Federal, 7 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2160 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionais na comarca de Abre-Campo, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Abre-Campo, no Estado de Minas Geraes, um Commando Superior de Guardas Nacionais, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo e um do da reserva, com quatro companhias cada um e as designações, aquelle de 251º e este de 135º, o de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 97º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2161 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais na comarca de Lavras Diamantinas, Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Lavras Diamantinas, Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais, com quatro companhias e a designação de 233º, o qual se organisará com os guardas qualificados no municipio das Palmeiras, da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 8 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2162 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1895

Approva o Regimento das Custas Judiciarias da justiça local do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 225, de 30 de novembro de 1894, resolve approvar o Regimento das Custas Judiciarias da Justiça local do Districto Federal, que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 9 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.

## Regimento das Custas Judiciarias da Justiça local do Districto Federal

### CAPITULO I

#### DOS SALARIOS

Art. 1.º Os salarios dos officiaes judiciais e dos procuradores publicos e particulares da justiça local do Districto Federal serão pagos de conformidade com as seguintes tabellas, cujas taxas não terão applicação, por analogia ou qualquer outro fundamento, a casos não especificados.

#### TABELLA I

##### *Actos dos tabelliães*

#### 1. Busca nos livros findos ou papeis archivados no cartorio :

|                                          |         |
|------------------------------------------|---------|
| a) de mais de 6 mezes até 1 anno.....    | 2\$000  |
| b) de mais de 1 anno até 10 annos.....   | 4\$000  |
| c) de mais de 10 annos até 20 annos..... | 8\$000  |
| d) de mais de 20 annos até 30 annos..... | 10\$000 |
| e) Passados 30 annos :                   |         |
| — si a parte indicar o anno :            |         |
| I) de mais de 30 annos até 50 annos..... | 20\$000 |
| II) de mais de 50 annos.....             | 30\$000 |



— si a parte não indicar o anno :

|                                                                                                       |          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| III) de mais de 30 até 50 annos.....                                                                  | 40\$000  |
| IV) de mais de 50 annos.....                                                                          | 100\$000 |
| V) não sendo achado o documento, em qualquer dos casos previstos, se pagará 1/5 dos salarios taxados. |          |

2. **Certidão :**

|                                                                                                             |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| a) narrativa de facto conhecido em razão do officio, ou constante dos livros, ou dos papeis archivados..... | 2\$000 |
| b) de theor, — além da rasa.....                                                                            | 1\$000 |

3. **Concerto e conferencia** de publicafôrma ou traslado — a 4ª parte da rasa a que tiver direito o official que tiver escripto o documento.

4. **Diligencia**, quando sahirem para actos do officio, — além do que para os mesmos actos estiver taxado :

|                                                                                                                                                                     |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| a) dentro de 6 kilometros do cartorio.....                                                                                                                          | 8\$000  |
| b) fóra de 6 kilometros.....                                                                                                                                        | 16\$000 |
| c) sendo de noite, para escrever e approvar ou sómente approvar testamento ou codicillo :                                                                           |         |
| I) até 9 horas, mais.....                                                                                                                                           | 20\$000 |
| II) depois das 9 horas, mais.....                                                                                                                                   | 40\$000 |
| e) além dos salarios taxados, se pagará a condução, que será a do costume, preferido o meio de transporte mais barato ; nos vehiculos publicos, porém, a 1ª classe. |         |

5. **Escripta** feita nos livros, ou em avulso :

|                                                                                                        |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| a) si o livro ou papel avulso tiver 22 centimetros de largura, por cada linha de 25 letras, pelo menos | \$040 |
| b) si tiver maior largura, por cada linha de 50 letras, pelo menos.....                                | \$080 |

6. **Escriptura**, incluído o primeiro traslado, — além da rasa :

|                                                                                                                                                            |          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| a) sendo o valor do contracto até 2:000\$000.....                                                                                                          | 10\$000  |
| b) de mais de 2:000\$ até 10:000\$, — mais 2\$ por cada conto ou fracção de conto de réis até.....                                                         | 26\$000  |
| c) de mais de 10:000\$, — mais 1\$ por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de..                                                           | 100\$000 |
| d) de adopção, perfilhação, reconhecimento de filiação, autorisação para mulher casada commerciar, ou outra qualquer, que não tenha valor determinado..... | 15\$000  |
| e) si a escriptura contiver varias estipulações independentes umas das outras, não sendo consequencia do acto ou contracto, de sorte                       |          |

que, por si sós, constituam convenções distintas, ainda que se refiram aos mesmos contractantes, — além do salario daquelle para a qual maior salario estiver taxado, mais a metade dos salarios das outras.

7. **Exame** em livros, documentos ou firmas, para verificação de falsidade ou de qualquer outro facto, ainda que fóra do cartorio..... 15\$000
8. **Guia** para o pagamento de imposto..... \$500
9. **Instrumento** :
  - a) de posse, — além da rasa..... 10\$000
  - b) fóra das notas, não sendo de acto especificado nesta tabella..... 4\$000
10. **Procuração**, incluído o primeiro traslado, impresso ou manuscrito :
  - a) em livro especial, com folhas impressas e os claros necessarios..... 3\$000
  - b) no livro das notas, em manuscrito..... 5\$000
  - c) si houver mais de um outorgante, — mais 1\$, por cada um dos excedentes até o numero de 5; serão, porém, reputados um só outorgante : o marido e a mulher ; os co-interessados em inventario, partilha, demarcação e divisão ; qualquer collectividade, que constitua pessoa juridica, como sociedades, irmandades, etc.
  - d) sendo procuração em causa propria, que opere desde logo, a transmissão de propriedade, do mandante para o mandatario, — os salarios (10\$ a 100\$) do n. 6, letras a), b), c) e e).
11. **Reconhecimento** de letra e firma, ou sómente de letra ou de firma..... \$500
  - a) sendo mais de uma firma, — o mesmo salario por cada uma, até o maximo, qualquer que seja o numero, de..... 50\$000
12. **Substabelecimento** de procuração, incluído o primeiro traslado, — os salarios (3\$ e 5\$) do n. 10 letras a) e b), com o acrescimo da letra c).
13. **Testamento ou codicillo** no livro das notas, ou cerrado, escripto a rogo do testador... 20\$000
  - a) sendo sómente a approvação..... 15\$000

#### TABELLA II

*Actos do escrivão privativo dos protestos de letras*

14. **Apontamento e protesto** de letra de cambio ou da terra, nota promissoria ou

|                                                                                                                                                               |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| outro qualquer titulo, inclusive o instrumento e o registro:                                                                                                  |         |
| a) sendo o valor do titulo até 1:000\$000.....                                                                                                                | 5\$000  |
| b) de mais de 1:000\$ até 2:000\$000.....                                                                                                                     | 10\$000 |
| c) de mais de 2:000\$ até 10:000\$ — mais 1\$, por cada conto ou fracção de conto de réis, até....                                                            | 18\$000 |
| b) de mais de 10:000\$ — 500 réis por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de...                                                              | 50\$000 |
| 15. <b>Intimação, notificação</b> , ou certidão negativa, por ser desconhecida ou não ter sido encontrada a pessoa a quem se tem de intimar ou notificar..... | 2\$000  |
| a) sendo feita pela imprensa, — além do salario taxado, a despesa da impressão.                                                                               |         |

## TABELLA III

*Actos dos officiaes do registro geral*

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 16. <b>Archivamento</b> : de jornaes em que tiverem sido publicados os documentos relativos á constituição de sociedades anonymas, em commandita por acções, e outras ; de documentos comprobatorios da inscripção de emprestimo por debentures ; ou de contracto social, compromisso ou estatutos de sociedades para fins religiosos, moraes, scientificos, artisticos, politicos ou de simples recreio..... | 10\$000 |
| 17. <b>Averbação</b> .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 2\$000  |
| 18. <b>Busca</b> nos livros findos ou papeis archivados, — os salarios (2\$ a 100\$) do n. 1.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |         |
| 19. <b>Certidão</b> :                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |         |
| a) narrativa.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 2\$000  |
| b) de teôr, além da rasa.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | 1\$000  |
| 20. <b>Guia</b> para pagamento de imposto.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | \$500   |
| 21. <b>Indicação</b> no indicador real ou no pessoal, comprehendidas as referencias.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 2\$000  |
| 22. <b>Inscripção</b> :                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |         |
| a) sendo o valor do acto ou contracto até 5:000\$000.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 3\$000  |
| b) de mais de 5:000\$ até 10:000\$000.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 4\$000  |
| c) de mais de 10:000\$ até 20:000\$000.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 5\$000  |
| d) de mais de 20:000\$000.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 6\$000  |
| 23. <b>Referencia</b> :                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |         |
| a) aos numeros de ordem e paginas do mesmo livro em que for feita a inscripção, transcripção ou averbação.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 1\$500  |
| b) aos numeros de ordem e paginas de outros livros.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 2\$000  |

24. **Rubrica** das folhas dos titulos apresentados, por cada folha..... \$100
25. **Transcrição**,— os salarios (3\$ a 6\$) do n. 22; sendo, porém, duplicados, quando a parte, além da inscripção por extracto, quizer a transcripção *de verbo ad verbum*.

## TABELLA IV

*Actos dos escriptões no Civil e no Crime*

26. **Acta** :
- a) de reunião de credores para concordata, moratori ou prestação de contas,—além da rasa. 10\$000
  - b) de reunião de credores para qualquer outro fim,—além da rasa..... 4\$000
  - c) de sessão do Jury,—além da rasa..... 8\$000
  - d) de sessão da Junta Correccional,—além da rasa 6\$000
27. **Alvará** :
- a) de soltura..... 5\$000
  - b) de supprimento de licença para casamento.... 8\$000
  - c) para qualquer outro fim..... 3\$000
28. **Auto**: de penhora, embargo, sequestro, inventario, partilha, prisão, detenção, ou qualquer outro não especificado, nas causas civeis, inclusive a affirmação ou juramento, tomados :
- a) sendo o valor da causa até 500\$000..... 2\$000
  - b) de mais de 500\$ até 50:000\$000..... 4\$000
  - c) de mais de 50:000\$000..... 6\$000
- de vistoria, exame, posse ou arrolamento:
- d) nas causas de valor até 500\$000..... 3\$000
  - e) de mais de 500\$ até 50:000\$000..... 6\$000
  - f) de mais de 50:000\$000..... 9\$000
  - g) de qualificação, perguntas, corpo de delicto, sanidade, ou outro qualquer, nos processos criminaes..... 5\$000
29. **Autuação** :
- a) nas causas de valor até 500\$000..... \$500
  - b) de mais de 500\$ até 50:000\$000..... 1\$000
  - c) de mais de 50:000\$000..... 1\$500
30. **Arrematação**, adjudicação, ou remissão de bens immoveis, moveis ou semoventes, de cada auto ou termo:
- a) sendo os bens de valor até 500\$000..... 2\$000
  - b) de mais de 500\$ até 1:000\$000..... 4\$000

|                                                                                                           |         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| c) de mais de 1:000\$ até 10:000\$, — mais 1\$ por cada conto ou fracção de conto de réis, até....        | 13\$000 |
| d) de mais de 10:000\$, — mais 500 réis, por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de..... | 50\$000 |

**31. Busca :**

|                                                                                                             |         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| a) de processos findos ou parados, ou de livros findos, — os salarios (2\$ a 100\$) do n. 1.                |         |
| b) de livros findos do registro civil, de mais de seis mezes, — \$500, por cada anno, até o maximo de ..... | 10\$000 |
| c) si a parte indicar o anno, no caso da lettra antecedente, — a metade dos salarios taxados.               |         |

**32. Calculo :**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                  |         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| a) de herança, para adjudicação quando ha um só herdeiro ; para pagamento do imposto de transmissão <i>causa mortis</i> ; ou para verificação do excesso do passivo sobre o activo, incluído o rateio, — os salarios ( 2\$ a 50\$ ) do n. 30, regulados pelo valor do monte-mór. |         |
| b) de liquidação de bens de defuntos ou ausentes, ou do evento:                                                                                                                                                                                                                  |         |
| I) sendo o producto bruto da arrecadação até 500\$000 .....                                                                                                                                                                                                                      | 1\$000  |
| II) de mais de 500\$ até 1:000\$000.....                                                                                                                                                                                                                                         | 2\$000  |
| III) de mais de 1:000\$ até 10:000\$, — mais 500 réis por cada conto ou fracção de conto de réis, até.....                                                                                                                                                                       | 6\$500  |
| IV) de mais de 10:000\$, — mais 250 réis por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de.....                                                                                                                                                                        | 25\$000 |
| c) de partilha:                                                                                                                                                                                                                                                                  |         |
| I) sendo o monte-mór até 500\$000.....                                                                                                                                                                                                                                           | 4\$000  |
| II) de mais de 500\$ até 1:000\$000.....                                                                                                                                                                                                                                         | 5\$000  |
| III) de mais de 1:000\$ até 10:000\$, — mais 2\$ por cada conto ou fracção de conto de réis, até....                                                                                                                                                                             | 23\$000 |
| IV) de mais de 10:000\$, — mais 1\$ por cada conto ou fracção de conto de réis, até o maximo de...                                                                                                                                                                               | 60\$000 |

|                                                                                                              |         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 33. <b>Carta</b> de emancipação, supplemento de idade, perfilhação, adopção, ou <u>inc</u> inuação de doação | 10\$000 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|

**34. Certidão :**

|                                                                                                                                  |        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| a) passada nos autos, do desentranhamento de papeis, inclusive a nota lançada nos mesmos papeis, — além da rasa do traslado..... | 2\$000 |
| b) narrativa, — o salario (2\$) do n. 2, lettra a.                                                                               |        |
| c) de theor, — os salarios (rasa e 1\$) do n. 2, lettra b.                                                                       |        |

**35. Citação ou notificação:**

- a) sendo em audiência ou em cartorio, — os salarios (\$500 a 1\$500) do n. 29, letras a), b), c).  
 b) sendo fóra da audiência ou do cartorio (incluida a certidão):

|                                           |        |
|-------------------------------------------|--------|
| I) nas causas de valor até 500\$000.....  | 1\$000 |
| II) de mais de 500\$ até 50:000\$000..... | 2\$000 |
| III) de mais de 50:000\$000.....          | 3\$000 |

**36. Concerto ou conferencia de traslado,**  
— o salario (1ª parte da taxa) do n. 3.**37. Conta:**

- a) de capital liquido, — os salarios (1\$ a 3\$) do n. 35, letra b), conforme a importancia do capital.  
 b) não sendo liquido, — os salarios (2\$ a 6\$) do n. 28, letras a), b), c).  
 c) de juros, premios ou rendimentos de cada anno, comprehendido o rateio, si tiver logar, — os salarios (1\$ a 3\$) do n. 35, letra b).  
 d) de redução de papeis de credito ou titulos da divida publica a moeda corrente ou vice-versa, — os salarios (3\$ a 9\$) do n. 28, letras d), e), f).  
 e) si a conta envolver redução de moeda estrangeira á nacional ou vice-versa:

|                                           |         |
|-------------------------------------------|---------|
| I) sendo até 500\$000.....                | 4\$000  |
| II) de mais de 500\$ até 50:000\$000..... | 8\$000  |
| III) de mais de 50:000\$000.....          | 12\$000 |

f) de custas, incluido o rateio:

- I) em acção ordinaria, havendo discussão, — os salarios (4\$ a 12\$) deste numero, letra e), regulados pelo valor da causa.  
 II) em acção ordinaria, não havendo discussão, ou acção summaria, havendo discussão, assim como nos autos de inventario e partilha, — os salarios (3\$ a 9\$) do n. 28, letras d), e), f).  
 III) em acção summaria, não havendo discussão, assim como em qualquer incidente de acção ordinaria ou summaria, e nos processos criminaes, ou outros actos judiciaes, — os salarios (2\$ a 6\$) do n. 28, letras a), b), c).

**38. Diligencia** para acto praticado fóra do cartorio, exceptuados os de audiência, praça á porta do auditorio, citação ou notificação, e aquelles a que são obrigados *ex-officio*.

- a) sendo dentro de seis kilometros do auditorio, — os salarios (4\$ a 12\$) do n. 37 letra e).

- b) sendo fóra dos seis kilometros ou no mar:
- I) nas causas de valor até 500\$000..... 8\$000
  - II) de mais de 500\$ até 50:000\$000..... 16\$000
  - III) de mais de 50:000\$000..... 24\$000
- c) não sendo concluida a diligencia no mesmo dia, por cada dia que accrescer, — a metade dos salarios acima, sob as letras a) e b).
- d) além dos salarios taxados, se pagará a condução, que será a do costume, preferido o meio de transporte mais barato; nos vehiculos publicos, porém, a 1ª classe.
39. **Escripta** : de traslado; carta precatoria ou rogatoria; carta de editos; editaes de praça; carta de arrematação, de adjudicação ou de remissão; lançamento de avaliações, partilha ou sobrepartilha; diligencia para medição, ou aviventação de marcos e limites; mandados executivos; certidões *de verbo ad verbum*, não computado o preambulo declarativo do nome ou titulo do escriptão; e quaesquer outros instrumentos extrahidos de autos, — por cada linha, contendo, pelo menos, 25 letras..... \$040
40. **Guia** :
- a) passada nos autos ou fóra delles, para pagamento de imposto, ou para deposito, excluidas as notas referentes ao sello dos autos e a taxa judiciaria..... \$500
  - b) si contiver o calculo para pagamento de imposto sobre heranças e legados, e as declarações do decreto n. 2708 de 15 de dezembro de 1860, art. 43..... 2\$000
41. **Informação** a requerimento das partes,—os salarios (\$500 a 1\$500) do n. 29, letras a), b), c).
42. **Inquirição** de cada testemunha ou depoimento de parte,—os salarios (2\$000 a 6\$000) do n. 28, letras a), b), c).
43. **Leitura** de processo :
- a) no Jury..... 10\$000
  - b) na Côte de Appellação ou no Tribunal Civil e Criminal..... 8\$000
44. **Mandado** :
- a) executivo, ou de condemnação de preceito, além da rasa, — os salarios (1\$000 a 3\$000) do n. 35, letra b).
  - b) qualquer outro mandado, além da rasa,— os salarios (\$500 a 1\$500) do n. 29, letras a), b), c).

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 45. <b>Precatoria</b> ou requisitoria, além da rasa,<br>— os salarios (1\$000 a 3\$000) do n. 35, letra <i>b</i> ).                                                                                                                                                                                 |         |
| 46. <b>Procuração</b> ou subalelhecimento <i>apud acta</i> .....                                                                                                                                                                                                                                    | 3\$000  |
| a) si houver mais de um outorgante,— mais 500 réis, por cada um dos excedentes.                                                                                                                                                                                                                     |         |
| 47. <b>Provisão</b> para qualquer offiço.....                                                                                                                                                                                                                                                       | 5\$000  |
| 48. <b>Reconhecimento</b> , em razão de offiço, nos documentos das contas dos testamenteiros, por cada um,— o salario (\$500) do n. 11, com a mesma limitação.                                                                                                                                      |         |
| 49. <b>Registro</b> do testamento, por cada lauda do testamento registrado, além da rasa.....                                                                                                                                                                                                       | 1\$000  |
| 50. <b>Revisão</b> da numeração das folhas dos autos apresentados na 2ª instância,— 40 réis por folha, não excedendo o maximo de.....                                                                                                                                                               | 20\$000 |
| 51. <b>Termo</b> :                                                                                                                                                                                                                                                                                  |         |
| a) de affirmação ou juramento, no crime.....                                                                                                                                                                                                                                                        | 3\$000  |
| b) de folha corrida, por cada pessoa.....                                                                                                                                                                                                                                                           | 1\$000  |
| c) de tutela ou curatela.....                                                                                                                                                                                                                                                                       | 4\$000  |
| d) de vista, data, juntada, conclusão, publicação, remessa, recebimento, appellação, ou qualquer outro não especificado :                                                                                                                                                                           |         |
| I) nas causas de valor até 500\$000.....                                                                                                                                                                                                                                                            | \$200   |
| II) nas de mais de 500\$ até 50:000\$000.....                                                                                                                                                                                                                                                       | \$300   |
| III) nas de mais de 50:000\$000.....                                                                                                                                                                                                                                                                | \$400   |
| e) de audiencia, as-entada, agravo, appellação, protesto, desistencia, caução <i>de rato</i> , caução <i>de opere demoliendo</i> e todos os demais que são assignados e não se achem especificados neste numero,— os salarios (\$500 a 1\$500) do n. 29, letras <i>a</i> ), <i>b</i> ), <i>c</i> ). |         |
| f) de perdão ou quitação,— os salarios (1\$ a 3\$) do n. 35, letra <i>b</i> ).                                                                                                                                                                                                                      |         |
| g) de transacção, fiança, cessão ou subrogação,— os salarios (2\$ a 50\$) do n. 30, letras <i>a</i> ) a <i>d</i> ).                                                                                                                                                                                 |         |
| h) de assento de nascimento ou obito.....                                                                                                                                                                                                                                                           | 1\$000  |
| i) de rectificação de termo de assento de nascimento ou obito.....                                                                                                                                                                                                                                  | \$500   |

#### Observações

- 1.º Os salarios dos ns. 32, letras *a*) e *b*) e 37, no que for applicavel, competem ao actual contador, o qual continúa a servir perante os tribunacs, nos termos do art. 216 do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890. Além desses salarios, se pagará por cada glosa.....

2\$000



- 2.<sup>a</sup> Os salarios do n. 32 letra c) competem aos partidores que continuam a servir nos termos do citado art. 216, e assim tambem aos partidores nomeados pelas partes.
- 3.<sup>a</sup> Os salarios dos ns. 31 e 34 letras b) e c), competem ao distribuidor, pelas buscas que derem nos livros do seu archivo, e certidões que passarem. Além desses salarios, se pagará por cada distribuição..... 2\$000
- 4.<sup>a</sup> Nos processos criminaes, e em geral, sempre que não for conhecido o valor da causa, ou do acto, os salarios proporcionaes desta tabella serão fixados no termo médio.
- 5.<sup>a</sup> Além dos salarios taxados, tem os escrivães a percentagem de 1 % do residuo, quando o testamenteiro perde o premio, e igualmente do producto liquido dos bens de defuntos e ausentes e do evento.
- 6.<sup>a</sup> O assento do casamento civil é gratuito. Si, porém, as partes obtiveram do juiz a celebração do acto fóra do pretorio, o escrivão vencerá o salario do n. 38, pela diligencia.
- 7.<sup>a</sup> Os escrivães das delegacias de policia, enquanto não for expedido regimento especial das custas policiaes, perceberão, no que for applicavel, o que vae taxado nos ns. 27, 28, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46 e 51.

## TABELLA V

*Actos dos secretarios do Tribunal Civil e Criminal e da Côte de Appellação*

52. **Lançamento** nos livros e notas da distribuição de cada processo, que for apresentado, incluído o termo de apresentação ou recebimento:
- |                                                  |        |
|--------------------------------------------------|--------|
| a) nas causas de valor até 20:000\$000.....      | 3\$000 |
| b) nas de mais de 20:000\$ até 100:000\$000..... | 6\$000 |
| c) nas de mais de 100:000\$000.....              | 9\$000 |
53. **Registro** de carta do doutor ou bacharel em sciencias juridicas, provisão, ou outro qualquer titulo que habilite para advocacia ou procuratorio judicial..... 5\$000
54. **Provisão:**
- |                                                 |         |
|-------------------------------------------------|---------|
| a) de solicitador ou outro qualquer officio.... | 10\$000 |
| b) de prorrogação de prazo para inventario..... | 5\$000  |

*Observação*

1.<sup>a</sup> Competem aos secretarios do Tribunal Civil e Criminal e da Corte de Appellação, no que forem applicaveis, os salarios da tabella IV, ns. 27, 28, 29, 31, 34, 35, 39, 41, 43, 44 e 51.

2.<sup>a</sup> Os salarios proporcionaes desta tabella, nos processos criminaes, e sempre que não for conhecido o valor da causa ou do acto, serão fixados no médio.

## TABELLA VI

*Actos do porteiro dos auditorios*

55. **Certidão** da affixação de editaes e outras que passarem em razão do seu officio,— os salarios (1\$ a 3\$) do n. 35 letra *b*).
56. **Diligencia** fóra de seis kilometros ou no mar,— os salarios (8\$ a 24\$) e conducção do n. 38 letra *b*).
57. **Praça de bens**,— 1% sobre o valor dos objectos arrematados até 10:000\$; dali para cima 1/2 %, até o maximo de..... 400\$000  
*a*) si na praça, ou depois della, occorrer a remissão ou a adjudicação,— a mesma percentagem.
58. **Prégão**:  
*a*) em audiencia..... \$500  
*b*) nas posses,— os salarios (2\$ a 6\$) do n. 28, letras *c*), *b*), *c*).

## TABELLA VII

*Actos dos officiaes de justiça*

59. **Auto**: de penhora, embargo, sequestro, deposito, levantamento, arrombamento, prisão, detenção pessoal, e outros não especificados, além do que for devido pelas citações,— os salarios (3\$ a 9\$) do n. 28, letras *d*), *e*), *f*).
- a*) sendo lavrados dous ou mais autos, os posteriores ao primeiro, resultantes deste, como o de deposito depois do de arrombamento ou da penhora; pelos posteriores ao primeiro,— os salarios (1\$ a 3\$) do n. 35, letra *b*).

60. **Certidão** de não ter sido encontrada a pessoa que devia ser citada ou notificada, de occultação proposital ou de outra diligencia não effectuada,— os salarios (1\$ a 3\$) do n. 35, letra b).
61. **Citação ou notificação** incluída a contra-fé,— os salarios (2\$ a 6\$) do n. 28, letra a).
- a) si a citação ou notificação for feita a dous ou mais *litis consortes*, por cada um dos excedentes,— os salarios (1\$ a 3\$) do n. 35, letra b).
62. **Diligencia** fóra de seis kilometros ou no mar,— os salarios (8\$ a 24\$) e condução do n. 38, letra b).

*Observação*

Os salarios proporcionaes desta tabella, nos processos criminaes, e sempre que não for conhecido o valor da causa ou do acto, serão fixados no médio.

TABELLA VIII

*Actos dos avaliadores*

63. **Avaliação:**

|                                                                                                                                                                                     |          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| a) de casa na cidade, comprehendendo quintal, muros, cercas e todas as suas dependencias :                                                                                          |          |
| I) sendo terrea, com sotão ou sem sotão,— de 10\$ a                                                                                                                                 | 20\$000  |
| II) sendo de sobrado, com um ou mais andares,— de 20\$ a.....                                                                                                                       | 30\$000  |
| III) sendo grupo de pequenas casas, denominadas, vulgarmente, avenidas e estalagens, de 20\$ a                                                                                      | 100\$000 |
| b) de bemfeitorias, — de 5\$ a.....                                                                                                                                                 | 25\$000  |
| c) de embarcações, por cada uma:                                                                                                                                                    |          |
| I) sendo miudas (canôas, botes, saveiros, pranchas, barcos, lanchas, falúas e outras)— de 5\$ a.....                                                                                | 10\$000  |
| II) sendo de alto bordo, de navegação barra fóra, com todos os seus pertences, como botes, ancoras, amarras, etc.— de 15\$ a.....                                                   | 25\$000  |
| d) de estradas de ferro ou carris urbanos, comprehendendo os semoventes, todo material fixo e rodante, estações, armazens, officinas, telegrapho, combustivel, etc.— de 25\$ a..... | 500\$000 |
| e) de fabrica com seus motores,apparelhos, utensilios e pertences,— de 10\$ a.....                                                                                                  | 200\$000 |

|                                                                                                                                                                                |          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| f) de fazenda ou sitio de cultura, comprehendendo casas, terras, moveis, semoventes, plantações, machinismos e outras bemfeitorias, — de 20\$ a.....                           | 200\$000 |
| g) de generos de negocio:                                                                                                                                                      |          |
| 1) sendo a varejo, — de 5\$ a.....                                                                                                                                             | 100\$000 |
| II) sendo por atacado, — de 10\$ a.....                                                                                                                                        | 200\$000 |
| h) de moveis fóra dos previstos acima, em globo, lotes, ou isoladamente, conforme determinação do juiz, — de 5\$ a.....                                                        | 10\$000  |
| i) de ouro, prata, joias, brilhantes e outras pedras ou objectos preciosos, inclusive relógios, 1 % até o valor de 10:000\$; dahi para cima 1/2 % até o salario maximo de..... | 200\$000 |
| j) de pedreiras, calciras e outras minas em exploração, — de 5\$ a.....                                                                                                        | 50\$000  |
| k) de rendimento ou aluguel, — de 5\$ a.....                                                                                                                                   | 10\$000  |
| l) de semoventes fóra dos casos previstos acima, em globo, lotes, ou isoladamente, conforme determinação do juiz, — de 5\$ a.....                                              | 10\$000  |
| m) de terreno fóra dos casos previstos acima:                                                                                                                                  |          |
| i) sendo urbano, — de 5\$ a.....                                                                                                                                               | 10\$000  |
| II) sendo rural, — de 5\$ a.....                                                                                                                                               | 20\$000  |
| 61. <b>Condução</b> , — a do costume, nos termos do n. 38, lettra d), quando a avaliação for feita fóra de seis kilometros do auditorio, ou no mar.                            |          |

#### Observações

1.<sup>a</sup> Com excepção do n. 63 lettra i), os salarios desta tabella serão fixados, a arbitrio do juiz, entre o minimo e o maximo, que em caso algum será excedido.

2.<sup>a</sup> Os salarios desta tabella competem a cada um dos avaliadores até tres. Sendo maior o numero, os salarios de tres serão rateados por todos.

3.<sup>a</sup> Quando, por defeito da avaliação, se proceder a outra, desta nada perceberão os avaliadores, podendo ser compellidos a fazel-a, sob pena de desobediencia, perda dos salarios da avaliação reformada e responsabilidade pelas despesas resultantes da nomeação de novos avaliadores.

#### TABELLA IX

##### Actos dos arbitadores e peritos

#### 65. Arbitramento :

- a) de fiança criminal ; de multa ou de liquidação do objecto sobre o qual se tiver de determi-

|                                                                                                                                        |          |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| nar a multa ; de responsabilidade para especialização de hypotheca legal ; do valor da causa civil ou commercial.....                  | 5\$000   |
| b) de honorarios de medicos e de outras profissões liberaes,— de 10\$ a.....                                                           | 50\$000  |
| c) de perdas e interesses, ou qualquer outro, — de 10\$ a.....                                                                         | 50\$000  |
| 66. <b>Assistencia</b> — dos arbitraiores nas demarcações e divisões de terras, incluídas as informações que prestarem, de 20\$ a..... | 100\$000 |
| a) nas divisões terão mais os salarios fixados no n. 32, letra c.                                                                      |          |
| 67. <b>Corpo de delicto :</b>                                                                                                          |          |
| a) quando depender de exame medico ou cirurgico                                                                                        | 25\$000  |
| b) quando não depender de exame medico ou cirurgico .....                                                                              | 20\$000  |
| 68. <b>Exame :</b>                                                                                                                     |          |
| a) de sanidade.....                                                                                                                    | 25\$000  |
| b) sendo relativo a molestia mental, — de 20\$ a                                                                                       | 500\$000 |
| c) physico ou chimico, — de 30\$ a.....                                                                                                | 200\$000 |
| d) de escripturação mercantil, — de 10\$ a.....                                                                                        | 300\$000 |
| e) qualquer outro não especificado.....                                                                                                | 15\$000  |
| 69. <b>Vistoria</b> com arbitramento ou sem arbitramento, — de 10\$ a.....                                                             | 100\$000 |

*Observações*

1.<sup>a</sup> Os salarios dos ns. 65, letras b) e c), 66 e 68 letras b), c) e d), e 69 serão fixados, a arbitrio do juiz, entre o minimo e o maximo, que em caso algum será excedido.

2.<sup>a</sup> Os salarios desta tabella competem a cada um dos peritos até o numero de tres. Sendo maior o numero delles, serão rateados por todos.

## TABELLA X

*Actos dos advogados*

|                                                                                                             |         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 70. <b>Accusação :</b>                                                                                      |         |
| a) perante a Côte de Appellação, a Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal, ou o Tribunal do Jury..... | 80\$000 |
| b) perante a Junta Correccional.....                                                                        | 40\$000 |
| 71. <b>Artigos :</b>                                                                                        |         |
| a) de acção ordinaria, reconvenção, opposição, assistencia, preferencia ou rateio.....                      | 24\$000 |

|                                                                                                                                                                                   |         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| b) de excepção, habilitação, attentado, liquidação de sentença, ou outros incidentes nas causas..                                                                                 | 18\$000 |
| c) de acção summaria, especial ou executiva.....                                                                                                                                  | 18\$000 |
| <b>72. Contestação:</b>                                                                                                                                                           |         |
| a) em acção ordinaria.....                                                                                                                                                        | 24\$000 |
| b) em acção summaria.....                                                                                                                                                         | 18\$000 |
| c) por negação.....                                                                                                                                                               | 6\$000  |
| <b>73. Contrariedade a libello criminal:</b>                                                                                                                                      |         |
| a) não sendo por negação .....                                                                                                                                                    | 25\$000 |
| b) sendo por negação.....                                                                                                                                                         | 6\$000  |
| <b>74. Defesa :</b>                                                                                                                                                               |         |
| a) oral, perante a Côte de Appellação, a Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal, ou o Tribunal do Jury.....                                                                 | 80\$000 |
| b) oral, perante a Junta Correccional.....                                                                                                                                        | 40\$000 |
| c) escripta, perante qualquer Juizo Criminal.....                                                                                                                                 | 25\$000 |
| <b>75. Diligencia, para assistencia a qualquer acto judicial, não sendo de audiencia ou de inquirição de testemunhas no auditorio costumeado, — por cada dia de assistencia :</b> |         |
| a) dentro de 6 kilometros do auditorio.....                                                                                                                                       | 18\$000 |
| b) fóra de 6 kilometros.....                                                                                                                                                      | 30\$000 |
| <b>76. Embargos:</b>                                                                                                                                                              |         |
| a) de declaração.....                                                                                                                                                             | 12\$000 |
| b) oppostos a preceitos comminatorios ou qualquer acção sumnaria, especial ou executiva, em que são a fórmula da contestação.....                                                 | 18\$000 |
| c) oppostos a sentença ou accordão, a execução, e os de terceiro.....                                                                                                             | 18\$000 |
| d) sendo recebidos, para serem discutidos em processo ordinario.....                                                                                                              | 24\$000 |
| <b>77. Impugnação de embargos ou de excepção.</b>                                                                                                                                 | 18\$000 |
| <b>78. Inquirição de cada testemunha ou da parte, comprehendida a reinquirição :</b>                                                                                              |         |
| a) em causa civil.....                                                                                                                                                            | 9\$000  |
| b) em causa crime.....                                                                                                                                                            | 6\$000  |
| <b>79. Libello em causa crime.....</b>                                                                                                                                            | 27\$000 |
| <b>80. Minuta de agravo ou carta testemunhavel.</b>                                                                                                                               | 15\$000 |
| <b>81. Petição:</b>                                                                                                                                                               |         |
| a) de queixa.....                                                                                                                                                                 | 25\$000 |
| b) inicial de acção ordinaria.....                                                                                                                                                | 24\$000 |
| c) inicial de acção summaria, especial ou executiva, ou de processo preparatorio, preventivo ou incidente.....                                                                    | 18\$000 |
| d) não comprehendida nas especies mencionadas                                                                                                                                     | 6\$000  |

|                                                                                                                                                                            |         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| 82. <b>Quesitos</b> para qualquer exame, vistoria ou arbitramento.....                                                                                                     | 12\$000 |
| 83. <b>Razões</b> ou allegações :                                                                                                                                          |         |
| a) finais em causa ordinaria, ou sendo de apellação :                                                                                                                      |         |
| I) tendo havido contestação.....                                                                                                                                           | 60\$000 |
| II) tendo a causa corrido á revelia.....                                                                                                                                   | 30\$000 |
| b) finais em causa summaria, especial ou executiva, processo preparatorio, preventivo ou incidente :                                                                       |         |
| I) tendo havido discussão.....                                                                                                                                             | 30\$000 |
| II) tendo corrido á revelia.....                                                                                                                                           | 15\$000 |
| c) sobre documento offerecido pela parte contraria.                                                                                                                        | 9\$000  |
| d) de recurso ou appellação em processo criminal.                                                                                                                          | 50\$000 |
| e) em inventario.....                                                                                                                                                      | 24\$000 |
| 84. <b>Replica</b> ou treplica :                                                                                                                                           |         |
| a) não sendo por negação.....                                                                                                                                              | 12\$000 |
| b) por negação.....                                                                                                                                                        | 6\$000  |
| 85. <b>Requerimento</b> por cota nos autos (excepto si for de prorrogação do prazo para dizer nos termos da vista), ou em audiencia, inclusive a accusação de citação..... | 6\$000  |
| 86. <b>Resposta</b> nos autos sobre qualquer requerimento ou exigencia.....                                                                                                | 6\$000  |

*Observações*

1.<sup>a</sup> As taxas desta tabella, fixas quanto aos processos criminaes, são applicaveis ás causas civeis de valor de mais de 5:000\$ até 20:000\$, ás inestimaveis, aos processos para documento e aos protestos para resalva ou conservação de direitos. Nas causas de valor até 1:000\$ se pagará 1/3 da taxa; até 5:000\$, 2/3; até 20:000\$, a taxa; até 50:000\$, mais 1/3; até 100:000\$, mais 2/3; até 500:000\$, o dobro da taxa; de mais de 500:000\$, o triplo.

2.<sup>a</sup> Nos processos de inventario e partilha ou divisão de coisa commun os salarios dos advogados serão regulados pelo valor do quinhão do respectivo constituinte, ou pelo do monte, si o constituinte for o inventariante.

## TABELLA XI

*Actos dos solicitadores*

|                                        |        |
|----------------------------------------|--------|
| 87. <b>Agencia</b> de causa civil:     |        |
| a) na primeira instancia, por mez..... | 9\$000 |
| b) na segunda instancia, por mez.....  | 6\$000 |

|                                                                                                                                                               |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| <b>88. Diligência:</b> por assistirem a qualquer acto judicial, não sendo de audiência ou de inquirição de testemunhas no auditorio costumado, por cada dia : |         |
| a) dentro de seis kilometros do auditorio.....                                                                                                                | 9\$000  |
| b) fóra de seis kilometros do auditorio.....                                                                                                                  | 15\$000 |
| <b>89. Inquirição</b> de cada testemunha ou da parte:                                                                                                         |         |
| a) em causa civil.....                                                                                                                                        | 6\$000  |
| b) em causa crime.....                                                                                                                                        | 3\$000  |
| <b>90. Requerimentos</b> em audiência, incluída a accusação da citação.....                                                                                   |         |
|                                                                                                                                                               | 3\$000  |

*Observações*

1.<sup>a</sup> As taxas desta tabella estão sujeitas a diminuição e augmento, de conformidade com a observação 1.<sup>a</sup> da tabella antecedente.

2.<sup>a</sup> Na contagem dos salarios do n. 87 será deduzida do tempo decorrido toda a interrupção excedente de dez dias, em que a causa não tenha tido andamento, salvo os prazos legais em que os autos são detidos pelo juiz, para os despachar, ou pelos advogados, para dizerem.

## TABELLA XII

*Actos do curador dos orphãos*

|                                                                                                                               |         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| <b>91. Diligência:</b> por assistir a qualquer acto judicial, não sendo de audiência no auditorio costumado, — por cada dia : |         |
| a) no auditorio costumado.....                                                                                                | 6\$000  |
| b) dentro de seis kilometros do auditorio.....                                                                                | 12\$000 |
| c) fóra de seis kilometros ou no mar.....                                                                                     | 18\$000 |
| <b>92. Officio :</b>                                                                                                          |         |
| a) sobre avaliação, arbitramento, vistoria ou qualquer exame.....                                                             | 5\$000  |
| b) sobre contas de tutela ou de curatela :                                                                                    |         |
| I — sendo o valor dos bens até 50:000\$000.....                                                                               | 6\$000  |
| II — sendo o valor dos bens de mais de 50:000\$000.....                                                                       | 8\$000  |
| c) sobre dividas reclamadas por credores, no inventario :                                                                     |         |
| I — sendo até 50:000\$000.....                                                                                                | 5\$000  |
| II — sendo de mais de 50:000\$000.....                                                                                        | 8\$000  |



**d) sobre declarações para encerramento de inventario :**

|                                                             |          |
|-------------------------------------------------------------|----------|
| I — sendo o valor do monte-mór até 50:000\$000.             | 6\$0000  |
| II — sendo de mais de 50:000\$000.....                      | 100\$000 |
| c) sobre emancipação, interdicção e levantamento desta..... | 5\$000   |

**93. Petição :**

|                                                                                                                                                   |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| a) para iniciar inventario, quando a pessoa obrigada deixar de fazel-o no prazo legal.....                                                        | 12\$000 |
| b) para iniciar prestação de contas de tutela ou curatela, quando o tutor ou o curador não offizer nas épocas devidas, ou se tornar suspeito..... | 10\$000 |
| c) para nomeação ou remoção do tutor ou curador, entrega do menor por soldada ou destituição do responsavel.....                                  | 6\$000  |

**94. Respostas :**

|                                                                                                            |        |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| a) em petição da parte para louvação em peritos avaliadores ou partidores, ou para qualquer outro fim..... | 4\$000 |
| b) nos autos.....                                                                                          | 5\$000 |

*Observações*

1.<sup>a</sup> Os salarios desta tabella não podem ser repetidos, embora o curador diga mais de uma vez sobre o mesmo ponto.

2.<sup>a</sup> Os salarios do n. 92 letra b) se pagarão por cada biennio ou quadriennio de que se prestem as contas.

3.<sup>a</sup> Pelos actos que praticar como advogado legitimo dos menores e interdictos, nas demandas em que elles forem interessados, terá o curador dos orphãos de cada vez que officiar o salario do n. 92 e, si adinal os seus curatelados vencerem, perceberá os salarios da tabella X, feita a deducção do que já houver recebido.

4.<sup>a</sup> O curador de ausentes tem direito aos salarios dos ns. 91, 92 letras a), c) e d) e 94, sempre que officiar na conformidade do determinado no art. 136 § 6º do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890. Nos processos de arrecadação de bens de defuntos e ausentes, perceberá as porcentagens marcadas nos arts. 82 e 83 do regulamento de 15 de junho de 1859; e sómente terá os salarios do n. 92, letra c), quando praticar os actos ahi referidos.

**CAPITULO II****DAS PENAS E RECURSOS**

Art. 2.º O official judicial, que exigir ou receber custas indevidas ou excessivas, ou por causa dellas demorar a expedição dos autos, termos ou traslados, ou não der recibo das quantias que

lhe forem entregues para pagamento de salarios, sellos e outras despesas a seu cargo, incorrerá nas penas disciplinares seguintes, independentemente da responsabilidade criminal que no caso couber:

- a) prisão até 5 dias ;
- b) suspensão até 30 dias ;
- c) restituição em trespdobro do que de mais recebeu.

Art. 3.º A pena será applicada pelo juiz competente, em virtude de recurso da parte prejudicada, ou *ex-officio*.

Art. 4.º São competentes para conhecer do recurso:

- a) o respectivo pretor, si o recorrido for official judicial de pretoria ;
- b) o juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, si o recorrido for official judicial do Juizo dos Feitos da Fazenda ;
- c) o presidente da Camara Civil do Tribunal Civil e Criminal, si o recorrido for tabellião de notas ou official do registro geral ;
- d) o presidente da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal, si o recorrido for o escrivão privativo dos protestos de letras ;
- e) o juiz da instrucção do processo, si o recorrido for official judicial, servindo perante alguma das Camaras do Tribunal Civil e Criminal ;
- f) o presidente do Tribunal Civil e Criminal, si o acto increpado a official judicial do mesmo tribunal não tiver relação com algum processo em andamento, ou quando o recorrido for o secretario ;
- g) o presidente do Tribunal do Jury, si o recorrido for official judicial, servindo perante o Jury ;
- h) o juiz relator do processo, si o recorrido for official judicial, servindo perante alguma das Camaras da Côte de Appellação ;
- i) o presidente da Côte de Appellação, si o acto increpado a official judicial deste tribunal não tiver relação com algum processo em andamento, ou quando o recorrido for o secretario.

Art. 5.º O recurso será interposto por uma simples petição ao juiz competente e, ouvido o recorrido, que responderá immediatamente, se decidirá sem mais formalidade nem recurso.

Art. 6.º Sendo o recurso procedente, o juiz condemnará na pena de prisão ou na de suspensão, a que addicionará a de restituição do trespdobro, quando se verificar ter o recorrido effectivamente recebido custas excessivas.

Art. 7.º Procederá o juiz *ex-officio*, quando notar nos autos ou papeis que lhe forem presentes salarios indevidos ou excessivos.

### CAPITULO III

#### DA ACÇÃO COMPETENTE

Art. 8.º Compete acção executiva aos officiaes judiciaes procuradores publicos e particulares para cobrança das custas judicicias.

Quanto aos advogados, a acção executiva tem cabimento, não sómente para a cobrança dos salarios taxados neste Regimento, mas tambem para a da importancia certa e liquida dos seus contractos, sendo feitos por escripto assignado pelo advogado e cliente.

Na falta de contracto escripto, entende-se que o advogado sujeitou-se ás custas do Regimento.

Art. 9.º A petição inicial será instruida com a sentença ou despacho que mandou pagar as custas, e a conta feita pelo funcionario competente, ou, no caso do artigo antecedente, com o contracto.

Art. 10. O mandado executivo será expedido de conformidade com o art. 310 do decreto n. 737 de 25 de novembro de 1850, e se proseguirá nos termos dos arts. 311 a 317 do mesmo decreto.

## CAPITULO IV

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 11. São custas judiciais as despesas do processo, que a parte é condemnada a pagar.

Nellas se comprehendem :

- a) os salarios taxados neste Regimento ;
- b) os sellos do Correio ;
- c) o sello fixo dos autos ;
- d) a taxa judiciaria ;
- e) a impressão de annuncios e editaes ;
- f) as despesas de conducção ;
- g) as despesas de aposentadoria do Juizo nas divisões e demarcações ;
- h) a percentagem do depositario e despesas a bem do deposito ;
- i) a percentagem sobre o residuo dos testamentos, quando os testamentarios perdem o premio, e sobre o producto liquido dos bens de defuntos e ausentes, ou do evento ;
- j) a metade do imposto de transmissão de propriedade nas arrematações e adjudicações, devendo ser paga a outra metade pelo arrematante ou adjudicatario.

Art. 12. A sentença que julgar a acção, e qualquer dos seus incidentes ou recursos, deve condemnar o vencido nas custas.

Havendo mais de um vencido, as custas são pagas *pro rata*.

Art. 13. Sendo o réo absolvido sómente de parte do pedido do autor, são pagas por ambos, cada um na proporção da parte em que houver decahido.

Art. 14. Nos processos de inventario e partilha, ou divisão de coisa commum, são pagas por todos os interessados, na proporção dos respectivos quinhões.

Art. 15. Nas medições e demarcações são pagas pelos interessados, na proporção do valor da propriedade de cada um.

Art. 16. Nos actos ou processos, em que não ha contestação, nem se tem em vista uma decisão que torne effectiva alguma obrigação, são pagas por quem requer.

Art. 17. Nas habilitações incidentes, não contestadas, são pagas por quem requer; mas, proseguindo-se na acção principal, o são, afinal, pelo vencido.

Art. 18. Das procurações, certidões, publicas-fôrmas e traslados, juntos aos autos, são pagas, afinal, pelo vencido.

Art. 19. Cessando a acção, em virtude de desistencia, são pagas pelo desistente.

Art. 20. O chamado a autoria, sendo vencido, paga as que forem contadas, da sua citação em diante.

Art. 21. O successor universal está sujeito ao pagamento das do tempo do seu antecessor; mas o que se habilita por titulo singular não é obrigado sinão ás posteriores ao seu ingresso no Juizo.

Art. 22. Os condemnados por obrigação solidaria ou indivisivel, ou pelo mesmo delicto e no mesmo processo, respondem solidariamente pelas custas.

Art. 23. Havendo malicia convencida e inescusavel, da parte do vencido, deve ser condemnado no dobro ou tresp dobro.

Art. 24. Não se contam contra o vencido, mas são pagas por quem requer ou promove:

- a) as custas de retardamento;
- b) as custas de documento impertinente ou de que já houver nos autos algum exemplar;
- c) a escripta superflua, ou os autos, termos e petições desnecessarios ao andamento regular do processo;
- d) as custas de diligencia, quando o acto determinativo della pôde ser feito no auditorio do juiz.

Art. 25. Tambem não se contam contra o vencido os salarios do escriptão e do porteiro nas arrematações e remissões, os quaes são pagos pelos arrematantes e remissores.

Art. 26. São custas de retardamento:

- a) as que paga o autor, quando, por falta do comparecimento delle, é o réo al solvido da citação e instancia, antes da sentença final;
- b) as que paga o excipiente, que decahe da excepção;
- c) as que paga o aggravante, quando o juiz *a quo* nega seguimento ao aggravado, ou o juiz *ad quem* delle não conhece ou nega-lhe provimento.

Art. 27. Tem logar a compensação das custas:

- a) quando o réo é absolvido sómente em parte do pedido do autor, e ambos são condemnados a pagal-as;
- b) quando o réo é condemnado no pedido da acção, e o autor no da reconvenção;
- c) quando em diversos litigios, entre as mesmas partes, cada uma destas é vencedora em algum.

Art. 28. A Fazenda Municipal, sendo vencida, não fica sujeita a pagar os salarios dos officiaes do Juizo dos Feitos, aos quaes são abonados vencimentos pelos cofres publicos.

**Art. 29. Paga o juiz as custas :**

- a) quando prosequer no feito, sem procuração legitima da parte, ou depois de ter sido posta suspeição, dando logar a nullidade ;
- b) quando recebe a appellação, cabendo a causa na sua alçada ; ou não a recebe, tendo sido interposta da sentença definitiva, em causa que não caiba na alçada ;
- c) quando não supprime os erros do processo, supprimeis, contra os quaes a parte prejudicada tenha, opportunamente, reclamado.

Art. 30. Pagam as custas os tutores, curadores, syndicos, em geral os que litigam como representantes de outrem quando não tiverem justa causa para litigar.

Art. 31. Os salarios taxados neste Regimento serão pagos pelos interessados na expedição, logo depois de concluidos os actos respectivos, e a sua importancia será cotada á margem pelos tabelliães e mais officiaes judiciaes, sendo nos autos debitada, ou creditada afinal, a quem de direito.

Esta disposição não comprehende as custas de autos, termos, traslados e diligencias *ex-officio*, ou em cuja expedição for interessado o Ministerio Publico ou a Fazenda Municipal, as quaes não podem ser exigidas, nos termos da legislação em vigor, sinão depois de findo o processo por sentença, transacção, desistência ou outro meio legitimo que torne individuada e certa a responsabilidade por ellas.

Art. 32. O official judicial que não cotar as custas pagas, rubricando a cota, as perderá, não lhe sendo contadas, mas, pelo contrario, deduzidas, na contagem dos autos.

Art. 33. Os tabelliães, escriptvães e secretarios dos tribunaes são obrigados, sob as penas do art. 2º, a entregar ás partes recibo das quantias que receberem para salarios, sellos e quaisquer despesas a seu cargo.

Art. 34. Os tabelliães e mais officiaes judiciaes devem rubricar as publicas-fórmulas, traslados e certidões, em cada uma das suas folhas.

Art. 35. Os autos findos serão recolhidos aos respectivos archivos, sendo os escriptvães obrigados a dar conta delles, ainda depois de trinta annos.

Art. 36. Os presidentes dos tribunaes e os pretores, informando-se convenientemente, determinarão os extremos da distancia de seis kilometros dos respectivos auditorios, para execução do que é relativo á diligencia.

Art. 37. As sentenças extrahidas dos processos civeis conterão :

§ 1.º Nas acções ordinarias :

- a) a autoação ;
- b) a petição inicial ou os artigos da acção ;
- c) a fé da citação ;
- d) a contestação ;
- e) a réplica e a tréplica ;
- f) a sentença e os documentos em que ella se fundar.

§ 2.º Nas acções summarias e outras de processo especial :

- a) a autoação ;
- b) a petição inicial ;
- c) a fé da citação ;
- d) a contestação ;
- e) a sentença e os documentos em que ella se fundar.

§ 3.º Nas acções executivas, além das peças do paragrapho antecedente — o auto de penhora.

§ 4.º Nos embargos de terceiro :

- a) o auto de penhora, embargo ou arresto ;
- b) os embargos de terceiro ;
- c) a contestação ;
- d) a sentença e os documentos em que ella se fundar.

§ 5.º Nos artigos de preferencia ou rateio :

- a) o auto de penhora ;
- b) o conhecimento do deposito, ou o edital e termo da ultima praça, si o concurso foi instituido sobre os bens, por não ter havido arrematação ou remissão ;

- c) a petição do promotor do concurso e as citações ;
- d) os artigos ;
- e) a contestação ;
- f) a sentença e os documentos em que ella se fundar.

§ 6.º Nos formaes de partilha :

- a) a autoação ;
- b) o auto de inventario ;
- c) a declaração de herdeiros, feita pelo inventariante ;
- d) a collação daquelle em cujo favor se passar o formal ;
- e) as declarações para encerramento do inventario ;
- f) o despacho de deliberação da partilha e a citação dos herdeiros para verem proceder-se a ella ;
- g) o auto e calculo da partilha, e o respectivo pagamento ;
- h) a sentença que julgou a partilha.

§ 7.º Na especialisação para a hypotheca legal conterá apenas a sentença ou sentenças proferidas nos autos, assim como a decisão superior, si houver agravo.

Art. 38. As cartas executórias terão a fôrma das precatorias, e conterão :

- a) a autoação ;
- b) a petição e despacho sobre a extracção da carta ;
- c) a sentença exequenda.

Art. 39. As cartas de arrematação conterão :

- a) a autoação ;
- b) a sentença exequenda ;
- c) a penhora ;
- d) a avaliação dos bens arrematados ;
- e) o numero de praças que correram ;
- f) o termo de arrematação ;
- g) o conhecimento do pagamento do imposto de transmissão de propriedade ;
- h) a quitação ou deposito.

Art. 40. As cartas de remissão ou de adjudicação conterão, além das peças do artigo antecedente, excepto o auto de arrematação:

- a) o termo de remissão, ou certidão de não ter havido lançador ;
- b) a sentença de remissão ou a de adjudicação.

Art. 41. Sendo as sentenças embargadas e os embargos desprezados, a carta conterá os embargos, a decisão e os documentos a que esta se referiu, si não forem os mesmos em que se tenha fundado a sentença embargada. Sendo os embargos recebidos, conterá mais — a contestação.

Art. 42. Si a sentença tiver sido proferida na segunda instancia, por appellação, a carta conterá, além das peças mencionadas, conforme a natureza do processo, a interposição da appellação, o accordão do tribunal superior, e os documentos a que se referir, não sendo os mesmos em que se tenha fundado a sentença appellada.

Art. 43. Em qualquer caso, havendo habilitação incidente, a carta da sentença conterá:

- a) os artigos de habilitação ;
- b) a contestação ;
- c) a sentença e os documentos em que ella se fundar.

Art. 44. Nos processos criminaes as cartas de sentença conterão:

- a) a autoação ;
- b) a petição ou officio inicial ;
- c) o termo de affirmação ou juramento da queixa ou denuncia ;
- d) o corpo de delicto ;
- e) o despacho de pronuncia ou não pronuncia ;
- f) a sustentação ou revogação da pronuncia ou não pronuncia ;
- g) o libello ;
- h) a contrariedade ;
- i) a sentença e os documentos a que ella se referir.

Art. 45. Nos processos correccionaes conterão:

- a) a autoação ;
- b) a petição, officio ou documento inicial ;
- c) o termo de affirmação ou juramento ;
- d) a sentença e os documentos a que ella se referir.

Art. 46. Sendo o processo por infracção de postura, a carta conterá, além das peças mencionadas — o auto de infracção.

Art. 47. No caso de appellação, a carta conterá, além das peças mencionadas no art. 44 ou art. 45 — a sentença da 2ª instancia e os documentos a que ella se referir, si não forem os mesmos em que se tenha fundado a sentença appellada.

Art. 48. No caso de recurso, conterá:

- a) a petição de recurso ;
- b) a sentença da 2ª instancia e os documentos em que ella se fundar.

Art. 49. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de novembro de 1895.— Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2163 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1895

Promulga o regulamento da taxa judiciaria do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 225 de 30 de novembro de 1894, resolve decretar que para a cobrança da taxa judiciaria do Districto Federal, a que se refere o mencionado decreto, seja observado o regulamento annexo, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 9 de novembro de 1895, 7.<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

### Regulamento da taxa judiciaria do Districto Federal de que trata o decreto n. 2163 desta data

Art. 1.<sup>o</sup> As causas julgadas no Districto Federal ficam sujeitas a uma taxa judiciaria substitutiva das custas contadas aos juizes e funcionarios do Ministerio Publico, com excepção das que competem aos curadores de orphãos e de ausentes.

Art. 2.<sup>o</sup> A taxa judiciaria terá por base o valor do pedido, quando certo.

§ 1.<sup>o</sup> Nas causas estimaveis, em que o pedido não tiver valor certo, o autor é obrigado a estimar o valor na petição inicial, e, não o fazendo, o juiz nomeará avaliadores que procederão em conformidade das regras do direito ou stylo.

Da mesma fôrma se procedera quando ao juiz parecer manifestamente insufficiente o valor dado pela parte.

§ 2.<sup>o</sup> A avaliação das causas inestimaveis será feita por louvados das partes, do modo por que se pratica em relação as appellações, e precederá immediatamente ao pagamento da taxa.

Art. 3.<sup>o</sup> A disposição do art. 1.<sup>o</sup> comprehende em geral todas as acções: as de estado de familia, as reais e as pessoasas.

Paragrapho unico. Nesse numero incluem-se:

a) as justificações e libellos para cobrança de dividas passivas das heranças de defuntos e ausentes ;

b) os embargos de terceiro senhor e possuidor, e os artigos de preferencia da rateio, salvo no caso de haver execução apparelhada ;

c) os processos preparatorios e preventivos ;

d) as partilhas e sobre-partilhas judiciaes e extra-judiciaes, o calculo de adjudicação, o de transferencia de usufructo, extincção deste ou de fidei-commisso ;



e) os requerimentos ou justificações para dissolução judicial ou liquidação de sociedades, fallencias e liquidação forçada de sociedades anonymas ;

f) as arrecadações de bens de defuntos e ausentes.

Art. 4.º Ficam excluidos da taxa judiciaria: os processos incidentes; as habilitações de herdeiros ou legatarios para haverem as heranças ou legados, que lhes pertencam, dos bens de defuntos e ausentes; as justificações de dividas em autos de inventario e as que forem requeridas como documento; as liquidações de sentença; os processos crimes; os de desapropriação; os de nomeação e remoção de tutores, curadores e testamenteiros; e as prestações de contas testamentarias, de tutela ou de curatela.

Art. 5.º A taxa judiciaria será cobrada na seguinte proporção:

§ 1.º De um quarto por cento ( $1/4\%$ ) sobre o valor certo do pedido (principal e juros vencidos, quer tenham sido ou não accumulados na petição inicial da acção), ou o que for declarado ou arbitrado, na forma do art. 2º.

§ 2.º De um quarto por cento ( $1/4\%$ ) sobre o liquido a partilhar ou a adjudicar e a rateiar, nos casos do art. 3º, paragrapho unico, letras *d* e *e*.

§ 3.º De dous por cento ( $2\%$ ) sobre a avaliação dos bens arrecadados de defuntos e ausentes.

Art. 6.º Nas demandas em que tiver sido intentada a reconvenção, o valor da taxa judiciaria será calculado sobre a importancia do pedido maior.

Art. 7.º A taxa judiciaria não excederá de trezentos mil réis (300\$), qualquer que seja o valor das causas, exceptuadas as do art. 3º, paragrapho unico, letra *d*, nas quaes não poderá ser superior a cento e cincoenta mil réis (150\$000).

Art. 8.º A taxa judiciaria será paga por occasião de subirem os autos para a primeira sentença definitiva, ou interlocutoria que ponha termo ao feito em primeira instancia.

Paragrapho unico. A taxa será incluída no calculo das custas judiciarias afim de ser carregada á parte vencida, e em caso algum será restituída.

Art. 9.º A taxa estabelecida no art. 3º, paragrapho unico, letra *f*, será devida embora os herdeiros se habilitem antes de ultimado o inventario.

Art. 10. O pagamento da taxa judiciaria será effectuado por meio de um sello especial, cujo formato, valores e signaes característicos serão determinados pelo Governo.

Paragrapho unico. Emquanto não houver no Thesouro Federal o sello de que trata este artigo, será o pagamento feito por verba lançada na guia que, para esse fim, passará o escriptão do feito, *ad instar* do disposto no art. 28, paragrapho unico, do decreto n. 1264 de 11 de fevereiro de 1893.

Art. 11. Nenhum juiz ou tribunal poderá proferir sentença em autos sujeitos á taxa judiciaria sem que delles conste o respectivo pagamento, na forma prescripta.

Art. 12. Nenhum escriptão poderá fazer conclusos, para a sentença definitiva ou interlocutoria (art. 8º), autos sujeitos á

taxa judiciaria, sem que ao termo da conclusão preceda o sello especial da taxa, que inutilisará com a data e a sua assignatura, ou a juntada da guia (art. 10, paragraho unico) com o lançamento da verba respectiva.

Art. 13. Nenhuma sentença, proferida em causa sujeita á taxa judiciaria, poderá ser executada sem que do respectivo instrumento conste o pagamento devido.

Art. 14. O relator do feito, em segunda instancia, quando lhe for presente algum processo em que se tenha deixado de pagar a taxa competente, antes de qualquer outra diligencia e da revisão para o julgamento, providenciará no sentido de fazer effectivo o pagamento.

Art. 15. A infracção do disposto nos arts. 11 a 14 sujeitará os infractores á multa de dez mil réis (10\$) a cem mil réis (100\$), além das penas estatuidas no Código Penal.

Art. 16. As multas serão impostas :

§ 1.º Aos escriptães pelos respectivos juizes dos feitos ;

§ 2.º Aos juizes pelos seus superiores, observada a ordem da hierarchia judiciaria ;

§ 3.º Aos juizes superiores (membros da Côrte de Appellação) pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 17. As multas comminadas no artigo antecedente serão arrecadadas como renda do Thesouro Federal e pelo meio executivo, nos termos dos arts. 196 e seguintes do Decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890.

Art. 18. A Repartição Fiscal encarregada da arrecadação da taxa judiciaria não poderá intervir nos feitos, nem fazer exame nos cartorios para o fim de averiguar faltas de pagamento, devendo, nos casos de infracção, requisitar das autoridades judiciarias os exames ou certidões necessarios para proceder contra os infractores.

Art. 19. Os pretores, o juiz dos Feitos da Fazenda Municipal e os presidentes do Tribunal Civil e Criminal e da Côrte de Appellação communicarão ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores nos mezes de janeiro, abril, julho e outubro, de cada anno, a somma total da taxa paga no trimestre anterior.

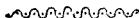
Art. 20. Os escriptães deverão ter, sob pena de responsabilidade, um livro especial, em que lançarão o pagamento da taxa, a época, a causa, o seu valor e os nomes das partes.

Esse livro será aberto, encerrado e rubricado pelos juizes indicados no art. 19, e em vista d'elle se farão as communicações ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 21. As causas pendentes, comprehendidas na disposição do art. 3º, ficam sujeitas ao pagamento da taxa judiciaria, levando-se em conta o pagamento em estampilhas (art. 198 do decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890) dos emolumentos e custas contados aos juizes e funcionarios do Ministerio Publico.

Art. 22. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 9 de novembro de 1895. — Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2164 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 19:500\$  
à verba n. 1 do art. 3º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,  
usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 329  
de 12 do corrente mez :

Decreta :

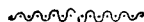
Art. 1.º Fica aberto no corrente exercicio ao Ministerio das  
Relações Exteriores o credito supplementar de 19:500\$ à verba  
n. 1 do art. 3º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2165 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio  
de 1895, o credito supplementar de 577:125\$, sendo 127:575\$ à verba — Sub-  
sidio aos senadores — e 449:550\$ à verba — Subsidio aos deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,  
usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 9º da lei  
n. 266, de 24 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Minis-  
terio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de  
1895, o credito supplementar de 577:125\$, sendo 127:575\$ à  
verba — Subsidio aos senadores — e 449:550\$ à verba — Subsidio  
aos deputados — afim de occorrer ao pagamento das despesas  
com o subsidio aos senadores e deputados, durante a prorogação  
da actual sessão do Congresso Nacional, até 30 de novembro  
corrente.

Capital Federal, 14 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2166 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1895, o credito supplementar de 58:500\$, sendo 26:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 32:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo n. 1 do art. 9º da lei n. 206, de 24 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1895, o credito supplementar de 58:500\$, sendo 26:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 32:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a prorrogação da actual sessão legislativa, até 30 de novembro corrente.

Capital Federal, 14 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2167 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 257:152\$518 para diversas despesas relativas á reorganisação do Hospital de Marinha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto n. 330, de 14 do corrente, abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 257:152\$518 para despendir em concertos e acquisição de roupas, mobilia e o mais que julgar necessario á reorganisação do respectivo hospital.

Capital Federal, 18 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2168—DE 18 DE NOVEMBRO DE 1895

Altera as tarifas e classificação de mercadorias da Estrada de Ferro Central de Alagôas, aprovadas pelo decreto n. 1880, de 5 de novembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Alagôas Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam alteradas as tarifas e classificação de mercadorias da Estrada de Ferro Central de Alagôas, aprovadas pelo decreto n. 1880, de 5 de novembro de 1894, de conformidade com as que com este baixam, rubricadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 18 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Alterações das tarifas e classificação de mercadorias da Estrada de Ferro Central de Alagôas a que se refere o decreto desta data n. 2168.

## TARIFA NORMAL (CAMBIO 20)

*Formula: C + t × d<sup>0,8</sup>*

| NÚMERO DA CLASSE | ESPECIFICAÇÕES                                                                                                                                                                                                                                              | VALOR DE C | VALOR DE t |
|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| 1                | Passagens de 1ª classe simples .....                                                                                                                                                                                                                        |            | \$100      |
| 2                | Ditas de 2ª dita, idem.....                                                                                                                                                                                                                                 |            | \$065      |
| 3                | Bagagens e encomendas — por tonelada.....                                                                                                                                                                                                                   | \$500      | 1\$100     |
| 3 A              | Peixe fresco, ostras, caça, carne fresca, verduras, frutas, gelo, ovos e pão, em trem de passageiros — por tonelada.                                                                                                                                        | \$500      | \$550      |
| 4                | Generos destinados principalmente á exportação, como: assucar refinado e turbinado, algodão, fumo, café, couros secos, generos fabricados no paiz, como: tecidos de algodão, aguardente, e outros não classificados nas outras tabellas — por tonelada..... | \$500      | \$360      |

| NUMERO<br>DA<br>CLASSE | ESPECIFICAÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | VALOR DE C | VALOR DE t |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| 4 A                    | Assucar bruto—por tonelada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | \$500      | \$240      |
| 5                      | Milho e caroços de algodão.<br>tarifa fixa — por tonelada<br>6\$400 entre quaesquer esta-<br>ções.                                                                                                                                                                                                                                                            |            |            |
| 6                      | Cobre, chumbo, ferro não tra-<br>balhado, trilhos para estra-<br>das de ferro, tubos, ferra-<br>gens em geral destinadas á<br>construcção e bem assim<br>utensilios para a agricul-<br>tura, generos alimenticios<br>de primeira necessidade, sal,<br>mel e os generos da tabella<br>13 em quantidade menor de<br>uma tonelada, petroleo—por<br>tonelada..... | \$500      | \$330      |
| 7                      | Generos principalmente de im-<br>portação, como sejam: louça,<br>tanto em gigos como em<br>caixões e os vidros ordina-<br>rios, sal refinado, alcool im-<br>portado, agua-raz e outros<br>espirtos, si forem de impor-<br>tação e não estiverem clas-<br>sificados nas outras tabellas<br>—por tonelada.....                                                  | \$500      | \$670      |
| 8                      | Objectos de grande volume e<br>pouco peso, como: mobílias,<br>caixões com chapéos e ou-<br>tros semelhantes, quer sejam<br>de importação, quer de ex-<br>portação, e os objectos fra-<br>geis e de grande responsa-<br>bilidade, como: pianos, es-<br>pelhos, vidros e todos os<br>mais classificados nesta ta-<br>bella—por tonelada.....                    | \$500      | 1\$400     |
| 9                      | Polvora e outras substancias<br>inflammaveis ou explosivas,<br>como: phosphoros, fogos ar-<br>tificiaes, etc.—por tonelada.                                                                                                                                                                                                                                   | \$500      | 1\$800     |
| 10                     | Perús, gansos, gallinhas, pa-<br>tos e aves semelhantes e ani-                                                                                                                                                                                                                                                                                                |            |            |

| NUMERO<br>DA<br>CLASSE | ESPECIFICAÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | VALOR DE C | VALOR DE t |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
|                        | maes pequenos, um: \$200 ;<br>mais de um: \$100, cada um<br>de qualquer estação para<br>qualquer estação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |            |            |
| 11                     | Bezerros, carneiros, cabras,<br>porcos, cães amordaçados e<br>outros quadrupedes seme-<br>lhantes, por cabeça.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | .....      | \$120      |
| 12                     | Bois, vaccas, touros, cavallos,<br>bestas e jumentos, por ca-<br>beça.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | .....      | \$110      |
| 13                     | Madeiras serradas, lavradas<br>ou brutas, não comprehen-<br>didas nas outras tabellas,<br>carvão vegetal ou mineral,<br>telhas, tijolos, tubos de<br>barro, betume, pedras de<br>construção e peças de ma-<br>deira, pequenas, menores de<br>4 <sup>m</sup> ,5 de comprimento, como<br>vigas, moirões, achas de le-<br>nha, sal e mel (o capim, es-<br>trume e outras substancias<br>uteis á lavoura e de valor<br>insignificante em relação ao<br>volume terão o abatimento<br>de 50 %), por carro..... | \$500      | \$600      |
| 14                     | Caibros, vigas e varas até 9 <sup>m</sup> ,0<br>de comprimento, por dous<br>carros unidos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | \$500      | \$800      |
| 15                     | Carro ou carroça de qualquer<br>especie, cada uma (mais<br>50 % para os de quatro<br>rodas) .....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | \$500      | \$300      |
| 16                     | Carros de estrada de ferro, re-<br>bocados, cada um.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | \$500      | \$250      |
| 17                     | Locomotivas ou tenders, rebo-<br>cados, cada um.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | \$500      | 1\$800     |
| 18                     | Telegrammas, por 10 palavras<br>ou fracção de 10—500 réis—<br>entre quaesquer estações.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |            |            |

| <i>Tarifa movei</i> |                                                                                                          |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4                   | 5 % de aumento por dinheiro de depressão cambial, até 10.                                                |
| 4 A                 | 6 % de aumento por dinheiro de depressão cambial, até 10.                                                |
| 7 e 8               | 5 % de aumento por dinheiro de depressão cambial, até 10, relativamente aos espiritos, vinhos e licores. |



|       |                                                   |
|-------|---------------------------------------------------|
| 0     | Jaragua                                           |
| 2.5   | Maceió                                            |
| 8.5   | Bebedouro                                         |
| 14.6  | Fernão Velho                                      |
| 19.5  | Satuba                                            |
| 26.5  | Utinga                                            |
| 32.0  | Cachoeira                                         |
| 35.0  | Lourenço de Albuquerque<br>Entroncamento do ramal |
| 47.2  | Urupema                                           |
| 51.8  | Bittencourt                                       |
| 61.0  | Atalaia                                           |
| 73.7  | Capella                                           |
| 83.5  | Cajueiros                                         |
| 87.9  | Gamelleira                                        |
| 97.0  | Viçosa                                            |
| 144.8 | Bom Jardim                                        |
| 153.5 | Itamaracá                                         |
| 164.3 | Muricy                                            |
| 170.8 | Nicho                                             |
| 175.0 | Branqueira                                        |
| 188.0 | União                                             |

TABELLA N. 19  
QUADRO DAS DISTANCIAS KILOMETRICAS

## Classificação das mercadorias em ordem alphabetica

## A

## Tabellas

|                                     |          |
|-------------------------------------|----------|
| Abanos de pennas ou ventarolas..... | 7        |
| Abanos de patha.....                | 4        |
| Abelhas.....                        | 8        |
| Aboboras.....                       | 3 A ou 6 |
| Açafates e semelhantes.....         | 8        |
| Acidos mineraes.....                | 9        |
| Aço em obra.....                    | 7        |
| Aço em bruto.....                   | 6        |
| Acordeons.....                      | 8        |
| Aduelas.....                        | 6        |
| Agua.....                           | 6        |
| Agua da Colonia.....                | 7        |
| Aguas medicinaes.....               | 7        |
| Agua-raz.....                       | 7        |
| Aguardente do paiz.....             | 4        |
| Aguardente importada.....           | 7        |
| Agulhas.....                        | 7        |
| Aipim.....                          | 6        |
| Alabastro em bruto.....             | 7        |
| Alabastro em obra.....              | 8        |
| Alavancas de ferro ou aço.....      | 6        |
| Alcool.....                         | 7        |
| Alcool do paiz.....                 | 4        |
| Alambiques e pertencas.....         | 6        |
| Alcatifas.....                      | 8        |
| Alcatrão, pixe, etc.....            | 6        |
| Aletria.....                        | 7        |
| Aiface.....                         | 3 A ou 6 |
| Alfafa.....                         | 6        |
| Alfazema.....                       | 7        |
| Alfinetes.....                      | 7        |
| Algodão.....                        | 4        |
| Algo lã em rama.....                | 4        |
| Alhos.....                          | 7        |
| Almofadas.....                      | 8        |
| Almofariz.....                      | 7        |
| Alpiste.....                        | 7        |
| Alvaiade.....                       | 7        |
| Amendoas da Europa.....             | 7        |
| Amendoas do paiz.....               | 7        |
| Amendoim.....                       | 7        |
| Ancoras.....                        | 4        |
| Ancoretas vasias.....               | 4        |
| Angico, resina-gomma ou folhas..... | 4        |
| Aniagem.....                        | 7        |
| Anil.....                           | 7        |

## Tabellas

|                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------|-----|
| Animaes pequenos, presos ou engaiolados.....              | 10  |
| Animaes empalhados ou embalsamados.....                   | 8   |
| Animaes ferozes (frete convencional).....                 | —   |
| Anzoes.....                                               | 7   |
| Apparelhos de mesa, de porcellana, louça ou vidro..       | 8   |
| Apparelhos de mesa, de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8   |
| Aparadores.....                                           | 8   |
| Arados e instrumentos uteis á lavoura.....                | 6   |
| Arame.....                                                | 6   |
| Arandelas.....                                            | 8   |
| Araruta.....                                              | 6   |
| Archotes.....                                             | 7   |
| Arco de ferro ou madeira.....                             | 6   |
| Arções para sellim.....                                   | 7   |
| Ardosias.....                                             | 13  |
| Arêa.....                                                 | 13  |
| Argila.....                                               | 13  |
| Arrolas.....                                              | 7   |
| Armações para chapéos de sol.....                         | 7   |
| Armações para igrejas.....                                | 8   |
| Armações para lojas.....                                  | 8   |
| Armamento.....                                            | 7   |
| Arquarios.....                                            | 8   |
| Arreios.....                                              | 7   |
| Arroz.....                                                | 6   |
| Artigos de desenho e escriptorio.....                     | 7   |
| Artigos de folha de Flandres, não classificados.....      | 7   |
| Artigos de luxo, não classificados.....                   | 8   |
| Arvores e arbustos vivos.....                             | 8   |
| Asphalto.....                                             | 13  |
| Assucar turbinado de primeira.....                        | 4   |
| Assucar mascavo, bruto.....                               | 4 A |
| Assucareiros de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....        | 8   |
| Assucareiros de louça ou vidro.....                       | 8   |
| Assucareiros de metal ou folha de Flandres.....           | 7   |
| Aves engaioladas ou em capoeiras.....                     | 10  |
| Aves empalhadas.....                                      | 8   |
| Azeite doce.....                                          | 7   |
| Azeite de mamona ou peixe.....                            | 4   |
| Azeitonas.....                                            | 7   |
| Azulejos.....                                             | 13  |

## B

|                                            |   |
|--------------------------------------------|---|
| Bacalhão.....                              | 7 |
| Bacamartes.....                            | 7 |
| Bacias de estanho.....                     | 7 |
| Bacias de porcellana ou vidro.....         | 8 |
| Bacias de ferro estanhado ou Flandres..... | 7 |

## Tabellas

|                                                |        |
|------------------------------------------------|--------|
| Bacias de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....   | 8      |
| Baetas.....                                    | 7      |
| Bagagem.....                                   | 3      |
| Bagagem pelos trens de carga.....              | 7      |
| Bahús.....                                     | 7      |
| Balaños.....                                   | 8      |
| Balanças.....                                  | 7      |
| Balas de chumbo ou de ferro.....               | 7      |
| Baldes.....                                    | 7      |
| Balões.....                                    | 8      |
| Bambinellas.....                               | 8      |
| Bambús.....                                    | 13     |
| Bancos.....                                    | 8      |
| Bandeiras.....                                 | 7      |
| Bandeiras de porta.....                        | 8      |
| Bandejas de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8      |
| Bandejas diversas.....                         | 7      |
| Banguês e liteiras.....                        | 15     |
| Banha de porco, nacional.....                  | 6      |
| Banha idem, importada.....                     | 7      |
| Banheiras.....                                 | 7      |
| Barbante.....                                  | 7      |
| Barbatanas de baleia.....                      | 7      |
| Barracas desarmadas.....                       | 7      |
| Barricas e barris vasis.....                   | 7      |
| Barriguda.....                                 | 7      |
| Barro.....                                     | 13     |
| Barrotes.....                                  | 13     |
| Batatas alimenticias.....                      | 6      |
| Baunilha.....                                  | 7      |
| Bayonetas.....                                 | 7      |
| Bebidas espirituosas não classificadas.....    | 8      |
| Beijús.....                                    | 6      |
| Bengalas.....                                  | 7      |
| Benjoim.....                                   | 7      |
| Berços.....                                    | 8      |
| Bestas.....                                    | 12     |
| Bezerros.....                                  | 11     |
| Bigornas.....                                  | 6      |
| Bilhares ou bagatellas.....                    | 8      |
| Bilros.....                                    | 7      |
| Biscoutos.....                                 | 6 ou 7 |
| Betume.....                                    | 13     |
| Boiões vasis.....                              | 7      |
| Bois.....                                      | 12     |
| Bolacha.....                                   | 6 ou 7 |
| Bolsas de viagem, vasis.....                   | 7      |
| Bombas para agua.....                          | 7      |
| Bonecos.....                                   | 8      |
| Bonnets.....                                   | 7      |

## Tabellas

|                                                          |   |
|----------------------------------------------------------|---|
| Borra de azeite, vinho, gaz ou vinagre.....              | 7 |
| Borracha.....                                            | 7 |
| Botijas vasiaas.....                                     | 7 |
| Botinas.....                                             | 7 |
| Botões de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8 |
| Botões diversos.....                                     | 7 |
| Breu.....                                                | 6 |
| Bridas.....                                              | 7 |
| Brinquedos.....                                          | 8 |
| Brochas para pintar ou caiar.....                        | 7 |
| Bronze em objectos de arte.....                          | 8 |
| Bronze em bruto.....                                     | 6 |
| Bules de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....              | 8 |
| Bules de louça ou metal fino.....                        | 8 |
| Bules de folha de Flandres.....                          | 7 |
| Burras de ferro.....                                     | 7 |

## C

|                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| Cabeçadas.....                                                    | 7   |
| Cabeções para animaes.....                                        | 7   |
| Cabello.....                                                      | 7   |
| Cabides.....                                                      | 8   |
| Cabos de linho, canhamo, etc.....                                 | 6   |
| Cabos de arame.....                                               | 6   |
| Cabos de ferramentas, vassouras, etc.....                         | 7   |
| Cabriolets.....                                                   | 15  |
| Cabritos.....                                                     | 11  |
| Caça.....                                                         | 3 A |
| Cacáo.....                                                        | 3   |
| Cadaveres.....                                                    | 17  |
| Cadealos.....                                                     | 8   |
| Cadeiras.....                                                     | 4   |
| Cadernos.....                                                     | 6   |
| Café em grão.....                                                 | 4   |
| Café moido.....                                                   | 4   |
| Cafeteiras de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....                  | 8   |
| Cafeteiras de louça ou metal fino.....                            | 8   |
| Cafeteiras de folha de Flandres.....                              | 3   |
| Caibros.....                                                      | 17  |
| Caixas de rapé, de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8   |
| Caixas de tartaruga e outras de louça.....                        | 8   |
| Caixas ordinarias.....                                            | 7   |
| Caixas de guerra.....                                             | 8   |
| Caixas de madeira, folha ou papelão.....                          | 7   |
| Caixões.....                                                      | 7   |
| Caixões funebres.....                                             | 7   |
| Caixilhos.....                                                    | 7   |
| Cal.....                                                          | 13  |

|                                                       | Tabellas |
|-------------------------------------------------------|----------|
| Calçado.....                                          | 7        |
| Caldeiras e pertencas.....                            | 6        |
| Camas envernizadas.....                               | 8        |
| Camas de ferro ou madeira ordinaria.....              | 8        |
| Camas de lona.....                                    | 7        |
| Camarões.....                                         | 3 A      |
| Camphora.....                                         | 7        |
| Campainhas.....                                       | 7        |
| Canna da India.....                                   | 7        |
| Canna de assucar.....                                 | 6 ou 13  |
| Candieiros.....                                       | 7        |
| Canivetes.....                                        | 7        |
| Canella.....                                          | 7        |
| Canetas de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Canetas de madreperola, marfim, etc.....              | 8        |
| Canetas ordinarias.....                               | 7        |
| Cangalhas.....                                        | 6        |
| Canôas, em um ou dous vagões.....                     | 13 ou 14 |
| Canos de cobre, chumbo, ferro ou zinco.....           | 6        |
| Canos de barro.....                                   | 13       |
| Capuchos.....                                         | 7        |
| Capoeiras varias.....                                 | 6        |
| Capotes.....                                          | 7        |
| Capim.....                                            | 13       |
| Caranguejos e semelhantes.....                        | 3 A      |
| Carnaba.....                                          | 6        |
| Carne salgada secca.....                              | 6        |
| Carne fresca.....                                     | 3 A ou 6 |
| Carneiros.....                                        | 11       |
| Caroços de algodão.....                               | 5        |
| Caroços de mamona.....                                | 5        |
| Carrinhos de mão.....                                 | 6 ou 13  |
| Carros e vagões para estradas de ferro rebocados..... | 16       |
| Carros e vagões desmontados.....                      | 13       |
| Carros e carroças.....                                | 15       |
| Carros de quatro rodas, mais 50 %.....                |          |
| Cartas para jogo.....                                 | 7        |
| Carteiras.....                                        | 7        |
| Carvão.....                                           | 4 ou 13  |
| Cascas de arvores para cortume.....                   | 4 ou 17  |
| Cascas de côco.....                                   | 4 ou 14  |
| Caçarolas.....                                        | 3        |
| Castanhas.....                                        | 3        |
| Castiças de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....        | 7        |
| Castiças de metal, madeira, vidro, etc.....           | 8        |
| Cavalllos.....                                        | 12       |
| Cebolas e cebolinhas.....                             | 6        |
| Centeio.....                                          | 6        |
| Cêra em bruto.....                                    | 8        |
| Cêra em obras.....                                    | 7        |

|                                                            | Tabellas |
|------------------------------------------------------------|----------|
| Cerveja.....                                               | 7        |
| Cestas.....                                                | 6 ou 8   |
| Cevada.....                                                | 6        |
| Chá.....                                                   | 7        |
| Chales.....                                                | 7        |
| Chaleiras ordinarias.....                                  | 7        |
| Chaleiras de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....            | 8        |
| Champagne.....                                             | 8        |
| Chapas de ferro, zinco, etc. para cobrir casas.....        | 6        |
| Chapas de fogão.....                                       | 6        |
| Chapéos.....                                               | 8        |
| Chapéos de sol.....                                        | 7        |
| Chapelaria — artigos não classificados.....                | 7        |
| Chapeleiras vasiaas.....                                   | 8        |
| Charutos.....                                              | 7        |
| Chicaras.....                                              | 7        |
| Chifres em bruto.....                                      | 4 ou 13  |
| Chifres em obra.....                                       | 7        |
| Chocolate.....                                             | 7        |
| Chouriços.....                                             | 7        |
| Chumbo em bruto.....                                       | 6        |
| Chumbo de munição ou obras não classifiçadas.....          | 7        |
| Cigarros.....                                              | 7        |
| Cilhas.....                                                | 7        |
| Cilhões.....                                               | 7        |
| Cimento.....                                               | 6 ou 13  |
| Cobertores.....                                            | 7        |
| Cobre velho, em bruto ou em folha.....                     | 6        |
| Cobre em obras, não classifiçadas.....                     | 7        |
| Cocos para tirar agua.....                                 | 7        |
| Cochonilha.....                                            | 7        |
| Cofres de ferro ou madeira.....                            | 7        |
| Cognac.....                                                | 8        |
| Coke.....                                                  | 13       |
| Colchas.....                                               | 7        |
| Colchetes.....                                             | 7        |
| Colchões e pertencas.....                                  | 8        |
| Coldres.....                                               | 7        |
| Colheres de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Colheres de metal.....                                     | 7        |
| Colheres de madeira do paiz.....                           | 4        |
| Colla.....                                                 | 7        |
| Columnas de ferro fundido.....                             | 13 ou 14 |
| Cominhos.....                                              | 7        |
| Confeitos.....                                             | 7        |
| Conservas nacionaes, em latas.....                         | 4        |
| Conservas estrangeiras.....                                | 7        |
| Copos de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .....    | 8        |
| Copos de vidro, etc.....                                   | 7        |
| Copos de folha, barro, etc.....                            | 4        |

## Tabellas

|                                                  |          |
|--------------------------------------------------|----------|
| Cordas de embira, piassava e outras do paiz..... | 4        |
| Cordas de instrumentos.....                      | 7        |
| Cordas diversas.....                             | 6        |
| Correame para tropa.....                         | 7        |
| Correntes de ferro ou metal.....                 | 6        |
| Cortiça.....                                     | 7        |
| Couçoeiras.....                                  | 13 ou 14 |
| Couros frescos, seccos ou salgados.....          | 7        |
| Couros trabalhados.....                          | 4        |
| Couves.....                                      | 3 A ou 6 |
| Cravo da India.....                              | 7        |
| Cré.....                                         | 7        |
| Creosoto.....                                    | 7        |
| Crina.....                                       | 7        |
| Crystaes.....                                    | 8        |
| Cubas para distillações, engenhos, etc.....      | 6        |
| Cubas, pinos e raios para rodas.....             | 6        |
| Cuias.....                                       | 4        |
| Cutelaria, artigos não classificados.....        | 7        |
| Cylindros de ferro ou metal.....                 | 6        |

## D

|                                                                |    |
|----------------------------------------------------------------|----|
| Dedaes de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .....       | 8  |
| Dedaes ordinarios.....                                         | 7  |
| Diamantes e mais pedras preciosas, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Dinheiro, 2 % <i>ad valorem</i> .....                          | 8  |
| Dobradiças.....                                                | 6  |
| Doces estrangeiros.....                                        | 7  |
| Doces do paiz.....                                             | 4  |
| Dormentes de madeira ou ferro.....                             | 13 |
| Dragonas.....                                                  | 8  |
| Drogas.....                                                    | 7  |

## E

|                                           |          |
|-------------------------------------------|----------|
| Eixos.....                                | 6        |
| Elasticos.....                            | 7        |
| Embiras.....                              | 4        |
| Encerados.....                            | 7        |
| Enchadas.....                             | 6        |
| Encommendas.....                          | 3        |
| Engradados.....                           | 8        |
| Enxergões.....                            | 8        |
| Enxofre.....                              | 7        |
| Equipamento militar não classificado..... | 7        |
| Ervilhas.....                             | 7        |
| Ervilhas do paiz.....                     | 3 A ou 6 |



|                                                            | Tabellas |
|------------------------------------------------------------|----------|
| Escadas de mão.....                                        | 6        |
| Escaleres, em um ou dous vagões.....                       | 13 ou 14 |
| Escarradeiras.....                                         | 7        |
| Escovas.....                                               | 7        |
| Escrivaninhas de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> .... | 8        |
| Escrivaninhas ordinarias.....                              | 7        |
| Espadas.....                                               | 7        |
| Espanadores.....                                           | 7        |
| Espartilhos.....                                           | 7        |
| Especiarias não classificadas.....                         | 7        |
| Espelhos.....                                              | 8        |
| Espermacete.....                                           | 7        |
| Espetos de ferro para cozinha.....                         | 7        |
| Espingardas.....                                           | 7        |
| Espiritos não classificados, importados.....               | 7        |
| Espoletas.....                                             | 7        |
| Esponjas.....                                              | 7        |
| Esporas de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....      | 8        |
| Esporas de metal, etc.....                                 | 7        |
| Espumadeiras.....                                          | 7        |
| Esquifes.....                                              | 8        |
| Essencia não classificada.....                             | 7        |
| Estacas.....                                               | 13       |
| Estampas.....                                              | 7        |
| Estanho em bruto.....                                      | 6        |
| Estanho em obra.....                                       | 7        |
| Estantes.....                                              | 8        |
| Estatuas.....                                              | 8        |
| Esteiras da India.....                                     | 7        |
| Esteiras do paiz.....                                      | 4        |
| Estojo cirurgicos e mathematicos.....                      | 7        |
| Estopa.....                                                | 7        |
| Estopim.....                                               | 7        |
| Estribos de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....             | 8        |
| Estribos de metal.....                                     | 7        |
| Estrume.....                                               | 13       |
| Extractos.....                                             | 7        |

## F

|                                                     |          |
|-----------------------------------------------------|----------|
| Facas.....                                          | 7        |
| Facões.....                                         | 7        |
| Farello.....                                        | 6        |
| Farinha de araruta, mandioca, milho, trigo, etc.... | 6        |
| Favas.....                                          | 3 A ou 6 |
| Fazendas diversas não classificadas.....            | 7        |
| Fechaduras.....                                     | 6        |
| Feijão.....                                         | 6        |
| Feltro.....                                         | 7        |

|                                                                                          | Tabellas |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Feno.....                                                                                | 13       |
| Ferro.....                                                                               | 13       |
| Ferragens ordinarias, não classificadas.....                                             | 6        |
| Ferraduras.....                                                                          | 6        |
| Ferramentas de carpinteiro, ferreiro, marceneiro, torneiro, etc., não classificadas..... | 6        |
| Ferrolhos.....                                                                           | 6        |
| Ferro bruto para fundição.....                                                           | 6 ou 13  |
| Ferro forjado, não classificado.....                                                     | 6 ou 13  |
| Ferro de engommar, encrestar, frisar, etc.....                                           | 7        |
| Ferro velho.....                                                                         | 6 ou 13  |
| Fibras vegetaes para cordoaria.....                                                      | 4        |
| Figos seccos.....                                                                        | 7        |
| Figos frescos.....                                                                       | 3 A      |
| Fios.....                                                                                | 7        |
| Fitas.....                                                                               | 7        |
| Flores artificiaes.....                                                                  | 8        |
| Flores naturaes.....                                                                     | 3 A      |
| Flor de canna e outras para enchimento.....                                              | 7        |
| Fogareiros.....                                                                          | 7        |
| Fogos artificiaes.....                                                                   | 9        |
| Fogões de ferro.....                                                                     | 7        |
| Folhas medicinaes.....                                                                   | 7        |
| Folhas de cobre, chumbo, estanho, etc.....                                               | 6        |
| Folles.....                                                                              | 6        |
| Forjas portateis.....                                                                    | 6        |
| Fôrmas para assucar.....                                                                 | 6        |
| Fôrmas diversas.....                                                                     | 7        |
| Fornalhas para engenho.....                                                              | 6        |
| Fornalhas e fornos diversos.....                                                         | 6        |
| Fouces.....                                                                              | 6        |
| Fra-cos.....                                                                             | 7        |
| Freios.....                                                                              | 7        |
| Frigideiras.....                                                                         | 7        |
| Frutas confeitadas e seccas, nacionaes.....                                              | 4        |
| Frutas confeitadas e seccas, estrangeiras.....                                           | 7        |
| Frutas frescas.....                                                                      | 3        |
| Fuba.....                                                                                | 6        |
| Fumos do paiz.....                                                                       | 4        |
| Fumos estrangeiros.....                                                                  | 7        |

## G

|                                                      |   |
|------------------------------------------------------|---|
| Gaiolas.....                                         | 8 |
| Gaiolas com passarinhos.....                         | 8 |
| Gaieteiras.....                                      | 7 |
| Gamellas.....                                        | 4 |
| Garfos e facas de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8 |
| Garfos e facas de metal e outros.....                | 7 |

|                                               | Tabellas |
|-----------------------------------------------|----------|
| Garrafas de crystal ou vidro fino.....        | 8        |
| Garrafas ordinarias.....                      | 7        |
| Garrações vasio.....                          | 7        |
| Gatos de ferro.....                           | 6        |
| Gelatina.....                                 | 7        |
| Gelêas.....                                   | 4 ou 7   |
| Gelo.....                                     | 3 A      |
| Genebra.....                                  | 8        |
| Gengibre.....                                 | 7        |
| Geremuns.....                                 | 3 A ou 6 |
| Gesso.....                                    | 7        |
| Gigos e cascos vasio.....                     | 7 ou 13  |
| Giz.....                                      | 7        |
| Globos de vidro ou louça.....                 | 8        |
| Globos geographicos.....                      | 8        |
| Goiabada.....                                 | 4        |
| Gomma arabica e outras não classificadas..... | 7        |
| Gomma de mandioca e outras do paiz.....       | 4        |
| Grades para lavoura.....                      | 6        |
| Graxa animal.....                             | 6        |
| Graxa para calçado.....                       | 7        |
| Grelhas de ferro.....                         | 6        |
| Guano.....                                    | 13       |
| Guarda-roupa.....                             | 8        |
| Guarda-chuva.....                             | 7        |
| Guarda-comida.....                            | 8        |
| Guindastes.....                               | 6        |
| Guitarras.....                                | 8        |

## II

|                                                   |          |
|---------------------------------------------------|----------|
| Harpas.....                                       | 8        |
| Herva-doce.....                                   | 7        |
| Herva-matte.....                                  | 4        |
| Hervas medicinaes e outras não classificadas..... | 7        |
| Hortalicas em conserva.....                       | 4 ou 7   |
| Hortalicas frescas.....                           | 3 A ou 6 |

## I

|                                                   |   |
|---------------------------------------------------|---|
| Imagens.....                                      | 8 |
| Impressos.....                                    | 7 |
| Incenso.....                                      | 7 |
| Inhames e outras raizes semelhantes.....          | 6 |
| Instrumentos de cirurgia, engenharia e medicina.. | 7 |
| Instrumentos de musica, optica e semelhantes..... | 8 |
| Instrumentos uteis á lavoura.....                 | 6 |

## J

## Tabelas

|                                                    |    |
|----------------------------------------------------|----|
| Jacás vãos.....                                    | 6  |
| Jardineiras.....                                   | 7  |
| Jarras de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Jarras diversas.....                               | 7  |
| Jóias, 2 % <i>ad valorem</i> .....                 | 8  |
| Junco da Índia.....                                | 7  |
| Junco do paiz.....                                 | 2  |
| Jumentos.....                                      | 16 |

## K

|               |   |
|---------------|---|
| Kerozene..... | 6 |
| Kirsch.....   | 8 |

## L

|                                                  |          |
|--------------------------------------------------|----------|
| Lã em bruto.....                                 | 4        |
| Lã em obras não classificadas.....               | 7        |
| Ladrilho, azulejo, em mármore ou louça, etc..... | 13       |
| Lampeões e lanternas.....                        | 7        |
| Latão em obras não classificadas.....            | 7        |
| Latão velho em bruto.....                        | 6        |
| Lavatórios.....                                  | 8        |
| Legumes em conserva.....                         | 4 ou 7   |
| Legumes frescos.....                             | 3 A ou 6 |
| Leite em conserva.....                           | 7        |
| Leite fresco.....                                | 3 A ou 6 |
| Lenha.....                                       | 4 ou 13  |
| Leques.....                                      | 7        |
| Licores.....                                     | 8        |
| Limalha de ferro, latão, etc.....                | 6        |
| Limas de aço.....                                | 6        |
| Linguas salgadas ou seccas.....                  | 6        |
| Linguas frescas.....                             | 3 A ou 6 |
| Linguica.....                                    | 7        |
| Linha para costuras.....                         | 7        |
| Linhaça.....                                     | 7        |
| Liteiras ou banguês.....                         | 15       |
| Litros (medidas).....                            | 6        |
| Livros.....                                      | 7        |
| Lixa.....                                        | 6        |
| Locomotivas rebocadas.....                       | 17       |
| Locomotivas desmontadas.....                     | 13       |
| Lombo de porco, salgado.....                     | 7        |
| Lona.....                                        | 7        |

Tabellas

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| Lóros.....                         | 7 |
| Louça.....                         | 7 |
| Lustres com vidro ou crystaes..... | 8 |
| Luvas.....                         | 7 |

M

|                                                           |          |
|-----------------------------------------------------------|----------|
| Macacos de ferro.....                                     | 6        |
| Macarrão e outras massas alimenticias.....                | 7        |
| Machados.....                                             | 6        |
| Machinas de costura.....                                  | 7        |
| Machinas photographicas.....                              | 7        |
| Machinas de fazer farinha.....                            | 6        |
| Machinas de descaroçar algodão.....                       | 6        |
| Machinas de fazer tijolos.....                            | 6        |
| Machinas diversas, não classificadas.....                 | 6 ou 7   |
| Madeira em bruto, lavrada ou serrada.....                 | 13 ou 14 |
| Madeira para tinturaria.....                              | 7        |
| Madreperola.....                                          | 7        |
| Maizena.....                                              | 7        |
| Malas de viagem.....                                      | 7        |
| Malhos para ferreiro.....                                 | 6        |
| Mamona (caroços).....                                     | 5        |
| Mangas de vidro.....                                      | 8        |
| Mandioca.....                                             | 6        |
| Manteiga.....                                             | 7        |
| Manteigueiras de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Manteigueiras de metal, louça, vidro, etc.....            | 7        |
| Mappas e manuscriptos.....                                | 7        |
| Mariscos.....                                             | 3 A      |
| Marfim.....                                               | 8        |
| Marmore em bruto.....                                     | 13       |
| Marmore trabalhado.....                                   | 7 ou 13  |
| Marquezas.....                                            | 8        |
| Marroquim.....                                            | 7        |
| Martellos.....                                            | 6        |
| Mascaras.....                                             | 7        |
| Medicamentos.....                                         | 7        |
| Medidas diversas.....                                     | 6        |
| Mel de abelhas.....                                       | 7        |
| Mel de assucar.....                                       | 6 ou 13  |
| Mel de fumo.....                                          | 4        |
| Mesas.....                                                | 8        |
| Milho.....                                                | 5        |
| Miudezas.....                                             | 7        |
| Mobilia não classificada.....                             | 8        |
| Mobilia ordinaria ou em mão estado.....                   | 4        |
| Moendas para engenhos e pertencas.....                    | 6        |
| Moinhos para café, pimenta, etc.....                      | 7        |

## Tabellas

|                           |   |
|---------------------------|---|
| Moinhos para lavoura..... | 6 |
| Moitões e cadernaes.....  | 6 |
| Malas.....                | 6 |
| Molduras.....             | 8 |
| Mós.....                  | 6 |

## N

|               |   |
|---------------|---|
| Naphta.....   | 9 |
| Navalhas..... | 7 |
| Nozes.....    | 7 |

## O

|                                                         |          |
|---------------------------------------------------------|----------|
| Objectos preciosos de arte, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Objectos de luxo não clasificados.....                  | 8        |
| Objectos de grande responsabilidade.....                | 8        |
| Objectos manufacturados não classificados.....          | 7        |
| Objectos de carpintaria e marcenaria, desmontados..     | 7        |
| Oleados.....                                            | 7        |
| Oleo de qualquer qualidade, não classificado.....       | 7        |
| Oratorios.....                                          | 8        |
| Orgãos.....                                             | 8        |
| Ornamentos para igreja.....                             | 8        |
| Ossos.....                                              | 13       |
| Ostras em conserva.....                                 | 4 ou 7   |
| Ostras frescas.....                                     | 3 A ou 6 |
| Ouro em bruto ou em obra, 2 % <i>ad valorem</i> .....   | 8        |
| Ovas frescas.....                                       | 3 A ou 6 |
| Ovas secas ou salgadas.....                             | 3 A ou 6 |
| Ovos.....                                               | 3 A ou 6 |

## P

|                                                                |          |
|----------------------------------------------------------------|----------|
| Padiolas.....                                                  | 8        |
| Paços.....                                                     | 7        |
| Palas para bonnets, etc.....                                   | 7        |
| Palanques.....                                                 | 8        |
| Palhas de coqueiro ou palmeira.....                            | 4        |
| Palhas do Chile e outras de valor semelhante para chapéus..... | 7        |
| Paliteiros de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....       | 8        |
| Paliteiros diversos.....                                       | 7        |
| Palitos.....                                                   | 7        |
| Pandeiros.....                                                 | 8        |
| Panellas.....                                                  | 7        |
| Pão.....                                                       | 3 A ou 6 |

## Tabellas

|                                                                               |          |
|-------------------------------------------------------------------------------|----------|
| Papel de qualquer qualidade, não classificado.....                            | 7        |
| Papelão.....                                                                  | 7        |
| Parafusos.....                                                                | 6        |
| Paramentos ecclesiasticos.....                                                | 8        |
| Pás.....                                                                      | 6        |
| Passas.....                                                                   | 7        |
| Passaros empalhados.....                                                      | 8        |
| Passaros vivos engaiolados.....                                               | 8        |
| Pastas de papel ou papelão.....                                               | 7        |
| Poltronas.....                                                                | 7        |
| Pãos para tinturaria.....                                                     | 7        |
| Pavios.....                                                                   | 7        |
| Peanhas.....                                                                  | 8        |
| Pedras de afiar ou amolar.....                                                | 6        |
| Pedras calcareas, de cantaria e outras para edificações<br>e calçamentos..... | 13       |
| Pedras para filtrar.....                                                      | 6        |
| Pedras lithographicas, de porcellana e para escrever                          | 8        |
| Peixe fresco.....                                                             | 3 A ou 6 |
| Peixe salgado ou secco.....                                                   | 6        |
| Peltes em bruto.....                                                          | 6        |
| Peltes preparadas.....                                                        | 7        |
| Pendulas para relógio.....                                                    | 7        |
| Peneiras de arame e tela metallica.....                                       | 7        |
| Peneiras de cabello ou seda.....                                              | 7        |
| Peneiras de palha do paiz.....                                                | 4        |
| Pennas de ouro, 2 % <i>ad valorem</i> .....                                   | 8        |
| Pennas para enchimentos e ornatos.....                                        | 7        |
| Pentes ordinarios.....                                                        | 7        |
| Pentes de tartaruga, madreperola, marfim, etc....                             | 8        |
| Perfumaria.....                                                               | 7        |
| Petrolas, 2 % <i>ad valorem</i> .....                                         | 8        |
| Pesos para balanças.....                                                      | 6        |
| Petrechos bellicos ou de caça.....                                            | 7        |
| Petroleo.....                                                                 | 6        |
| Pez.....                                                                      | 6        |
| Phosphoros.....                                                               | 9        |
| Phosphoros de segurança.....                                                  | 7        |
| Pianos.....                                                                   | 8        |
| Piascava.....                                                                 | 4        |
| Picaretas.....                                                                | 6        |
| Pimenta.....                                                                  | 7        |
| Pinceis.....                                                                  | 7        |
| Pipas vasias.....                                                             | 7        |
| Pistolas.....                                                                 | 7        |
| Pixe.....                                                                     | 6        |
| Plantas medicinaes.....                                                       | 7        |
| Platina em bruto ou em obra, 2 % <i>ad valorem</i> .....                      | 8        |
| Plumas.....                                                                   | 7        |
| Poltronas.....                                                                | 8        |

## Tabellas

|                                                        |          |
|--------------------------------------------------------|----------|
| Polvora.....                                           | 9        |
| Polvarinhos.....                                       | 7        |
| Porcos.....                                            | 11       |
| Pranchões.....                                         | 13 ou 14 |
| Prata em bruto ou em obra, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Pratos de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....           | 8        |
| Pratos diversos.....                                   | 7        |
| Pregos.....                                            | 6        |
| Prelos.....                                            | 7        |
| Prensas para algodão e outras não classificadas.....   | 6        |
| Presuntos.....                                         | 7        |
| Productos chimicos e preparações pharmaceuticas..      | 7        |

## Q

|                           |   |
|---------------------------|---|
| Quadros.....              | 8 |
| Queijos estrangeiros..... | 7 |
| Queijos do paiz.....      | 6 |
| Quinquilharias.....       | 7 |

## R

|                                                        |          |
|--------------------------------------------------------|----------|
| Rabecas e rabeções.....                                | 8        |
| Raios, pinos e cubos para rodas.....                   | 6        |
| Raizes alimenticias.....                               | 6        |
| Rapadura.....                                          | 6        |
| Rapé.....                                              | 7        |
| Ratoeiras.....                                         | 7        |
| Realejos.....                                          | 8        |
| Reles.....                                             | 7        |
| Redomas de vidro.....                                  | 8        |
| Reguas.....                                            | 7        |
| Relogios.....                                          | 7        |
| Relogios de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Rendas.....                                            | 7        |
| Repolhos.....                                          | 3 A ou 6 |
| Reposteiros.....                                       | 7        |
| Resinas não classificadas.....                         | 7        |
| Retortas.....                                          | 7        |
| Retortas para gaz.....                                 | 13       |
| Ripas.....                                             | 13       |
| Rodas para carros ou carroças.....                     | 6        |
| Rodas e rodetes para machinas.....                     | 6        |
| Rolhas.....                                            | 7        |
| Roupas.....                                            | 7        |





## Tabellas

|                                                 |         |
|-------------------------------------------------|---------|
| Sabão.....                                      | 7       |
| Sabão nacional.....                             | 4       |
| Sabonetes.....                                  | 7       |
| Sacca-rolhas.....                               | 7       |
| Saccos de algodão e outros do paiz.....         | 4       |
| Sagú.....                                       | 6       |
| Salames.....                                    | 7       |
| Sal ordinario.....                              | 6 ou 13 |
| Sal refinado.....                               | 7       |
| Salitre.....                                    | 7       |
| Sanguessugas.....                               | 7       |
| Sapatos.....                                    | 7       |
| Sapé.....                                       | 13      |
| Sebo.....                                       | 6       |
| Selas.....                                      | 7       |
| Sellins e pertenças.....                        | 7       |
| Sementes.....                                   | 7       |
| Serpentinas de vidro, crystal, bronze, etc..... | 8       |
| Serpentinas para alambique.....                 | 6       |
| Sinos.....                                      | 7       |
| Sipó.....                                       | 6 ou 13 |
| Sola estrangeira.....                           | 7       |
| Sola nacional.....                              | 4       |
| Sovellas e instrumentos de sapateiro.....       | 7       |
| Suadouros para sellins.....                     | 7       |
| Suspensorios.....                               | 7       |

## T

|                                            |    |
|--------------------------------------------|----|
| Tabaco estrangeiro.....                    | 7  |
| Tabaco nacional.....                       | 4  |
| Taboado.....                               | 13 |
| Tachos.....                                | 6  |
| Talhas de barro para agua.....             | 7  |
| Tamancos.....                              | 4  |
| Tambores de musica.....                    | 8  |
| Tambores para engenho.....                 | 6  |
| Tanques para dito.....                     | 6  |
| Tapetes.....                               | 7  |
| Tapioca.....                               | 6  |
| Tartaruga em obras não classificadas.....  | 8  |
| Tecidos.....                               | 7  |
| Tecidos de algodão fabricados no paiz..... | 4  |
| Tela metallica.....                        | 6  |
| Telhas de barro.....                       | 13 |
| Telhas de vidro.....                       | 8  |
| Tesouras.....                              | 7  |
| Tijolos de marmore ou louça.....           | 7  |

|                                                 | Tabellas |
|-------------------------------------------------|----------|
| Tijolos de barro.....                           | 13       |
| Tijolos de limpar faces.....                    | 7        |
| Tintas varias.....                              | 7        |
| Tintas de qualquer qualidade.....               | 7        |
| Tinteiros de vidro; louça, etc.....             | 7        |
| Tinteiros de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Torceiras.....                                  | 7        |
| Torneiras.....                                  | 7        |
| Toucinho.....                                   | 6        |
| Transparentes para janellas.....                | 7        |
| Trapos.....                                     | 13       |
| Trem de coimbu.....                             | 7        |
| Tubos ou canos.....                             | 6        |
| Trilhos, agulhas e seus accessorios.....        | 6 ou 17  |
| Typos.....                                      | 3        |

## U

|                   |     |
|-------------------|-----|
| Unhas.....        | 4   |
| Urnas.....        | 8   |
| Uvas seccas.....  | 7   |
| Uvas frescas..... | 3 A |

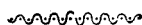
## V

|                                        |          |
|----------------------------------------|----------|
| Varas.....                             | 13       |
| Vassouras.....                         | 4        |
| Velas.....                             | 7        |
| Velas nacionaes.....                   | 4        |
| Velludo.....                           | 7        |
| Venezianas.....                        | 7        |
| Verduras.....                          | 3 A ou 6 |
| Vernizes.....                          | 7        |
| Vidros ordinarios.....                 | 7        |
| Vidros de grande responsabilidade..... | 8        |
| Vigas.....                             | 13 ou 14 |
| Vinagre.....                           | 6        |
| Vinhos.....                            | 7        |
| Vitellos.....                          | 12       |

## Z

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| Zinco em bruto ou em folha..... | 6 |
| Zinco em obra.....              | 7 |

Capital Federal, 18 de novembro de 1895.— *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2169 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1895

Applica ás successões de cidadãos suíços as disposições do decreto n. 815 de 8 de novembro de 1851 a que se refere o seu art. 21.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, accoitando a proposta do Governo da Confederação Suíça com a clausula de reciprocidade ;

Decreta :

Art. 1.º As successões dos cidadãos suíços fallecidos no Brazil, que se abrirem de 1 de janeiro de 1896 em diante, serão regidas pelas disposições a que se refere o art. 24 do decreto n. 855 de 8 de novembro de 1851.

Art. 2.º Logo que cessar o accordo, que deu lugar ao presente decreto, as successões que estiverem em liquidação passarão para o regimen do decreto n. 2433 de 15 de junho de 1859 ou do que então vigorar.

Capital Federal, 21 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2170 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1895

Confirma no posto de major da Brigada Policial desta Capital o auxiliar tecnico do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 332 de 14 do corrente mez :

Decreta :

Artigo unico. Fica confirmado no posto de major da Brigada Policial desta Capital, onde será incluído como effectivo, o auxiliar tecnico do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, Benevenuto de Souza Magalhães, ficando fixado o respectivo cargo no quadro daquella corporação ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2171 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de 4:571\$428 á verba — Exercicios findos, para effectuar o pagamento do ordenado do juiz de direito bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida ao Poder Executivo pelo art. 9º n. V da lei n. 286 de 24 de dezembro de 1894 e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas, de accordo com o art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, decreta:

Art. 1.º Fica aberto á verba — Exercicios findos, do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, o credito supplementar de quatro contos quinhentos setenta e um mil quatrocentos e vinte e oito réis (4:571\$428), destinado ao pagamento do ordenado que compete ao juiz de direito do Estado da Parahyba, bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia, a partir do dia 8 de fevereiro de 1892 em que foi dissolvida a 1ª Magistratura do referido Estado, da qual fazia parte o mesmo juiz, até 31 de dezembro de 1893, visto ter sido declarado em disponibilidade, por acto do Congresso Nacional sancionado por decreto n. 210 de 3 de outubro de 1894.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



## DECRETO N. 2172 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1895

Approva as instrucções para os exames geraes de preparatorios na Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar, para os exames geraes de preparatorios na Capital Federal, as instrucções que a este acompanham.

Capital Federal, 21 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*

## Instrucções para os exames geraes de preparatorios na Capital Federal

Art. 1.º Os exames de preparatorios começarão no primeiro dia util de janeiro.

§ 1.º Haverá excepcionalmente outra época em março, si o Governo julgar conveniente.

§ 2.º As comissões julgadoras, que funcionarão diariamente sempre que for possível, serão organisadas pelo director do externato do Gymnasio Nacional e compor-se-hão de preferencia dos membros da congregação e vice-directores do mesmo Gymnasio.

Art. 2.º No periodo de 15 a 30 dias antes do prazo marcado para o começo dos exames, deverá ser aberta na secretaria do externato a respectiva inscripção, que será previamente annunciada no *Diario Official*.

§ 1.º O requerimento de inscripção será feito pelo candidato, que o acompanhará de um attestado de identidade de pessoa, passado por seu pai, ou tutor ou pessoa conhecida, que confirme as allegações pessoais do requerente. Poderá tambem passar este attestado o director do estabelecimento de inscripção onde o requerente tiver estudado.

§ 2.º Bastará que apresente um só documento deste genero o candidato que requerer inscripção em mais de uma materia.

§ 3.º Pela inscripção em cada materia será paga a taxa de 5\$500 em estampilhas.

§ 4.º Encerrada a inscripção, sob nenhum pretexto será quem quer que seja admittido a ella.

Art. 3.º As mesas examinadoras serão as seguintes: portuguez, francez, inglez, allemão, latim, arithmetica e algebra, geometria e trigonometria—geographia, especialmente do Brazil — historia universal, especialmente do Brazil — physica e chimica — e historia natural.

§ 1.º Poderão ser organisadas duas ou mais mesas para a mesma disciplina, si assim exigir a affluencia de candidatos.

§ 2.º A approvação em portuguez será condição indispensavel para que o candidato preste exame de qualquer outra disciplina; o candidato ao exame de geometria e trigonometria deverá ter approvação em arithmetica e algebra; ao de physica e chimica, approvação em mathematica elemental; ao de historia natural, approvação em physica e chimica; ao de historia, approvação em geographia.

Art. 4.º A prova escripta de portuguez constará de uma redacção, fornecidos os elementos pela commissão examinadora, e da analyse lexicologica e logica de um trecho de classico portuguez, o qual será tirado á sorte. A prova oral constará de

leitura expressiva de um trecho sorteado de prosador ou poeta de nota, resumo do seu conteúdo a livro fechado, explicação de termos e analyse.

Art. 5.º As provas escriptas de francez, inglez e allemão constarão de uma traducção de trecho sorteado de prosa corrente e facil, de 40 linhas, com auxilio de dictionario.

As provas oraes constarão de leitura, traducção e analyse de um trecho facil, sem auxilio de dictionario, e da versão, no quadro preto, de pequenas phrases de um trecho de portuguez moderno, dictadas pelo examinador, dentre as da pagina sorteada e analyse grammatical, logica e litteraria das phrases vertidas.

Art. 6.º A prova escripta de latim constará de traducção, com auxilio de dictionario, de um trecho tirado á sorte, de 12 a 15 linhas.

A prova oral constará de leitura, traducção e analyse de um trecho facil de prosador, sem auxilio de dictionario.

Art. 7.º As provas escriptas de mathematica versarão sobre problemas e questões formuladas pelas commissões no acto do exame, sobre a materia do ponto sorteado. As oraes versarão sobre a materia do ponto sorteado e generalidades da sciencia, com demonstração no quadro preto.

Art. 8.º As provas escriptas de geographia, historia, physica e chimica e historia natural versarão sobre pontos formulados no acto do exame pela commissão, abrangendo cada ponto as diversas partes da materia comprehendida no programma de estudos do Gymnasio Nacional.

As provas oraes consistirão na arguição aos examinandos sobre o ponto sorteado e generalidades da materia.

Art. 9.º Os pontos a que se referem os artigos antecedentes serão em numero de 12, formulados differentemente em cada dia, antes de começar o acto do exame, e de maneira que cada um dos pontos comprehenda varias partes da disciplina.

Art. 10. A prova escripta durará no maximo tres horas e será prestada simultaneamente por todos os candidatos de cada materia, constituindo uma a tres turnas sob a fiscalisação dos membros da mesa.

A prova oral durará para cada examinando nunca menos de 20 minutos, e versará tambem sobre questões praticas nos exames de physica e chimica e historia natural.

Art. 11. O presidente da mesa poderá arguir o examinando, quando lhe parecer conveniente, sem prejuizo do tempo concedido aos examinadores.

Art. 12. No dia immediato ao do exame escripto e nos subsequentes, a commissão reunir-se-ha para examinar as respectivas provas em numero de 30 por dia, no minimo.

§ 1.º Cada membro da commissão dará por escripto a sua nota, que subscreverá á margem da prova: optima, boa, soffrivel ou má.

A maioria de notas más inhabilita o candidato a comparecer á prova oral.

§ 2.º A deficiência da prova, quando não houverem sido tratados todos ou pelo menos a maioria dos pontos dados, ou quando a parte feita seja má, será também motivo de inhabilitação, bem como a redacção quando for notoriamente má.

§ 3.º Não será admittido á segunda chamada o candidato que, depois de tirado o ponto para a prova escripta, retirar-se sem prestal-a, salvo quando o faça por motivo de molestia devidamente provada perante a directoria e ouvida previamente a respectiva mesa.

Art. 13. Concluido o exame de cada turma diaria, cada membro da commissão formulará o seu juizo pelo mesmo modo que na prova escripta.

§ 1.º A maioria de notas assim exaradas dará o seguinte resultado final do exame: approvado com distincção, si reunir totalidade de notas optimas em todas as provas; plenamente, si reunir totalidade de notas boas; simplesmente, si reunir maioria de notas favoraveis; e reprovado, si houver igualdade de notas favoraveis e desfavoraveis ou maioria de notas más.

§ 2.º Findo o trabalho de cada dia, será feito um succinto relatorio dos acontecimentos, servindo de secretario o examinador mais moço, e será remettido em involucro fechado á directoria do externato do Gymnasio Nacional.

Art. 14. Serão chamados diariamente 10 examinandos em prova oral de cada materia.

Art. 15. O exame escripto será feito a portas fechadas e o oral em publico, sendo absolutamente prohibida a entrada de qualquer pessoa extranha no recinto destinado ao primeiro.

Art. 16. O examinando que for surprehendido no acto de servir-se de apontamentos particulares ou de quaesquer livros não permittidos pela commissão examinadora, perderá os direitos da inscripção nessa época de exames.

Art. 17. O candidato que não comparecer por motivo justificado perante a directoria do externato do Gymnasio Nacional, poderá ser chamado mais uma vez, exgottada a lista da inscripção.

Art. 18. A commissão examinadora fornecerá papel rubricado em cada folha pelos tres membros da mesa, bem como os livros, dictionarios e taboas precisas para as provas escriptas, não podendo os candidatos utilizar-se de outros.

Art. 19. Para os exames de portuguez servirão os livros: Fausto Barreto e C. Laet, *Anthologia Nacional*; João Ribeiro, *Autores Contemporaneos*.

Para a traducção franceza: René Nolle, *Lectures choisies de Chateaubriand*.

Para a traducção ingleza: J. Hewitt, *Graduated reader*; Lingard, *History of England*.

Para a traducção allemã: Schiller, Goethe e Lessing.

Para as versões franceza, ingleza ou allemã: *Maximas do Marquez de Maricá*.

Para a prova escripta de latim: Horacio, *Odes*; Virgilio, *Eneida*; e Ovidio, *Metamorphoses*.

Para a prova oral: Cicero, Tito Livio e Sallustio.

Art. 20. Cada membro da commissão examinadora perceberá a gratificação de 10\$ por dia de trabalho.

Art. 21. As certidões de exame serão passadas na secretaria do externato do Gymnasio Nacional, mediante o sello de 220 réis.

Capital Federal, 21 de novembro de 1895. — Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



DECRETO N. 2173 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1895

Dá instrucções para os exames geraes de preparatorios nos Estados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á necessidade de facultar a grande numero de estudantes que se propoem á matricula nos cursos de instrucção superior os meios de se habilitarem para tal fim, enquanto os institutos officiaes de ensino secundario existentes nos mesmos Estados não se reorganisam de modo a preencherem as condições determinadas no art. 38, paragrapho unico, do decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, decreta:

Art. 1.º São válidos para a matricula nos cursos de ensino superior os exames de preparatorios que se effectuarem nos institutos officiaes de ensino secundario dos Estados, de accordo com os programmas do Gymnasio Nacional e de conformidade com as instrucções que a este acompanhani, correndo as despesas por conta dos Estados.

Art. 2.º Serão os ditos exames fiscalizados por um commissario nomeado pela forma e investido das attribuições determinadas nos arts. 3.º e 4.º do decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891, devendo o mesmo commissario, terminado que seja o processo dos exames, enviar ao Governo Federal, alem de um relatorio circumstanciado dos trabalhos feitos, as provas escriptas dos examinandos.

Art. 3.º Nos Estados, em que não houver instituto official de ensino secundario poderá o commissario, de que trata o art. 2º, formar as mesas examinadoras com os lentes e professores dos estabelecimentos officiaes de instrucção que existirem nesse estado.

Capital Federal, 21 de novembro de 1895, 7º da Republica .

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



**Instrucções para os exames geraes de preparatorios nos Estados, a que se refere o decreto n. 2173 de 21 de novembro de 1895.**

Art. 1.º Os exames de preparatorios realizar-se-hão nos Estados nas épocas normaes dos respectivos institutos officiaes de ensino secundario.

Paragrapho unico. Nos Estados que não possuirem taes institutos os exames começarão no primeiro dia util de janeiro. Haverá excepcionalmente outra época em março, si o Governo julgar conveniente.

Art. 2.º As mesas examinadoras organisadas pela directoria do Lyceo estadual e fiscalisadas pelo commissario do Governo Feder. I, compor-se-hão do pessoal docente do estabelecimento.

Paragrapho unico. Dado o caso de ser esse pessoal insufficiente, convidará o commissario federal professores extranhos.

Art. 3.º A directoria do Lyceo serão apresentados os requerimentos para a inscripção dos candidatos extranhos ao estabelecimento, os quaes exhibirão um attestado de identidade de pessoa, passado por seu pae ou tutor, ou por pessoa conhecida que confirme as allegações dos requerentes.

§ 1.º Nos Estados em que não houver instituto de ensino secundario os requerimentos para inscripção serão apresentados ao commissario do Governo.

§ 2.º Bastará que apresente um só documento deste genero o candidato que requerer inscripção em mais de uma materia.

§ 3.º Será paga por materia a taxa de 5\$500 em estampilhas.

§ 4.º Encerrada a inscripção, ninguem mais será a ella admittido, sob qualquer pretexto que seja.

§ 5.º As mesas examinadoras serão as seguintes: portuguez — francez — inglez — allemão — latim — arithmetica e algebra — geometria e trigonometria — geographia, especialmente do Brazil — historia universal, especialmente do Brazil — physica e chimica — e historia natural; podendo ser organisadas duas ou mais mesas para a mesma disciplina, conforme a conveniencia do serviço.

§ 6.º Nesta conformidade, a approvação em portuguez será condição indispensavel para que o candidato preste exame de qualquer outra materia; o candidato ao exame de geometria e trigonometria deverá ter approvação em arithmetica e algebra; para physica e chimica será exigida a approvação em mathematica elementar; para historia natural, a approvação em physica e chimica; para historia, a approvação em geographia.

Art. 4.º A prova escripta de portuguez constará de uma redacção, fornecidos os elementos pela commissão examinadora, e da analyse lexicologica e logica de um trecho de classico portuguez tirado á sorte.

A prova oral constará de leitura expressiva de um trecho sorteado de prosador ou poeta de nota, resumo do seu conteúdo a livro fechado, explicação de termos e analyse.

Art. 5.º As provas escriptas de francez, inglez e allemão constarão de uma traducção de trecho sorteado de prosa corrente e facil, de 40 linhas, com auxilio de dictionario.

As provas oraes constarão de leitura, traducção e analyse de um trecho facil, sem auxilio de dictionario, e da versão no quadro preto de pequenas phrases dictadas pelo examinador dentre as da pagina sorteada e analyse grammatical, logica e litteraria das phrases vertidas.

Art. 6.º A prova escripta de latim constará de traducção, com auxilio de dictionario, de um trecho tirado á sorte, de 12 a 15 linhas.

A oral constará de leitura, traducção e analyse de um trecho facil de prosador, sem auxilio de dictionario.

Art. 7.º As provas escriptas de arithmetica e algebra, geometria e trigonometria versarão sobre problemas e questões formuladas pelas commissões no acto do exame, sobre a materia do ponto sorteado.

As oraes sobre a materia do ponto sorteado e generalidades da sciencia, com demonstrações no quadro preto.

Art. 8.º As provas escriptas de geographia, historia universal, physica e chimica e historia natural versarão sobre pontos formulados no acto do exame pela commissão, abrangendo cada ponto as diversas partes da materia comprehendida no programma de estudos do Gymnasio Nacional. As provas oraes consistirão de arguição dos examinandos sobre o ponto sorteado e generalidades da materia.

Art. 9.º Os pontos a que se referem os artigos antecedentes serão em numero de 12, formulados differentemente em cada dia, antes de começar o acto de exame e de maneira que cada um dos pontos comprehenda varias partes da sciencia.

Art. 10. A prova escripta durará, no maximo, tres horas e será prestada simultaneamente por todos os candidatos de cada materia, constituindo uma a tres turmas sob a fiscalisação dos membros da mesa.

A prova oral durará para cada examinando nunca menos de 20 minutos, e versará tambem sobre questões praticas nos exames de physica e chimica e historia natural.

Art. 11. O presidente da mesa poderá arguir o examinando, quando lhe parecer conveniente, sem prejuizo do tempo concedido aos examinadores.

Art. 12. No dia immediato ao do exame escripto e nos subsequentes, a commissão reunir-se-ha para examinar as respectivas provas em numero de 30 por dia, no minimo.

§ 1.º Cada membro da commissão examinadora dará por escripto a sua nota, na prova escripta: optima, boa, soffrivel ou má.

A maioria de notas más inhabilita o candidato a comparecer á prova oral.

§ 2.º A deficiência da prova, quando não houverem sido tratados todos ou pelo menos a maioria dos pontos dados, ou quando a parte feita seja má, será também motivo de inhabilitação, bem como a redacção quando for notoriamente má.

§ 3.º Não será admittido á segunda chamada o candidato que, depois de tirado o ponto para a prova escripta, retirar-se sem presfall-a, salvo quando o faça por motivo de molestia devidamente provada perante a directoria ou commissario, ouvida previamente a respectiva mesa.

Art. 13. Concluido o exame de cada turma diaria, cada membro da commissão formulará o seu juizo pelo mesmo modo que na prova escripta.

§ 1.º A maioria de notas assim exaradas dará o seguinte resultado final do exame: approvado com distincção, si reunir totalidade de notas optimas em todas as provas; plenamente, si reunir totalidade de notas boas; simplesmente, si reunir maioria de notas favoraveis; e reprovado, si houver igualdade de notas favoraveis e desfavoraveis, ou maioria de notas más.

§ 2.º Findo o trabalho de cada dia, será feito um succinto relatório dos acontecimentos, servindo de secretario o examinador mais moço e será entregue ao commissario federal.

Art. 14. Serão chamados diariamente dez examinandos em prova oral de cada materia.

Art. 15. O exame escripto será feito a portas fechadas e o oral publico, sendo absolutamente prohibida a entrada de qualquer pessoa extranha no recinto destinado ao primeiro.

Art. 16. O examinando que for surprehendido no acto de servir-se de apontamentos particulares ou quaesquer livros não permittidos pela commissão examinadora, perderá os direitos da inscripção nessa época de exames.

Art. 17. O candidato que não comparecer á chamada por motivo justificado perante a directoria do Lyceo ou o commissario do Governo, poderá ser chamado mais uma vez, exgottada a lista da inscripção.

Art. 18. A commissão examinadora fornecerá papel rubricado em cada folha pelos tres membros da mesa, bem como os livros, dictionarios e taboas precisas para as provas escriptas, não podendo os candidatos utilizar-se de outros.

Art. 19. Para os exames de portuguez servirão os livros: Fausto Barreto e C. Laet, *Anthologia Nacional*; João Ribeiro, *Autores Contemporaneos*.

Para a traducção franceza: René Nolle, *Lectures choisies de Chateaubriand*.

Para a traducção ingleza: J. Hewitt, *Graduated reader*; Lingard, *History of England*.

Para a traducção allemã: Schiller, Goethe e Lessing.

Para as versões franceza, ingleza ou allemã: *Maximas do Marquez de Maricó*.

Para a prova escripta de latim: Horacio, *Odes*; Virgilio, *Eneida*; e Ovidio, *Metamorphoses*.

Para a prova oral: Cicero, Tito Livio e Sallustio.

Art. 20. As certidões de exame serão passadas, mediante o sello de 220 réis, pela directoria do Lyceo estadual, subscriptas pelo commissario federal, com a assignatura deste, devidamente authenticada por tabellião.

Art. 21. Nos Estados em que não houver instituto de ensino secundario, as certidões serão passadas pelo presidente da mesa, com as formalidades exigidas no art. 20.

Art. 22. Findos os exames deverão ser remetidas ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores as relações nominaes dos approvados, afim de serem publicadas no *Diario Official*.

Capital Federal, 21 de novembro de 1895. — Dr. *Antonio Gonçalves Ferreira*.



#### DECRETO N. 2174 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1895

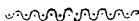
Abre ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito supplementar de 819:000\$ á verba n. 4 do art. 6º da lei n. 233 de 24 de dezembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no decreto legislativo n. 333 de 25 de novembro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito supplementar de 819:000\$ á verba n. 4 do art. 6º da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894.

Capital Federal, 25 de novembro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 2175 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1895

Approva as bases para applicação de tarifa movel na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as bases que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria,

**Viação e Obras Publicas, para applicação de tarifa movel na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.**

Capital Federal, 25 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Bases para applicação de tarifa movel na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, a que se refere o decreto desta data n. 2175.**

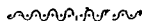
Considerando como normaes ao cambio de 20 d. as tarifas para mercadorias e animaes, approvadas pelo decreto n. 9327, de 25 de novembro de 1884, fica concedido o augmento variavel de 6 % por dinheiro de depressão cambial até 10 d.

A taxa adicional correspondente a esse augmento será calculada tomando-se a média das taxas de cambio bancario sobre Londres a 90 dias de vista, que tiverem vigorado desde o dia 1 até ao dia 25 de cada mez.

A taxa assim obtida será applicada a partir do dia 1 até ao ultimo do mez seguinte.

Deixam de ficar sujeitas á taxa adicional as seguintes mercadorias de 3ª classe da tarifa 3: *carne fresca, farinha de mandioca, farinha de trigo, batatas, milho, feijão, herba-matte e pão.*

Capital Federal, 25 de novembro de 1895. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 2176 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, no actual exercicio, o credito extraordinario de 9:873\$760, destinado ao resgate dos compromissos da commissão examinadora da escripturação da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, ao proprio nacional Fazenda do Ariró e ao Laboratorio de Biologia.

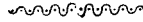
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição contida no decreto legislativo de n. 334 desta data, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, no actual exercicio, o credito extraordinario de nove contos oitocentos e setenta e tres mil setecentos e sessenta réis (9:873\$760), destinado ao resgate dos compromissos inherentes á commissão examinadora da escripturação da Sociedade

Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, ao proprio nacional Fazenda do Ariró e ao Laboratorio de Biologia, já supprimido pelo decreto n. 193 A, de 31 de dezembro de 1894.

Capital Federal, 25 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



# DECRETO N. 2177 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 7.616:993\$250 ao art. 4º da lei n. 255 de 24 de dezembro de 1894.

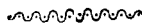
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 335, desta data, resolve abrir o credito supplementar de 7.616:993\$250 ao Ministerio da Marinha, para pagamento das despesas autorizadas pela lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, art. 4º, distribuido pelas seguintes rubricas :

|                                           |                |
|-------------------------------------------|----------------|
| N. 1. Secretaria de Estado.....           | 10:000\$000    |
| N. 3. Quartel General.....                | 10:000\$000    |
| N. 5. Contadoria.....                     | 10:000\$000    |
| N. 6. Commissariado Geral.....            | 5:000\$100     |
| N. 7. Auditoria.....                      | 50\$000        |
| N. 9. Corpo de Infantaria de Marinha..... | 30:000\$000    |
| N. 10. Corpo de Marinheiros Navaes. ....  | 50:000\$000    |
| N. 11. Companhia de invalidos.....        | 6:790\$000     |
| N. 12. Arsenaes.....                      | 2.950:645\$200 |
| N. 13. Capitancias de portos.....         | 20:000\$000    |
| N. 14. Bulisamento de portos.....         | 130:000\$000   |
| N. 15. Força naval.....                   | 275:919\$240   |
| N. 17. Repartição da Carta Maritima.....  | 20:000\$000    |
| N. 18. Escola Naval.....                  | 10:000\$000    |
| N. 19. Reformados.....                    | 38:588\$816    |
| N. 20. Obras.....                         | 260:000\$000   |
| N. 23. Munições de bocca.....             | 700:000\$000   |
| N. 24. Munições navaes.....               | 1.300:000\$000 |
| N. 25. Material de construcção naval..... | 1.200:000\$000 |
| N. 26. Combustivel.....                   | 200:000\$000   |
| N. 27. Fretes, etc.....                   | 50:000\$000    |
| N. 28. Eventuaes.....                     | 340:000\$000   |

Capital Federal, 25 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*



## DECRETO N. 2178 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 76:000\$, para pagamento, até o fim do actual exercicio, do pessoal e material da Colonia Correccional dos « Dous Rios ».

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida pelo decreto legislativo n. 337 desta data, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 76:000\$, para pagamento das despesas com o pessoal e material da Colonia Correccional dos « Dous Rios », até ao fim do actual exercicio.

Capital Federal, 28 de novembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Gonçalves Ferreira.*

Sr. Presidente e Membros do Senado Federal — Havendo sancionado a Resolução do Congresso Nacional, constante do decreto n. 337 desta data e pela qual se autorisa o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 76:000\$, para pagamento das despesas com o pessoal e material da Colonia Correccional dos « Dous Rios », até o fim do actual exercicio, tenho a honra de devolver um dos autographos que acompanharam vossa Mensagem n. 126 de 23 do corrente.

Capital Federal, 28 de novembro de 1895.— *Prudente J. de Moraes Barros*, Presidente da Republica.



## DECRETO N. 2179 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1895

Approva a planta e orçamento para construcção de uma casa de residencia do mestre de linha, em Pombal, da Estrada de Ferro Central da Bahia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Central Bahia Railway Company, limited*, decreta :

Artigo unico. Ficam approvados a planta e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria,

Viação e Obras Publicas, para construção de uma casa de residência do mestre de linha, em Pombal, da Estrada de Ferro Central da Bahia.

Capital Federal, 2 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2180 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1895

Concede autorisação á *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* para continuar a funcionar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, devidamente representada, decreta :

Artigo unico. E' concedida autorisação á *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* para continuar a funcionar na Republica com as alterações feitas n. s seus estatutos, mediante as clausulas a que se refere o decreto n. 919, de 24 de outubro de 1890, e ficando, outrossim, obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 2 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



Eu abaixo assignado Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial nomeado pela Junta Commercial desta praça, escriptorio rua de S. Pedro n. 14, sobrado:

Certifico pela presente em como me foi apresentada uma cópia de acta de assembléa geral escripta na lingua franceza affirm de a traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertida diz o seguinte:

Traducção — *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, de 15 de abril de 1891. (Duas folhas de papel sellado de 1 franco e 30 centimos.)





Assembléa geral extraordinaria dos accionistas da *Compagnie des Chemins de Fer Soud-Ouest Brésiliens*.

No anno de 1891, quarta-feira, 15 de abril, ás 11 horas da manhã.

Na séde da sociedade, Boulevard Bischoffsheim, n. 26, em Bruxellas.

Nós, Alphonse Van den Eynde, tabellião em Bruxellas:

Na presença dos Srs. Henri Dupré e Florimond Meunier, ambos morando em Bruxellas, testemunhas requisitadas ;

Lavramos, como segue, acta das decisões da assembléa geral extraordinaria dos accionistas da *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, sociedade anonyma, tendo a sua séde em Bruxellas, constituida por escriptura passada perante nós em vinte e nove de julho de mil oitocentos e noventa e cujos estatutos foram devidamente publicados ;

Compareceram em pessoa ou representados os accionistas seguintes:

1.º A *Compagnie Générale des Chemins de Fer Secondaires*, sociedade anonyma estabelecida em Bruxellas, proprietaria de 49.994 acções, aqui representada pelo Sr. Tercelin Monjot, adeante qualificado, seu procurador, nos termos de uma acta de reunião do seu conselho de administração, datada de hoje ; acta por nós tabellião lavrada e cujo original fica annexo á presente e será registrado ao mesmo tempo que esta:

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Acções.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | 49.994 |
| 2.º O Sr. Gustave Michelet, engenheiro, morador em Bruxellas, possuidor de uma acção.....                                                                                                                                                                                                                                       | 1      |
| 3.º O Sr. Victor Tercelin Monjot, senador, morador em Mons, possuidor de uma acção.....                                                                                                                                                                                                                                         | 1      |
| 4.º O Sr. Eugène Despret, engenheiro, morador em Namur, igualmente possuidor de uma acção.....                                                                                                                                                                                                                                  | 1      |
| 5.º O Sr. Alphonse Spée, engenheiro, morador em Ixelles, tambem possuidor de uma acção.....                                                                                                                                                                                                                                     | 1      |
| 6.º O Sr. Pierre Lienard, engenheiro, morador em Ixelles, proprietario de uma acção, aqui representado pelo Sr. Eugène Despret, prequalificado, em virtude de uma procuração de proprio punho, datada de Bruxellas, 15 de março ultimo, e cujo original ficará aqui annexo e será registrado ao mesmo tempo que a presente..... | 1      |
| E 7.º O Sr. Frédéric Nonnemberg, engenheiro, morador em Saint Gilles, proprietario de uma acção.....                                                                                                                                                                                                                            | 1      |
| Total cincuenta (50.000) mil acções, todas ao portador.                                                                                                                                                                                                                                                                         |        |

O Sr. Michelet, prequalificado, como presidente do conselho de administração, preside a assembléa.

Elle designa como secretario o Sr. Alphonse Spée.

Os ditos Srs. Despret e Nonnemberg, sendo os dous mais fortes accionistas presentes, aceitando, exercem as funções de es-crutador.

O Sr. presidente expõe:

que as convocações, contendo a ordem do dia, para a presente assembléa, foram feitas por annuncios no *Moniteur Belge*, numeros de trinta e trinta e um de março ultimo e de sete deste mez, no *Independence Belge*, numero de trinta e trinta e um de março ultimo e de sete de abril corrente;

que para assistirem á presente assembléa os accionistas presentes ou representados conformaram-se regularmente com as prescripções do artigo trinta e um dos estatutos;

e que a totalidade das acções está representada nesta assembléa;

Declara que, consequentemente, esta está regularmente constituída.

Em seguida procede á leitura da ordem do dia, concebida como segue:

« Autorisação a dar ao conselho e á administração para ceder uma parte da concessão.

Modificação do artigo dous dos estatutos. »

O presidente no nome do conselho de administração propõe á assembléa accrescentar no final do artigo dous dos estatutos a seguinte disposição:

« Autorisado para este fim por assembléa dos accionistas deliberando nas condições do artigo cincoenta e nove da lei de dezoito de maio de mil oitocentos setenta e tres, o conselho de administração poderá ceder ou alienar os direitos que a companhia possa ter á concessão, construcção e exploração das partes da estrada de ferro do Ituraré Santa Maria da Bocca do Monte com ramaes que não tenham sido ainda construidos ou para cuja construcção não tenha sido feita venda alguma de obrigações. »

Esta proposta foi approvada por unanimidade dos membros presentes.

Por consequente, a dita disposição fará parte dos estatutos e formará o nono e ultimo alinea do artigo dous.

De tudo o que lavramos a presente acta, na data e logar supra.

Após a leitura, os comparecentes assignaram com as testemunhas e comosco tabellião. — (Assignados) *G. Michelet*. — *Tercelin Monjot*, engenheiro. — *Despret*. — *Alph.* — *Spée*. — *Nonnemberg*. — *H. Dupré*. — *F. Meunier*. — *A. Van den Eynde*.

Registrada em Bruxellas-Sul, em dezeséis de abril de mil oitocentos noventa e um, volume 844, folio 80 retro, casa 2 — duas folhas de papel sellado e duas emendas. — Recebi dous francos e quarenta centimos.

O recebedor, (assignado) *Guillaume*.

Annexos

1. A assembléa do conselho de administração da *Compagnie Général des Chemins de Fer Secondaires*.

No anno de mil oitocentos noventa um, quarta-feira 15 de abril, ás dez horas e meia da manhã :

Na séde da sociedade, Boulevard Bischoffsheim, n. 26, em Bruxellas ;

Perante nós, Alphonse Van den Eynde, tabellião em Bruxellas ;

Na presença dos Srs. Henri Dupré e Florimond Meunier, ambos morando em Bruxellas, testemunhas requisitadas ;

Compareceram :

1º, o Sr. Victor Tercelin Monjot, senador, morador em Mons ;

2º, o Sr. Gustave Michelet, engenheiro, morador em Bruxellas ;

3º, o Sr. Franz Philipson, banqueiro, morador em Bruxellas ;

4º, o Sr. Eugène Despret, engenheiro, morador em Namur.

E 5º, o Sr. Léon Weber, vice-governador do Banco Nacional, morador em Bruxellas.

O primeiro presidente e os outros quatro membros do conselho de administração da *Compagnie Générale des Chemins de Fer Secondaire*, sociedade anonyma estabelecida em Bruxellas.

Os quaes, reunidos em conselho de administração da dita sociedade, pela presente declararam dar todos os poderes ao Sr. Tercelin Monjot, um dos comparecentes, afim de representar a sociedade na assembléa geral extraordinaria dos accionistas da *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, tendo a sua séde em Bruxellas, assembléa que terá logar hoje mesmo, com o fim de autorisar o conselho de administração desta ultima sociedade a ceder uma parte da sua concessão e fazer modificações ao artigo dous dos seus estatutos.

Por conseguinte tomar parte em todas as deliberações e votações, e assignar quaesquer termos e instrumentos, e em geral fazer o necessario.

De tudo o que lavramos em original a presente acta, na data e no logar acima.

Feita a leitura, assignaram os comparecentes com as testemunhas e comnosco tabellião.— (Assignados) *Tercelin Monjot*. — *G. Michelet*. — *F. Philipson*. — *Despret*. — *L. Weber*. — *H. Dupré*. — *F. Meunier*. — *A. Van den Eynde*.

Registrada em Bruxellas-Sul, dezeseis de abril de mil oitocentos noventa e um, volume 844, folio 79 verso, casa 7. Uma folha de papel sellada e duas emendas. Recebi dous francos e quarenta centimos.— O recebedor, (assignado) *Guillaume*.

II. O Sr. Pierre Liénard, engenheiro em Ixelles, abaixo assignado:

Declara pela presente constituir seu procurador o Sr. Eugène Despret, engenheiro, morador em Namur.

A quem elle dá todos os poderes para, por elle e no seu nome, assistir a todas as assembléas, tanto ordinarias como ex-

traordinarias dos accionistas da sociedade anonyma sob a denominação *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, tendo a sua sede em Bruxellas, constituida por acta lavrada perante mestre Van den Eynde, tabellião em Bruxellas, em vinte e nove de julho de mil oitocentos e noventa.

Tomar parte em todas as deliberações e decisões, fazer modificações nos estatutos da sociedade, dar votos, assignar quaesquer actas e termos, eleger domicilio, *substabelecer* e em geral fazer o necessario.

Bruxellas, quinze de março de mil oitocentos noventa e um.

Bom para procuração.— (Assignado) *P. Lién*.

Registrada em Bruxellas-Sul, em dezeseis de abril de mil oitocentos noventa e um, volume 183, folio 68, casa 5. Uma folha de papel sellado e uma emenda. Recebi dous francos e quarenta centimos.

O recebedor, (assignado) *Guillaume*.

Para cópia conforme passada por mestre Van der Stegen de Putte, tabellião, residente em Bruxellas, na sua qualidade de guarda das notas do tabellião Van den Eynde, acima mencionado.— (Assignado) *V. Van der Stegen de Putte*.

(Sello do dito tabellião.)

Visto por nós presidente do Tribunal da Primeira Instancia com exercicio em Bruxellas para legalisação da assignatura do Sr. Van der Stegen de Putte, tabellião, residente em Bruxellas.

Bruxellas, um de outubro de mil oitocentos noventa e cinco.— (Assignado) *G. Van Moorsel*. (Sello do tribunal.)

Visto no Ministerio da Justiça, para legalisação da assignatura do Sr. Van Moorsel, acima qualificado.

Bruxellas, dous de outubro de mil oitocentos noventa e cinco.— O director geral delegado, (assignado) *Bukman*. (Sello do Ministerio da Justiça.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Bukman, acima exarada.

Bruxellas, dous de outubro de mil oitocentos noventa e cinco.

Pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros.— O director, (assignado) *Alfred Van den Bulcke*.

(Sello do Ministerio dos Estrangeiros.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Alf. Vap den Bulcke, acima exarada.

Bruxellas, dous de outubro de mil oitocentos noventa e cinco — Assignado sobre tres estampilhas consulares, *H. Tournay*, vice-consul dos Estados Unidos do Brazil.

(Estava o sello do Consulado do Brazil em Bruxellas.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. H. Tournay, consul do Brazil em Bruxellas.

Rio de Janeiro, vinte e tres de outubro de mil oitocentos noventa e cinco.—Pelo director, geral (assignado) *L. P. da Silva Rosa*.

(Sello do Ministerio das Relações Exteriores e oito estampilhas no valor colectivo de 1\$870, devidamente inutilisadas.)

Nada mais continha a dita cópia da acta que fielmente vérti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que, passei a presente que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro, vinte e quatro de outubro de mil oitocentos noventa e cinco.—*Affonso H. C. Garcia*, traductor publico.

Eu abaixo assignado, Affonso Henriques Carlos Garcia, traductor publico juramentado e interprete commercial, nomeado pela Junta Commercial desta praça, escriptorio rua de S. Pedro n. 14, sobrado, certifico pela presente em como me foi apresentada uma cópia de acta de assembléa geral, escripta na lingua franceza, a fim de a traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão do meu officio e litteralmente vertida diz o seguinte:

Traducção — *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, 1 de abril de 1895. (Tres folhas de papel sellado de um franco e trinta centimos.)

*Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, sociedade anonyma estabelecida em Bruxellas.

Acta da assembléa geral extraordinaria dos accionistas layrada perante mestre Victor Van der Stégen de Putte, tabellião em Bruxellas, hoje, primeiro de abril de mil oitocentos noventa e cinco, na sede social, Boulevard Bischoffsheim n. 26, Bruxellas.

A sessão abriu-se às tres horas da tarde, sob a presidência do Sr. Gustave Michelet, abaixo qualificado, presidente do conselho de administração (artigo trinta e quatro dos estatutos).

A assembléa escolheu para escrutadores os Srs. Arnould Focquet e Pierre Liénart, ambos abaixo qualificados, os dous mais fortes accionistas, que acceitam.

O Sr. Alphonse Spée, igualmente abaixo qualificado, exerce as funções de secretario da assemblea.

Acham-se presentes ou representados os accionistas seguintes:

| N.º de<br>ordem | Pronomes — nomes — qualidades e residencias<br>dos accionistas                                                                                                                                                                                                                                | N.º de<br>acções |
|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| 1.º             | <i>A Compagnie Générale de Chemins de Fer Secondaires</i> , sociedade anonyma, estabelecida em Bruxellas, portadora de quarenta e nove mil novecentas noventa e quatro acções.....                                                                                                            | 49.994           |
|                 | Aqui representada pelo Sr. Gustave Michelet, engenheiro, morador em Bruxellas, rua de Pascale, seu procurador, nos termos de uma acta de reunião do seu conselho de administração em data de de março ultimo, cujo original aqui annexo e será registrado ao mesmo tempo que o presente.      |                  |
| 2.º             | O Sr. Arnould Focquet, engenheiro, morador em Ixelles, rua du Thrône, portador de uma acção.....                                                                                                                                                                                              | 1                |
| 3.º             | O Sr. Gustave Michelet, supra-dito, em nome pessoal, portador de uma acção.....                                                                                                                                                                                                               | 1                |
| 4.º             | O Sr. Eugène Despret, engenheiro, morador em Saint-Josse-ten Naade, rua du Progrès, portador de uma acção.....                                                                                                                                                                                | 1                |
| 5.º             | O Sr. Fritz Nonnenberg, engenheiro, morador em Saint-Josse-ten Naade, rua Potagère, portador de uma acção.....                                                                                                                                                                                | 1                |
|                 | Aqui representado pelo Sr. Arnould Focquet, acima dito, em virtude de uma procuração do proprio punho, datada de Bruxellas, em sete de março de mil oitocentos noventa e cinco, e cujo original ficará aqui annexo e será submettido á formalidade do registro ao mesmo tempo que a presente. |                  |
| 6.º             | O Sr. Pierre Liénart, engenheiro, morador em Ixelles, rua des Drapiers, portador de uma acção.....                                                                                                                                                                                            | 1                |
| 7.º             | O Sr. Alphonse Spée, engenheiro, morador em Ixelles, rua de la Concorde, portador de uma acção.....                                                                                                                                                                                           | 1                |
|                 | Total: cincoenta mil acções.....                                                                                                                                                                                                                                                              | 50.000           |

O Sr. presidente expõe:

1. Que a assemblea foi convocada pelo conselho de administração e pelo collegio dos commissarios, de conformidade com o artigo trinta e tres primeira alinea dos estatutos lavrados por termo passado perante mestre Van den Eynde, tabellião, tendo residido em Bruxellas, em vinte e nove de julho de mil oitocentos e noventa, modificados por assemblea geral dos accionistas da sociedade, realizada perante o mesmo tabellião em quinze de

agosto de mil oitocentos noventa e um afim de deliberar sobre a ordem do dia contida nas convocações, e dizendo:

« Extensão da concessão e como consequencia:

- 1º, augmento do capital ;
- 2º, criação de acções privilegiadas e de acções de dividendos ;
- 3º, modificações nos estatutos ;
- 4º, approvação de convocações.

II. Que as convocações foram feitas regularmente por avisos publicados nos jornaes seguintes de Bruxellas:

1º, o *Moniteur Belge* ; 2º, *La Cote Libre* e 3º, *L'Echo de la Bourse*, numeros de quinta-feira quatorze e sabbado vinte e tres de março ultimo, e 4º, *Le Moniteur des Intérêts Matériels*, numeros dos domingos dezesete e vinte e quatro de março ultimo.

III. Que as 50.000 acções que compoem o capital social estão representadas.

IV. Que os accionistas representados conformaram-se regularmente com as prescripções do art. 31 dos estatutos para assistirem á presente assembléa.

V. Que, por consequente a assembléa pôde deliberar válidamente sobre a dita ordem do dia.

O Sr. presidente lê a ordem do dia e, como consequencia, submette á approvação da assembléa as modificações seguintes nos estatutos :

1.º Depois da nona alinea do art. 2º, ajunte-se uma decima alinea concebida como segue:

« Poderá mediante uma autorisação dada nas mesmas condições proceder ao resgate, no todo ou em parte, dos direitos que elle tiver cedido ou alienado em virtude da alinea precedente. »

2.º O art. 5º é supprimido e substituido pelas seguintes disposições:

« Art. 5.º O capital social fixado primitivamente em vinte e cinco milhões de francos, dividido em cincoenta mil acções de quinhentos francos cada uma, é elevado a vinte e nove milhões e quinhentos mil francos pela criação de nove mil acções privilegiadas de quinhentos francos cada uma ; e são creadas mais nove mil acções de dividendo sem designação de valor que serão attribuidas aos subscriptores das acções privilegiadas, á razão de uma acção de dividendo por uma acção privilegiada.

Os direitos afferentes a essas diversas categorias de titulos são determinados pelos arts. 30, 35, 41 e 44 bis dos presentes estatutos.

3.º Depois da palavra « Capital », do art. 6º, ajuntem-se as palavras « fixado no artigo precedente ».

Antes da palavra « Capital », o artigo demonstrativo « o » (ce) será substituido pelo artigo definito « o » (le).

E' tambem juntada ao mesmo artigo uma segunda alinea, concebida como segue :

« Poderá tambem ser, no entretanto, por simples resolução do conselho de administração elevado a trinta e quatro milhões de

francos. Este augmento será realizado pela criação de novas nove mil acções privilegiadas de quinhentos francos cada uma. Neste caso, serão mais creadas nove mil acções de dividendo sem designação de valor que serão — attribuidas aos subscriptores das novas acções privilegiadas na proporção fixada no art. 5.º. Estas acções privilegiadas e de dividendo gozarão dos mesmos direitos que as creadas em virtude do artigo precedente.

4.º Em seguimento do art. 6.º, fica creado um art. 6.º bis, concebido nos termos seguintes :

« Art. 6.º bis. Poderão ser creadas ulteriormente outras series de acções privilegiadas. Estas acções nunca gozarão de vantagens superiores ás que attribuem os presentes estatutos ás acções privilegiadas, actualmente creadas ou cuja criação é prevista pelo art. 6.º.

Nenhum augmento de capital pela criação de acções privilegiadas poderá, porém, exceder da importancia da capitalisação a cinco e vinte por cento da importancia da garantia governamental trintenaria, feita a deducção da parte desta garantia necessaria para fazer face durante 30 annos aos onus de amortisação e de juros das obrigações emitidas. »

5.º Ajustar-se-ha depois da segunda alinea do art. 7.º que termina pelas palavras : « Banco Philipson, Horwite & Companhia, em Bruxellas », a seguinte modificação : As nove mil acções privilegiadas, actualmente creadas, são subscriptas pela *Compagnie Générale des Chemins de Fer Secondaires*, que recebe ao mesmo tempo as nove mil acções de dividendo que a ella correspondem.

Sobre cada uma destas acções foi feito um pagamento em especies de dez por cento, isto é, total de quinhentos e cincoenta mil francos, na presença do tabellião e das testemunhas abaixo assignadas e entregue nas mãos do Sr. Alphonse Spée, supradito encarregado de fazer o respectivo deposito no nome da sociedade, em seu banqueiro.

6.º O ponto na linha achando-se no fim da segunda alinea do art. 12 é substituido por uma virgula e ajuntam-se, em seguida a esta virgula, as palavras : « Salvo a reserva aqui abaixo mencionada. »

O ponto na linha que se acha no fim da terceira alinea do mesmo art. 12, é igualmente substituido por uma virgula e ajunta-se em seguida a esta virgula : « Salvo a reserva seguinte. »

« Em consequencia da criação de acções privilegiadas não se poderá emitir obrigações sinão em quantidade tal que a somma necessaria para o serviço annual de amortisação e de juros das obrigações não exceda da importancia da garantia governamental trintenaria, feita a deducção da parte reservada a encargo de amortisação e de juros das ditas acções privilegiadas, como se acha previsto no art. 6.º bis dos presentes estatutos. »

7.º O ponto na linha que se acha no fim do art. 30 é supprimido e ajuntam-se em seguimento deste artigo as palavras não privilegiadas e de acções de dividendo.



8.º Deve-se supprimir o ponto e a virgula depois « de acções » no principio do art. 35 e ajuntar « não privilegiadas, privilegiadas e de dividendo ».

9.º Em seguida ao art. 38 fica creado um art. 38 *bis*, concebido como segue :

« As disposições dos presentes estatutos referentes ás condições da criação das acções privilegiadas e ás vantagens que lhes são annexas não podem ser modificadas sem que todas as acções privilegiadas sejam representadas na assemblea e por unanimidade dos votos que ellas conferem, e, mais, mediante a observação das formulas ordinarias prescriptas relativamente ás modificações dos estatutos pelo art. 59 da lei de 18 de maio de 1873. »

10. As ultimas quatro alíneas do art. 41 são supprimidas e substituidas pelas disposições seguintes:

« 1.º Cinco por cento para a formação do fundo de reserva legal.

2.º Uma quantia igual a um e vinte por cento da importancia entrada das acções privilegiadas com direito de repetição sobre os exercicios ultiores em caso de insufficiencia. Esta quantia entrará para um fundo que servirá para a amortisação das acções privilegiadas quer ao par por sorteio, quer abaixo do par por via de resgate.

Cada anno será creado um numero de acções de dividendo igual ao numero de acções privilegiadas amortisadas e cada acção privilegiada amortisada por sorteio ou resgate será substituida por uma acção de dividendo.

3.º A importancia necessaria para pagar ás acções privilegiadas amortisadas e não amortisadas um dividendo de quatro por cento da importancia chamada é entrada destas acções. Em caso de insufficiencia de lucro para prefazer este dividendo, far-se-ha sobre os exercicios ultiores em proveito destas acções uma tomada do complemento augmentado dos juros compostos a quatro por cento ao anno.

O dividendo afferente ás acções privilegiadas amortisadas entrará para o fundo de amortisação das acções privilegiadas.

4.º Dez por cento do excedente para o conselho de administração e o collegio dos commissarios a repartir entre si, segundo as suas convenções particulares.

5.º O saldo será repartido em partes iguaes entre todas as acções não privilegiadas de dividendo, e privilegiadas não amortisadas.

11. Em seguida ao art. 44 junta-se um art. 44 *bis*, concebido nos termos seguintes:

« Em caso de liquidação, os haveres sociaes serão affectos em primeiro logar ao reembolso de todas as acções privilegiadas ainda não amortisadas, assim como de seus dividendos devidos, com juros compostos, si houver logar; o excedente será dividido igualmente entre as acções privilegiadas reembolsadas pela liquidação, as acções não privilegiadas e as acções de dividendo. »

*Deliberação*

Estas diversas modificações nos estatutos tendo sido assim propostas pelo Sr. presidente, foram successivamente adoptadas pela assembléa por unanimidade de votos.

De tudo o que o dito tabellião Van der Stegen de Putte lavrou a presente acta, na séde social, Boulevard Bischoffsheim, n. 26, em Bruxellas, tudo sobre projecto, fornecido e na occasião restituído.

Na presença dos Srs. Henri Dupré e Florimond Meunier, ambos morando em Bruxellas, testemunhas requisitadas.

Leitura feita, os membros da assembléa assignaram com as testemunhas e o tabellião às tres e meia horas da tarde. — (Assignados) — G. de Michellet. — A. Focquet. — Eng. Despret. — P. Liénart. — Alp. Spée. — H. Dupré. — F. Meunier. — V. Van der Stegen de Putte.

Registrada em Bruxellas-Sul, aos dous de abril de mil oitocentos noventa e cinco, volume 899, fls. 74 verso, casa 1, tres folhas de papel sellado e duas emendas.

Recebi sete francos. — O recebedor, (assignado) *Guillaume*.

*I. Annexos*

*Compagnie Générale de Chemins de Fer Secondaires*, sociedade anonyma, com o capital de 10.000.000 de francos — Séde social, 26 Boulevard Bischoffsheim, Bruxellas.

Extracto do registro das actas das sessões do conselho de administração.

Sessão de 13 de março de 1895.

No anno de mil oitocentos noventa e cinco aos treze de março, às 3 horas e meia da tarde, na séde social.

O conselho de administração da *Compagnie Générale de Chemins de Fer Secondaires* composto dos Srs. L. Weber, presidente ; G. Michelet, administrador delegado ; F. Phillippon ; A. Focquet, E. Despret, E. Sulzback, administradores, reuniu-se sob a convocação de seu presidente ; todos os membros estavam presentes, excepto o Sr. E. Sulzback, que se desculpou.

O conselho, por unanimidade, declara constituir seu procurador o Sr. Gustavo Michellet, com poderes para substabelecer, a quem elle dá todos os poderes para, por elle e no seu nome, assistir a todas as assembléas, tanto ordinarias como extraordinarias dos accionistas da sociedade anonyma, sob a denominação de *Compagnie de Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, tendo a sua séde em Bruxellas, constituida por termo passado perante mestre Van den Eynde, tabellião em Bruxellas, em vinte e nove de junho de mil oitocentos e noventa.

Tomar parte em todas as deliberações, em todas as decisões, fazer todas as modificações nos estatutos da sociedade, dar todos os votos, subscrever 9.000 (nove mil) acções privilegiadas desta companhia, de 500 francos cada uma, realizar nesta subscripção um primeiro pagamento de quarenta e cinco mil francos, ou outro qualquer que for chamado sobre essas acções, assignar quaesquer termos e actas, eleger domicilio, substabelecer e em geral fazer o necessario.

Para extracto entregue de conformidade com o art. 15 dos estatutos.

O presidente, (assignado) *L. Weber*.

Um administrador, (assignado) *A. Focquet*.

Registrado em Bruxellas-Sul, em dous de abril de mil oitocentos noventa e cinco, volume 188, folio 73, verso, casa 5, uma folha de papel sellado, sem emenda. Recebi dous francos e quarenta centimos. — O recebedor, (assignado) *Guillaume*.

## II. Procuração

O Sr. Fritz Nonnenberg, engenheiro em Saint-Josse-ten-Noode, abaixo assignado, declara pelo presente constituir seu procurador o Sr. Arrould Focquet, engenheiro morador em Ixelles, a quem elle dá todos os poderes para, por elle e no seu nome, assistir a todas as assembléas, tanto ordinarias como extraordinarias, dos accionistas da sociedade anonyma, sob a denominação de *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, tendo sua séde em Bruxellas, constituida por termo passado perante mestre Van den Eynde, tabellião em Bruxellas, em vinte e nove de julho de mil oitocentos e noventa.

Tomar parte em todas as deliberações e decisões, apresentar modificações aos estatutos da sociedade, dar votos, assignar quaesquer termos e actas, eleger domicilio, substabelecer, e em geral fazer o que for necessario.

Bruxellas, sete de março de mil oitocentos noventa e cinco.

Bom para procuração. — (assignado) *F. Nonnenberg*.

Registrado em Bruxellas-Sul, em dous de abril de mil oitocentos noventa e cinco, volume 188, folio 73, casa 6; uma folha de papel sellado, sem emenda.

Recebi dous francos e quarenta centimos. O recebedor, (assignado) *Guillaume*.

Para cópia, conforme. — (Assignado) — *V. Van der Stegen de Putte*. (Sello do tabellião.)

Visto por nós, presidente do Tribunal de primeira instancia de Bruxellas, para legalisação da assignatura do Sr. Van der Stegen de Putte, tabellião existente em Bruxellas.

Bruxellas, um de outubro de mil oitocentos noventa e cinco.  
— *G. Von Moorsel*, (Sello do Tribunal.)

Visto no Ministerio da Justiça para legalisação da assignatura do Sr. Von Moorsel, qualificado do outro lado.

Bruxellas, dous de outubro de mil oitocentos noventa e cinco.  
— O director geral delegado, *Beeckman*. (Sello do Ministerio da Justiça.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Beeckman, acima exarada.

Bruxellas, dous de outubro de mil oitocentos noventa e cinco. — Pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros. — O director, (assignado) *Alfred van den Bulcke*. (Sello do Ministerio dos Estrangeiros.)

Visto para legalisação da assignatura do Sr. Alfred van den Bulcke, acima exarada.

Bruxellas, dous de outubro de mil oitocentos noventa e cinco. — (Assignado sobre duas estampilhas consulares no valor de 3\$) *H. Tournay*, consul dos Estados Unidos do Brazil.

(Sello do Consulado do Brazil em Bruxellas.)

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. H. Tournay, consul do Brazil em Bruxellas.

Rio de Janeiro, vinte e tres de outubro de mil oitocentos noventa e cinco. — (Assignado sobre quatro estampilhas no valor de 550 réis) *L. P. da Silva Rosa*. (Sello do Ministerio das Relações Exteriores.)

(Duas estampilhas no valor de 2\$200 inutilisadas.)

Nada mais continha a dita cópia, que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fé do que passei a presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio, nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 25 de outubro de 1895. — *Afonso H. C. Garcia*, traductor publico.



#### DECRETO N. 2181 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1895

Approva a planta e orçamento para construcção de um pontilhão nas proximidades do kilometro 46+400 da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, limited*, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados a planta e orçamento, que com este baixam, rubricados pelo director geral da Directoria de

Viação da Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Publicas, para construcção, á conta das despezas de custeio, de um pontilhão nas proximidades do kilometro 46+400 da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé, em substituição do que existia no kilometro 46,839.

Capital Federal, 2 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



DECRETO N. 2182 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1895

Altera o art. 340 do regulamento dos Arsenaes de Guerra.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 3º, n. 1, da lei n. 265 de 24 de dezembro de 1894, e no intuito de melhor attender ás conveniencias do serviço, resolve :

Artigo unico. Os conselhos de compras para provimento dos Arsenaes de Guerra dos Estados compor-se-hão, de ora em diante, do director do Arsenal, do encarregado da secção do material do commando do districto militar, e de um empregado de fazenda, designado pelo delegado fiscal do Thesouro Federal ou pelo inspector da Alfandega, como membros, servindo de secretario o secretario do Arsenal, presididos pelo mais graduado dos dous chefes militares, alterado assim o art. 340 do regulamento que baixou com o decreto n. 5118, de 19 de outubro de 1872.

Capital Federal, 2 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*



## DECRETO N. 2184 (\*) — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1895

Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 108:713\$995 á verba n. 15, art. 6º, da lei de orçamento n. 123 B, de 21 de novembro de 1892, para ser applicado ás obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto legislativo n. 296, de 12 de setembro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de cento e oito contos setecentos e treze mil novecentos noventa e cinco réis (108:713\$995), affim de ser applicado ás obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, durante o exercicio de 1893, ficando assim augmentada a verba consignada para ter esse destino, n. 15, art. 6º, da lei de orçamento n. 126 B, de 21 de novembro de 1892.

Capital Federal, 5 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2185 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1895

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Hypothecario do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco Hypothecario do Brazil, resolve approvar as alterações abaixo indicadas, feitas nos estatutos do mesmo Banco.

Art. 9º — Diga-se: A directoria fica autorisada, independente de consulta á assembléa geral, a elevar o capital até..... 40.000:000\$000.

Paragrapho unico. No augmento de capital, quando não se tratar de fusão com outro estabelecimento (art. 78, § 3º), terão preferencia para subscrição das novas acções os actuaes accionistas.

Art. 17 — Diga-se : O Banco estabelecerá, quando entender conveniente, uma ou mais succursaes nas Capitães de todos os Estados e nas principaes cidades da Republica.

---

(\*) O decreto n. 2183 não foi publicado.

Art. 24 — Accrescente-se : § 1.º O Banco poderá auxiliar e fomentar a criação de bancos populares autonomos federados a este, os quaes funcionarão como succursaes do Banco e terão todos os favores e regalias outorgados ao mesmo, salvo o direito à emissão de letras hypothecarias, que só poderá ser feita por este Banco central.

§ 2.º Neste caso, as succursaes e agencias desses bancos autonomos serão creadas directamente por elles.

§ 3.º Aos bancos autonomos federados a este Banco são extensivos todos os direitos e obrigações, inclusive as disposições dos arts. 18, 19 e 20 na parte relativa à obrigação de se constituírem com caixas economicas e carteiras de empréstimos sobre penhores.

Art. 39 — Diga-se : Os empréstimos a longo prazo (de tres a trinta annos) serão reembolsaveis por annuidades pagas por semestres adeantados, em moeda corrente. As annuidades comprehendem o juro e quota da amortisação calculada sobre o prazo convencionado, de modo que produza a extincção da divida no fim do mesmo prazo e mais uma commissão annual sempre sobre o capital emprestado, nunca maior de 1 %, o qual com amortisação e os juros corpora o valor dos encargos do devedor, durante o prazo do contracto.

Art. 41 — Diga-se : No acto do empréstimo, o Banco receberá a parte de juros e percentagem correspondente ao tempo a decorrer desta data até o fim do semestre em que o mesmo contracto se effectuar, época na qual principia o prazo e, portanto, as annuidades por inteiro.

Art. 48 — Diga-se : Os immoveis que o Banco obtiver por accordo com os devedores ou por adjudicação poderão, a juizo da directoria, ser vendidos do melhor modo, devendo, depois de realisada a venda, ser retiradas da circulação letras hypothecarias em somma igual à dos immoveis vendidos para indemnisação do Banco, as quaes serão reemittidas por novos empréstimos.

Art. 58 — Diga-se : A assembléa geral ordinaria se reunirá no mez de março de cada anno. As reuniões extraordinarias terão logar quando a directoria as marcar, ou nos casos determinados pela lei.

Art. 61 — Diga-se : O Banco será administrado por tres directores eleitos de seis em seis annos, por maioria absoluta de votos, para o que se procederá a segundo escrutinio entre os mais votados ; si for necessario, no caso de empate, decidirá a sorte.

a) A assembléa em eleição designará o director que tem de servir de presidente, o qual, de accordo com os outros directores, escolherá um director para encarregar-se do serviço de cada uma das carteiras do Banco ;

b) O presidente, de accordo com os outros collegas, indicará o director que deve servir de vice-presidente para substitui-lo em suas vagas e o director que deve servir de secretario da directoria.

1.º O periodo da gestão da actual directoria será contado da data da approvação dos presentes estatutos.

§ 2.º A caução de cada director será de 100 acções.

§ 3.º A remuneração da directoria será de 20:000\$ ao presidente e 15:000\$ a cada um dos directores, annualmente, pagos por quotas mensaes, e mais para cada director 2 % da quota a distribuir em dividendos, na forma do art. 77 § 3º.

§ 4.º O numero de directores poderá ser elevado a cinco, logo que assim o entenda a assembléa geral, sem precisar de nova reforma dos estatutos, designando a mesma as suas attribuições.

Art. 77 — Diga-se : Do lucro das duas carteiras, depois de deduzidas as quotas acima, serão deduzidos mais 10 % para o fundo de reserva, 6 % como gratificação que será distribuida : 2 % a cada um dos directores do Banco e dos lucros restantes se fará o dividendo até 12 % annuaes aos accionistas.

Art. 78, § 2º — Accrescente-se : para isso poderá a directoria, por meio de fusão, compra ou qualquer outra operação, trocar acções de estabelecimentos congêneres por novas acções, para augmento do capital, na forma do art. 9º, as quaes serão equiparadas ás antigas.

§ 4º — Accrescente-se : Nos contractos que o Banco tiver de celebrar com os Governos da União e dos Estados, de accordo com a presente disposição, a directoria fica autorisada a acceitar clausulas ou condições que alterem os presentes estatutos, que assim alterados, regularão exclusivamente para os efeitos dos contractos que derem origem a taes alterações.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal 5 de novembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*



#### DECRETO N. 2186 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço da reserva de Guardas Nacionais na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 76º, o qual se

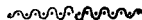


organisarã com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2187 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1895

Crea um commando superior de Guardas Nacionaes na comarca de Villa Bella, no Estado de S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Villa Bella, no Estado de S. Paulo, um commando superior de Guardas Nacionaes, que se comporã de tres batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 220º e 221º do serviço activo e 113º do da reserva, que serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



DECRETO N. 2188 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1895

Supprime o Consulado em Helsingfors

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo a que o Consulado em Helsingfors, presentemente vago, em consequencia da exoneração pedida pelo respectivo funcionario, não faz parte dos Consulados remunerados por lei ; e

Considerando dispensavel a sua continuação :

Decreta :

Fica supprimido o Consulado em Helsingfors, passando o respectivo districto para a jurisdicção do Consulado em S. Petersburgo.

Capital Federal, 12 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2189 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Santa Luzia do Carangola, no Estado de Minas Geraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

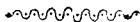
Art. 1.º Fica reorganizado o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Santa Luzia do Carangola, no Estado de Minas Geraes, o qual se comporá dos actuaes batalhões de infantaria do serviço activo ns. 128º, 129º e 246º, reduzidos a quatro companhias cada um; do 248º do mesmo serviço, ora creado, com igual numero de companhias; dos batalhões da reserva ns. 76º e 124º, já existentes, reduzidos aquelles a quatro companhias; do actual 17º regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e de um batalhão de artilharia, ora creado, com quatro baterias e a designação de 4º, que se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2.190 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1895

Eleva á categoria de batalhão e á de regimento a 31ª secção de batalhão do serviço da reserva e o 13º esquadrão avulso da Guarda Nacional da comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam elevados á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 77º, e á de regimento com igual numero de esquadrões e a designação de 65º, a 31ª secção de batalhão do serviço da reserva e o 13º esquadrão avulso da Guarda Nacional da comarca de Macahubas, no Estado da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2191 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1895

Approva as bases de tarifas móveis para o transporte de mercadorias na Estrada de Ferro Central de Macahé.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial, Lavoura e Viação de Macahé, resolve approvar as bases que com este baixam, assignados pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, para applicação de tarifas moveis nos transportes de mercadorias pela Estrada de Ferro Central de Macahé.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olynho dos Santos Pires.*

Bases para applicação de tarifas moveis nos transportes de mercadorias pela Estrada de Ferro Central de Macahé a que se refere o decreto n. 2191 desta data.

Fica considerado normal o cambio de 20 d. por 1\$000.

Para cada dinheiro de depressão abaixo dessa taxa haverá o augmento de uma percentagem no frete das mercadorias conforme as indicações seguintes :

Café, 16 %.

Vinho, 7 %.

Assucar, 3 %.

Aguardente, 7 %.

Fumo e seus preparados, 3 %.

Licores, 7 %.

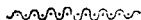
Alcool, 7 %.

Couros seccos e salgados, 7 %.

Todos os generos classificados na tarifa n. 7, 3 %.

Esses augmentos vigorarão por um mez, a partir do dia 5 de cada mez e serão estabelecidos pelo cambio médio bancario sobre Londres, a 90 dias de vista do ultimo dia do mez anterior, desprezando-se sempre as fracções de dinheiro.

Directoria Geral de Viação, 16 de dezembro de 1895. — J. M. Machado de Assis, director geral.



## DECRETO N. 2192 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1895

Concede autorisação á Companhia *The Amazon Telegraph Company, limited*  
para funcionar

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia *The Amazon Telegraph Company, limited*, devidamente representada, decreta:

Artigo unico. E' concedida autorisação á Companhia *The Amazon Telegraph Company, limited*, para funcionar na Republica, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas ; ficando outrosim a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

**Clausulas a que se refere o decreto  
n. 2192 desta data**

I

A Companhia *The Amazon Telegraph Company, limited*, é obrigada a ter um representante na Republica, com plenos poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo Federal, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar na Republica ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdicção de seus tribunaes, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nulidade da presente concessão.

III

Nenhum artigo dos estatutos poderá ser entendido ou interpretado em sentido contrario ás clausulas do contracto celebrado com o Governo Federal, ou dos que venha a celebrar com os Governos dos Estados, prevalecendo sempre esses contractos, quaesquer que sejam os termos e intelligencia das disposições dos respectivos estatutos.

## IV

Fica dependente de autorização do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer em seus estatutos. Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcionar na Republica, si infringir esta clausula.

## V

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de duzentos mil réis (200\$) a dous contos de réis (2:000\$000).

Capital Federal, 16 de dezembro de 1895. — *Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Eu, Horatio Arthur Erith de Pinna, tabellião de notas desta cidade de Londres, devidamente admittido, juramentado e em pleno exercicio por alvará régio, certifico e attesto, perante quem a presente possa interessar, que os documentos na lingua portugueza que ahi vão annexos e marcados com as iniciaes A e B são respectivamente traducções fieis e verdadeiras do certificado de incorporação e *memorandum* e estatutos, igualmente annexos e marcados C e D da companhia denominada *The Amazon Telegraph Company, limited*;

Que a assignatura nos citados certificado e *memorandum* da associação e estatutos, de Ernest Cleave, é a verdadeira e do proprio punho do dito Ernest Cleave, registrador ajudante das companhias anonymas de responsabilidade limitada e que os carimbos nelles estampados são os verdadeiros carimbos officiaes da repartição de registros de companhias.

Em testemunho do que, passo a presente certidão para servir e valer onde preciso for, a qual faço sellar com o sello das minhas notas, aos 30 dias do mez de agosto de 1895.

Em testemunho da verdade. — *H. A. E. de Pinna*, tabellião publico.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de Horatio Arthur Erith de Pinna, tabellião publico nesta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei a presente que assignei, fiquei com os documentos juntos numeros um a quatro, por mim numerados e rubricados, e fiz sellar com o sello deste Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em Londres, aos 2 de setembro de 1895. — *Joaquim Carneiro de Mendonça Junior*, consul. — 2 de setembro de 1895.

Reconheço verdadeira a assignatura do Sr. Joaquim Carneiro de Mendonça, consul do Brazil em Londres.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1895. — Pelo director geral, *José Antonio de Espinheiro*, director da 1ª secção.

A

**Certificado de incorporação de uma companhia**

Pelo presente certifico que a companhia de responsabilidade limitada denominada *The Amazon Telegraph Company limited*, foi incorporada como uma companhia anonyma, de accordo com as leis de 1862 a 1890, concernentes a companhias, aos 5 dias do mez de julho de 1895.

Outorgado e assignado por mim em Londres, aos 28 dias de agosto de 1895. — *Ernest Cleave*, registrador, ajudante de companhias anonymas.

B

**Memorandum de associação e estatutos da «The Amazon Telegraph Company limited», incorporada no dia 5 de julho de 1895**

1. O nome da companhia é *The Amazon Telegraph Company, limited*.

2. O escriptorio registrado da companhia será situado na Inglaterra.

3. Os fins para que a companhia é estabelecida são :

a) adquirir e levar a effeito uma concessão do Governo dos Estados Unidos do Brazil, datada de 29 de abril de 1895, para o estabelecimento e exploração de telegraphos nos Estados do Pará e Amazonas do Brazil ;

b) estabelecer ou adquirir, construir, explorar e conservar telegraphos ou telephones electricos sub-fluviaes ou outros nos ditos Estados do Pará e Amazonas, ou em qualquer outra parte da America do Sul ;

c) adquirir e obter do Governo brasileiro ou dos ditos Estados do Pará e Amazonas, ou de qualquer delles ou de qualquer outro Governo, Estado ou poder, quaesquer concessões, poderes, direitos ou privilegios existentes ou outros para os fins ou em favor de ou relativamente a qualquer dos objectos da companhia ;

d) pedir e obter do Governo brasileiro quaesquer extensões ou modificações da dita concessão ou de qualquer outras concessões que sejam adquiridas pela companhia como fica dito ;

e) fazer arranjos para exploração ou outros com qualquer companhia de telegraphos ou com qualquer outra companhia ou pessoa ou com qualquer Governo em quaesquer termos ou condições e quer com ou sem arranjos para a divisão da receita bruta ou lucros liquidos com tal companhia, pessoa ou Governo ;

f) comprar, tomar de arrendamento, alugar ou de outro modo adquirir quaesquer bens de raiz e moveis, necessarios ou uteis para os fins da empresa da companhia, incluindo serventias,

passagens, consentimentos, patentes, direitos privilegiados, licenças, poderes, privilegios e autoridades;

g) comprar ou de outro modo adquirir e emprender, todos ou qualquer parte dos negocios, propriedade e responsabilidades de qualquer pessoa ou companhia que negocie em qualquer ramo de negocio em que esta companhia esteja autorizada a negociar, ou que possua propriedade conveniente para os fins da companhia;

h) construir, concluir, conservar, melhorar e usar quaesquer edificios, navios, barcos, fabricas, utensilios ou conveniencias que possam parecer directa ou indirectamente conducentes a qualquer dos fins da companhia;

i) formar sociedade, ou fazer qualquer arranjo para participacão em lucros, união de interesses, concessão reciproca ou cooperação com qualquer pessoa ou companhia que negocie ou esteja prestes a negociar em qualquer ramo de negocio em que esta companhia esteja autorizada a negociar, e tomar ou de outro modo adquirir e possuir acções ou fundos em os valores de, e subsidiar ou de outro modo assistir qualquer tal companhia, e vender, possuir ou de outro modo traficar com taes acções ou valores;

j) fazer, aceitar, endossar e executar notas promissórias, letras de cambio e outros instrumentos negociaveis;

k) tomar emprestado ou levantar dinheiro para os fins da companhia sobre apolices, obrigações, *debenture stock* ou outras obrigações ou valores da companhia, ou por meio de hypotheca ou onus sobre todos ou quaesquer dos seus bens, incluindo o seu capital não chamado, ou de tal outra maneira como a companhia julgar conveniente, ou deixar o todo ou qualquer parte do dinheiro de compra de qualquer propriedade onerada sobre ella por via de hypotheca;

l) empregar e manejar os dinheiros da companhia que não forem immediatamente precisos em taes valores, outros que não sejam acções da companhia, e de tal maneira como de tempos a tempos for preciso;

m) vender, melhorar, gerir, desenvolver, arrendar, dispôr de, ou de outro modo negociar com toda ou qualquer parte dos bens ou empreza da companhia;

n) registrar ou incorporar a companhia como uma *Jonit Stock Company*, ou *Société Anonyme*, ou *Sociedad Anonima* ou Sociedade Anonyma, de accordo com as leis de qualquer Estado estrangeiro;

o) fazer todas as cousas que forem incidentaes ou conducentes à aquisição dos fins acima ditos.

4. A responsabilidade dos socios é limitada.

5. O capital da companhia é de £ 250.000, dividido em 25.000 acções de £ 10 cada uma, com poder na occasião de emittir capital addicional, de ligar-lhe quaesquer direitos, privilegios ou condições preferenciaes ou especiaes.

Nós, as varias pessoas cujos nomes e endereços vão subscriptos, estamos desejosos de nos formar em uma companhia em conse-

quencia deste *memorandum* de associação e respectivamente concordamos em tomar o numero de acções no capital da companhia mencionado contra os nossos nomes respectivos..

| Nomes, endereços e descrição dos subscriptores                                                                              | Numero de acções tomadas por cada subscriptor |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| W. S. Andrws, 18 Old Broad Street, Londres, presidente da <i>Western and Brazilian Telegraph Comp., limited</i> .....       | 200                                           |
| Richard A. Browne, Reigate Surrey, director da <i>Western and Brazilian Telegraph Comp., limited</i> .....                  | 100                                           |
| Juo, Coppen, Ashford, Middlesex, director da <i>Western and Brazilian Telegraph Comp., limited</i> .....                    | 400                                           |
| D. A. Goodsall, 17 Devonshire Place W., director da <i>Western and Brazilian Telegraph Comp., limited</i> .....             | 200                                           |
| Alex. Wood, Abbey Wood, Kent, director-gerente da <i>Western and Brazilian Telegraph Comp., limited</i> .....               | 200                                           |
| R. M. Cunningham, Blomfield House, London, E. C., secretario da <i>Western and Brazilian Telegraph Comp., limited</i> ..... | 100                                           |
| E. Steer Hodson, Lamorna, King Charles Road, Surbiton, Surrey, contador.....                                                | 1                                             |

Datado do dia 5 de julho de 1895.

Testemunhas das assignaturas supra: Charles S. M. Bompas, 4 Great Winchester Street, E. C., procurador.

E' cópia fiel. — *Ernest Cleave*, registrador ajudante de companhias anonyms.

#### Estatutos da «The Amazon Telegraph Company limited

#### CONVIEM-SE NO SEGUINTE

##### I — INTRODUÇÃO

1. Os regulamentos contidos na tabella A da primeira cedula da lei de 1862 relativa a companhias, não deverão ser applicados a esta companhia, mas os seguintes deverão ser os regulamentos da companhia.

2. Na formação destes estatutos as seguintes palavras deverão ter os respectivos significados aqui destinados a ellas, a não ser que no contexto haja alguma cousa inconsistente com ellas :

a) palavras denotando sómente o numero singular deverão incluir tambem o numero plural e vice-versa ;



- b) palavras denotando somente o genero masculino deverão incluir tambem o genero feminino ;
- c) palavras denotando somente pessoas deverão incluir corporações ;
- d) « mez » deverá significar um mez contado segundo o calendario.

## II — CAPITULO

### 1 — Acções

3. As acções do capital da companhia poderão ser distribuidas, ou poder-se-ha de outra forma dispor dellas, a taes pessoas e por tal consideração, e em taes termos e condições como a directoria determinar.

4. Si varias pessoas forem registradas como possuidores em sociedade de qualquer acção, a sua responsabilidade com respeito a ella deverá ser parcial assim como collectiva.

5. Os testamenteiros ou administradores de um socio fallecido, que não for um possuidor em sociedade, e no caso de morte de um possuidor em sociedade, o sobrevivente ou sobreviventes deverão somente ser reconhecidos pela companhia como H. de P. N., tendo qualquer titulo ás acções registradas no nome do fallecido socio, mas nada aqui contido deverá ser interpretado como desobrigando os bens de um fallecido possuidor em sociedade de qualquer responsabilidade por acções possuidas por ella de sociedade com qualquer outra pessoa.

6. A companhia não deverá ser obrigada ou forçada de qualquer modo a reconhecer, mesmo quando tiver aviso disso, qualquer outro direito com respeito a uma acção, além de um direito absoluto a ella no possuidor della na occasião registrado, ou taes outros direitos, no caso de transmissão della, como são em seguida mencionados.

7. Os fundos da companhia não deverão ser gastos na compra de, ou emprestados sob a garantia das suas proprias acções.

### 2 — Certificados de acções

8. Todo socio deverá ter direito, sem pagamento, a um certificado sellado com o sello symbolico da companhia, especificando as acções possuidas por elle e a importancia paga sobre ellas.

9. O certificado das acções registradas nos nomes de possuidores em sociedade deverá ser entregue ao possuidor cujo nome figurar primeiro no registro dos socios.

10. Si um certificado se gastar pelo uso, for destruido ou perdido, elle poderá ser renovado, pagando-se um «shilling» (ou tal

somma inferior) como a companhia prescrever H. de P. em assemblea geral) na occasião de apresentar tal evidencia delle ter sido gasto pelo uso, destruido ou perdido, como a directoria considerar satisfactoria, e dando-se tal indemnisação, com ou sem garantia, como a directoria requisitar.

### 3 — Chamada sobre acções

11. A directoria poderá de tempos a tempos sujeitar a quaesquer termos sobre que quaesquer acções tiverem H. de P. sido N. P. (emitidas), fazer taes chamadas, como ella julgar conveniente, sobre os socios com respeito a todo o dinheiro que não tiver sido pago relativamente ás acções dalles, comtanto que pelo menos vinte e um dias de aviso de cada chamada seja dado e que nenhuma chamada exceda um quarto da importancia nominal de uma acção, ou seja pagavel dentro de dois mezes, a contar de quando a ultima chamada precedente tiver sido paga.

Cada socio deverá ser responsavel a pagar as chamadas assim feitas, e qualquer dinheiro pagavel com relação a qualquer acção sob os termos da distribuição della ás pessoas e nas occasiões e logares elegidos pela directoria.

12. Uma chamada deverá ser julgada ter sido feita na occasião em que a resolução da directoria autorizando tal chamada for passada.

13. Si qualquer chamada pagavel com respeito a qualquer acção, ou qualquer dinheiro pagavel com relação a qualquer acção sob os termos da distribuição della, não for pago no ou antes do dia designado para o pagamento, o possuidor ou adjudicado de tal acção deverá ser responsavel a pagar juros sobre tal chamada ou dinheiro desde tal dia até que for na realidade paga, qualquer taxa fixa pela directoria, não excedendo £ 10 por cento por anno.

14. A directoria poderá, si julgar conveniente, receber de qualquer socio que desejar adiantar o mesmo, todo ou qualquer parte do dinheiro não pago sobre qualquer das acções possuidas por elle, além das sommas chamadas na realidade quer como um emprestimo reembolsavel, quer como um pagamento adiantado de chamadas, mas tal adiantamento, quer seja reembolsavel quer não, deverá, até que for realmente reembolsada, extinguir, em tanto quanto se estender, a responsabilidade que existir sobre as acções com relação ás quaes elle for recebido. Sobre o dinheiro assim recebido, ou sobre tal porção delle como de tempos a tempos exceder a importancia das chamadas feitas então sobre as acções com respeito ás quaes tal adiantamento tiver sido feito, a companhia deverá pagar juros a tal taxa como o socio que adiantar o mesmo e a directoria combinarem, mas a quantia na occasião assim paga adiantada não será tomada em conta quando se verificar a importancia de qualquer dividendo ou bonus pagavel sobre quaesquer acções com respeito ás quaes tal adiantamento tiver sido feito.

#### 4 — *Transferencia e transmissão de acções*

15. A transferencia de qualquer acção da companhia deverá ser por escripto na usual forma ordinaria; e deverá ser assignada pelo transferente e o transferido.

16. Deverá pagar-se á companhia com relação ao registro de qualquer transferencia, tal emolumento, não excedendo dous shillings e seis pence, como a directoria considerar conveniente.

17. A directoria poderá, sem designar qualquer motivo, declinar, registrar qualquer transferencia de acções não completamente pagas, feita a qualquer pessoa não approvada por ella, ou feita por qualquer socio que de sociedade ou só estiver em debito ou sob qualquer responsabilidade para com a companhia ou qualquer transferencia de acções, quer completamente pagas quer não, feita a um menor ou a pessoa de espirito enfermo.

18. O instrumento de transferencia deverá ser depositado na companhia, acompanhado por um certificado da acção nelle comprehendida e tal evidencia como a directoria requisitar para provar o titulo do transferente, e então e sendo pago o competente emolumento e transferido deverá (sujeito ao direito da directoria de declinar registrar já mencionado) ser registrado como um socio com relação a tal acção e o instrumento de transferencia deverá ser retido pela companhia. A directoria poderá desistir da producção de qualquer certificado, havendo evidencia que a satisfaça da perda ou destruição delle.

19. Qualquer pessoa que se tornar intitulado a uma acção em consequencia da fallencia de um socio, ou de outro modo que não for transferencias, poderá, sujeita aos regulamentos acima contidos, ser registrada como um socio ao produzir o certificado de acção e tal evidencia de titulo como for requisitado pela directoria, ou poderá, sujeita aos ditos regulamentos, em vez de ser registrada ella propria, transferir tal acção. Deverá pagar-se á companhia com relação registro de qualquer transferencia tal emolumento, não excedendo dous shillings e seis pence, como a directoria considerar conveniente.

#### 5 — *Direito de retenção sobre acções*

20. A companhia deverá ter um primeiro e absoluto direito de retenção sobre todas as acções não completamente pagas, e sobre os juros e dividendos declarados ou pagaveis com relação a ellas, por todo o dinheiro devido a (incluindo chamadas feitas, mesmo quando a occasião indicada para o seu pagamento não tiver chegado) e responsabilidades que subsistirem com a companhia por ou da parte do possuidor registrado ou qualquer dos possuidores registrados dellas, quer só quer em sociedade com qualquer outra pessoa e poderá pôr em vigor tal direito de retenção por meio de venda ou confiscação de todas ou qualquer das acções sobre que o mesmo for applicavel. Comtante que a confiscação

não seja feita excepto no caso de uma divida ou responsabilidade a importancia da qual deverá ter sido averiguada, e que nenhum maior numero de acções poderá ser confiscado como os contadores da companhia certificarem serem equivalentes ao valor no mercado de tal divida ou responsabilidade na occasião.

*6 — Confiscação e renuncia de acções*

21. Si qualquer socio deixar de pagar qualquer chamada ou dinheiro pagavel sob os termos da distribuição de uma acção, no dia indicado para tal pagamento, a directoria poderá a qualquer tempo durante que o mesmo não for feito, dar-lhe aviso requisitando-o a pagar o mesmo juntamente com quaesquer juros que tiverem sido vencidos por tal somma e quaesquer despesas que tiverem sido incorridas pela companhia por causa de tal falta de pagamento.

22. O aviso deverá nomear uma outra data não sendo menos de sete dias a contar da data, em que o aviso for dado, na ou antes da qual tal chamada ou outro dinheiro, e todos os juros e despesas que tiverem sido incorridos por causa de tal falta de pagamento, deverão ser pagas, e o lugar onde o pagamento tiver de ser feito (e sendo o lugar assim indicado o escriptorio registrado da companhia ou qualquer outro local onde as chamadas da companhia forem usualmente feitas pagaveis) e deverá declarar que no caso de falta de pagamento no ou antes do dia e no lugar indicados, a acção com relação a qual tal pagamento for devido será sujeita a ser confiscada.

23. Si os requisitos de qualquer tal aviso como fica dito não forem satisfeitos, a acção a respeito da qual tal aviso tiver sido dado poderá, a qualquer tempo depois, antes do pagamento de todo o dinheiro devido relativamente a ella com juros e despesas ter sido feito, ser confiscada por uma resolução da directoria para esse effeito.

24. Qualquer acção confiscada deverá ser considerada propriedade da companhia, e poderá ser possuida, distribuida de novo, vendida ou por outro modo disposta de em tal maneira como a directoria julgar conveniente, e no caso de nova distribuição, com ou sem qualquer dinheiro pago relativamente a ella pelo anterior possuidor ter sido creditado como pago; mas a directoria poderá em qualquer occasião, antes de qualquer acção assim confiscada, ter sido distribuida de novo, vendida ou por outro modo disposta de, annullar a confiscção della sobre taes condições como a directoria julgar conveniente.

25. Qualquer socio cujas acções tiverem sido confiscadas deverá, não obstante tal confiscção, ser sujeito a pagar a companhia todas as chamadas ou outro dinheiro, juros e despesas devidas com respeito a taes acções na occasião da confiscção, juntamente com os juros respectivos desde a data da confiscção até a do pagamento, a razão de 10 libras por cento ao anno.

26. A directoria poderá aceitar a renuncia de qualquer acção como compromisso de qualquer questão relativamente ao possuidor estar propriamente registrado com respeito a ella, ou com respeito a pagamento ou compromisso no todo ou em parte de qualquer divida ou responsabilidade do possuidor da mesma para com a companhia. Qualquer acção assim vendida poderá ser disposta de na mesma maneira como uma acção confiscada.

27. Dado o caso de nova distribuição ou venda de uma acção confiscada ou renunciada ou da venda de qualquer acção para pôr em vigor um direito de retenção sobre ella da companhia, um certificado por escripto, sellado com o sello symbolico da companhia de que a acção foi devidamente confiscada, renunciada ou vendida de accordo com os regulamentos da companhia, deverá ser sufficiente evidencia dos factos nelle declarados contra todas as pessoas que reclamarem a acção.

Um certificado de propriedade deverá ser entregue ao comprador ou adjudicado, e elle deverá ser registrado com respeito a ella e então elle deverá ser considerado o possuidor da acção livre de todas as chamadas ou outro dinheiro, juros e despesas devidas anteriormente a tal compra ou distribuição, e elle não deverá ser obrigado a superintender a applicação do dinheiro da compra ou consideração, nem deverá o seu titulo á acção ser effectuado por qualquer irregularidade na confiscação, renuncia ou venda.

#### *7 — Consolidação e subdivisão de acções*

28. A companhia poderá em assembléa geral consolidar e subdividir as suas acções, ou quaesquer dellas em acções de quantia maior ou menor.

#### *8 — Augmento e redução de capital*

29. A directoria poderá, com o consentimento de uma assembléa geral da companhia, augmentar de tempos a tempos o capital da companhia pela emissão de novas acções.

30. Taes novas acções deverão ser de tal quantia, e deverão ser emittidas para tal consideração e sujeitas ás disposições em seguida contidas com relação ao consentimento dos possuidores de qualquer classe de acções, quando tal consentimento for necessario, com tal preferencia ou prioridade com relação a dividendos ou na distribuição do activo, ou com respeito á votação ou de outro modo sobre outras acções de qualquer classe, quer então já emittidas quer não, ou como acções que devam ser differidas a quaesquer outras acções com relação a dividendos ou na distribuição do activo, como a companhia em assembléa geral determinar, e sujeitas ás clausulas destes estatutos, ou na falta de qualquer tal determinação, as ditas clausulas deverão ter applicação ao novo capital da mesma maneira em todos os respeitos como ao capital original da companhia.

31. Sujeito às disposições das leis referentes a companhias, a companhia poderá, em assembléa geral, reduzir o seu capital, pagando capital, cancellando capital que tiver sido perdido ou não for representado por activo válido, reduzindo a responsabilidade das acções, cancellando acções não tomadas ou que qualquer pessoa tiver concordado em tomar, ou de outro modo, como parecer expediente, e capital poderá ser novamente chamado ou de outro modo.

### III — REUNIÕES DE SOCIOS

#### 1 — *Convocação de assembléas geraes*

32. A primeira assembléa geral deverá ser reunida em tal data (não sendo maior de quatro mezes depois do registro da companhia) e em tal logar como a directoria determinar.

33. Subsequentes assembléas geraes, outras além das convocadas por socios sob os poderes em seguida aqui contidos, deverão ser reunidas em tal occasião e logar como for prescripto pela companhia em assembléa geral, e si nenhuma occasião ou logar assim for prescripto, uma assembléa geral deverá ser reunida uma vez cada anno, depois do anno em que a companhia tiver sido encorporada, em tal dia e em tal logar, como for decidido pela directoria.

34. As assembléas geraes acima mencionadas deverão ser chamadas assembléas geraes ordinarias, todas as outras assembléas deverão ser chamadas assembléas geraes extraordinarias.

35. A directoria poderá todas as vezes que julgar conveniente, e deverá ao receber um requerimento feito por escripto por dez ou mais socios que possuirem juntos pelo menos a quinta parte do capital emittido, convocar uma assembléa geral extraordinaria.

36. Tal requerimento deverá expressar o fim da assembléa geral extraordinaria proposta ser convocada, e deverá ser deixado no escriptorio registrado da companhia.

37. Ao receber um requerimento, a directoria deverá logo proceder a uma assembléa geral extraordinaria para ter logar dentro de um mez a contar da data do recebimento. Em caso de faltar os requerentes, ou quaesquer outros cinco ou mais socios que possuirem uma decima parte do capital emittido, poderão elles mesmos convocar uma assembléa geral extraordinaria, para ser reunida em tal dia e em tal logar em Londres, como as pessoas que convocarem a mesma determinarem.

No caso que em qualquer tal assembléa geral extraordinaria uma resolução capaz de ser confirmada como uma resolução especial for passada, os requerentes ou quaesquer socios que possuirem a precisa somma de capital, poderão de igual maneira, mas sem outro requerimento, convocar a assembléa geral extraordinaria necessaria para confirmar a mesma.

38. Sete dias de aviso de qualquer assembléa (exclusive tanto o dia em que o aviso for dado, ou considerado como dado, como o dia da assembléa); especificado o dia, hora e logar da assembléa, deverá ser dada aos socios da maneira aqui em seguida mencionada, ou de tal outra maneira como de tempos a tempos for prescripto pela companhia em assembléa geral, mas o não recebimento de tal aviso por qualquer socio não deverá invalidar as sessões em qualquer assembléa geral.

39. O aviso convocando uma assembléa geral ordinaria deverá declarar a natureza geral de qualquer negocio de que se tencionar fallar nella, que não for declarar dividendos, eleger directores e contadores e votar a remuneração delles e considerar as contas apresentadas pela directoria e os relatorios da directoria e dos contadores. O aviso convocando uma assembléa geral extraordinaria deverá declarar a natureza geral do negocio de que se tencionar tratar nella.

## 2 — Procedimento em assembléas geraes

40. Tres socios presentes em pessoa deverão ser considerados um *quorum* em uma assembléa geral.

41. Si dentro de meia hora depois da hora marcada para a assembléa um *quorum* não existir presente, a assembléa, si tiver sido convocada a requerimento de socios, deverá ser dissolvida. Em qualquer outro caso ella deverá ficar adiada para tal dia na proxima semana e para tal logar, como for marcado pelo presidente.

42. Em qualquer assembléa adiada os socios presentes e intituados a votar, qualquer que seja o numero delles ou a importancia de acções ou de fundos possuidos por elles, deverão ter poderes para decidir sobre todos os assumptos que poderiam propriamente ter sido dispostos na assembléa geral em que o adiamento tiver tido logar.

43. O presidente da directoria, ou na sua ausencia o presidente substituto (si houver algum), deverá presidir como presidente em cada assembléa geral da companhia.

44. Si em qualquer assembléa geral o presidente ou o presidente substituto não estiverem presentes dentro de 15 minutos, a contar da hora marcada para a reunião da assembléa, ou si nenhum delles desejar actuar como presidente, os directores presentes deverão escolher um do seu numero para actuar, e si não houver director escolhido que deseje actuar, os socios presentes deverão escolher um do seu numero para actuar como presidente.

45. O presidente poderá, com o consentimento da assembléa, adiar qualquer assembléa geral de occasião para occasião e de logar para logar, mas nenhum negocio deverá ser tratado em qualquer assembléa adiada, a não ser o negocio deixado por acabar na assembléa em que o adiamento tiver tido logar.

46. Toda a questão submettida a uma assembléa geral deverá ser decidida, em primeiro logar, pelo levantamento de mãos, e

no caso de igualdade de votos o presidente deverá, tanto em um levantamento de mãos como em um escrutínio, ter um voto de desempate em addição ao voto ou votos a que elle for intitulado como um socio.

47. Em qualquer assembléa geral, a não ser que um escrutínio seja pedido, uma declaração feita pelo presidente, de que uma resolução foi passada ou perdida, e um lançamento para esse fim feito no livro de actas da companhia deverá ser sufficiente evidencia do facto, e no caso de uma resolução que requisitar qualquer particular maioria, que for passada pela maioria requerida sem prova do numero ou proporção dos votos recordados a favor ou contra tal resolução.

48. Um escrutínio poderá ser pedido por escripto sobre qualquer assumpto (que não seja a eleição de um presidente, de uma assembléa) por não menos de cinco socios presentes em pessoa e intitulados a votar, e que possuirem juntos acções da companhia da quantia nominal de não menos de £ 5.000.

49. Si um escrutínio for pedido, elle deverá ser tomado de tal maneira, em tal lugar, e quer immediatamente quer em tal outra occasião, dentro de 14 dias depois, como o presidente determinar antes da conclusão da assembléa, e o resultado de tal escrutínio deverá ser considerado como a resolução da companhia em assembléa geral, na data da tomada do escrutínio.

50. O pedido de um escrutínio não deverá obstar a continuação de uma assembléa para a transacção de qualquer negocio que não seja o assumpto sobre o qual um escrutínio tiver sido pedido.

### *3 — Votos em assembléas geraes*

51. Sujeitos a quaesquer termos especiaes com relação á votação sobre os quaes novo capital puder ser emittido, todo o socio deverá ter um voto com respeito a cada acção possuida por elle.

52. Os votos poderão ser dados quer pessoalmente, quer por procuração.

53. Si qualquer socio for de espirito enfermo, elle poderá votar por meio de seu tutor, curator bonus ou outro curador legal.

54. Si duas ou mais pessoas forem intituladas collectivamente a uma acção qualquer, uma das taes pessoas poderá votar em qualquer assembléa, quer em pessoa quer por procurador, com respeito a ella como si a dita pessoa fosse exclusivamente intitulada a ella, e si mais de um de taes possuidores em sociedade estiver presente em qualquer assembléa, quer em pessoa, quer por procuração, aquella de taes pessoas assim presentes cujo nome figurar primeiro no registro de socios com respeito a tal acção deverá sómente ser intitulada a votar com respeito a ella.



55. Nenhum socio deverá ter direito a estar presente ou a votar quer em pessoa quer por procuração em qualquer assembléa geral ou quando houver qualquer escrutinio ou exercer qualquer privilegio como um socio, a menos que todas as chamadas ou outro dinheiro vencido e pagavel com respeito a qualquer acção de que elle for o possuidor tiver sido pago, e nenhum socio deverá ter direito a votar em qualquer assembléa reunida depois do lapso de quatro mezes a contar do registro da companhia com respeito a qualquer acção que elle tiver adquirido por transferencia, a menos que elle tenha sido registrado como o possuidor da acção com respeito á qual elle reclamar votar durante pelo menos um mez previamente á data da reunião da assembléa em que elle se propuzer a votar.

56. O instrumento que nomear um procurador deverá ser por escripto assignado pelo outorgante ou, si tal outorgante for uma corporação, sellado com o sello symbolico della, em tal forma como a directoria de tempos a tempos approvar.

57. Nenhuma pessoa deverá ser nomeada procurador que não seja um socio da companhia, ou de outro modo com direito a votar, contanto que quando uma corporação for o possuidor registrado de acções da companhia, o procurador poderá ser qualquer socio de tal corporação, e tal procurador deverá durante o prazo da sua nomeação, ser tomado em virtude disso como um socio da companhia com respeito ao numero de acções possuidas pela corporação por quem elle for nomeado, para todos os fins excepto a transferencia de tais acções ou o dar recibos por qualquer dividendo sobre ellas.

58. O instrumento que nomear um procurador deverá ser depositado no escriptorio registrado da companhia não menos do que dois dias inteiros antes do dia para a reunião da assembléa em que a pessoa nomeada em tal instrumento se propuzer votar.

#### *4 — Assembléas de classes de socios*

59. No caso do capital da companhia ser representado por acções de diferentes classes os possuidores de qualquer classe de acções poderão, por uma resolução extraordinaria passada em uma assembléa de tais possuidores, consentir em nome de todos os possuidores de acções da classe na emissão ou criação de quaesquer acções que figurarem igualmente com ellas, ou que tiverem qualquer prioridade nella ou no abandono de qualquer preferencia ou prioridade ou de qualquer dividendo incorrido, ou na redução durante qualquer tempo ou permanentemente dos dividendos pagaveis sobre ellas, ou em qualquer projecto para a redução do capital da companhia que affectará a classe de acções, e tal resolução deverá ser obrigatoria a todos os possuidores de acções da classe, contanto que este artigo não seja interpretado como dando a entender a necessidade de tal consentimento em qualquer caso em que, si não fosse este artigo, o fim da resolução podesse ser effectuado sem ella.

60. Qualquer assemblea para o fim da ultima clausula precedente devera ser convocada e conduzida em todos os respeitos tao approximadamente como possivel for do mesmo modo como uma assemblea geral extraordinaria da companhia, comtanto que nenhum socio, não sendo o director, tenha direito a aviso della ou a assistir a ella, a menos que elle seja um possuidor de accões da classe que se tencionar affectar, pela resolução, e que nenhum voto deve ser dado excepto com respeito a uma accão daquella classe, e que em qualquer tal assemblea um escrutinio possa ser pedido por escripto por quaesquer cinco socios presentes em pessoa ou por procuração; e com direito a votar na assemblea.

#### IV — DIRECTORES

##### *1 — Numero e nomeação de directores*

61. O numero de directores não devera ser menos do que tres nem mais do que oito.

62. Os primeiros directores serão William Shalford Andrews, Lord Richard Howo Browne, John Coppen, Charles William Earle, David Henry Goodsall e Major Alexander Wood.

63. A companhia poderá de tempos a tempos em assemblea geral e dentro dos limites anteriormente providos neste documento, augmentar ou reduzir o numero de directores que na occasião estiveram em exercicio e ao passar qualquer resolução para um augmento poderá nomear o adicional director ou directores necessarios para levar a mesma a effeito, poderá tambem determinar em que ordem tal numero augmentado ou reduzido tiver de deixar o posto.

64. Os directores que continuarem ou director si for só um, poderão funcionar não obstante quiesquer vacaturas na directoria. Comtanto que si o numero da directoria for menos do que o minimo prescripto, os permanentes directores ou director deverão em seguida nomear um adicional director ou directores para preencher tal minimo, ou convocar uma assemblea geral da companhia para o fim de fazer tal nomeação.

65. A directoria poderá a qualquer tempo nomear qualquer pessoa qualificada como um director, quer para occupar uma vacatura casual quer como uma addição á directoria, mas de modo que o numero de directores não seja em qualquer occasião mais do que o numero maximo anteriormente provido neste documento, ou tal outro menor numero como de tempos a tempos for fixado como o maximo pela companhia de assemblea geral.

66. Nenhuma pessoa além de um director que se retire deverá ser eleito um director (excepto como um director nomeado pela directoria), a menos que aviso pelo menos de quatorze e não mais do que trinta dias inteiros seja deixado no escriptorio

registrado da companhia, na intenção de propol-o, juntamente com um aviso por escripto dado por elle da sua boa vontade de ser eleito.

## 2 — Qualificação e remuneração dos directores

67. A qualificação de um director deverá ser a posse de acções da companhia da importancia nominal de £ 1.000. Um director primitivo poderá funcionar antes de adquirir a sua qualificação, mas deverá em qualquer caso adquirir a mesma dentro de um mez da sua nomeação, e a não ser que elle faça isto, deverá ser considerado que elle se comprometteu a tomar as ditas acções da companhia e as mesmas deverão desde logo ser distribuidas a elle de accordo.

68. A directoria deverá ter direito a receber como remuneração em cada anno £ 1.500. Tal remuneração deverá ser dividida entre os directores em taes proporções e maneira como elles de tempos a tempos combinarem, ou na falta de convenio em partes iguaes.

## 3 — Poderes dos directores

69. O negocio da companhia poderá ser dirigido pela directoria, a qual poderá pagar todas as despesas de ou incidentaes á formação, registro e annuncios da companhia. A directoria poderá exercer todos os poderes da companhia, sujeita, não obstante, ás providões de quaesquer leis do Parlamento ou destes estatutos, e a taes regulamentos (que não forem inconsistentes com quaesquer taes providões ou com estes estatutos) como for prescripto pela companhia em assembléa geral, mas nenhum dos regulamentos feitos pela companhia em assembléa geral deverão invalidar qualquer acto prévio da directoria que seria valido si taes regulamentos não tivessem sido feitos.

70. Sem restringir a generalidade dos poderes precedentes, a directoria poderá fazer as seguintes cousas :

a) Nomear, de tempos a tempos, qualquer um ou mais do seu numero para ser director-gerente ou directores-gerentes, em taes termos relativamente a remuneração e com taes poderes e autoridades, e por tal prazo como ella julgar conveniente, e poderá revogar qualquer tal nomeação.

b) Nomear um ou mais agentes ou representantes da companhia no Brazil, em taes condições relativamente á remuneração, com taes poderes e autoridades, e por taes prazos como elles julgarem proprio, e poderem revogar taes nomeações.

c) Nomear qualquer pessoa ou pessoas para possuir em fidei-commisso para a companhia quaesquer bens pertencentes a companhia, ou nos quaes ella for interessada, ou para quaesquer outros fins, e executar e fazer todos taes instrumentos e cousas que forem necessarias com relação a qualquer tal fidei-commisso.

d) Nomear, para executar qualquer instrumento ou transigir qualquer negocio no estrangeiro, qualquer pessoa ou pessoas o procurador ou procuradores da directoria ou da companhia com taes poderes, como julgar conveniente, incluindo poderes para comparecer deante de todas as proprias autoridades e fazer todas as declarações necessarias de maneira a habilitar as operações da companhia a serem feitas com validade no estrangeiro.

e) Contrahir empréstimos de ou levantar qualquer somma ou sommas de dinheiro sobre tal garantia e sobre taes termos relativamente a juros ou de outro modo, como ella julgar conveniente, e para o fim de garantir aos mesmos e a juros, ou para qualquer outro fim, crear, emitir, fazer e dar, respectivamente quaesquer perpetuos, ou revivéis *debentures* ou *debenture stock*, ou qualquer hypotheca ou onus sobre a companhia ou a totalidade ou de qualquer parte dos bens presentes ou futuros, ou capital não chamado da companhia, e quaesquer *debentures*, *debenture stock* e outros penhores poderão ser feitos de modo a constituir um onus ou poderão ser de outro modo, e nem de, sobre todos ou quaesquer dos presentes ou futuros bens, empresa ou capital não chamado da companhia e de taes e feitos e emittoes livres de quaesquer equidades contra a companhia e a pessoa para quem os mesmos forem emitidos; previsto que a directoria não deverá sem o consentimento de uma assembléa geral da companhia, assim obter empréstimo ou levantar qualquer somma de dinheiro que faça a quantia obtida, emprestada ou levantada pela companhia e então em suspensão, extorcer a somma de £ 25.000, e de modo que toda a *debenture*, certificado de *debenture stock*, hypotheca ou outro onus seja sellado com o sello symbolico da companhia.

f) Fazer, sacar, aceitar, endossar e negociar respectivamente notas promissórias, letras, cheques, ou outros instrumentos negociaveis comtanto que toda a nota promissória, letra, cheque ou outro instrumento negociavel sacado, feito ou aceite, seja assignado pelo menos por dous dos directores e o secretario ou tal outra pessoa ou pessoas como a directoria nomear para esse fim.

g) Empregar ou emprestar os fundos da companhia não precisos para uso immediato, em ou sobre taes garantias como ella julgar conveniente (não sendo acções da companhia) mas incluindo valores moveis, e de tempos a tempos transpor qualquer emprego de dinheiro.

h) Dar a qualquer director que for requisitado a ir ao estrangeiro ou a prestar qualquer outro serviço extraordinario, tal remuneração especial pelos serviços prestados como ella julgar proprio;

i) Começar, conduzir, defender, comprometter ou abandonar procedimentos legais por e contra a companhia e seus officios ou que de outro modo digam respeito aos negocios da companhia, e tambem fazerem composição de quaesquer dividas devidas á ou por, ou quaesquer reclamações por ou contra a companhia, e

tambem referir quaesquer reclamações e pedidos por ou contra a companhia a arbitragem, e fazer e observar as decisões respectivas.

j) Vender, alugar, trocar, ou de outro modo dispor de, absoluta ou conditionalmente, todos ou qualquer parte dos bens, privilegios e empresa de companhia, em taes termos e condições, e por tal consideração como ella julgar conveniente.

k) Affixar o sello symbolico a qualquer documento, contanto que tal documento seja tambem assignado ao menos por dous dos directores e contra-assignado pelo secretario ou outro empregado nomeado para esse fim pela directoria.

l) Exercer os poderes da lei de 1864 relativa aos sellos das companhias, os quaes poderes aqui são dados á companhia.

m) Registrar ou incorporar a companhia como uma *Joint Stock Company*, *Société Anonyme* «Sociedade Anonyma» ou Sociedade Anonyma em qualquer paiz estrangeiro e ajustar e acceitar os estatutos respectivos.

#### 1 — Procedimento dos directores

71. A directoria poderá reunir-se para despachar negocios, adiar e de outro modo regularisar as suas reuniões, como julgar conveniente, e poderá determinar o *quorum* necessario para a transacção de negocios. Até que de outro modo for fixado, o *quorum* deverá ser tres directores.

72. O presidente ou quaesquer dous directores poderá em qualquer occasião convocar uma reunião da directoria.

73. Questões que se offerecerem em qualquer reunião deverão ser decididas por uma maioria de votos, e no caso de uma igualdade de votos o presidente deverá ter um segundo ou voto de desempate.

74. A directoria poderá eleger um presidente e presidente substituto das suas reuniões e determinar o prazo durante o qual elles tiverem de occupar o posto, mas si nenhum tal presidente ou presidente substituto for eleito ou si em qualquer assembléa elles não estiverem presentes na occasião nomeada para reunião da assembléa os directores presentes deverão escolher algum do numero delles para ser presidente de tal assembléa.

75. A directoria poderá delegar qualquer dos seus poderes, que não sejam os poderes de contrahir empréstimos e fazer chamadas, a comissões, consistindo de tal membro ou membros da sua corporação como ella julgar conveniente. Qualquer commissão assim formada deverá, no exercicio dos poderes e assim delegados, conformar-se com quaesquer regulamentos que de tempos a tempos foram ou forem impostos a ella pela directoria.

76. As reuniões e procedimento de qualquer tal commissão, consistindo de dous ou mais membros, deverá ser governada pelas provisões aqui contidas para regularisar as reuniões e procedimento da directoria, tanto quanto as mesmas forem applicaveis a ellas, e não forem invalidadas por quaesquer regulamentos feitos pela directoria sob a ultima clausula precedente.

77. Todos os actos feitos por qualquer reunião da directoria ou da comissão da directoria, ou por qualquer pessoa funcionando como director, deverão, não obstante ser de pois descoberto que houve alguma falta na nomeação de quaesquer taes directores ou pessoa funcionando como fica dito, ou que elles ou qualquer delles fossem desqualificados, ser validos como si toda tal pessoa tivesse sido devidamente nomeada e fosse qualificada para ser um director.

78. A directoria deverá fazer lavrar actas em livros providos para tal fim, de todas as resoluções e sessões de assembleas geraes e das reuniões da directoria ou comissões da directoria, e qualquer de taes actas, si for assignada por qualquer pessoa como sendo o presidente da assemblea a que ella se referir, ou em que ella for lida, deverá ser recebida como evidencia exclusiva dos factos nella declarados.

### 5 — Desqualificação dos directores

79. O posto de director deverá ficar vago:

- a) si elle occupar qualquer posto ou logar lucrativo na companhia, além dos autorizados neste documento ;
- b) si elle se tornar enfermo do espirito, fallir ou fizer composição com os seus credores ;
- c) si elle deixar de possuir a devida qualificação ;
- d) si elle mandar à directoria a sua resignação por escripto.

### 6 — Retirada e deposição dos directores

80. Na assemblea geral ordinaria no anno de 1898 e na assemblea geral ordinaria em cada subsequente anno, um terço dos directores na occasião ou si o seu numero não for um multiplo de tres, então o numero mais proximo a um terço, deverá retirar-se do posto. Um director gerente que exercer esse cargo por um prazo que não tiver expirado não poderá ser sujeito a retirada por esta clausula, ou ser contado ao averiguar-se o numero dos directores que tiverem de se retirar.

81. Os directores que tiverem de se retirar deverão ser aqueles que occuparem ha mais tempo o posto.

No caso de igualdade neste respeito os directores que tiverem de se retirar, a não ser que concordem entre si, deverão ser determinados por votação.

82. Um director que se retire deverá ser elegivel para re-eleição.

83. A companhia na assemblea geral em que quaesquer directores tiverem de se retirar deverá, sujeita a qualquer resolução reduzindo o numero de directores, completar os logares vagos, nomeando igual numero de pessoas.

84. Si em qualquer assemblea em que os directores deverem ser eleitos os logares de quaesquer directores que se retirarem não forem preenchidos, então, sujeitos a qualquer resolução

que reduzir o numero de directores, os directores que se retirarem, ou taes delles que não tiverem tido os seus logares preenchidos e tiverem boa vontade de funccionar, deverão ser considerados ter sido re-eleitos.

85. A companhia em assembléa geral poderá, por uma resolução extraordinaria, depor qualquer director (que não seja um director gerente occupando aquelle posto durante um prazo não terminado) antes da terminação do prazo do posto, e poderá, por uma resolução ordinaria, nomear outra pessoa qualificada em logar d'elle. A pessoa assim nomeada deverá occupar o posto somente durante tal tempo como o director em cujo logar ella for nomeada teria occupado o mesmo si não tivesse sido deposto, mas esta clausula não deverá evitar que elle seja elegivel para reeleição.

#### *7 — Indemnisação dos directores, etc.*

86. Todo o director, empregado ou criado da companhia deverá ser indemnizado dos fundos della por todas as custas, gastos, despezas, perdas e responsabilidades incorridas por elle na conducção do negocio da companhia ou no desempenho dos seus deveres; e nenhum director ou empregado da companhia deverá ser responsavel pelos actos ou omissões de qualquer outro director ou empregado, ou por motivo d'elle ter tomado parte em qualquer recebimento de dinheiro não recebido por elle pessoalmente, ou por qualquer perda por causa de defeito do titulo a quaesquer bens adquiridos pela companhia ou por causa da insufficiencia de qualquer garantia em ou sobre a qual qualquer dinheiro da companhia tiver sido empregado, ou por qualquer perda incorrida por causa de qualquer banqueiro, corretor ou outro agente, ou sobre qualquer outro assumpto seja qual for, a não ser os actos ou faltas de sua propria livre vontade.

### V — CONTAS E DIVIDENDOS

#### *1 — Contas*

87. A directoria deverá fazer com que sejam guardadas contas do activo e passivo, recebimentos e despezas da companhia.

88. Os livros de contas deverão ser guardados no escriptorio registrado da companhia, ou em tal logar ou logares como a directoria julgar conveniente. Excepto por autoridade da directoria, ou de uma assembléa geral, nenhum socio deverá ser intitulado como tal a inspecionar quaesquer livros ou papeis da companhia, além dos registros de socios e hypothecas.

89. O custo incorrido pela companhia de e incidental á aquisição por compra de qualquer propriedade da natureza depreciable, poderá ser tratado como dispendio de capital e espalhado por uma serie de annos, ou tratado de outro modo, como a directoria determinar, e a importancia de tal dispendio que na occasião estiver em suspenso poderá, para o fim de calcular os

lucros da companhia para os dividendos, ser considerados como um activo.

90. Na assembléa geral ordinaria em cada anno (depois da primeira assembléa ordinaria) a directoria deverá submeter aos socios um balanço e conta de lucros e perdas, tiradas até tão recente data como for praticavel, e revisadas como em seguida será provido, acompanhadas por um relatorio da directoria sobre as transacções da companhia durante o tempo coberto por taes contas. Uma cópia impressa de tal balanço, conta e relatorio deverá, sete dias préviamente à assembléa, ser entregue aos accionistas registrados da maneira em que os avisos são ordenados aqui em seguida a ser dados.

## 2 — *Revisão de contas*

91. Uma vez pelo menos em cada anno depois do anno em que a companhia tiver sido incorporada, as contas da companhia deverão ser examinadas, e a exactidão dos balanços, conta de lucros e perdas verificada por um contador ou contadores.

92. Os contadores poderão ser socios da companhia; mas nenhum director ou outro empregado da companhia deverá ser elegivel durante o tempo em que occupar o posto.

93. Os primeiros contadores deverão ser nomeados pela directoria; subsequentes contadores deverão ser nomeados pela companhia na assembléa geral ordinaria em cada anno.

94. A remuneração dos primeiros contadores deverá ser fixa pela directoria; a de subsequentes contadores deverá ser fixa pela companhia em assembléa geral.

95. Qualquer contador deverá ser elegivel para reeleição quando deixar o posto.

96. Si qualquer vacatura casual tiver lugar no posto de contador, ella deverá ser preenchida pela directoria, ou a directoria poderá convocar uma assembléa geral extraordinaria com o fim de supprir a mesma vacatura.

97. Os contadores deverão a pedido delles ter entregue a elles uma lista de todos os livros guardados pela companhia, e deverão em todas as occasiões razoaveis ter accesso aos livros e contas da companhia. Deverão tambem ser suppridos com uma cópia do balanço e da conta de lucros e perdas, e deverá ser obrigação delles examinar a mesma com os livros, contas e notas referentes a ellas.

98. Os contadores deverão certificar aos socios a exactidão dos balanços e contas de lucros e perdas e poderão fazer sobre os mesmos tal relatorio aos socios como elles julgarem conveniente.

## 3 — *Fundo de reserva e amortisação*

99. A directoria poderá, antes de recomendar qualquer dividendo, pôr de parte tirada dos lucros da companhia, tal somma como ella julgar conveniente, como um fundo de reserva



para fazer face á depreciação ou contingentes, ou para igualar dividendos, ou para concertar ou conservar qualquer propriedade da companhia, ou para quaesquer outros fins da companhia, e a directoria poderá, sem collocar os mesmos em reserva, transportar quaesquer lucros que ella julgar não ser prudente dividir. Contanto que sempre (e sem que por isso se limite a generalidade das precedentes disposições deste artigo) a directoria deverá em cada anno, começando com o anno que principiar em 1 de janeiro de 1896, pôr de parte tirando dos lucros da companhia a somma de £ 5.694 como um fundo de amortisação, até que tal fundo com suas accumulações, importe na somma de £ 250.000, e no caso que os lucros em qualquer anno não subam a £ 5.694, a deficiencia deverá ser completada pelos primeiros lucros a mais dos annos subsequentes.

#### 4 — Dividendo

100. A companhia em assembléa geral poderá, snjeito ao art. 14, declarar um dividendo para ser pago aos socios sobre a somma paga ou acreditada como paga sobre as suas acções segundo os interesses delles nos lucros, mas nenhum maior dividendo deverá ser declarado do que for recommendado pela directoria.

101. Quando na opinião da directoria a posição da companhia permittir dividendos interinos, poderão ser pagos aos socios por conta do dividendo para o anno então corrente.

102. A directoria poderá deduzir dos dividendos os juros pagaveis a qualquer socio todas taes sommas de dinheiro que forem devidas por elle á companhia por chamadas ou de outra fórma.

103. Todos os dividendos e juros deverão pertencer e ser pagos (sujeitos ao direito de retenção da companhia) áquelles socios que estiverem no registro na data em que tal juro for pagavel respectivamente, não obstante qualquer subsequente transferencia ou transmissão de acções.

104. Si varias pessoas forem registradas como possuidores em sociedade de qualquer acção, qualquer uma de taes pessoas poderá dar recibos efficazes por todos os dividendos e juros pagaveis com respeito a ella.

105. Nenhum dividendo deverá vencer juros da companhia.

#### VI — AVISOS

106. Um aviso poderá ser dado pela companhia a qualquer socio, quer em pessoa quer pelo Correio em uma carta franqueada endereçada a tal socio no seu endereço registrado.

107. Qualquer socio que residir fóra do Reino Unido, poderá indicar um endereço dentro do Reino Unido no qual todos os avisos dados em tal endereço deverão ser considerados como bem dados. Si elle não tiver indicado um tal endereço, elle não deverá ser intitulado a quaesquer avisos.

108. Qualquer aviso, si for dado pelo Correio, deverá ser considerado como dado no dia depois do dia em que elle tiver sido lançado no Correio, e ao provar-se que tal aviso foi dado deverá ser sufficiente provar que elle foi propriamente endereçado e lançado no Correio.

109. Todos os avisos que tiverem de ser dados aos socios, deverão com respeito a qualquer acção a que pessoas sejam intituladas em sociedade, ser dados a qualquer das taes pessoas que estiver indicado primeiro no registro dos socios, e um aviso assim dado deverá ser sufficiente aviso a todos os possuidores de tal acção.

110. Todo o testamenteiro, administrador, commissario ou fidei-commissario de um fallido ou em liquidação, deverá ser absolutamente obrigado por cada aviso assim dado como fica dito, si for mandado para o ultimo endereço registrado de tal socio, não obstante a companhia ter tido aviso da morte, loucura, fallencia ou impossibilidade de tal socio.

#### VII — LIQUIDAÇÃO

111. Si na occasião de liquidar a companhia, o activo excedente for mais do que sufficiente para reembolsar a totalidade do capital pago, o excesso deverá ser distribuido entre os socios em proporção ao capital pago, ou que tiver sido pago sobre as acções por elles respectivamente no Adep. principio NP da liquidação, a não serem quantias pagas em adeantamento de chamadas. Si o activo excedente for sufficiente para reembolsar a totalidade do capital pago, tal activo excedente deverá ser distribuido de modo que, tão approximadamente como for possível, as perdas sejam soffridas pelos socios em proporção ao capital pago, ou que devesse ter sido pago sobre as acções possuidas por elles respectivamente no principio da liquidação, a não ser quantias pagas em adeantamento de chamadas. Mas esta clausula deverá ser sem prejuizo dos direitos dos possuidores de acções emitidas sob condições especiaes.

112. O liquidatario de qualquer liquidação (seja voluntaria, sob supervisão ou forçada), poderá, com o consentimento de uma resolução extraordinaria, dividir entre os contribuintes, em moeda, qualquer parte do activo da companhia, e poderá, com o mesmo consentimento, investir qualquer parte do activo da companhia em fidei-commissario, sobre taes fidei-commissos para beneficio dos contribuintes, como o liquidatario com igual consentimento julgar conveniente.

113. Qualquer tal liquidatario poderá (irrespectivamente dos poderes conferidos nelle pelas leis relativas a companhias e como um poder adicional), com o consentimento de uma resolução especial, vender a empresa da companhia, ou a totalidade ou qualquer parte do activo, por acções completa ou parcialmente pagas ou obrigações de, ou outro interesse em qualquer outra companhia, e poderá pelo contracto de venda conceder ou dis-

tribuir directamente aos socios o resultado da venda em proporção aos interesses respectivos delles na companhia, e no caso das acções desta companhia serem de diferentes classes, poderá fazer disposições para a distribuição com respeito a acções de preferencia desta companhia, a obrigação da companhia compradora, ou acções da companhia compradora com qualquer preferencia ou prioridade sobre ou com uma quantia maior paga do que as acções distribuidas com respeito a acções ordinarias desta companhia, e poderá ainda pelo contracto limitar um prazo na expiração do qual as acções, obrigações, ou outro interesse não accetites ou que for preciso vender, devam ser consideradas como tendo sido recusadas e estarem á disposição do liquidatario ou da companhia compradora.

114. Feita qualquer venda sob o ultimo artigo precedente, ou sob os poderes concedidos pela secção 161 da lei de 1832 relativa a companhias, nenhum socio deverá ser intitulado a requerer que o liquidatario se abstenha de levar a effeito a venda ou a resolução autorisando a mesma, ou compre tal interesse de socio nesta companhia, mas, no caso que qualquer socio tiver vontade de acceitar as acções, obrigações ou interesses a que, sob tal venda, elle seria intitulado, elle poderá, dentro de 14 dias depois de passada a resolução autorisando a venda, por aviso por escripto dado ao liquidatario, requerer que ella venda taes acções, obrigações ou interesse, e em consequencia as mesmas deverão ser vendidas de tal maneira como o liquidatario julgar conveniente, e o producto liquido deverá ser pago ao socio que requerer tal venda.

*Nomes, endereços e descrições dos subscriptores*

W. S. Andrews, 18 Old Broad Street, London, presidente da *Western and Brazilian Telegraph C.<sup>o</sup> Limited.*

Richard R. Browne, Reigate, Surrey, director de *Western and Brazilian Telegraph C.<sup>o</sup> Limited.*

Jno. Coppen, Ashford; Middlesex, director da *Western and Brazilian Telegraph C.<sup>o</sup> Limited.*

D. A. Goodsall, 17 Devonshire Place W., director da *Western and Brazilian Telegraph C.<sup>o</sup> Limited.*

Alex. Wood, Abbey Wood, Kent, director-gerente da *Western and Brazilian Telegraph C.<sup>o</sup> Limited.*

R. M. Cunningham, Blomfield House, Londres, E. C., secretario da *Western and Brazilian Telegraph C.<sup>o</sup> Limited.*

E. Steer Hodson, Lamorna, King Charles Road Surbiton, Surrey, contador.

Datado no dia 5 de julho de 1895.

Testemunha das assignaturas acima subscriptas: Charles S. M. Bompas, 4 Great Winchester Street, E. C., procurador.

E' cópia fiel. — Ernest Cleave, registrador ajudante das companhias anonymsas.



## DECRETO N. 2193 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1895

Autorisa o Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas a revalidar o termo de transferencia de 31 de março de 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á exposiçào que nesta data lhe fez o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, ácerca da omis-são da assignatura do Ministro no termo de 31 de março de 1891, em que os concessionarios do decreto n. 1083 de 28 de novembro de 1890 transferiram á Companhia Estrada de Ferro Nordeste do Brazil os privilegios e direitos constantes do dito decreto ;

Considerando que, além de suppor-se tal omis-são involuntaria, actos sobrevieram da parte daquelle Ministerio que significam o reconhecimento da companhia para os effeitos da concessão, como seja a approvaçào dos estudos da Estrada de Ferro de Petrolina ao littoral do Estado do Piahy, objecto do decreto de 28 de novembro de 1890 ;

Resolve autorisar o dito Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas a revalidar o termo de 31 de março de 1891, pelo acto indicado na exposiçào referida.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1895, 7.ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*

Exposiçào a que se refere o decreto n. 2193 de 16 de dezembro de 1895

Sr. Presidente — O Governo Provisorio, por decreto n. 1083, de 28 de novembro de 1890, concedeu privilegio e garantia de juros de 6 % ao engenheiro civil Joaquim José Barrão e ao bacharel Agostinho Corrêa para a construcção de uma estrada de ferro entre Petrolina e o littoral do Estado do Piahy. Organizando os concessionarios a Companhia Estrada de Ferro Nordeste do Brazil, requereram, em data de 20 de fevereiro de 1891, que se mandasse lavrar o competente termo de transferencia da concessão. O despacho de 24 de maio do Sr. Barão de Lucena, que então dirigia este Ministerio, foi favoravel ao pedido, declarando aliás que a permissão da transferencia dos direitos era obvia, desde que o decreto da concessão autorizava a organisação da companhia.

De conformidade com o despacho lavrou-se o termo de transferencia no competente livro da Secretaria de Estado, em data de 31 de março ; mas, assignado pelos interessados e testemunhas deixou de o ser pelo Ministro que o ordenara. Mais tarde, negada a existencia da companhia para os fins expressos no decreto

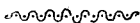
citado, e não despachado o requerimento em que esta pedia que fosse dado por válido o termo de 31 de março, succedeu que, examinados e aceitos, mediante correção, os estudos da estrada, cuidou a Secretaria de verificar si o despacho que deu tal aprovação annullava ou não o que negara ao termo de transferencia os devidos effeitos, ou si, a despeito da aprovação dos estudos, perdura a nullidade do dito termo, pela falta subsistente da assignatura do Ministro.

Os factos ultimamente narrados occorreram no decurso de 1893. Varios incidentes se deram extranhos á solução do ponto controverso, antes e depois do decreto de 19 de junho do corrente anno, promulgado pelo Presidente do Senado, segundo o qual ficou prorrogado por dous annos o prazo concedido á Companhia Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba, successora da Companhia Estrada de Ferro Nordeste do Brazil, para dar começo aos respectivos trabalhos.

Tendo examinado o processo de que ora trato, chego á conclusão de que a falta da assignatura do ex-Ministro, Sr. Buão de Lucena, não representa aqui nenhuma intenção formal de negar a transferencia; porquanto, si tal intenção houvesse, não mandaria lavrar o termo ou não se limitaria a negar-lhe silenciosamente a sua assignatura.

Isto posto, Sr. Presidente, e, em vista já dos despachos deste Ministerio, já do decreto de 19 de junho ultimo, convém que me autoris-se a lavrar acto novo em que esta exposição seja satisfactoriamente contida e por onde se regularize a transferencia da concessão á Companhia Estrada de Ferro Nordeste do Brazil, de que é successora a Companhia Estrada de Ferro Petrolina e Parnahyba.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1895. — *Antonio Olympio dos Santos Pires.*



#### DECRETO N. 2191 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1895

Estabelece regras para a execução do art. 3º da lei n. 322 de 8 de novembro de 1895.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para a execução do art. 3º da lei n. 322 de 8 de novembro do corrente anno:

Decreta:

Art. 1.º Os Vice-Consulados em Baltimore e Nova Orleans ficarão sob a jurisdicção do Consulado Geral em Nova-York ;

os em Francfort sobre o Meno e Bremen, sob a do Consulado Geral em Hamburgo ;

o em Vigo, sob a do Consulado Geral em Barcelona ;

os no Rosario, S. Thomé e Libres, sob a do Consulado Geral em Buenos-Aires.

Art. 2.º Para os cargos de vice-consules, creados pelo referido artigo, serão nomeados de preferencia cidadãos brasileiros nas condições exigidas para os de consul e chanceller.

Art. 3.º As nomeações serão feitas por portaria do Ministro das Relações Exteriores.

Art. 4.º Os nomeados que tiverem as condições exigidas para consul ou chanceller ficarão pertencendo ao Corpo Consular e terão direito à promoção.

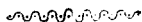
Art. 5.º Os cargos do consul sem remuneração serão considerados de simples comissão e exercidos de preferencia por cidadãos brasileiros com as habilitações legais para consul e chanceller.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



#### DECRETO N. 2195 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1895

Desliga o 23º batalhão de infantaria do commando superior da Guarda Nacional da comarca de Cachoeira, e annexa-o ao da de S. Felix, ambas no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica desligado do commando superior da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia, e annexado ao da comarca de S. Felix, no mesmo Estado, o 26º batalhão de infantaria da Guarda Nacional daquela comarca, ora reduzido a quatro companhias; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2196 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia, se comporá dos actuaes 13º, 14º, 15º, 16º, 21º e 22º batalhões de infantaria do serviço activo; 4º, 6º e 37º batalhões da reserva, todos reduzidos a quatro companhias cada um; da 10ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo, elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 234º, e de mais um regimento de cavallaria e um batalhão de artilharia de posição, este com quatro baterias e a designação de 7º e aquelle com igual numero de esquadras e a designação de 64º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organisados:

O 13º batalhão de infantaria, no districto da cidade da Cachoeira;

O 14º, no de Nossa Senhora da Conceição de Nova Feira;

O 15º, no de S. Gonçalo de Campos;

O 16º, no de S. Thiago de Iguaçu;

O 21º, no de Santo Estevão de Jacuipê;

O 22º, no de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas;

O 234º, no de Belém;

O 4º batalhão da reserva, nos districtos dos batalhões de infantaria ns. 21 e 22;

O 6º, nos dos de ns. 14, 15 e 234;

O 37º, nos dos de ns. 13 e 16;

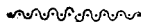
O 64º regimento de cavallaria e o 7º batalhão de artilharia de posição, em todos os districtos da referida comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2197 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de Guardas Nacionais do serviço activo na comarca de Pirassununga, no Estado de S. Paulo.

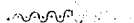
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Pirassununga, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 222º, o qual será organizado com os guardas do mesmo serviço, qualificados no districto da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2198 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1895

Crea mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais no municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado no municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco, mais um batalhão de infantaria de Guardas Nacionais do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 153º, o qual se organizará com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de dezembro de 1895, 7ª da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*





## DECRETO N. 2199 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1895

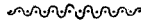
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 1 do art. 9º da lei n. 266 de 24 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de seiscentos e dezoito contos setecentos e cincoenta mil réis (618:750\$), sendo 141:750\$ á verba — Subsidio aos senadores e 477:000\$ á verba — Subsidio aos deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com o subsidio aos senadores e deputados, durante a prorrogação da actual sessão do Congresso Nacional até 30 de dezembro corrente.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2200 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1895

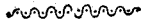
Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de 58:500\$, sendo 23:000\$ á verba — Secretaria do Senado e 32:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo n. 7 do art. 92 da lei n. 266 de 24 de dezembro do anno passado, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1895, o credito supplementar de cincoenta e oito contos e quinhentos mil réis (58:500\$), sendo 23:000\$ á verba — Secretaria do Senado e 32:500\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados, afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de stenographia, redacção e publicação dos debates do Congresso Nacional durante a prorrogação da actual sessão legislativa até 30 de dezembro corrente.

Capital Federal, 23 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.



## DECRETO N. 2201 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Guerra credits parciaes até 14.000:000\$ para occorrer ás despesas extraordinárias com o Exército e corpos patrióticos no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 357, de hoje datado, resolve abrir ao Ministerio da Guerra credits parciaes até a somma de 14.000:000\$ (quatorze mil contos de réis), sendo 12.847:922\$500 para occorrer ás despesas extraordinárias já reconhecidas com o Exército e corpos patrióticos no Estado do Rio Grande do Sul e o saldo de 1.152:077\$500 para a liquidação das que forem verificadas até o fim do actual exercicio.

Capital Federal, 24 de dezembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Bernardo Vasques.*

~~~~~

## DECRETO N. 2202 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1895

Fixa a sede da Legação na Colômbia e Equador.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento do disposto no art. 2<sup>o</sup> da lei n. 323 de 8 de novembro do corrente anno :

Decreto:

Artigo unico. A sede da Legação nas Republicas do Equador e da Colombia é fixada na Capital da segunda.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1895, 7<sup>a</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*

~~~~~

## DECRETO N. 2203 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1895

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Batataes, no Estado de S. Paulo.

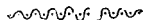
O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Batataes, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 40º, 41º e 51º batalhões de infantaria, 15º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 99º, ora creado, os quaes se organisarão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1894, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2204 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1895

Publica a adhesão dos protectorados britannicos de Zanzibar e da Africa Oriental á Convenção Postal Universal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão dos protectorados britannicos de Zanzibar e da Africa Oriental á Convenção Postal Universal (convenção principal), segundo a communicação do Conselho Federal Suizo de 26 de corrente ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official este acompanha.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1895.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Carlos Augusto de Carvalho.*



## DECRETO N. 2205 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1895

Concede ao Instituto Benjamin Constant do Estado de Pernambuco as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações presta-las pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmaes de ensino e modo por que são executados no Instituto Benjamin Constant do Estado de Pernambuco, resolve conceder a este estabelecimento de instrução, na forma do disposto no decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional e de que tratam os arts. 431 do decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891 e 38, parographo unico, do de n. 981 de 8 de novembro de 1890.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



## DECRETO N. 2206 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1895

Extingue o hospital de isolamento da ilha de Santa Barbara e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o hospital de isolamento estabelecido na ilha de Santa Barbara e destinado a tratamento de doentes de variola não reúne as precisas condições hygienicas, não tem capacidade para um estabelecimento desta natureza e nem poderá ser convenientemente augmentado ou melhorado, attenta a sua situação topographica; e

Tendo em vista o disposto no art. 3º, parte 1ª, da lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894, resolve:

Art. 1.º Ficará extinto o hospital de Santa Barbara e supprimidos os respectivos logares, de nomeação do Governo ou das autoridades sanitarias federaes, logo que tenha alta o ultimo dos enfermos até esta data alli recolhidos.

§ 1.º O alludido pessoal, clinico e administrativo, desde que cesse o exercicio alli, servirá como addido nos demais hospitaes de isolamento, até que seja provido nas vagas que nestes se verificarem;

§ 2.º Os enfermos de variola que d'ora em diante tiverem de ser isolados serão remettidos para o hospital marítimo de Santa Isabel, o qual ficará sob a jurisdicção do director geral do Instituto Sanitario Federal ;

§ 3.º Os enfermos de febre amarella, quer do porto, quer de terra, serão tratados no hospital de S. Sebastião.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*



#### DECRETO N. 2207 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1895

Dá nova organização á Brigada de Artifices Militares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida ao Poder Executivo pelo art. 2º, § 8º, da lei n. 242, de 13 de dezembro de 1894, revolve reorganisar a Brigada de Artifices Militares, creada pelo decreto n. 948, de 5 de novembro de 1890, observando-se na mesma brigada o regulamento que com este baixa, assignado pelo Almirante Elisiario José Barbosa, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisiario José Barbosa.*

### **Regulamento para a Brigada de Artifices Militares da Marinha**

#### CAPITULO I

##### DA ORGANISAÇÃO E FINS DA BRIGADA

Art. 1.º A Brigada de Artifices Militares da Marinha será composta de carpinteiros, serralheiros, caldeiros de cobre e armeiros, todos destinados especialmente a servir como operarios a bordo dos navios da Armada Nacional.

Art. 2.º O quadro da Brigada, que será organizado pelo Quartel General da Armada e approved pelo Ministerio da Marinha, se comporá dos differentes artifices distribuidos em tres classes 1.ª, 2.ª e 3.ª, para cada officio mencionado no artigo precedente.

Art. 3.º Na hierarchia militar serão os artifices da Brigada equiparados:

- os da 1.ª classe, aos mestres ;
- os da 2.ª classe, aos contramestres ;
- os da 3.ª classe, aos guardiães.

Serão, porém, sempre considerados mais modernos do que os officiaes marinhaes nas respectivas classes, quer em serviço ou fora delle, quer nas relações officiaes.

Art. 4.º Os artifices militares arrumearão com os officiaes inferiores e entre estes terão alojamento.

Art. 5.º Ficem directamente subordinados ao Chefe do Estabelecimento-Maior General, como chefe que é de todo o pessoal de embarque, correndo todo o serviço que lhes diz respeito pela 3.ª Secção do Quartel General.

Art. 6.º Quando desembarcados, a residencia dos artifices militares será a Capital Federal.

Art. 7.º Na 3.ª Secção do Quartel General da Marinha, na fórma do art. 5.º, achar-se-ha o livro-mestre de assentamentos dos artifices militares, o qual será escripturado pelo mesmo modo por que o é dos officiaes marinhaes.

## CAPITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8.º Depois de organizada a Brigada de Artifices Militares, ninguem poderá ser admittido sinão na 3.ª classe, mostrando previamente:

1.º, que é cidadão brasileiro o que está no gozo de seus direitos civis e politicos, o que será comprovado com documento authentic (folha corrida no civil e no crime);

2.º, que é maior de 21 e menor de 30 annos, o que será provado com certidão de idade ou documento que porte por si;

3.º, que tem a robustez necessaria á vida do mar, o que será julgado por Junta de saude;

4.º, que sabe ler, escrever e as quatro operações fundamentaes da arithmetica;

5.º, que conhece a sua arte ou officio.

Art. 9.º As provas de habilitações serão prestadas perante uma commissão composta, conforme o officio do artifice, de um ajudante da Directoria de Construcções Navaes, de Machinas ou de Artilharia, e dous mestres das mesmas officinas o do amanuense da respectiva directoria, que servirá de secretario.

§ 1.º O ajudante da Directoria conhecerá e julgará, além da

habilitação profissional do candidato, as de que trata o § 4º do artigo antecedente, cabendo aos mestres o julgamento da aptidão profissional.

§ 2.º A comissão, segundo o merito artistico do candidato, o julgará, no termo que do exame lavrar, e que pelos tramites legais remetter ao Chefe do Estado-Maior General da Armada, habilitado ou não para pertencer á Brigada de Artifices Militares.

§ 3.º Conjuntamente com este termo, apresentará o Chefe do Estado-Maior General da Armada á Secretaria do Estado a proposta da nomeação do candidato habilitado.

Art. 10. Serão sempre preferidos para a admissão na Brigada de Artifices Militares os operarios do quadro ordinario dos Arsenaes de Marinha da Republica, aos quaes se dispensarão as provas de aptidão exigidas por este regulamento; ficando, entretanto, subentendido que a admissão será sempre na 3ª classe, seja qual for a do operario do Arsenal.

Art. 11. Os armeiros deverão ser aptos para armamento e desarmamento, conservação e indispensaveis reparações possiveis a bordo nas armas portateis, nos canhões de tiro rapido de pequeno calibre, metralhadoras e canhões revolvers, especialmente no que diz respeito aosapparelhos de repetição.

Art. 12. Os operarios do quadro dos Arsenaes de Marinha da Republica, que se alistarem na Brigada de Artifices Militares, serão eliminados do respectivo quadro.

§ 1.º Perderão o direito á pensão que lhes confere o decreto n. 127, de 29 de novembro de 1892, sendo por isso indemnizados da importancia das contribuições com que houverem concorrido para o montepio correspondente.

Art. 13. Fica subentendido que, para os operarios dos Arsenaes, que pretendam alistar-se na Brigada de Artifices Militares, subsiste a condição da idade a que se refere o § 2º do art. 8º.

Art. 14. Quando não houver alistamento de operarios do quadro dos Arsenaes de Marinha, o Quartel-General poderá chamar por editaes os individuos que quizerem servir na Brigada de Artifices Militares, sujeitando-se ao que preceitua este regulamento.

Art. 15. Quando, ainda por este meio, não for possivel preencher os claros do quadro da Brigada de Artifices Militares, poderá o Ministro da Marinha nomear interinamente os operarios do quadro extraordinario dos Arsenaes de Marinha, os quaes, no caso de recusa sem motivo justificado, serão eliminados dos mesmos Arsenaes.

### CAPITULO III

#### DAS NOMEAÇÕES, ATTRIBUIÇÕES E DEVERES

Art. 16. Os artifices militares serão nomeados por portaria do Ministro da Marinha sob proposta do Chefe do Estado-Maior General da Armada, ouvida a 3ª Secção do Quartel-General.

Art. 17. Os artifices militares, além dos deveres de disciplina, executarão a bordo todos os serviços e trabalhos inherentes aos

seus officios, dentro do limite de suas habilitações; tendo especialmente a seu cargo — os carpinteiros, a conservação de todos os moveis, obras de madeira e calafeto; os serralheiros, todas as fechaduras, portas estanques e accessorios; os caldeireiros de cobre, todos os encanamentos dos diversos serviços de bordo e respectivas bombas e valvulas, bem assim as vigias-portinhelas e latrinas; e os armeiros, o que disser respeito ao armamento militar do navio.

Art. 18. No regimen interno de bordo, todos os artifices ficarão subordinados ao official immediato, podendo os serralheiros e caldeireiros de cobre, na execução de serviços que lhes forem ordenados, utilizar-se das machinas, ferramentas eapparelhos a cargo do chefe de machinas, com prévio conhecimento deste.

Art. 19. Sempre que for possível, o pessoal da Brigada de Artifices Militares será escolhido dentre os operarios do quadro ordinario e extranumerario dos Arsenaes de Marinha da Republica.

Art. 20. Nos navios de 1ª e 2ª classes embarcarão os artifices de 1ª classe, e só por excepção ou falta absoluta destes se dará em taes navios embarque aos das demais classes, sendo que em caso algum poderão os artifices de 3ª classe embarcar em navios de 1ª classe.

Art. 21. O Quartel-General fixará a lotação de artifices militares para os navios da Armada, attendendo às suas classes.

Art. 22. Os navios em desarmamento ou em disponibilidade não terão artifices militares em sua lotação.

Art. 23. As remoções ou substituições de uns para outros embarques serão feitas attendendo-se á escala do serviço, baseando-se no direito de antiguidade dos mais folgados, competindo sempre aos mais antigos o direito de primeiro serviço.

Art. 24. A ferramenta e mais utensilios, de que carecerem para execução de seus trabalhos a bordo, ser-lhes-hão fornecidos pelo Estado, precedendo relação organizada por bordo e approvada pelo Quartel-General. Taes ferramentas serão entregues aos responsaveis competentes, mediante as garantias e cautelas de que trata o art. 30 do regulamento annexo ao decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870.

Art. 25. Os artifices militares serão responsaveis pelo estrago, perda e desvio das ferramentas que lhes forem confiadas, e obrigados a indemnisar o custo respectivo por meio de descontos em seus vencimentos, conforme a lei.

## CAPITULO IV

### DAS PROMOÇÕES, REFORMAS E ASYLO

Art. 26. O preenchimento das vagas existentes, ou que se derem na Brigada de Artifices Militares, será gradual e successivo, a partir da 3ª classe.

Art. 27. Nenhuma promoção será feita entre os artifices militares sem que o candidato se submeta ao exame profissional



prestado pelo modo indicado pelo art. 9º para provar sua aptidão e, portanto, um dos requisitos para o accesso que pretender.

Art. 28. Além da aptidão demonstrada no exame obrigatorio, a que se refere o artigo anterior, e que será, por intermedio do Ministro da Marinha, requisitado pelo chefe do Estado-Maior General da Armada à Inspectoria do Arsenal, para o preenchimento das vagas existentes na Brigada de Artifices Militares, se attenderá, na promoção, ás seguintes condições de merecimento :

1º, maior tempo de embarque ;

2º, desempenho irreprehensivel de deveres, com probidade e zelo pelo serviço ;

3º, aptidão profissional, provada no desempenho de obras que lhe sejam commettidas ;

4º, boa conducta civil e militar.

Art. 29. Dous terços das vagas serão preenchidos por merecimento e um terço por antiguidade, observadas sempre as disposições do art. 27.

Art. 30. A reforma e todas as vantagens, de que gosarem os officiaes marinheiros, serão extensivas aos artifices militares.

Art. 31. Os artifices militares contarão tempo de serviço e antiguidade, e perceberão seus vencimentos da data em que se apresentarem ao Quartel-General da Armada.

Art. 32. Os artifices militares, oriundos do pessoal artistico dos Arsenaes da Republica, contarão como util, para a reforma de que trata o art. 30, o tempo de serviço que houverem prestado naquelles estabelecimentos, pela forma indicada no respectivo regulamento.

Art. 33. Os artifices militares são obrigados a contribuir com um dia do respectivo vencimento para o Asylo de Invalidos afim de poderem utilizar-se dos beneficios desta instituição.

Art. 34. Os artifices militares, que contarem mais de 15 annos de serviço na Armada, só poderão ser demittidos em virtude de sentença condemnatoria ; computando-se, para os que provierem dos quadros dos operarios dos Arsenaes da Republica, o tempo, conforme preceitua o art. 32.

Art. 35. Os que, porém, contarem mais de 30 annos de serviço na Armada, dos quaes, pelo menos, 10 de embarque, serão reformados na forma das leis que a respeito vigorarem para os officiaes marinheiros.

## CAPITULO V

### DA DISCIPLINA EM GERAL

Art. 36. Os artifices militares ficam sujeitos á disciplina militar e á penalidade criminal que vigorar na Armada, sendo, porém, isentos de castigos de ferros, prisão no porão, prisão solitaria e gollilha. Essas penas serão substituidas pelas seguintes: prisão no alojamento ou camarote, privação de licença, desconto na respectiva gratificação (os quaes não excederão de 1/3 em cada mez).

Art. 37. Os artifices militares, que tiverem conducta irregular, forem indisciplinados e se mostrarem inhabeis em seu officio, serão demittidos, com impossibilidade de readmissão na Brigada, si não tiverem completado quinze annos de serviço, conforme o art. 34; e si os tiverem attingido ou excedido, serão reformados administrativamente, precedendo, em qualquer dos casos, um conselho de disciplina nomeado pelo Quartel-General.

Art. 38. Os artifices militares accusados de deshonestos e immoraes serão subnettidos a conselho de guerra; e, procedendo a accusação, forem consequentemente condemnados, serão, depois de cumprida a sentença, eliminados do quadro, seja qual for o tempo que tenham de serviço.

Art. 39. Os artifices militares presos por qualquer circumstancia não ficam inhibidos do desempenho de suas obrigações.

Art. 40. Os artifices militares usarão de uniforme que lhes for marcado por lei.

## CAPITULO VI

### DOS VENCIMENTOS

Art. 41. Os artifices militares terão os vencimentos marcados pela tabella annexa ao decreto n.º 1215, de 13 de janeiro de 1896.

Art. 42. Os artifices militares, quando desambaraçados por motivo alheio á sua vontade, serão addidos ás respectivas officinas dos Arsenaes de Marinha, percebendo apenas os vencimentos, que competirem aos operarios de suas classes; ficando, porém, á disposição do Quartel-General, que os poderá embarcar, mediante communicação á Inspectoria do Arsenal.

## CAPITULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 43. Os calafates da Brigada, atôlhos existentes, que não puderem ser aproveitados, por falta de habilitações, como carpinteiros-calafates, serão addidos ao respectivo quadro das officinas dos Arsenaes de Marinha nas classes correspondentes ás suas habilitações, a juizo do competente director, podendo ser admittidos ao mesmo quadro quando neste se derem vagas, observadas as disposições do regulamento dos Arsenaes.

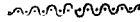
Art. 44. Na organização da nova Brigada entrará todo o pessoal existente na actual, excepção feita daquelles artifices que se houverem mostrado inhabeis e de máo comportamento.

Art. 45. Para reorganisar a Brigada de Artifices Militares, de accordo com o presente regulamento, o Ministro da Marinha

nomeará, por intermedio das competentes repartições, tres commandantes de navios e tres ajudantes das Directorias technicas do Arsenal pertencentes ás especialidades dos mesmos artifices.

A referida commissão julgará os serviços e habilitações dos candidatos, classificando-os, tendo em vista o qualre previamente organisa-lo de accordo com o art. 2.<sup>o</sup> — e o que dispõe o artigo precedente (44).

Capital Federal, 30 de dezembro de 1895.—*Elisario J. Barbosa.*



## DECRETO N. 2208 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1895

Reorganisa as Escolas de Machinistas Navaes da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi concedida pelo § 9.<sup>o</sup> do art. 2.<sup>o</sup> da lei n. 242, de 13 de dezembro de 1894, e considerando que é necessario elevar o ensino nas Escolas de Machinistas ao nivel da importante missão que actualmente cabe a esses servidores, resolve approvar o regulamento que a este accompanha, ficando revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1895, 7.<sup>o</sup> da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Elisario José Barbosa.*

### **Regulamento para as Escolas de Machinistas Navaes a que se refere o decreto n. 2208, de 30 de dezembro de 1895**

#### CAPITULO I

##### DAS ESCOLAS DE MACHINISTAS NAVAES

Art. 1.<sup>o</sup> As Escolas de Machinistas Navaes tem por fim proporcionar a instrucção theorica e pratica aos jovens que quizerem dedicar-se á carreira de machinistas da Armada e dos navios a vapor do commercio.

## CAPITULO II

## DA MATRICULA

Art. 2.º Só poderá ser admittido á matricula nas aulas do curso de machinas a vapor o individuo que provar :

- 1º, ser cidadão brasileiro ;
- 2º, ter sido vaccinado ;
- 3º, não ter defeitos physicos e possuir saude e robustez necessarias á vida do mar ;
- 4º, ter a idade comprehendida entre 14 e 18 annos ;
- 5º, mostrar-se habilitado nas seguintes materias : portuguez, arithmetica (quatro operações sobre numeros inteiros, fracções ordinarias e decimais) e noções geraes de geographia e historia do Brazil.

Paragrapho unico. Esta habilitação será comprovada por exames prestados:

- 1º, na propria Escola de Machinistas ;
- 2º, na Instrução Publica da Capital Federal ;
- 3º, nos estabelecimentos de instrução superior da Republica ;
- 4º, nas Delegacias de instrução publica dos Estados ;
- 5º, perante commissão de tres examinadores, nomeados pelos Governadores dos Estados em que não houver Directoria de instrução publica.

Art. 3.º O exame de sanidade para satisfação do n. 3, do artigo precedente, deverá ser feito por uma junta composta de tres medicos da Armada, requisitados á autoridade competente pelo director da Escola.

Art. 4.º A inscripção dos candidatos á matricula no curso de machinas será feita mediante despacho exarado no requerimento assignado pelo pae, tutor ou correspondente do matriculando, sendo o dito requerimento instruido com as certidões, justificações ou attestação authentica da idade e de approvação nas materias de que trata o n. 5, do art. 2º.

Paragrapho unico. Na Capital Federal o requerimento será feito ao director da Escola, e a elle entregue desde 1 de dezembro até 20 de janeiro; nos Estados será dirigido ao Ministro da Marinha de modo a chegar o mais tardar até a data acima indicada.

Art. 5.º Para a matricula, o director regulará a preferencia pela ordem seguinte:

- 1ª, os que apresentarem melhores e mais numerosos titulos de approvação ;
- 2ª, os operarios e aprendizes dos Arsenaes de Marinha e de Guerra ;
- 3ª, os filhos de militares ;
- 4ª, os filhos de empregados e operarios dos Arsenaes de Marinha e de Guerra ;
- 5ª, os filhos de funcionarios publicos ;

6.º, os operarios e aprendizes dos estabelecimentos de machinas particulares da Republica, ou do estrangeiro (satisfeita a condição 1.ª do art. 1.º).

Art. 6.º Os operarios e aprendizes dos Arsenaes de Marinha que forem matriculados nas Escolas de Machinistas, serão transferidos para o Arsenal onde estiver a Escola que frequentarem.

Art. 7.º As matriculas começarão no primeiro dia util de fevereiro e serão encerradas no ultimo do mesmo mez, podendo sómente ser attendidas pelo Ministro as reclamações fundamentadas até 30 dias depois de começadas as aulas.

Art. 8.º A relação nominal dos matriculados, e que constará em livro especial, rubricado pelo director, guardará a ordem correspondente ás approvações obtidas nos exames preparatorios.

Art. 9.º A matricula dos alumnos nos 1.º e 2.º annos do curso profissional será feita pelo secretario da Escola, independente de qualquer petição.

Art. 10. No acto da matricula, será declarado si o matriculando se destina á marinha de guerra, si á mercante.

Art. 11. O curso da Escola de Machinistas Navaes se dividirá em tres annos, sendo um de curso prévio ou preparatorio e dous de curso profissional e constará das seguintes materias :

#### CURSO PRÉVIO

1.ª aula—Arithmetica completa, algebra até equações do 2.º grão inclusive, geometria plana e no espaço, trigonometria rectilinea.

2.ª aula—Noções das linguas franceza e ingleza, tecnologia maritima.

3.ª aula—Desenho linear, escalas e desenhos de projecção.

Ensino pratico—trabalhos nas officinas de caldeireiros de ferro e cobre.

Ensino accessorio — gymnastica, natção, esgrima e infantaria.

#### CURSO PROFÍSSIONAL

##### 1.º anno

1.ª aula—Mecanica applicada, comprehendendo leis geraes, theorias e principios indispensaveis ao estudo das machinas, seu trabalho e transformação de seu movimento; noções de resistencia de materiaes.

2.ª aula—Physica, comprehendendo generalidades, gravidade hydro-dynamica, gases, calor, optica e magnetismo, noções geraes de chimica e metallurgia, ferro, aço e ligas.

3.ª aula—Desenho das machinas a vapor, machinas, ferramentas e auxiliares.

**Ensino pratico—Trabalhos nas officinas de montagem e, durante as ferias, trabalhos nas officinas de modeladores e fundição.**

**Ensino accessorio—Gymnastica, esgrima, natação e infantaria.**

*2º anno*

1ª aula—Machinas a vapor, de ar comprimido e hydraulicas, com especialidade as applicadas á navegacão.

2ª aula—Electricidade, machinas electricas, illuminação e em geral todas as applicações da electricidade á marinha; torpedos, minas mechanicas e electricas,apparelhos de lançamento, machinas, accessorios, cargas e espoletas.

3ª aula—Desenho das machinas hydraulicas e electricas applicadas á marinha.

**Ensino pratico—Trabalhos nas officinas de montagem e, durante as ferias, nas officinas do torpedos e electricidade.**

**Ensino accessorio—Gymnastica, natação, esgrima e infantaria.**

**Art. 12.** O ensino pratico será dado nas officinas do Arsenal ou a bordo dos navios, a juizo do director e constará:

No curso previo: de nomenclatura completa das ferramentas, seu uso e pratica de manejo das mesmas;

no 1º anno do curso profissional: nomenclatura completa das machinas a vapor, das machinas-ferramentas e das hydraulicas; pratica e manejo das machinas a vapor de differentes typos, systema e applicação;

no 2º anno do curso profissional: nomenclatura completa das machinas electricas, apparelhos accessorios para a illuminação e lançamento de torpedos; pratica e manejo das machinas a vapor, das hydraulicas, das electricas, dos apparelhos de illuminação e de lançamento de torpedos.

**Art. 13.** O anno lectivo começará no primeiro dia util de março e terminará no ultimo dia, tambem util de outubro.

**Art. 14.** Durante o anno lectivo só serão feriados, além dos domingos, os dias de gala e de luto nacional, decretados ou que vierem a ser decretados pelo Governo da Republica.

**Art. 15.** As primeiras aulas de cada anno terão logar das 7 1/2 ás 8 1/2 da manhã, as segundas das 9 ás 10, seguindo-se refeição e descanso até ser dado o segundo toque para continuação dos trabalhos das officinas do Arsenal e, conseqüentemente, para o começo do ensino pratico dos alumnos machinistas. As terceiras aulas das 4 1/2 ás 5 1/2, excepto aos sabbados, em que a ultima, gymnastica, esgrima e infantaria alternadamente, terá logar das 3 ás 4.

**Art. 16.** O exercicio de natação será feito nos domingos de manhã.

**Art. 17.** Cada lição durará nas aulas uma hora, sendo as materias alternadas, de modo que cada uma dellas seja exposta tres vezes por semana; para os estudos e explicações nos gabinetes e laboratorios, durará uma hora e meia.

## CAPITULO III

## DA FALTA DE FREQUENCIA DOS ALUMNOS

Art. 18. As faltas que os alumnos tiverem serão annotadas em livro especial, rubricado pelo director e assignado pelo professor respectivo.

Art. 19. Será considerado como falta :

1.º O não comparecimento do alumno á aula á hora marcada para principio da lição.

2.º A sahida da aula sem permissão do professor.

3.º A retirada da aula, por ordem do professor e por motivo de má conducta.

Art. 20. As faltas dadas em uma aula não serão sommadas com as dadas em outra.

Art. 21. As faltas são consideradas justificadas quando commettidas por motivo de molestia, de morte de parente proximo, de nojo, tudo devidamente comprovado por attestado de pessoa competente.

Art. 22. A justificação das faltas será produzida perante o director da Escola, no primeiro dia em que o alumno comparecer depois de commettel-as.

Art. 23. Perde o anno o alumno que houver commettido vinte faltas não justificadas ou quarenta com justificação, sendo-lhe entretanto permittido continuar a frequentar as aulas.

Paragrapho unico. Os alumnos que tiverem boas notas e comportamento exemplar, havendo perdido o anno poderão ser submettidos a exame em fevereiro seguinte.

## CAPITULO IV

## DOS EXAMES

Art. 24. Encerradas as aulas, em cada curso, o secretario da Escola publicará no estabelecimento um mappa, authenticado com a sua assignatura e contendo os nomes dos alumnos inhabilitados para os exames.

Art. 25. No dia do encerramento das aulas, em cada curso, os membros do corpo docente enviarão ao director da Escola o programma dos pontos para os exames das materias que leccionaram.

Art. 26. Reunido o conselho de instrucção no dia designado pelo director, que não excederá de 5 de novembro, e apresentados os programmas parciaes de que trata o artigo anterior, o conselho nomeará as commissões examinadoras, marcará as turmas de examinandos para cada dia e a ordem que se deverá seguir nos exames, assim como deliberará sobre quaesquer outras medidas indispensaveis á marcha regular dos exames.

Art. 27. Dois dias depois do da sessão de que se trata, será apresentado em detalhe o programma definitivo dos exames que começarão no primeiro dia útil depois do dia 6 de novembro ; taes programmas deverão ser publicados no estabelecimento para conhecimento dos alumnos.

Art. 28. Os exames constarão de duas provas, as quaes terão lugar em dias diferentes, sendo uma escripta, que será feita em primeiro lugar, e outra oral ; devendo ambas ser divididas em uma parte theorica e outra pratica, e tudo referente á materia do ponto extrahido da urna pelo examinando uma hora antes e presentes a commissão examinadora, o director da Escola e o secretario.

§ 1.º A prova escripta de cada materia será geral para todos os alumnos das respectivas aulas julgados habilitados, conforme determina o art. 24, começará duas horas depois da extracção do ponto feita por um dos examinados e terminará tres horas depois de começada.

§ 2.º A prova oral será feita por turmas dos alumnos habilitados e não durará mais de uma hora para cada alumno, sendo meia hora para a parte theorica e meia hora para a pratica.

§ 3.º As approvações terão a classificação seguinte: *com distincção, plenamente e simplesmente*.

§ 4.º A classificação das approvações em desenhos e rascunhos (que serão apresentados á mesa examinadora) terá por base a média das notas obtidas pelo alumno durante o anno, e para o ensaio pratico o grão de assiduidade e aproveitamento que será attestado pelo respectivo instructor e authenticado pelo director da officina competente, sendo que para todas as aulas — 0 significa nota má — 1 a 5 soffrivel — 6 a 9 boa e 10 — optima.

Art. 29. Os exames começarão ás 10 horas da manhã e terminarão ás 3 da tarde, seguindo-se logo o julgamento que só terá lugar depois de terminadas as provas oraes de cada turma.

Art. 30. A mesa examinadora será composta de tres membros, sendo o mais graduado ou antigo o presidente, e entrando em sua composição o professor que tiver leccionado a materia, ou o seu substituto.

Art. 31. O presidente da mesa examinadora é o fiscal e director dos exames e poderá arguir quando julgue conveniente.

Art. 32. A commissão que tiver de proceder aos exames de desenho e rascunhos compor-se-ha do professor respectivo e dos das primeiras aulas do primeiro e segundo annos.

Art. 33. Findos os exames proceder-se-ha ao julgamento de cada examinando, sobre o que deliberarão os tres examinadores a portas fechadas e em escrutinio secreto, presente o secretario da Escola.

A totalidade ou o maior numero de espheras brancas, approva ; a totalidade ou o maior numero de espheras pretas, re-prova.

Quando o examinando for approvado por unanimidade no primeiro escrutinio, sera este repetido, e terá a nota de *approvado plenamente* o que obtiver a totalidade das espheras brancas e



a de *aprovado simplesmente* o que obtiver uma, duas ou tres espheras pretas.

Dos *aprovados* plenamente só poderá obter *distincção* aquelle examinando que, em face da *impressão* que tiver produzido no exame e conforme as notas *optimas* do anno, for julgado disso merecedor pelos tres examinadores, independente de novo *es-crutinio*.

Art. 34. Acto continuo ao julgamento será lavrado o termo respectivo, em livro para esse fim destinado, rubricado pelo director. Esse termo será assignado pela commissão examinadora, que por motivo algum poderá adiar a assignatura para outro dia, não podendo tambem nenhum dos membros assignar-se vencido, fundamentar voto em separado ou redigir protesto no referido termo.

Paragrapho unico. As habilitações e inhabilitações, conferidas pela média das notas annuaes a que se refere o § 4º do art. 28, serão tambem exaradas no mesmo livro, por termo especial, assignado pelo secretario e pelo professor que conferiu as referidas notas.

Art. 35. O alumno que por motivo justificado não puder apresentar-se a exames na época designada, poderá, si for julgado habilitado, prestar-os em fins de fevereiro seguinte, para o que o conselho de instrucção nomeará a commissão examinadora respectiva e designará o dia dos exames.

Art. 36. Nenhum alumno, dos julgados habilitados para serem submettidos a exames, poderá deixar de fazel-os em uma das duas épocas indicadas no artigo precedente, salvo o caso de molestia comprovada por attestado de medico, já na primeira, já na segunda época, sendo que então lhe será permittido frequentar as aulas no anno seguinte.

Art. 37. O alumno que for reprovado em uma ou mais aulas poderá repetir o anno. Si for reprovado em algumas das materias do ensino auxiliar ser-lhe-ha permittido prestar novo exame na segunda época. Os que forem duas vezes reprovados na mesma materia ou que, em dous annos consecutivos forem inhabilitados para exames por faltas não justificadas, perderão a matricula.

Art. 38. Considerar-se-ha reprovado o alumno que, sob qualquer pretexto, não responder aos examinadores na prova oral.

Art. 39. Concluidos os exames, os alumnos serão classificados por ordem correspondente ao grão de suas approvações e de seu comportamento.

Art. 40. Nos intervallos comprehendidos entre os annos lectivos, os alumnos da Escola serão obrigados a frequentar as officinas de machinas do Arsenal de Marinha, ficando sob a direcção technica do pessoal que for para esse fim designado pelo director das officinas respectivas, devendo os mesmos alumnos aprender um ou mais dos officios de ferreiro, serralheiro, limador, modelador, torneiro de metal ou caldeireiro.

Sua conducta, assiduidade e aproveitamento serão attestados pelo mencionado director das officinas, e as notas presentes ao da Escola que fará lançá-las no livro correspondente e a que se refere o art. 34.

## CAPITULO V

### DA CLASSIFICAÇÃO E DO DIREITO DOS ALUNOS

Art. 41. A classificação dos alumnos no curso prévio se fará pelas approvações obtidas nas materias que constituem os preparatorios para a matricula, e dos outros annos pelos exames do anno anterior.

Art. 42. Até o quinto dia util depois de terminados todos os exames do ultimo anno, o conselho de instrucção, convocado e presidido pelo director, procederá á classificação dos alumnos, inscrevendo-os por ordem de merecimento em livro especial, rubricado pelo director, sendo a classificação por todos assignada.

Paragrapho unico. Essa classificação será enviada pelo director á Secretaria de Estado, com as informações e esclarecimentos que julgar necesarios sobre o aproveitamento e o merito de cada alumno, e especialmente sobre aquelles que tiverem revelado aptidão notavel para determinada especialidade.

Art. 43. A' vista dessa relação o Ministro da Marinha escolherá de entre os alumnos que houverem terminado o curso os que devem servir como praticantes na Armada, caso o numero delles seja superior ás exigencias do quadro.

A escolha recahirá tanto quanto possivel sobre os classificados em primeiros logares de entre os que houverem declarado na occasião da matricula destinarem-se á marinha de guerra.

Aos outros se concederá o titulo de praticantes de machinistas da marinha mercante, e poderão, caso queiram, continuar no serviço do Arsenal como operarios.

Art. 44. Os praticantes que continuarem no serviço do Arsenal como operarios terão preferencia nas promoções e nas nomeações para a mestrança do mesmo Arsenal.

Art. 45. Os praticantes estarão embarcados em navios de guerra a vapor, ou distribuidos pelas officinas de machinas dos Arsenaes de Marinha, durante um anno, no fim do qual serão submettidos a exame geral na Escola de Machinistas, e uma vez approvados serão confirmados.

§ 1.º Esse exame versará sobre conhecimentos praticos das machinas a vapor hydraulicas electricas e de ar comprimido, descripção das caldeiras usadas a bordo e de todos osapparelhos e accessorios ás mesmas caldeiras; nomenclatura geral das machinas, apresentação dos desenhos respectivos e levantamento de rascunhos á vista das peças e detalhes das mesmas machinas, tudo confectionado perante a commissão examinadora.

§ 2.º Os praticantes que forem julgados inhabilitados, ou que não obtiverem approvação, deixarão de ser confirmados e continuarão ainda um anno distribuidos pelos navios ou officinas, sendo de novo submettidos a exame; si forem inhabilitados segunda vez terão baixa, continuando, porém, a servir nos Arsenaes como operarios.

Art. 46. Os alumnos que não pertencerem ao pessoal artistico do Arsenal serão considerados como addidos ás officinas de montar, com as seguintes classes de aprendiz: os do curso prèvio 3ª classe; os do 1º e 2º annos profissional 2ª e 1ª classe. Os que já pertencerem áquelle pessoal serão transferidos como addidos nas mesmas classes, para as referidas officinas.

Art. 47. Os alumnos que, findo o curso, não entrarem para o serviço da Armada poderão obter carta de 4ª machinistas da marinha mercante, desde que apresentem matricula da Capitania do Porto, declarando terem servido e praticado em navios a vapor, durante seis mezes, pelo menos.

No caso de deficiencia do pessoal na marinha de guerra poderão ser admittidos como praticantes confirmados, uma vez satisfeito o exame a que se refere o art. 45.

Art. 48. Os 4ª machinistas da marinha mercante que forem oriundos da Escola poderão obter successivamente cartas de 3ª classe desde que apresentem á Escola documentos que provem ter exercido funcções de machinistas em viagem durante um anno, de 2ª classe durante dous annos e de 1ª classe durante tres annos nas classes em que se acharem.

## CAPITULO VI

### DOS EXAMES DE MACHINISTAS DA MARINHA MERCANTE

Art. 49. Os individuos que pretenderem carta de machinistas da marinha mercante, sem terem cursado a Escola, reque-rerão exame ao Ministro, instruindo sua petição com documentos que provem:

1º, sua idoneidade;

2º, ser maior de 21 annos;

3º, que tem trabalhado com assiduidade em machinas de navios, durante seis mezes pelo menos, na classe em que se acharem.

Art. 50. Autorisado o exame por portaria ao director da Escola, este reunirá o conselho de instrucção para organizar a mesa examinadora.

Art. 51. As materias que deverão ser arguidas aos examinandos constarão do programma que o conselho de instrucção organizar, attendendo as differentes classes dos candidatos.

Art. 52. Esses programmas serão feitos logo depois de instalada a Escola, sujeitos á approvação do Ministerio da Marinha e alterados de tres em tres annos.

Art. 53. Os machinistas estrangeiros que fallarem o idioma nacional poderão revalidar as cartas que possuirem, desde que sejam as mesmas authenticadas pelo respectivo Consulado, sujeitando-se ao exame, segundo o programma correspondente á sua classe.

Art. 54. As portarias concedendo o exame de que trata o art. 50 são sujeitas á taxa de 20\$ paga em estampilhas da União.

Art. 55. Nos Estados os candidatos serão examinados por uma commissão de profissionaes nomeados pelo capitão do porto e por este presidida, devendo constar o exame das materias que forem exigidas pelo programma de que trata o art. 51 para os machinistas de 4ª classe. O requerimento deve ser dirigido aos capitães de portos e instruido com os documentos necessarios.

Art. 56. Nos Estados em que houver Arsenal sem Escola de Machinistas, a mesa examinadora será composta do director das officinas de machinas e dous machinistas da Armada. Esta poderá conceder carta de 3º machinista, respeitado o programma da Escola.

## CAPITULO VII

### DAS PENAS A QUE ESTÃO SUJEITOS OS ALUMNOS

Art. 57. As penas a que estão sujeitos os alumnos da Escola de Machinistas são as seguintes:

- 1ª, nota zero—inhabilitação ;
- 2ª, reprehensão particular ;
- 3ª, reprehensão em presença dos alumnos, na aula ;
- 4ª, retirada da aula com ponto marcado ;
- 5ª, reprehensão motivada em ordem do dia ;
- 6ª, perda do anno ;
- 7ª, exclusão perpetua.

Art. 58. O corpo docente pôde impor aos alumnos, por faltas commettidas durante as lições e exercicios, as quatro primeiras penas.

Paragrapho unico. A primeira pena chegará ao conhecimento do director pela informação escripta do aproveitamento dos alumnos, dada mensalmente pelos membros do corpo docente.

Das 2ª, 3ª e 4ª penas, o docente que a impuzer, finda a aula, trabalho ou exercicio escolar, fará immediata communicação por escripto ao vice-director, que a levará ao conhecimento do director.

Art. 59. A 5ª pena só poderá ser imposta pelo director, a 6ª e 7ª por sentença do conselho de disciplina, approvada pelo Ministro da Marinha e ouvido o delinquente.

Art. 60. O alumno que, escrevendo sabbatina, thema ou qualquer outro exercicio, recorrer a apontamentos seus ou alheios,

ou aceitar auxilio extranho, verbal ou escripto, relativamente ao ponto arguido, será punido com a nota zero no trabalho plagiado, e ainda com a pena que lhe for imposta pelo director, conforme as circumstancias de tão irregular procedimento.

Si o caso exposto verificar-se por occasião da prova escripta em exame, terá o delinquente a nota de *inhabilitado*.

Art. 61. Todas as penas soffridas pelos alumnos serão escripturadas em livro proprio. As soffridas durante o curso profissional serão por cópia remettidas pelo director, conjunctamente com as notas de approvação e reprovação, ao Quartel-General da Marinha, quando os alumnos terminarem o curso da mesma Escola.

Art. 62. No principio de cada mez o director fará ler aos alumnos os artigos deste capitulo.

## CAPITULO VIII

### DO PESSOAL DA ESCOLA

Art. 62. Haverá na Escola de Machinistas:

Um director, que será um official da Armada ou um engenheiro naval de patente não inferior a capitão de mar e guerra.

Um vice-director, que será official do Corpo da Armada ou engenheiro naval de patente não inferior a capitão-tenente.

Um secretario archivista.

Um porteiro.

Um servente.

Paragrapho unico. O director, o vice-director e o secretario archivista serão nomeados por decreto, o porteiro e o servente por portaria.

Art. 64. O director é a primeira autoridade da Escola, e a elle são subordinados os demais empregados e professores.

Art. 65. Incumbe ao Director:

1º, exercer superior inspecção sobre a execução dos programas, do horario, do ensino e dos exames ;

2º, manter o exacto cumprimento das disposições do presente regulamento ;

3º, regular e determinar tudo que pertencer á Escola ;

4º, ouvir os professores em tudo que for de interesse para o ensino e propor ao Ministro da Marinha as modificações que parecerem necessarias ao presente regulamento ;

5º, convocar os professores, quando se torne necessario e presidir os trabalhos ;

6º, determinar e regular o serviço do secretario archivista ;

7º, assignar as cartas para machinistas da marinha mercante ;

8º, assignar o encerramento do ponto dos empregados e dos professores—quinze minutos depois da hora ;

9º, admitir e despedir o servente ;

10, fiscalisar a despeza da Escola e a respectiva escripturação ;

11, designar os professores que devem substituir os que faltarem ou estiverem impedidos, e providenciar no caso de ser necessario que o substituto venha de fóra da Escola quando não for possivel reunir o conselho de instrucção ;

12, informar ao Governo sobre o comportamento e modo por que desempenham seus deveres os empregados da Escola, inclusive os do magisterio ;

13, requisitar para o bom aproveitamento do ensino a aquisição dos instrumentos,apparelhos, modelos e mais material indicados pelo progresso da sciencia, e bem assim dos livros impressos e em branco e mais objectos para a consulta dos alumnos e para escripturação da Escola.

Art. 66. O director da Escola poderá impor aos empregados sob as suas ordens as seguintes penas :

1ª, reprehensão simples, ou em ordem do dia, a suspensão até quinze dias, por negligencia ou falta de cumprimento de deveres ;

2ª, suspensão até trinta dias, por desobediencia, insubordinação ou faltas contra a moralidade e a disciplina, com recurso para o Ministro da Marinha.

Art. 67. Aos professores sómente por deliberação do Ministro poderá ser imposta a pena marcada no § 2º do artigo anterior, precedendo informação ou representação do director e sendo elles previamente ouvidos ácerca do que lhes for imputado.

Art. 68. O director deve apresentar annualmente ao Governo, até o dia 1 de março, um relatório do estado geral da Escola, mencionando os trabalhos do anno findo, o orçamento das despesas a fazer-se no anno lectivo entrante e propondo os melhoramentos e modificações que, de combinação com os professores, julgar necesarios a boa marcha do ensino.

Art. 69. Ao director cabe presidir a todas as commissões julgadoras dos concursos que possam ter logar na Escola, e dar sobre cada uma dellas e dos respectivos concurrentes as informações que interessem ao Governo para as suas resoluções.

Art. 70. Sempre que o director julgar conveniente, irá assistir ao serviço lectivo ou fará assistil-o pelo vice-director.

Art. 71. O director deve rubricar os pedidos mensaes para as despesas da Escola, ordenar a execução das autorisadas e assignar as folhas dos respectivos empregados.

Art. 72. Com excepção do pessoal docente, cabe ao director dar licença aos empregados da Escola, sem perda de vencimentos, não excedendo de tres dias em cada mez, nem de quinze em um anno.

Art. 73. Por si ou por seus auxiliares, o director providenciará para que nas aulas e nos gabinetes não falte o material necessario, tanto permanente como de consumo.

Art. 74. Ao director cabe marcar as horas das sessões dos conselhos de instrução de modo que não seja prejudicado o serviço lectivo.

Art. 75. Finda a sessão, assignará com os membros presentes do referido conselho a acta respectiva, mandando tomar ponto aos membros ausentes, ainda que tenham dado aula no mesmo dia.

Art. 76. Em seu impedimento, o director será substituído pelo vice-director.

Art. 77. Ao vice-director cumpre tomar pessoal e immediatamente todas as providencias para que o serviço lectivo, a disciplina, o procedimento dos alumnos, o abastecimento do material, a assiduidade de todos os empregados, a escripturação e tudo enfim que diz respeito ao bom andamento dos trabalhos escolares não deixe cousa alguma a desejar.

Art. 78. O secretario archivista tem por obrigação:

1º, escripturar, de conformidade com as instrucções do director, todos os livros necessarios aos assentamentos do pessoal da Escola, conservar na devida ordem o archivo, e preparar o expediente e correspondencia que tem de ser assignados pelo director ;

2º, receber, dar as necessarias informações e encaminhar todos os requerimentos feitos ao director ;

3º, assistir ás sessões do conselho de instrução ;

4º, lavrar e subscrever, com os examinadores, os termos das actas dos exames ;

5º, fazer mensalmente as folhas de pagamento dos empregados da Escola, inclusive o corpo docente, e das gratificações, soldos e etapas mandadas abonar ao director e vice-director ;

6º, instruir, com os necessarios documentos, todos os papeis que subirem ao conhecimento do director, fazendo succinta e clara exposição delles com declaração do que a respeito houver occorrido, e interpondo o seu parecer nos papeis que versarem sobre interesse de partes, quando lhe for ordenado pelo director ;

7º, preparar os esclarecimentos que devem servir de base aos relatorios da Directoria ;

8º, guardar e conservar em boa ordem a bibliotheca que existir ou vier a estabelecer-se na Escola, bem como todos os instrumentos, modelos e mais material a ella pertencentes, correspondente ao ensino e que tudo lhe será entregue por inventario ;

9º, tomar o ponto dos professores e dos alumnos, em livros especiaes que diariamente serão apresentados, o primeiro ao director e o segundo aos lentes respectivos.

Art. 79. O porteiro tem por obrigação abrir e fechar a Escola e suas dependencias, cuidar da limpeza e conservação destas e dos moveis e utensilios das aulas, que lhe serão carregados por inventario feito pelo secretario e rubricado pelo director, e tomar, na falta do secretario, o ponto dos alumnos, declarando diariamente ao director, ou a quem suas vezes fizer, quaes as aulas que deixaram de funcionar.

## CAPITULO IX

## DO PESSOAL DOCENTE

Art. 80. Haverá para o ensino das materias do curso da Escola de Machinistas:

Um professor para cada aula do curso prévio e do profissional. Os tres professores de desenho poderão ser os desenhistas de 1.<sup>a</sup> classe das respectivas Directorias do Arsenal;

tres instructores de ensino pratico que serão machinistas, mestres ou contra-mestres das officinas, propostos pelo director da Escola, ouvidas as autoridades a que estiverem subordinados;

um instructor de gymnastica, natção e esgrima;

um instructor de infantaria, que poderá ser um inferior do corpo de marinheiros nacionaes ou de infantaria de marinha.

Art. 81. Os professores teem por obrigação:

1.<sup>o</sup>, comparecer ás aulas e dar, com a maxima clareza, as lições nos dias e horas marcados no horario, exercendo a necessaria fiscalisação sobre o procedimento que ahi devem ter os alumnos;

2.<sup>o</sup>, indicar, com 24 horas de antecedencia, a materia das sabbatinas escriptas;

3.<sup>o</sup>, dar ao director mensalmente as notas do aproveitamento dos alumnos;

4.<sup>o</sup>, dar ao director, na época competente, o programma do ensino, concernente ás suas aulas;

5.<sup>o</sup>, requisitar do director todos os objectos necessarios ao ensino nas suas respectivas aulas;

6.<sup>o</sup>, comparecer aos conselhos de instrucção e aos exames nos dias e horas designados pelo director;

7.<sup>o</sup>, apresentar ao Governo todos os annos, por intermedio do director, até ao dia 1 de fevereiro, o programma minucioso e circumstanciado das doutrinas de que deve constar o ensino das suas aulas, afim de ser examinado;

8.<sup>o</sup>, visitar com os alumnos, a bem do ensino, e todas as vezes que julgarem conveniente, as officinas de machinas, de electricidade, fundição e outras do Arsenal de Marinha, estabelecimentos particulares de importancia e navios a vapor, solicitando para isso do director da Escola as necessarias providencias.

Art. 82. Os professores de desenho, logo que lhes for possivel e conforme o adeantamento dos alumnos, farão que estes procedam aos seus trabalhos tirando-os immediatamente de modelos solidos, detalhes ou peças de machina, de preferencia a estampas ou exemplares semelhantes.

Art. 83. O ensino de linguas será sem prejuizo das regras essenciaes, o mais pratico possivel, entrando o professor francamente na versão e conversação, de modo a tornar-se o mesmo ensino real e proveitoso.



Art. 84. Os instructores do ensino pratico acompanharão como auxiliares os professores e os alumnos nas visitas ás officinas a que se refere o n. 8 do art. 81 e será o encarregado de ministrar diariamente aos mesmos alumnos todo o ensino correspondente ao desembarço no manejo da ferramenta, instrumentos, geradores, modelos e machinas a vapor, hydraulicas, electricas e de ar comprimido do Arsenal de Marinha, estabelecimentos particulares e navios.

Art. 85. Os professores das primeiras e segundas aulas substituir-se-hão reciprocamente, pedindo o director á Secretaria da Marinha ou á autoridade competente, as necessarias providencias no caso de estarem uns e outros impedidos.

Paragrapho unico. No caso de impedimento dos professores de desenho, serão estes substituidos pelos desenhistas de 2.ª classe do Arsenal, sob proposta do director da Escola e ouvida a autoridade a que estão subordinados.

Art. 86. O ensino de gymnastica, esgrima e natção será dado por um só instructor.

Paragrapho unico. Esse ensino será ministrado aos sabbados e domingos, conforme o estabelecido nos arts. 15 e 16.

## CAPITULO X

### DA NOMEAÇÃO E DEMISSÃO DO PESSOAL DOCENTE

Art. 87. Os professores na Escola de Machinistas serão nomeados por decreto; os instructores por portaria, precedendo proposta do director.

Paragrapho unico. Os professores militares da classe activa não poderão exercer o cargo por mais de tres annos; os reformados e os civis poderão ser conservados além desse tempo a aprazimento do Governo.

Art. 88. Para as aulas do ensino technico só poderão ser nomeados officiaes do Corpo da Armada, de engenheiros ou de machinistas.

Art. 89. Qualquer membro do corpo docente pôde ser demittido :

§ 1.º Por faltas que commetta provadas em conselho, com audiencia do accusado.

§ 2.º Si por dous mezes seguidamente deixar de comparecer á aula sem causa justificada.

§ 3.º Si for condemnado por crime inafiançavel.

Art. 90. Os instructores poderão ser demittidos por proposta do director, si não cumprirem os seus deveres ou se mostrarem inhabeis nas doutrinas que leccionarem.

Art. 91. Considerar-se-ha sem effeito a nomeação do professor ou instructor que não tomar posse do cargo dous mezes depois de nomeado.

## CAPITULO XI

## DOS VENCIMENTOS, FALTAS, LICENÇAS E PROCEDENCIA

Art. 92. Os vencimentos do pessoal docente e mais funcionarios da Escola, serão regulados pela tabella annexa a este regulamento.

Art. 93. Nenhum vencimento será pago pela verba da Escola de Machinistas a qualquer membro do magisterio, quando empregado em comissões que o afastem do ensino escolar.

Art. 94. Os vencimentos são independentes do soldo da patente que tiverem os membros do magisterio.

Art. 95. A percepção das gratificações marcadas na tabella só terá lugar pelo serviço effectivo do magisterio e durante as falias.

Paragrapho unico. Fora do exercicio os membros do magisterio só perceberão os seus vencimentos integralmente nos seguintes casos :

1.<sup>o</sup>, de impedimento por serviço publico e obrigatorio por lei ;  
2.<sup>o</sup>, de desempenho de comissões scientificas do Ministerio da Marinha ;

3.<sup>o</sup>, de duas faltas por mez, a juizo do director.

As licenças com ordenado por inteiro, fora do tempo das falias, só serão concedidas por motivo de molestia, não excedendo de seis mezes ; por outro qualquer motivo, as licenças poderão ser concedidas tambem por seis mezes dentro de um anno, mas com metade do ordenado e si o motivo for justificavel.

§ 1.<sup>o</sup> Quando a licença concedida, com prazo de seis mezes o ordenado por inteiro não bastar, por prolongar-se a molestia, o Governo poderá amplial-a, por igual tempo, com metade do ordenado, e finda essa prorrogação, si o impedimento continuar, será o licenciado exonerado.

Art. 96. O professor ou instructor que reger duas classes simultaneamente, perceberá, com os vencimentos de exercicio effectivo, a gratificação do substituido.

Art. 97. Haverá um livro de ponto em que se lançarão as faltas de comparecimento dos membros do magisterio às aulas, ou a qualquer outro acto do serviço da Escola.

§ 1.<sup>o</sup> Incorre em falta, como si não tivesse vindo á aula, o membro do magisterio que comparecer 15 minutos depois da hora marcada.

§ 2.<sup>o</sup> As faltas commettidas em um mez só poderão ser justificadas perante o director até ao dia 5 do mez seguinte.

§ 3.<sup>o</sup> A folha de pagamento do corpo docente, que se remetter para a competente repartição fiscal, mencionará as faltas para, à vista dellas, se fizerem os devidos descontos ; si estas forem justificadas, o desconto será feito nas gratificações, si não forem justificadas serão descontados todos os vencimentos.

Art. 98. A precedencia no magisterio deve regular-se pela cathegoria das classes, na ordem de antiguidade, a qual será contada desde a data em que cada professor tomar posse. Sendo esta do mesmo dia, a precedencia caberá ao de maior idade.

## CAPITULO XII

### DO CONSELHO DE INSTRUÇÃO

Art. 99. Haverá na Escola um conselho de instrução que se comporá :

- 1.<sup>a</sup>, do director da Escola, como presidente ;
- 2.<sup>a</sup>, do vice-director, como vice-presidente ;
- 3.<sup>a</sup>, do secretario, que será o da Escola ;
- 4.<sup>a</sup>, dos professores.

Art. 99. Sempre que o director da Escola julgar conveniente, farão parte do conselho de instrução adventiciamente os instructores.

Art. 100. São attribuições privativas do conselho de instrução :

1.<sup>a</sup>, organisar programmas circumstanciados para a distribuição das materias, os programmas e os horarios para os exames e para o ensino theorico e pratico dos alumnos extremado as materias relativas a cada uma das aulas, de modo que a pratica acompanhe a theoria, sendo que a distribuição das materias dos diversos cursos, bem como o programma dos estudos e o horario dependem de approvação do Ministro da Marinha ;

2.<sup>a</sup>, determinar, depois dos exames, e à vista de todos os dados que lhe possam ser presentes, o grão de merecimento de cada alumno por ordem numerica. Si os alumnos tiverem concluido os exames do 2.<sup>o</sup> anno do curso profissional, o grão de merecimento, por ordem numerica, servirá para regular a sua antiguidade na praça de praticante de machinista ;

3.<sup>a</sup>, nomear comissões examinadoras, quer annualmente para os actos dos alumnos, quer para os exames de admissão, quer para os exames dos machinistas da marinha mercante ;

4.<sup>a</sup>, consultar sobre tudo que seja relativo à instrução e ao ensino theorico e pratico dos alumnos, e propor ao Governo o que julgar conveniente a bem do ensino ;

5.<sup>a</sup>, designar os compendios provisionarios que devam ser adoptados nos diversos cursos ; indicar os meios de se organisarem definitivos ; propor ao Governo a impressão destes e as alterações que porventura se devam fazer nos programmas a bem do ensino, e que deverão ser publicadas, precedendo approvação do Governo ;

6.º, propôr ao Governo quaesquer medidas que convenha adoptar, não só para tornar mais completa e vantajosa a execução deste regulamento, como para supprir quaesquer omissões que nelle hajam e forem concernentes ao ensino;

7.º emittir parecer, por determinação do Governo, sobre o merito dos compendios que o Governo tiver de premiar, organisados de conformidade com o disposto no n. 5 do artigo anterior.

Art. 100. Além das sessões do conselho para os fins aqui especificados, o director da Escola poderá convocar o mesmo conselho sempre que entender conveniente ouvir-o sobre qualquer assumpto, ou quando lhe for requerido por dous ou mais de seus membros e julgar de proveito a convocação requerida.

Art. 101. As deliberações do conselho, serão tomadas por maioria dos membros presentes e, em votação nominal, salvo quando se tratar de questões de interesse pessoal, caso em que se votará por escrutinio secreto.

Art. 102. As deliberações do conselho, quando contrarias á opinião do director, não obrigam a execução dellas, sinão por decisão do Ministro da Marinha, para quem o director em taes casos recorrerá.

Art. 103. O conselho não poderá funcçãoar sem que se reuna mais de metade do numero total de seus membros e será regulado pelo regimento interno do mesmo conselho, annexo n. 1 ao presente regulamento.

Art. 104. O vice-director, como vice-presidente do conselho, tem voto nas deliberações do mesmo.

Art. 105. O director, como presidente do conselho, terá sómente o voto de qualidade nos casos de empate, excepto nas votações sobre questões de interesse pessoal, caso em que prevalecerá a opinião mais favoravel.

### CAPITULO XIII

#### DO MATERIAL DA ESCOLA

Art. 106. Para instrucção theorica e pratica dos alumnos da Escola de Machinistas, além das aulas e das salas para estudo, para recepção do director e dos officiaes, e para secretaria e archivo, haverá osapparelhos, livros, ferramentas e modelos que forem necessarios.

Os exercicios de natção se farão na Escola Naval.

### CAPITULO XIV

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 107. Os membros do magisterio e os officiaes da Armada que organisarem compendios ou escreverem memorias apropriadas para o ensino das doutrinas que constituem o curso da

Escola de Machinistas e de conformidade com o que for regulado pelos programmas de ensino, terão direito a um premio pecuniario que não excederá de 2:000\$, e a primeira edição do compendio ou memoria será publicada á custa do Estado.

Não se conferirá, porém, o referido premio nem se mandará imprimir a primeira edição, sem se ouvir o conselho de instrução sobre o merito dos compendios ou memorias.

Si o autor pertencer á Escola, como membro do magisterio, o Governo incumbirá o exame dos compendios ou memorias ao conselho de instrução da Escola Naval ou a pessoas extranhas para este fim habilitadas.

Art. 108. O Governo providenciará sobre os casos omissos neste regulamento, depois de ouvir o conselho de instrução, podendo, no prazo de um anno, fazer as alterações indicadas pela experiencia e que serão apresentadas pelo director, ouvido o mesmo conselho.

Art. 109. Na Escola de Machinistas haverá, além de um livro-mestre e outro de exames para os alumnos, livros para os assentamentos do pessoal do magisterio, da administração e empregados, e para as actas dos conselhos de instrução, de disciplina e economico.

O livro-mestre, de termos de exames e de actas dos conselhos serão escripturados pelo secretario da Escola.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 110. Para preenchimento dos logares de professor das Escolas de Machinistas o Governo aproveitará os professores que ultimamente regeram com proficiencia cadeiras e aulas interinamente na Escola Naval.

Art. 111. Os alumnos que terminaram o 1º anno do curso actual e os que já habilitados pela aula de geometria pratica dos Arsenaes se achavam em condições de matricular-se no 1º anno das actuaes Escolas, continuarão o curso pelos regulamentos de 8 de janeiro de 1877 e de 20 de abril de 1893.

A matricula no curso prévio se fará logo depois de promulgado o presente regulamento.

#### Regimento interno do conselho de instrução

### CAPITULO I

Art. 1.º A composição e as attribuições privativas e consultivas do conselho de instrução, são as que se acham prescriptas e marcadas no capitulo ao qual está annexo o presente regimento.

## CAPITULO II

## DA CONVOCAÇÃO DO CONSELHO

Art. 2.º Fora dos casos de urgencia, o presidente não reunirá o conselho sem conceder-lhe oito dias, pelo menos, para estudar a materia que tiver de ser discutida.

Art. 3.º Os avisos para reunião serão dirigidos por escripto a cada um dos membros do conselho e designarão o dia, a hora e a materia de que se deverá tratar, quando por qualquer circumstancia esta não houver sido dada em sessão anterior.

Art. 4.º Não incorrerão em falta os membros do conselho, si não forem previamente avisados, na forma dos arts. 2º e 3º.

## CAPITULO III

## DO PRESIDENTE

Art. 5.º São attribuições do presidente:

1º, convocar o conselho, na conformidade dos artigos anteriores;

2º, abrir e encerrar a sessão e suspendel-a, quando as circumstancias o exigirem;

3º, conceder a palavra;

4º, estabelecer o ponto da questão sobre que deve recahir a votação;

5º, annunciar o resultado da votação;

6º, manter a ordem e decôro durante a sessão, pelos meios indicados neste regimento;

7º, designar, quando for possível os trabalhos que devem formar a ordem do dia da sessão seguinte;

8º, levar ao conhecimento do Governo as resoluções que o conselho entender apresentar-lhe.

Art. 6.º O presidente, quando tiver de discutir qualquer materia, cederá interinamente as suas attribuições ao vice-presidente.

Art. 7.º O presidente não poderá ter exercicio em commissão alguma.

## CAPITULO IV

## DO VICE-PRESIDENTE

Art. 8.º O vice-presidente, que será sempre o vice-director ou o professor que fizer as vezes do vice-director no conselho, por ausencia ou incompatibilidade deste, substituirá o presidente, não só momentaneamente, como durante qualquer sessão por impedimento do mesmo presidente.

Art. 9.º O vice-presidente poderá ser membro de qualquer commissão, excepto quando por impedimento prolongado do presidente occupar o lugar deste.

## CAPITULO V

### DO SECRETARIO

Art. 10. O secretario do conselho será o da Escola e incumbelhe:

1.º, ler ao conselho qualquer assumpto que deva ser exposto em sessão;

2.º, redigir as actas das sessões, escrevel-as e subcrevel-as, inserindo nellas as declarações de voto que lhe forem apresentadas e registrar, em livro competente, todas as communicações officiaes feitas pelo presidente como órgão do conselho;

3.º, registrar em livro especial todos os trabalhos que forem approvados pelo conselho, quer como deliberação, quer como simples consulta, exceptuando tão sómente os compendios e dissertações scientificas, que aliás deverão ser archivados na bibliotheca da Escola.

Art. 11. Nas actas se mencionará, com methodo e clareza:

1.º, o motivo da convocação do conselho, dado em ordem do dia ou exposto pelo presidente;

2.º, o resumo dos argumentos adduzidos pró ou contra;

3.º, a deliberação tomada por maioria de votos;

4.º, os nomes dos membros que votaram em um ou outro sentido, salvo o caso do escrutinio secreto.

Estas actas serão assignadas por todos os membros que estiverem presentes á sessão de que ella trata, inclusive o presidente.

## CAPITULO VI

### DAS COMMISSÕES

Art. 12. O conselho elegerá, toda a vez que julgar conveniente, commissões para emittr pareceres ou preparar trabalhos especiaes com o fim de esclarecer e facilitar a discussão.

Art. 13. Nenhuma commissão é permanente.

## CAPITULO VII

### DO METHODO QUE SE DEVE SEGUIR NA CELEBRAÇÃO DAS SESSÕES

Art. 14. As sessões principiãrão em tempo que não perturbe trabalho lectivo dos membros do conselho, e não poderão durar mais de duas horas, salvo deliberação do mesmo conselho, a pedido de qualquer membro.

Art. 15. Aberta a sessão, o secretario fará a leitura da acta antecedente e, si não houver quem sobre ella faça alguma reflexão, o presidente a dará por approvada; si porém, algum membro do conselho lembrar alguma inexactidão, apresentará por escripto a alteração que deseja, a qual será submettida á votação, e sendo approvada far-se-ha conforme o vencido.

Art. 16. A ordem do dia, dada antecedentemente pelo presidente, poderá ser alterada :

1<sup>a</sup>, no caso de urgencia ;

2<sup>a</sup>, no caso de adiamento.

Art. 17. Para se dar urgencia é necessario que haja requerimento verbal, justificado sómente pelo seu autor e approvado sem discussão por maioria de votos.

Art. 18. Urgente para interromper a ordem do dia, só devo entender-se aquelle negocio, cujo resultado se tornaria nullo ou de nenhum effeito caso se não tratasse naquella sessão.

Art. 19. O adiamento pôde ser proposto por um dos membros do conselho, quando lhe couber a vez de fallar, ou por questão do orden, seja qual for o assumpto de que se tratar e o estado em que se achar a discussão.

Art. 20. Sendo o adiamento motivado pelo membro do conselho que o propuzer, proceder-se-ha á votação, depois de finda a discussão.

Art. 21. Não se proporá adiamento das materias em discussão sinão por tempo determinado.

Art. 22. Rejeitado o adiamento, continuará a discussão susutada.

Art. 23. Ninguem poderá fallar sem lhe haver sido concedida a palavra. Si varios membros do conselho pedirem a palavra ao mesmo tempo, o presidente dará a precedencia ao mais antigo.

Art. 24. Não é permittido fallar contra o vencido.

Art. 25. E' concedida a palavra a qualquer membro do conselho por duas vezes sómente, nunca successivamente para sustentar suas idéas sobre a materia em discussão, e replicar.

Si for relator do parecer em discussão, poderá fallar tres vezes.

Art. 26. As indicações serão feitas por escripto e assignadas pelos autores. Lidas pelo secretario, serão, independente de votação, remettidas a uma commissão; esta, á vista da materia da indicação interporá o seu parecer, ácerca do qual se praticará da mesma forma que sobre os pareceres de commissões.

Art. 27. São requerimentos todas aquellas moções propostas por qualquer membro do conselho, que tiverem por fim a promoção de algum assumpto do mais simples expediente, como : pedir informações ou esclarecimentos ; encerramento de discussão ; sessão extraordinaria ; augmento ou prorrogação das horas da ordinaria ; pedir alguma providencia que as circumstancias fizorem necessaria sobre objecto de simples economia de trabalho.

Art. 28. Os requerimentos de que trata o artigo anterior serão admittidos á leitura e postos em discussão logo no primeiro tempo da sessão, ou serão dados para ordem do dia.



Art. 29. Qualquer membro do conselho poderá pedir encerramento da discussão, que se votará independente de debate.

## CAPITULO VIII

### DO MODO DE DELIBERAR

Art. 30. Na discussão debater-se-ha cada proposição distincta separadamente, ou a materia tola em globo, como previamente for decidido pelo conselho, offerecendo-se as emendas que occorrerem, estas, lidas pelo secretario, serão logo postas em discussão com a proposição a que se referirem.

Art. 31. Tratando-se de requerimentos, questões de ordem, urgencia\* ou adiamento, a nenhum membro do conselho é permittido fallar mais de uma vez, nem mesmo a titulo de explicação; o autor do requerimento, porém, poderá fallar uma segunda vez. Este favor não é extensivo ao membro do conselho que apresentar sub-emenda ou additamento a um requerimento em discussão.

Art. 32. No debate entre dous opinantes, aquelle que tiver primeiro fallado terá a prioridade na réplica, e não entrará outro assumpto em discussão sem que os dous opinantes, querendo, tenham fallado duas vezes cada um.

Art. 33. Não havendo quem falle sobre as materias postas em discussão, proceder-se-ha á votação, na conformidade deste regimento.

Art. 34. Poder-se-ha pedir a palavra pela ordem antes e no fim de qualquer discussão para indicar como melhor deve ser estabelecido o debate e a votação.

Art. 35. Toda a materia será sujeita a duas discussões, e excepto as prescriptas no art. 31, podendo contudo soffrer só uma a requerimento de qualquer membro.

Art. 36. Finda a discussão de qualquer materia será posta a votos.

Art. 37. Sempre que se apresentarem dous ou mais projectos sobre o mesmo assumpto, discutir-se-ha previamente qual terá a preferencia para a discussão.

Art. 38. Todas as questões de ordem, que occorrerem durante a sessão do dia, serão decididas pelo presidente, até que o conselho, a requerimento de qualquer membro, tome uma decisão definitiva.

## CAPITULO IX

### DO MODO DE VOTAR

Art. 39. Por duas maneiras se poderá votar:

1<sup>a</sup>, pelo methodo nominal de — *sim* — ou — *não* — nos casos ordinarios;

2<sup>a</sup>, pelo escrutinio secreto.

Art. 40. A votação sobre questões de interesse pessoal será por escrutínio secreto, na conformidade do art. 101 do regulamento da Escola, ao qual se acha annexo o presente regimento. Este escrutínio se effectuará lançando cada membro do conselho na urna, á medida que o presidente annunciar o seu nome, uma esphera branca, si o voto for a favor, preta si for contrario. Para este fim receberão do secretario uma esphera branca e outra preta.

A esphera inutilizada, isto é, aquella que não serviu para exprimir o voto, será lançada em uma outra urna.

Art. 41. A pratica da votação nominal tem lugar, quando pelo presidente é consultado cada membro do conselho de per si, notando o secretario em uma lista os nomes dos que votaram *sim*, e dos que votaram *não*.

Art. 42. Havendo empate em duas votações consecutivas, ficará a materia adiada para ser discutida novamente, si não se tratar de terceira discussão. Si houver empate ainda ou si esse se der em terceira discussão, decidirá o voto de qualidade do presidente; e si a decisão depender de deliberação do Governo, a este o presidente communicará o occorrido, manifestando então a sua opinião.

Art. 43. Nenhum membro do conselho poderá recusar-se a votar, salvo:

1º, por não ter assistido ao debate;

2º, por se tratar de interesse proprio, em que ficará com effeito inhibido de votar; podendo, porém, tomar parte na discussão quando tenha de defender-se de alguma accusação ou de sustentar os seus direitos.

Art. 44. Votar-se-ha em-globo ou separadamente cada um dos artigos ou proposições distinctas da materia em discussão, conforme se houver adoptado a discussão, englobadamente ou em separado.

Art. 45. Na votação das emendas terão a prioridade as suppressivas.

Art. 46. Nos trabalhos de comissões e nas decisões da maioria do conselho, os membros discordantes poderão assignar-se vencidos, assim como inserir os fundamentos do seu voto em separado, nos pareceres em relação ao primeiro caso, nas actas em relação ao segundo.

## CAPITULO X

### DOS PARECERES DAS COMISSÕES

Art. 47. Em regra, nenhuma materia se tomará em consideração no conselho, sem que primeiro se tenha mandado a uma comissão, ou a um dos membros do mesmo conselho, para sobre ella dar parecer. Exceptuam-se:

1º, os requerimentos dos membros do conselho, na forma deste regimento;

2º, quaesquer trabalhos que, julgados desde logo objecto de deliberação, estejam no caso de soffrer discussão.

Art. 48. A comissão, a que for enviada a materia, interporá sobre ella, como entender, o seu parecer por escripto, em que deverão assignar todos os membros, sem o que não se julgará parecer da comissão.

Art. 49. O membro da comissão que não concordar com seus collegas poderá assignar o parecer—*vencido*—ou com restricções, ou ainda dar o seu voto em separado.

Art. 50. Os pareceres serão postos sobre a mesa do presidente e lidos cada um de per si opportunamente pelo secretario ou pelo relator em cada uma das sessões. Não havendo quem peça a palavra sobre a materia, serão submettidos á votação.

Art. 51. O parecer, sobre cuja materia algum membro do conselho pedir a palavra, se considerará por esse facto adiado para ser discutido quando se der para ordem do dia. O mesmo se praticará com o parecer que trazer voto em separado, com restricções ou vencido.

Art. 52. Sempre que se exgottar a ordem do dia e sobrar tempo, terá lugar a leitura dos pareceres.

## CAPITULO XI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 53. Si meia hora depois da marcada para a reunião do conselho, não se achar presente metade e mais um da totalidade dos membros do mesmo conselho, não haverá sessão.

Art. 54. Não se fará leitura de discursos escriptos, excepto os relatorios das comissões.

Art. 55. Si no calor da discussão o membro do conselho que estiver com a palavra se exceder, o presidente o advertirá primeira e segunda vez, servindo-se da expressão—*Ordem*—e continuando elle ainda de modo inconveniente, o presidente lhe retirará a palavra si for necessario.

Art. 56. Quando o membro do conselho, que estiver fallando, divagar da questão ou quizer introduzir indevidamente materia nova na discussão, o presidente lhe lembrará qual é o objecto de se discute; e si, tendo sido advertido por duas vezes, o membro do conselho isistir, o presidente lhe retirará a palavra.

Art. 57. Nas propostas, indicações, requerimentos ou quaesquer outros trabalhos, não se empregam expressões que suscitem idéas odiosas ou que offendam a terceiro.

Art. 58. O conselho, sempre que julgar necessario, poderá propor alterações nas disposições do presente regimento, submettendo-as á approvação do Governo, depois de discutidas e approvadas pelo mesmo conselho.

Art. 59. Fica dependente de approvação do Congresso Nacional o augmento de despeza occasionada pelo presente regulamento.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 30 de dezembro de 1895.—*Elisario J. Barbosa.*

## Tabella dos vencimentos do pessoal da Escola

|                                                              | ORDENADO                                      | GRATIFICACÃO | TOTAL      |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------|------------|
| Director.....                                                | Vence a gratificação de director de officina. |              |            |
| Vice-director.....                                           | Vence a gratificação de ajudante de officina. |              |            |
| Professor das 1. <sup>as</sup> e 2. <sup>as</sup> aulas..... | 2:800\$000                                    | 1:400\$000   | 4:200\$000 |
| Professor de desenho.....                                    |                                               | 1:800\$000   | 1:800\$000 |
| Instructor de machinas.....                                  |                                               | 1:200\$000   | 1:200\$000 |
| Instructor de esgrima..                                      | 1:200\$000                                    | 600\$000     | 1:800\$000 |
| Secretario.....                                              | 2:000\$000                                    | 1:000\$000   | 3:000\$000 |
| Porteiro.....                                                | 1:200\$000                                    | 600\$000     | 1:800\$000 |
| Servente.....                                                |                                               | 720\$000     | 720\$000   |

Os professores das 1.<sup>as</sup> e 2.<sup>as</sup> aulas que exercerem outros cargos nos Arsenaes e repartições da Marinha, perceberão pelo exercicio na Escola apenas metade do vencimento desta tabella.

O instructor de infantaria perceberá a gratificação mensal de 50\$000.

## DECRETO N. 2209 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1895

Autorisa a Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana a construir a estação de Atalaya em local differente do que se acha designado nos estudos approvados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana, cessionaria da Estrada de Ferro de Alagoas a Paulo Afonso a que se referem os decretos n. 993 de 8 de novembro de 1890, n. 988 de 12 de agosto de 1892, n. 1391 de 6 de maio de 1893, n. 192 de 2 de outubro de 1893, n. 1603 de 2 de dezembro de 1893 e n. 1887 de 14 de novembro de 1894, decreta:

Artigo unico. Fica a Companhia Estrada de Ferro Central Alagoana autorisada a construir a estação de Atalaya no local designado na planta que com este baixa, assignada pelo director geral da Directoria de Viação da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, e bem assim a effectuar a consequente alteração no traçado da estrada, de accordo com a mesma planta, ficando nessa parte alterados os estudos approvados pelo supracitado decreto n. 1887 de 14 de dezembro de 1894.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Antonio Olyntho dos Santos Pires.*



## DECRETO N. 2210 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1895

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito supplementar á verba — Soccorros Publicos, do exercicio de 1895, na importancia de 420:000\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores sobre a necessidade de habilitar o respectivo Ministerio a solver compromissos provenientes de despesas realizadas com os diversos serviços relativos á saude publica, visto acharem-se exgottados o credito ordinario da verba — Soccorros Publicos, do exercicio de 1895 e o supplementar que a ella foi aberto pelo decreto n. 2082 de 1 de agosto ultimo, em virtude

da autorização legislativa concedida pelo decreto n. 286 da mesma data, resolve, usando da faculdade conferida pelo art. 9º n. 1 da lei n. 266 de 24 de dezembro de 1894, combinado com o disposto no § 1º do art. 20 da de n. 3140 de 30 de outubro de 1882, abrir a referida verba, por conta do exercício de 1895, outro credito suplementar, na importancia de 420:000\$, que se torna imprescindivel para pagamento das despesas constantes da demonstração junta.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1895, 7º da Republica.

PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

*Dr. Antonio Gonçalves Ferreira.*